



# Relatório de Atividades 2018

# GUARDA NACIONAL REPUBLICANA

## FICHA TÉCNICA

### DIREÇÃO

Luís Francisco Botelho Miguel | *Tenente-General Comandante-Geral*

### COORDENAÇÃO

João Carlos Marques Fonseca | *Tenente-Coronel de Cavalaria*

### CONCEPÇÃO E REDAÇÃO

Alberto Filipe Duarte Gonçalves | *Capitão de Administração Militar*

### FOTOGRAFIAS

Divisão de Comunicação e Relações Públicas



## NOTA PRÉVIA

Luís Francisco Botelho Miguel

Tenente-General

COMANDANTE-GERAL

Volvido mais um ano sobre as atividades desenvolvidas pela Guarda, tenho o prazer de vos apresentar, pela primeira vez, no exercício das funções de Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana, o Relatório de Atividades.

Este instrumento fundamental da Gestão Pública impõe uma cuidada reflexão sobre a intensa atividade da Guarda Nacional Republicana. O presente relatório constitui uma oportunidade para analisar profundamente todas as ações desenvolvidas no âmbito das atribuições que constituem a sua missão, permitindo agora efetuar uma retrospectiva, essencial para a projeção e planeamento da atividade futura.

Nesta conformidade, este relatório espelha, com transparência e rigor, o balanço de toda a atividade desenvolvida em 2018, através de um exercício de autoavaliação que incide, essencialmente, na análise à concretização dos objetivos previamente fixados no Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR2018) e nos demais objetivos estabelecidos no Plano de Atividades de 2018, constituindo uma análise crítica, com demonstração qualitativa e quantitativa dos resultados alcançados, tendo os mesmos sido alvo de um permanente e rigoroso acompanhamento ao longo do ano.

O ano de 2018 permitiu, desde logo iniciar a concretização dos intentos que assumi na tomada de posse desta nobre função, e que demonstra a vitalidade e capacidade de adaptação da Guarda a um mundo em rápida mudança e evolução.

Com efeito, a Guarda foi capaz de, em simultâneo, dar continuidade ao cumprimento da sua missão com altos níveis de sucesso e começar a introduzir as melhorias no ciclo de gestão da Guarda, no seguimento do caminho estratégico que apelidei de “4S” (“Security, Safety, Social and Support”).

Destaco em concreto, a determinação em assegurar, em permanência, a missão geral da Guarda e o funcionamento das instituições democráticas, bem como a segurança e proteção das pessoas e bens. A densificação das áreas da proteção e conservação da natureza e ambiente e da proteção e socorro. O aprofundamento da relação de proximidade e confiança com as populações, e reforçar e fortalecer a atuação institucional, em prol da cooperação, da colaboração e do apoio, com os diferentes atores do sistema de segurança nacional, na dimensão interna, bem como, nas relações externas assumidas nos compromissos nacionais e bilaterais, integrantes da designada dimensão externa da segurança interna.

Releva-se ainda o empenho da Guarda, após os eventos extremos ocorridos na região norte e centro em 2017, cuja atuação coordenada entre as valências de proteção e socorro, ambiente e dispositivo territorial, promoveu o reforço operacional, a sensibilização e fiscalização do território e dos cidadãos, caminhando para um “combate” mais eficaz e eficiente dos incêndios florestais, com o intuito de evitar a repetição dos flagelos ocorrido no passado.

No plano internacional destacamos a Presidência Portuguesa da EUROGENDFOR – Força multinacional, operacional, pré-estruturada, robusta, com capacidade de reação rápida, dotada de altos níveis de flexibilidade e interoperabilidade e especialmente vocacionada para assegurar todas as missões de polícia no âmbito da gestão civil de crises - destinos que Portugal, através da Guarda, assumiu pela terceira vez em 10 anos após a sua criação. Durante a Presidência Portuguesa, a Guarda em conjunto com as forças congéneres integrantes, conseguiu reforçar o papel da Organização enquanto ator chave no exercício das funções de polícia a nível internacional. Neste enquadramento destaco a realização, em Portugal, do EGEX 2018, um exercício de capacitação que envolveu nove países e cerca de 150 elementos policiais.

Movidos pela ambição de contribuirmos de forma decisiva para que Portugal continue a ser considerado um País e um destino seguro, manteremos a aposta no fortalecimento da proximidade com o Cidadão e no controlo das principais fontes de perigo, dedicando-lhes o esforço de inovação e modernização institucional, prosseguindo o compromisso de consolidar a prestação de serviços de elevada qualidade, garantidos por via da implementação dos projetos de interoperabilidade e da certificação da qualidade do atendimento no quadro dos apoios à modernização administrativa.

Sustentada nas evidências de vitalidade institucional, traduzida na energia e empenhamento diário das mulheres e homens que na Guarda prestam serviço, começo a concretizar as minhas convicções de que prosseguimos os objetivos traçados, superando com proficiência os desafios que se colocam, focados na conciliação da matriz identitária da Guarda, os seus valores e tradições, com a modernização necessária, em razão de preparar hoje, para garantir, no futuro, um melhor espaço de liberdade e segurança, mantendo, como tem sido apanágio no trabalho desenvolvida pela Guarda, a garantia de uma cooperação institucional sincera e aberta, em nome do superior interesse de Portugal e dos portugueses.

Bem hajam!





## ÍNDICE

8

### Sumário Executivo

GNR EM NÚMEROS

27

### Capítulo I

NOTA INTRODUTÓRIA

53

### Capítulo II

ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO

81

### Capítulo III

AUTOAVALIAÇÃO

125

### Capítulo IV

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

267

### Capítulo V

RECURSOS INTERNOS

287

### Capítulo VI

BALANÇO SOCIAL

295

### Capítulo VII

AVALIAÇÃO FINAL

307

### Capítulo VIII

ANEXOS

A1 — AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

A2 — PROCEDIMENTOS AQUISITIVOS REALIZADOS

A3 — PUBLICIDADE INSTITUCIONAL

A4 — MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

A5 — BALANÇO SOCIAL 2017



## GLOSSÁRIO

AD	Avaliação de Desempenho
ANOG	Associação Nacional de Oficiais da Guarda
ANSGNR	Associação Nacional de Sargentos da Guarda
AOG	Associação dos Oficiais da Guarda
AP	Administração Pública
APG	Associação Sócio-profissional da Guarda
ASPIG	Associação Sócio-profissional Independente da Guarda
BSC	<i>Balanced Scorecard</i>
CAF	<i>Common Assessment Framework</i>
CARI	Comando de Administração dos Recursos Internos
CDF	Comando da Doutrina e Formação
CEDD	Conselho de Ética, Deontologia e Disciplina
CF	Classificação Funcional
CFG	Curso de Formação de Guardas
CFO	Curso de Formação de Oficiais
CFS	Curso de Formação de Sargentos
CIMIN	Comité Interministerial de Alto Nível da EUROGENDFOR
CO	Comando Operacional
CPA	Código de Procedimento Administrativo
CPC	Curso de Promoção a Capitão
CPCB	Curso de Promoção a Cabo
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CPOS	Curso de Promoção a Oficial Superior
CPSA	Curso de Promoção a Sargento-Ajudante
CRP	Constituição da República Portuguesa
CSG	Conselho Superior da Guarda
CTER	Comando Territorial



D.R.	Diário da República
DCRP	Divisão de Comunicação e Relações Públicas
DCSI	Direção de Comunicações e Sistemas de Informação
DD	Direção de Doutrina
DF	Direção de Formação
DGAEP	Direção-Geral da Administração e do Emprego Público
DGO/MF	Direção-Geral do Orçamento/Ministério das Finanças
DHCG	Divisão de História e Cultura da Guarda
DI	Direção de Informações
DIE	Direção de Infraestruturas
DIC	Direção de Investigação Criminal
DJD	Direção de Justiça e Disciplina
DO	Direção de Operações
DPERI	Divisão de Planeamento Estratégico e Relações Internacionais
DRF	Direção de Recursos Financeiros
DRH	Direção de Recursos Humanos
DRL	Direção de Recursos Logísticos
DSAD	Direção de Saúde e Assistência na Doença
DSEPNA	Direção do Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente
DT	Destacamento Trânsito
DTER	Destacamento Territorial
EG	Escola da Guarda
EP	Esquadrão Presidencial
ERP	<i>Enterprise Resource Planning</i>
EUROGENDFOR	Força de <i>Gendarmerie</i> Europeia
FCAA	Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Atualização
FF	Fonte de Financiamento
FFAA	Forças Armadas
FIEP	Associação de Forças de Polícia e Gendarmeries Europeias e Mediterrânicas com estatuto militar ( <i>International Association of Gendarmeries and Police Forces with Military Statues</i> )



FRONTEX	Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira
FTP	Formação Técnica e Policial
GGCG	Gabinete do General Comandante-Geral
GIOP	Grupo de Intervenção de Ordem Pública
GIPS	Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro
GNR	Guarda Nacional Republicana
GPO	Gestão por Objetivos
IAVE	Investigação e Apoio a Vítimas Específicas
IESM	Instituto de Estudos Superiores Militares
IG	Inspeção-Geral da Guarda
IGAI	Inspeção-Geral da Administração Interna
IGF	Inspeção Geral das Finanças
INA	Instituto Nacional de Administração, IP.
INEM	Instituto Nacional de Emergência Médica
IPU	<i>Integrated Police Unit</i>
IUM	Instituto Universitário Militar
JSS	Junta Superior de Saúde
LOGNR	Lei Orgânica da GNR
MAI	Ministério da Administração Interna
MDN	Ministério da Defesa Nacional
MFAP	Ministério das Finanças e da Administração Pública
MSU	<i>Multinational Specialized Unit</i>
NEP	Norma de Execução Permanente
NRBQ	Nuclear, Radiológico, Biológico e Químico
ONU	Organização das Nações Unidas
OOTW	<i>Other Operations Than War</i>
OSCD	Órgãos Superiores de Comando e Direção
OSCE	<i>Organization for Security and Cooperation in Europe</i>
OTAN	Organização Tratado Atlântico Norte
PJ	Polícia Judiciária





POFC	Programa Operacional Fatores de Competitividade
PTER	Posto Territorial
QREN	Programa Operacional Fatores de Competitividade
QUAR	Quadro de Avaliação e Responsabilização
RAFE	Reforma Administrativa e Financeira do Estado
RAMMGNR	Regulamento de Avaliação do Mérito dos Militares da Guarda Nacional Republicana
RASI	Relatório Anual de Segurança Interna
RCM	Resolução de Conselho de Ministros
RNSI	Rede Nacional de Segurança Interna
SAMA	Sistema de Apoios à Modernização Administrativa
SAMMGNR	Sistema de Avaliação do Mérito dos Militares da Guarda Nacional Republicana
SCI	Sistema de Controlo Interno
SCOT	Sistema de Contraordenações de Trânsito
SEE	Setor Empresarial do Estado
SEF	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
SEPNA	Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente
SGBD	Sistema Gestor de Base de Dados
SGG	Secretaria Geral da Guarda
SGPVE	Sistema de Gestão do Parque de Veículos do Estado
SIADAP	Sistema Integrado de Avaliação e Gestão do Desempenho da Administração Pública
SIADMGNR	Sistema de Avaliação de desempenho dos Militares da GNR
SIC	Sistema de Informação Contabilística
SIGLOG	Sistema Integrado de Gestão Logística
SIGPESS	Sistema Integrado de Gestão de Pessoal
SIIOF	Sistema Integrado de Informações Operacionais de Polícia
SIRESP	Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal
SIS	Serviço de Informação e Segurança
SIVICC	Sistema Integrado de Vigilância, Comando e Controlo da Costa Portuguesa
SNCP	Sistema Nacional de Compras Públicas
SNS	Serviço Nacional de Saúde



SOIRP	Secção de Operações, Informações e Relações Públicas
SQE	Sistema de Queixa Eletrónica
SSI	Sistema de Segurança Interna
SWOT	<i>Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats</i>
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
TSP	<i>Tourist Support Patrol</i>
UAF	Unidade de Ação Fiscal
UAS	Unidade de Apoio de Serviços
UCC	Unidade de Controlo Costeiro
UI	Unidade de Intervenção
UNT	Unidade Nacional de Trânsito
USHE	Unidade de Segurança e Honras de Estado
UTIS	Unidade de Tecnologias de Informação e Segurança
ZUS	Zonas Urbanas Sensíveis







# Sumário Executivo

GNR EM NÚMEROS

## DADOS GERAIS

# 22.829

50%

EFETIVOS

# 94%

94%

COMPETÊNCIA TERRITORIAL

TERRITÓRIO NACIONAL

# 97%

97%

COMPETÊNCIA RODOVIÁRIA

REDE VIÁRIA NACIONAL

# 54%

54%

POPULAÇÃO

TERRITÓRIO NACIONAL

NOTA:

1) VALOR % DA BARRA DE ESTADO, POSICIONA A ATIVIDADE DESENVOLVIDA PELA GNR NO CÔMPUTO DOS DADOS CONSTANTES DO RASI;

2) OS DADOS REFERENTES AO RASI INTEGRAM AS FORÇAS E SERVIÇOS DE SEGURANÇA CONSTITUINTES DO SISTEMA DE SEGURANÇA INTERNA (GNR, PSP, PJ,SEF E PM).

2.778/DIA

1.014.053

AÇÕES DE PATRULHAMENTO

171.633/DIA

66.646.080

QUILÓMETROS PERCORRIDOS

5.984

VIATURAS

580

QUARTÉIS FUNCIONAIS

842.269.174€

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL ANUAL (DESPESA)



## CRIMINALIDADE

136.738

374/DIA

41%

CRIMINALIDADE GERAL

2.818

20%

CRIMINALIDADE VIOLENTA E GRAVE

11.913

45%

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

PARTICIPAÇÕES

794

86%

DELINQUÊNCIA JUVENIL

20.644

40%

DETENÇÕES EFETUADAS

NOTA: OS DADOS REFERENTES AO RASI INTEGRAM AS FORÇAS E SERVIÇOS DE SEGURANÇA CONSTITUINTES DO SISTEMA DE SEGURANÇA INTERNA (GNR, PSP, PJ, SEF E PM)



## INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

4.689

36%

BUSCAS EFETUADAS

813

54%

VEÍCULOS APREENDIDOS

2.157

VIATURAS RECUPERADAS



## INVESTIGAÇÃO CRIMINAL (CONT.)

1.503

4/DIA

14%

ARMAS DE FOGO APREENDIDAS

89,50

EXPLOSIVOS APREENDIDOS (EM KG)

84.336

MUNIÇÕES APREENDIDAS

477

DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO E VIAGEM

10.657

TELEMÓVEIS E MATERIAL ELETRÓNICO APREENDIDO

NOTA: OS DADOS REFERENTES AO RASI INTEGRAM AS FORÇAS E SERVIÇOS DE SEGURANÇA CONSTITUINTES DO SISTEMA DE SEGURANÇA INTERNA (GNR, PSP, PJ, SEF E PM)

## SEGURANÇA RODOVIÁRIA

3.919/DIA

1.430.435

60%

CONDUTORES FISCALIZADOS

1.548/DIA

565.074

51%

AUTOS LEVANTADOS

15.521

INFRAÇÕES TIPIFICADAS COMO CRIME

3.513/DIA

23.256 TESTES POSITIVOS

58%

1.282.343

TESTES DE ÁLCOOL EFETUADOS

19.854/DIA

161.030 EXCESSOS DE VELOCIDADE

63%

7.246.755

VIATURAS CONTROLADAS EM VELOCIDADE



## PREVENÇÃO E FISCALIZAÇÃO (AMBIENTE ESCOLAR)

1.373

4/DIA

21%

OCORRÊNCIAS EM AMBIENTE ESCOLAR

15.971

44/DIA

AÇÕES SENSIBILIZAÇÃO E PROXIMIDADE

5.097

ESCOLAS ABRANGIDAS

643.270

ALUNOS ABRANGIDOS

NOTA: OS DADOS REFERENTES AO RASI INTEGRAM AS FORÇAS E SERVIÇOS DE SEGURANÇA CONSTITUINTES DO SISTEMA DE SEGURANÇA INTERNA (GNR, PSP, PJ, SEF E PM)

## PREVENÇÃO E FISCALIZAÇÃO (VÍTIMAS VULNERÁVEIS)

45.563

IDOSOS SINALIZADOS

19.654

AÇÕES SENSIBILIZAÇÃO E PROXIMIDADE (IDOSOS)

4.357

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA SINALIZADAS

15.971

CRIANÇAS E JOVENS SENSIBILIZADOS

QUESTÕES DE CIDADANIA E NÃO DISCRIMINAÇÃO DAS PESSOAS  
PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA



## PROTEÇÃO NATUREZA E AMBIENTE

210.683

577/DIA

98%

AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO

24.181

AUTOS DE CONTRAORDENAÇÃO

10.602

84%

DO TOTAL DE  
OCORRÊNCIAS

OCORRÊNCIAS DE INCÊNDIO INVESTIGADAS

9.664

DENÚNCIAS VIA LINHA SOS- AMBIENTE E TERRITÓRIO

NOTA: OS DADOS REFERENTES AO RASI INTEGRAM AS FORÇAS E SERVIÇOS DE SEGURANÇA CONSTITUINTES DO SISTEMA DE SEGURANÇA INTERNA (GNR, PSP, PJ, SEF E PM)

## PROTEÇÃO E SOCORRO

4.322

INTERVENÇÕES DE COMBATE A INCÊNDIOS EM ATAQUE INICIAL

305

INTERVENÇÕES DE COMBATE A INCÊNDIOS EM ATAQUE AMPLIADO

## SEGURANÇA PRIVADA E PREVENÇÃO CRIMINAL

7.371

53%

AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO SEGURANÇA PRIVADA

3.355

OPERAÇÕES DE PREVENÇÃO CRIMINAL REALIZADAS



## VIGILÂNCIA E CONTROLO COSTEIRO

126.852

347/DIA

AÇÕES DE VIGILÂNCIA, PATRULHAMENTO E  
INTERCEÇÃO TERRESTRE

150.673

413/DIA

EMBARCAÇÕES MONITORIZADAS (SIVICC)

## ATIVIDADE FISCAL, TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

15.764

100%

AUTOS LEVANTADOS

6.861

100%

PROCESSOS INVESTIGADOS

NOTA: OS DADOS REFERENTES AO RASI INTEGRAM AS FORÇAS E SERVIÇOS DE SEGURANÇA CONSTITUINTES DO SISTEMA DE SEGURANÇA INTERNA (GNR, PSP, PJ, SEF E PM)



4.798

100%

CRIMES E CONTRAORDENAÇÕES TRIBUTÁRIAS/ADUANEIRAS

16.548.959

TABACO APREENDIDOS (EM CIGARROS)

€ 4.918.000

100%

COIMAS APLICADAS (€)

€ 17.640.321

100%

MERCADORIA APREENDIDA (€)

€ 327.800.061

100%

VALOR ESTIMADO DE FRAUDE E EVASÃO FISCAL (€)



## SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA

33.569

92/DIA

57%

EVENTOS DESPORTIVOS

398.780

1.092/DIA

99%

EVENTOS OBJETO DE MEDIDAS ESPECIAIS DE  
PROTEÇÃO E SEGURANÇA

147

10%

AÇÕES EXERCÍCIO DE REUNIÃO/MANIFESTAÇÃO

4

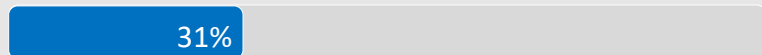
66%

INCIDENTES TÁTICO POLICIAIS

NOTA: OS DADOS REFERENTES AO RASI INTEGRAM AS FORÇAS E SERVIÇOS DE SEGURANÇA CONSTITUINTES DO SISTEMA DE SEGURANÇA INTERNA (GNR, PSP, PJ, SEF E PM)

## COLABORAÇÃO COM AUTORIDADES JUDICIÁRIAS

199.243



AÇÕES DE COLABORAÇÃO

2.000



MANDADOS DE CAPTURA E DETENÇÃO

## TRANSPORTE DE ÓRGÃOS E PRODUTOS BIOLÓGICOS

329



TRANSPORTES REALIZADOS



## COOPERAÇÃO INTERNACIONAL (FRONTEX)

120

MILITARES ENVOLVIDOS

3.781

DIAS DE EMPREGO OPERACIONAL

9.218

MAN/DAY

6.779

MIGRANTES AUXILIADOS

405

MIGRANTES RESGATADOS

NOTA: OS DADOS REFERENTES AO RASI2018 INTEGRAM AS FORÇAS E SERVIÇOS DE SEGURANÇA CONSTITUINTES DO SISTEMA DE SEGURANÇA INTERNA (GNR, PSP, PJ, SEF E PM)

## COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS

608/<sub>DIA</sub>

221.740

49%

NOTÍCIAS EMITIDAS NOS OCS (UNIVERSO MAI)

278

NOTÍCIAS E REPORTAGENS TELEVISIVAS (TEMPO DE EMISSÃO EM HORAS )

488.613

SEGUIDORES REDES SOCIAIS





# Capítulo I

## NOTA INTRODUTÓRIA



## I. NOTA INTRODUTÓRIA

O atual quadro de reformas assume a rutura com uma Administração Pública essencialmente burocrática, fruto do primado do Direito, dando lugar a uma nova visão, orientada para a «Gestão da Administração Pública» alicerçada na performance dos resultados, na sua economia, eficiência, eficácia e, sobretudo, em padrões de qualidade e excelência, conceitos que até então apenas se utilizavam nas instituições privadas ou em instituições do Setor Empresarial do Estado (SEE).

Neste contexto de uma Nova Gestão Pública, despertou a preocupação de dotar as organizações públicas de conceitos, instrumentos, práticas e lógicas de gestão com créditos firmados no mundo empresarial, que culminou com a adoção na AP de uma cultura baseada na Gestão por Objetivos e cujo instrumento estratégico de medição da performance assenta no SIADAP - Sistema Integrado de Gestão e Avaliação da Administração Pública, considerado o pilar fundamental da Reforma da Administração e da Gestão Pública portuguesa.

O Plano e o Relatório de Atividades constituem, em tal contexto, dois pilares fundamentais e complementares do enquadramento e controlo da atuação das organizações, sem os quais não é possível, nas organizações modernas, garantir uma gestão eficiente à semelhança do que acontece nas organizações modernas.

Se através do Plano de Atividades se define a estratégia, se hierarquizam as opções, se programam as ações e se afetam e mobilizam os recursos disponíveis, para que se possam cumprir a missão e as múltiplas atribuições de uma forma eficiente, o Relatório de Atividades relata todo um percurso efetuado na gestão dos recursos, em função da missão e atribuições, com identificação dos desvios relativamente a todas as atividades programadas no início do ciclo de gestão anual, mediante uma avaliação circunstanciada da eficiência, eficácia e economicidade das medidas adotadas e dos resultados atingidos. Assim se permite estruturar um conjunto de informação de gestão relevante para o futuro próximo da organização.

O presente Relatório de Atividades, elaborado nos termos do Decreto-Lei n.º 183/96, de 22 de setembro, e do artigo 15.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, assente na nova estrutura definida pelo Conselho Coordenador da Avaliação de Serviços, enquadra e realça as atividades da GNR no que concerne à gestão económico-financeira desenvolvida no ano 2018, com o objetivo de avaliar os resultados das ações definidas no Plano de Atividades, encerrando ainda uma vincada preocupação no que diz respeito à performance e aos resultados de Autoavaliação.

A elaboração do Relatório de Atividades, numa instituição com uma dimensão ímpar, pela implantação a nível nacional e multiplicidade de atribuições e valências, especialmente quando a sua atividade é exercida num quadro de contenção e rigor orçamental, é uma tarefa complexa, difícil e simultaneamente estimulante.

Com a apresentação deste Relatório, é encerrado o ciclo de planeamento e gestão das atividades desenvolvidas pela Guarda no ano transato, o qual permite identificar os desfasamentos entre o que foi programado e o que foi efetivamente realizado, bem como analisar e avaliar os desvios verificados, permitindo que, no futuro, se otimizem as ações a desenvolver, visando a prossecução da estratégia delineada por esta Força de Segurança.

O presente Relatório e a autoavaliação que o integra, embora seguindo, no essencial, o esquema definido pela Tutela, não podem deixar de refletir a dimensão da Guarda Nacional Republicana, o vasto leque das suas atribuições, a multiplicidade de ações desenvolvidas e o importante papel da Instituição, através dos militares e civis que nela servem, para o reforço da segurança, da liberdade e da justiça, tanto em Portugal como além fronteiras.

Evidenciam-se, assim, os resultados alcançados e os desvios verificados, explicitam-se os recursos humanos, financeiros e materiais que a Guarda teve ao seu dispor para o cumprimento da missão e apresenta-se, de forma clara e simples, a informação relevante sobre as atividades e os projetos desenvolvidos, nos termos do Plano aprovado, sem perder de vista os constrangimentos referidos, sempre envidando esforços para garantir prioritariamente a segurança dos cidadãos, sem deixar de ter em linha de conta uma conduta, dinâmica e atuação norteadas pelo rigor, transparência e qualidade.





## I.A. BREVE ANÁLISE CONJUNTURAL

### 1. ORIGEM E HISTÓRIA

#### 1.1. GUARDA REAL DE POLÍCIA

A Guarda Real da Polícia de Lisboa, criada, em 1801, pelo Príncipe Regente D. João, sob proposta do Intendente da Polícia da Corte e do Reino, D. Diogo Inácio de Pina Manique, toma por modelo a *Gendarmerie* francesa (1791). Idênticas organizações militares surgem posteriormente na Europa: a *Marechaussee* na Holanda (1814), os *Carabinieri* em Itália (1814), a *Gendarmerie Nationale* na Bélgica (1830) e, mais tarde, a *Guardia Civil* em Espanha (1844).

Em 1802 a Guarda é vinculada ao Exército, como tropa de linha. A sua composição inicial (642 homens e 227 cavalos) revela-se a breve trecho insuficiente para o cabal cumprimento da Missão, na área geográfica a que está adstrita. Apesar de alguns pequenos aumentos de efetivos em anos seguintes, socorre-se frequentemente da ajuda de patrulhas dos Regimentos de Cavalaria e de Infantaria, aquartelados na Capital. Superando aquela dificuldade estrutural, o Marechal General Beresford procede, em 1810, à reorganização definitiva da Guarda Real da Polícia, articulando-a em 10 Companhias de Infantaria e 4 de Cavalaria, num total de 1.326 homens e 269 solípedes, ficando instalada no Convento do Carmo a 7<sup>ª</sup>. Companhia de Infantaria.

A exemplo da Guarda Real da Polícia de Lisboa, são criadas a Guarda Real da Polícia do Porto e a Divisão Militar da Guarda Real da Polícia do Rio de Janeiro.

#### 1.2. GUARDA MUNICIPAL

Em fins de maio de 1834, na sequência da guerra civil, D. Pedro, assumindo a regência em nome de sua filha D. Maria II, dissolve as Guardas Reais da Polícia de Lisboa e Porto. Porém, cerca de um mês depois, cria a Guarda Municipal de Lisboa, com idênticas características. No ano seguinte surge a Guarda Municipal do Porto. Ambas as Guardas, sofrendo, como as anteriores, de falta de meios humanos, tentam colmatá-la com uma rigorosa seleção de pessoal, em todos os escalões de comando.

Em 1868, as duas Guardas são colocadas sob um comando único - o Comando-Geral das Guardas Municipais - sediado no Quartel do Carmo, em Lisboa, sendo-lhes introduzidas alterações de organização, de molde a compatibilizá-las com a organização do Exército, em matéria de disciplina e promoções. No que à Segurança Pública respeita, continuam subordinadas ao Ministério do Reino.

#### 1.3. GUARDA REPUBLICANA

Com o advento da República, as Guardas Municipais são extintas por Decreto do Governo Provisório, que, a título transitório - enquanto não se organiza a Guarda Nacional Republicana, como "um Corpo de Segurança Pública para todo o país"-, determina a criação, em Lisboa e no Porto, de Guardas Republicanas, sem qualquer alteração fundamental relativamente às suas antecessoras. Tratou-se de uma mera alteração de nome, de molde a fazer ressaltar o cariz do regime emergente.

O pessoal das antigas Guardas transitou maioritariamente para as novas Guardas. O Comando-Geral permaneceu no Carmo, em Lisboa, e a sua subordinação continuou como do antecedente.

#### 1.4. GUARDA NACIONAL REPUBLICANA

A Guarda Nacional Republicana (GNR) foi criada a 3 de maio de 1911, «para velar pela segurança pública, manutenção da ordem e proteção das propriedades públicas e particulares de todo o país», conforme se dispunha no artigo 1<sup>º</sup> do Decreto com força de Lei, publicado no Diário do Governo do dia seguinte.



Nos termos do disposto no artigo 1º da sua atual Lei Orgânica (LOGNR) - Lei n.º 63/2007, de 06 de novembro -, a GNR é uma força de segurança de natureza militar, constituída por militares organizados num corpo especial de tropas e dotada de autonomia administrativa. Tem por missão, no âmbito dos sistemas nacionais de segurança e proteção, assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, bem como colaborar na execução da política de defesa nacional, nos termos da Constituição e da lei.



**GUARDA REAL DE POLÍCIA**  
10 de Dezembro de 1801



**GUARDA MUNICIPAL**  
Maio de 1834



**GUARDA REPUBLICANA**  
12 de Outubro de 1910



**GUARDA NACIONAL REPUBLICANA**  
3 de Maio de 1911

A circunstância de a GNR ser integrada por militares organizados num corpo especial de tropas, permite compreender que ela colabore na execução da política de defesa nacional e, bem assim, coopere com as Forças Armadas, no âmbito das missões que lhe forem cometidas (Cfr. alínea i) nº2 artigo 3 LOGNR).

Na verdade, esta situação não é inédita, sendo idêntica à que se passa, por exemplo, com a *Guardia Civil*, em Espanha, a *Gendarmerie Nationale*, em França, a *Marechaussee*, na Holanda, ou os *Carabinieri*, em Itália.

Dada a sua natureza militar, a GNR encontra-se sujeita a uma dupla dependência:

- Do membro do Governo responsável pela área da administração interna;
- Do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional, no que respeita à uniformização, normalização da doutrina militar, do armamento e do equipamento, na medida que as suas forças são colocadas na dependência operacional do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, através do seu Comandante-Geral, nos casos e termos previstos nas Leis de Defesa Nacional e das Forças Armadas e do regime do estado de sítio e do estado de emergência (Cfr. artigo 2.º da LOGNR).

Pela sua natureza e polivalência, a GNR encontra o seu posicionamento institucional no conjunto das forças militares e das forças e serviços de segurança, sendo a única força de segurança com natureza e organização militares, pelo que se considera mais correto designá-la por Força de Segurança Militar.

Decorrente do enquadramento histórico, podemos afirmar a Guarda Nacional Republicana com uma força de matriz gendármica, alicerçada nos princípios orientadores da criação da Guarda Real de Policia, em 1801, mas também uma força Republicana, considerando que a atual designação remonta à transição para o Regime Republicano, em 05 de outubro de 1910.



Figura 1– Dupla dependência ministerial



## 2. BREVE CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE INTERNO E EXTERNO

### 2.1. AMBIENTE INTERNO

#### 2.1.1. DEFINIÇÃO

A Guarda Nacional Republicana é, nos termos da sua Lei Orgânica, uma força de segurança de natureza militar, constituída por militares organizados num corpo especial de tropas e dotada de autonomia administrativa.

#### 2.1.2. ENQUADRAMENTO LEGAL

Nos termos da sua Lei Orgânica<sup>1</sup>, a Guarda Nacional Republicana é “uma força de segurança de natureza militar, constituída por militares organizados num corpo especial de tropas”, com jurisdição em todo o território nacional e no mar territorial, dependendo “do membro do Governo responsável pela área da administração interna”. As suas Forças “são colocadas na dependência operacional do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, através do seu comandante-geral, nos casos e termos previstos nas Leis de Defesa Nacional e das Forças Armadas e do Regime do Estado de Sítio e do Estado de Emergência, dependendo, nessa medida, do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional no que respeita à uniformização, normalização da doutrina militar, do armamento e do equipamento”.

Para além da sua Lei Orgânica, do seu Regulamento de Disciplina, Regulamento Geral do Serviço, Estatuto e Regulamento de Avaliação do Mérito dos seus militares, constituem traves mestras do enquadramento jurídico-constitucional da Guarda, a Constituição da República Portuguesa, a Lei de Segurança Interna, a Lei da Organização da Investigação Criminal, a Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas, a Lei das Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar e o Regime do Estado de Sítio e do Estado de Emergência.

Apesar de ter, ao longo da sua história, sofrido os reflexos diretos dos períodos de crise ou de ameaça à ordem e à segurança nacionais, vendo aumentados ou diminuídos os seus efetivos, com variações de amplitude da ordem dos 8 mil militares, a Guarda manteve-se, contudo, como características praticamente inalteráveis e fundamentais, nomeadamente a sua organização militar e a dupla dependência governamental, do Ministro da Administração Interna e do Ministro da Defesa Nacional, e a sujeição ao Código de Justiça Militar.

Pela sua natureza e polivalência, a Guarda encontra o seu posicionamento institucional no conjunto das forças militares e das forças e serviços de segurança, constituindo-se assim como uma Instituição numa posição de charneira, entre as Forças Armadas e as Forças e Serviços de Segurança.

Consequentemente, a GNR é uma força especialmente apta a cobrir, em permanência, todo o espectro da conflitualidade, em quaisquer das modalidades de intervenção das Forças Nacionais e nas mais diversas situações, desde o tempo de paz e de normalidade institucional ao tempo de guerra, passando pelas situações de crise, quer a nível interno, como externo.

Em situação de normalidade, a Guarda executa, fundamentalmente, as missões típicas de polícia, embora, no âmbito da execução da política de defesa nacional e em cooperação com as Forças Armadas, lhe possam ser cometidas missões militares.

Em situações de estado sítio ou de emergência, face à sua natureza, organização, equipamento, armamento e formação dos seus militares, apresenta-se como a força mais indicada para atuar em situações problemáticas e de transição, entre as Polícias e as Forças Armadas, caracterizando-consolidando a sua posição como uma Força de Segurança de Natureza Militar.

De igual modo, num mundo em mudança, em que as novas ameaças fazem esbater os limites entre a segurança interna e a segurança externa, a polivalência e as mais-valias da Guarda tornam-se ainda mais evidentes, colocando a Instituição na primeira linha da resposta nacional em matéria de Segurança e Defesa.

---

<sup>1</sup> Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro, e Declaração de Retificação n.º 1-A/2008, de 4 de janeiro



Figura 2– Posição da Guarda no Sistema Nacional de Forças

Já em caso de guerra, pela sua natureza militar e pelo seu dispositivo de quadrícula (que ocupa todo o território nacional), pode, isoladamente ou em complemento, desempenhar um leque muito alargado de missões das Forças Armadas. De igual forma, pode cobrir todo o espectro de missões no âmbito das denominadas «*crisis response operations*» (anteriormente designadas por OOTW - “*Other Operations Than War*” - Operações para além da Guerra), desde a fase de imposição às fases de manutenção e consolidação da paz, em complemento das Forças Armadas, com principal relevância para as fases pós-conflito, mas também as tarefas de polícia em substituição das polícias civis, nas fases posteriores e antes de alcançada a segurança e a estabilidade suficientes para que aquelas possam atuar.

### 2.1.3. MISSÃO LEGAL

No âmbito, dos sistemas nacionais de segurança e proteção, a GNR tem como missão assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, bem como colaborar na execução da política de defesa nacional, nos termos da Constituição e da Lei. A área sob responsabilidade da Guarda é atualmente de cerca de 94% do território nacional (86.597.4 Km<sup>2</sup>), na qual residem cerca de 53,8% da população portuguesa (5.756.027 habitantes).

### 2.1.4. ATRIBUIÇÕES

Constituem atribuições da Guarda<sup>2</sup>:

- Garantir as condições de segurança que permitam o exercício dos direitos e liberdades e o respeito pelas garantias dos cidadãos, bem como o pleno funcionamento das instituições democráticas, no respeito pela legalidade e pelos princípios do Estado de direito;
- Garantir a ordem e a tranquilidade públicas e a segurança e a proteção das pessoas e dos bens;
- Prevenir a criminalidade em geral, em coordenação com as demais forças e serviços de segurança;
- Prevenir a prática dos demais atos contrários à lei e aos regulamentos;
- Desenvolver as ações de investigação criminal e contraordenacional que lhe sejam atribuídas por lei, delegadas pelas autoridades judiciárias ou solicitadas pelas autoridades administrativas;

<sup>2</sup> Artigo 3.º da Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana (Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro, e Declaração de Retificação n.º 1-A/2008, de 4 de janeiro)



- Velar pelo cumprimento das leis e regulamentos relativos à viação terrestre e aos transportes rodoviários, e promover e garantir a segurança rodoviária, designadamente, através da fiscalização, do ordenamento e da disciplina do trânsito;
- Garantir a execução dos atos administrativos emanados da autoridade competente que visem impedir o incumprimento da lei ou a sua violação continuada;
- Participar no controlo da entrada e saída de pessoas e bens no território nacional;
- Proteger, socorrer e auxiliar os cidadãos e defender e preservar os bens que se encontrem em situações de perigo, por causas provenientes da ação humana ou da natureza;
- Manter a vigilância e a proteção de pontos sensíveis, nomeadamente infraestruturas rodoviárias, ferroviárias, aeroportuárias e portuárias, edifícios públicos e outras instalações críticas;
- Garantir a segurança nos espetáculos, incluindo os desportivos, e noutras atividades de recreação e lazer, nos termos da lei;
- Prevenir e detetar situações de tráfico e consumo de estupefacientes ou outras substâncias proibidas, através da vigilância e do patrulhamento das zonas referenciadas como locais de tráfico ou de consumo;
- Participar na fiscalização do uso e transporte de armas, munições e substâncias explosivas e equiparadas que não pertençam às demais forças e serviços de segurança ou às Forças Armadas, sem prejuízo das competências atribuídas a outras entidades;
- Participar, nos termos da lei e dos compromissos decorrentes de acordos, tratados e convenções internacionais, na execução da política externa, designadamente em operações internacionais de gestão civil de crises, de paz e humanitárias, no âmbito policial e de proteção civil, bem como em missões de cooperação policial internacional e no âmbito da União Europeia e na representação do País em organismos e instituições internacionais;
- Contribuir para a formação e informação em matéria de segurança dos cidadãos;
- Prosseguir as demais atribuições que lhe forem cometidas por lei.

Constituem, ainda, atribuições da Guarda:

- Assegurar o cumprimento das disposições legais e regulamentares referentes à proteção e conservação da natureza e do ambiente, bem como prevenir e investigar os respetivos ilícitos;
- Garantir a fiscalização, o ordenamento e a disciplina do trânsito em todas as infraestruturas constitutivas dos eixos da Rede Nacional Fundamental e da Rede Nacional Complementar, em toda a sua extensão, fora das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto;
- Assegurar, no âmbito da sua missão própria, a vigilância, patrulhamento e interceção terrestre e marítima, em toda a costa e mar territorial do continente e das Regiões Autónomas;
- Prevenir e investigar as infrações tributárias, fiscais e aduaneiras, bem como fiscalizar e controlar a circulação de mercadorias sujeitas à ação tributária, fiscal ou aduaneira;
- Controlar e fiscalizar as embarcações, seus passageiros e carga, para os efeitos previstos na alínea anterior e, supletivamente, para o cumprimento de outras obrigações legais;



- Participar na fiscalização das atividades de captura, desembarque, cultura e comercialização das espécies marinhas, em articulação com a Autoridade Marítima Nacional e no âmbito da legislação aplicável ao exercício da pesca marítima e cultura das espécies marinhas;
- Executar ações de prevenção e de intervenção de primeira linha, em todo o território nacional, em situação de emergência de proteção e socorro, designadamente nas ocorrências de incêndios florestais ou de matérias perigosas, catástrofes e acidentes graves;
- Colaborar na prestação das honras de Estado;
- Cumprir, no âmbito da execução da política de defesa nacional e em cooperação com as Forças Armadas, as missões militares que lhe forem cometidas;
- Assegurar o ponto de contacto nacional para intercâmbio internacional de informações relativas aos fenómenos de criminalidade automóvel com repercussões transfronteiriças, sem prejuízo das competências atribuídas a outros órgãos de polícia criminal.

### 2.1.5. MISSÕES PARCELARES

Das atribuições da Guarda decorrem as seguintes missões parcelares:

#### MISSÕES POLICIAIS

Compreende as missões de Polícia Criminal e de Polícia Administrativa Geral e Especializada, onde, por sua vez, as ações são desenvolvidas, com vista a assegurar a observância e a defesa da ordem jurídica globalmente considerada e a garantir a segurança e ordem públicas, a fiscalização e ordenamento da circulação rodoviária, o combate às infrações fiscais-aduaneiras e a vigilância das fronteiras.

##### **Polícia Criminal:**

Como Órgão de Polícia Criminal, a Guarda desenvolve um conjunto de ações que visam prevenir a criminalidade em geral e efetuar as diligências necessárias tendentes a investigar a existência de um crime, proceder à recolha de prova, determinar os seus agentes, e a sua responsabilidade e efetuar as consequentes detenções.

##### **Polícia Administrativa:**

Neste âmbito, a Guarda desenvolve todo um conjunto de atividades com vista a garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas, proteger pessoas e bens, prevenir a criminalidade e contribuir para assegurar o normal funcionamento das instituições democráticas, o regular exercício dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos e o respeito pela legalidade democrática.

É pois muito amplo e variado o campo de atuação dos militares da Guarda Nacional Republicana, abrangendo, praticamente, todas as possíveis infrações de natureza administrativa, não obstante a existência, nalguns serviços administrativos, de órgãos com competências policiais (inspeção e fiscalização) específicas.

No âmbito da Polícia Administrativa, destacam-se ainda os seguintes tipos de missões específicas, para algumas das quais a Guarda dispõe de unidades ou forças especializadas:

- Segurança e Ordem Pública;<sup>3</sup>

<sup>3</sup> Neste tipo de missões englobam-se todas as ações, com emprego de efetivos mais ou menos volumosos, que visam garantir a segurança e tranquilidade públicas e o restabelecimento da ordem quando alterada. Estas ações são realizadas pelas forças locais da Guarda, muitas vezes, pelas simples patrulhas dos Postos Territoriais, por forças empenhadas nas guardas de guarnição e por forças de intervenção dos Comandos Territoriais



- Fiscalização e Ordenamento da Circulação Rodoviária;<sup>4</sup>
- Polícia Fiscal e Aduaneira;<sup>5</sup>
- Proteção da Natureza e do Ambiente.<sup>6</sup>

### MISSÕES DE PROTEÇÃO E SOCORRO

As missões de proteção e socorro são desempenhadas por todas as Unidades da Guarda e inserem-se na obrigatoriedade de prestação de auxílio às pessoas em perigo, quer se encontrem isoladas, quer no caso de catástrofes naturais ou outras situações de acidente grave ou calamidade.

Nestas circunstâncias, a Guarda, por iniciativa própria ou em colaboração com outras entidades, pode executar as seguintes missões:

- Isolar e garantir a manutenção da Lei e da Ordem nas áreas afetadas;
- Garantir o controlo do tráfego, a abertura de corredores de emergência e o controlo de acesso às áreas afetadas;
- Coordenar as operações de movimentação das populações;
- Definir e implementar, em colaboração com as autoridades civis, os processos de identificação e credenciação do pessoal ligado às operações de socorro em situação de emergência;
- Colaborar nas ações de mortuária;

ou da Unidade de Intervenção. Está incluído nesta atividade, o denominado Serviço de Guarnição, que se determina pela segurança permanente ou eventual de inúmeros Edifícios Públicos, Altas Entidades e Estabelecimentos Prisionais. Neste âmbito, a Guarda executa Operações Estáticas de Segurança e Escortas. Nestas últimas, destacam-se as realizadas aos movimentos de valores do Banco de Portugal, a obras de arte ou a pessoas. No que se refere à Ordem Pública, a necessidade de a manter ou restabelecer, abarca problemas complexos e melindrosos, que se escalonam desde a simples rixa de aldeia, que normalmente é resolvida pronta e eficientemente pelos limitados efetivos do Posto local da Guarda Nacional Republicana, até às situações que, para controlo ou dispersão de manifestações volumosas, organizadas e agressivas, determinam a intervenção e o empenhamento de efetivos numerosos, articulados em unidades táticas especializadas, por vezes em conjunto com outras forças policiais. Compete ao Comandante de qualquer força da Guarda utilizar todos os meios ao seu alcance, ditados pelo bom senso, pela proporcionalidade e pela prudência, para dissuadir os amotinados, persuadi-los a dispersar e restabelecer a ordem.

4 As ações de fiscalização, ordenamento e disciplina do trânsito, pelas quais se visa, em primeiro lugar, garantir a segurança dos utentes das estradas do País, são desempenhadas em todo o território continental pelas Unidades nas suas respetivas zonas de ação e por uma unidade especializada da Guarda - a Unidade Nacional de Trânsito (UNT).

5 Sem embargo do cumprimento da missão geral, existe uma unidade especialmente vocacionada para o cumprimento da missão fiscal e aduaneira - a Unidade de Ação Fiscal. À GNR, como órgão de polícia fiscal aduaneira, compete a fiscalização, o controlo e o acompanhamento de mercadorias sujeitas ao regime aduaneiro, bem como a instrução de processos de contraordenação por infrações fiscais e aduaneiras, a aplicação das respetivas coimas e a realização de quaisquer diligências solicitadas pelas autoridades judiciárias.

6 A proteção e defesa do meio ambiente, da fauna e da flora, contra as agressões de que são vítimas, constantes e quase sempre impunes, criaram no homem moderno uma sensibilidade crescente para as questões ecológicas e ambientais.

Procurando dar resposta a mais este desafio, a Guarda criou o Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente (SEPNA), instituindo no seio das suas Unidades Territoriais, equipas especializadas, dotadas de meios humanos e materiais adequados à vigilância, deteção e tratamento policial das infrações praticadas contra a natureza e o meio ambiente.



- Receber e guardar os espólios dos cadáveres;
- Coordenar as ações tendentes a permitir a movimentação de pessoas e bens através das fronteiras;
- Colaborar nas ações de aviso, alerta e mobilização do pessoal envolvido nas operações de socorro e no aviso e alerta às populações, cedendo, sempre que necessário e possível, meios humanos e materiais;
- Efetuar buscas de pessoas soterradas ou desaparecidas, com recurso às suas equipas cinotécnicas especializadas para este tipo de missões.

Mais recentemente, com a criação do Grupo de Intervenção Proteção e Socorro (GIPS), a GNR viu esta área da missão significativamente desenvolvida e qualificada, especialmente no âmbito da primeira intervenção em fogos florestais.

#### **MISSÕES HONORÍFICAS E DE REPRESENTAÇÃO DE ESTADO (HONRAS MILITARES)**

Consistem na prestação de Guardas e Escoltas de Honra, a Altas Entidades nacionais, a Altas Entidades estrangeiras em visita ao nosso País e aos embaixadores entre nós acreditados, abrangendo, ainda, a representação nacional no estrangeiro, em cerimónias militares.

Integram-se também nestas missões honoríficas, as guardas aos edifícios onde funcionam e se alojam os principais Órgãos de Soberania do Estado, como a Presidência da República, a Assembleia da República e a Residência Oficial do Primeiro-Ministro.

São desempenhadas pela Unidade de Segurança e Honras de Estado (USHE), constituída pelo Esquadrão Presidencial, pela Subunidade de Honras de Estado e pela Subunidade de Segurança, para além da Charanga a Cavalos e da Banda da Guarda.

#### **MISSÕES MILITARES**

Como Corpo Militar que é, desde as suas mais remotas origens, a Guarda, em situações de crise ou guerra, está apta a passar, em qualquer momento, ao controlo operacional do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos consignados na Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas e do regime do estado de sítio e do estado de emergência, a cumprir determinadas missões militares, ordenadas através do seu Comandante-General.

Para o efeito, as Unidades de Infantaria e de Cavalaria da Guarda, podem articular-se para o combate, respetivamente, em subunidades de atiradores e subunidades de reconhecimento a cavalo e motorizado.

Sublinha-se que o facto do conhecimento que o efetivo da Guarda tem do terreno, das populações e das infraestruturas existentes, poder constituir um excelente apoio para as forças empenhadas em operações militares no território nacional, para além das valências que pode acrescentar às Forças Nacionais destacadas em operações militares de apoio à paz, onde as características e qualificações da GNR são cada vez mais indispensáveis nos modernos Teatros de Operações.

As missões militares que podem ser confiadas à Guarda são, principalmente, as seguintes: ações táticas limitadas de defesa e ataque; missões de vigilância e de ligação entre forças fixas ou móveis; ações no âmbito da segurança da área de retaguarda; ações de contraguerrilha como força de quadrícula; ocupação e defesa de pontos sensíveis; combate de ruas; lançamento de patrulhas de reconhecimento, de ligação e de contra-infiltração; ações no âmbito do controlo de danos; controlo das populações, de refugiados e de transviados; e fiscalização da circulação, abertura e segurança de itinerários e proteção e regulação do movimento de colunas auto.





## MISSÕES INTERNACIONAIS

Decorrente das relações internacionais estabelecidas pela Instituição, quer elas assumam um carácter bilateral ou multilateral, quer sejam de iniciativa própria ou através da tutela, podemos afirmar, de forma genérica, que o envolvimento da Guarda, no plano internacional, se dispersa pelas missões de gestão civil de crises, missões de paz e humanitárias e em missões de cooperação técnico-policial e operacional.

No que concerne às primeiras, mercê da sua dupla característica, militar e policial, a GNR está apta a desempenhar um vasto conjunto de missões e tarefas no âmbito das denominadas Operações de Apoio à Paz (AOP), que podem ir desde as missões militares, em complemento ou em cooperação com as FFAA, às missões civis, não apenas na sua componente policial, mas e acima de tudo, pela sua participação no esforço do “Capacity Building”, com tarefas de “Mentoring, Monitoring and Advising” (MMA).

A participação da GNR em missões OPA iniciou-se em 1995, aquando do embargo à ex-Jugoslávia, realizado no rio Danúbio, através da presença de um Oficial. Ainda no mesmo ano, em Angola, tomou parte na UNAVEM II, tendo empenhado meios sucessivamente na UNAVEM III e na MONUA, com um contingente que incluiu, para além do 2º Comandante da CIVIPOL, 65 observadores.

Já no ano 2000, pela primeira vez na sua história, a Guarda projetou para o estrangeiro uma força autossustentada, de escalão Companhia, para a missão de paz em Timor-Leste, constituindo-se na Força de Intervenção Rápida da UNTAET.

Em 2003, a Guarda volta a projetar uma força para uma missão de manutenção de paz. O Subagrupamento ALFA integrou-se na Multinational Specialized Unit (MSU) da Brigada Garibaldi das Forças de Coligação no Iraque (Portaria 1164/2003, de 10 setembro, 2ª Série).

Ao abrigo da Resolução n.º 1745, de 22 de fevereiro de 2007, do Conselho de Segurança da ONU, a GNR, no âmbito da UNMIT, reforçou o Subagrupamento Bravo, que se encontrava presente em Timor-Leste desde a Resolução n.º 1704, de 25 de agosto de 2006, com as missões de policiamento, segurança física e proteção das instalações e pontos sensíveis, operações anti insurreição, operações de busca e salvamento, captura de indivíduos perigosos e policiamento de áreas sensíveis.

No final de 2007, a Guarda deu início à sua participação na missão militar da União Europeia na Bósnia-Herzegovina (Operação ALTHEA). Tratou-se de uma missão no âmbito da EUROGENDFOR, contribuindo a Guarda com um Pelotão de Ordem Pública, uma Equipa de Investigação Criminal e cinco militares para o Quartel-General da Força, integrando uma IPU (Integrated Police Unit), composta, no seu conjunto, por duas Companhia de Ordem Pública, uma Unidade de Investigação, uma Unidade de Apoio Logístico e um Quartel-General. Adicionalmente, a Guarda assumiu, em obediência a um critério de rotação acordado entre os países participantes, diversos lugares de comando/chefia na missão, incluindo o comando da IPU, o comando das Companhias de Ordem Pública e o comando da Unidade de Investigação Criminal.

Já no final de 2010, iniciaram-se os preparativos para a participação da Guarda numa missão da NATO, neste caso no Afeganistão. Em março de 2011 foi projetada a primeira equipa de formadores e assessores da Guarda para Wardak, colaborando no esforço internacional de criação e implementação do maior centro de formação de polícia do Afeganistão e o único de dimensão nacional. A participação da Guarda neste esforço internacional terminou em 2013, com a retração do 4.º Contingente da Guarda na NTM-A (NATO Training Mission-Afghanistan).

Paralelamente, a Instituição vem marcando presença em múltiplas outras missões, quer sob a égide da União Europeia quer sob os auspícios da Organização das Nações Unidas (ONU), através de participações individuais, em locais tão distantes como o Haiti, a Geórgia, Mali, República Centro-Africana ou Timor-Leste.



No quadro da cooperação técnico-policial com os países que integram a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), a GNR vem assegurando, de acordo com as solicitações do Instituto Camões, a realização de múltiplas ações de formação e de assessoria técnica, em Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

A Guarda vem, ainda, tomando parte em múltiplas atividades no quadro da cooperação policial europeia, participando ativamente em Grupos de Trabalho e outros fora, a presença permanente em algumas Agências Europeias, como a EUROPOL, e a participação ativa em atividades operacionais comuns, destacando-se, pela dimensão do empenhamento, as Operações coordenadas pela Guarda Europeia de Fronteiras e Costeira (FRONTEX). Assume também bastante relevo a interação com alguns departamentos do Serviço Europeu de Ação Externa, nomeadamente o Civilian Planning Conduct Capability (CPCC) e o Crisis Management and Planning Directorate (CMPD), com ações de cooperação ao nível da formação e do planeamento.

Quanto à cooperação a nível multilateral, destaca-se a participação da Guarda na Associação FIEP e na Força de Gendarmerie Europeia (EUROGENDFOR), de cujos destinos foi responsável em 2012, ao acumular as presidências das duas organizações. Em 2018, a Guarda voltou a assumir a presidência do Comité Interdepartamental de Alto Nível (CIMIN) da EUROGENDFOR e voltará a assumir a presidência da FIEP em 2020.

### **ASSOCIAÇÃO FIEP**

A Associação FIEP integra Forças de tipo Gendarmerie e Policiais com estatuto militar, tendo sido criada em 12 de Maio de 1994, pela Gendarmerie Nationale Francesa, pela Arma dei Carabinieri Italiana e pela Guardia Civil Espanhola. Muito embora a Guarda Nacional Republicana apenas tenha integrado a referida Associação no ano de 1996, Portugal é considerado como um dos Países fundadores, como se pode verificar no próprio nome, que consiste num acrónimo composto pelas iniciais dos quatro Países (França, Itália, Espanha e Portugal – FIEP).

Posteriormente, aderiram a Jandarma da Turquia (1998), a Royal Marechaussee dos Países-Baixos (1999), a Gendarmerie Royale de Marrocos (1999), a Jandarmeria da Roménia (2002), os Carabineros do Chile (2005), a Gendarmeria Nacional da Argentina (2005), Gendarmerie da Jordânia (2010) e as Força de Segurança Interna (Lakhwiya) do Qatar (2012), a Guarda Nacional da Tunísia (2016), a Guarda Nacional da Ucrânia (2017), o Conselho Nacional dos Comandantes-Gerais das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares do Brasil (2017), as National Security Forces da Palestina (2017) e a Gendarmerie Nationale do Djibouti (2018). desde outubro de 2018, detêm estatuto de observadores a National Guard do Kuwait e a Gendarmerie Nationale do Senegal.

Dada a importância e interesse que a FIEP tem despoletado a nível global, como provam os recentes pedidos de adesão, a organização promoveu a alteração dos seus estatutos, deixando o cariz regional para passar a assumir uma dimensão global. Com a recente alteração estatutária de 2017, a organização passou a designar-se FIEP - Associação Internacional das Gendarmeries e de Forças de Polícia com estatuto militar (International Association of Gendarmeries and Police Forces with Military Statues).

A Presidência da Associação FIEP é assegurada pelos vários Países Membros, em regime de rotatividade anual. Neste contexto, durante o ano de 2012, coube à Guarda assegurar a Presidência Portuguesa, tendo sido responsável por conduzir o processo de adesão da Lakhwiya, que culminou com a sua entrada formal para a Associação FIEP, durante a Cimeira de Comandantes e Diretores-Gerais realizada em Sintra.

O principal objetivo da Associação FIEP é promover a cooperação e a troca de conhecimentos, boas práticas e experiências entre as Forças de Segurança de natureza militar dos Países que a integram.

Anualmente, para além da Cimeira de Comandantes e Diretores-Gerais, ocasião em que são tomadas as decisões de alto nível e definidas as linhas diretrizes para o ano que se segue, é promovido o intercâmbio de alunos entre as Escolas e Academias das Forças e são organizadas reuniões de trabalho, das Comissões de Novas Tecnologias e Logística, Assuntos Europeus, Organização dos Serviços e Recursos Humanos, assim como um Seminário Internacional.



Encontra-se, atualmente, a decorrer o processo de adesão da ANSAR & VDP do Bangladesh, sob a batuta da atual presidência da Royal Marechaussee.

#### **EUROGENDFOR (Força de Gendarmerie Europeia)**

A constituição da Força de Gendarmerie Europeia (EUROGENDFOR) foi uma iniciativa de cinco países da União Europeia (Portugal, Espanha, França, Itália e Holanda), todos com forças de segurança de natureza militar, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento da Política Comum de Segurança e de Defesa da União Europeia (EU) e dotar a Europa com uma maior capacidade para conduzir operações de gestão de crises, no âmbito das Conclusões dos Conselhos Europeus de Santa Maria da Feira e de Nice.

Animados de tal objetivo, os países referidos, potenciando as mais-valias das suas Forças de Segurança com estatuto militar, decidiram criar uma Força multinacional, operacional, pré-estruturada (modular), robusta, com capacidade de reação rápida (800 elementos, no prazo de 30 dias, número este que poderá chegar aos 2300), dotada de altos níveis de flexibilidade e interoperabilidade e especialmente vocacionada para assegurar todas as missões de polícia no âmbito da gestão civil de crises, em especial missões de Substituição. A respetiva "Declaração de Intenções" foi assinada em 17 de setembro de 2004, em Noordwijk (Holanda), tendo o Tratado que institui a EUROGENDFOR sido assinado em Velsen (Holanda), em 18 de outubro de 2007.

Para além da Guarda Nacional Republicana, são atualmente Membros da EUROGENDFOR, a Guardia Civil de Espanha, a Gendarmerie Nationale de França, a Arma dei Carabinieri de Itália, a Koninklijke Marechaussee da Holanda, a Jandarmeria da Roménia e a Żandarmeria Wojskowa da Polónia. A Turquia tem o Estatuto de Observador e participa nas iniciativas e atividades da Força através da Jandarma Turca e a Lituânia constitui-se como Parceira da EUROGENDFOR, através do Serviço de Segurança Pública Lituano.

Na sua estrutura organizativa, a EUROGENDFOR tem o Comité Interministerial de Alto Nível (CIMIN) que é o Órgão responsável pelo controlo político e pela direção estratégica da EUROGENDFOR, estando-lhe atribuídas, entre outras, as seguintes competências:

- Assegurar a coordenação político-militar entre os países participantes e, quando apropriado, entre estes e os demais países que venham a contribuir para as missões da Força;
- Nomear o Comandante da EUROGENDFOR e o Presidente do Conselho Financeiro;
- Aprovar a estrutura do Quartel-General Permanente, bem como os critérios de rotação das posições-chave deste;
- Aprovar o programa e os objetivos anuais de formação, no âmbito da EUROGENDFOR;
- Decidir sobre a participação da EUROGENDFOR em missões, definindo o seu enquadramento e dando diretivas gerais;
- Designar os Comandantes das Forças, estabelecer o envolvimento do Quartel-General Permanente na cadeia de Comando e aprovar a estrutura do Quartel-General e a participação de outros países nas missões;
- Decidir sobre os pedidos de adesão à EUROGENDFOR, bem como sobre a atribuição dos Estatutos de Observador e de Parceiro;
- Analisar e decidir sobre os pedidos de cooperação com a EUROGENDFOR;
- Aprovar o orçamento anual relativo ao funcionamento Quartel-General Permanente e as principais ações de natureza administrativo-financeira.



Têm assento no CIMIN representantes dos Ministérios que tutelam as Forças que integram a EUROGENDFOR e dos Ministérios responsáveis pela política externa e, em alguns casos, responsáveis pela política de defesa, dos respetivos países. Portugal é representado no CIMIN pelo Ministério da Administração Interna (através do Comandante-Geral da GNR) e pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Ao nível Operacional, a EUROGENDFOR tem um Quartel-General Permanente que está localizado em Itália, na cidade de Vicenza. Tem um efetivo de 36 Oficiais e Sargentos das diferentes Forças, sendo Comandado pelo Comandante da EUROGENDFOR, atualmente de nacionalidade Romena. A sua missão é, essencialmente, de planeamento operacional, monitorizando cenários de possível atuação, prevendo possíveis modalidades de intervenção e estabelecendo ligação entre os Países e as Organizações Internacionais que tutelam as missões.

No plano Tático, as Forças da EUROGENDFOR constituídas para cada missão, têm capacidade para atuar em todas as fases da resposta a uma crise, desde a intervenção militar até à transferência de responsabilidades para as autoridades civis locais ou para uma organização internacional. Estão aptas a desenvolver, em tal contexto e no âmbito de um mandato internacional, todo o espectro de tarefas de polícia, designadamente missões de restabelecimento e manutenção da ordem pública, investigação criminal, vigilância e recolha de informações, controlo de tráfico de ilícitos, polícia de fronteiras, proteção e segurança de pessoas e bens e formação de formadores e de oficiais de polícia.

A EUROGENDFOR está, prioritariamente, à disposição da União Europeia, embora possa atuar mediante requisição e mandato da ONU, da OSCE, da OTAN ou de outras Organizações Internacionais ad-hoc.

Com unidades constituídas, a EUROGENDFOR participou na Missão Militar da UE na Bósnia-Herzegovina (Operação ALTHEA), na qual assegurou a componente policial da Missão, na MINUSTAH (Missão das Nações Unidas no Haiti), garantindo a contribuição da UE para a situação de insegurança pós sismo, na missão de formação da OTAN no Afeganistão (NATO Training Mission – Afghanistan), constituindo o pilar fundamental na formação e capacitação das forças de polícia afegãs e na missão militar da EU na República Centro-Africana (EUFOR CAR), garantindo a componente de Gendarmerie da missão, essencial à pacificação dos bairros n.º 3 e 5 da capital-Bangui e consequente garante do retorno ao exercício da Autoridade pelas forças locais.

A EUROGENDFOR tem ainda a capacidade de projetar pequenas unidades especializadas, como acontece atualmente na MINUSMA, em que está a atuar com uma Serious Organized Crime (SOC) Team, e na Missão Militar EUTM, na República Centro-Africana e que desenvolve esforços para garantir o Pilar da Interoperabilidade, ou a título Individual, como é o caso da Missão EUCAP Sahel Mali.

#### 2.1.6. ÂMBITO TERRITORIAL<sup>7</sup>:

As atribuições da Guarda são prosseguidas em todo o Território Nacional e no mar Territorial. No caso de competência atribuídas simultaneamente à GNR e à Polícia de Segurança Pública, as áreas de responsabilidade são definidas por Portaria do Ministro da Tutela, e revistas periodicamente.

Fora da área de responsabilidade territorial definida, nos termos do ponto anterior, a intervenção da Guarda depende do pedido de outra força de segurança, de ordem especial ou de imposição legal, nomeadamente, no que diz respeito ao estipulado pelo Plano de Coordenação, Controlo e Comando Operacional das FSS.

Em algumas áreas específicas é cometida à Guarda a responsabilidade de atuação em todo o Território Nacional, nomeadamente, em matéria de âmbito fiscal e aduaneiro e de proteção da natureza e ambiente, mas também no que diz respeito à primeira intervenção em missões de proteção e socorro. Sempre que especifica e legalmente mandatada para o

---

<sup>7</sup> Artigo 5.º da Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana (Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro, e Declaração de Retificação n.º 1-A/2008, de 4 de janeiro)



efeito, a Guarda pode ainda prosseguir a sua missão fora do Território Nacional, tanto na vertente de atuação puramente militar, como na vertente policial, nas diversas dimensões de polícia geral, gestão de crises, ambiente, área fiscal e aduaneira, e proteção e socorro.

Em 2008 verificou-se um reajustamento relevante na delimitação das áreas territoriais à responsabilidade da Guarda e da Polícia de Segurança Pública. Atualmente, a Guarda tem responsabilidade territorial sobre de 94% do Território Nacional (86.597.4 Km<sup>2</sup>), na qual residem cerca de 53,8% da população (5.756.027 habitantes).

Em épocas festivas ou nos meses de Verão, pela movimentação das populações para os locais festivos ou zonas balneares a percentagem da população nas áreas de responsabilidade da Guarda sobe consideravelmente.

No âmbito rodoviário a Guarda detém à sua responsabilidade a quase totalidade da rede viária nacional (cerca de 97% do Território Nacional, dos quais 99,1% das autoestradas, 96,4% das estradas nacionais e 92,3% das estradas municipais).

A Guarda detém ainda uma vasta responsabilidade no plano da vigilância, interceção e patrulhamento terrestre e marítimo, que se estende a toda a orla costeira e mar territorial do Continente e Regiões Autónomas.

Por referência ao dispositivo e implantação territorial, a que se alia um conjunto diversificado de competências específicas e capacidades operacionais, é a Guarda uma força de segurança, de natureza militar, especialmente vocacionada para atuar em todo o espectro de prevenção e conflitualidade, servindo de forma próxima e desde modo, se legitimando junto da população, através da confiança das populações.

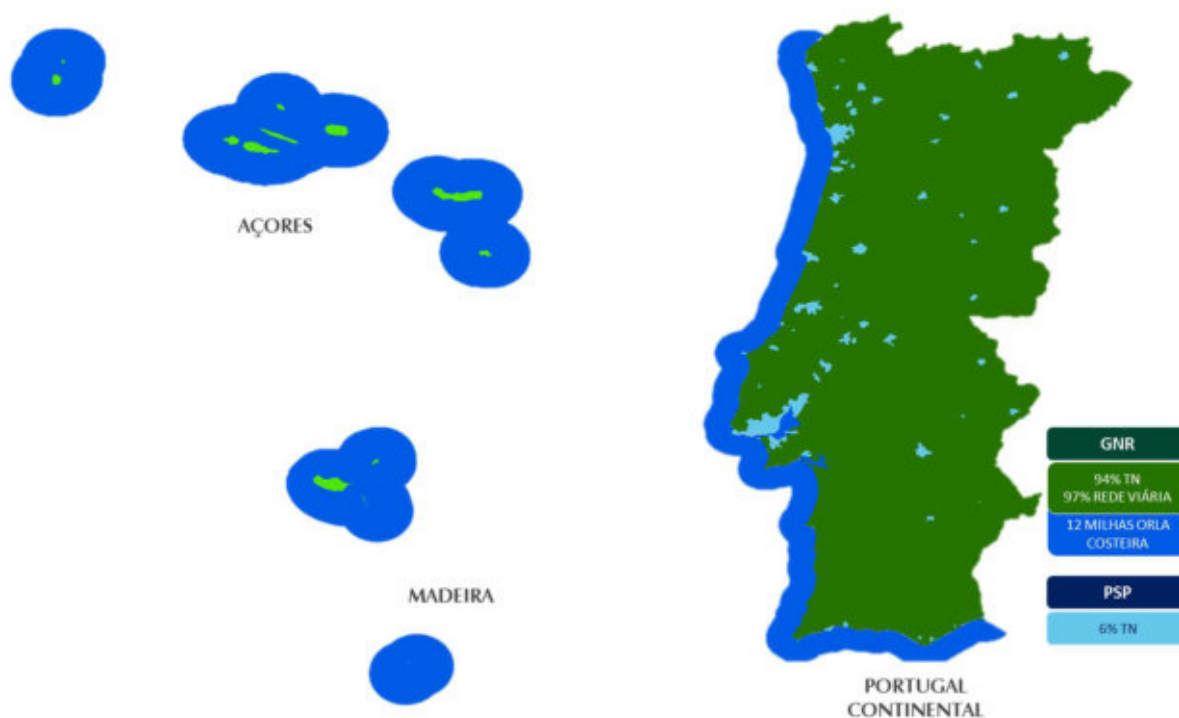


Figura 3– Competência territorial e marítima

### 2.1.7. ESTRUTURA ORGÂNICA

A Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro, que aprovou a nova Orgânica da Guarda, determinou uma profunda alteração estrutural desde Corpo Especial de Tropas, substituindo o Estado-Maior do Comando-Geral por três Comandos Funcionais (para as áreas operacional, administração de recursos internos e doutrina e formação), transformando as unidades em novas unidades alicerçadas em critérios de especialização e extinguindo um escalão de comando, a Brigada Territorial.

Nesse sentido foram criados os Comandos Territoriais de âmbito Distrital e Regiões Autónomas (Madeira e Açores), as Unidades Especializadas (Unidade Nacional de Trânsito, Unidade de Ação Fiscal e Unidade de Controlo Costeiro), a Unidade de Representação (Unidade de Segurança e Honras de Estado), a Unidade de Intervenção e Reserva (Unidade de Intervenção) e o Estabelecimento de Ensino (Escola da Guarda). Assim, a Guarda passa a compreender a Estrutura de Comando, as Unidades e o Estabelecimento de Ensino.



Figura 4– Estrutura orgânica da GNR



2.1.8. ENQUADRAMENTO NACIONAL

**DEPENDÊNCIAS**

Nos termos da sua atual Lei Orgânica, a Guarda depende do membro do Governo responsável pela área da Administração Interna.

As forças da Guarda são colocadas na dependência operacional do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, através do seu Comandante-Geral, nos casos e termos previstos nas Leis de Defesa Nacional e das Forças Armadas e do regime do estado de sítio e do estado de emergência, dependendo, nesta medida, do membro do Governo responsável pela área da Defesa Nacional no que respeita à uniformização e normalização da doutrina militar, do armamento e do equipamento.

**LIGAÇÕES FUNCIONAIS PARA A EXECUÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DA GUARDA**

Para o cumprimento da sua missão, a Guarda mantém ligações funcionais com vários departamentos do Estado ou outras instituições, entre as quais avulta a dependência funcional das Autoridades Judiciárias, instituída pelo Código de Processo Penal.

Entre as demais ligações, destacam-se as seguintes:

LIGAÇÕES FUNCIONAIS	ENTIDADES
<b>Âmbito Policial</b>  (Polícia Administrativa, Geral e Especializada)	Ministérios responsáveis pelas áreas da Justiça e das Finanças, dos Espetáculos e das Artes, das Alfândegas e Impostos Especiais de Consumo e das Florestas, a Autoridade Tributária e Aduaneira, a Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária e outras Forças e Serviços de Segurança e, de um modo geral, todas as Autoridades Públicas e Autarquias Locais.
<b>Âmbito das Atribuições de Proteção e Socorro</b>	Autoridade Nacional de Proteção Civil, a Cruz Vermelha Portuguesa e o Instituto Nacional de Emergência Médica.
<b>Âmbito das Atribuições Honoríficas</b>	Ministério dos Negócios Estrangeiros - Protocolo do Estado
<b>Âmbito Militar</b>	Ministério da Defesa Nacional, Estado-Maior General das Forças Armadas, Estados-Maiores dos Ramos

Figura 5– Estrutura orgânica da GNR

Assim, da conjugação destes dois preceitos e com recurso também a outra legislação avulsa, com especial destaque para o Regulamento Geral do Serviço da Guarda, pode-se afirmar que a Missão da GNR se reparte, fundamentalmente, pelas áreas da Segurança, da Proteção e da Defesa Nacional, ou seja, pelo cumprimento de missões e tarefas policiais, militares e de proteção e socorro.



## 2.2. AMBIENTE EXTERNO

Sem prejuízo de uma análise e reflexão mais pormenorizada, apresentam-se a seguir um conjunto de aspetos que caracterizam a envolvente externa à Guarda Nacional Republicana.

Atualmente, já não é possível estabelecer fronteiras entre segurança interna e externa. A dimensão holística e a desterritorialização das ameaças são agora os novos paradigmas de todas as estratégias de combate à insegurança. A globalização acelerada estende as ameaças e os problemas à escala planetária.

Após os ataques terroristas de Nova Iorque, de Madrid e de Londres, assiste-se a uma redefinição das estratégias de segurança, para fazer face a uma nova tipologia de ameaças, caracterizadas pelo esbater dos limites entre os conceitos de segurança interna e segurança externa. Assim, a abordagem do conceito de segurança começa a ser efetuada numa perspetiva alargada, abrangendo não só a indispensável dimensão da defesa, mas incluindo, também, outros domínios como os da política, economia, diplomacia, transportes e comunicações, educação e cultura, saúde, ambiente, ciência e técnica. Procura-se, por um lado, evidenciar a cooperação e a solidariedade entre os vários setores, como elementos essenciais, e, por outro lado, fazer face a riscos e ameaças que ocorram à escala global.

Com efeito, o conceito de Segurança alargou-se, assim, a áreas “não-tradicionais”, como o tráfico de droga e de seres humanos, o crime organizado, os problemas ambientais, a imigração ilegal, os fluxos migratórios desregulados e as catástrofes naturais ou tecnológicas, entre outras, que outrora não eram consideradas no âmbito das políticas de segurança dos Estados e das organizações internacionais.

Na verdade a crescente globalização que se vem verificando na atualidade, caracterizada pela complexidade e multiplicidade de atores e relações societais, a que corresponde uma premente densificação do conceito de segurança, exige, de modo permanente, da Guarda Nacional Republicana uma capacidade de antecipação, acompanhamento e adaptação aos fenómenos criminais, às ameaças e riscos à segurança das pessoas e bens, assegurando a proteção da sociedade como um todo. Este desafio, de sempre, no atual ambiente de governança da segurança, constitui uma preocupação de todos e deve ser um pressuposto inegável do planeamento institucional, nos quadros de resposta nacional e internacional.

Por seu turno, a crise económica e o crescimento do fosso entre ricos e pobres, faz aumentar o número de excluídos e marginais da sociedade, criando condições para a eclosão de conflitos e convulsões sociais graves.

De igual modo, cada vez mais extensas regiões do globo entram em crise social, que, evoluindo amiúde para convulsões e guerras internas, obrigam a Europa a, cada vez mais, intervir no exterior. Portugal e, conseqüentemente a Guarda não pode ficar alheio a tal resposta e vê, também, desviados significativos recursos humanos e materiais para tais missões, designadamente através das participações em missões internacionais com forças constituídas.

Paralelamente, a crise de valores nas sociedades modernas, com reflexos no coração da estrutura social, o aumento da mutabilidade e o crescente grau de exigência dos cidadãos, fruto de uma maior consciência da cidadania, tornam mais difícil e complexo o papel de quem tem funções de autoridade. Exigem mais conhecimento, novas abordagens, recurso às novas tecnologias e grande flexibilidade e mobilidade.

Pelo contexto internacional em que Portugal se insere, importa ainda referir a permeabilidade das fronteiras, que se traduz numa livre circulação de pessoas, bens e informação, que carrega para o ambiente de segurança inúmeros perigos e ameaças, aproximando as dimensões externa e interna, global e local, que devem conferir à atuação policial um necessário alargamento da área de influência.

O atual contexto da segurança interna caracteriza-se, entre outros aspetos, pelo aumento de algumas categorias de criminalidade (violenta e organizada) e pela crescente mediatização de tudo o que tem a ver com o crime, a polícia e a justiça, originando que o sentimento de insegurança dos cidadãos seja muito superior ao que seria expectável face à realidade criminal do nosso país, cujo combate constitui um dos desafios fundamentais das sociedades modernas.

Na senda, as forças de polícia de natureza militar assumem-se como inegável mais-valia, ao desempenharem a função de forças de charneira, entre as restantes forças e serviços de segurança cívica e as Forças Armadas.





Por referência ao largo espectro de intervenção da Guarda, consolidado nas atribuições legais e área de responsabilidade policial, urge a necessidade de continuarem a ser desenvolvidos esforços conducentes à especialização técnica e científica dos seus recursos, ao avanço da componente tecnológica, à reformulação dos modelos de intervenção e à aposta em novos processos de coordenação e de cooperação, no plano interno ou ao nível das relações com outros atores e sistemas internacionais, com a finalidade de providir para melhor servir.

Existem, por isso, fatores críticos e ameaças para a segurança individual e coletiva da sociedade portuguesa que se traduzem em novas exigências de reorganização, de flexibilidade e de atuação das forças de segurança, destacando-se as seguintes:

- Crescente possibilidade de manifestações e outras ações de protesto, com repercussões na segurança e na tranquilidade públicas;
- Assimetrias de desenvolvimento regional e a existência de aglomerados periféricos das grandes cidades;
- Concentração sazonal de grandes massas humanas nos espaços turísticos;
- Dimensão dos problemas ambientais;
- Novas formas de criminalidade transnacional (tráfico de drogas e de seres humanos, contrabando, descaminho e imigração clandestina), potenciada pelas crescentes dificuldades na vigilância da fronteira marítima e pela desestruturação do modelo de fronteiras nacionais;
- A permanente evolução das tecnologias da informação, das comunicações e dos transportes, associadas à globalização, servem de desígnio às complexas organizações dedicadas ao crime e ao terrorismo sem fronteiras, reclamando a cooperação europeia e crescente participação de Portugal em missões internacionais.

Este novo ambiente de segurança, caracterizado por novos desafios decorrentes da atual conjuntura económico-financeira, social, tecnológica, ambiental e mesmo político-legal, obriga a um posicionamento inequívoco da Guarda na arquitetura dos sistemas de segurança, proteção e defesa nacionais. Tal, associado a uma necessidade de legitimação social das atuações, pugna por uma forma habitual de moldar estruturas, atitudes e procedimentos, perspetivando os grandes desígnios que redundam nas causas da falta de segurança de modo geral, que quando não são as reais razões, potenciam o sentimento de insegurança.

Nesta senda, a atitude de qualquer instância de controlo formal não pode deixar de ser sagaz e oportuna, aberta à mudança e à adoção das medidas necessárias no âmbito dos conceitos, no plano das estruturas e dos processos, que perspetivem uma resposta mais eficaz aos desafios que se colocam num mundo em profunda alteração de paradigmas. Consequentemente, para fazer face à complexidade do atual ambiente de segurança e às exigências de índole social, económica e informacional do mundo contemporâneo, a Guarda deve guiar-se pela premissa da constante abertura à mudança, ciente de que tanto ao nível da genética organizacional, como no campo estrutural e operacional, a ideia de transformação deve ser uma constante.

Um dos principais desígnios do Comando da Guarda é sedimentar a Instituição como uma referência, através da valorização do vetor humano e da gestão do conhecimento, conjugando esforços que permitam fomentar a coesão institucional, promover a proximidade junto das populações, motivar todos os que integram quadros militares e civis e, na sequência, orientar os objetivos estratégicos, também pela dignificação das funções, em referência à disponibilidade decorrente da condição militar, como fator distintivo para o exercício da atividade policial, que deve ser compensada. Importa, assim, num processo de gestão que se prevê exigente, que seja adotado um conjunto de medidas capazes de garantir a completa articulação entre o Ministério da Administração Interna, a Guarda Nacional Republicana e as demais Forças e Serviços de Segurança, para que as estratégias e as ações a empreender sejam todas realizadas, rentabilizando os recursos disponíveis.



### 3. TIPIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS E FATORES DISTINTIVOS

Face às atribuições que lhes estão cometidas, torna-se necessário que os serviços públicos identifiquem os serviços que prestam/fornecem e analisem a sua pertinência perante a mutação permanente em que a sociedade se encontra.

Pretende-se, pois, que os organismos respondam, com eficácia, às reais necessidades dos seus clientes, apelando, para o efeito, à capacidade de inovação e à criatividade dos seus profissionais, no sentido de detetarem novos produtos e serviços que vão ao encontro dos interesses dos utentes.

Neste sentido, os serviços devem questionar-se, permanentemente, numa perspetiva de reflexão, quanto:

- À validade do que fazem;
- À relação custo/benefício;
- À oportunidade do que produzem;
- Às potencialidades de que dispõem para a realização de novos produtos.

Neste sentido, a Guarda Nacional Republicana tem readaptado a sua missão, reformulando o que se encontra legalmente preceituado à realidade e às reais necessidades dos seus utentes.

#### 3.1. TIPIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

- Manter a ordem e a tranquilidade públicas, a segurança e a proteção das pessoas e dos bens;
- Prevenir a criminalidade e a prática dos demais atos contrários à lei e aos regulamentos;
- Desenvolver as ações de investigação criminal e contraordenacional que lhe sejam atribuídas por lei, delegadas pelas autoridades judiciárias ou solicitadas pelas autoridades administrativas;
- Promover e garantir a segurança rodoviária, designadamente através da fiscalização, do ordenamento e da disciplina do trânsito;
- Participar no controlo da entrada e saída de pessoas e bens no território nacional e europeu;
- Proteger, socorrer e auxiliar os cidadãos e defender e preservar os bens que se encontrem em situações de perigo, por causas provenientes da ação humana ou da natureza;
- Manter a vigilância e a proteção de pontos sensíveis, nomeadamente infraestruturas rodoviárias, ferroviárias, aeroportuárias e portuárias, edifícios públicos e outras instalações críticas;
- Assegurar o cumprimento das disposições legais e regulamentares referentes à proteção e conservação da natureza e do ambiente, bem como prevenir e investigar os respetivos ilícitos;
- Prevenir e investigar as infrações tributárias, fiscais e aduaneiras, bem como fiscalizar e controlar a circulação de mercadorias sujeitas à ação tributária, fiscal ou aduaneira
- Participar na fiscalização das atividades de captura, desembarque, cultura e comercialização das espécies marinhas;
- Executar ações de prevenção e de intervenção de primeira linha, em todo o território nacional, em situação de emergência de proteção e socorro, designadamente nas ocorrências de incêndios florestais ou de matérias perigosas, catástrofes e acidentes graves;



- Colaborar na prestação das honras de Estado;
- Cumprir, no âmbito da execução da política de defesa nacional e em cooperação com as Forças Armadas, as missões militares que lhe forem cometidas.

### 3.1.1. FATORES DISTINTIVOS

Dada a natureza da GNR, como força militar, esta aporta os seguintes fatores distintivos e/ou diferenciadores:

- **Choque:** Caracterizado pela capacidade de intervenção reforçada ou musculada na totalidade do espectro dos grandes eventos.
- **Massa:** Derivada da implementação territorial, da capacidade e de apoio mútuo entre unidades, o que permite uma rápida concentração de meios no local e no momento adequado.
- **Mobilidade:** Acentua a capacidade de projeção e de apoio logístico de forças em todo o Território Nacional.
- **Flexibilidade e Modularização:** Caracterizada pela capacidade de organização e de articulação de unidades constituídas, permitindo exponenciar a capacidade de manobra e a unidade de comando.
- **Prontidão, Disponibilidade e Disciplina:** Enraizados nos valores e nos deveres inerentes à condição militar.

Exercidos através das seguintes valências:

- **Intervenção Pesada:** Pela utilização de equipamento e armamento militar, bem como de outros meios especiais, dos quais se destacam os NRBQ (Nuclear, Radiológico, Biológico e Químico).
- **Cavalaria:** Utilização, exclusiva, de forças a cavalo no patrulhamento preventivo e na manutenção e restabelecimento da ordem pública.
- **Cinotecnia:** Reconhecida credibilidade, a nível nacional e internacional, na área da formação e no empenhamento operacional dos meios cinotécnicos.
- **Trânsito e Segurança Rodoviária:** Pela existência de uma Unidade Nacional de Trânsito, altamente especializada no âmbito da fiscalização, do ordenamento e da disciplina do trânsito.
- **Controlo de Fronteiras Externas:** Especialmente através da Unidade de Controlo Costeiro, concretizada na vigilância e no patrulhamento e na interceção terrestre ou marítima, em toda a costa e mar territorial do continente e das Regiões Autónomas.
- **Fiscal e Aduaneiro:** Através da Unidade de Ação Fiscal, unidade especializada de âmbito nacional com competência específica de investigação para o cumprimento da missão tributária, fiscal e aduaneira cometida à Guarda.
- **Informação Criminal:** Elevada capacidade de recolha de informação, face à dispersão territorial do dispositivo.
- **Operações Especiais:** Através da resolução de incidentes tático-policiais, intervenção em ações de contraterrorismo, e em situações de violência concertada e de elevada perigosidade, complexidade e risco.
- **Proteção da Natureza:** Combate às agressões ambientais e da natureza, através do Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente, uma vez que o seu dispositivo se encontra implementado a nível nacional.
- **Seguranças e Honras de Estado:** Através da proteção e segurança às instalações dos Órgãos de Soberania e pela prestação de honras de Estado.

#### 4. PRINCIPAIS UTILIZADORES / DESTINATÁRIOS / INTERESSADOS (STAKEHOLDERS)

A identificação dos principais clientes, assume especial atenção e relevância na análise do ambiente externo, face à diversidade de atribuições da Guarda. Os *stakeholders*, enquanto pessoas, organizações ou grupos suscetíveis de influenciar ou ser influenciados, constituem-se como partes interessadas nas atividades desempenhadas e/ou nos resultados obtidos pela Guarda na condução da sua missão e das suas atribuições.

O estudo dos *stakeholders*, do qual se apresenta a matriz abaixo, procurou considerar a organização Guarda como pertencente a um sistema aberto, com múltiplas relações de influência, por se entender que estas não são autoindependentes ou autossuficientes.

Assim, identificados e analisados os interessados na atividade desenvolvida pela Guarda, ressalta a existência de pessoas ou de grupos específicos com interesse no produto final. Em face disso, e como se demonstra no quadro abaixo, após uma categorização de cada um dos intervenientes, é possível saber quem são os *stakeholders*, em função do seu nível de poder, que podem obstruir ou impedir o progresso da atividade, bem como quem são os que têm poder ou a influência para contribuir para o sucesso da Guarda.

Por outro lado, importa igualmente analisar os *stakeholders* à luz do seu nível de interesse, pois tal é fundamental para a definição da postura a adotar.

São, pois, estas influências mútuas nas relações existentes que vão atuar, direta ou indiretamente, na escolha da estratégia a ser implementada para a tomada de decisão.

Do vasto, complexo e diferenciado conjunto de *Stakeholders*, destacamos os cidadãos em geral, as entidades públicas, a Tutela – MAI, os Oficiais, Sargentos, Guardas e Civis que integram o mapa de efetivos de pessoal da Guarda e a comunicação social. Existindo outros, estes são os atores que mais interagem com a Guarda e relativamente aos quais a GNR deve ser vista como um interlocutor de competência, confiança e cooperação.

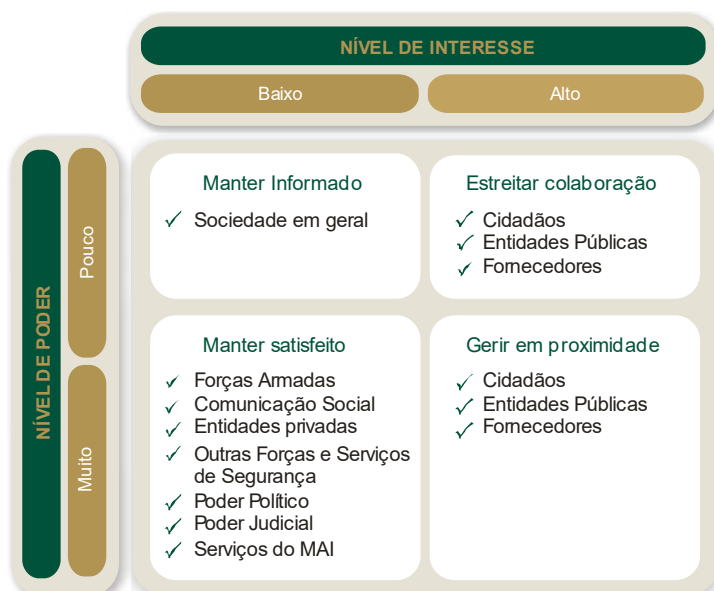


Figura 6 – Stakeholders



STAKEHOLDERS	CARACTERÍSTICAS	O QUE ESPERAM DE NÓS	O QUE ESPERAMOS DELES	GRAU DE PODER	GRAU DE INFLUÊNCIA	GRAU DE INTERESSE	
INTERNOS	GCG/GNR	<ul style="list-style-type: none"> <li>CULTURA MILITAR</li> <li>COMANDANTE-GERAL DA GNR</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>COOPERAÇÃO SÓLIDA E DE CONFIANÇA</li> <li>GESTÃO EFICAZ E EFICIENTE</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>ORIENTAÇÕES ESPECÍFICAS</li> <li>PERSUASÃO E INFLUÊNCIA</li> <li>INTERLOCUTOR</li> </ul>	ELEVADO	ELEVADO	ELEVADO
	OFICIAIS, SARGENTOS, GUARDAS E CIVIS/GNR	<ul style="list-style-type: none"> <li>OFICIAIS, SARGENTOS, GUARDAS E CIVIS QUE INTEGRAM O MAPA DE PESSOAL DA GUARDA</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>RECONHECIMENTO PROFISSIONAL</li> <li>PROGRESSÃO NA CARREIRA</li> <li>BOM AMBIENTE DE TRABALHO</li> <li>ORIENTAÇÕES CLARAS E PRECISAS</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>CUMPRIMENTO DA MISSÃO</li> <li>COMPETÊNCIA E EMPENHO</li> <li>ESPÍRITO DE MISSÃO</li> <li>ESPÍRITO DE SACRIFÍCIO</li> <li>SOLIDARIEDADE E ENTREAJUDA</li> <li>DISCIPLINA E COESÃO MILITAR</li> </ul>	MÉDIO	ELEVADO	ELEVADO
	ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS	<ul style="list-style-type: none"> <li>ASSOCIAÇÃO DOS OFICIAIS DA GUARDA (AOG)</li> <li>ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE OFICIAIS DA GUARDA (ANOG)</li> <li>ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS DA GUARDA (ANSNGR)</li> <li>ASSOCIAÇÃO SÓCIO-PROFISSIONAL DA GUARDA (APG)</li> <li>ASSOCIAÇÃO SÓCIO-PROFISSIONAL INDEPENDENTE DA GUARDA (ASPIG)</li> <li>ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE GUARDAS (ANAG)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>DIÁLOGO</li> <li>SENSIBILIDADE PARA COM OS ASSUNTOS APRESENTADOS</li> <li>DEFESA DOS INTERESSES DOS ASSOCIADOS</li> <li>MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>ESPÍRITO CRÍTICO CONSTRUTIVO</li> <li>LEALDADE E CLAREZA</li> <li>DEFESA DOS INTERESSES DOS ASSOCIADOS COM OBJETIVOS ATINGÍVEIS</li> </ul>	MÉDIO	MÉDIO	ELEVADO
EXTERNOS	CIDADÃOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>POPULAÇÃO RESIDENTE OU EM TRÂNSITO NAS ÁREAS À RESPONSABILIDADE DA GUARDA</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>GARANTE DA SEGURANÇA E DO BEM-ESTAR</li> <li>PROTEÇÃO</li> <li>RESPOSTA PRONTA ÀS SOLICITAÇÕES</li> <li>VISIBILIDADE E PROXIMIDADE</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>RECONHECIMENTO DO TRABALHO DESENVOLVIDO</li> <li>COLABORAÇÃO</li> </ul>	MÉDIO	MÉDIO	ELEVADO
	FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>FORNECEDORES</li> <li>PRESTADORES DE SERVIÇOS</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>CUMPRIMENTO DOS CONTRATOS</li> <li>TRANSPARÊNCIA DE PROCEDIMENTOS</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE QUALIDADE</li> <li>CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES</li> <li>FLEXIBILIDADE</li> </ul>	REDUZIDO	REDUZIDO	MÉDIO
	ENTIDADES PÚBLICAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>ORGANISMOS GOVERNAMENTAIS</li> <li>TRIBUNAIS</li> <li>AUTARQUIAS</li> <li>FORÇAS ARMADAS</li> <li>OUTRAS ENTIDADES</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>COMPETÊNCIA</li> <li>COLABORAÇÃO</li> <li>CONFIANÇA</li> <li>COOPERAÇÃO ESTRATÉGICA</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>COMPETÊNCIA</li> <li>COLABORAÇÃO</li> <li>CONFIANÇA</li> <li>COOPERAÇÃO ESTRATÉGICA</li> </ul>	MÉDIO	ELEVADO	ELEVADO
	ENTIDADES PRIVADAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>ONG</li> <li>ASSOCIAÇÕES</li> <li>CLUBES</li> <li>OUTRAS</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>PROFICIÊNCIA</li> <li>COLABORAÇÃO</li> <li>SEGURANÇA E PROTEÇÃO</li> <li>RESPOSTA PRONTA ÀS SOLICITAÇÕES</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>COLABORAÇÃO</li> <li>CONFIANÇA</li> <li>CUMPRIMENTO DOS COMPROMISSOS</li> </ul>	REDUZIDO	MÉDIO	MÉDIO



STAKEHOLDERS	CARACTERÍSTICAS	O QUE ESPERAM DE NÓS	O QUE ESPERAMOS DELES	GRAU DE PODER	GRAU DE INFLUÊNCIA	GRAU DE INTERESSE	
EXTERNOS	TUTELA – MAI	<ul style="list-style-type: none"> <li>DECISOR POLÍTICO</li> <li>DISPONIBILIZA SERVIÇOS PARTILHADOS</li> <li>AVALIADOR</li> <li>INSPEÇÃO</li> <li>DEFINE ORÇAMENTO</li> <li>DEFINE CARTA DE MISSÃO DO COMANDANTE-GERAL</li> <li>APROVA QUAR/OBJETIVOS</li> <li>APROVA O MAPA DE PESSOAL</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>CUMPRIMENTO DA MISSÃO E DAS DIRETIVAS E INSTRUÇÕES</li> <li>GESTÃO CRITERIOSA E RACIONAL DOS RECURSOS</li> <li>PRESTAÇÃO DE UM SERVIÇO DE QUALIDADE</li> <li>COOPERAÇÃO ESTRATÉGICA</li> <li>COMPETÊNCIA</li> <li>DISCIPLINA</li> <li>PRONTIDÃO</li> <li>LEALDADE</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>DEFINIÇÃO DE OBJETIVOS CLAROS E EXEQUÍVEIS</li> <li>DISPONIBILIZAÇÃO DOS RECURSOS NECESSÁRIOS</li> <li>DEFESA DOS INTERESSES INSTITUCIONAIS E DO PESSOAL</li> <li>COOPERAÇÃO ESTRATÉGICA</li> <li>APOIO</li> <li>RECONHECIMENTO</li> </ul>	ELEVADO	ELEVADO	ELEVADO
	OUTRAS FORÇAS E SERVIÇOS DE SEGURANÇA NACIONAIS	<ul style="list-style-type: none"> <li>POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA</li> <li>POLÍCIA JUDICIÁRIA</li> <li>SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS</li> <li>DIREÇÃO-GERAL DAS ALFÂNDEGAS E DOS IMPOSTOS ESPECIAIS SOBRE O CONSUMO</li> <li>SERVIÇOS DE INFORMAÇÕES</li> <li>OUTROS</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>COOPERAÇÃO</li> <li>CONFIANÇA</li> <li>PARTILHA DE INFORMAÇÃO</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>COOPERAÇÃO</li> <li>CONFIANÇA</li> <li>PARTILHA DE INFORMAÇÃO</li> </ul>	REDUZIDO	MÉDIO	ELEVADO
	OUTRAS FORÇAS E SERVIÇOS DE SEGURANÇA ESTRANGEIROS	<ul style="list-style-type: none"> <li>GUARDIA CIVIL (ESPANHA)</li> <li>GENDARMERIE NATIONALE (FRANÇA)</li> <li>ARMA DEI CARABINIERI (ITÁLIA)</li> <li>ROYAL MARECHAUSSÉE (HOLANDA)</li> <li>GENDARMERIE ROMENA</li> <li>JANDARMA TURCA</li> <li>OUTROS</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>COOPERAÇÃO</li> <li>CONFIANÇA</li> <li>PARCERIAS</li> <li>FORMAÇÃO</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>COOPERAÇÃO</li> <li>CONFIANÇA</li> <li>PARCERIAS</li> <li>FORMAÇÃO</li> </ul>	REDUZIDO	MÉDIO	ELEVADO
	COMUNICAÇÃO SOCIAL	<ul style="list-style-type: none"> <li>TELEVISÃO</li> <li>RÁDIO</li> <li>JORNAIS</li> <li>REVISTAS</li> <li>OUTROS</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>COLABORAÇÃO</li> <li>TRANSPARÊNCIA</li> <li>TRANSMISSÃO OPORTUNA DE INFORMAÇÕES</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>CONFIANÇA</li> <li>RESPEITO</li> <li>RECONHECIMENTO</li> </ul>	MÉDIO	ELEVADO	ELEVADO

Figura 7 – Análise dos Stakeholders



## 5. METODOLOGIA

Este relatório possibilita, aos níveis mais elevados da hierarquia, uma visão integrada da atividade da Guarda desenvolvida em 2018, permitindo realizar uma avaliação global do desempenho das suas Unidades Orgânicas, face aos objetivos superiormente fixados.

A base documental a que se socorreu, para além da legislação que regula a organização e funcionamento da Guarda, contemplou ainda os seguintes elementos:

- Programa do XXI Governo Constitucional;
- Relatório Anual de Segurança Interna – RASI 2017 - Orientações Estratégicas
- Orçamento de Estado para 2018;
- Proposta de Orçamento de Estado para 2018;
- Lei de Organização da Investigação Criminal (Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto);
- Estratégia da Guarda 2020 – Uma estratégia de futuro;
- Plano Estratégico da Guarda 2020;
- Objetivos Estratégicos definidos no Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) para 2015-2020.

A existência de um QUAR aprovado para o ano económico de 2018, permite a adoção de uma metodologia na elaboração do presente relatório de atividades, em moldes semelhantes à estrutura do plano de atividades referente aquela data, procedendo-se à divisão de Projetos/Atividades em concorrentes e não concorrentes para os objetivos operacionais, alinhados com os objetivos de nível estratégico, cuja vigência se estende a médio prazo (entre 3 a 5 anos).

O presente Relatório de Atividades foi elaborado em obediência ao Decreto-Lei 183/96, de 27 de setembro, tendo por objetivo identificar projetos, atividades e ações programadas e desenvolvidas, no sentido do cabal cumprimento da missão e atribuições da Guarda, dando especial enfoque aos recursos utilizados para a sua concretização.







# Capítulo II

ENQUADRAMENTO

ESTRATÉGICO

## 1. MISSÃO RESTABELECIDADA

Assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, no âmbito dos sistemas nacionais de segurança e proteção, bem como colaborar na execução da política de defesa nacional.

## 2. CENTRO DE GRAVIDADE

O Centro de Gravidade Estratégico da Guarda é a Sociedade e incorpora:

- As **Pessoas** – focalizado nos Cidadãos;
- O **Território** – compreendendo de forma direta o Território Nacional e o mar territorial e, subsidiariamente, o espaço estratégico de interesse nacional conjuntural;
- Os **Movimentos** – determinados designadamente ao nível da utilização da rede viária e na orla costeira;
- As **Instituições Democráticas** – enquanto garante da Soberania do Estado, compete-lhe garantir o seu normal funcionamento, a sua segurança, representação e honras de Estado.



Figura 8 – Centro de Gravidade

## 3. VISÃO

Ser uma Força de Segurança humana, próxima e de confiança que se distinga pela excelência do serviço que presta e seja reconhecida como referência nacional e internacional no domínio da segurança.

## 4. NÍVEL DE AMBIÇÃO



A Guarda Nacional Republicana é uma Instituição de natureza militar, moderna, responsável e respeitada e, no âmbito das suas atribuições e na área geográfica de responsabilidade, constitui uma força de amplo espectro operacional, presente e próxima que age de forma proactiva, integradora e orientada para a proteção dos Cidadãos, das Instituições Democráticas e dos seus bens, prevenindo e reprimindo a criminalidade, contribuindo para o fortalecimento do sentimento de segurança, consolidando as sinergias criadas com a Sociedade, em especial com as Forças Armadas e Forças e Serviços de Segurança nacionais e estrangeiras.

## 5. VALORES

O alinhamento dos valores corporativos com a missão e com a visão da Guarda são um fator determinante para o fortalecimento e desenvolvimento de uma nova cultura organizacional em busca da excelência.

Os valores a seguir apresentados têm como pressuposto fundamental a condição militar, que representa uma entrega total, pelo que encerra uma exigência constante de disponibilidade, de frequente renúncia a comodismos, de sacrifícios sem conta e, muitas vezes, com enormes incompreensões, a que se associa a prossecução de um ideal de servir. Há valores éticos e restrições voluntariamente assumidas que não têm paralelo em qualquer outra instituição, de que o juramento de doação da vida pela Pátria e a disponibilidade permanente, sem restrições, são aspetos únicos da condição militar.

Ser-se militar é, mais do que uma profissão, uma condição.

Os valores Institucionais representam as crenças e convicções dominantes, constituindo-se como elementos motivadores para um esforço conjugado que representará unidade e coerência na prossecução do serviço público. Enquanto elemento singular no quadro do Sistema de Segurança Nacional - por sua vez composto pelos subsistemas de Segurança Interna; de Segurança do Estado (Serviços de Informações); de Proteção Civil e de Defesa Nacional – a Guarda Nacional Republicana constitui-se como uma Instituição verdadeiramente **ÚNICA**, caracterizada pela constância dos valores institucionais alinhados com esta unicidade.



Figura 9 – Valores

Entre outros, constituem valores institucionais:

- **União (Coesão)** – na relação de compromisso entre os seus membros para com a própria Instituição, no cumprimento da missão. A união entre os elementos da Instituição assegura a superação das dificuldades no cumprimento da missão, inexequíveis se a atuação decorrer de forma isolada;
- **Disciplina** – na exata observância das leis e regulamentos, bem como das ordens e instruções emanadas pela cadeia hierárquica em matéria de serviço, em obediência aos princípios inerentes à condição de militar;



- **Conhecimento e Inovação** – na aquisição de conhecimento essencial para um “desenvolvimento inteligente” vocacionado para a melhoria da segurança e liberdade dos Cidadãos, promovendo a inovação no desenvolvimento da atividade policial, antecipando ameaças e riscos que comprometam os direitos, liberdades e garantias constitucionalmente consagrados;
- **Competência e Isenção** – no saber agir consciente e reconhecido, sempre com *independência em relação a interesses ou a pressões de qualquer índole, implicando a mobilização, a integração e transferência de conhecimento, recursos e aptidões que agreguem valor à organização e aos seus elementos.*
- **Lealdade e Responsabilidade** – na obrigação do desempenho de funções em subordinação aos objetivos do serviço e na prossecução do interesse público, na absoluta observância das leis do Estado. No velar pelo seu cumprimento, no respeito pelas autoridades que têm por missão assegurar a execução dessas mesmas leis e na plena obediência às ordens por elas emanadas. A responsabilidade traduz-se no exercício responsável da autoridade, no compromisso perante a sociedade, moldando a atuação por critérios de rigor, transparência e isenção, aos quais se associa a presença constante de superiores padrões morais e éticos.

## 6. PRINCÍPIOS

Além dos valores institucionais, deve ainda a conduta institucional nortear-se, em permanência, pelos seguintes princípios:

- **Cultura Militar e de Segurança** – são as referências essenciais na atitude profissional de permanente aprendizagem para melhor servir o Cidadão em geral pugnano pelo estrito cumprimento dos deveres militares, segundo elevados padrões de disciplina, lealdade e espírito de camaradagem e disponibilidade que aglutinam a Instituição, fomentando o espírito de corpo;
- **Qualidade e rigor** – pela competência no serviço público de proximidade e permanente aprofundamento do conhecimento, constante avaliação de resultados e divulgação de boas práticas de prevenção e pro-atividade em busca da sublimidade;
- **Responsabilidade “accountability”** – como conduta ética e símbolo de responsabilidade objetiva perante a sociedade;
- **Transparência** – traduz-se na clareza, lisura e equidade como a Instituição desenvolve a atividade de prestação de um serviço público, procurando fortalecer a legitimidade social da sua ação, bem como o reconhecimento do seu valor estratégico nos sistemas nacionais de segurança, proteção e defesa;
- **Integridade Institucional** – por referência às pessoas, ao território, aos movimentos e às instituições democráticas, para alcançar:
  - A excelência, pela eficiência, eficácia e pioneirismo no serviço de segurança;
  - A cooperação, balizada pela ética, através da partilha de competências e ideias com os restantes atores;
  - A valorização das pessoas, pelo serviço direcionado às competências e capacidades individuais e pela realização pessoal dos militares e civis que servem na Instituição;
  - O comprometimento perante a sociedade, de modo resiliente em relação às atribuições legais institucionais, e para com os militares e civis que servem na Guarda em relação aos objetivos comuns, por referência a elevados padrões éticos e respeito pelos princípios do Estado de Direito Democrático.



Figura 10 – Princípios

## 7. DEONTOLOGIA MILITAR

Trata da aplicação das regras gerais da moral ao caso concreto da condição militar, descrevendo e justificando a conduta do bom soldado, não porém ao nível das prescrições legais, mas sim das exigências da sua natureza enquanto homem (cultura institucional e valores éticos).

### CÓDIGO DE HONRA DO MILITAR DA GUARDA

- O militar da Guarda observa em todas as circunstâncias as características da condição militar e cumpre, rigorosa e responsabilmente, os seus deveres militares e estatutários.
- O militar da Guarda, como "soldado da lei", impõe-se à consideração, respeito e simpatia das populações, através de uma impoluta integridade de carácter, reconhecida a honestidade, esmerada educação, exemplar comportamento moral e cívico, boa conduta nos procedimentos da sua vida pública e privada e respeitável ambiente familiar.
- O militar da Guarda como agente da força pública, atua sempre de acordo com a autoridade em que está investido, só recorrendo ao uso da força nos casos expressamente previstos na lei, quando absolutamente necessário e apenas na medida exigida pelo cumprimento das suas funções.
- O militar da Guarda só utiliza as armas para repelir uma agressão iminente ou em execução, em defesa própria ou de terceiros e para vencer a resistência violenta à execução de um serviço no exercício das suas funções e manter o princípio de autoridade, após intimação formal aos resistentes de obediência e esgotados todos os outros meios para o conseguir.
- O militar da Guarda cumpre sempre o dever que a lei impõe de servir a coletividade e de proteger todas as pessoas contra atos ilegais, em conformidade com o alto grau de responsabilidade que a sua profissão exige.
- O militar da Guarda respeita a dignidade humana e defende e protege os direitos fundamentais de toda a pessoa.
- O militar da Guarda não comete, instiga ou tolera, qualquer ato de tortura ou qualquer outro castigo ou tratamento cruel, inumano ou degradante, nem invoca ordem dos seus superiores ou circunstâncias excepcionais para os justificar.



- O militar da Guarda vela para que a saúde das pessoas à sua guarda esteja plenamente protegida e toma imediatamente medidas para que os cuidados médicos lhe sejam dispensados sempre que tal se imponha.
- O militar da Guarda não só não comete quaisquer atos de corrupção, como deve rigorosamente combatê-los e opor-se-lhes quando deles tenha conhecimento.
- O militar da Guarda diligencia permanentemente pelo cumprimento da sua missão em condições morais, profissionais e psicológicas que protejam a imparcialidade, a integridade e a dignidade da sua função, face às prescrições legais respeitadoras dos direitos humanos fundamentais.
- O militar da Guarda é pessoalmente responsável pelos atos e omissões que tenha executado ou ordenado e que sejam contrários aos direitos fundamentais da pessoa.
- O militar da Guarda mantém sigilo quanto aos factos e matérias de carácter confidencial de que toma conhecimento no exercício das suas funções, a menos que exigências do serviço ou necessidades da justiça tal não permitam.
- O militar da Guarda respeita a lei e opõe-se, em todas as circunstâncias e com toda a sua capacidade, a todo e qualquer ato que a viole, agindo prontamente quando este puder provocar prejuízo imediato ou irreparável, ou, caso contrário, esforça-se por impedir as suas consequências e a sua repetição, informando hierarquicamente.
- O militar da Guarda tem a preocupação permanente de dignificar este corpo militar através do seu aprumo e da forma como se apresenta uniformizado.
- O militar da Guarda tem sempre como lema a honra pessoal e o engrandecimento da pátria.

### CÓDIGO DE CONDUTA DO MILITAR DA GUARDA

É dever de todo o militar da Guarda:

- Cumprir a Missão de acordo com a Causa Pública, o Interesse Público e a Lei.
- Servir a Coletividade Nacional e proteger todas as pessoas contra os atos ilegais.
- Respeitar e proteger a dignidade humana.
- Defender e proteger os direitos fundamentais de toda a pessoa.
- Só aplicar a força em último caso e quando for exigido pelo cumprimento das suas funções.
- Só recorrer às armas de fogo em legítima defesa, quando o presumido delinquente opuser resistência armada e se não for possível a utilização de outros meios.
- Não divulgar informações de carácter confidencial a não ser no cumprimento das suas funções ou quando as necessidades de justiça o exigirem.
- Não infringir, instigar ou tolerar atos de tortura ou de qualquer outro tipo de castigo cruel, inumano ou degradante.
- Não praticar o abuso da autoridade.
- Combater e opor-se vigorosamente a todos os atos de corrupção.



## 8. SÍMBOLOS<sup>8</sup>

A Guarda e as suas Unidades, incluindo as Unidades constituídas para atuar fora do território nacional e o estabelecimento de ensino, têm direito ao uso do Estandarte Nacional. A Guarda tem direito a brasão de armas, bandeira heráldica, hino, marcha, selo branco e condecoração privativa (Medalha de D. Nunes Alvares Pereira – Mérito da Guarda Nacional Republicana).

As Unidades da Guarda têm direito a brasão de armas, selo branco a bandeiras heráldicas, que, nas Subunidades, tomam a forma de guião de mérito.

O Comandante-Geral tem direito ao uso de galhardete.

Os símbolos e a condecoração referidos, bem como o regulamento de atribuição desta, são aprovados por Portaria do Ministro da tutela.

O Dia da Guarda é comemorado a 3 de maio, em evocação da Lei que criou a atual instituição nacional, em 1911.

As Unidades da Guarda têm direito a um dia festivo para a consagração da respetiva memória histórica, definido por despacho do Comandante-Geral.

## 9. DESENVOLVIMENTO DE MEDIDAS PARA UM REFORÇO POSITIVO DO DESEMPENHO

### ANÁLISE SWOT

Para delinear a estratégia, adotou-se a análise *SWOT*, que permite identificar os fatores críticos, articulando a análise das vulnerabilidades e das potencialidades da Instituição e, simultaneamente, a análise do ambiente interno e externo, nomeadamente dos fatores que se constituem como principais ameaças e oportunidades. A matriz *SWOT*, permite-nos balancear o jogo de forças entre os pontos fracos e fortes da Instituição, por um lado, e as ameaças e oportunidades, por outro.

### SWOT – Potencialidades

- Elevada coesão e cultura institucional decorrente da sua natureza militar;
- Forte Identidade e vocação gendármica<sup>9</sup>;
- Amplo espectro de atuação operacional (no âmbito da segurança interna, das missões militares e da gestão civil de crises);
- Implantação e presença efetiva em todo o TN;
- Inserção simultânea nos sistemas nacionais de segurança, proteção e defesa;
- Capacidade de projeção e articulação de forças/unidades constituídas de polícia;

<sup>8</sup> Artigo 7º e 8º da Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana (Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro, e Declaração de Retificação n.º 1-A/2008, de 4 de janeiro)

<sup>9</sup> Decorre da expressão francesa *Gendarmerie* que pretende sintetizar os elementos identitários comuns às forças de segurança de natureza militar, caracterizados por um espectro alargado de competências nos domínios da segurança interna, proteção e socorro, bem ainda como no âmbito da defesa nacional.



- Forças de Intervenção em elevado nível de prontidão, com capacidade de deslocamento e emprego em todo o TN;
- Capacidade de intervenção rápida, conjunta e combinada, nas diferentes áreas do espaço estratégico de interesse nacional (permanente e conjuntural);
- Referência nacional nos domínios da fiscalização, ordenamento e disciplina do trânsito, com capacidade operacional para assegurar a responsabilidade na rede viária;
- Capacidade especialmente vocacionada para a segurança dos Órgãos de Soberania, e infraestruturas críticas e, supletivamente, para a prestação de Honras de Estado;
- Referência nacional no emprego operacional de solípedes e canídeos;
- Capacidade fundamental no plano da vigilância, interceção e patrulhamento terrestre e marítimo, da orla costeira e mar territorial do Continente e Regiões Autónomas;
- Competências exclusivas no âmbito fiscal e aduaneiro;
- Referência nacional/valência exclusiva nas áreas da proteção da natureza e ambiente;
- Agente determinante no domínio da 1.ª intervenção em missões de proteção e socorro em TN;
- Capacidade de inspeção judiciária subaquática;
- Elevada qualidade da formação dos RH, nos domínios técnico-científico, físico, ético e comportamental, com formação em contexto militar;
- Cooperação reforçada com forças congéneres nos espaços regional, mediterrânico, europeu e internacional;
- Prestígio e reconhecimento internacional alcançado por via das boas-práticas internas e do desempenho externo;
- Ampla experiência e credibilidade em operações internacionais *jus post bellum*.

## SWOT – Condicionamentos

- Crescente complexidade da gestão de recursos e dos mecanismos de decisão;
- Interoperabilidade dos diferentes sistemas de gestão;
- Infraestruturação e migração para a RNSI;
- Intermitências na afetação e emprego dos recursos disponíveis;
- Perda gradual de efetivos e aumento das atribuições institucionais (missões/responsabilidades operacionais);
- Avaliação do desempenho na Categoria de Guardas;
- Desgaste do parque imobiliário, automóvel e afeto ao serviço marítimo;
- Meios operacionais sujeitos a elevado desgaste;
- Limitações em infraestruturas vocacionadas para o treino tático-policial;
- Limitações em meios adequados para operação no mar territorial em condições adversas de navegação;
- Limitações na capacidade de gestão operacional integrada;
- Envelhecimento tendencial dos recursos humanos;
- Assimetria das qualificações escolares entre gerações, com impacto nas expectativas dos recursos humanos mais qualificados;
- Capacidade de cibersegurança em fase de desenvolvimento inicial.





## SWOT – Desafios

- Mediatização do fenómeno securitário e crescente consciencialização da opinião pública sobre os assuntos da segurança;
- Implementação de novos modelos de policiamento;
- Ponderação sobre o justo balanceamento entre a exploração de alternativas de gestão dos recursos (procura de ganhos de eficiência por via do outsourcing), com a manutenção da autossuficiência de serviços essenciais definidores da Instituição Militar;
- Evolução da *Governance* da segurança e fomento de parcerias locais, regionais e internacionais;
- Políticas de racionalização e modernização administrativa;
- Acesso a fundos estruturais e de investimento no âmbito do acordo de parceria Portugal 2020;
- Participar na formação de forças congéneres, integrar a rede europeia de escolas de polícia e partilhar lições aprendidas;
- Otimizar as condições para criação de um Centro de Excelência para formação e treino de unidades constituídas de polícia;
- Afirmação e consolidação, no quadro de atuação da NATO, ONU e UE, das forças de cariz gendármico;
- Integrar organismos internacionais e participação em operações no âmbito da componente externa da Segurança Interna;
- Participação ativa em fóruns internacionais nos domínios da segurança;
- Reforço da cooperação com instituições e agências europeias e internacionais;
- Reforço da cooperação com as Forças e Serviços de Segurança da CPLP;
- Reforço dos laços e parcerias entre membros da EUROGENDFOR e FIEP;
- Normalização e certificação de processos e procedimentos;
- Desenvolvimento de infraestruturas tecnológicas com impacto na eficácia operacional;
- Requalificação e modernização de infraestruturas e equipamentos das FSS;
- Participação na operacionalização da estratégia nacional de desenvolvimento sustentado em matéria ambiental e de ordenamento do território;
- Desenvolvimento permanente da estratégia genética;
- Aprofundamento da presença nos quatro pilares da Segurança Nacional (Defesa Nacional; Segurança de Estado; Segurança Humana; e Segurança Interna);
- Alinhamento do processo de formação dos RH segundo o paradigma da formação por competências;
- Exploração das dimensões subjacentes à utilização do espaço aéreo, subaquático e subsolo para ações nos domínios da proteção da natureza e ambiente, proteção e socorro, controlo costeiro, segurança rodoviária e ordem pública;
- Assegurar a presença e atuação progressiva no mundo *ciber*, afirmando a Guarda como determinante no mundo real e no mundo virtual;
- Obter mais-valias operacionais do desenvolvimento e utilização de novas tecnologias.



## SWOT – Constrangimentos

- Complexidade das questões relacionadas com a segurança, aumento das assimetrias sociais e da evolução demográfica;
- Desterritorialização, mobilidade e sofisticação da criminalidade;
- Criminalidade associada ao novo quadro de ameaças globais;
- Fenómenos de criminalidade associados às novas tecnologias;
- Dimensão da criminalidade transnacional organizada;
- Deficiente interoperabilidade dos sistemas de informação existentes nas diferentes FSS;
- Insuficiente coordenação entre os diversos atores dos sistemas ligados à segurança nacional;
- Impacto da crise económica e financeira mundial na ordem interna dos Estados;
- Impacto no sentimento de insegurança da população decorrente da redução dos apoios sociais;
- Riscos associados à retração da presença do Estado em Território Nacional;
- Ausência de referenciais que enformem uma cultura forte de segurança e cidadania por parte das populações;
- Aumento do sentimento de descrença das populações nas instâncias de controlo formal;
- Défice de pensamento estratégico estruturado e de continuidade, no âmbito da segurança interna;
- Atuação das FSS sujeita a um forte escrutínio mediático;
- Crescente competição institucional entre FSS;
- Complexidade do Sistema de Segurança Interna, com impactos ao nível da coordenação e articulação de esforços nos patamares estratégico e operacional;
- Emergência de novos delitos e formas de violência e crescente desenvolvimento do fenómeno das incivildades (perda de autoridade);
- Fenómeno da urbanização/metropolização da sociedade gerador de assimetrias regionais potenciadoras de insegurança.

## 10. OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS EM 2018

### 10.1. ORIENTAÇÕES GERAIS

Visando a prossecução do modelo prefigurado na Missão e Visão institucionais, norteados pelos valores que caracterizam a Guarda Nacional Republicana, elegeram-se quatro Linhas de Orientação Estratégica que visam a orientação do esforço coletivo da Instituição Guarda Nacional Republicana, no sentido da concretização da visão do Comandante-Geral para o período 2015-2020.

A definição deste horizonte visa garantir, através do alinhamento entre os instrumentos estratégicos e os demais instrumentos de gestão, a estabilidade e sustentabilidade das políticas e estratégias organizacionais, bem como o inequívoco compromisso dos diferentes níveis de Comando e Direção/gestão organizacional com as estratégias e objetivos organizacionais de médio prazo.

Constituem Linhas de Orientação Estratégica da Guarda Nacional Republicana:



#### **“FORÇA DE SEGURANÇA PRESENTE E PRÓXIMA” - REFORÇAR A CONFIANÇA DOS CIDADÃOS NA INSTITUIÇÃO**

Uma força de segurança com a dispersão e presença territorial da Guarda obriga-se a procurar a proximidade ao Cidadão, para através de uma melhor interação criar uma relação de confiança mútua com a população, legitimando-se socialmente. Nesse sentido, constitui desígnio da Guarda o reforço do patrulhamento comunitário e de proximidade, orientado para a proteção dos cidadãos em geral e, em particular, das pessoas especialmente vulneráveis, como as mulheres, as crianças, os jovens, os idosos e as vítimas de maus-tratos.

Neste domínio, importa consolidar uma atuação que tem sido caracterizada pelo sucesso alcançado junto das populações, quer pela utilização das tecnologias de informação potenciadoras de uma maior interação Guarda-Cidadão, quer sobretudo pelo impacto dos Programas Especiais de Prevenção e Policiamento (PEPP), numa orientação que tem primado pelo sucesso do patrulhamento de proximidade e segurança comunitária.

Importa ainda fortalecer a cooperação e colaboração com as diversas entidades de apoio social locais no combate ao isolamento, à pobreza, à discriminação e à exclusão social, mostrando, em permanência, abertura ao estabelecimento de parcerias com entidades locais e com atores relevantes da sociedade civil.

Constituirá prioridade da Guarda uma abordagem proactiva e disponibilidade permanente na defesa e salvaguarda dos direitos fundamentais do Cidadão, privilegiando domínios como a integridade da vida humana e a proteção do património. Ainda neste domínio importará assegurar uma resposta célere e eficaz no âmbito de todas as atribuições da Guarda, mantendo o vigor na prevenção, consciencialização e repressão de comportamentos de risco. Em razão da natureza militar, posicionamento no sistema de forças nacional, implantação territorial, espetro missionário e atuação específica da Guarda em todo o território nacional, deverão ser potenciadas as sinergias que decorrem da articulação das diferentes valências operacionais, pro bono da segurança interna e, no necessário, quanto à defesa nacional.

#### **“OTIMIZAR PARA CRIAR VALOR” - OTIMIZAR OS RECURSOS CRIANDO VALOR**

Cientes da complexidade da conjuntura que o País atravessa, teremos que assumir as inerentes limitações e encarar a obrigação de aplicar os recursos de forma racional e criteriosa, com o mesmo rigor que tem caracterizado a vida e a gestão da Guarda, contudo, procurando manter elevados padrões de operacionalidade. Num contexto económico-financeiro de crise, caracterizado por acrescidos esforços de contenção orçamental, é fundamental garantir novas formas de financiamento, através do concurso a linhas de financiamento comunitárias direcionadas para projetos de modernização, de equipamentos, de tecnologias e para a qualificação dos recursos humanos.

O aproveitamento e obtenção de recursos disponibilizados através de fundos estruturais, de investimento ou específicos para o domínio da segurança interna constitui uma oportunidade e um desiderato fundamental para erguer novas capacidades e valorizar as existentes, possibilitando uma resposta operacional mais eficiente e, simultaneamente, mais qualificada.

Nesta conjuntura, a aprovação de uma nova Lei Orgânica permitirá inequivocamente corrigir alguns constrangimentos identificados e que urge superar de forma a conferir à Guarda a eficácia e a funcionalidade necessárias. Uma tal reorganização permitirá melhorar significativamente o Comando, Coordenação e Controlo das unidades operacionais, e um controlo, gestão, e supervisão mais eficaz na áreas de apoio à atividade operacional.

Também ao nível do dispositivo territorial, importa garantir a sua adequação e efetivo operacional ajustados às necessidades de policiamento público de proximidade e de visibilidade junto das populações, mediante o incremento de afetação dos recursos humanos ao desempenho de valências operacionais, com especial enfoque em zonas consideradas de maior risco e sujeitas a flutuações sazonais.

Nesta linha, a otimização da capacidade do dispositivo, visa assegurar a adequação do serviço prestado às necessidades e expectativas das populações.



Importará igualmente ter uma visão abrangente dos parques imobiliário e automóvel, racionalizando, beneficiando e renovando os meios que permitam à Guarda garantir e melhorar os níveis de eficiência operacional, bem como garantir as condições adequadas de trabalho aos profissionais da Instituição que diariamente exercem a exigente atividade de segurança junto das populações.

**“MODERNIZAR, INOVAR E SIMPLIFICAR” - MODERNIZAR, INOVAR E SIMPLIFICAR, GARANTIDO A CELERIDADE E EFICIÊNCIA DOS PROCESSOS**

A modernização de procedimentos deve ser o referencial para simplificar a vida do Cidadão e permitir redirecionar os militares para o que é a essência da sua missão – a atividade em prol da segurança dos cidadãos. Com efeito, neste âmbito importa privilegiar o recurso a novas tecnologias de informação e de comunicação, mantendo a aposta na inovação tecnológica ao serviço da segurança, valorizando a formação dos recursos humanos, desmaterializando processos e simplificando procedimentos, para requalificar os serviços operacional e de apoio, potenciando uma maior articulação entre as Forças e Serviços de Segurança. Neste particular, a Guarda aspira a firmar-se como uma Instituição de vanguarda, apostando em áreas vitais como a investigação e desenvolvimento (I&D) direcionadas para as áreas core business, afetando para o efeito os seus recursos humanos mais qualificados, mantendo uma firme aposta numa sólida formação técnica e comportamental, num espírito de «*learning organization*» assente nas premissas «aprendizagem, renovação, inovação e partilha do conhecimento».

Entre um conjunto diversificado de medidas possíveis neste domínio, importa manter o esforço de consolidação do Sistema Integrado de Informação Criminal (SIIC) e privilegiar a partilha de informações operacionais entre as Forças e Serviços de Segurança, via Plataforma de Intercâmbio de Informação Criminal (PIIC).

No contexto das políticas de racionalização e modernização importa manter a opção pelo Sistema Integrado de Informações Operacionais Policiais (SIOP), sistema que permitirá, a par de outras medidas de simplificação e monitorização administrativa, prestar ao Cidadão um serviço policial de excelência, conferindo maior capacidade operacional no âmbito da prevenção e combate à criminalidade, ao mesmo tempo que potencia a interoperabilidade entre os sistemas dos vários parceiros que contribuem para a segurança nacional e internacional.

Também ao nível das atividades de apoio e de gestão estratégica organizacional importa garantir a interoperabilidade e a comunicação entre os diversos sistemas de informação – necessariamente entre sistemas ligados à área operacional e às atividades de apoio - que possibilite suprimir redundâncias ao mesmo tempo que incrementa a qualidade de gestão e garante uma perspetiva agregada da performance institucional.

Neste domínio, afirma-se igualmente essencial continuar o desenvolvimento dos sistemas de informação para apoio à Decisão, concluindo a operacionalização do SIGFORM no âmbito da formação e a desmaterialização do processamento da Informação ao nível do Comando-Geral e dos Comandos Funcionais, na senda da sua simplificação, celeridade e desburocratização.

Decorre da obrigatoriedade de adoção de medidas de modernização administrativa, a necessidade de incidir num conjunto de domínios prioritários de atuação no âmbito dos programas de recetividade ao utente e que devem enquadrar a conduta da Guarda nesta matéria, designadamente ao nível da racionalização e simplificação de formalidades, melhoria de instalações e equipamentos que constituam infraestruturas ao atendimento incidindo igualmente ao nível da formação do atendimento ao público, privilegiando a adoção de sistemas, métodos e técnicas inovadores que potenciem uma pronta resposta às solicitações legítimas dos utentes, visando o aumento da qualidade e impacte dos serviços prestados.

Neste domínio, a Guarda deverá ainda ter presente a possibilidade de o futuro lhe reservar responsabilidades adicionais face à retração de serviços do Estado de algumas partes do TN. Tal probabilidade, só por si realça o relevante papel dos postos territoriais junto das populações, enquanto unidade basilar do dispositivo territorial da Guarda.



## “QUALIDADE – COOPERAR PARA MELHORAR” - INCREMENTAR A COOPERAÇÃO E ARTICULAÇÃO COM OUTROS ORGANISMOS PROCURANDO MELHORAR A QUALIDADE DO SERVIÇO

A cooperação e articulação entre os diferentes organismos que concorrem para o mesmo objetivo constituem desígnio da Guarda Nacional Republicana. A garantia da cooperação institucional é não só um dever de todos os agentes do Estado, como um elemento fundamental para um Portugal mais seguro e tranquilo.

Constitui escopo fundamental da estratégia institucional, a cooperação e coordenação com os diferentes atores que integram ou estão ligados aos sistemas nacionais de segurança, proteção e defesa, bem como os demais atores que diariamente interagem com a Guarda, condição essencial para obter sucesso no plano da segurança nacional.

Na mesma linha, é fundamental afirmar o empenhamento Institucional na execução da política externa, através da participação, nos termos da lei e dos compromissos decorrentes de acordos, designadamente em operações internacionais de gestão civil de crises, de paz e humanitárias, no âmbito policial e de proteção civil, bem como em missões de cooperação policial internacional e no âmbito da União Europeia e na representação do País em organismos e instituições internacionais.

No âmbito dos compromissos internacionais assumidos, cientes da importância para a Segurança Interna nacional da presença de uma força de segurança de natureza militar nos mais relevantes fóruns europeus e internacionais, a Guarda manterá uma postura proactiva no relacionamento e participação enquanto membro fundador de instituições como a FIEP, a Força de Gendarmerie Europeia - EUROGENDFOR e a agência FRONTEX. No caso específico da EUROGENDFOR, a Guarda manterá a disponibilidade para participação em operações de gestão de crises, no quadro da UE, da ONU, da NATO e de outras organizações internacionais, sempre que as circunstâncias o determinem.

A nível externo, é fundamental manter a vitalidade das relações de cooperação com os países da CPLP, essenciais para fortalecer os laços de comunhão que a língua portuguesa encerra, bem como a sua afirmação no espaço lusófono no Atlântico Sul. O salutar relacionamento entre a Guarda e as forças congéneres dos países lusófonos, permitem potenciar a partilha de experiências e de conhecimento, imprescindível para a capacitação e requalificação dos recursos humanos.

A cooperação direta com as Forças de Segurança Espanholas, especialmente com a *Guardia Civil*, continuará a merecer uma atenção especial sobretudo pela sua importância no quadro da segurança das regiões fronteiriças e, num âmbito mais geral, do próprio espaço Ibérico.

No âmbito da «Iniciativa 5+5 Defesa - vertente gendarmeries» importa incrementar a cooperação entre os países da orla costeira do Mediterrâneo Ocidental, nomeadamente a França, Itália, Portugal, Espanha, e Malta (da margem norte) e a Argélia, Líbia, Mauritânia, Marrocos e Tunísia (da margem sul), visando assegurar condições de estabilidade, de confiança e de franca colaboração que respondam às preocupações comuns na área da segurança, designadamente em matéria de vigilância marítima, proteção civil, imigração ilegal, tráfico de seres humanos, de armas e de estupefacientes.

Para os próximos anos a Guarda pretende estreitar relações com os Países da União Europeia, da CPLP, com os Reinos de Espanha e de Marrocos, preconizando para o efeito as seguintes iniciativas:

- Incrementar uma maior e mais profunda troca de informações policiais em resultado da permanente evolução dos métodos e formas da criminalidade;
- Reforçar os contactos a nível central e local entre os Oficiais de Ligação nas áreas temáticas de Operações, Informações, Investigação Criminal, Trânsito, Controlo Costeiro, Fiscal e Proteção da Natureza;
- Aumentar o intercâmbio na área da Formação com a participação de militares em cursos realizados nas Congéneres, contribuindo para a uniformização de procedimentos e de formas de atuação;



- Potenciar os intercâmbios de informação através dos Centros de Cooperação Policial e Aduaneira (CCPA), visando adquirir um conhecimento mútuo da delinquência e criminalidade transfronteiriça;
- Desenvolver ao nível dos serviços marítimos a possibilidade de troca de dados de navios.

Do ponto de vista da estratégia organizacional, reputa-se como essencial a afirmação da Guarda no domínio da cooperação internacional, em particular nas questões de foro criminal, no âmbito da UE, de acordo com a incorporação na legislação interna das diretivas comunitárias nesta matéria.

A participação da Guarda nos diversos fóruns a nível europeu – de entre as quais se destacam a EUROPOL, FRONTEX, OLAF e o CEPOL – e a nível internacional – a INTERPOL e AMERIPOL – permite potenciar a ligação para continuar a fomentar a partilha de informação e de boas práticas de investigação entre pares, constituindo escopo fundamental na luta contra a criminalidade, nomeadamente a caracterizada como violenta e grave, permitindo ainda um conhecimento mais alargado sobre a mobilidade e organização dos grupos criminais de âmbito transnacional.

No plano interno, constitui desígnio a adoção de métodos que visem assegurar a avaliação da performance organizacional, dando voz ativa aos seus stakeholders, percecionando as expectativas e anseios perante aquela que deve ser a resposta eficiente, firme e ajustada da Guarda face aos desafios que lhe estão cometidos. Com efeito, é fundamental garantir um papel renovado da Inspeção da Guarda, mais proactivo na procura da satisfação das legítimas expectativas das populações, intervindo e adotando dinâmicas de qualidade.

Os vetores estratégicos definidos, naturalmente transversais a toda a Instituição, traduziram-se em objetivos, de nível estratégico e operacional, cuja prossecução constitui o centro da ação de comando, o farol para a orientação do esforço e a matriz para a afetação de recursos, em sede de elaboração do Plano de Atividades.

Os objetivos plurianuais e anuais da Guarda, estratégicos e operacionais, estão como veremos adiante, coerentes com os desígnios do programa do XXI Governo Constitucional, das Grandes Opções do Plano em matéria de segurança interna e das Orientações Estratégicas inscritas no Relatório Anual de Segurança Interna (RASI).



## 10.2. ORIENTAÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Nesta definição de objetivos, foram ainda considerados os princípios e estratégias de ação enformadoras do documento de Estratégia de Segurança Interna da União Europeia, apresentados adiante.

Importa contudo salientar que, numa Instituição com a dimensão e as atribuições da Guarda, cujas responsabilidades são exercidas em praticamente todas as áreas do sistema alargado de segurança, proteção e defesa, os objetivos e as metas são, muito mais vastos, não se podendo confinar apenas aos objetivos definidos no QUAR.

### ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA INTERNA DA UNIÃO EUROPEIA UE 2010

#### PRINCÍPIOS:

- Reforço da justiça, liberdade e segurança e respeito dos direitos fundamentais, a proteção internacional, o Estado de direito e a privacidade;
- Proteção de todos os cidadãos, especialmente dos mais vulneráveis, dando especial destaque às vítimas da criminalidade, nomeadamente o tráfico de seres humanos ou a violência baseada no sexo, bem como ainda as vítimas do terrorismo;
- Reforço da transparência e a obrigação de prestar contas nas políticas de segurança
- Integração, a inclusão social e a luta contra a discriminação;
- Solidariedade entre os Estados -Membros face aos desafios que não podem ser enfrentados pelos Estados -Membros isoladamente ou onde uma ação concertada se traduz em benefícios para a UE no seu conjunto;
- Confiança mútua chave do sucesso da cooperação.

#### DIRETRIZES ESTRATÉGICAS DE AÇÃO:

- Uma abordagem ampla e integral da segurança interna;
- Garantir a supervisão democrática e judicial real das atividades em matéria de segurança;
- Prevenção e antecipação: uma abordagem proactiva e baseada na informação;
- Elaboração de um modelo global de intercâmbio de informações;
- Cooperação operacional;
- Cooperação judiciária em matéria penal;
- Gestão integrada das fronteiras;
- Uma aposta na inovação e na formação;
- Dimensão externa da segurança interna/cooperação com países terceiros;
- Flexibilidade para se adaptar aos futuros desafios.

Figura 11 – Estratégia de Segurança Interna da União Europeia



SEGURANÇA INTERNA E POLÍTICA CRIMINAL

EG2020  
QUAR 2017/2018

PA2017/2018

DOMÍNIOS PRIORITÁRIOS

I. ESTABELECEER AS ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS DE SEGURANÇA INTERNA EM RESPOSTA AOS PRINCIPAIS RISCOS E AMEAÇAS INTERNAS E EXTERNAS

ESTABELECIMENTO DE UM CONCEITO ESTRATÉGICO DE SEGURANÇA INTERNA CLARO, PARA A REALIZAÇÃO DOS OBJETIVOS INTEGRADOS DA SEGURANÇA NACIONAL, BEM COMO A ADOÇÃO DAS SEGUINTESS ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS NO ÂMBITO DA SEGURANÇA INTERNA.

PRINCIPAIS MEDIDAS:

- DEFINIÇÃO DE UM QUADRO DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL, ATENDENDO AOS INTERESSES PERMANENTES DA SEGURANÇA NACIONAL, ESPECIALMENTE NO ÂMBITO DO ESPAÇO DE LIBERDADE DE SEGURANÇA E DE JUSTIÇA DA UNIÃO EUROPEIA E DA CPLP.
- DESENVOLVIMENTO DE UMA ESTRATÉGIA INTEGRADA DE PREVENÇÃO E COMBATE AO TERRORISMO, AO EXTREMISMO VIOLENTO, À RADICALIZAÇÃO E AO RECRUTAMENTO, AOS NÍVEIS NACIONAL, EUROPEU E INTERNACIONAL;
- AFIRMAÇÃO DE UMA POLÍTICA DE CONTROLOS DE FRONTEIRAS BASEADA NO PRINCÍPIO DA SOLIDARIEDADE, NA CRIAÇÃO DE UM SISTEMA EUROPEU DE GUARDAS COSTEIRAS E DE INSTRUMENTOS DE COORDENAÇÃO E FISCALIZAÇÃO EFICAZES, PARA EFEITOS DE COMBATE À CRIMINALIDADE, EM ESPECIAL AO AUXÍLIO À IMIGRAÇÃO ILEGAL, AO TRÁFICO DE SERES HUMANOS, DE DROGAS E DE ARMAS, AO CONTRABANDO E À CONTRAFACÇÃO;
- AMPLIAÇÃO DAS RESPONSABILIDADES E MEIOS DO CENTRO NACIONAL DE CIBERSEGURANÇA, INTEGRADA NO CUMPRIMENTO DA ESTRATÉGIA NACIONAL PARA O CIBERESPAÇO.

**QUAR 0E 04** - INTENSIFICAR O CONTROLO DAS PRINCIPAIS FONTES DE PERIGO, COM A FINALIDADE DE PREVENIR, REDUZIR E REPRIMIR A CRIMINALIDADE, BEM COMO OUTROS COMPORTAMENTOS E CONDUTAS ANTISSOCIAIS QUE POSSAM POR EM CAUSA A SEGURANÇA E A TRANQUILIDADE DOS CIDADÃOS;

**QUAR 0E 06** - POTENCIAR AS ÁREAS DA INVESTIGAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE NATUREZA TRIBUTÁRIA, FISCAL, ADUANEIRA, ASSIM COMO, NA VIGILÂNCIA, PATRULHAMENTO E INTERCEÇÃO DE TODA A COSTA E MAR TERRITORIAL DO PAÍS;

**QUAR 0E 07** - PRIVILEGIAR O RECURSO A NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E DE COMUNICAÇÃO, VALORIZANDO A FORMAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS, DESMATERIALIZANDO ATOS E SIMPLIFICANDO PROCEDIMENTOS, VISANDO REQUALIFICAR O SERVIÇO OPERACIONAL E DE APOIO, POTENCIANDO UMA MAIOR ARTICULAÇÃO ENTRE AS FORÇAS E SERVIÇOS DE SEGURANÇA;

**QUAR 0E 08** - MELHORAR A CAPACIDADE INTEGRADA DE COMANDO, COORDENAÇÃO E CONTROLO ARTICULADA COM GESTÃO DAS ÁREAS DE APOIO OPERACIONAL, POTENCIANDO OS SISTEMAS TECNOLÓGICOS E DE INFORMAÇÃO, DE FORMA A CONDUZIR COM EFICÁCIA ACRESCIDA OPERAÇÕES AOS NÍVEIS TÁTICO (COMANDO TERRITORIAIS) E TÁTICO-OPERACIONAL (COMANDO OPERACIONAL)

**QUAR 0E 10** - FIRMAR O EMPENHAMENTO DA GUARDA NA EXECUÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA, DESIGNADAMENTE EM OPERAÇÕES INTERNACIONAIS DE RESPOSTA A CRISES, BEM COMO EM MISSÕES DE COOPERAÇÃO POLICIAL NO ÂMBITO DA UNIÃO EUROPEIA.

REFORÇAR A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL:

FIRMAR O EMPENHAMENTO DA GUARDA E DO ESTADO PORTUGUÊS NA EXECUÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA, REFORÇANDO A PARTICIPAÇÃO NO ÂMBITO DA COOPERAÇÃO POLICIAL EUROPEIA, DESIGNADAMENTE ATRAVÉS DA CONTRIBUIÇÃO OPERACIONAL NO QUADRO DA AGÊNCIA EUROPEIA DA GUARDA DE FRONTEIRAS E COSTEIRA (FRONTEX), DETERMINADA PELO AGRAVAMENTO DA CRISE MIGRATÓRIA QUE TEM ASSOLADO A EUROPA COM ORIGEM NO NORTE DE AFRICA E NO MÉDIO ORIENTE (PRINCÍPIOS E ESPÍRITO DE SOLIDARIEDADE, RECIPROCIDADE E COOPERAÇÃO ENTRE OS ESTADOS INTEGRANTES DA EU).

A EXECUÇÃO DESTES TIPO DE MISSÕES CONTRIBUI PARA O REFORÇO DE UMA ESTRATÉGIA INTEGRADA DE PREVENÇÃO INTERNACIONAL E PRESTÍGIO NACIONAL, NO ÂMBITO DO ESPAÇO DE LIBERDADE DE SEGURANÇA E DE JUSTIÇA DA UNIÃO EUROPEIA, ATENDENDO AOS INTERESSES PERMANENTES DA SEGURANÇA NACIONAL. NESTE ÂMBITO, SERÃO POTENCIADAS AS AÇÕES A DESENVOLVER NO SEIO DA CPLP, IBERPOL, FIEP, EGF, EUPST, COM PAÍSES DO NORTE DE AFRICA E ONDE SEJA NECESSÁRIO, ATRAVÉS DE REQUISIÇÃO DA TUTELA.

A GLOBALIZAÇÃO DAS AMEAÇAS IMPÕEM O REFORÇO DA COOPERAÇÃO COM A GUARDIA CIVIL E A GENDARMERIE ROYAL MARROQUINA, POR NECESSIDADES DE SERVIÇO E PROXIMIDADE TERRITORIAL, SEM DESCURAR A INTENÇÃO DE CRIAR CARGOS FUNCIONAIS PARA OFICIAIS DA GNR NA EUROPOL E DPKO.

EDIFICAÇÃO E MELHORIA DAS CAPACIDADES OPERACIONAIS

CONSOLIDAÇÃO DA CAPACIDADE DE CIBERSEGURANÇA – VISANDO CONTRIBUIR DE FORMA DECISIVA PARA O REFORÇO DA «CIDADANIA DIGITAL», TORNANDO O CIBERESPAÇO UM AMBIENTE MAIS LIVRE, SEGURO E DE DESENVOLVIMENTO SOCIETÁRIO A GUARDA CONSOLIDARÁ A SUA CAPACIDADE DE CIBERSEGURANÇA (DOMÍNIOS DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E CIBERINTELIGÊNCIA). ESTA CAPACIDADE VISA PREVENIR, PREVER E REPRIMIR, DE FORMA CADA VEZ MAIS EFICAZ, AS ATIVIDADES CRIMINAIS QUE DECORRENTES DE ATOS PREPARATÓRIOS COM ORIGEM NO CIBERESPAÇO OU AQUELAS QUE PÕEM EM RISCO A SEGURANÇA DE INFORMAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS CRÍTICAS NACIONAIS.





SEGURANÇA INTERNA E POLÍTICA CRIMINAL

EG2020  
QUAR 2017/2018

PA2017/2018

II. MODERNIZAR E RACIONALIZAR O SISTEMA DE SEGURANÇA INTERNA

PROSSEGUIR A MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGURANÇA INTERNA, DE FORMA A TORNÁ-LO MAIS EFICAZ E ADEQUADO A RESPONDER ÀS NECESSIDADES DA ATUALIDADE.

PRINCIPAIS MEDIDAS:

- REFORÇAR AS COMPETÊNCIAS DO SECRETÁRIO-GERAL DO SISTEMA DE SEGURANÇA INTERNA E CRIAR UM CENTRO DE COMANDO E CONTROLO.
- INVESTIR NAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO PARA AUMENTAR A EFICÁCIA E A EFICIÊNCIA DA ATIVIDADE OPERACIONAL.
- AUMENTAR SIGNIFICATIVAMENTE O NÚMERO DE ELEMENTOS DAS FORÇAS DE SEGURANÇA EM TRABALHO OPERACIONAL, DELIMITANDO OS PERÍMETROS DE AÇÃO REALIZÁVEIS POR PESSOAL NÃO OPERACIONAL OU ADMINISTRATIVO;
- ELABORAR UM PLANO DAS INTERVENÇÕES A REALIZAR NO ÂMBITO DA REDE DE INFRAESTRUTURAS E DE EQUIPAMENTOS, VISANDO O PLANEAMENTO PLURIANUAL PARA A ÁREA DE INVESTIMENTOS, PARA A REABILITAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS E PARA A MODERNIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS, COM APROVEITAMENTO DOS FUNDOS COMUNITÁRIOS;
- REESTRUTURAR O SISTEMA DE ENSINO DAS FORÇAS E SERVIÇOS DE SEGURANÇA, PARTILHANDO INFORMAÇÃO, CONHECIMENTO, COMPETÊNCIAS E RECURSOS (ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DE CURSOS COMUNS – DE NÍVEL INICIAL, INTERMÉDIO E SUPERIOR);
- DIGNIFICAÇÃO DOS AGENTES DOS SERVIÇOS E FORÇAS DE SEGURANÇA.

**QUAR 0E 01** - OTIMIZAR A CAPACIDADE DO DISPOSITIVO POLICIAL, REFORÇANDO OS MEIOS OPERACIONAIS E A PRESENÇA E VISIBILIDADE EM ZONAS DE MAIOR RISCO, VISANDO ASSEGURAR A ADEQUAÇÃO AO SERVIÇO PRESTADO ÀS NECESSIDADES E EXPECTATIVAS DAS POPULAÇÕES.

**QUAR 0E 07** - PRIVILEGIAR O RECURSO A NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E DE COMUNICAÇÃO, VALORIZANDO A FORMAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS, DESMATERIALIZANDO ATOS E SIMPLIFICANDO PROCEDIMENTOS, VISANDO REQUALIFICAR O SERVIÇO OPERACIONAL E DE APOIO, POTENCIANDO UMA MAIOR ARTICULAÇÃO ENTRE AS FORÇAS E SERVIÇOS DE SEGURANÇA;

**QUAR 0E 08** - MELHORAR A CAPACIDADE INTEGRADA DE COMANDO, COORDENAÇÃO E CONTROLO ARTICULADA COM GESTÃO DAS ÁREAS DE APOIO OPERACIONAL, POTENCIANDO OS SISTEMAS TECNOLÓGICOS E DE INFORMAÇÃO, DE FORMA A CONDUZIR COM EFICÁCIA ACRESCIDAS OPERAÇÕES AOS NÍVEIS TÁTICO (COMANDO TERRITORIAIS) E TÁTICO-OPERACIONAL (COMANDO OPERACIONAL)

III. CRIAR UM PROGRAMA NACIONAL DE PREVENÇÃO E SEGURANÇA DE PROXIMIDADE E DESENVOLVER OS ATUAIS PROGRAMAS

NOVA GERAÇÃO DE AÇÕES DE POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE.

PRINCIPAIS MEDIDAS:

- ATUALIZAR E ESTABELECEER UMA NOVA GERAÇÃO DE CONTRATOS LOCAIS DE SEGURANÇA;
- INCREMENTAR A FORMAÇÃO E O PAPEL DOS CONSELHOS LOCAIS DE SEGURANÇA;
- DESENVOLVER UM PROGRAMA DE PREVENÇÃO E SECURITIZAÇÃO ESPECÍFICO PARA AS GRANDES ÁREAS METROPOLITANAS;
- ATUALIZAR OS PLANOS E METODOLOGIAS DE FORMAÇÃO PARA A PREVENÇÃO E SEGURANÇA DE PROXIMIDADE;
- GARANTIR A INTEGRAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL DOS VÁRIOS PROGRAMAS DE PREVENÇÃO E SEGURANÇA E COMPATIBILIZAR AS MISSÕES DAS VÁRIAS INSTÂNCIAS COM INTERVENÇÃO OPERACIONAL NO TERRENO – NOMEADAMENTE POLÍCIAS NACIONAIS, POLÍCIAS MUNICIPAIS, GUARDAS-NOTURNOS E FUNÇÕES DE SEGURANÇA PRIVADA;
- DINAMIZAR A INSTALAÇÃO DE SISTEMAS DE VIDEOVIGILÂNCIA EM ZONAS DE RISCO;
- ALARGAR E RECONFIGURAR A VOCAÇÃO E AS CAPACIDADES DE INTERVENÇÃO DAS COMISSÕES DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO;
- MELHORAR E DESENVOLVER OS ATUAIS PROGRAMAS NOS DOMÍNIOS DAS POLÍTICAS DE PREVENÇÃO E DE SEGURANÇA DE PROXIMIDADE;

**QUAR 0E 02** - REFORÇAR O PATRULHAMENTO DE PROXIMIDADE, ORIENTADO PARA A PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS EM GERAL E, EM PARTICULAR, DAS PESSOAS ESPECIALMENTE VULNERÁVEIS, COMO AS CRIANÇAS, OS JOVENS, OS IDOSOS E AS VÍTIMAS DE MAUS-TRATOS

MELHORIA DA PERFORMANCE ORGANIZACIONAL, DA QUALIDADE E DO SERVIÇO PRESTADO À SOCIEDADE

ENFOQUE NO ATENDIMENTO AO CIDADÃO, MEDIANTE A IMPLEMENTAÇÃO DE DINÂMICAS DE QUALIDADE (REGULAÇÃO E UNIFORMIZAÇÃO DO ATENDIMENTO) E DO REFORÇO DA FORMAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO DOS MILITARES AFETOS A TAREFAS DE ATENDIMENTO DIRETO AO PÚBLICO;

MELHORIA DAS INFRAESTRUTURAS E DOS SISTEMAS DE GESTÃO E DE APOIO AO ATENDIMENTO;

DESENVOLVIMENTO DE REFERENCIAIS DE COMPETÊNCIAS DOS COMANDANTES DE POSTO E DOS GUARDAS PATRULHEIROS, EM ARTICULAÇÃO COM O REFORÇO DA FORMAÇÃO NESTE DOMÍNIO;

UMA CLARA APOSTA NA QUALIDADE, INOVAÇÃO E NA MELHORIA CONTÍNUA DOS SERVIÇOS PRESTADOS À SOCIEDADE E AO CIDADÃO, DANDO CORPO AO COMPROMISSO FIRMADO NA CARTA DE QUALIDADE INSTITUCIONAL, OPERACIONALIZANDO-O NOMEADAMENTE ATRAVÉS DE DINÂMICAS E PARCERIAS ESTRATÉGICAS DE FORMAÇÃO NESTE DOMÍNIO.

POTENCIAR O RELACIONAMENTO DA GUARDA COM O CIDADÃO:

REFORÇO DA PROXIMIDADE COM O CIDADÃO, DINAMIZANDO, POR UM LADO, OS TRADICIONAIS PROGRAMAS ESPECIAIS DE PREVENÇÃO E POLICIAMENTO COMUNITÁRIO ATRAVÉS DE PARCERIAS LOCAIS, E POR OUTRO, ATRAVÉS DA DISPONIBILIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE CARÁTER INOVADOR QUE FOMENTAM E POTENCIAM A INTERAÇÃO DA GUARDA COM O CIDADÃO E COM A SOCIEDADE, NUMA CLARA APOSTA DA TECNOLOGIA AO SERVIÇO DA ATIVIDADE OPERACIONAL.



SEGURANÇA INTERNA E POLÍTICA CRIMINAL

EG2020  
QUAR 2017/2018

PA2017/2018

- ASSEGURAR, DE FORMA INTEGRADA, O APERFEIÇOAMENTO DO CONTRIBUTO POLICIAL PARA A PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, NOMEADAMENTE ATRAVÉS DA ESPECIAL FORMAÇÃO DOS AGENTES, DO INCREMENTO DOS ESPAÇOS RESERVADOS DE ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS, DO DESENVOLVIMENTO DE MECANISMOS PRECOSES DE DESPISTAGEM DOS RISCOS NA SEQUÊNCIA DAS QUEIXAS, DA INTERAÇÃO COM AS INSTITUIÇÕES LOCAIS DE ACOMPANHAMENTO E ACOLHIMENTO.

IV. INCREMENTAR A PREVENÇÃO E O CONTROLO DA CRIMINALIDADE GRAVE, VIOLENTA E ALTAMENTE ORGANIZADA

PRINCIPAIS MEDIDAS:

- MANTER ATUALIZADAS AS ORIENTAÇÕES DE POLÍTICA CRIMINAL;
- INTERVENÇÃO SOBRE OS FENÓMENOS DE VIOLÊNCIA ASSOCIADOS AOS ESPETÁCULOS E, PARTICULARMENTE, ÀS ATIVIDADES DESPORTIVAS, COM ESPECIAL INCIDÊNCIA NA DISSUAÇÃO NAS MANIFESTAÇÕES DE RACISMO, DE XENOFOBIA E DE INTOLERÂNCIA, PROMOVEDO-SE O COMPORTAMENTO CÍVICO E A TRANQUILIDADE NA FRUIÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS;
- REALIZAÇÃO, REGULAR, DE OPERAÇÕES ESPECIAIS RELATIVAS AO CONTROLO DE ARMAS E MUNIÇÕES;
- MELHORARIA DA CAPACITAÇÃO DAS FSS NO ESCLARECIMENTO CÉLERE DO CRIME GRAVE E ORGANIZADO, EM PARTICULAR DO TERRORISMO, DA CIBERCRIMINALIDADE, DOS CRIMES CONTRA A AUTODETERMINAÇÃO SEXUAL E DA CRIMINALIDADE ECONÓMICO-FINANCEIRA, EM PARTICULAR DA CORRUPÇÃO.

V. MELHORAR O SISTEMA DE PROTEÇÃO ÀS VÍTIMAS DE CRIME E PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RISCO

MELHORAR O SISTEMA DE PROTEÇÃO ÀS VÍTIMAS DE CRIME VIOLENTO E DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, BEM COMO ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RISCO.

PRINCIPAIS MEDIDAS:

- REFORMA DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO ÀS VÍTIMAS DE CRIMES;
- COBERTURA NACIONAL PROGRESSIVA DOS SERVIÇOS DE APOIO À VÍTIMA DE CRIME;
- APROFUNDAMENTO DA PREVENÇÃO E DO COMBATE À VIOLÊNCIA DE GÉNERO E DOMÉSTICA, ATRAVÉS DE UMA ESTRATÉGIA NACIONAL ABRANGENTE, (CONVENÇÃO DE ISTAMBUL E CONVENÇÃO SOBRE O TRÁFICO DE SERES HUMANOS);
- INCREMENTO DOS MECANISMOS DA VIGILÂNCIA ELETRÓNICA E DE TELEASSISTÊNCIA NO APOIO A VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA;
- CRIAÇÃO DE UMA REDE DE ESPAÇOS SEGUROS PARA VISITAS ASSISTIDAS E ENTREGA DE CRIANÇAS E JOVENS NO ÂMBITO DOS REGIMES DE RESPONSABILIDADES PARENTAIS.

EDIFICAÇÃO E MELHORIA DAS CAPACIDADES OPERACIONAIS - ASSENTE NAS SEGUINTESS PREMISSAS:

MELHORAR O SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA GUARDA (SIG) – APOIADA NO PROJETO DE INTEROPERABILIDADE TECNOLÓGICA, A GNR IRÁ CONTINUAR A APOIAR A UNIFICAÇÃO DAS INFORMAÇÕES ATRAVÉS DA CRIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE UM SISTEMA QUE PERMITE O PROCESSAMENTO CENTRALIZADO E A PARTILHA DE INFORMAÇÕES CRÍTICAS TANTO INTERNA COMO EXTERNAMENTE, GARANTINDO MAIOR CAPACIDADE DE PROCESSAMENTO DE INFORMAÇÃO CORRENTE EM TEMPO REAL, ÚTIL PARA O PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO OPERACIONAL.

INCREMENTAR A EFICIÊNCIA, EFICÁCIA, USABILIDADE E INTEROPERABILIDADE DO SIIOP - NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS DE RACIONALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO IMPORTA GARANTIR A EVOLUÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÕES OPERACIONAIS DE POLÍCIA (SIIOP) PARA UMA PLATAFORMA MAIS ERGONÓMICA AO TRABALHO DESENVOLVIDO PELOS MILITARES NO TERRENO E GARANTIR INTEROPERABILIDADE COM OS RESTANTES SISTEMAS DE GESTÃO DE RECURSOS INTERNOS INICIADO DO ANTECEDENTE.

CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA SIVCC – CONSIDERADO DESÍGNIO NACIONAL E EUROPEU, A GUARDA MANTERÁ O ESFORÇO NA OPERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DESTES SISTEMA ATRAVÉS DO REFORÇO DE MEIOS OPERACIONAIS, DA SUA INTEGRAÇÃO E INTEROPERABILIDADE COM O SIVE ESPANHOL E COM O EUROSUR PARA ASSEGURAR A PARTILHA DE INFORMAÇÃO EM TEMPO REAL.

ALARGAR O SISTEMA ÀS REGIÕES AUTÓNOMAS, MEDIANTE A CAPTAÇÃO DE COFINCIAMENTO. O PROJETO DE EXTENSÃO DENOMINADO SIVCC PLUS, TERÁ DUAS FASES: A PRIMEIRA ENTRE 2016-2017 COM A IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA NA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, E A SEGUNDA, EM FASE POSTERIOR, PREVISIVELMENTE ENTRE 2018-2019, NA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES.

CONSOLIDAÇÃO DA CAPACIDADE DE CIBERSEGURANÇA – VISANDO CONTRIBUIR DE FORMA DECISIVA PARA O REFORÇO DA «CIDADANIA DIGITAL», TORNANDO O CIBERESPAÇO UM AMBIENTE MAIS LIVRE, SEGURO E DE DESENVOLVIMENTO SOCIETÁRIO A GUARDA CONSOLIDARÁ A SUA CAPACIDADE DE CIBERSEGURANÇA (DOMÍNIOS DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E CIBERINTELIGÊNCIA). ESTA CAPACIDADE VISA PREVENIR, PREVER E REPRIMIR, DE FORMA CADA VEZ MAIS EFICAZ, AS ATIVIDADES CRIMINAIS QUE DECORRENTES DE ATOS PREPARATÓRIOS COM ORIGEM NO CIBERESPAÇO OU AQUELAS QUE PÕEM EM RISCO A SEGURANÇA DE INFORMAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS CRÍTICAS NACIONAIS.

OTIMIZAÇÃO E SUPORTE DAS REDES DE COMUNICAÇÕES – CONSIDERANDO AS PREMISSAS ACIMA REFERIDAS, A REDES DE COMUNICAÇÕES SIRESP E RNSI, QUE PERMITEM A DISPONIBILIDADE DA MALHA DIGITAL EM TODOS OS RECURSOS DA GUARDA, ENVOLVENDO AS COMUNICAÇÕES DE VOZ CONVERGENTES FULL-DUPLEX E DE TRUKING, BEM COMO DOS SERVIÇOS APLICACIONAIS DE ÂMBITO OPERACIONAL E DE APOIO , ATRAVÉS DA RENOVAÇÃO A ATUALIZAÇÃO DOS SEUS TERMINAIS E NÓS DE COMUTAÇÃO, BEM COMO DA MAXIMIZAÇÃO DA SUA DISPONIBILIDADE GLOBAL, ATRAVÉS DA MELHORIA DA ROBUSTEZ, SEGURANÇA E REDUNDÂNCIA DOS SEUS NÓS.

MELHORIA DA INTEGRAÇÃO DAS FONTES DE INFORMAÇÃO – ABRANGENDO A DISPONIBILIDADE DE TELESERVIÇOS DE VIDEOCONFERÊNCIA, DE VIDEOVIGILÂNCIA E MULTIMÉDIA, OTIMIZANDO OS FLUXOS DESTES TIPO DE INFORMAÇÃO, QUE A NÍVEL DOS CENTROS DE DECISÃO DA GUARDA QUER INCREMENTANDO A CAPACIDADE DOS SISTEMAS DE PROCESSAMENTO, QUER CRIANDO SINERGIAS COM OUTROS SISTEMAS DO MAI.



SEGURANÇA INTERNA E POLÍTICA CRIMINAL

EG2020  
QUAR 2017/2018

PA2017/2018

VI. MELHORAR A EFICIÊNCIA DA PROTEÇÃO CIVIL E AS CONDIÇÕES DE PREVENÇÃO E SOCORRO

INCREMENTO DA EFICIÊNCIA DA PROTEÇÃO CIVIL A AS CONDIÇÕES DE PREVENÇÃO E SOCORRO FACE A ACIDENTES E CATÁSTROFES.

PRINCIPAIS MEDIDAS:

- CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL, CLARIFICANDO AS COMPETÊNCIAS DAS AUTORIDADES POLÍTICAS, DE COORDENAÇÃO E OPERACIONAIS NOS NÍVEIS NACIONAL, REGIONAL, DISTRITAL E MUNICIPAL;
- IMPLEMENTAÇÃO DA DIRETIVA OPERACIONAL PERMANENTE, EM TODOS OS PATAMARES DO SISTEMA DE PROTEÇÃO CIVIL (NACIONAL, REGIONAL, DISTRITAL E MUNICIPAL);
- ENQUADRAMENTO OPERACIONAL E TERRITORIAL DO GRUPO DE INTERVENÇÃO DE PROTEÇÃO E SOCORRO (GIPS) DA GNR E DA FORÇA ESPECIAL DE BOMBEIROS (FEB) DA AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL, GARANTINDO UMA MAIOR FLEXIBILIDADE E CAPACIDADE DE INTERVENÇÃO DO DISPOSITIVO DE OPERAÇÕES DE SOCORRO E OS NECESSÁRIOS NÍVEIS DE PRONTIDÃO E DE MOBILIZAÇÃO, DURANTE TODO O ANO, EM FUNÇÃO DOS NÍVEIS DE ALERTA E DA EFETIVA OCORRÊNCIA DE SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA E PROTEÇÃO CIVIL;
- FORTALECIMENTO DO PATAMAR MUNICIPAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO CIVIL;
- DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS DE MONITORIZAÇÃO DE RISCO, DE AVISO E DE ALERTA PRECOCE, DESIGNADAMENTE EM COOPERAÇÃO COM AS UNIVERSIDADES E OS CENTROS DE INVESTIGAÇÃO, FACE A DIFERENTES SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA;
- DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DE APOIO À DECISÃO OPERACIONAL, COM A GEORREFERENCIAÇÃO DE MEIOS OPERACIONAIS E COM O DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS DE VIDEOVIGILÂNCIA;
- INCREMENTO DA RESILIÊNCIA NO TERRITÓRIO, MINIMIZANDO OS RISCOS ASSOCIADOS À OCORRÊNCIA DE ACIDENTES GRAVES E CATÁSTROFES, ATRAVÉS DOS INSTRUMENTOS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, BEM COMO DE INTERVENÇÕES NAS FLORESTAS, NO LITORAL E NAS CIDADES;
- MODERNIZAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS E DA FORMAÇÃO DOS AGENTES DE PROTEÇÃO CIVIL;
- APROFUNDAMENTO DAS CONDIÇÕES DE COORDENAÇÃO E ARTICULAÇÃO DAS VÁRIAS VALÊNCIAS DA PROTEÇÃO CIVIL, COM RELEVO PARA O PLANEAMENTO CIVIL DE EMERGÊNCIA;
- CRIAÇÃO DE UM PROGRAMA DE FORMAÇÃO PARA A AUTOPROTEÇÃO E PARA A CRIAÇÃO DE COMUNIDADES RESILIENTES A CATÁSTROFES;
- ATUALIZAÇÃO DO REGIME LEGAL DA PROTEÇÃO CIVIL;
- IDENTIFICAÇÃO DAS FORMAS DE COORDENAÇÃO PERMANENTE ENTRE O SISTEMA DE PROTEÇÃO CIVIL E AS FORÇAS ARMADAS;
- ATUALIZAR OS MECANISMOS DE ARTICULAÇÃO ENTRE AS AUTORIDADES DE PROTEÇÃO CIVIL, AS AUTORIDADES JUDICIÁRIAS, OS ÓRGÃOS DE POLÍCIA CRIMINAL E OS SERVIÇOS DE MEDICINA LEGAL EM SITUAÇÃO DE CRIME OU CATÁSTROFE DE GRANDES PROPORÇÕES.

QUAR 0E 01 - OTIMIZAR A CAPACIDADE DO DISPOSITIVO POLICIAL, REFORÇANDO OS MEIOS OPERACIONAIS E A PRESENÇA E VISIBILIDADE EM ZONAS DE MAIOR RISCO, VISANDO ASSEGURAR A ADEQUAÇÃO AO SERVIÇO PRESTADO ÀS NECESSIDADES E EXPECTATIVAS DAS POPULAÇÕES.

PROTEÇÃO E SOCORRO

ATENDENDO À GEOGRAFIA, ÀS CARACTERÍSTICAS MORFOLÓGICAS DO TERRENO E CONDIÇÕES CLIMATÉRICAS EXISTENTES NA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES, PREVÊ-SE, À SEMELHANÇA DO QUE JÁ ACONTECE NA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, A POSSIBILIDADE DA CRIAÇÃO E ESTABELECIMENTO DE EQUIPAS PERMANENTES DO GRUPO DE INTERVENÇÃO, PROTEÇÃO E SOCORRO DA UNIDADE DE INTERVENÇÃO DURANTE O ANO DE 2017.



SEGURANÇA INTERNA E POLÍTICA CRIMINAL

EG2020  
QUAR 2017/2018

PA2017/2018

VII. **PROMOVER A SEGURANÇA RODOVIÁRIA E DIMINUIR A SINISTRALIDADE**

ATUALIZAR E DESENVOLVER A ESTRATÉGIA NACIONAL PARA A SEGURANÇA RODOVIÁRIA, A APLICAR NO PERÍODO 2016-2022, MEDIANTE AVALIAÇÃO GLOBAL DOS RESULTADOS ALCANÇADOS NOS GRUPOS DE RISCO E DA EFICÁCIA DAS MEDIDAS CORRETIVAS DOS FATORES DE RISCO NO AMBIENTE RODOVIÁRIO.

**PRINCIPAIS MEDIDAS:**

- LANÇAMENTO DO PLANO ESTRATÉGICO NACIONAL DE SEGURANÇA RODOVIÁRIA 2016-2020
- INCENTIVAR TODOS OS MUNICÍPIOS PORTUGUESES A ELABORAR E APROVAR OS RESPECTIVOS PLANOS MUNICIPAIS DE SEGURANÇA RODOVIÁRIA;
- CONCRETIZAR E ALARGAR A REDE NACIONAL DE FISCALIZAÇÃO AUTOMÁTICA DE VELOCIDADE (SINCRO);
- MELHORAR A ARTICULAÇÃO E A PARTILHA DE INFORMAÇÃO ENTRE AS TODAS AS ENTIDADES COM INFORMAÇÃO SOBRE OS VEÍCULOS OU OS SEUS PROPRIETÁRIOS E CONDUTORES E AS FORÇAS DE SEGURANÇA;
- REFORÇAR AS MEDIDAS DE SINALIZAÇÃO DE «PONTOS NEGROS» E AUMENTAR AS AÇÕES DE AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA DAS VIAS RODOVIÁRIAS;
- DESENVOLVER UM PLANO NACIONAL DE PROTEÇÃO DA CIRCULAÇÃO PEDONAL E COMBATE AOS ATROPELAMENTOS;
- DESENVOLVER CAMPANHAS DE SENSIBILIZAÇÃO MAIS EFICAZES CONTRA COMPORTAMENTOS DE RISCO NO AMBIENTE RODOVIÁRIO E CONCRETIZAR UM PROGRAMA NACIONAL DE DISTRIBUIÇÃO, A CUSTO SIMBÓLICO, DE DISPOSITIVOS DESCARTÁVEIS DE CONTROLO DA ALCOOLEMIA EM AMBIENTES NOTURNOS.

**QUAR 0E 05** - GARANTIR UMA VISÃO CENTRALIZADA DA MISSÃO DE SEGURANÇA RODOVIÁRIA E DE VIGILÂNCIA DA REDE VIÁRIA FUNDAMENTAL, VALORIZANDO A APOSTA NA PREVENÇÃO E NA FISCALIZAÇÃO SELETIVA DOS COMPORTAMENTOS DE MAIOR RISCO;

**SEGURANÇA RODOVIÁRIA**

EM MATÉRIA DE SEGURANÇA RODOVIÁRIA DE VIGILÂNCIA DA REDE VIÁRIA FUNDAMENTAL, A GUARDA MANTERÁ A APOSTA NA PREVENÇÃO E NA FISCALIZAÇÃO SELETIVA DOS COMPORTAMENTOS DE MAIOR RISCO. DESENVOLVERÁ PARA O EFEITO UM CONJUNTO DIVERSIFICADO DE AÇÕES DE PREVENÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO, DE ÂMBITO LOCAL E DE ÂMBITO NACIONAL, TENDO POR FINALIDADE MANTER A TENDÊNCIA DE REDUÇÃO DOS NÍVEIS DE SINISTRALIDADE RODOVIÁRIA VERIFICADOS NA ÚLTIMA DÉCADA.

AINDA NESTE DOMÍNIO SERÃO DESENVOLVIDOS ESFORÇOS NO SENTIDO DA MELHORIA DAS APLICAÇÕES INFORMÁTICAS DE APOIO À ATIVIDADE OPERACIONAL, DESMATERIALIZANDO OS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS QUE DECORREM DA FISCALIZAÇÃO RODOVIÁRIA E DESENVOLVENDO AS CAPACIDADES DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DE APOIO À ATIVIDADE OPERACIONAL. ENQUADRA-SE NESTE CONTEXTO O ALARGAMENTO DA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE CONTRAORDENAÇÕES DE TRÂNSITO (SCOT) A TODAS AS UNIDADES DA GUARDA, DE FORMA PROGRESSIVA E FASEADA AO LONGO DO ANO.

COM ESTA ATUAÇÃO A GUARDA PRETENDE GARANTIR UMA VISÃO CENTRALIZADA E INTEGRADORA DA MISSÃO DE SEGURANÇA RODOVIÁRIA E DE VIGILÂNCIA DA REDE VIÁRIA FUNDAMENTAL E COMPLEMENTAR.

I. **REORGANIZAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS LIGADAS À ÁREA DA SEGURANÇA,**

ATRÁVÉS DE UM LEVANTAMENTO CRITERIOSO DAS NECESSIDADES EM TERMOS DE SEGURANÇA INTERNA, COM VISTA À ELABORAÇÃO DE UM PLANO DE INVESTIMENTOS PLURIANUAL PARA QUALIFICAÇÃO DOS ATIVOS (INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS) DAS FORÇAS DE SEGURANÇA. SERÁ DEFINIDO, DE ACORDO COM CRITÉRIOS DE SEGURANÇA INTERNA E DE URGÊNCIA NA INTERVENÇÃO FACE À DEGRADAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS, UM PLANO DE MODERNIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS AFETOS ÀS FORÇAS DE SEGURANÇA. NESTE SENTIDO, SERÃO REANALISADAS AS OBRAS LANÇADAS SEM CRITÉRIO, E/OU COM CRITÉRIOS DE DÚBIA ROBUSTEZ, EM QUE NÃO FOI AVALIADA A SUA NECESSIDADE, A SUA CONSISTÊNCIA E A SUA SUSTENTABILIDADE ECONÓMICO-FINANCEIRA. EVITANDO, DESTA FORMA, PROJETOS LANÇADOS CASUÍSTICAMENTE E SEM ESTAREM ALICERÇADOS NUM PLANO NACIONAL DE REORGANIZAÇÃO E REFORMULAÇÃO DAS FORÇAS DE SEGURANÇA.

**QUAR 0E 01** - OTIMIZAR A CAPACIDADE DO DISPOSITIVO POLICIAL, REFORÇANDO OS MEIOS OPERACIONAIS E A PRESENÇA E VISIBILIDADE EM ZONAS DE MAIOR RISCO, VISANDO ASSEGURAR A ADEQUAÇÃO AO SERVIÇO PRESTADO ÀS NECESSIDADES E EXPECTATIVAS DAS POPULAÇÕES.

**QUAR 0E 09** - GARANTIR O CONCURSO A LINHAS DE FINANCIAMENTO COMUNITÁRIO NO ÂMBITO DOS FUNDOS ESTRUTURAIS, DE INVESTIMENTO E ESPECÍFICOS E OUTRAS FORMAS DE FINANCIAMENTO PÚBLICO, FUNDAMENTAIS PARA POTENCIAR AS CAPACIDADES E VALÊNCIAS DA GUARDA;

**MELHORIA DA PERFORMANCE ORGANIZACIONAL, DA QUALIDADE E DO SERVIÇO POLICIAL PRESTADO À SOCIEDADE - ASSENTE NAS SEGUINTESS PREMISSAS:**

ENFOQUE NO ATENDIMENTO AO CIDADÃO, MEDIANTE A IMPLEMENTAÇÃO DE DINÂMICAS DE QUALIDADE (REGULAÇÃO E UNIFORMIZAÇÃO DO ATENDIMENTO) E DO REFORÇO DA FORMAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO DOS MILITARES AFETOS A TAREFAS DE ATENDIMENTO DIRETO AO PÚBLICO;

MELHORIA DAS INFRAESTRUTURAS E DOS SISTEMAS INFORMÁTICOS DE GESTÃO E DE APOIO AO ATENDIMENTO;

DESENVOLVIMENTO DE REFERENCIAIS DE COMPETÊNCIAS DOS COMANDANTES DE POSTO E DOS GUARDAS PATRULHEIROS, EM ARTICULAÇÃO COM O REFORÇO DA FORMAÇÃO NESTE DOMÍNIO;

**TECNOLOGIA AO SERVIÇO DA ATIVIDADE OPERACIONAL:**

DIRIGIR O ESFORÇO DE INOVAÇÃO PARA A INTEROPERABILIDADE TECNOLÓGICA ENTRE OS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (OPERACIONAIS, DE GESTÃO E DE APOIO) E ENTRE SALAS DE SITUAÇÃO, REALIZANDO O LEVANTAMENTO DOS PROCESSOS-CHAVE FUNDAMENTAIS PARA A PRETENDIDA TRANSFORMAÇÃO ORGANIZACIONAL, QUE POSSIBILITE SUPRIMIR REDUNDÂNCIAS AO MESMO TEMPO QUE INCREMENTA A QUALIDADE DE GESTÃO E GARANTE UMA PERSPETIVA AGREGADA DA PERFORMANCE INSTITUCIONAL.

A INTEGRAÇÃO TOTAL DOS SISTEMAS INFORMÁTICOS NUMA PLATAFORMA ÚNICA CONSTITUI O PROJETO FUNDAMENTAL PARA TRANSFORMAR A GUARDA NUMA INSTITUIÇÃO DE VANGUARDA, QUER NO DOMÍNIO TECNOLÓGICO, COMO TAMBÉM NA ATUAÇÃO DIÁRIA JUNTO DAS POPULAÇÕES.



PROGRAMA DO GOVERNO XXI GOVERNO CONSTITUCIONAL		ESTRATÉGIA ORGANIZACIONAL	
SEGURANÇA INTERNA E POLÍTICA CRIMINAL		EG2020 QUAR 2017/2018	PA2017/2018
<p>III. INVESTIMENTO NOS RECURSOS HUMANOS, RECONHECENDO AS ESPECIFICIDADES DA CONDIÇÃO POLICIAL, CONFERINDO ESPECIAL ATENÇÃO À DIGNIFICAÇÃO DOS AGENTES, DOS SERVIÇOS E FORÇAS DE SEGURANÇA.</p>	<p><b>QUAR 0E 01</b> - OTIMIZAR A CAPACIDADE DO DISPOSITIVO POLICIAL, REFORÇANDO OS MEIOS OPERACIONAIS E A PRESENÇA E VISIBILIDADE EM ZONAS DE MAIOR RISCO, VISANDO ASSEGURAR A ADEQUAÇÃO AO SERVIÇO PRESTADO ÀS NECESSIDADES E EXPECTATIVAS DAS POPULAÇÕES.</p>	<p><b>MELHORIA DA PERFORMANCE ORGANIZACIONAL, DA QUALIDADE E DO SERVIÇO POLICIAL PRESTADO À SOCIEDADE</b></p> <p>REVISÃO DE REGIMES JURÍDICOS ESTRUTURANTES (LEI ORGÂNICA, ESTATUTO E REGULAMENTO DE AVALIAÇÃO DO MÉRITO DOS MILITARES DA GNR);</p> <p>DESENVOLVIMENTO DE REFERENCIAIS DE COMPETÊNCIAS DOS COMANDANTES DE POSTO E DOS GUARDAS PATRULHEIROS, EM ARTICULAÇÃO COM O REFORÇO DA FORMAÇÃO NESTE DOMÍNIO;</p> <p><b>GESTÃO DO CONHECIMENTO, QUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS:</b></p> <p>VISANDO CONSOLIDAR O CONHECIMENTO E DOUTRINA INSTITUCIONAL E CAPACITAR OS MILITARES PARA O EXIGENTE EXERCÍCIO DE FUNÇÕES, ASSUME-SE A PRIORIDADE DE GARANTIR A CRIAÇÃO DA ÁREA CIENTÍFICA DOS ESTUDOS DE SEGURANÇA INTERNA E DOS FENÓMENOS CRIMINAIS NO INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR.</p> <p>NO DOMÍNIO DA QUALIFICAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS A GUARDA MANTERÁ O ESFORÇO DE FORMAÇÃO GARANTINDO QUE PARTE MUITO SIGNIFICATIVA DOS SEUS RECURSOS HUMANOS BENEFICIE DE AÇÕES DE FORMAÇÃO QUE POSSIBILITEM MELHORAR A SUA PERFORMANCE AO MESMO TEMPO QUE LHE CONFERE UMA MAIOR VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL E PESSOAL.</p> <p>COM O DESIDERATO DE MELHORAR O SISTEMA DE FORMAÇÃO DA GUARDA SERÃO DESENVOLVIDAS EM 2017 UM CONJUNTO DE INICIATIVAS ESTRUTURAIS E QUE PROMETEM ALTERAR O PARADIGMA DE ENSINO E FORMAÇÃO. ENTRE ESSAS MEDIDAS DESTACA-SE A CONCEÇÃO DO «MODELO DA GESTÃO DA FORMAÇÃO POR COMPETÊNCIAS» (ATRAVÉS DA CRIAÇÃO DE REFERENCIAIS DE COMPETÊNCIAS), A PROGRAMAÇÃO DO «SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE» E, AINDA, A «ACREDITAÇÃO DO SISTEMA DE FORMAÇÃO DA GNR». EM COMPLEMENTO PREVÊ-SE AINDA A CONSTITUIÇÃO DO «CENTRO DE LIÇÕES APRENDIDAS DA GUARDA».</p> <p>NO CAMPO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA AO SERVIÇO DA FORMAÇÃO, EM 2017 SERÁ EQUACIONADA A IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA E-LEARNING MAIS ABRANGENTE, APROVEITANDO E POTENCIANDO A UTILIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E REDES MÓVEIS FACILITADORES DA INTERAÇÃO DA ENTIDADE FORMADORA (ESCOLA DA GUARDA E UNIDADES ESPECIALIZADAS), DOS DOCENTES E OS DISCENTES. POR FIM, TENCIONA-SE DESENVOLVER A IMPLEMENTAÇÃO DE UM PORTAL DA FORMAÇÃO (PLATAFORMA DE LEARNING MANAGEMENT SYSTEM - LMS).</p>	

Figura 12 – Políticas públicas versus estratégia organizacional



## 10.4. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

No que diz respeito aos objetivos para o ano económico de 2017, importa salientar que estes decorrem dos que foram definidos na **Estratégia da Guarda 2020 – Uma estratégia de Futuro**, documento que pela primeira vez na já longa História desta centenária Instituição pretende instituir uma cultura de qualidade e rigor na prestação do serviço às populações assente em modernas ferramentas de gestão de reconhecido valor e utilidade, aliando por um lado a gestão por objetivos à metodologia *Balanced Scorecard*, por outro, a qualidade e responsabilidade social.

Com efeito, o documento **Estratégia da Guarda 2020 – Uma estratégia de Futuro** preconiza para a Instituição um compromisso com o futuro, impelindo todos os servidores da Guarda a cogitarem sobre o caminho que a Guarda Nacional Republicana deverá trilhar para se afirmar como Instituição de referência, reconhecida a nível nacional e internacional no domínio da segurança, pela sua postura humana, próxima e de confiança.

Nesse sentido, os Objetivos Estratégicos e Operacionais que seguidamente se apresentam, foram considerados no Quadro de Avaliação e Responsabilização para 2018 submetido à aprovação de Sua Excelência a Ministra da Administração Interna.

Têm por referência a Visão e as linhas de orientação estratégicas citadas, coerentes com os princípios e estratégias de ação enformadoras do documento de Estratégia de Segurança Interna da União Europeia, alinhados com os desígnios do programa do XXI Governo Constitucional, Grandes Opções do Plano e Orientações Estratégicas inscritas no Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) em matéria de segurança interna, apresentados nas Orientações gerais do presente capítulo.

Prevaleceu, na sua definição, alguma ambição, na certeza de que esta poderia funcionar como motor e catalisador do esforço, contribuindo para uma mais rápida adaptação da Instituição às novas exigências e aos novos desafios, numa linha de continuidade com aqueles que haviam sido definidos no ciclo anterior.

Foram assim definidos dez grandes Objetivos Estratégicos, tomando por referência as linhas mestras das políticas públicas apresentadas, considerando os objetivos estratégicos consagrados na **Estratégia da Guarda 2020 – Uma estratégia de Futuro**, bem como ainda o histórico de objetivos definidos nos Quadros de Avaliação e Responsabilização anteriores (2008-2011), que à semelhança do ciclo anterior, irão nortear a estratégia organizacional da Guarda nos próximos anos, atendendo que a sua vigência se estende a um horizonte temporal de médio prazo:

- OE1.** Otimizar a capacidade do dispositivo policial, reforçando os meios operacionais e a presença e visibilidade em zonas de maior risco, visando assegurar a adequação ao serviço prestado às necessidades e expectativas das populações;
- OE2.** Reforçar o patrulhamento de proximidade, orientado para a proteção dos cidadãos em geral e, em particular, das pessoas especialmente vulneráveis, como as crianças, os jovens, os idosos e as vítimas de maus-tratos;
- OE3.** Fomentar e potenciar uma maior interação Guarda-Cidadão, dinamizando os Programas Especiais de Prevenção e Policiamento, as parcerias locais e a utilização das redes e tecnologias de informação;
- OE4.** Intensificar o controlo das principais fontes de perigo, com a finalidade de prevenir, reduzir e reprimir a criminalidade, bem como outros comportamentos e condutas anti-sociais que possam por em causa a segurança e a tranquilidade dos cidadãos;
- OE5.** Garantir uma visão centralizada da missão de segurança rodoviária e de vigilância da rede viária fundamental, valorizando a aposta na prevenção e na fiscalização seletiva dos comportamentos de maior risco.
- OE6.** Potenciar as áreas da investigação e fiscalização de natureza tributária, fiscal, aduaneira, assim como, na vigilância, patrulhamento e interceção de toda a costa e mar territorial do País;



**OE7.** Privilegiar o recurso a novas tecnologias de informação e de comunicação, valorizando a formação dos recursos humanos, desmaterializando atos e simplificando procedimentos, visando requalificar o serviço operacional e de apoio, potenciando uma maior articulação entre as Forças e Serviços de Segurança;

**OE8.** Melhorar a capacidade integrada de Comando, Coordenação e Controlo articulada com gestão das áreas de apoio operacional, potenciando os sistemas tecnológicos e de informação, de forma a conduzir com eficácia a operações aos níveis tático (Comando Territoriais) e tático-operacional (Comando Operacional);

**OE9.** Garantir o concurso a linhas de financiamento comunitário no âmbito dos fundos estruturais, de investimento e específicos e outras formas de financiamento público, fundamentais para potenciar as capacidades e valências da Guarda;

**OE10.** Firmar o empenhamento da Guarda na execução da política externa, designadamente em operações internacionais de resposta a crises, bem como em missões de cooperação policial no âmbito da União Europeia.

## 11. PLANOS DE AÇÕES DE MELHORIA

Visando concretizar as orientações plasmadas na Estratégia da Guarda, foram definidas em sede de plano de atividades as seguintes prioridades e medidas para o ano em curso, fundamentais para a melhoria sustentada do desempenho institucional, cujos efeitos impactantes se pretendem refletir a médio prazo. Estas medidas serão avaliadas mais à frente para efeitos de conclusões prospetivas:

- MELHORIA DA PERFORMANCE ORGANIZACIONAL, DA QUALIDADE E DO SERVIÇO POLICIAL PRESTADO À SOCIEDADE - assente nas seguintes premissas:
  - **Reforço da capacidade de planeamento**, através da otimização de uma visão global e integrada dos diversos Comandos Funcionais;
  - **Ajustamentos à Organização e Dispositivo**, por forma a garantir a implementação das medidas necessárias no âmbito da defesa da floresta contra incêndios, bem como de reforço da presença junto dos cidadãos, respondendo aos normativos legais em vigor;
  - **Enfoque no atendimento ao Cidadão**, mediante a implementação de dinâmicas de qualidade (regulação e uniformização do atendimento) e do reforço da formação e sensibilização dos militares afetos a tarefas de atendimento direto ao público;
  - **Melhoria das infraestruturas e dos sistemas informáticos** de gestão e de apoio ao atendimento;
  - **Melhoria da capacidade de Comando e Controlo Operacional**, baseada numa estrutura em rede entre o CCCO e as Salas de Situação das Unidades;
  - **Melhoria da interoperabilidade institucional** com os restantes elementos do Sistema de Segurança Interna e das Forças Armadas;
  - **Desenvolvimento de referenciais de competências** dos Comandantes de Posto, dos Guardas Patrulheiros e dos militares investigadores, em articulação com o reforço da formação neste domínio;
  - **Revisão de regimes jurídicos estruturantes** (Lei Orgânica e Regulamento de Avaliação do Mérito dos militares da GNR);
  - **Reestruturação do processo de receita**, promovendo uma maior eficiência e celeridade da entrega de receita ao Estado, criando automatismos e interligações entre os vários sistemas em que assenta todo o processo, reduzindo o empenho de recursos;



- Alargamento do **pagamento por referência multibanco** a outras tipologias de receita, permitindo ao cidadão e às empresas uma maior comodidade nas interações com a GNR, no que tange ao pagamento dos serviços prestados pela Guarda;
- Orientação do esforço Institucional através do **sistema de monitorização do Plano Estratégico da GNR 2020**, garantindo uma visão e controlo integrado das estratégias e objetivos fixados em articulação com os demais instrumentos de gestão previsionais e de prestação de contas institucionais;
- Uma clara **aposta na Qualidade, inovação e na melhoria contínua** dos serviços prestados à sociedade e ao cidadão, dando corpo ao compromisso firmado na Carta de Qualidade institucional, operacionalizando-o nomeadamente através de dinâmicas e parcerias estratégicas de formação neste domínio.
- **TECNOLOGIA AO SERVIÇO DA ATIVIDADE OPERACIONAL:**
  - Dirigir o esforço de inovação para a interoperabilidade tecnológica entre os sistemas de informação (operacionais, de gestão e de apoio) e entre salas de situação, realizando o levantamento dos processos-chave fundamentais para a pretendida transformação organizacional, que possibilite suprimir redundâncias ao mesmo tempo que incrementa a qualidade de gestão e garante uma perspetiva agregada da performance institucional.
  - A integração total dos sistemas informáticos numa plataforma única constitui o projeto fundamental para transformar a Guarda numa Instituição de vanguarda, quer no domínio tecnológico, como também na atuação diária junto das populações. Para o efeito pretende-se dar continuidade aos trabalhos iniciados e garantir o cumprimento da candidatura a fundos comunitários em concurso.
- **POTENCIAR O RELACIONAMENTO DA GUARDA COM O CIDADÃO:**
  - **Reforço da proximidade com o Cidadão**, dinamizando, por um lado, os tradicionais Programas Especiais de Prevenção e Policiamento e parcerias locais, e por outro, através da disponibilização de serviços de caráter inovador que fomentam e potenciam a **interação da Guarda** com o Cidadão e com a Sociedade, numa clara aposta da tecnologia ao serviço da atividade Operacional.
  - Nesse sentido, a Guarda propõe-se desenvolver os projetos inovadores **«Guarda Digital»** e **«e-Posto»** visando aprofundar o relacionamento e proximidade com o cidadão, fortalecendo o sentimento de segurança e prevenindo a delinquência e criminalidade.
- **EDIFICAÇÃO E MELHORIA DAS CAPACIDADES OPERACIONAIS** - assente nas seguintes premissas:
  - **Melhorar o Sistema de Informações da Guarda (SIG)** – através da implementação de um sistema que se fundamente no ciclo de produção de Informações doutrinário e respetivos princípios de funcionamento, apoiado numa cultura de partilha de informação assente em relações de confiança, na agilização de uma rede de contactos, canais e fluxos de informação, na reengenharia de processos e na articulação e integração dos diversos modos de pesquisa de notícias. A melhoria do SIG constitui um importante passo para unificar as informações, incrementando a capacidade de processar informação corrente em tempo real, útil para o processo de tomada de decisão operacional.
  - **Proteção das infraestruturas Críticas** - Atendendo à pertinência e atualidade da proteção das Infraestruturas Críticas (ICs), é urgente promover a organização, os processos, os procedimentos e os sistemas necessários à oportuna tomada de decisão que permitam a GNR adquirir uma maior capacidade de intervenção ao nível da segurança e resiliência das IC, alinhadas com o futuro Programa Europeu de Proteção de Infraestruturas Críticas (PEPIC), suportada numa abordagem transversal dos riscos a que essas infraestruturas possam estar expostas.
  - **Incrementar a eficiência, eficácia, usabilidade e interoperabilidade do SIOP** - No contexto das políticas de racionalização e modernização importa garantir a evolução do Sistema Integrado de Informações Operacionais de Polícia (SIOP) para uma plataforma mais ergonómica ao trabalho desenvolvido pelos militares no terreno e garantir interoperabilidade com os restantes sistemas de gestão de recursos internos iniciado do antecedente.





- **Consolidação do Sistema SIVICC** – considerado desígnio nacional e europeu, a Guarda manterá o esforço na operação e consolidação deste sistema através do reforço de meios operacionais, da sua integração e interoperabilidade com o SIVE Espanhol e com o EUROSUR para assegurar a partilha de informação em tempo real.

Neste âmbito, é ainda intento Institucional alargar o sistema às regiões autónomas, mediante a captação de cofinanciamento. O projeto de extensão denominado **SIVICC Plus**, prevê duas fases: a primeira entre 2018-2019, com a implementação do sistema na região autónoma da Madeira, e a segunda, em fase posterior, denominado SIVICC Ultra, previsivelmente entre 2019-2020, na região autónoma dos Açores.

- **Otimizar a capacidade de coordenação da investigação criminal** – visando a melhoria da resposta da Guarda na investigação criminal, proceder à recolha de prova, determinar os seus agentes, sua responsabilidade e efetuar as consequentes detenções em cumprimento dos objetivos gerais de política criminal para o biênio 2017-2019.
- **Consolidação da capacidade de Cibersegurança** – visando contribuir de forma decisiva para o reforço da «Cidadania Digital», tornando o Ciberespaço um ambiente mais livre, seguro e de desenvolvimento societário a Guarda consolidará a sua capacidade de cibersegurança (domínios da segurança da informação e ciberinteligência). Esta capacidade visa prevenir, prever e reprimir, de forma cada vez mais eficaz, as atividades criminais que decorrentes de atos preparatórios com origem no ciberespaço ou aquelas que põem em risco a segurança de Informação das infraestruturas críticas nacionais, assim como a desenvolver a capacidade de recolha de informações (intelligence), nomeadamente através de metadados. Esta capacidade visa ainda apoiar internamente a atividade operacional da Guarda, em especial na área das informações, da investigação criminal e das operações.
- **Consolidação do sistema de comando e controlo operacional** - através de planos de formação comuns ao CCCO e às Salas de Situação. Em paridade diversificar as fontes de informação disponíveis no sistema.
- **Otimização e Suporte das Redes de Comunicações** – Considerando as premissas acima referidas, a redes de comunicações SIRESP e RNSI, que asseguram a malha digital de suporte a todos os recursos da Guarda, envolvendo as comunicações de voz, dados e vídeo convergentes e rádio trucking, através da renovação a atualização dos seus terminais e nós de comutação, bem como da maximização da sua disponibilidade, através da melhoria da robustez, segurança e redundância dos seus nós.
- **Melhoria da Integração das Fontes de Informação** – abrangendo a disponibilidade de teleserviços de videoconferência, de videovigilância e multimédia, otimizando os fluxos destes tipo de informação, que a nível dos centros de decisão da Guarda quer incrementando a capacidade dos sistemas de processamento, quer criando sinergias com outros sistemas do MAI.

- **GESTÃO DO CONHECIMENTO, QUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS:**

Visando consolidar o conhecimento e doutrina institucional e capacitar os militares para o exigente exercício de funções, assume-se a prioridade de garantir a **criação da área científica dos Estudos de Segurança Interna e dos fenómenos criminais** no Instituto Universitário Militar.

No domínio da qualificação dos recursos humanos a Guarda manterá o esforço de formação garantindo que parte muito significativa dos seus recursos humanos beneficie de ações de formação que possibilitem melhorar a sua performance ao mesmo tempo que lhes confere uma maior valorização profissional e pessoal.

Com o desiderato de melhorar o sistema de formação da Guarda serão desenvolvidas um conjunto de iniciativas estruturais e que prometem alterar o paradigma de ensino e formação.

Entre essas medidas destaca-se a conceção do **«Modelo da Gestão da Formação por Competências»** (através da criação de referenciais de competências), a programação do **«Sistema de Gestão da Qualidade»** e, ainda, a **«Acreditação do Sistema de Formação da GNR»**. Em complemento prevê-se ainda a constituição do **«Centro de Lições Aprendidas da Guarda»**.

No campo da inovação tecnológica ao serviço da formação, será equacionada a **implementação de um sistema e-learning mais abrangente**, aproveitando e potenciando a utilização dos equipamentos e redes móveis facilitadores da interação da entidade formadora (Escola da Guarda e Unidades Especializadas),



dos docentes e os discentes. Por fim, tenciona-se desenvolver a implementação de um portal da formação (plataforma de Learning Management System - LMS).

- REFORÇAR A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL:

Neste domínio importa firmar o empenhamento da Guarda e do Estado Português na execução da política externa, reforçando a participação no âmbito da cooperação policial europeia, designadamente através da contribuição operacional no quadro da Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira (FRONTEX), determinada pelo agravamento da crise migratória que tem assolado a Europa com origem no Norte de África e no Médio Oriente.

A participação da Guarda no esforço coletivo da FRONTEX estabelece-se no quadro dos compromissos assumidos pelo Estado Português no Tratado da União Europeia (Tratado de Lisboa), fundado nos princípios e espírito de solidariedade, reciprocidade e cooperação entre os Estados integrantes da UE.

A execução deste tipo de missões contribui para o reforço de uma estratégia integrada de prevenção internacional e prestígio nacional, no âmbito do Espaço de Liberdade de Segurança e de Justiça da União Europeia, atendendo aos interesses permanentes da segurança nacional.

Neste âmbito, serão potenciadas as ações a desenvolver no seio da CPLP, IBERPOL, FIEP, EGF, EUPST, com países do norte de África e onde seja necessário, através de requisição da tutela.

A globalização das ameaças impõem o reforço da cooperação com a *Guardia Civil* e a *Gendarmerie Royal* Marroquina, por necessidades de serviço e proximidade territorial, sem descurar a intenção de criar cargos funcionais para oficiais da GNR na EUROPOL e DPKO.

Com a assunção da Presidência Portuguesa da EUROGENDFOR, a Guarda procurará conjuntamente com as forças congéneres integrantes, reforçar o papel da Organização enquanto ator chave no exercício das funções de polícia a nível internacional, solidificando as relações com a União Europeia, na qualidade de parceiro privilegiado no âmbito da gestão civil de crises.

Destacamos nesse contexto, algumas iniciativas que encetaremos junto dos parceiros durante a Presidência Portuguesa da EUROGENDFOR:

- Visando a implementação de ferramentas de coordenação com a União Europeia, desenvolveremos esforços no sentido de tornar uma realidade a implementação de um oficial de ligação da EUROGENDFOR junto das estruturas de gestão de crises do Serviço de Ação Externa da União Europeia (EEAS).
- Promover a criação de condições operacionais para o rápido aprontamento e projeção de unidades de polícia constituída por via da criação de uma unidade de escalão companhia, capacitada e pré-aprontada, de constituição rotativa e com exercícios periódicos agendados, que permita constituir uma “*vanguard capability*” para iniciar ou reforçar missões, à disposição imediata das estruturas de gestão de crises da União Europeia e das Nações Unidas;
- Promover esforços para criar um plano de comunicação para a EUROGENDFOR, visando melhorar a visibilidade e capacidade de comunicação da Organização, com especial ênfase através das redes sociais.

- OTIMIZAR A CAPTAÇÃO DE COFINANCIAMENTO:

A implementação das medidas de capacitação e transformação organizacional assumidas como prioridades na Estratégia da Guarda, carecem de instrumentos capazes de as tornar realidade. Nesse sentido, a Guarda continuará a procurar através de Fundos Comunitários (fundos europeus estruturais e de investimento e fundos específicos) obter linhas de financiamento e disponibilizá-los para o desenvolvimento e aprofundamento de capacidades.







# Capítulo III

AUTOAVALIAÇÃO

### III. ANÁLISE DE RESULTADOS ALCANÇADOS E DESVIOS VERIFICADOS DE ACORDO COM O QUAR

#### 1. NOTA PRÉVIA

De acordo com a Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, a avaliação de desempenho (AD) de cada serviço assenta num Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR), sujeito a avaliação permanente, do qual constam: a missão do serviço, os seus objetivos estratégicos plurianuais, os objetivos fixados anualmente (objetivos operacionais), os indicadores de desempenho, o grau de realização dos objetivos, a identificação dos desvios e respetivas causas e, finalmente, a avaliação final do desempenho do serviço.

Os objetivos fixados aos serviços, no respetivo QUAR, devem relacionar-se com os objetivos fixados aos dirigentes superiores, nas respetivas cartas de missão, contratos de gestão e aos trabalhadores, alinhando desta forma a ação de serviços, dirigentes e trabalhadores na prossecução das políticas públicas<sup>10</sup>

O QUAR 2018, reporta o seu início a 1 de janeiro de 2018, após ter sido analisado e obtido parecer favorável da Secretária-Geral da Administração Interna, cuja validação foi realizada segundo os parâmetros indicados no quadro seguinte:

<i>Os objetivos estratégicos estão alinhados com as políticas públicas</i>	<i>Existe adequação dos objetivos operacionais na prossecução dos objetivos estratégicos</i>	<i>Há equilíbrio nas ponderações dos parâmetros, qualidade, eficácia e eficiência, face à missão do organismo</i>	<i>Os indicadores de desempenho estão adequados aos objetivos que se pretendem medir (qualidade, eficácia e eficiência)</i>	<i>O grau de ambição e credibilidade das metas, face ao histórico do serviço é positivo</i>	<i>As fontes de verificação dos indicadores estão descritas</i>
--	--	---	---	---	---

Figura 13 – Grelha de Validação do QUAR GNR 2018

Com efeito, o QUAR da Guarda Nacional Republicana para 2018 contempla 10 objetivos estratégicos (plenamente alinhados com a Estratégia da Guarda 2020), 10 objetivos operacionais com medição através de 46 indicadores, abrangendo os principais eixos da sua missão e do seu funcionamento interno. Na definição dos referidos objetivos, pugnou-se por uma metodologia de rigor. Decidiu-se aproveitar a lógica e a dinâmica intrínsecas ao modelo de gestão por objetivos, para construir e negociar metas ambiciosas, na certeza de que, só assim, seria possível desenvolver capacidades em alinhamento com as demandas da Sociedade e, também, modernizar a Instituição de modo mais rápido e consistente.

No decurso do ano 2018, com fundamento na necessidade de avaliação permanente do nível do cumprimento dos objetivos definidos, foram realizadas monitorizações trimestrais, com vista à identificação das principais dificuldades, constrangimentos e eventuais desvios, habilitando o Comandante-Geral a emitir diretivas e a acionar medidas corretivas conducentes à sua integral concretização.

O presente relatório de autoavaliação encerra, pois, a derradeira etapa do ciclo de gestão, na medida em que permite avaliar o grau de realização dos objetivos definidos no QUAR, identificar os desvios ocorridos na sua prossecução e estabelecer um conjunto de ações que conduzam a um reforço positivo do desempenho. Nesse sentido, cumpre neste ponto efetuar uma análise individualizada da execução dos OOp, atentos os fatores conjunturais que condicionaram o desempenho da Guarda.

<sup>10</sup> Vide Deliberação do Conselho de Ministros n.º 772/2007, de 27 de dezembro



## 2. QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO

### 2.1. APRESENTAÇÃO DO ORGANISMO

#### 2.1.1. ORGANISMO

A Guarda Nacional Republicana é, nos termos da sua Lei Orgânica, uma força de segurança de natureza militar, constituída por militares organizados num corpo especial de tropas e dotada de autonomia administrativa.

#### 2.1.2. MISSÃO

Assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, no âmbito dos sistemas nacionais de segurança e proteção, bem como colaborar na execução da política de defesa nacional.

#### 2.1.3. VISÃO

Ser uma Força de Segurança humana, próxima e de confiança que se distinga pela excelência do serviço que presta e seja reconhecida como referência nacional e internacional no domínio da segurança.

### 2.2. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- OE1. Otimizar a capacidade do dispositivo policial, reforçando os meios operacionais e a presença e visibilidade em zonas de maior risco, visando assegurar a adequação ao serviço prestado às necessidades e expectativas das populações;
- OE2. Reforçar o patrulhamento de proximidade, orientado para a proteção dos cidadãos em geral e, em particular, das pessoas especialmente vulneráveis, como as crianças, os jovens, os idosos e as vítimas de maus-tratos;
- OE3. Fomentar e potenciar uma maior interação Guarda-Cidadão, dinamizando os Programas Especiais de Prevenção e Policiamento, as parcerias locais e a utilização das redes e tecnologias de informação;
- OE4. Intensificar o controlo das principais fontes de perigo, com a finalidade de prevenir, reduzir e reprimir a criminalidade, bem como outros comportamentos e condutas anti-sociais que possam por em causa a segurança e a tranquilidade dos cidadãos;
- OE5. Garantir uma visão centralizada da missão de segurança rodoviária e de vigilância da rede viária fundamental, valorizando a aposta na prevenção e na fiscalização seletiva dos comportamentos de maior risco.
- OE6. Potenciar as áreas da investigação e fiscalização de natureza tributária, fiscal, aduaneira, assim como, na vigilância, patrulhamento e interceção de toda a costa e mar territorial do País;
- OE7. Privilegiar o recurso a novas tecnologias de informação e de comunicação, valorizando a formação dos recursos humanos, desmaterializando atos e simplificando procedimentos, visando requalificar o serviço operacional e de apoio, potenciando uma maior articulação entre as Forças e Serviços de Segurança;
- OE8. Melhorar a capacidade integrada de Comando, Coordenação e Controlo articulada com gestão das áreas de apoio operacional, potenciando os sistemas tecnológicos e de informação, de forma a conduzir com eficácia acrescidas operações aos níveis tático (Comando Territoriais) e tático-operacional (Comando Operacional);
- OE9. Garantir o concurso a linhas de financiamento comunitário no âmbito dos fundos estruturais, de investimento e específicos e outras formas de financiamento público, fundamentais para potenciar as capacidades e valências da Guarda;
- OE10. Firmar o empenhamento da Guarda na execução da política externa, designadamente em operações internacionais de resposta a crises, bem como em missões de cooperação policial no âmbito da União Europeia.



### 2.3. OBJETIVOS OPERACIONAIS

No seguimento da apresentação da Estratégia do MAI 2017-2019, foram transmitidas orientações por parte da Tutela no sentido dos diferentes organismos da Rede SIADAP I – MAI introduzirem nos respetivos QUAR um conjunto de objetivos operacionais e indicadores de medida, nas áreas de Segurança Interna; Controlo de Fronteiras e Gestão dos Fluxos Migratórios; Proteção e Socorro; Segurança Rodoviária; Administração Eleitoral; e Atividades de Suporte.

Nesse sentido, enquadram-se dentro da estratégia ministerial os seguintes objetivos operacionais e indicadores de medida:

OOP 004 • INCREMENTAR O CONTRIBUTO PARA A REDUÇÃO DA SINISTRALIDADE RODOVIÁRIA							PESO	25%	100%
INDICADORES	ÓRGÃO RESPONSÁVEL		RESULTADO 2017 (REAL.)	META QUAR 2018		PESO	EXECUÇÃO 2018		
	CTRL. E MONIT.	EXEC.		APROVADA	REVISTA		RESULTADO	TAXA	
<b>I021</b> • Nº DE VEÍCULOS CONTROLADOS POR CINEMÓMETROS DENTRO DE LOCALIDADES	CO	CO   DO	N.A.	1.500.000	2.700.000	15%	2.728.253	101%	
<b>I022</b> • N.º DE OPERAÇÕES TEMATICAS REALIZADAS COORDENADAS PELA ANSR NO ÂMBITO DO PLANO NACIONAL DE FISCALIZAÇÃO RODOVIÁRIA	CO	CO   DO	N.A.	5	4	15%	4	100%	

OOP 005 • OTIMIZAR, INTENSIFICAR E QUALIFICAR A RESPOSTA OPERACIONAL NO ÂMBITO DA PROTEÇÃO DA NATUREZA E AMBIENTE E AO NÍVEL DA EMERGÊNCIA, PROTEÇÃO E SOCORRO							PESO	25%	108%
INDICADORES	ÓRGÃO RESPONSÁVEL		RESULTADO 2017 (REAL.)	META QUAR 2018		PESO	EXECUÇÃO 2018		
	CTRL. E MONIT.	EXEC.		APROVADA	REVISTA		RESULTADO	TAXA	
<b>I024</b> • N.º DE AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO NO AMBITO DA PROTEÇÃO DA NATUREZA E AMBIENTE (INCIDENCIA PRIORITÁRIA PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIOS FLORESTAIS)	CO	CO   DSEPNA	199.998	220.000	220.000	20%	228.561	104%	
<b>I025</b> • N.º DE AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO REALIZADAS NO AMBITO DA PROTEÇÃO DA NATUREZA E AMBIENTE (INCIDENCIA PRIORITÁRIA PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIOS FLORESTAIS)	CO	CO   DSEPNA	2.232	2.675	9.100	20%	10.537	116%	
<b>I028</b> • N.º DE PLANOS DE EXPANSÃO E DENSIFICAÇÃO DA COBERTURA DO GIPS DA GNR A TODO O TERRITÓRIO NACIONAL ENTREGUES	CO	CO   UI	N.A.	1	1	10%	1	100%	

OOP 006 • MELHORAR A CAPACIDADE INTEGRADA DE COMANDO, COORDENAÇÃO E CONTROLO ARTICULADA COM GESTÃO DAS ÁREAS DE APOIO OPERACIONAL, POTENCIANDO OS SISTEMAS TECNOLÓGICOS E DE INFORMAÇÃO, DE FORMA A CONDUZIR COM EFICÁCIA ACRESCIDAS OPERAÇÕES AOS NÍVEIS TÁTICO (COMANDOS TERRITORIAIS) E TÁTICO-OPERACIONAL (COMANDO OPERACIONAL)							PESO	25%	100%
INDICADORES	ÓRGÃO RESPONSÁVEL		RESULTADO 2017 (REAL.)	META QUAR 2018		PESO	EXECUÇÃO 2018		
	CTRL. E MONIT.	EXEC.		APROVADA	REVISTA		RESULTADO	TAXA	
<b>I034</b> • TAXA DE MELHORIAS AO SIIOP IMPLEMENTADAS (N.º DE MELHORIAS IMPLEMENTADAS/N.º DE MELHORIAS PREVISTAS*100)	CO	CO   DCSI	75%	80%	80%	10%	81,81%	102%	











OOP 007 • OTIMIZAR A EFICIÊNCIA E PERFORMANCE ORGANIZACIONAL, AGILIZANDO A ESTRUTURA INTERNA E MELHORANDO A AFETAÇÃO FUNCIONAL DE RH								PESO	25%	143%
INDICADORES	ÓRGÃO RESPONSÁVEL		RESULTADO 2017 (REAL)	META QUAR 2018			EXECUÇÃO 2018			
	CTRL. E MONIT.	EXEC.		APROVADA	REVISTA	RESULTADO	TAXA			
<b>I035</b> • N.º DE RH REAFETADOS AO SERVIÇO OPERACIONAL	CARI	CARI   DRH	282	100	100	60%	122	122%		
<b>I036</b> • TAXA DE EXECUÇÃO DE MEDIDAS DE EFICIENCIA ORÇAMENTAL (N.º DE MEDIDAS IMPLEMENTADAS/N.º DE MEDIDAS PROPOSTAS*100)	CARI	CARI   DRF	90%	60%	40%	30%	71%	178%		
<b>I037</b> • TAXA DE EXECUÇÃO DA LEI DE PROGRAMAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS DAS FSS (VALOR DE DESPESA ANUAL EXECUTADA GNR/VALOR DE DESPESA ANUAL PREVISTA GNR*100)	CARI	CARI   DRF/DRL/DIE	22%	25%	25%	10%	42%	168%		

Sem prejuízo da análise pormenorizada que será conduzida no ponto seguinte, salientamos que o indicador I036 tem por referência as medidas indicadas no anexo X da circular DGO 1387 (instruções para preparação do Orçamento do Estado para 2018). No que diz respeito ao indicador I036 - TAXA DE EXECUÇÃO DA LEI DE PROGRAMAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS DAS FSS, salienta-se que a sua execução resulta da partilha de responsabilidades entre a UMC/MAI e a GNR, cabendo à GNR desenvolver o esforço de levantamento de necessidades, identificação dos requisitos técnicos e funcionais e elaboração de propostas de peças de procedimento e à UMC/MAI a execução financeira da referida Lei de Programação.

Legenda:

-  EXECUÇÃO SUPERIOR A 100%
-  EXECUÇÃO ENTRE 99,00% E 99,99%
-  EXECUÇÃO ENTRE 0,00% E 98,99%
-  INDICADOR ANULADO
  
-  META REVISTA EM ALTA
-  META REVISTA EM BAIXA



EFICÁCIA							POND.	40%	106%
<b>OOP 001</b> • OTIMIZAR AS ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO JUNTO DO PÚBLICO-ALVO MAIS VULNERÁVEL, NOMEADAMENTE NO ÂMBITO DOS PROGRAMAS ESPECIAIS DE POLICIAMENTO COMUNITÁRIO E DE PROXIMIDADE (PEPP)							PESO	35%	107%
INDICADORES	ÓRGÃO RESPONSÁVEL		META QUAR 2018			EXECUÇÃO 2018			
	CTRL. E MONIT.	EXEC.	RESULTADO 2017 (REAL.)	APROVADA	REVISTA	PESO	RESULTADO	TAXA	
<b>I001</b> • N.º DE AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO E INFORMAÇÃO JUNTO DOS COMERCIANTES E LOJISTAS	CO	CO DO	18.350	18.500	18.500	20%	28.353	153%	
<b>I002</b> • N.º DE ELEMENTOS DA COMUNIDADE EDUCATIVA ALVO DE AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO E INFORMAÇÃO (VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E DE GÉNERO, ABORDANDO EM ESPECIAL OS TEMAS DO BULLYING, DA VIOLÊNCIA EXERCIDA ATRAVÉS DE NOVAS TECNOLOGIAS E DA VIOLÊNCIA NO NAMORO)	CO	CO DO	95.102	110.000	110.000	15%	113.952	104%	
<b>I003</b> • N.º DE IDOSOS SENSIBILIZADOS NO ÂMBITO DA OPERAÇÃO "IDOSOS EM SEGURANÇA"	CO	CO DO	34.973	100.000	100.000	15%	98.234	98%	
<b>I004</b> • N.º PATRULHAS REALIZADAS	CO	CO DO	107.419	108.000	108.000	15%	74.237	69%	
<b>I005</b> • N.º DE ALUNOS ALVO DE AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO EM MATÉRIA DE SEGURANÇA DA COMUNIDADE ESCOLAR E SOBRE O CONSUMO DE DROGA E ÁLCOOL	CO	CO DO	66.425	70.000	70.000	15%	74.310	106%	
<b>I006</b> • N.º DE DISPOSITIVOS DE FORMAÇÃO ELABORADOS PARA NÚCLEOS ESCOLA SEGURA	CO	CO DO	5	4	4	20%	4	100%	
<b>OOP 002</b> • FOMENTAR E POTENCIAR UMA MAIOR INTERAÇÃO GUARDA-CIDADÃO, PROMOVEDO RELAÇÕES DE CONFIANÇA MÚTUA							PESO	30%	105%
INDICADORES	ÓRGÃO RESPONSÁVEL		META QUAR 2018			EXECUÇÃO 2018			
	CTRL. E MONIT.	EXEC.	RESULTADO 2017 (REAL.)	APROVADA	REVISTA	PESO	CTRL. E MONIT.	EXEC.	
<b>I007</b> • N.º DE SERVIÇOS DIGITAIS IMPLEMENTADOS (ACUMULADO)	DCRP	DCRP	1	2	1	20%	1	100%	
<b>I008</b> • N.º DE SEGUIDORES NAS REDES SOCIAIS (ACUMULADO)	DCRP	DCRP	447.812	500.000	500.000	10%	525.936	105%	
<b>I009</b> • N.º DE INTERAÇÕES VIA PLATAFORMA ELETRÓNICA	DCRP	DCRP	1.251.788	1.500.000	1.200.000	10%	1.191.403	99%	
<b>I010</b> • ÍNDICE DE DISPONIBILIZAÇÃO DE CONTEÚDOS AO PÚBLICO GERAL	DCRP	DCRP	841	840	1.000	20%	1.074	107%	
<b>I011</b> • N.º DE EVENTOS DE DIMENSÃO NACIONAL PROMOVIDOS	DCRP	DCRP	21	20	20	20%	27	135%	
<b>I012</b> • N.º DE INICIATIVAS DE ÂMBITO NACIONAL	DCRP	DCRP	3	2	5	20%	4	80%	
<b>OOP 003</b> • REFORÇAR A PARTICIPAÇÃO DA GUARDA NO ÂMBITO DA COOPERAÇÃO POLICIAL INTERNACIONAL, DESIGNADAMENTE NO ÂMBITO DA VIGILÂNCIA E CONTROLO DA FRONTEIRA EXTERNA DA UNIÃO EUROPEIA							PESO	35%	105%
INDICADORES	ÓRGÃO RESPONSÁVEL		META QUAR 2018			EXECUÇÃO 2018			
	CTRL. E MONIT.	EXEC.	RESULTADO 2017 (REAL.)	APROVADA	REVISTA	PESO	CTRL. E MONIT.	EXEC.	
<b>I013</b> • N.º DE PATRULHAS DE VIGILÂNCIA MARÍTIMA E CONTROLO DA COSTA REALIZADOS	CO	UCC	21.073	21.000	21.000	25%	19.458	93%	
<b>I014</b> • N.º HORAS EMPENHAMENTO/ UTILIZAÇÃO DOS MEIOS DE VIGILÂNCIA NOTURNA	CO	UCC	18.765	18.200	18.200	25%	13.859	76%	
<b>I015</b> • TAXA DE PARTICIPAÇÃO NAS AÇÕES FRONTEX (N.º AÇÕES FRONTEX REALIZADAS/N.º AÇÕES FRONTEX SOLICITADAS)*100	CO	UCC	100%	98%	98%	25%	100%	102%	
<b>I016</b> • N.º DE CONTROLOS MÓVEIS EFETUADOS EM CONJUNTO COM A GUARDIA CIVIL (INCLUÍ REUNIÕES E OPERAÇÕES CONJUNTAS)	CO	CO   DO	602	600	400	25%	602	151%	
<b>I017</b> • N.º DE OPERAÇÕES REALIZADAS NO ÂMBITO DA EUROPEAN TRAFFIC POLICE NETWORK (TISPOL) E EURO CONTROLE ROUTE (ECR)	CO	CO   DO	9	9	0	0	0		



EFICIÊNCIA							POND.	30%	113%
<b>004</b> • INCREMENTAR O CONTRIBUTO PARA A REDUÇÃO DA SINISTRALIDADE RODOVIÁRIA							PESO	25%	100%
INDICADORES	ÓRGÃO RESPONSÁVEL		RESULTADO 2017 (REAL.)	META QUAR 2018		EXECUÇÃO 2018			
	CTRL. E MONIT.	EXEC.		APROVADA	REVISTA	CTRL. E MONIT.	EXEC.		
<b>I018</b> • ÍNDICE FISCALIZAÇÃO RODOVIÁRIA [(META ANUAL*PESO RELATIVO)/100]	CO	CO   DO	19.011	18.000	18.000	30%	17.123	95%	
<b>I019</b> • N.º HORAS PATRULHAMENTO RODOVIÁRIO	CO	CO   DO	921.920	900.000	900.000	20%	940.448	104%	
<b>I020</b> • TAXA ACIDENTES GRAVES COM CAUSAS DETERMINADAS (N.º ACIDENTES GRAVES COM CAUSAS DETERMINADAS/N.º ACIDENTES GRAVES)*100	CO	CO   DO	95,70%	95%	98%	20%	97,80%	100%	
<b>I021</b> • N.º DE VEÍCULOS CONTROLADOS POR CINEMÓMETROS DENTRO DE LOCALIDADES	CO	CO   DO	N.A.	1.500.000	2.700.000	15%	2.728.253	101%	
<b>I022</b> • N.º DE OPERAÇÕES TEMATICAS REALIZADAS COORDENADAS PELA ANSR NO ÂMBITO DO PLANO NACIONAL DE FISCALIZAÇÃO RODOVIÁRIA	CO	CO   DO	N.A.	5	4	15%	4	100%	
<b>005</b> • OPTIMIZAR, INTENSIFICAR E QUALIFICAR A RESPOSTA OPERACIONAL NO ÂMBITO DA PROTEÇÃO DA NATUREZA E DO AMBIENTE							PESO	25%	108%
INDICADORES	ÓRGÃO RESPONSÁVEL		RESULTADO 2017 (REAL.)	META QUAR 2018		EXECUÇÃO 2018			
	CTRL. E MONIT.	EXEC.		APROVADA	REVISTA	CTRL. E MONIT.	EXEC.		
<b>I023</b> • TAXA DE INVESTIGAÇÃO DE CAUSAS DE INCÊNDIO (N.º TOTAL DE INVESTIGAÇÕES CONDUZIDAS/N.º TOTAL DE OCORRENCIAS)*100	CO	CO   DSEPNA	76%	81%	81%	20%	96%	119%	
<b>I024</b> • N.º DE AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO NO ÂMBITO DA PROTEÇÃO DA NATUREZA E AMBIENTE (INCIDENCIA PRIORITÁRIA PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIOS FLORESTAIS)	CO	CO   DSEPNA	199.988	220.000	220.000	20%	228.561	104%	
<b>I025</b> • N.º DE AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO REALIZADAS NO ÂMBITO DA PROTEÇÃO DA NATUREZA E AMBIENTE (INCIDENCIA PRIORITÁRIA PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIOS FLORESTAIS)	CO	CO   DSEPNA	2.232	2.675	9.100	20%	10.537	116%	
<b>I026</b> • N.º PATRULHAS ÂMBITO SEPNA	CO	CO   DSEPNA	69.991	70.000	70.000	20%	72.374	103%	
<b>I027</b> • TAXA DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA DO EFETIVO SEPNA (N.º MILITARES-CIVIS ESTRUTURA SEPNA QUE FREQUENTARAM FORMAÇÃO ESPECIALIZADA/N.º MILITARES-CIVIS ESTRUTURA SEPNA)*100	CO	CO   DSEPNA	97%	97%	97%	10%	97%	100%	
<b>I028</b> • N.º DE PLANOS DE EXPANSÃO E DENSIFICAÇÃO DA COBERTURA DO GIPS DA GNR A TODO O TERRITÓRIO NACIONAL ENTREGUES	CO	CO   UI	N.A.	1	1	10%	1	100%	
<b>006</b> • MELHORAR A CAPACIDADE INTEGRADA DE COMANDO, COORDENAÇÃO E CONTROLO ARTICULADA COM GESTÃO DAS ÁREAS DE APOIO OPERACIONAL, POTENCIANDO OS SISTEMAS TECNOLÓGICOS E DE INFORMAÇÃO, DE FORMA A CONDUZIR COM EFICÁCIA ACRESCIDAS OPERAÇÕES AOS NÍVEIS TÁTICO (COMANDO TERRITORIAIS) E TÁTICO-OPERACIONAL (COMANDO OPERACIONAL)							PESO	25%	100%
INDICADORES	ÓRGÃO RESPONSÁVEL		RESULTADO 2017 (REAL.)	META QUAR 2018		EXECUÇÃO 2018			
	CTRL. E MONIT.	EXEC.		APROVADA	REVISTA	CTRL. E MONIT.	EXEC.		
<b>I029</b> • N.º DE UNIDADES/ ÓRGÃOS/ ESTABELECIMENTOS (UU/OO/EE) COM SISTEMA DE DESPACHO, ARQUIVO E GESTÃO DOCUMENTAL (SDAGD) EM OPERAÇÃO	CO	CO   DCSI	39	55	55	15%	55	100%	
<b>I030</b> • TAXA DE DISPONIBILIDADE (N.º TOTAL DE HORAS DE DISPONIBILIDADE DOS SISTEMAS TECNOLÓGICOS EM EXPLORAÇÃO / N.º TOTAL HORAS ANO)*100	CO	CO   DCSI	99%	98%	98%	20%	97,11%	99%	
<b>I031</b> • TAXA DE CERTIFICAÇÃO DA REDE DE POSTOS DE CONTROLO (N.º DE POSTOS DE CONTROLO CERTIFICADOS/N.º DE POSTOS DE CONTROLO TOTAL)*100	CO	CO   DCSI	70%	90%	90%	20%	90,00%	100%	
<b>I032</b> • N.º DE INSTALAÇÕES COM CENTRAIS TELEFÓNICAS MIGRADAS PARA TELEFONIA VOIP (ACUM.)	CO	CO   DCSI	N.A.	20	10	20%	10	100%	



<b>I033</b> • TAXA CONCEPÇÃO DA PLATAFORMA DE MONITORIZAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO (N.º MÓDULOS CONCEBIDOS /N.º MÓDULOS TOTAIS*100)	CO	DPERI	N.A	100%	100%	15%	100%	100%	
<b>I034</b> • TAXA DE MELHORIAS AO SIIOP IMPLEMENTADAS (N.º DE MELHORIAS IMPLEMENTADAS/N.º DE MELHORIAS PREVISTAS*100)	CO	CO   DCSI	75%	80%	80%	10%	81,81%	102%	
<b>OOP 007</b> • OTIMIZAR A EFICIÊNCIA E PERFORMANCE ORGANIZACIONAL, AGILIZANDO A ESTRUTURA INTERNA E MELHORANDO A AFETAÇÃO FUNCIONAL DE RH							PESO	25%	143%
INDICADORES	ÓRGÃO RESPONSÁVEL		RESULTADO 2017 (REAL)	META QUAR 2018			EXECUÇÃO 2018		
	CTRL. E MONIT.	EXEC.		APROVADA	REVISTA	CTRL. E MONIT.	EXEC.		
<b>I035</b> • N.º DE RH REAFETADOS AO SERVIÇO OPERACIONAL	CARI	CARI   DRH	282	100	100	60%	122	122%	
<b>I036</b> • TAXA DE EXECUÇÃO DE MEDIDAS DE EFICIENCIA ORÇAMENTAL (N.º DE MEDIDAS IMPLEMENTADAS/N.º DE MEDIDAS PROPOSTAS*100)	CARI	CARI   DRF	90%	60%	40%	30%	71%	178%	
<b>I037</b> • TAXA DE EXECUÇÃO DA LEI DE PROGRAMAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS DAS FSS (VALOR DE DESPESA ANUAL EXECUTADA GNR/VALOR DE DESPESA ANUAL PREVISTA GNR*100)	CARI	CARI   DRF/DRL/DIE	22%	25%	25%	10%	42%	168%	

<b>QUALIDADE</b>							POND.	30%	112%
<b>OOP 008</b> • PROMOVER A IMPLEMENTAÇÃO DE DINÂMICAS DE QUALIDADE QUE POTENCIEM DE FORMA AGREGADA A MELHORIA DOS SERVIÇOS PRESTADOS E O FORTALECIMENTO DA IMAGEM INSTITUCIONAL							PESO	40%	121%
INDICADORES	ÓRGÃO RESPONSÁVEL		RESULTADO 2017 (REAL)	META QUAR 2018			EXECUÇÃO 2018		
	CTRL. E MONIT.	EXEC.		APROVADA	REVISTA	CTRL. E MONIT.	EXEC.		
<b>I038</b> • TAXA DE SERVIDORES ABRANGIDOS POR AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO E FORMAÇÃO (N.º DE SERVIDORES ABRANGIDOS/TAXA DE SERVIDORES*100)	IG	IG	9%	12%	12%	30%	4,52%	38%	
<b>I039</b> • N.º DE REUNIÕES NO ÂMBITO DA QUALIDADE	IG	IG	3	3	14	30%	14	100%	
<b>I040</b> • N.º DE INSTRUMENTOS DE PROGRAMAÇÃO ELABORADOS	CARI	CARI   DRL	1	1	1	20%	1	100%	
<b>I041</b> • N.º DE CANDIDATURAS A PRÉMIOS DE BOAS PRÁTICAS A NÍVEL NACIONAL E INTERNACIONAL	DPERI	DPERI	3	2	1	20%	3	300%	
<b>OOP 009</b> • PROMOVER A CERTIFICAÇÃO DO PROCESSO DE FORMAÇÃO DA GUARDA EM UNIDADES DE COMPETÊNCIA							PESO	40%	105%
INDICADORES	ÓRGÃO RESPONSÁVEL		RESULTADO 2017 (REAL)	META QUAR 2018			EXECUÇÃO 2018		
	CTRL. E MONIT.	EXEC.		APROVADA	REVISTA	CTRL. E MONIT.	EXEC.		
<b>I042</b> • N.º DE MILITARES FORMADOS EM METODOLOGIA DE COMPETÊNCIAS	CDF	EG	24	30	40	60%	43	108%	
<b>I043</b> • N.º DE REFERENCIAIS DE COMPETÊNCIAS ELABORADOS	CDF	EG	1	4	4	40%	4	100%	
<b>OOP 010</b> • PROMOVER A ACESSIBILIDADE PÚBLICA AO ACERVO BIBLIOGRÁFICO E AO ESPÓLIO MUSEOLÓGICO E FOTOGRÁFICO DA GNR							PESO	20%	106%
INDICADORES	ÓRGÃO RESPONSÁVEL		RESULTADO 2017 (REAL)	META QUAR 2018			EXECUÇÃO 2018		
	CTRL. E MONIT.	EXEC.		APROVADA	REVISTA	CTRL. E MONIT.	EXEC.		
<b>I044</b> • TAXA DE SATISFAÇÃO DOS UTILIZADORES (POR INQUÉRITO DE SATISFAÇÃO) DO ARQUIVO HISTÓRICO, BIBLIOTECA E MUSEU			99%	85%	85%	40%	100%	118%	
<b>I045</b> • N.º DE CONTEUDOS DISPONIBILIZADOS PELO ARQUIVO HISTÓRICO, BIBLIOTECA E MUSEU (ACUMULADO)			29.131	35.000	35.000	30%	31.581	90%	
<b>I046</b> • N.º DE UTILIZADORES DO ARQUIVO HISTÓRICO, BIBLIOTECA E MUSEU			171.254	180.000	180.000	30%	191.177	106%	



## 2.4. RELAÇÃO ENTRE OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E OBJETIVOS OPERACIONAIS

		OBJETIVOS OPERACIONAIS									
		OB 1	OB 2	OB 3	OB 4	OB 5	OB 6	OB 7	OB 8	OB 9	OB 10
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	OE1	●	●		●	●	●	●			
	OE2	●	●				●	●			
	OE3	●	●				●	●	●		●
	OE4	●	●								
	OE5				●						
	OE6			●		●				●	
	OE7						●	●	●	●	
	OE8			●	●	●		●		●	
	OE9			●				●			●
	OE10			●							

Figura 14 – Matriz de relações OE vs OOP QUAR 2018

## 2.5. RECURSOS HUMANOS

RECURSOS HUMANOS		PONT.	RH PLAN. MP2018	PONT. PLANEADA	REF. DIAS ÚTEIS DE TRABALHO (UERHP)	DIAS TOTAIS TRABALHO PREV.	RH MÁX. (NO ANO)	RH (MÉDIA TRIM.)	N.º TOTAL DIAS DE AUSÊNCIA	DIAS TOTAIS TRABALHO EXEC.	PONT. EXEC.	DESVIO (PONT. EXEC. VS PLAN.)	DESVIO (RH MED. VS PLAN.)
		1	2	3 = 1 * 2	4	5 = (2 * 4)	6	7	8	9	10 = $\frac{9*3}{5}$	11 = 10-3	12 = 7-2
CARREIRA ESPECIAL	OFICIAIS - DIREÇÃO SUPERIOR	20	11	220	236	2.596	9	9	16	1.993	169	-51	-2
	OFICIAIS - DIREÇÃO INTERMÉDIA	16	117	1.872	236	27.612	113	113	653	26.552	1.800	-72	-4
	OFICIAIS (RESTANTES OFICIAIS)	12	707	8.484	236	166.852	725	704	8.726	156.927	7.979	-505	-3
	SARGENTOS	8	2.445	19.560	236	577.020	2.503	2.470	33.884	548.343	18.588	-972	25
	GUARDAS	6	19.116	114.696	236	4.511.376	19.434	19.271	311.125	4.247.236	107.981	-6.715	155
<b>TOTAL PESSOAL MILITAR</b>			<b>22.396</b>	<b>144.832</b>		<b>5.285.456</b>	<b>22.784</b>	<b>22.567</b>	<b>354.404</b>	<b>4.981.051</b>	<b>136.517</b>	<b>-8.315</b>	<b>171</b>
	TÉCNICO SUPERIOR	12	77	924	230	17.710	31	25	265	5.362	280	-644	-52
CARREIRA ESPECIAL	CARREIRA ESPECIAL MÉDICA	12	55	660	230	12.650	13	13	219	2.811	147	-513	-42
	CARREIRA ESPECIAL ENFERMAGEM	12	1	12	230	230	1	1	0	230	12	0	0
	CARREIRA ESPECIAL DOCENTE	12	14	168	230	3.220	10	10	119	2.190	114	-54	-4
	CARREIRA ESPECIAL GUARDA FLORESTAL	6	305	1.830	230	70.150	302	295	5.139	61.392	1.602	-228	-10
CARREIRAS NÃO REVISTAS	CARREIRA TEC. DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICA	12	14	168	230	3.220	6	6	36	1.360	71	-97	-8
	CARREIRA INFORMÁTICA	12	5	60	230	1.150	5	5	103	1.081	56	-4	0
ASSISTENTE TÉCNICO	ASSISTENTE TÉCNICO	8	240	1.920	230	55.200	73	72	1.504	15.187	528	-1.392	-168
ASSISTENTE OPERACIONAL	ASSISTENTE OPERACIONAL	5	355	1.775	230	81.650	266	259	7.491	52.414	1.139	-636	-96
	OUTRO PESSOAL (VIGILANTES FLORESTAIS)	5	924	4.620	113	104.412	908	907	0	93.344	4.130	-490	-17
<b>TOTAL PESSOAL CIVIL</b>			<b>1.990</b>	<b>12.137</b>		<b>349.592</b>	<b>1.615</b>	<b>1.593</b>	<b>14.876</b>	<b>235.371</b>	<b>8.080</b>	<b>-4.057</b>	<b>-397</b>
<b>TOTAL</b>			<b>24.386</b>	<b>156.969</b>		<b>5.635.048</b>	<b>24.399</b>	<b>24.160</b>	<b>369.280</b>	<b>5.216.422</b>	<b>144.596</b>	<b>-12.373</b>	<b>-226</b>

Figura 15 – Execução de recursos humanos QUAR 2018

## 2.6. RECURSOS FINANCEIROS

ORÇAMENTO DE FUNCIONAMENTO PARA 2018	OE APROVADO GNR	OE CORRIGIDO GNR	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL			
			1.º T	2.º T	3.º T	4.º T
01 DESPESAS COM PESSOAL	797.822.955	797.104.115	170.876.214	382.204.041	558.268.827	774.037.470
02 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	56.773.270	52.181.482	8.620.126	21.356.554	31.926.875	51.132.903
04 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.752.657	3.260.276	44.957	1.231.971	2.576.248	3.257.461
06 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.371.294	65.841	41.062	49.994	56.546	65.009
07 INVESTIMENTO	11.194.492	18.962.050	38.456	1.259.154	8.002.861	13.523.769
08 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0	252.563	0	0	0	252.562
<b>TOTAL</b>	<b>870.914.667</b>	<b>871.826.327</b>	<b>179.620.815</b>	<b>406.101.715</b>	<b>600.831.358</b>	<b>842.269.174</b>

(Em euros - valores representados sem casas decimais, poderão causar divergências nos somatórios)

Figura 16– Execução de recursos financeiros QUAR 2018

## 2.7. FONTES DE VERIFICAÇÃO

Os objetivos constantes do QUAR da Guarda para o ano 2018 foram alvo de monitorização trimestral e sustentam-se nos documentos descritos no quadro abaixo que identifica as fontes de verificação dos indicadores QUAR.

Quanto às fontes de verificação dos indicadores de medida, salienta-se que por razões óbvias, necessariamente por questões de dimensão e de legibilidade, não foram incorporados no presente Relatório de Autoavaliação os documentos comprovativos da execução dos indicadores (compostos por mapas estatísticos, listagens extraídas de sistemas de informação, relatórios e/ou documentos finais), assinalando-se contudo o órgão responsável e a fonte de verificação associada.

N.º IND	DESIGNAÇÃO INDICADOR	EPR	FONTE DE VERIFICAÇÃO	LIGAÇÃO PLANO ESTRATÉGICO DA GUARDA	PERIODICIDADE
1001	N.º DE AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO E INFORMAÇÃO JUNTO DOS COMERCIANTES E LOJISTAS	CO	BASE ESTATÍSTICA DOS PEPP	QUAR 2017	TRIMESTRAL
1002	N.º DE ELEMENTOS DA COMUNIDADE EDUCATIVA ALVO DE AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO E INFORMAÇÃO (VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E DE GÉNERO, ABORDANDO EM ESPECIAL OS TEMAS DO BULLYING, DA VIOLÊNCIA EXERCIDA ATRAVÉS DE NOVAS TECNOLOGIAS E DA VIOLÊNCIA NO NAMORO)	CO	BASE ESTATÍSTICA DOS PEPP	QUAR 2017	TRIMESTRAL
1003	N.º DE IDOSOS SENSIBILIZADOS NO ÂMBITO DO PROGRAMA APOIO 65 - IDOSOS EM SEGURANÇA	CO	BASE ESTATÍSTICA DOS PEPP	EPAR 1. ESTRATÉGIA DE CAPACIDADES E COMANDO E CONTROLO (EMPREGO OPERACIONAL)	TRIMESTRAL
1004	N.º PATRULHAS REALIZADAS	CO	BASE ESTATÍSTICA DOS PEPP	EPAR 1. ESTRATÉGIA DE CAPACIDADES E COMANDO E CONTROLO (EMPREGO OPERACIONAL)	TRIMESTRAL
1005	N.º DE ALUNOS ALVO DE AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO EM MATÉRIA DE SEGURANÇA DA COMUNIDADE ESCOLAR E SOBRE O CONSUMO DE DROGA E ÁLCOOL	CO	RELATÓRIO DE ATIVIDADES OPERACIONAL	QUAR 2017	TRIMESTRAL
1006	N.º DE DISPOSITIVOS DE FORMAÇÃO ELABORADOS PARA NÚCLEOS ESCOLA SEGURA	CO	RELATÓRIO DE ATIVIDADES OPERACIONAL	EPAR 1. ESTRATÉGIA DE CAPACIDADES E COMANDO E CONTROLO (EMPREGO OPERACIONAL)	TRIMESTRAL
1007	N.º DE SERVIÇOS DIGITAIS IMPLEMENTADOS (ACUMULADO)	DCRP	ESTATÍSTICA DAS REDES SOCIAIS	EPAR 9. ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO	TRIMESTRAL



N.º IND	DESIGNAÇÃO INDICADOR	EPR	FONTE DE VERIFICAÇÃO	LIGAÇÃO PLANO ESTRATÉGICO DA GUARDA	PERIODICIDADE
I008	N.º DE SEGUIDORES NAS REDES SOCIAIS (ACUMULADO)	DCRP	ESTATÍSTICA DAS REDES SOCIAIS	EPAR 9. ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO	TRIMESTRAL
I009	N.º DE INTERAÇÕES VIA PLATAFORMA ELETRÓNICA	DCRP	RELATÓRIO DE ANUAL DE COMUNICAÇÃO	QUAR 2017	TRIMESTRAL
I010	ÍNDICE DE DISPONIBILIZAÇÃO DE CONTEÚDOS AO PÚBLICO GERAL	DCRP	RELATÓRIO DE COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS ANUAL	EPAR 9. ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO	TRIMESTRAL
I011	N.º DE EVENTOS DE DIMENSÃO NACIONAL PROMOVIDOS	DCRP	RELATÓRIO DE COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS ANUAL	EPAR 9. ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO	TRIMESTRAL
I012	N.º DE INICIATIVAS DE ÂMBITO NACIONAL	DCRP	RELATÓRIO DE COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS ANUAL	EPAR 9. ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO	TRIMESTRAL
I013	N.º DE PATRULHAS DE VIGILÂNCIA MARÍTIMA E CONTROLO DA COSTA REALIZADOS	CO	RELATÓRIO DE ATIVIDADES OPERACIONAL	EPAR 1. ESTRATÉGIA DE CAPACIDADES E COMANDO E CONTROLO (EMPREGO OPERACIONAL)	TRIMESTRAL
I014	N.º HORAS EMPENHAMENTO/UTILIZAÇÃO DOS MEIOS DE VIGILÂNCIA NOTURNA	CO	RELATÓRIO DE ATIVIDADES OPERACIONAL	EPAR 1. ESTRATÉGIA DE CAPACIDADES E COMANDO E CONTROLO (EMPREGO OPERACIONAL)	TRIMESTRAL
I015	TAXA DE PARTICIPAÇÃO NAS AÇÕES FRONTEX (N.º AÇÕES FRONTEX REALIZADAS/N.º AÇÕES FRONTEX SOLICITADAS)*100	CO	RELATÓRIO DE ATIVIDADES OPERACIONAL	EPAR 1. ESTRATÉGIA DE CAPACIDADES E COMANDO E CONTROLO (EMPREGO OPERACIONAL)	TRIMESTRAL
I016	N.º DE CONTROLOS MÓVEIS EFETUADOS EM CONJUNTO COM A GUARDIA CIVIL (INCLUÍ REUNIÕES E OPERAÇÕES CONJUNTAS)	CO	RELATÓRIO DE ATIVIDADES OPERACIONAL	QUAR 2016	TRIMESTRAL
I017	N.º DE OPERAÇÕES REALIZADAS NO ÂMBITO DA EUROPEAN TRAFFIC POLICE NETWORK (TISPOL) E EURO CONTROLE ROUTE (ECR)	ANULADO	ANULADO	ANULADO	ANULADO
I018	ÍNDICE FISCALIZAÇÃO RODOVIÁRIA [(META ANUAL*PESO RELATIVO)/100]	CO	SGR V3	EPAR 1. ESTRATÉGIA DE CAPACIDADES E COMANDO E CONTROLO (EMPREGO OPERACIONAL)	TRIMESTRAL
I019	N.º HORAS PATRULHAMENTO RODOVIÁRIO	CO	SGR V3	EPAR 1. ESTRATÉGIA DE CAPACIDADES E COMANDO E CONTROLO (EMPREGO OPERACIONAL)	TRIMESTRAL
I020	TAXA ACIDENTES GRAVES COM CAUSAS DETERMINADAS (N.º ACIDENTES GRAVES COM CAUSAS DETERMINADAS/N.º ACIDENTES GRAVES)*100 (P. CONCLUÍDOS)	CO	RELATÓRIO DE ATIVIDADES OPERACIONAL	EPAR 1. ESTRATÉGIA DE CAPACIDADES E COMANDO E CONTROLO (EMPREGO OPERACIONAL)	TRIMESTRAL
I021	Nº DE VEÍCULOS CONTROLADOS POR CINEMÓMETROS DENTRO DE LOCALIDADES	CO	SGR V3	ESTRATÉGIA DO MAI 2017-2019	TRIMESTRAL
I022	N.º DE OPERAÇÕES TEMÁTICAS REALIZADAS COORDENADAS PELA ANSR NO ÂMBITO DO PLANO NACIONAL DE FISCALIZAÇÃO RODOVIÁRIA	CO	SGR V3	ESTRATÉGIA DO MAI 2017-2019	TRIMESTRAL
I023	TAXA DE INVESTIGAÇÃO DE CAUSAS DE INCÊNDIO = (N.º TOTAL DE INVESTIGAÇÕES CONDUZIDAS/N.º TOTAL DE OCORRENCIAS)*100	CO	SISTEMA DE GESTÃO SEPNA (SGSEPNA)	EPAR 1. ESTRATÉGIA DE CAPACIDADES E COMANDO E CONTROLO (EMPREGO OPERACIONAL)	TRIMESTRAL
I024	N.º DE AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO NO ÂMBITO DA PROTEÇÃO DA NATUREZA E AMBIENTE (INCIDENCIA PRIORITÁRIA PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIOS FLORESTAIS)	CO	SISTEMA DE GESTÃO SEPNA (SGSEPNA)	ESTRATÉGIA DO MAI 2017-2019 E EPAR 1. ESTRATÉGIA DE CAPACIDADES E COMANDO E CONTROLO (EMPREGO OPERACIONAL)	TRIMESTRAL



N.º IND	DESIGNAÇÃO INDICADOR	EPR	FONTE DE VERIFICAÇÃO	LIGAÇÃO PLANO ESTRATÉGICO DA GUARDA	PERIODICIDADE
1025	N.º DE AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO REALIZADAS NO ÂMBITO DA PROTEÇÃO DA NATUREZA E AMBIENTE (INCIDENCIA PRIORITÁRIA PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIOS FLORESTAIS)	CO	RELATÓRIO DE ATIVIDADES OPERACIONAL	ESTRATÉGIA DO MAI 2017-2019 E EPAR 1. ESTRATÉGIA DE CAPACIDADES E COMANDO E CONTROLO (EMPREGO OPERACIONAL)	TRIMESTRAL
1026	N.º PATRULHAS ÂMBITO SEPNA	CO	SISTEMA DE GESTÃO SEPNA (SGSEPNA)	EPAR 1. ESTRATÉGIA DE CAPACIDADES E COMANDO E CONTROLO (EMPREGO OPERACIONAL)	TRIMESTRAL
1027	TAXA DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA DO EFETIVO SEPNA (N.º MILITARES-CIVIS ESTRUTURA SEPNA QUE FREQUENTARAM FORMAÇÃO ESPECIALIZADA/N.º MILITARES-CIVIS ESTRUTURA SEPNA)*100	CO	SIGFORM	EPAR 1. ESTRATÉGIA DE CAPACIDADES E COMANDO E CONTROLO (EMPREGO OPERACIONAL)	TRIMESTRAL
1028	N.º DE PLANOS DE EXPANSÃO E DENSIFICAÇÃO DA COBERTURA DO GIPS DA GNR A TODO O TERRITÓRIO NACIONAL ENTREGUES	CO	RELATÓRIO DE ATIVIDADES OPERACIONAL; PLANO DE EXPANSÃO GIPS	ESTRATÉGIA DO MAI 2017-2019	TRIMESTRAL
1029	N.º DE UNIDADES/ÓRGÃOS/ESTABELECIMENTOS (UU/OO/EE) COM SISTEMA DE DESPACHO, ARQUIVO E GESTÃO DOCUMENTAL (SDAGD) EM OPERAÇÃO	CO	SISTEMA DE GESTÃO DOCUMENTAL	QUAR 2017	TRIMESTRAL
1030	TAXA DE DISPONIBILIDADE (N.º TOTAL DE HORAS DE DISPONIBILIDADE DOS SISTEMAS TECNOLÓGICOS EM EXPLORAÇÃO / N.º TOTAL HORAS ANO)*100	CO	SITREP	QUAR 2017	TRIMESTRAL
1031	TAXA DE CERTIFICAÇÃO DA REDE DE POSTOS DE CONTROLO (N.º DE POSTOS DE CONTROLO CERTIFICADOS/N.º DE POSTOS DE CONTROLO TOTAL*100)	CO	RELATÓRIO DE ATIVIDADES OPERACIONAL	EPAR 02. ESTRATÉGIA PARA AS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO COMUNICAÇÃO (TIC)	TRIMESTRAL
1032	N.º DE INSTALAÇÕES COM CENTRAIS TELEFÓNICAS MIGRADAS PARA TELEFONIA VOIP (ACUM.)	CO	RELATÓRIO DE ATIVIDADES OPERACIONAL	EPAR 02. ESTRATÉGIA PARA AS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO COMUNICAÇÃO (TIC)	TRIMESTRAL
1033	TAXA DE MANUTENÇÃO DA PLATAFORMA DE MONITORIZAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO=(N.º MÓDULOS CONCEBIDOS /N.º MÓDULOS TOTAIS*100)	DPERI	SIGRI	QUAR 2017	TRIMESTRAL
1034	TAXA DE MELHORIAS AO SIIOP IMPLEMENTADAS = [(N.º DE MELHORIAS IMPLEMENTADAS/N.º DE MELHORIAS PREVISTAS)*100]	CO	SIIOP	ESTRATÉGIA MAI 2017-2019	TRIMESTRAL
1035	N.º DE RH REAFETADOS AO SERVIÇO OPERACIONAL	CARI	BALANÇO SOCIAL; RELATÓRIO DE ATIVIDADES; SIGRI	ESTRATÉGIA MAI 2017-2019 E EPAR 03 - ESTRATÉGIA DE RH	TRIMESTRAL
1036	TAXA DE EXECUÇÃO DE MEDIDAS DE EFICIENCIA ORÇAMENTAL = [(N.º DE MEDIDAS IMPLEMENTADAS/N.º DE MEDIDAS PROPOSTAS)*100]	CARI	RELATORIO DE ATIVIDADES/RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO ANEXO X DA CIRCULAR DGO (Instruções para preparação do Orçamento do Estado para 2018)	ESTRATÉGIA MAI 2017-2019	TRIMESTRAL
1037	TAXA DE EXECUÇÃO DA LEI DE PROGRAMAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS DAS FSS = [(VALOR DE DESPESA ANUAL EXECUTADA GNR/VALOR DE DESPESA ANUAL PREVISTA GNR)*100]	CARI	A) VALOR DE DESPESA ANUAL EXECUTADA - INFORMAÇÃO DA SGMAI; B) VALOR DE DESPESA ANUAL PREVISTA GNR 2017 (€15.422.614)	ESTRATÉGIA MAI 2017-2019	TRIMESTRAL
1038	TAXA DE SERVIDORES ABRANGIDOS POR AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO E FORMAÇÃO (N.º DE SERVIDORES ABRANGIDOS/TAXA DE SERVIDORES*100)	IG	RELATÓRIO DO GTNQ	EPAR 8. ESTRATÉGIA DE QUALIDADE	TRIMESTRAL
1039	N. DE REUNIÕES NO ÂMBITO DA QUALIDADE	IG	RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA IG	EPAR 8. ESTRATÉGIA DE QUALIDADE	TRIMESTRAL
1040	N.º DE INSTRUMENTOS DE PROGRAMAÇÃO ELABORADOS	CARI	INSTRUMENTOS DE PROGRAMAÇÃO	EPAR 5. ESTRATÉGIA DE INVESTIMENTO	TRIMESTRAL
1041	N.º DE CANDIDATURAS A PRÉMIOS DE BOAS PRÁTICAS A NÍVEL NACIONAL E INTERNACIONAL	DPERI	RELATÓRIO DE ATIVIDADES	QUAR 2017	TRIMESTRAL





N.º IND	DESIGNAÇÃO INDICADOR	EPR	FONTE DE VERIFICAÇÃO	LIGAÇÃO PLANO ESTRATÉGICO DA GUARDA	PERIODICIDADE
I042	N.º DE MILITARES FORMADOS EM METODOLOGIA DE COMPETÊNCIAS	CDF	MANUAL DE REGISTO DA ELABORAÇÃO DE REFERENCIAIS DE COMPETÊNCIAS	EPAR 8. ESTRATÉGIA DE FORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO	TRIMESTRAL
I043	N.º DE REFERENCIAIS DE COMPETÊNCIAS ELABORADOS	CDF	MANUAL DE REGISTO DA ELABORAÇÃO DE REFERENCIAIS DE COMPETÊNCIAS	EPAR 8. ESTRATÉGIA DE FORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO	TRIMESTRAL
I044	TAXA DE SATISFAÇÃO DOS UTILIZADORES (POR INQUÉRITO DE SATISFAÇÃO) DO ARQUIVO HISTÓRICO, BIBLIOTECA E MUSEU	DHCG	RELATÓRIO DO INQUÉRITO DE SATISFAÇÃO	QUAR 2017	TRIMESTRAL
I045	N.º DE CONTEUDOS DISPONIBILIZADOS PELO ARQUIVO HISTÓRICO, BIBLIOTECA E MUSEU (ACUMULADO)	DHCG	RELATÓRIO DE ATIVIDADES	EPAR 9. ESTRATÉGIA PARA A VALORIZAÇÃO DA HISTÓRIA E CULTURA DA GUARDA	TRIMESTRAL
I046	N.º DE UTILIZADORES DO ARQUIVO HISTÓRICO, BIBLIOTECA E MUSEU (ACUMULADO DESDE A ABERTURA)	DHCG	RELATÓRIO DE ATIVIDADES	EPAR 9. ESTRATÉGIA PARA A VALORIZAÇÃO DA HISTÓRIA E CULTURA DA GUARDA	TRIMESTRAL

Figura 17 – Listagem de fontes de verificação QUAR 2018

COD.	INDICADOR	EPR 1	FONTE DE VERIFICAÇÃO	PERIODICIDADE
RH	EXECUÇÃO RECURSOS HUMANOS	CARI/DRH	MAPA DE PESSOAL (SIGRI)	TRIMESTRAL
RF	EXECUÇÃO RECURSOS FINANCEIROS	CARI/DRF	MAPA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL (GERFIP)	TRIMESTRAL

Figura 18– Listagem de fontes de verificação QUAR 2018

## 2.8. QUADRO RESUMO

INDICADORES SUPERADOS		INDICADORES ATINGIDOS	NÃO ATINGIDOS	ANULADOS (EM SEDE DE REVISÃO)
I001	I034	I006	I003	I017
I002	I035	I007	I004	
I005	I036	I020	I009	
I008	I037	I022	I012	
I010	I041	I027	I013	
I011	I042	I028	I014	
I015	I044	I029	I018	
I016	I046	I031	I030	
I019		I032	I038	
I021		I033	I045	
I023		I039		
I024		I040		
I025		I043		
I026				

Figura 19 – Quadro resumo indicadores QUAR 2018

## 2.9. BREVE ANÁLISE

### 2.9.1. EXECUÇÃO POR PARAMETRO/GLOBAL

Dos 10 objetivos operacionais constantes do QUAR/GNR 2018, verifica-se que, apesar dos fatores condicionantes referidos, todos eles apresentam taxas de realização elevadas, o que manifesta o esforço de todas as estruturas da Guarda, para a prossecução das metas estabelecidas junto da Tutela para o ano económico que agora encerra.

Em seguida são apresentados os resultados da avaliação por parâmetros, bem como as ponderações definidas em sede de elaboração do QUAR 2018. A análise ao quadro permite verificar a concretização dos objetivos operacionais das dimensões Eficácia, Eficiência e Qualidade, com uma graduação global de Objetivo Superado. A avaliação final do organismo é, necessariamente positiva, uma vez que apesar dos diversos constrangimentos que foram surgindo, apresenta uma taxa de execução global situada em 110%.

Considerando este desempenho e tendo a Guarda vindo a atingir, de uma forma sustentada, elevados níveis de performance, tanto nas áreas da missão contempladas nos objetivos do QUAR como em todas as demais, num ano particularmente difícil, sujeito a restrições orçamentais, plenamente se justifica a Classificação BOM em sede de avaliação final da performance do desempenho organizacional.

PARÂMETROS	PESO	RESULTADO	RESULTADO PONDERADO	AVALIAÇÃO GLOBAL	
				QUANTITATIVA	QUALITATIVA
EFICÁCIA	40%	106%	42%		
EFICIÊNCIA	30%	113%	34%	110%	BOM
QUALIDADE	30%	112%	34%		

Figura 20 – Quadro resumo indicadores QUAR 2018

### 2.9.2. GRAU DE EXECUÇÃO POR OBJETIVO

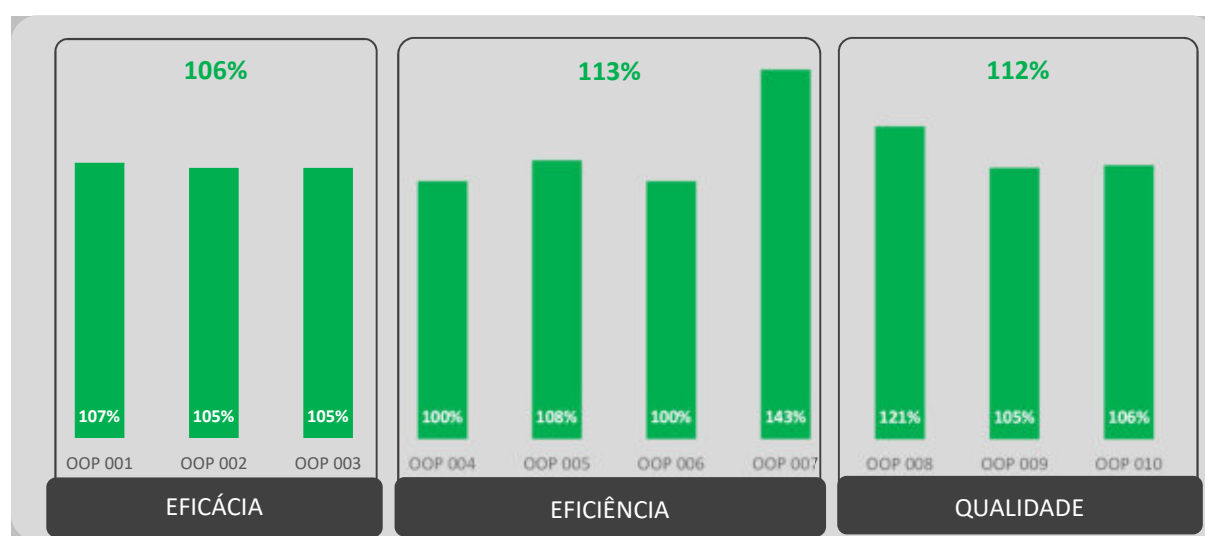


Figura 21 – Taxa de execução dos objetivos QUAR 2018



### 2.9.3. GRAU DE EXECUÇÃO POR INDICADOR

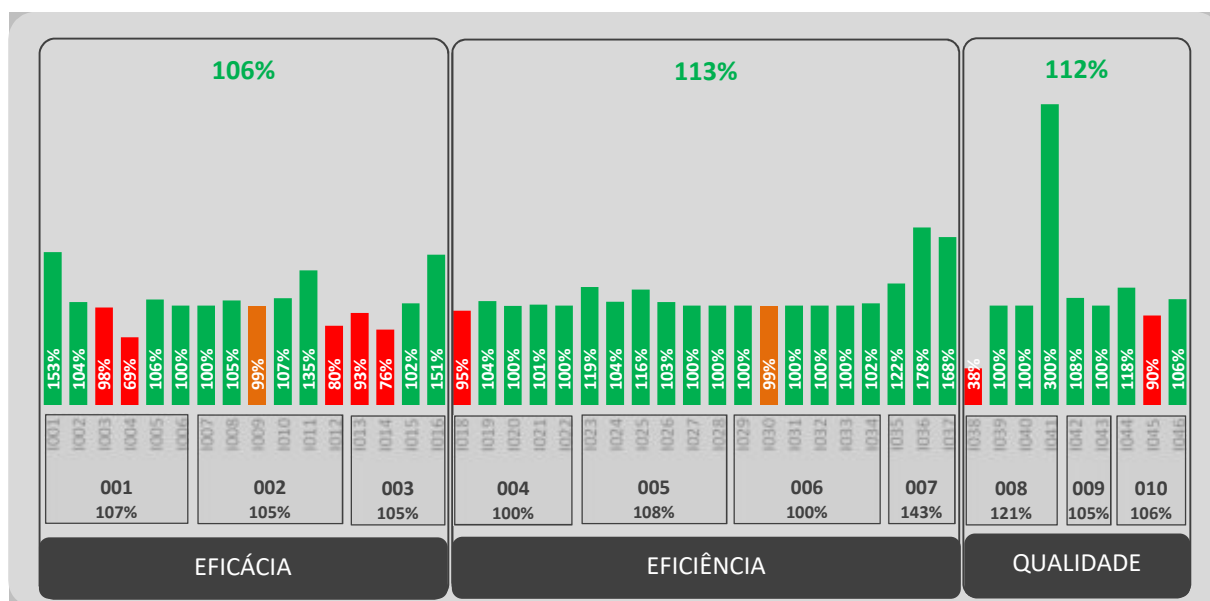


Figura 22 – Taxa de execução dos indicadores QUAR 2018

### 2.9.4. JUSTIFICAÇÃO DOS DESVIOS

Sem prejuízo de nos capítulos seguintes desenvolvermos uma análise mais aprofundada de todos os indicadores de medida, faremos no presente relatório de autoavaliação, uma análise sintética dos indicadores de medida que superaram de forma significativa as metas definidas, bem como daqueles indicadores que, por diversas razões, não foram atingidos.

IND.	EX. (%)	OO	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	JUSTIFICAÇÃO DO DESVIO
001	153%	CO (DO)	N.º DE AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO E INFORMAÇÃO JUNTO DOS COMERCIANTES E LOJISTAS	O desenvolvimento deste tipo de atividades, não depende unicamente da iniciativa da GNR, sendo influenciado pelo n.º de solicitações realizadas pelas entidades, da afluência de cidadãos a este tipo de espaços comerciais, bem como da adesão às próprias ações de sensibilização e de informação realizadas. Decorrente da conjuntura atual, no que concerne ao turismo em Portugal, foi necessário responder a mais solicitações e o n.º de pessoas que compareceram neste tipo de ação aumentou de forma significativa, principalmente no 4.º trimestre que abrangeu quase 9.000 pessoas (aproximadamente 50% da meta definida para o ano – 18.500). Sem que nada antecipasse este fenómeno, provocou que o indicador fosse largamente superado, influenciando contudo a execução, em baixa, de outros indicadores, como é o caso do n.º de patrulhas realizadas (I004).
003	98%	CO (DO)	N.º DE IDOSOS SENSIBILIZADOS NO ÂMBITO DO PROGRAMA APOIO 65 - IDOSOS EM SEGURANÇA	A meta definida para o presente indicador, talvez se possa considerar como aquela que foi mais ambiciosa, mas que vem de encontro aos desígnios estratégicos que foram definidos para este público alvo. Apesar de não se ter conseguido atingir a meta proposta, a Guarda ficou muito perto da sua concretização, a 1.250 das 100.000 pessoas estimadas para sinalizar. Contudo há uma evolução gigantesca quando comparado com 2017, tendo sido abrangido mais de 200% dos idosos sensibilizados em 2017. A conjuntura operacional da Guarda levou que fosse necessário alocar recursos a outras áreas, mas que em conjunto com a presente matéria contribuíram para uma boa taxa de execução do objetivo definido.
004	69%	CO (DO)	N.º PATRULHAS REALIZADAS	A execução muito baixa do presente indicador decorre de uma desatenção que ocorreu com a sua monitorização em 2017 e que não foi detetado em tempo de ser revisto em 2018. Por erro de digitação e compilação de dados foi medido em 2017 a realização de 107.419 patrulhas, quando na verdade foram realizadas 74.424 patrulhas.



IND.	EX. (%)	OO	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	JUSTIFICAÇÃO DO DESVIO
				<p>Em 2018 foi definido a realização de 108.000 patrulhas, tendo em conta o valor de 2017, e foram concretizadas 74.237. Apesar de em baixa, quando comparado com o ano transato, poderíamos aferir uma execução real do indicador perto dos 99% (de considerarmos uma meta 75.000).</p> <p>De qualquer forma, a conjuntura operacional da Guarda levou que fosse necessário alocar recursos a outras áreas, mas que em conjunto com a presente matéria contribuíram para uma boa taxa de execução do objetivo definido.</p>
009	99%	DCRP	N.º DE INTERAÇÕES VIA PLATAFORMA ELETRÓNICA	<p>O n.º de acessos ao site da GNR tem reduzido por força da criação das contas da GNR nas redes sociais, que atualmente são um dos meios preferenciais de interação digital.</p> <p>Contudo a atualização do site e dos seus conteúdos, bem como a disponibilização de informação relevante tem sido uma preocupação, mantendo um nível importante de interações com o cidadão.</p> <p>O indicador ficou muito perto da sua concretização, mas quando relacionado com os restantes indicadores, contribui para uma boa execução do objetivo definido.</p>
011	135%	DCRP	N.º DE EVENTOS DE DIMENSÃO NACIONAL PROMOVIDOS	<p>O presente indicador superou em grande escala a meta definida, por força de a GNR ter apostado na realização de eventos que promovam o contacto direto com o cidadão.</p> <p>A alta execução do presente indicador, foi conseguida com a alocação de recursos que estavam previstos para outras metas definidas, e que não foram atingidas. Contudo no âmbito geral concorreram para uma boa execução do objetivo definido.</p>
012	80%	DCRP	N.º DE INICIATIVAS DE ÂMBITO NACIONAL	<p>A contrário do referido no indicador anterior, este indicador não atingiu a meta definida, pois ficou por realizar uma iniciativa de âmbito nacional.</p> <p>A aposta noutro tipo de eventos (indicador anterior), levou à não concretização da presente meta. Contudo o presente indicador, em conjunto com os restantes contribuíram para uma boa execução do objetivo em que está inserido.</p>
013	93%	CO (UCC)	N.º DE PATRULHAS DE VIGILÂNCIA MARÍTIMA E CONTROLO DA COSTA REALIZADOS	<p>A não concretização das metas contempladas nestes indicadores decorrem da decisão da GNR em alocar os recursos previstos de forma mais premente em outras ações que concorrem para o mesmo objetivo, dos quais se destaca a realização de controlos móveis com a Guarda Civil Espanhola, bem como a participação em operações no âmbito da FRONTEx.</p> <p>Em conjunto com os restantes indicadores, contribuem para uma boa execução do objetivo.</p>
014	76%	CO (UCC)	N.º HORAS EMPENHAMENTO/UTILIZAÇÃO DOS MEIOS DE VIGILÂNCIA NOTURNA	<p>Em conjunto com os restantes indicadores, contribuem para uma boa execução do objetivo.</p>
016	151%	CO (DO)	N.º DE CONTROLOS MÓVEIS EFETUADOS EM CONJUNTO COM A GUARDIA CIVIL (INCLUÍ REUNIÕES E OPERAÇÕES CONJUNTAS)	<p>De acordo com o referido nos indicadores anteriores, houve uma maior aposta neste tipo de ações levando a uma superação significativa, relativamente à meta proposta.</p> <p>Tal como referido, os indicadores em conjunto contribuem para a boa execução do objetivo, que não foi superada excessivamente.</p>
018	95%	CO (DO)	ÍNDICE FISCALIZAÇÃO RODOVIÁRIA [(META ANUAL*PESO RELATIVO)/100]	<p>Apesar de não se terem concretizado as ações de fiscalização definidas para 2018, foram alocados recursos para as ações de patrulhamento rodoviário.</p> <p>Na generalidade o presente indicador, em conjunto com os restantes que compõem o objetivo a que está adstrito contribuiu para que o mesmo fosse devidamente atingido.</p>
036	178%	CARI (DRF)	TAXA DE EXECUÇÃO DE MEDIDAS DE EFICIÊNCIA ORÇAMENTAL = [(N.º DE MEDIDAS IMPLEMENTADAS/N.º DE MEDIDAS PROPOSTAS)*100]	<p>O presente indicador decorre das orientações da Tutela para a sua introdução no QUAR da GNR.</p> <p>No decorrer da aprovação, tanto da POE 2018 da GNR, bem como do respetivo QUAR, houve uma disparidade na perceção da GNR sobre a aprovação da meta proposta inicialmente (60%).</p> <p>Este impasse, provocou o não desenvolvimento das diligências necessárias para a concretização das medidas de eficiência orçamental logo desde o início do ano, originando a perceção que a GNR já não conseguiria concretizar a meta inicialmente proposta, propondo a sua revisão em baixa (40%).</p> <p>No entanto, associado às fortes restrições orçamentais, foi possível concretizar cerca de 70% das medidas de eficiência orçamental (menos 20% que 2017), mas que levou à superação significativa da meta revista.</p> <p>Os factos que deram origem ao resultado deste indicador comprometeram a concretização de outros indicadores (não associados ao objetivo em que está enquadrado), pelo que, apesar do resultado excessivo, este permite demonstrar fielmente o sacrifício que foi necessário realizar para a concretização de outros indicadores.</p>



IND.	EX. (%)	OO	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	JUSTIFICAÇÃO DO DESVIO
037	168%	CARI (DRF/DRL/DIE)	TAXA DE EXECUÇÃO DA LEI DE PROGRAMAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS DAS FSS = [(VALOR DE DESPESA ANUAL EXECUTADA GNR/VALOR DE DESPESA ANUAL PREVISTA GNR)*100]	<p>O desenvolvimento dos procedimentos aquisitivos, ao abrigo da LPIEFSS, é da competência da Secretaria Geral do MAI, através da DSUMC.</p> <p>Da experiência de anos anteriores, a execução da LPIEFSS sempre foi baixa, pelo que as metas definidas, sempre foram definidas considerando esse histórico, sendo que a concretização do mesmo não depende apenas da GNR.</p> <p>A GNR sempre encaminhou as especificações técnicas e restantes peças procedimentais de forma atempada à SGMAI, relativas a todas as necessidades previstas nas medidas EPI, EFE, TIC, EAAO e Armamento.</p> <p>Os dados referentes à execução da Lei referida, apenas foi comunicada à GNR no 4.º Trimestre, não tendo sido possível rever a meta definida em tempo oportuno.</p> <p>Uma vez que a execução foi muito superior às expectativas, levou a que este indicador fosse superado de forma significativa.</p>
038	38%	IG	TAXA DE SERVIDORES ABRANGIDOS POR AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO E FORMAÇÃO (N.º DE SERVIDORES ABRANGIDOS/TAXA DE SERVIDORES*100)	<p>O presente indicador está associado à implementação de um Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) ao nível do atendimento ao cidadão no Posto Territorial.</p> <p>O projeto em causa foi objeto de candidatura a financiamento comunitário em 2017, prevendo-se a sua execução logo no início do 2.º trimestre de 2018.</p> <p>Decorrente de atrasos na aprovação da candidatura em causa, provocou um adiamento da implementação do projeto para o início do 4.º trimestre.</p> <p>Assim apenas foi possível abranger 1/3 dos servidores previstos para serem alvo de ações de sensibilização e formação na área dos SGQ.</p>
041	300%	DPERI	N.º DE CANDIDATURAS A PRÉMIOS DE BOAS PRÁTICAS A NÍVEL NACIONAL E INTERNACIONAL	<p>A GNR, reconhecida pela sua participação ativa na apresentação de candidaturas no âmbito de prémios de boas práticas.</p> <p>Considerando que estes prémios estão sujeitos à abertura de candidaturas e que os temas nos últimos anos se repetem, retiraram a capacidade à GNR de enquadrar projetos neste âmbito, sendo que até ao final do 3.º Trimestre, apenas tinha apresentado uma candidatura (para uma meta de 3).</p> <p>Por este facto, foi solicitada a revisão da meta para uma candidatura, pelos factos enunciados e não se prever a abertura de mais candidaturas, considerando a experiência de anos anteriores.</p> <p>Imprevisivelmente, surgiram duas oportunidades que se enquadravam neste âmbito.</p> <p>Considerando a baixa execução do indicador anterior, a GNR encetou esforços para serem apresentadas candidaturas para os prémios que surgiram e foram apresentadas mais duas candidaturas a prémios de boas práticas.</p> <p>Este esforço levou a que este indicador fosse superado de forma muito significativa, equilibrando a execução da dimensão qualidade no âmbito do QUAR..</p>
045	90%		N.º DE CONTEUDOS DISPONIBILIZADOS PELO ARQUIVO HISTÓRICO, BIBLIOTECA E MUSEU (ACUMULADO)	<p>Considerando que este indicador está associado a ações no âmbito da promoção da história e cultura da GNR, verifica-se que o n.º de utilizadores, das infraestruturas da Guarda destinadas a estes fins, tem vindo a aumentar, superando as metas previstas.</p> <p>Este facto tem obrigado à alocação de recursos atinentes à prestação destes serviços com vista à satisfação dos utilizadores (também é indicador do QUAR), tendo sido necessário sacrificar a meta planeada do presente indicador.</p> <p>Contudo os indicadores em conjunto contribuem para a boa execução do objetivo.</p>

2.9.5. GRAU DE EXECUÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

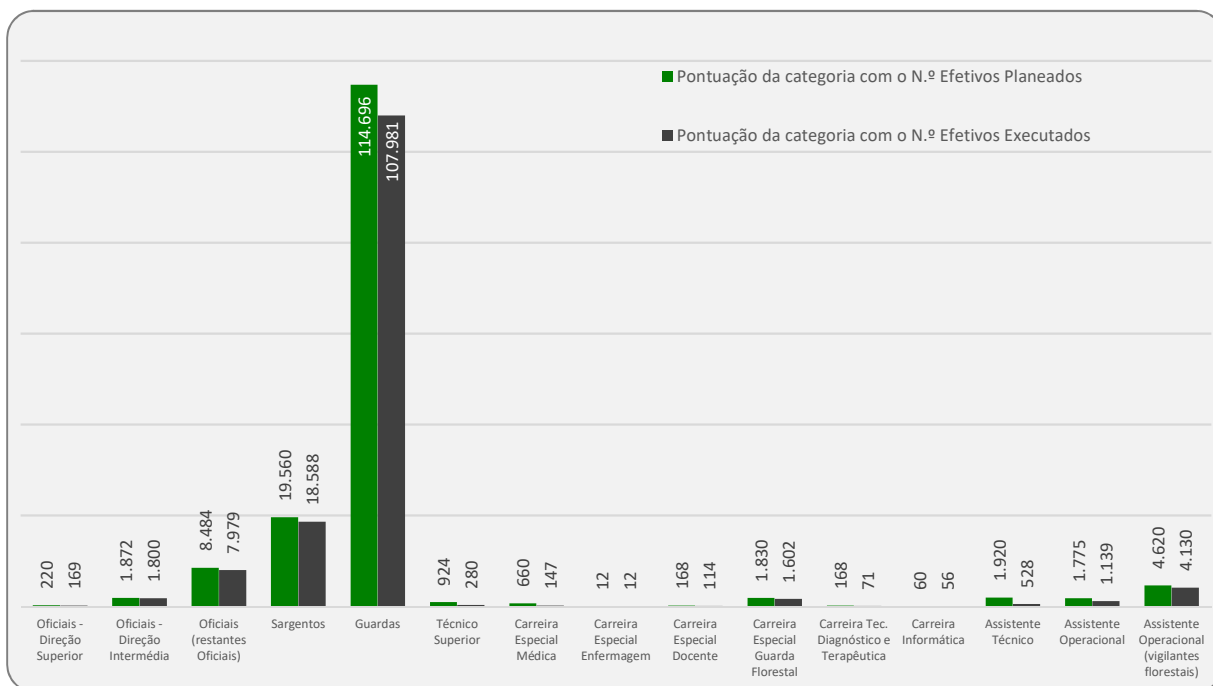


Figura 23 – Taxa de execução dos recursos humanos em UERHP – unidades equivalentes de recursos humanos planeados - QUAR 2018

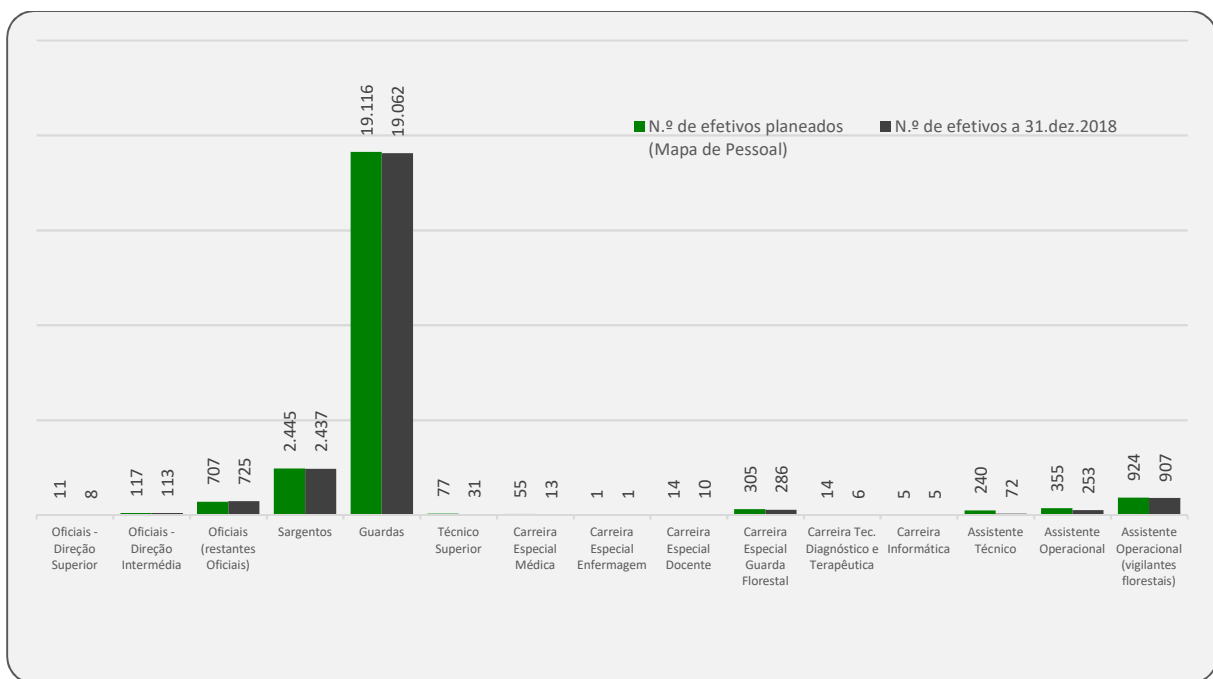


Figura 24 – Análise comparativa de recursos humanos planeados vs executados - QUAR 2018

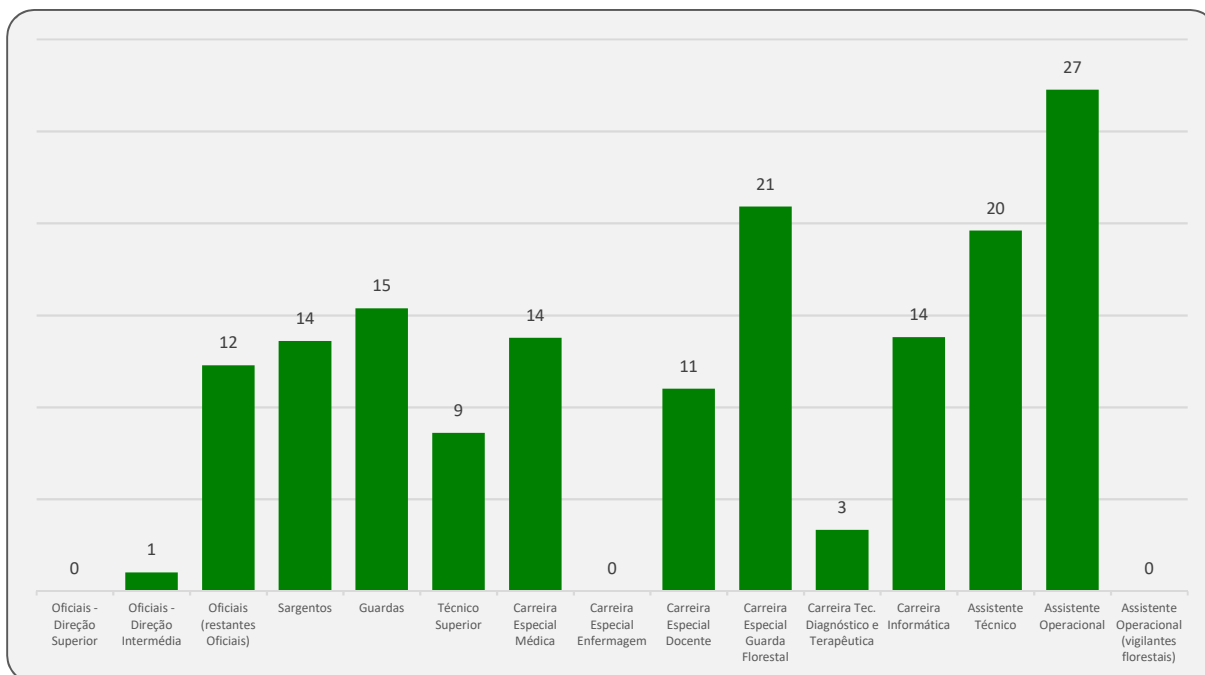


Figura 25 – Dias de ausência por trabalhador/categoria- QUAR 2018

### 2.9.6. GRAU DE EXECUÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

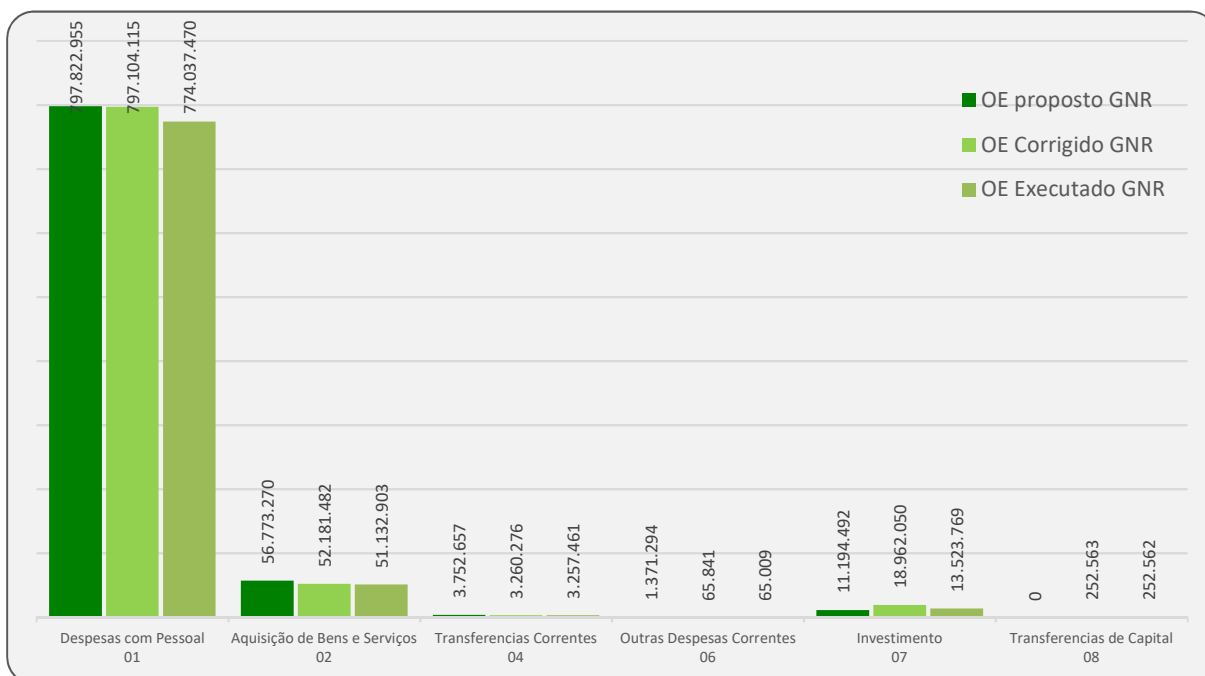


Figura 26 – Recursos Financeiros (Execução) - QUAR 2018



## 2.9.7. ANÁLISE DA PRODUTIVIDADE

ÍNDICES	FÓRMULA DE CÁLCULO	CÁLCULO	RESULTADO
TAXA DE CONCRETIZAÇÃO GLOBAL DOS OBJETIVOS	MÉDIA PONDERADA DA TAXA DE REALIZAÇÃO DOS OBJETIVOS DE EFICÁCIA, EFICIÊNCIA E QUALIDADE	$106\% \times 40\%$ + $113\% \times 30\%$ + $112\% \times 30\%$	110%
TAXA DE UTILIZAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	$\frac{\text{RECURSOS HUMANOS UTILIZADOS}}{\text{RECURSOS HUMANOS PLANEADOS}}$	$\frac{24.160}{24.386}$	99,07%
ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE	$\frac{\text{TAXA DE CONCRETIZAÇÃO GLOBAL DOS OBJETIVOS}}{\text{TAXA DE UTILIZAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS}}$	$\frac{110,00\%}{99,07\%}$	111,03%

Figura 27 - Análise da produtividade - QUAR 2018

## 2.9.8. ANÁLISE CUSTO-EFICÁCIA

ÍNDICES	FÓRMULA DE CÁLCULO	CÁLCULO	RESULTADO
TAXA DE CONCRETIZAÇÃO GLOBAL DOS OBJETIVOS	MÉDIA PONDERADA DA TAXA DE REALIZAÇÃO DOS OBJETIVOS DE EFICÁCIA, EFICIÊNCIA E QUALIDADE	$106\% \times 40\%$ + $113\% \times 30\%$ + $112\% \times 30\%$	110%
TAXA DE UTILIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS	$\frac{\text{DESPESA EXECUTADA}}{\text{ORÇAMENTO CORRIGIDO}}$	$\frac{842.269.174}{871.826.327}$	96,61%
ÍNDICE DE RENTABILIDADE	$\frac{\text{TAXA DE CONCRETIZAÇÃO GLOBAL DOS OBJETIVOS}}{\text{TAXA DE UTILIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS}}$	$\frac{110\%}{96,61\%}$	113,86%

Figura 28 - Análise de custo-eficácia - QUAR 2018

## 2.9.9. PRINCIPAIS CONDICIONANTES DA ATIVIDADE EM 2018

Constrangimentos de natureza orçamental impediram a realização de alguns dos objetivos operacionais contratualizados. Em resultado, houve necessidade de redefinir metas e indicadores, renegociando-os com a tutela conforme indicado em 2.3 - OBJETIVOS OPERACIONAIS.

## 2.9.10. ANÁLISE DAS CAUSAS DE INCUMPRIMENTO DE AÇÕES OU PROJETOS NÃO EXECUTADOS OU COM RESULTADOS INSUFICIENTES

Esta análise será apresentada, de forma detalhada, no Capítulo IV do presente relatório.





### 2.9.11. MONITORIZAÇÃO DO QUAR

Os objetivos constantes do QUAR da Guarda para o ano 2018 foram alvo de monitorização trimestral e sustentam-se nos documentos descritos no ponto 2.7 - FONTES DE VERIFICAÇÃO que identifica as fontes de verificação dos indicadores QUAR. O reporte de monitorização foi realizado na plataforma colaborativa da SGMAI. A nível interno, foram realizadas reuniões de apresentação e de acompanhamento do QUAR 2018 com os diversos órgãos intervenientes.

Nos termos definidos na alínea d) do artigo 8.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro conjugado com o Ofício Circular 13/GDG/08 da Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público submeteu-se à consideração a revisão de algumas metas de indicadores de medida, fundada em situações ou acontecimentos não previsíveis (e como tal, não suscetíveis de ser antecipados). Sobre este pedido de revisão importa salientar que a quase totalidade dos indicadores revistos, decorrem de uma maior capacidade e proficiência da Guarda expressa nos resultados alcançados nos 2.º e 3.º trimestre. Por tal motivo, em 30 de setembro foi solicitada à SGMAI a revisão «em alta» das metas destes indicadores, corrigindo e limitando eventuais situações geradoras de superação das metas contratualizadas superiores aos convencionados 125%.



### 3. APRECIACÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

#### 3.1. INQUÉRITOS E QUESTIONÁRIOS DE SATISFAÇÃO E AUDIÇÃO DE DIRIGENTES INTERMÉDIOS E DEMAIS TRABALHADORES NA AUTOAVALIAÇÃO DO SERVIÇO

O artigo 15.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, define os moldes em que deve ser realizada a autoavaliação do Serviço, e cujo detalhe procura aferir com rigor, não só os resultados alcançados e os desvios verificados de acordo com o QUAR previamente estabelecido, mas também a medida em que esses resultados conferiram uma perceção e impacto de quantidade e qualidade dos serviços prestados junto dos seus stakeholders.

Por esse propósito, a legislação e as estruturas com atribuições em matéria de planeamento, estratégia e avaliação, conferem uma importância acrescida à manifestação de satisfação dos utilizadores, colaboradores e dirigentes, sugerindo que, em sede de autoavaliação, cada organismo promova a apreciação, por parte dos utilizadores, da quantidade e qualidade dos serviços prestados, bem como a audição de dirigentes intermédios e demais trabalhadores, indicando-se para o efeito a metodologia utilizada, período de realização do inquérito/questionário, dimensão da amostra, taxa de respostas e nível de satisfação apurado.

Contudo, considerando a especificidade da GNR e da função policial, resultante da missão e atribuições, não é evidentemente possível proceder à audição dos utentes/utilizadores nos moldes sugeridos, isto porque a própria realidade dos demais serviços e organismos do Estado é bastante diferente das especificidades de uma organização militar que promove a segurança das pessoas e bens.

Repare-se, a propósito, que a legislação dá particular importância nesta apreciação aos serviços prestadores de serviços a utilizadores externos, numa lógica de fornecedor/prestador de serviços ou bens (que neste caso cumpre ao próprio Estado desenvolver), e, por outro lado, ao cliente/utente/beneficiário, numa relação por norma não conflituante.

No caso específico da GNR, ou qualquer outra força de segurança, a relação entre o prestador e o prevaricador é potencialmente conflituante, pelo que a apreciação deste será tendencialmente negativa em relação ao prestador e ao serviço prestado, de que beneficia, por regra a generalidade da população. Quanto às populações, sabido que as suas opiniões são altamente influenciadas por fatores subjetivos, designadamente pelo sentimento ou sensação de segurança, e sendo certo que tal não tem correspondência direta com o melhor ou pior serviço prestado pelas forças de segurança, não se vislumbra credível a sua auscultação sem o adequado estudo que permita dirimir os efeitos perversos associados.

De igual forma, a audição de dirigentes intermédios e demais trabalhadores sugerida, não é passível de aplicação imediata, quer pela própria dimensão da população alvo de amostra (cerca de 23.000 militares e civis em funções), exigindo meios tecnológicos auxiliares para a sua concretização, quer pela necessidade da manutenção da coesão e da disciplina, uma vez que a natureza militar obriga ao exercício da ação de comando, por vezes conflituante com os interesses pessoais dos indivíduos, em prol dos superiores interesses coletivos da Organização e do País.

Acresce referir que para ambos os casos (audição de *stakeholders* internos e externos), a dimensão da amostra é tal que seria incomportável a realização dessa audição com recurso a meios internos, havendo, por esse motivo, necessidade de se recorrer ao mercado especializado para garantir o cumprimento desse pequeno quesito, com os elevados custos que



certamente lhe estão associados e que por, força das rigorosas regras orçamentais ao nível da despesa do Estado, a Guarda não possui nem lhe é possível desviar mais recursos financeiros para atividades que são marginais ao seu *core business*.

Importa ainda referir que a própria Tutela tem consciência das dificuldades subjacentes a este exercício de avaliação, o que determinou a dispensa de tal exercício nos Relatórios de Atividades anteriores. Destaque-se aliás o papel determinante da extinta DGAI (atual SGMAI) em organizar diversas iniciativas junto dos parceiros onde necessariamente se incluem as Forças e Serviços de Segurança, no sentido de identificar o conjunto de benefícios, mas também de dificuldades, que a avaliação dos *stakeholders* comporta.

Entre essas iniciativas merecem particular evidência as diversas conferências, seminários, e *workshops* realizados subordinados às complexas temáticas inerentes à «medição do desempenho policial» e «qualidade e certificação dos serviços prestados pelas Forças e Serviços de Segurança», de onde se extraíram conclusões valiosas para promover à perceção e impacto de quantidade e qualidade dos serviços prestados junto dos *stakeholders*.

Em tal contexto, e apesar das ações que foram sendo desenvolvidas, compreendendo a importância da apreciação interna e externa dos serviços prestados por qualquer Organização, mas querendo fazê-lo num quadro de rigor e com uma base científica, o Comando da Guarda decidiu, no âmbito do presente Relatório de Autoavaliação, não proceder ao exercício de avaliação, por parte dos *stakeholders*, relativamente aos serviços prestados pela Instituição.

#### 4. AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

Toda a atividade de gestão exige, para a concretização da sua eficácia, um bom sistema de controlo, sendo ambos os sistemas, o de gestão e o de controlo, indissociáveis. O controlo financeiro da Administração Pública (AP) designa toda a forma de controlo das Finanças Públicas (património, rendimentos, receitas, despesas, orçamento, contabilidade e tesouraria) que tenha por objetivo e critério verificar se a atividade financeira obedece aos princípios, normas ou regras de legalidade e regularidade que a regem e verificar se realiza os seus objetivos e resultados esperados, segundo critérios económicos ou técnicos de boa gestão (economia, eficácia, eficiência e equidade).

A publicação do Decreto-Lei n.º 166/98, de 25 de junho, veio dar corpo ao sistema nacional de controlo interno (SCI), um sistema progressista e moderno, onde o Controlo Interno ou Administrativo, consiste na verificação, acompanhamento, avaliação e informação sobre a legalidade, regularidade e boa gestão relativamente a atividades, programas, projetos ou operações de entidades de direito público ou privado, com interesse no âmbito da gestão ou tutela governamental, em matéria de finanças públicas e outros interesses financeiros público, nos termos da Lei<sup>11</sup>.



Figura 29 – Sistema de Controlo da AP<sup>12</sup> ((adaptado: Manual de Auditoria TC))

O SCI encontra-se colocado na dependência do Governo e em articulação com o Ministério das Finanças, compreendendo o domínio orçamental, económico, financeiro e patrimonial, e visa assegurar o exercício coerente e articulado do controlo no âmbito da AP. Está organizado em três níveis, para que cada nível controle o anterior, constituindo-se assim uma rede, que se pretende fiável e exaustiva, de controlo interno.

O 1.º nível do controlo interno é exercido por órgãos especializados, dotados de independência técnica, mas inseridos na estrutura interna da organização, que no caso da Guarda é assegurado pela Inspeção-Geral da Guarda (IG), funcionando na dependência direta do Comandante-Geral, sendo o órgão responsável pelo desenvolvimento de ações inspetivas e de

11 Cfr. Artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 166/98 de 25 de junho.

12 A articulação dos sistemas de controlo interno e externo constitui um importante meio para assegurar a eficiência do sistema global de controlo e a transparência de processos.



auditoria ao nível superior da Guarda, competindo-lhe apoiar o Comandante-Geral no exercício das suas funções de controlo e avaliação da atividade operacional, da formação, da administração dos meios humanos, materiais e financeiros e do cumprimento das disposições legais aplicáveis e dos regulamentos e instruções internos, bem como no estudo e implementação de normas de qualidade.

A adoção de uma estratégia de qualidade no seio institucional visa, em primeira linha e de uma forma agregada, a melhoria contínua do serviço prestado à Sociedade, com especial enfoque no Cidadão. É para o Cidadão que o principal compromisso da Guarda se dirige. Neste contexto, a Guarda tem uma atuação proativa, de visibilidade, e preventiva, de auxílio e proteção, recorrendo a todos os meios legítimos para prevenir e evitar a prática de ilícitos criminais e contraordenacionais.

A Guarda procura em permanência manter um relacionamento adequado com os cidadãos, usando correção, cortesia e boa conduta, preservando a confiança e prestando auxílio, informação e esclarecimento. Nesta ótica, no âmbito da certificação prevista pela norma ISO 9001:2015 - Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), a Guarda iniciou a implementação de um Sistema de Gestão de Qualidade para o atendimento ao cidadão no Posto Territorial, sendo o mesmo financiado com o recurso a financiamento comunitário.

Também à Direção de Recursos Financeiros através da Divisão de Controlo e de Auditoria Interna competem determinadas atribuições de auditoria e controlo interno no âmbito administração financeira da Guarda, embora sob a cúpula do Comando da Administração dos Recursos Internos (CARI) que por sua vez assegura o comando e direção da atividade da Guarda nos domínios da administração dos recursos humanos, materiais e financeiros.

À Divisão de Controlo e de Auditoria Interna cumpre, entre outras atribuições, nomeadamente promover a uniformidade da administração financeira da Guarda, garantindo a coordenação e o apoio adequado aos órgãos e serviços de si dependentes tecnicamente, bem como exercer a autoridade técnica e a realização de auditorias no âmbito da administração financeira, propondo, sempre que se justifique, a realização de inspeções ou auditorias com recurso a entidades internas ou externa, colaborar ainda com a Inspeção da Guarda na auditoria dos procedimentos e da gestão financeira dos demais serviços e das unidades da Guarda.

A Lei Orgânica da GNR, estabeleceu ainda um conjunto de órgãos, que apesar de nem todos eles integrarem o SCI, se mostram competentes para exercerem um controlo interno efetivo da atividade prosseguida pela Guarda no quadro da sua Missão e atribuições legais, bem como das atividades cometidas aos militares e civis que nela prestam serviço. Falamos concretamente dos órgãos de conselho - Conselho Superior da Guarda (CSG), o Conselho de Ética, Deontologia e Disciplina (CEDD) e a Junta Superior de Saúde (JSS), e ainda não menos importante, da Direção de Justiça e Disciplina (DJD), a quem, entre outras atribuições, compete apoiar o Comandante-Geral na administração da justiça e da disciplina da Guarda, sendo por esse motivo, órgãos com uma importância singular na condução e manutenção da disciplina e coesão militar.

Sem prejuízo de no presente ponto se apresentarem as principais atividades desenvolvidas pelos órgãos internos de inspeção e auditoria, será realizado um breve percurso visando a aferição do Ambiente de Controlo, Estrutura organizacional, Atividades e procedimentos de controlo administrativo e relativamente à Fiabilidade dos sistemas de informação. Por motivo de dimensão o formulário que caracteriza o anexo 2 da Orientação Técnica do CCAS, de 12 de janeiro de 2009, é tratado no Anexo V.1. - Avaliação do Sistema de Controlo Interno.



## 4.1. AMBIENTE DE CONTROLO

### 4.1.1. VALORIZAÇÃO DE VALORES ÉTICOS E DE CONDUTA

O alinhamento dos valores corporativos com a missão e com a visão da Guarda são um fator determinante para o fortalecimento e desenvolvimento de uma nova cultura organizacional em busca da excelência. Decorrente do que anteriormente foi exposto relativamente aos valores prosseguidos pela GNR, importa salientar que estes brotam do seu objeto e têm como pressuposto fundamental a condição militar e a afinidade com a cultura militar, assumindo uma forte cultura organizacional, assume uma história, tradições, símbolos, condutas e virtudes próprios que diferenciam a Guarda, dos demais Organismos da AP e dos seus congéneres nacionais e internacionais.

Consciente desta realidade diferenciadora, a Guarda aposta na valorização destas condutas éticas à atividade diária dos seus colaboradores, alinhando-os com a sua divisa «Pela Lei, Pela Grei», reforçando a sua cultura organizacional, em busca da excelência na sua atuação na defesa dos direitos e liberdades dos cidadãos, garantindo a legalidade e os mais elevados padrões de segurança e de tranquilidade públicas, nas respetivas áreas e nas matérias da sua responsabilidade, permitindo a concretização do mais alto compromisso assumido na Visão estabelecida na Estratégia da Guarda 2020 – Uma Estratégia de Futuro.

A condição militar é garante de uma entrega total, uma exigência constante de disponibilidade, de frequente renúncia a comodismos, de sacrifícios sem conta e, muitas vezes, com enormes incompreensões, a que se associa a prossecução de um ideal de servir. Há valores éticos e restrições voluntariamente assumidas que não têm paralelo em qualquer outra instituição, de que o juramento de doação da vida pela Pátria e a disponibilidade permanente, sem restrições, são aspetos únicos da condição militar.

Considerando a extrema importância dos valores e compromissos institucionais com a Qualidade como fator determinante para a melhoria do serviço prestado à Sociedade e ao Cidadão, a Guarda mantém em vigor a Carta da Qualidade da Guarda, no quadro da sua Estratégia para a Qualidade.



#### 4.1.2. CONTROLOS FINANCEIROS EFETIVOS

Na moderna gestão pública, a concretização da sua eficácia e um bom sistema de controlo, são indissociáveis.

O controlo financeiro da Administração Pública (AP) designa toda a forma de controlo das Finanças Públicas (património, rendimentos, receitas, despesas, orçamento, contabilidade e tesouraria) que tenha por objetivo e critério, verificar se a atividade financeira obedece aos princípios, normas ou regras de legalidade e regularidade que a regem e verificar se realiza os seus objetivos e resultados esperados, segundo critérios económicos ou técnicos de boa gestão (economia, eficácia, eficiência e equidade).

No que diz respeito à constituição do órgão responsável pelo controlo da legalidade, como já foi referido anteriormente, a Lei Orgânica da GNR definiu que o controlo interno é exercido por órgãos especializados, dotados de independência técnica, mas inseridos na estrutura interna da organização.

O órgão que detém essa alta competência é a Inspeção-Geral da Guarda (IG), funcionando na dependência direta do Comandante-Geral, sendo o órgão responsável pelo desenvolvimento de ações inspetivas e de auditoria ao nível superior da Guarda, competindo-lhe apoiar o Comandante-geral no exercício das suas funções de controlo e avaliação da atividade operacional, da formação, da administração dos meios humanos, materiais e financeiros e do cumprimento das disposições legais aplicáveis e dos regulamentos e instruções internos, bem como no estudo e implementação de normas de qualidade.

Na GNR, o órgão com a responsabilidade de assessorar o Comandante do CARI no cumprimento das leis e normas da contabilidade pública, elaborar propostas orçamentais, dirigir e fiscalizar a execução dos orçamentos e, orientar e apoiar tecnicamente todos os órgãos de gestão financeira, é a Direção de Recursos Financeiros (DRF), do CARI.

Através da Divisão de Controlo e de Auditoria Interna (DCAI), a DRF promove a uniformidade da administração financeira da Guarda, garantindo a coordenação e o apoio adequado aos órgãos e serviços de si dependentes tecnicamente, bem como o exercício da autoridade técnica e a realização de auditorias no âmbito da administração financeira, propondo, sempre que se justifique, a realização de inspeções ou auditorias com recurso a entidades internas ou externas, colaborando ainda com a Inspeção da Guarda na auditoria dos procedimentos e da gestão financeira aos demais serviços e das unidades da Guarda.

#### CONTROLOS INTERNOS

Ao nível do controlo interno, por despacho do Exmo. Tenente-general Comandante-Geral é aprovado o Plano Anual de Auditorias Internas da DRF/DCAI. No ano de 2018, o programa de auditorias internas aos órgãos na dependência técnica do Comando de Administração dos Recursos Internos (CARI), estabeleceu objetivos gerais e específicos.

#### OBJETIVOS GERAIS

Como objetivos gerais das auditorias internas, temos:

- Reforçar o sistema de controlo interno da GNR, procurando assegurar a conformidade, integridade e tempestividade da informação, bem como a salvaguarda dos ativos e ainda a prevenção e deteção de erros e omissões.

- Fornecer apoio técnico e de gestão, garantindo a conformidade com as políticas, planos, procedimentos, leis e regulamentos a que a organização se encontra sujeita.
- Proceder a ações formativas “on job”, orientadas para o saber fazer (vertente prática), sempre que na presença de situações não conformes, fosse tecnicamente viável.
- Registrar as boas práticas processuais detetadas, para elaborar um repositório organizacional, com a consequente partilha de conhecimento, por forma a melhorar e normalizar os processos organizacionais.

### OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Os objetivos específicos das áreas auditadas, na dependência técnica do CARI, foram os seguintes:

- Avaliar a conformidade, dos procedimentos e processos desenvolvidos na Secção de Recursos Logísticos e Financeiros, com a lei e com os normativos internos, no âmbito da contabilidade pública
- Apoiar os órgãos auditados nas áreas identificadas como pontos fracos.
- Transmitir orientações corretivas.
- Desenvolver metodologias e procedimentos de controlo interno.

O Plano de Auditorias Internas, aprovado para 2018, previa a realização de 7 auditorias, a realizar pela DRF/DCAI.

Na execução do referido Plano, foram realizadas 5 auditorias às seguintes UEO:

ENTIDADE	AÇÕES DESENVOLVIDAS
DRF/DCAI	COMANDO TERRITORIAL DO PORTO
DRF/DCAI	COMANDO TERRITORIAL DE VILA REAL
DRF/DCAI	COMANDO TERRITORIAL DOS AÇORES
DRF/DCAI	SECRETARIA-GERAL DA GUARDA
DRF/DCAI	CENTRO CLÍNICO

Figura 30 – Auditorias internas realizadas pela DRF/DCAI

A auditoria ao órgão financeiro da Unidade de Apoio Geral ficou sem efeito, na sequência dos Despachos do Exmo. TGCG n.º 95/18-OG, de 4 de maio, e n.º 349/18-OG, de 27 de setembro.

Relativamente à auditoria ao Comando Territorial de Faro, foi aprovada pelo Exmo. TGCG a não realização da mesma, mediante proposta da DRF/DCAI, em virtude do decurso de uma ação inspetiva naquela Unidade em 2018, que abarcou, entre outras, a área financeira.





Na sequência da Recomendação 3, ponto 146, do “Relatório n.º 28/09 – 2.ª S – Auditoria aos sistemas de gestão e de controlo no âmbito dos investimentos da GNR – Ano 2007”, do Tribunal de Contas, o CARI tomou a iniciativa de indicar na resposta àquele tribunal a criação de auditorias multidisciplinares.

No cumprimento do Plano de Auditorias Internas Multidisciplinares de 2018, aprovado por despacho do Exmo. Tenente-general Comandante-Geral, foram realizadas as auditorias internas multidisciplinares – Recursos Humanos, Recursos Financeiros e Recursos logísticos – às seguintes Unidades da Guarda:

ENTIDADE	AÇÕES DESENVOLVIDAS
DRF/DRL/DRH	ESCOLA DA GUARDA
DRF/DRL/DRH	UNIDADE DE CONTROLO COSTEIRO

Figura 31 – Auditorias multidisciplinares CARI

Foram ainda realizadas inspeções temáticas a subunidades, orientadas para o controlo de armamento e para as condições de higiene, segurança e saúde no trabalho. Aliás, nesta última vertente tratou-se da primeira inspeção específica realizada pela Guarda, materializada com estreita colaboração e apoio da Inspeção-Geral do Exército.

#### CONTROLOS EXTERNOS

Ao nível do Controlo Externo, não se verificaram quaisquer ações por parte da Assembleia da República (controlo político) ou do Tribunal de Contas (controlo financeiro – técnico e jurisdicional) e no que concerne ao Tribunal de Contas, importa apenas referir que teve intervenção em termos do controlo prévio nos processos de contratação pública e em termos de controlo sucessivo na apreciação das contas de gerência.

#### 4.1.3. CONTROLOS EXTERNOS E CONSTITUIÇÃO DO ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELO CONTROLO DA LEGALIDADE

Ao nível do Controlo Externo, não se verificaram quaisquer ações por parte da Assembleia da República (controlo político) ou do Tribunal de Contas (controlo financeiro – técnico e jurisdicional).

A GNR remete mensalmente para a Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna (SGMAI), como entidade coordenadora do programa orçamental (ECPO) P007 – Segurança Interna, no qual se integra a GNR, os documentos que enformam a prestação de contas de âmbito orçamental e financeiro.



De referir que as ECPO, entre outras competências<sup>13</sup>, colaboram com a Direção-Geral do Orçamento do Ministério das Finanças (MF) no acompanhamento e controlo orçamental dos programas e na concretização do Quadro Plurianual de Programação Orçamental, bem como na implementação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso<sup>14</sup>.

Em conformidade, a SGMAI recolhe e centraliza a informação orçamental do universo dos organismos do MAI, no qual se inclui a GNR, assumindo a função de interlocutor técnico setorial com o MF no que respeita à execução orçamental e financeira.

No que diz respeito à constituição do órgão responsável pelo controlo da legalidade, como já foi referido anteriormente, a Lei Orgânica da GNR definiu que o controlo interno é exercido por órgãos especializados, dotados de independência técnica, mas inseridos na estrutura interna da organização.

O órgão que detém essa alta competência é a Inspeção da Guarda (IG), funcionando na dependência direta do Comandante-Geral. A IG é o órgão responsável pelo desenvolvimento de ações inspetivas e de auditoria ao nível superior da GNR, competindo-lhe apoiar o Comandante-Geral no exercício das suas funções de controlo e avaliação da atividade operacional, da formação, da administração dos meios humanos, materiais e financeiros, e do cumprimento das disposições legais aplicáveis e dos regulamentos e instruções internos, bem como no estudo e implementação de normas de qualidade, na execução do Plano de Corrupção e Infrações Conexas e na avaliação operacional de forças da GNR a empenhar em missões no exterior do território nacional, designadamente no quadro da Agência Europeia de Fronteiras e Guarda Costeira (Frontex).

#### 4.1.4. INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DE BOAS PRÁTICAS

O plano de formação aprovado pela GNR pretende captar e incentivar os seus colaboradores, militares e civis, nomeadamente aqueles que exercem funções de direção ou chefia das diversas unidades orgânicas, o estudo, análise e desenvolvimento de boas práticas, aliás sentidas no domínio estratégico com a produção de documentos previsionais e prestação de contas com reconhecido valor entre os organismos que integram o MAI.

Apesar do panorama nacional de fortes restrições orçamentais, designadamente no âmbito da Administração Pública, a Guarda promoveu internamente e em parceria com entidades de reconhecida qualificação programas de formação que visam a promoção de competências dos militares e civis afetos às diferentes Unidades, Órgãos e Serviços.

No âmbito do ensino e da formação foram desenvolvidas ações de incentivo ao desenvolvimento de boas práticas mediante a produção e apresentação de estudos de investigação, de reflexão e de análise prospetiva de reconhecido valor informacional no universo da Guarda. Sempre que possível, estes conteúdos eram divulgados ao nível da página eletrónica da Guarda e da Revista da Guarda nas suas publicações trimestrais.

Nesta dinâmica, reconhecendo que a identificação de boas práticas permite alavancar o desempenho organizacional, a Guarda tem promovido um conjunto de ações direcionadas para a estrutura operacional que visaram essencialmente o incentivo de criação de potenciais conteúdos e práticas que pudessem vir a ser distinguidos e difundidos. Em resultado, após a sua identificação e análise, a Guarda tem apresentado diversas candidaturas a prémios nacionais e internacionais.

<sup>13</sup> Vide Artigo 20º do Decreto-Lei n.º 32/2012, de 13 de fevereiro

<sup>14</sup> Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.



#### 4.1.5. COMUNICAÇÃO E ALINHAMENTO ENTRE A ALTA DIREÇÃO E DIRIGENTES DAS UNIDADES ORGÂNICAS

A GNR possui uma estrutura organizacional definida pela Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro e pelo Decreto Regulamentar n.º 19/2008, de 27 de novembro. A anterior Lei Orgânica da GNR definia exaustivamente toda a organização do Comando Geral, no qual se incluíam o estado-maior geral ou coordenador e o estado-maior especial ou técnico, com as respetivas repartições e chefias de serviços, num total de 20. As principais mudanças operadas pela nova lei refletem o objetivo de promover a racionalização do modelo de organização e da utilização dos recursos da Instituição.

Assim, no que concerne ao comando, foi criada uma estrutura que compreende, para além do Comando da Guarda e dos respetivos órgãos de inspeção, conselho e apoio, três órgãos superiores de comando e direção, que asseguram o comando funcional, respetivamente, das áreas de operações (Comando Operacional), dos recursos humanos, materiais e financeiros (Comando da Administração dos Recursos Internos) e da doutrina e formação (Comando de Doutrina e Formação). Esta nova organização da estrutura de comando da Guarda concretiza-se a dois níveis: a lei define, além dos órgãos de inspeção, conselho e apoio do Comando da Guarda, quais as áreas abrangidas pelos órgãos superiores de comando e direção e o respetivo nível de enquadramento, habilitando o Governo a definir o número, as competências e a estrutura interna dos serviços destes órgãos, bem como o posto correspondente à respetiva chefia.

A estrutura orgânica concretizada com a reestruturação da GNR, permitiu concentrar os cargos de direção superior e de direção intermédia nas diversas unidades orgânicas do Comando da Guarda e dos Órgãos Superiores de Comando e Direção, bem como disseminar pelo dispositivo territorial (unidades territoriais, especializadas, de representação e de intervenção e reserva e estabelecimento de ensino), cargos de direção intermédia sob a autoridade técnica do Comando Operacional.

Esta estrutura permite, dentro do Comando da Guarda e dos Órgãos Superiores de Comando e Direção, um alinhamento estreito entre os dirigentes superiores e os dirigentes intermédios responsáveis pelas unidades orgânicas, embora a própria dimensão desses órgãos possa criar algumas dificuldades na concretização das suas atribuições parcelares.

Também ao nível do exercício da autoridade técnica exercida pelos OSCD, nomeadamente o CO, por este se encontrar fisicamente distanciado das unidades territoriais, especializadas, de representação e de intervenção e reserva e estabelecimento de ensino, poderá significar a existência de constrangimentos pontuais.

Apesar dos constrangimentos, uma vez que a estrutura orgânica tem um carácter vincadamente funcional, permite-se potenciar a comunicação e o alinhamento entre a alta direção e os dirigentes das unidades orgânicas, realizando-se com frequência reuniões intercalares, nomeadamente quando estão em causa projetos de singular importância para a Instituição.



## 4.2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

### 4.2.1. OBEDIÊNCIA AO DIPLOMA ORGÂNICO

A Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro, definiu a missão, as atribuições e as bases da organização interna da Guarda Nacional Republicana, que compreende, nomeadamente, a estrutura de comando, as unidades e o estabelecimento de ensino.

No desenvolvimento do referido diploma legal, o Decreto Regulamentar n.º 19/2008, de 27 de novembro, definiu o número, as competências, a estrutura interna e o posto correspondente à chefia dos serviços de apoio diretamente dependentes do comandante-geral, e dos órgãos superiores de comando e direção, estabelecendo ainda o número máximo de unidades orgânicas flexíveis da estrutura de comando, definidas através do Despacho n.º 9634/2011, de 19 de julho, que estabeleceu ainda as suas atribuições e competências.

Passados que são cerca de dez anos sobre a reestruturação operada na estrutura geral da Guarda, e identificados os constrangimentos, bem como os pontos fortes, é na perspetiva da Guarda, o momento oportuno para se proceder às alterações dessa estrutura, numa lógica de melhoria contínua. Para o efeito o Comando da Guarda submeteu à apreciação superior do membro do governo responsável pela área da administração interna uma proposta de alteração à estrutura geral da Guarda.

### 4.2.2. DEFINIÇÃO DE RESPONSABILIDADES E DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

Com vista ao regular funcionamento das instituições democráticas, confere a lei aos atores do direito público diversas competências decorrentes das próprias atribuições das pessoas coletivas, revestindo estas a forma de poderes jurídicos. São diversas as disposições legais que estabelecem de forma generalizada e transversal as competências próprias dos diversos serviços e organismos do Estado e ainda as disposições cuja aplicação se cifra apenas no próprio serviço e organismo como é o caso das respetivas Leis Orgânicas ou Estatutos (Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro, que aprova a orgânica da Guarda ou o Decreto-Lei n.º 297/2009, de 14 de outubro, que aprova o Estatuto dos Militares da GNR).

Neste sentido, refere-se que a Lei n.º 67/2007, de 6 de novembro, estabelece as competências próprias do Comandante-Geral, alicerçadas nas atribuições da Guarda. Saliente-se, a esse propósito, que o n.º 3, do artigo 23º, da LOGNR, além de conferir determinadas competências próprias específicas ao Comandante-Geral da GNR, reforça as competências próprias inerentes ao exercício dos cargos de direção superior de 1.º grau e, neste âmbito, o Comandante-Geral exerce ainda as competências que lhe forem delegadas e subdelegadas pelos membros do Governo responsáveis pela área da administração interna.

No momento do provimento de funções, são realizadas diversas delegações e subdelegações de competências, prática corrente e convenientemente sedimentada na GNR, reportam-se sobretudo aos Comandantes dos Comandos Funcionais e Comandantes das Unidades e dos Comandos Territoriais em exercício de funções.



### 4.2.3. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DOS COLABORADORES (MILITARES E CIVIS)

A Lei n.º 66-B/2007 de 28 de dezembro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de Dezembro; 55-A/2010, de 31 de dezembro e 66-B/2012, de 31 de dezembro, instituiu o sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na Administração Pública (SIADAP) aplicando-se ao desempenho dos serviços públicos, dos respetivos dirigentes e demais trabalhadores.

O sistema assenta numa conceção de gestão dos serviços públicos centrada em objetivos. Neste sentido, na avaliação dos serviços, dos dirigentes e demais trabalhadores assumem um papel central os resultados obtidos em relação aos objetivos previamente fixados. Os resultados devem ser medidos mediante indicadores previamente fixados que permitam, entre outros, a transparência e imparcialidade e a prevenção da discricionariedade. O SIADAP tem uma vocação de aplicação universal à administração pública, prevendo no entanto mecanismos de flexibilidade e adaptação muito amplos de modo a enquadrar as especificidades das várias administrações, dos serviços públicos, das carreiras e das áreas funcionais do seu pessoal e das exigências de gestão.

Desde 01 de janeiro de 2013, que a avaliação dos trabalhadores (SIADAP 3) tem carácter bienal e respeita ao desempenho dos dois anos civis anteriores, iniciando-se o processo com a contratualização dos parâmetros de avaliação (Resultados e Competências), durante o mês de fevereiro do ano civil em que se inicia o ciclo avaliativo, sendo a avaliação efetuada durante os meses de janeiro e fevereiro do ano seguinte àquele em que se completa o ciclo avaliativo.

Na prossecução das suas atribuições, a GNR integra colaboradores militares, integrados em corpos especiais, e como tal sujeitos a um regime disciplinar e de avaliação próprios, e colaboradores civis, sujeitos e avaliados desde 2004 segundo o SIADAP - entre 2004 e 2007 através da Lei n.º 10/2004, de 22 de março, e desde 2008 segundo a citada Lei n.º 66-B/2007.

O sistema específico de avaliação dos militares da GNR, aprovado pela Portaria n.º 279/2000 (2.ª série), designa-se Regulamento de Avaliação do Mérito dos Militares da Guarda Nacional Republicana (RAMMGNR) e define o sistema de avaliação do mérito dos militares da Guarda Nacional Republicana (SAMMGNR) e os princípios que regem a sua aplicação.

Preceitua a citada disposição legal que nas carreiras de regime especial e corpos especiais que disponham de um sistema de avaliação de desempenho específico que ainda não tenha sido adaptado, esta se efetue de acordo com o respetivo sistema específico, até à sua adaptação nos termos do artigo 3.º e do n.º 2 do artigo 86.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro. Para o efeito, a situação descrita agrega ainda colaboradores civis de carreiras especiais e como tal sujeitos a regimes de avaliação próprios, nomeadamente pessoal da carreira médica, docentes e técnicos de diagnóstico e terapêutico.

Neste sentido, o sistema de avaliação específico da GNR enquanto corpo especial, mantém-se em vigor até à sua revisão para adaptação à filosofia estabelecida no SIADAP, a qual deveria ocorrer até 31 de dezembro de 2008, sob pena de caducidade, tendo aliás a sua avaliação ocorrido mediante aquele sistema de avaliação específico. Contudo, as especificidades da organização militar impuseram que se fizesse uma profunda reflexão para a criação de um sistema de avaliação específico que não condicione a atuação da GNR nem fomente focos de instabilidade que afetem a coesão e a disciplina militar.

Com a publicação da Portaria n.º 359/2013, de 31 de dezembro, foram aprovados novos modelos de fichas de autoavaliação e avaliação do desempenho para dirigentes intermédios e trabalhadores, bem como avaliação com base nas competências. Foram também aprovados os modelos de fichas de monitorização do desempenho e de reformulação de objetivos. Assim e



no que se refere ao ciclo avaliativo 2017/2018, em 31 de dezembro de 2018 foram sujeitos a avaliação o universo de civis constantes na tabela seguinte:

CARREIRA	EFETIVOS
T. SUPERIOR	32
A. TÉCNICO	75
INFORMÁTICO	5
A. OPERACIONAL	269
C. FLORESTAL	290
<b>TOTAL</b>	<b>671</b>

Figura 32 – Avaliação dos quadros civis (subsistema SIADAP 3)

O processo avaliativo dos militares no ano 2018 decorreu dentro da normalidade. Foram sujeitos a avaliação anual 740 Oficiais e 2.410 Sargentos, distribuídos pelos postos a seguir indicados:

CATEGORIA	POSTO	EFETIVOS	AVALIADOS	N/AVALIADOS
OFICIAIS	CORONEL	85	45	40
	TENENTE-CORONEL	131	104	27
	MAJOR	136	112	24
	CAPITÃO	315	294	21
	TENENTE	108	94	14
	ALFERES	74	50	24
SUB-TOTAL		849	699	150
SARGENTOS	SARGENTO-MOR	61	57	4
	SARGENTO CHEFE	436	392	44
	SARGENTO AJUDANTE	812	771	41
	PRIMEIRO SARGENTO	848	816	32
	SEGUNDO SARGENTO	405	362	43
SUB-TOTAL		2.562	2.398	164
TOTAL		3.418	3.097	314

Figura 33 – Avaliação dos militares da GNR (RAMMGNR)

Quanto aos oficiais e sargentos não avaliados, foram justificados os motivos da não avaliação pelas respetivas Unidades, nos termos do RAMMGNR. Acresce ainda referir que nos termos do referido regulamento de avaliação, os guardas não estão sujeitos a avaliação individual.



#### 4.2.4. POLÍTICA DE FORMAÇÃO

O sistema de formação da GNR assenta num modelo sistémico, que tem como ponto de partida o desempenho competente inventariado para cada cargo ou função, consubstanciado num Referencial de Competências, a que está associado um Referencial de Formação, organizado de forma modular.

Este modelo está a ser desenhado em linha com o modelo nacional de competências que preside ao Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ), bem como ao preconizado para os currícula de nível superior de acordo com o processo de Bolonha. De igual modo, este modelo atende ao Quadro Nacional de Qualificações de 8 níveis, em alinhamento com o Quadro Europeu de Qualificações. Pretende-se ter um Quadro de Referência Organizacional de Competências, seguindo o modelo e o quadro nacional e europeu de competências, garante da certificação e homologação das Qualificações da GNR, quer a nível nacional, quer europeu.

Em 2017 a Guarda realizou um diagnóstico estratégico de competências, etapa fundamental do processo formativo, uma vez que permite identificar os principais desafios e problemas com que a organização se depara, quer em termos atuais, como prospetivos.

Na senda de um diagnóstico coerente e bem fundamentado, foram definidas três fontes fundamentais:

- o projeto de investimento e modernização organizacional;
- os relatórios de disfuncionamento operacional e das reclamações apresentadas pelos cidadãos e;
- evolução da atividade do setor da Segurança, Proteção e Defesa.

Assim, na realização da Análise Interna, procedeu-se ao escrutínio das Linhas de Orientação Estratégica, definidas na Estratégia da Guarda 2020, e ao mapeamento e análise das situações em que ocorreram erros de atuação ou de procedimento, constantes nos relatórios de ocorrências e reclamações apresentadas pelos cidadãos e, na Análise Externa, procedeu-se à sistematização das forças de desenvolvimento instaladas e emergentes com potencial de impacto na atividade operacional da Guarda, referentes aos drivers de mudança organizacional identificados.

Pretende-se contribuir decisivamente para a melhoria do desempenho operacional através da formação.

A aquisição, atualização e certificação das competências dos militares e civis da Guarda são condição primordial para a respetiva satisfação e realização profissional e para a melhoria do desempenho operacional, sendo por isso fundamentais para a sustentação de uma organização aprendente, adaptativa e socialmente responsável.

A política de formação prosseguida pela GNR, consubstanciada na estratégia parcelar para a Formação e Gestão do Conhecimento da GNR (EPAR 7) pretende garantir que, em cada militar, em qualquer função orgânica, com enfoque no patrulheiro, estejam criadas as condições potenciadoras de uma atuação competente. Tem em linha de conta as necessidades de formação de médio e longo prazo e atua sobre áreas técnicas em evolução ou áreas emergentes.

As necessidades são apuradas e as soluções de formação são definidas por prioridades de aquisição de competências, permitindo o reforço positivo das competências individuais dos colaboradores militares e civis da GNR, em prol das diferentes



formas de melhoria possíveis para atuação em defesa dos direitos e liberdades dos cidadãos, garantindo a legalidade e os mais elevados padrões de segurança e de tranquilidade públicas, nas respetivas áreas e nas matérias da sua responsabilidade.

Ciente da importância da formação para o desenvolvimento da Guarda, a política de formação alinhada com as orientações estratégicas da Guarda Nacional Republicana, e orientada para a prestação de um serviço público e socialmente relevante, assenta entre outros, nos seguintes pilares:

- Desenvolvimento individual, o qual é alcançado através da participação e interesse de todos na aquisição e desenvolvimento das aptidões e competências individuais, tirando o melhor partido das oportunidades e meios existentes;
- Responsabilização da Guarda, através da garantia desta no que respeita ao acesso à formação para aquisição e atualização do conhecimento e reforço de capacidades e competências;
- Alinhamento entre as necessidades de formação do efetivo com a Missão da Guarda, o qual apenas é alcançável através da definição precisa de itinerários e planos de formação sustentados em perfis funcionais devidamente caracterizados.;
- Gestão de conhecimento, pela via da- maximização do capital intelectual na organização através da promoção de comportamentos de partilha;
- Interação contínua com a sociedade, através do incentivo ao estabelecimento de relações de cooperação com as comunidades em que a Guarda se insere, visando a partilha de recursos e o acesso à informação e conhecimento.;
- Diversificação das áreas pedagógicas de qualificação individual proporcionando as adequadas condições de valorização aos militares e civis afetos a todas as áreas de atividade da Guarda, com especial incidência na vertente operacional;
- Monitorização e auditorias da formação assentes em critérios de evidência, definidos para uma correta identificação de eventuais desvios aos processos pedagógicos e introdução de medidas corretivas necessárias à melhoria do sistema de formação da GNR.

A implementação de novos modelos de formação implica que os conteúdos funcionais de cada Unidade de Competência do Referencial de Competências estejam permanentemente atualizados, bem como os dos módulos do respetivo Referencial de Formação.

A manutenção desta atualização requer, não só um forte dispositivo de atualização dos Quadros de Referência Institucionais, científicos e operativos, agregados na designação interna de Doutrina, bem como a facilitação do acesso a esses conteúdos sob a forma de bibliotecas digitais, repositórios temáticos e institucionais, entre outros.

Estamos a transformar gradualmente a forma de produção e atualização da Doutrina, para a qual estamos a preparar a implementação e exploração de dispositivos que vão desde a partilha e exploração de Boas-Práticas, de Lições Aprendidas e de Investigação Científica aplicada.





## 4.3. ATIVIDADES E PROCEDIMENTOS DE CONTROLO ADMINISTRATIVO

### 4.3.1. REGULAMENTAÇÃO DO DIPLOMA ORGÂNICO

Na sequência da publicação do diploma que aprovou a orgânica da Guarda, foi aprovada a respetiva regulamentação que, sempre que tal se tem justificado, tendo em consideração a sua dimensão, complexidade e múltiplas atribuições, tem sido objeto de alteração e adaptação para melhor cumprir a missão da Guarda.

### 4.3.2. MANUAL DE CONTROLO INTERNO (DIFUSÃO DE CIRCULARES, NOTAS CIRCULARES, NORMAS DE EXECUÇÃO PERMANENTE E REGULAMENTOS INTERNOS)

A realização de um Manual de Controlo Interno tem por objetivo estabelecer um conjunto de regras definidoras de políticas, métodos, procedimentos de controlo e planos de organização a estarem presentes nas atividades desenvolvidas pela GNR, que permitam assegurar o desenvolvimento das atividades de forma ordenada e eficiente, incluindo a salvaguarda dos ativos, a prevenção e deteção de situações de ilegalidade, fraude e erro, a exatidão e a integridade dos registos contabilísticos, e a preparação oportuna de informação financeira viável e fidedigna.

A função controlo, aqui patente, traduz um conjunto de ações destinadas a confrontar uma ação principal (controlada) com os seus objetivos ou metas e com os princípios e regras a que deve obedecer, englobando as seguintes fases:

- Verificação crítica de conformidade ou desconformidade a um certo referencial;
- Avaliação das respetivas causas e consequências; e
- Eventual revisão ou ajustamento dos programas ou dos objetivos da ação programada.

Para que o controlo acrescente valor às organizações, o mesmo deve fornecer, tempestivamente, elementos fiáveis sobre o que está e o que virá a acontecer, pelo que o controlo do e no tempo são essenciais para assegurar o sentido de oportunidade. O controlo deve ainda basear-se em padrões objetivos, precisos e adequadamente configurados, para além de se preocupar mais com os desvios e as exceções do que com as atividades normais.

Entre as várias formas e tipos de controlo destaca-se o controlo interno, que consiste na verificação, no acompanhamento e na informação sobre a legalidade, regularidade e boa gestão relativamente a atividades, programas, projetos ou operações de entidades de direito público, assente nos princípios e objetivos do Sistema Nacional de Controlo Interno (SCI), já abordado no ponto 3. Avaliação do Sistema de Controlo Interno que integra o presente Capítulo em análise.

É neste contexto que surge a necessidade dos serviços possuírem um manual de controlo interno, que lhes permita assegurar, em primeira instância, a boa gestão dos domínios orçamental (controlo da execução orçamental das receitas e despesas), económico (controlo da execução das atividades e dos programas), financeiro (controlo dos pagamentos e dos recebimentos) e patrimonial (controlo do património). Mas este manual visa, ainda, consagrar no plano interno o princípio da “accountability”, ou seja, o fornecimento de explicação e justificação pela execução ou cumprimento eficiente de uma responsabilidade atribuída, para além da assunção de consequências dos resultados da execução ou cumprimento.



Com a implementação da ferramenta padronizada GeRFIP, foi necessário reconfigurar todos os procedimentos da área financeira e logística, pelo que estão a ser ajustados os respetivos manuais de procedimentos. Este projeto traduz-se numa verdadeira reengenharia de processos, pelo que, só depois dos novos procedimentos se encontrarem devidamente estabilizados, consolidados e apreendidos será viável elaborar o respetivo manual de controlo interno.

A sua implementação está, no entanto, condicionada pela definição da estratégia a prosseguir quanto à integração e interação entre as áreas operacionais (atividade operacional por excelência) e as áreas de apoio administrativo-financeiro (em particular as áreas financeira, patrimonial e de recursos humanos) e, necessariamente, a integração e interação entre estas e a componente estratégica a qual obviamente encerrará uma filosofia de gestão previsional alicerçada em objetivos estratégicos e operacionais na sequência do SIADAP I, bem como a opção por metodologias consagradas a nível nacional e internacional, designadamente o Balanced Scorecard (BSC) e a Common Assessment Framework (CAF).

Nesse sentido, enquanto não for devidamente estabilizado o modelo de apoio administrativo logístico que se pretende implementar na Guarda, que garanta o indispensável alinhamento entre as áreas operacional, de recursos internos (recursos humanos, financeiros e materiais) e estratégica, não será possível desenhar e definir todos os processos de suporte e desenvolver um manual que permita executar e monitorizar o controlo interno. Importa, contudo, referir que, no âmbito da autoridade técnica conferida aos OSCD, têm sido difundidas diversas Circulares, Notas Circulares e, ainda, Normas de Execução Permanente (NEP) que regulam e enquadram a execução de tarefas e procedimentos em toda a latitude de atribuições cometidas à Guarda.



## 4.4. FIABILIDADE DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

### 4.4.1. INTEGRAÇÃO DE APLICAÇÕES INFORMÁTICAS E EXISTÊNCIA DE MECANISMOS QUE GARANTAM A FIABILIDADE, OPORTUNIDADE E UTILIDADE DOS OUTPUTS DOS SISTEMAS

A integração e a interoperabilidade de aplicações informáticas existentes na Guarda constituem uma prioridade, na medida em que a sua concretização proporciona a fiabilidade e a qualidade de informação, a agilização dos processos de trabalho, e uma racionalização dos recursos afetos às diversas atividades.

A realidade dos Sistemas de Informação da Guarda é caracterizada pela existência de várias aplicações, umas desenvolvidas internamente, outras com recurso ao “outsourcing”, destinadas a setores de atividades específicos das diferentes unidades orgânicas, que por vezes exploram mais de uma aplicação em ambiente fechado e com plataformas diversas, sem um contexto de integração comum, potenciando-se redundâncias, erros e pouca fiabilidade, o que acarreta problemas de gestão e manutenção.

Desta forma, um desígnio tecnológico da GNR é proporcionar e facilitar a integração e a interoperabilidade entre aplicações, utilizando sempre que possível, formas de interoperabilidade adequadas, podendo fazer uso de tecnologias normalizadas como os denominados “Web Services” ou outros “Data Adapters” que permitam a partilha de instâncias de bases de dados.

Acresce referir que por força das frequentes alterações legislativas, sobretudo ao nível da atividade financeira e a da gestão de recursos humanos, existe a necessidade de promover simultaneamente alterações de conteúdo e a parametrização das respetivas aplicações, as quais implicam normalmente o desenvolvimento imediato de novas funcionalidades. Também neste domínio existe uma preocupação vincada de garantir a fiabilidade dos outputs, mediante uma monitorização contínua por parte dos responsáveis por cada área funcional, promovendo as ações corretivas necessárias em tempo oportuno.

### 4.4.2. UTILIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO PRODUZIDA NOS PROCESSOS DE DECISÃO

A informação constitui um dos bens mais preciosos de uma organização, pelo que a sua qualidade, fiabilidade e segurança são fundamentais para o processo de tomada de decisão, motivo pelo qual se tem vindo a privilegiar a utilização das novas tecnologias no apoio gradual à atividade operacional e nas ações de controlo e de supervisão.

No âmbito, das plataformas de apoio à decisão e de índole estratégica destacam-se: (1) o SIIOP (Sistema Integrado de Informações Operacionais Policiais) com os seus diversos módulos: principal (P), salas de situação (2S), ocorrências (O), trânsito (T), ambiente (A), documental (D) e georreferenciação (G); (2) o SIGRI (Sistema Integrado de Gestão de Recursos Internos) com os seus módulos de pessoal, vencimentos, formação, finança e orçamento, assistência na doença; (3) o STM (Sistema de Transmissão de Mensagens); e (4) o sitio da GNR na internet.

O SIIOP é o sistema que garante o suporte da gestão da informação operacional policial da GNR, permitindo ao nível policial a gestão centralizada de ocorrências policiais, rodoviárias e ambientais, possibilitando efetuar o controlo das Operações da Guarda ao longo do seu dispositivo a partir dos postos e das Salas de Situação, garantindo a interoperabilidade da informação criminal com a PIIC (Plataforma da Interoperabilidade da Investigação Criminal), permite também implementar o conceito COP (Common Operating Picture) nas salas de situação dos Comandos da GNR, procurando potenciar o processo da tomada



de decisão através da georreferenciação dos meios operacionais, em tempo real, facilitando a intervenção e a coordenação policial mais oportuna e mais ajustada às necessidades de segurança do cidadão.

A utilização desta ferramenta permite normalizar processos, integrar informação e disponibilizá-la numa lógica hierarquizada.

No âmbito das atividades de suporte à atividade operacional, nomeadamente nas áreas financeira e patrimonial, onde a fiabilidade e a segurança da informação no processo de tomada de decisão encerram uma preocupação crescente, desempenham um papel preponderante o GeRFiP (plataforma de gestão de recursos financeiros em modo partilhado) e o SGRé/GNR (Sistema de Gestão da Receita da GNR).

A solução GeRFiP foi desenhada com o objetivo de normalizar os processos e apoiar as atividades de gestão financeira, orçamental e patrimonial dos órgãos e serviços da Administração Pública num contexto integrado. Esta solução, desenhada numa lógica modular, por blocos funcionais, faz parte do Programa de Gestão de Recursos da Administração Pública (GeRAII), que engloba outros projetos e soluções, tais como o de Gestão de Recursos Humanos em modo Partilhado (GeRHuP) e o de Gestão da Avaliação do Desempenho da Administração Pública (GeADAP).

Ainda no âmbito das atividades de suporte à atividade operacional, com vista à otimização do processo de decisão, a GNR continua a desenvolver uma plataforma integrada de informação, designada de Sistema Integrado de Gestão de Recursos Internos (SIGRI), que permite, através da substancial melhoria da informação e dos processos, uma utilização eficiente e oportuna no processo de tomada de decisão, com especial enfoque na gestão dos recursos humanos, no processamento e orçamentação dos vencimentos, bem como na gestão da formação, do património, da assistência na Doença e nos serviços disponibilizados ao Portal Social.

A GNR também desenvolveu o conceito GNRMobile que se traduz num conceito de mobilidade para funcionar em Tablet/Smartphone, e permitir consultar em tempo real os dados operacionais residentes no SIOP, enviar alertas de ocorrências para a respetivas salas de situação, consultar um conjunto de fichas de procedimentos para qualquer patrulheiro da GNR poder verificar o correto procedimento a tomar face às várias tipologias de ocorrências que se possa confrontar, enviar emails para o Helpdesk da GNR, consultar dados residentes na extranet do MAI, etc.

O STM é uma aplicação totalmente desenvolvida com os recursos internos da Guarda que permite a desmaterialização das mensagens NATO, preconizadas na publicação ACP 127 (Allied Communications Publications), garantindo a segurança da conceção, registo, transmissão e receção das mensagens, permitindo o tratamento da correspondência com grau de classificação de segurança com o nível reservado.

No âmbito da comunicação com o cidadão, a GNR desenvolveu com os seus recursos internos um novo sítio da internet que vem diariamente informando o cidadão sobre atividades, notícias de ultima hora, informação sobre sinistralidade, fiscalizações, publicações em DRE com interesse, etc., sendo um dos sites que mais consultas apresenta em território nacional.

### 4.4.3. COMUNICAÇÕES

Os sistemas de comando e controlo da Guarda, baseiam-se em comunicações de voz, vídeo e dados, suportados em duas redes distintas, a Rede Nacional de Segurança Interna (RNSI) e o Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança da Portugal (SIRESP), ambos sob gestão do MAI.



A rede SIRESP, assegura as comunicações rádio, proporcionando o comando e controlo da atividade da Guarda, contribuindo ainda para a georreferenciação das patrulhas no terreno, representadas numa “Common Operational Picture” nas salas de situação aos vários escalões.

Relacionado com as comunicações rádio digitais, no âmbito das relações bilaterais entre a Guarda e a sua congénere espanhola, Guardia Civil, os Centros de Cooperação Policial e Aduaneira (CCPA), dispõem de “gateways” que possibilita a interligação entre a rede SIRESP de tecnologia TETRA, e a rede SIRDEE de tecnologia TETRAPOL, permitindo assim a coordenação entre estas forças em operações transfronteiriças.

A RNSI, é uma rede VPLS que suporta serviços de voz, dados e vídeo, interligando todas as instalações da Guarda dotadas de uma rede local, à qual são interligados os terminais de rede de dados, voz e videoconferência, sobre os quais são acedidos os vários Sistemas de Informação e Sistemas de Comunicações.

Relativamente ao suporte dos vários sistemas TIC, desde 2015 foi possível proceder à extensão da cobertura digital a toda a Guarda e concomitantemente aos sistemas de informação e comunicação, permitindo assim o tratamento consistente dos dados recolhidos pelos serviços centrais, e concorrendo para a obtenção de métricas para o apoio à decisão.

No que aos serviços de voz diz respeito, foi desenvolvida sobre o suporte da RNSI a interligação dos cerca de nove milhares de terminais de voz sobre IP, permitindo comunicações fixas sem custos entre si. Destes nove mil terminais, foi possível cobrir com terminais VOIP mais de metade, sendo os restantes baseados nos sistemas existentes, a substituir oportunamente por terminais com tecnologia VOIP.

Relacionado com este processo, foi igualmente possível, cancelar cerca de 5 centenas de acessos fixos de comunicações, analógicos e digitais, associados a assinaturas mensais fixas, através da migração para acessos tipo SIP-Trunk, num número reduzido a cerca de 3 dezenas, o que possibilitou uma redução dos encargos com comunicações no ano de 2017 e seguintes.

Ao nível das comunicações em videoconferência, mantendo todas unidades e comandos da Guarda de dispositivos profissionais de videoconferência, tem contribuído para uma poupança significativa em deslocamentos e outros aspetos logísticos, relacionados com comando, coordenação e controlo a nível nacional e sectorial, bem como a interoperabilidade com outras entidades externas à Guarda.

As salas de situação dos 20 Comandos Territoriais e de algumas unidades específicas, encontram-se em regime de funcionamento 24/7, para operação dos Sistemas de Comunicações e de Informação críticos e de apoio à decisão no âmbito do Comando e Controlo da Guarda.

#### 4.4.4. REQUISITOS DE SEGURANÇA DE ACESSOS AOS SI, DOS COMPUTADORES DE REDE E NA TROCA DE INFORMAÇÃO

Garantir a Segurança da Informação é absolutamente fundamental para a correta exploração de todos os Sistemas da Guarda, devendo constituir uma preocupação constante na atuação da Guarda, tendo em vista evitar falhas de segurança ou acidentes que afetem o normal funcionamento dos sistemas de informação e de comunicações.

Neste âmbito, assentam em quatro pilares essenciais:



- A autenticidade;
- A confidencialidade;
- A integridade;
- A disponibilidade da informação.

Consciente de que um acidente não é completamente evitável, é necessário garantir, em qualquer circunstância, a continuidade das atividades, minimizando os prejuízos, prevenindo e reduzindo o impacto dos acidentes de segurança em duas áreas distintas: a Segurança física e a Segurança lógica.

Na segurança física procura-se proteger todo o *hardware* e equipamentos periféricos contra situações de:

- Incêndios;
- Sabotagem;
- Roubos;
- Inundações;
- Acentuadas alterações térmicas;
- Interrupção de energia;
- Falhas em equipamentos;
- Catástrofes naturais.

Na segurança lógica foram privilegiados os aspetos mais importantes, embora seja indubitável que a maioria dos danos passíveis de ocorrer incide sobre os dados. A segurança lógica diz respeito a:

- Segurança na utilização do software;
- Proteção de dados;
- Proteção de processos e programas;
- Acesso autorizado dos utilizadores.

Embora seja muito importante considerar a segurança física das TIC, a falta de segurança lógica é a que mais probabilidade tem de ocorrer, podendo afetar os dados e consequentemente a informação crítica da GNR. Devido a este facto, a Guarda tem procurado em conjunto com o COSI da SGMAI atuar preventivamente, privilegiando os aspetos conducentes à implementação de barreiras que controlem o acesso aos dados.

Desde início de 2017 tem havido um esforço de continuidade na criação de uma imagem certificada dos computadores da GNR a colocar no domínio da RNSI, onde o acesso autorizado é realizado através de um controlador de domínio, o acesso aos recursos locais e de rede têm em conta o perfil de utilizador, os programas de software são devidamente validados tendo em conta o perfil de utilizador e a administração do parque informático é feita de forma centralizada.



## 5. COMPARAÇÃO COM O DESEMPENHO DE SERVIÇOS IDÊNTICOS

Neste ponto interessa essencialmente promover uma comparação entre serviços que executem serviços e tarefas semelhantes, quer a nível interno quer a nível externo. A nível interno, importa ter presente que, estando a Guarda inserida no Sistema de Segurança Interna nacional juntamente com outras forças e serviços de segurança, existem diversas atividades que se cruzam e se complementam. Contudo o espaço que a Guarda ocupa no Sistema de Segurança Interna e no sistema de forças nacional, por razões inerentes à sua natureza e especificidade, forçosamente se distingue das demais forças e serviços, que não sendo congéneres, partilham atribuições no domínio da segurança das populações. Pelos motivos expostos não parece possível tecer comparações concretas e fidedignas que permitam posicionar o seu desempenho relativamente às demais, até porque se tratam de realidades substancialmente diferentes não só no que respeita a funções executadas, mas também no que respeita às áreas de atuação, cobertura territorial e populacional.

Além dos factos aduzidos anteriormente, e ainda que fosse possível realizar tal comparação, não seria exequível integrá-la no presente Relatório de Autoavaliação, porquanto os resultados do desempenho dos organismos eventualmente comparáveis, são apresentados também nos seus relatórios de atividades os quais apenas em 15 de abril serão tornados públicos.

A nível externo, apesar de também a realidade ser substancialmente distinta, condicionada por fatores geográficos, cobertura territorial e populacional e fatores culturais, a existência de congéneres europeias de cariz gendármico, impõe que se estabeleçam comparações a nível da sua organização e funcionamento.

Contudo, apesar dos esforços desenvolvidos no sentido de, nesta etapa, se proceder à comparação com forças congéneres (interessando estabelecê-la com a Guardia Civil, a qual constitui, à semelhança da GNR, uma força de natureza militar e de cariz gendármico), a inexistência, à data, do Balanço da Evolução da Criminalidade do Reino de Espanha, impossibilita tal exercício. Em todo o caso, nas comparações estabelecidas nos anos anteriores, foi possível verificar que a congénere espanhola da GNR (Guardia Civil), tem observado nos últimos anos um incremento sucessivo ao nível dos seus recursos humanos bem como ao nível das dotações atribuídas através do Orçamento de Estado, que apenas em 2010 sofreu uma queda após seis anos de progressivas subidas, situação que se estende às demais forças de segurança espanholas. Nessa comparação, as forças e serviços de segurança nacionais, em particular a GNR, a situação é substancialmente diferente, verificando-se uma tendência de diminuição quer nível dos seus recursos humanos, quer ao nível das dotações atribuídas através do Orçamento de Estado.

Reportando também esta análise à comparação entre unidades homogéneas da Guarda Nacional Republicana, apesar de ter sido criado em 2011 um sistema caracterizado por um conjunto de indicadores de gestão ligados à atividade operacional, as assimetrias regionais associadas a questões de diversa ordem que caracterizam e diferenciam cada área de responsabilidade onde atuam os 20 Comandos Territoriais da GNR, não permitem por si só, desenvolver uma análise do desempenho operacional por comparação entre Unidades, sem que os fatores subjetivos se sobreponham à evidência (sempre questionável) dos resultados estatísticos.







# Capítulo IV

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS



## IV. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS, PREVISTAS E NÃO PREVISTAS NO PLANO, E RESULTADOS ALCANÇADOS

### 1. ATIVIDADE OPERACIONAL

#### 1.1. BALANÇO DA EXECUÇÃO DAS ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS PARA 2018

Relativamente a este ponto dedicamos normalmente uma análise global das ações desenvolvidas pela Guarda Nacional Republicana e que contribuíram para a Execução das Orientações Estratégicas inscritas no Relatório Anual de Segurança Interna, relativamente às medidas de âmbito estratégico nele inscritas, sem prejuízo daquelas, que pela sua natureza específica, sejam tratadas nos pontos respetivos do presente relatório (áreas recursos humanos, materiais e tecnológicos abordados nos pontos 2 – Formação de Recursos Humanos, 6 - Beneficiação de Infraestruturas e Equipamento e, por fim, 7 - Sistemas e Tecnologias de Informação, ambos situados neste capítulo.

#### 1.2. ATIVIDADE OPERACIONAL DESENVOLVIDA EM 2018

##### 1.2.1. CRIMINALIDADE GERAL

Em 2018 a Guarda Nacional Republicana (GNR) efetuou 136.738 participações de natureza criminal, o que, relativamente a 2017, representa um decréscimo de 3.015 participações, correspondendo a uma diminuição de -2,2%.

Para esta diminuição contribuíram especialmente os crimes contra a vida em sociedade (-4.290 casos), os crimes contra o património (-501 casos) e os crimes contra o estado (-36 casos).

A interpretação destes dados não pode deixar de levar em devida conta fatores que, sendo relevantes para o aumento ou o decréscimo do número de crimes, podem eventualmente não contribuir verdadeiramente para qualificar a criminalidade do país, seja por resultarem da pro-atividade das próprias Forças e Serviços de Segurança (FSS) (e.g.: condução sob o efeito de álcool ou sem habilitação legal), seja por se encontrarem umbilicalmente ligados a fatores exógenos ao sistema (e.g.: incêndios florestais).

Neste sentido, se aos números indicados, atentamente ao supra exposto, retirássemos a diminuição verificada no número de incêndios florestais (- 3613 crimes), os registos da criminalidade participada pela GNR em 2018 cifrar-se-iam ao nível dos valores registados em 2017.

Pese embora a descida da criminalidade geral, e em particular dos crimes contra o património, tal circunstância poderá não corresponder, na realidade, a uma alteração na perceção que os cidadãos têm no tocante ao sentimento de (in)segurança, devendo ser considerados outras variáveis que o influenciam, designadamente a pro-atividade e a eficácia das FSS no cumprimento das suas atribuições.



## ROUBOS EM FARMÁCIAS

*Implica a subtração de bens de uma farmácia, incluindo medicamentos, por meio de violência ou ameaça, com ou sem emprego de arma.*

Em 2018, registaram-se **14 roubos a farmácias**, verificando-se ser um dos valores mais altos dos últimos cinco anos. Especialmente, verifica-se que apenas alguns distritos registaram este tipo de ocorrências, surgindo com maior número de casos o distrito do Lisboa com 9 roubos (64,3% dos casos) e registando-se os restantes casos em Aveiro com 2 casos, Beja, Porto e Setúbal com 1 caso cada. Estes roubos foram praticados em 50% dos casos por um indivíduo do sexo masculino. Para este tipo de ilícito, alegadamente, 85,6% das ocorrências revela suspeitos com idades compreendidas entre os 20-30 anos.

Como meio de coação foram utilizadas armas brancas em 6 casos e armas de fogo em 1, sendo que quase todos os roubos (7 dos 14 casos) ocorreram entre as 19H00 e as 22H00. A segunda-feira com seis casos foi o dia da semana que registou mais ocorrências, terça e sexta-feira com dois casos cada, foram os dias da semana que registaram mais ocorrências, os restantes dias com um caso cada. Quanto ao meio de fuga utilizado, foi possível verificar que em 57,1% dos casos (8 casos) os suspeitos fugiram a pé e em 28,6% (4 casos) num veículo ligeiro, desconhecendo-se nos outros 2 casos qual o meio de fuga utilizado. Não foi efetuada qualquer detenção, nem foi registada qualquer consequência física para com as vítimas. O valor dos roubos ascendeu a €1.913,00.

## ROUBOS EM OURIVESARIAS

*Implica a subtração do património de uma ourivesaria por meio de violência ou ameaça, com ou sem emprego de arma.*

Em 2018 registaram-se **4 roubos a ourivesarias**, mantendo-se o mesmo número de crimes em relação ao ano transato (4 roubos em 2017). O distrito de Setúbal e do Porto foram os únicos distritos que registaram crimes neste tipo de ilícito, concentrando 50% das participações (2 casos cada).

Quanto aos suspeitos, verifica-se que em 50% dos casos (2 casos) este tipo de crime foi praticado por um grupo de 4 indivíduos, outros 25% praticados por um só indivíduo e os restantes 25% por um grupo de 2 indivíduos. Tendo em conta os casos que foi possível analisar (25%), este tipo de ilícito foi praticado por indivíduos com idades compreendidas entre os 20 e os 30 anos, 25% por indivíduos com mais de 40 anos, nos restantes 50% as vítimas não conseguiram afirmar qual a idade aparente dos suspeitos. Em 2 casos os suspeitos utilizaram armas branca (50%) como forma de ameaça para perpetrar o roubo, e nos restantes 2 (50%) utilizaram arma de fogo. Os suspeitos utilizaram como meio de fuga veículos ligeiros (50%), fugiram a pé (25%) ou encetaram fuga num motociclo (25%).

Face ao reduzido número de ocorrências não é possível efetuar qualquer estudo sobre a incidência mensal dos casos participados que se verificaram em março, abril, maio e outubro. Em termos de dias da semana foram verificados na segunda, quarta, quinta e sexta-feira, contabilizando 1 caso cada. No que respeita ao período horário, verifica-se que 2 das ocorrências registaram-se entre as 11H00 e as 12H00 (50%), outra entre as 15H00 e as 16H00 (25%) e a outra entre as 19h00 e as 20h00 (25%).

Na sequência destes crimes registaram-se 3 vítimas que ficaram feridas durante os roubos, não se registando qualquer detenção. Quanto aos valores roubados apenas foi possível apurar o valor de um dos roubos que ascendeu a 79.588€.

### ROUBOS EM POSTOS DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEL

Implica a subtração de bens de um posto de abastecimento de combustível, incluindo o próprio combustível, por meio de violência ou ameaça, com ou sem emprego de arma.

A GNR registou em 2018, **73 casos** de roubos em postos de abastecimento de combustíveis, o que, comparado com o ano anterior, significa uma **subida de 65,9% (+29 casos)**. Este tipo de crime revelou especial incidência nos distritos do Porto (21 casos), Aveiro (9 casos), Lisboa, Setúbal e Faro (9 casos cada), sendo estes cinco distritos responsáveis por 78 % do total dos casos verificados na ZA da GNR.

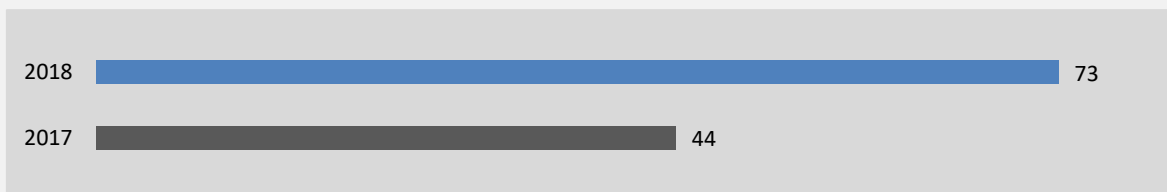


Figura 34 - Roubo a postos de abastecimento de combustíveis – totais anuais (2017-2018)

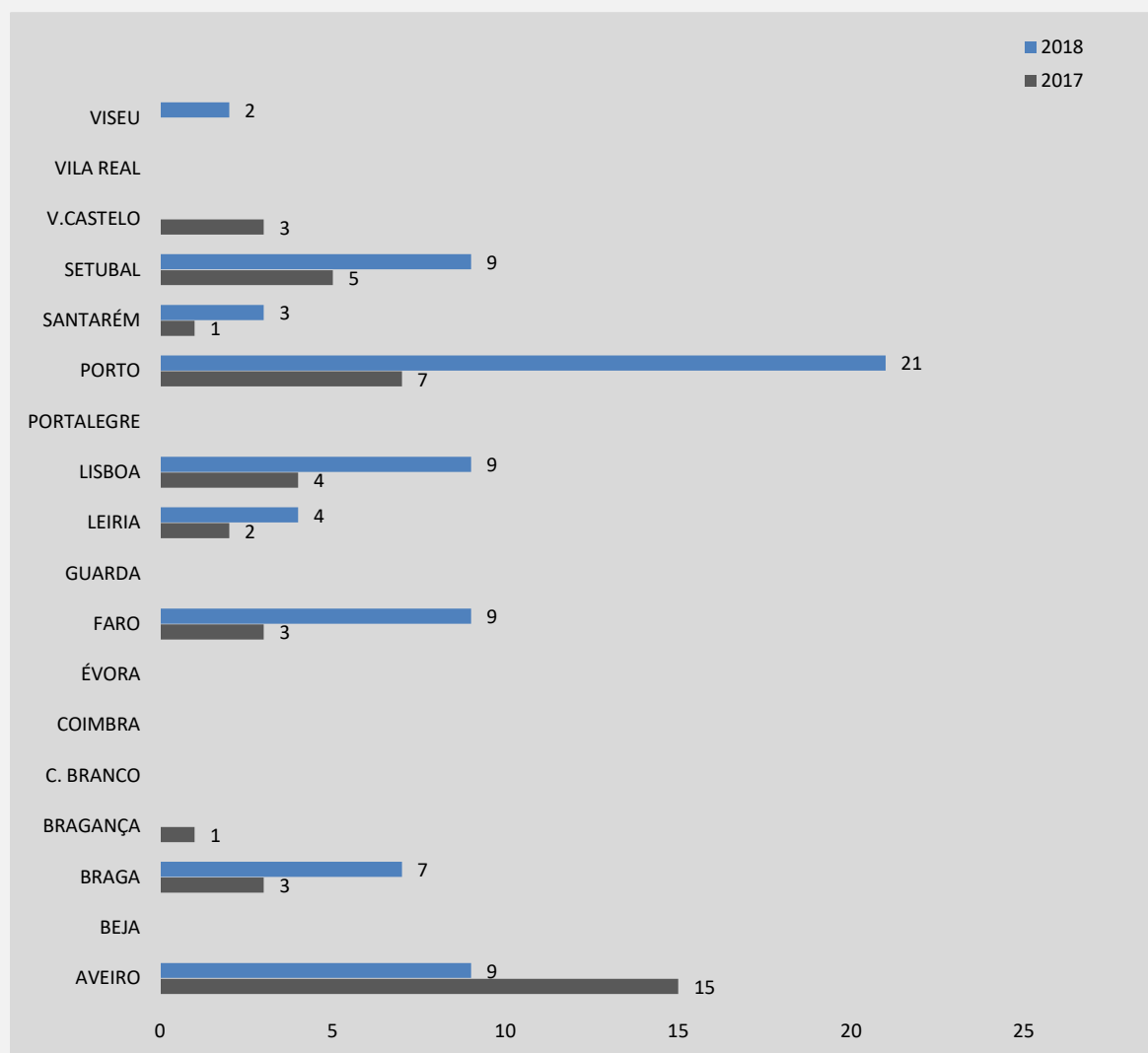


Figura 35 - Roubo a postos de abastecimento de combustíveis – por Distritos (2017-2018)



Estes crimes foram maioritariamente perpetrados por um ou dois indivíduos (75,3%), os quais atuam geralmente armados, de cara tapada e têm entre 20 e 30 anos (64,4%).

Este crime é maioritariamente perpetrado com recurso a arma de fogo (47,9% dos casos), em 37% das situações com arma branca, em 9,1% dos casos não foram utilizadas armas, e em 1,4% foram utilizadas seringas, apenas coação física ou agressões. O meio de fuga utilizado foi efetuado a pé (54,8% dos casos) ou de viatura ligeira (38,4%).

Os meses de janeiro (13) e março (12) foram os que registaram mais participações, salientando-se uma maior incidência no 1º semestre no qual se verificaram 35,7% das situações. Os dias da semana que registaram maior incidência de casos participados foram sábado com 19,2% (14 casos), seguindo-se o domingo (17,8%) e a segunda-feira (16,4%). Na maioria das situações (60,1% dos casos) o crime de roubo em postos de abastecimento de combustível teve lugar em período noturno entre as 19H00 e as 01H00.

Pela prática deste crime foi detido 1 indivíduo, havendo a registar ferimentos em seis vítimas desta atividade delituosa. Os valores roubados ascenderam a €17.334,00.

### ROUBO DE VIATURAS

*Implica sempre a subtração de um veículo motorizado por meio de violência ou ameaça, com ou sem emprego de arma.*

A GNR registou em 2018, **26 roubos de viaturas**, o que representa **uma descida de -10,3% (-03 casos)** em relação ao ano transato. No que concerne à sua distribuição espacial, os distritos mais afetados foram: Porto com 29,6% das participações (8 casos), Setúbal com 25,9% (7 casos) e Santarém com 11,1% (3 casos), sendo estes três distritos responsáveis por 66,6% do total dos casos registados na ZA da GNR:

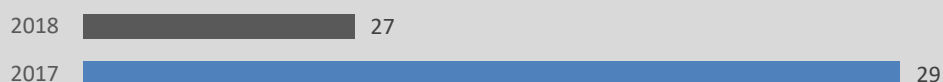


Figura 36 - Roubo de viaturas totais anuais (2017-2018)

Quanto aos autores destes roubos, constata-se que 57,7% das ocorrências foram praticados por grupos de dois ou três indivíduos e que em 30,8% dos casos apenas foi referenciado um único indivíduo.

Do valor total de ocorrências registadas, apenas em 96,2% foram indiciados suspeitos. Nestas, verifica-se que a idade dos suspeitos se situa, predominantemente, na faixa etária dos 20 aos 40 anos (69,2%). Os meios de coação mais utilizados na prática do roubo de viaturas foram a coação física (44,4% dos casos), seguida do uso da arma branca (29,6% dos casos) e de arma de fogo (18,5% dos casos).

Relativamente à distribuição mensal, observa-se que os meses de dezembro, agosto e junho (4 casos cada) foram aqueles em que se verificaram mais roubos de viaturas. Quanto à distribuição por dias da semana, verifica-se que sábado com 6 casos, quarta-feira com 5 casos e a quinta e sexta-feira com 4 casos cada, foram os que registaram maior número. Não sendo

possível estabelecer um parâmetro de horários como em anos anteriores, salientam-se os períodos 22H00/23H00 e 00H/01H00 (3 ocorrências cada).

Foram efetuadas duas detenções por este tipo de ilícito, tendo-se registado ferimentos em 5 vítimas desta atividade delituosa. Os valores roubados ascenderam a €102.760,00.

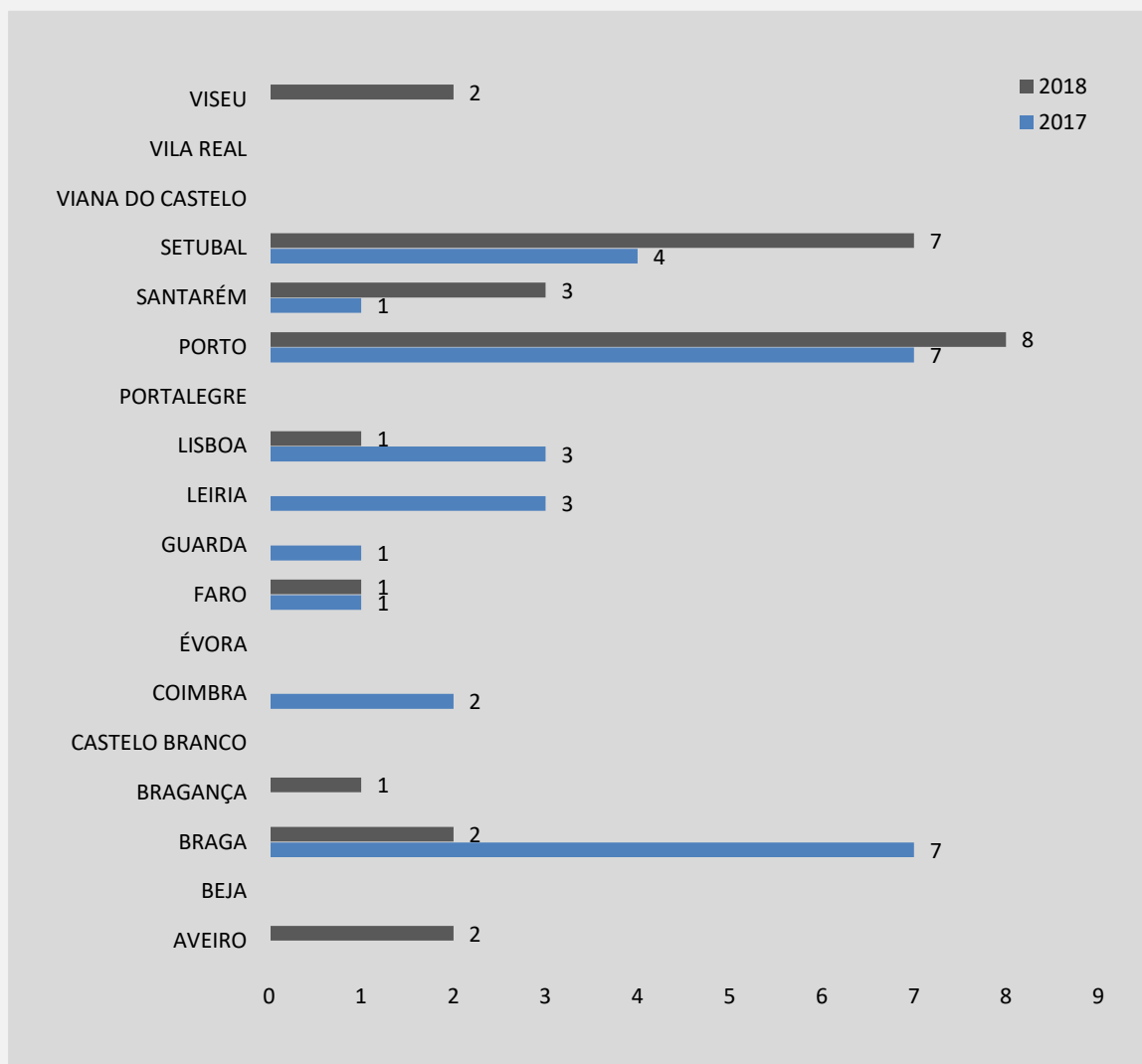


Figura 37 - Roubo de viaturas – por Distritos (2017-2018)

### FURTO DE VIATURAS

*Implica a subtração de um veículo motorizado, agindo com ilegítima intenção de apropriação, sem o recurso a violência ou ameaça.*

No que concerne ao furto de viaturas, a GNR registou em 2018 na sua ZA 3.732 casos, verificando-se uma descida de -41 casos (-1,1%) no número de veículos furtados face aos registos de 2017.



Por outro lado, também em 2018, a Guarda recuperou 2.157 veículos, menos 821 que em 2017, a que corresponde uma taxa de recuperação de viaturas -22,7% em 2018.

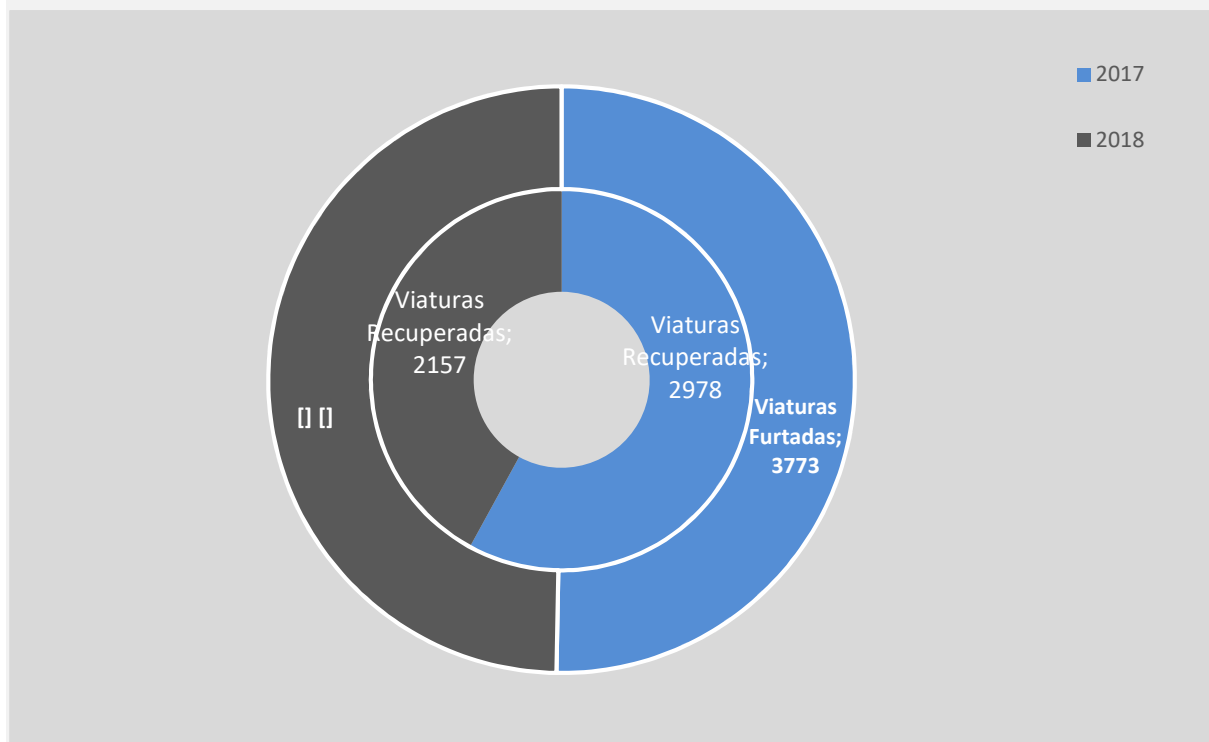


Figura 38 - Furto de viaturas/viaturas recuperadas (2017-2018)

### ROUBO EM RESIDÊNCIAS

*Implica sempre a subtração de bens do interior de uma residência e/ou anexos por meio de violência ou ameaça, com ou sem emprego de arma.*

A GNR registou em 2018 na sua ZA **211 casos de roubos em residências**, verificando-se uma **subida de 8,7%** em relação a 2017 (27 casos). De realçar que 55,4% dos crimes de roubo em residência (125 casos) foram perpetrados contra idosos.

Este tipo de crime revelou especial incidência nos distritos do Porto (36 casos), Faro (31 casos), Aveiro (25 casos), Setúbal (24 casos), Leiria (21 casos) e Braga (17 casos), sendo estes 6 distritos responsáveis por cerca de 73% do total das participações.



Figura 39 - Roubo a Residências – totais anuais (2017-2018)

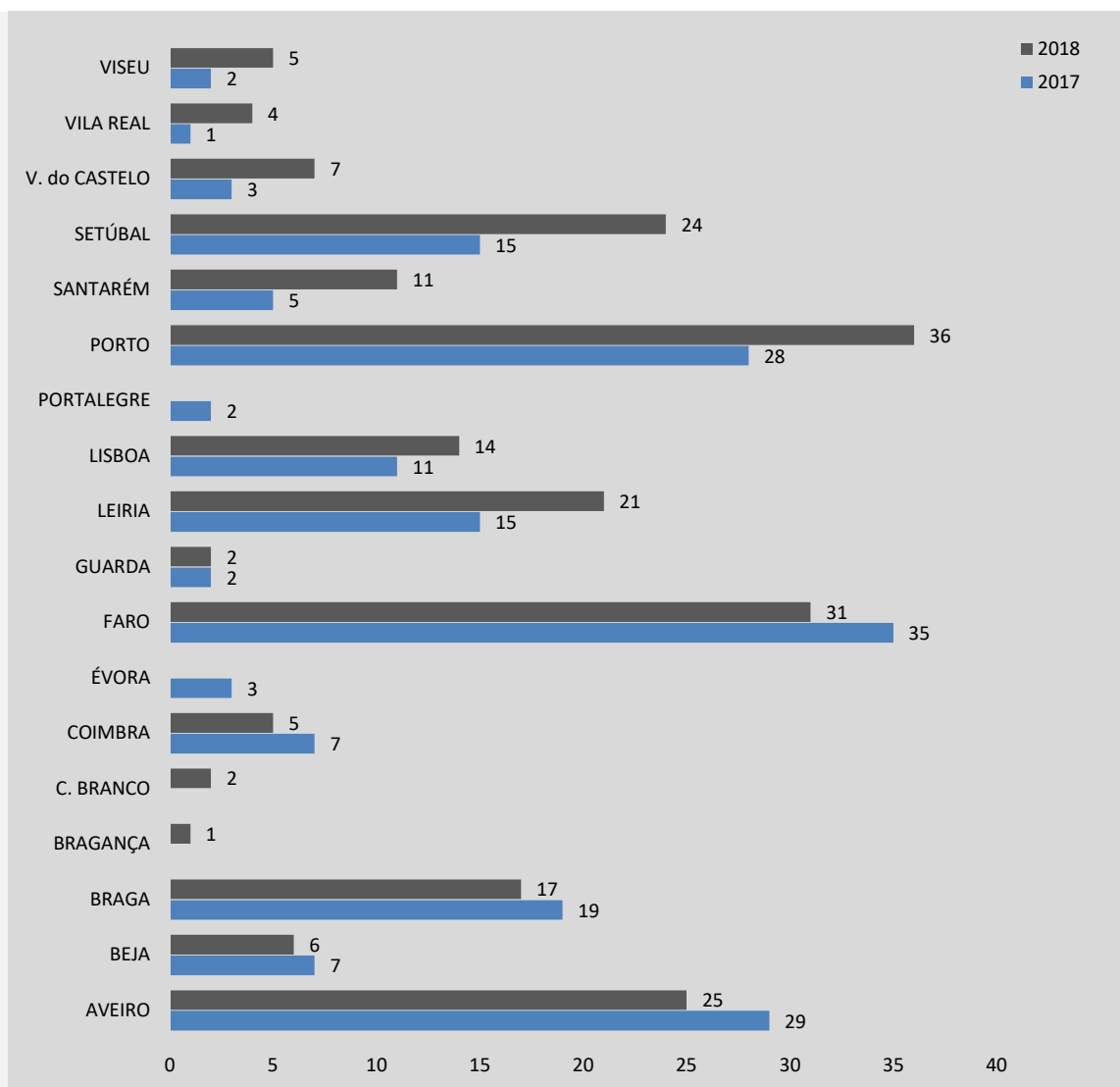


Figura 40 - Roubo a Residências – por Distritos (2017-2018)

Os municípios de Almada (10 casos), Santa Maria da Feira (9 casos) e Leiria (7 casos) foram os que registaram maior número de ocorrências neste tipo de ilícito.

Com base na informação disponível para 96,2% das ocorrências, observa-se que em 38,9% dos casos o crime foi praticado por dois indivíduos e que em cerca de 26,1% das situações o foi por um único indivíduo. Apurados dados sobre os autores em 73,9% dos casos, constata-se que em 52,1% das situações o crime foi praticado por indivíduos na faixa etária dos 20 aos 30 anos. A coação física foi o meio mais utilizado na prática do crime de roubo em residência (64% dos casos), seguido da arma branca (17,1%) e de arma de fogo (14,2%). Tendo sido possível apurar o meio de fuga em 70,6% das situações, constata-se que as fugas a pé (47,9%) e em veículo ligeiro (22,7%) foram as mais comuns.

Relativamente à distribuição mensal deste tipo de crime, observa-se que os meses de setembro (29 casos), janeiro (21 casos) e março (20 casos) se destacaram pelo número elevado de registos.





A maior incidência de casos verificou-se às terças-feiras (41 casos), seguindo-se as sexta-feira (32 casos). O período entre as 09H00 e as 16H00, foi aquele em que se registou maior número de roubos em residência (86 casos).

Pela prática deste crime foram detidos pela GNR 6 suspeitos, tendo sido registados ferimentos em 52 vítimas e 1 morto (veio a falecer uns dias depois no hospital). Os valores roubados ascenderam a €823.711,00.

### ROUBO A TRANSPORTE DE VALORES

*Implica a subtração dos bens transportados em meio de transporte de valores por meio de violência ou ameaça, com ou sem emprego de arma.*

A GNR registou, em 2018, 4 roubos a veículos de transporte de valores, tendo-se verificado um acréscimo de 2 ocorrências em relação ao ano transato (100%), não existindo dados que substanciem este acréscimo. Quanto à distribuição geográfica, 2 ocorrências foram registadas no distrito de Braga (Vizela e Fafe), 1 no distrito Porto (Paredes) e a outra no distrito de Setúbal (Almada).

Os três roubos foram efetuados por grupos de dois indivíduos, que se apresentaram encapuzados e armados com armas de fogo e em todos os casos encetaram fuga do local numa viatura ligeira.

Quanto à análise temporal das ocorrências, verificou-se em fevereiro 2 casos, maio e agosto 1 caso cada, relativamente aos dias da semana domingo, segunda-feira, quarta-feira e sábado, entre as 09H00 e as 11H00 (3 casos) e 16H00 e as 17H00 (1 caso).

Em todas as situações os roubos ocorreram quando os funcionários das empresas de segurança se encontravam a efetuar o transporte dos sacos de dinheiro no exterior das viaturas, num dos casos para carregar uma caixa ATM, duas na situação de recolha do dinheiro de um estabelecimento. Desconhece-se os valores roubados pois não foi revelado.

Pela prática deste crime não foram efetuadas detenções pela GNR, nem registados ferimentos em vítimas. Os valores roubados são desconhecidos.

### FURTO A ATM

*Implica a subtração ou tentativa de subtração do dinheiro acondicionado em ATM.*

A GNR registou em 2018 um total de **10 casos de furto/roubo a ATM**, verificando-se, assim, **uma descida de -89,6%** em relação ao ano transato. Os distritos de Faro (3 casos), Porto e Lisboa (2 casos cada), Braga e Portalegre (1 caso cada), foram os distritos que registaram este tipo de ocorrências.

Não foi possível apurar informação sobre o número de autores em 60% das situações, embora a experiência acumulada aponte para um número de três a quatro indivíduos por ocorrência. O meio mais utilizado para efetuar os furtos/roubos foi o arrombamento com explosão por recurso a gás. Nos casos em que existe informação (90%), o meio de fuga utilizado foi o veículo ligeiro (30%).

Os meses de junho (3 casos) e fevereiro (2 casos) foram os que registaram o maior número de situações. A quinta e sexta-feira foram os dias da semana com maior número de crimes registados (3 casos cada), seguidos da segunda-feira (2 casos). Em 90% dos casos este tipo de crime foi praticado no período noturno/madrugada (das 02H00 às 08H00):

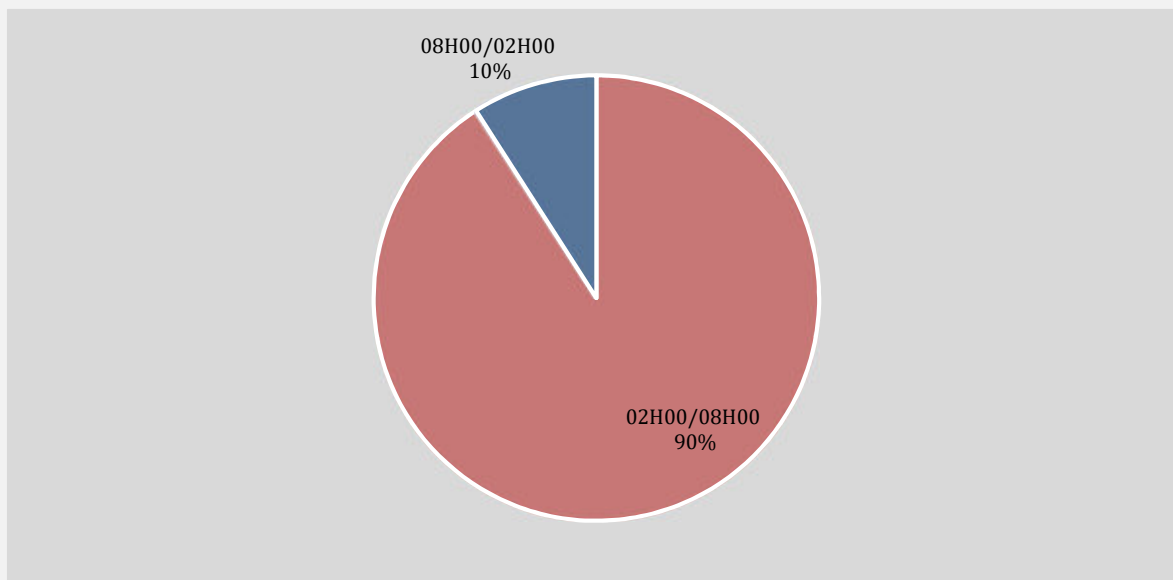


Figura 41 - Furto/roubo de ATM – Horário das ocorrências (2018)

Não foi efetuada qualquer detenção por este tipo de ilícito, por parte da GNR nem se registaram vítimas. Os valores furtados/roubados não foram revelados pelas entidades responsáveis pelos ATM.

### FURTO DE METAIS NÃO PRECIOSOS

*Implica o furto de cobre, alumínio e outros metais não preciosos, destacando-se as redes elétricas e telefónicas, sinais de trânsito, da via pública, de residências e de explorações agrícolas ou industriais.*

A GNR registou em 2018 um total de **1.850 furtos de metais não preciosos**, o que representa uma **diminuição de -8,05%** em relação a 2017 (2.297 casos).

O furto de metais não preciosos registou maior incidência nos distritos de Setúbal (322 crimes), Leiria (263) Aveiro (254), Coimbra (153), Porto (135) e Viseu (125), tendo-se registado nestes seis distritos cerca de 67,7% do total das participações.



Figura 42 - Furto de metais não preciosos – por anos (2017-2018)

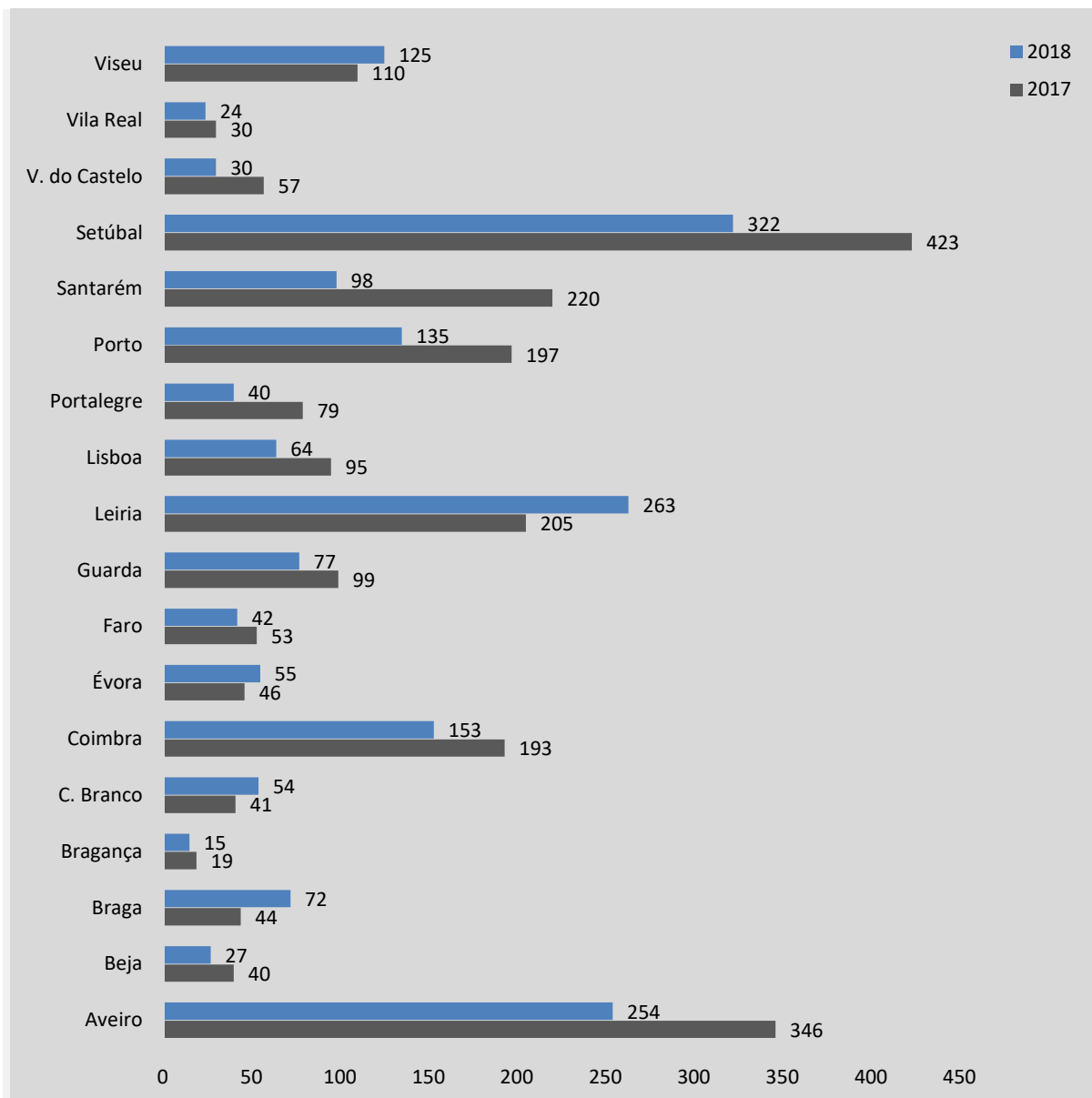


Figura 43 - Furto de metais não preciosos – por Distrito (2017-2018)

Os concelhos de Setúbal, Leiria, Palmela, Santa Maria da Feira, Sesimbra e Seixal foram os que registaram o maior número de ocorrências.

Os elementos recolhidos não permitem efetuar a caracterização dos autores deste tipo de ilícitos.

Este crime teve uma particular incidência no primeiro semestre, como podemos verificar no gráfico seguinte, atingindo-se os valores mais baixos nos últimos meses do ano.



Figura 44- Furto de metais não preciosos – evolução (2018)

Quanto à distribuição pelos dias da semana, o maior número de casos ocorreu nos dias úteis. Segunda (20,3%), terça (17,2%), quarta (16,9%), quinta (14,3%) e sexta (15,9%). Relativamente à tipologia das vítimas deste tipo de crime, 63,9% são pessoas coletivas e 35,2% são pessoas singulares.

O tipo de metal mais furtado foi o cobre (61,7%), seguido, a larga distância, do ferro (12,8%), como se demonstra no gráfico seguinte:

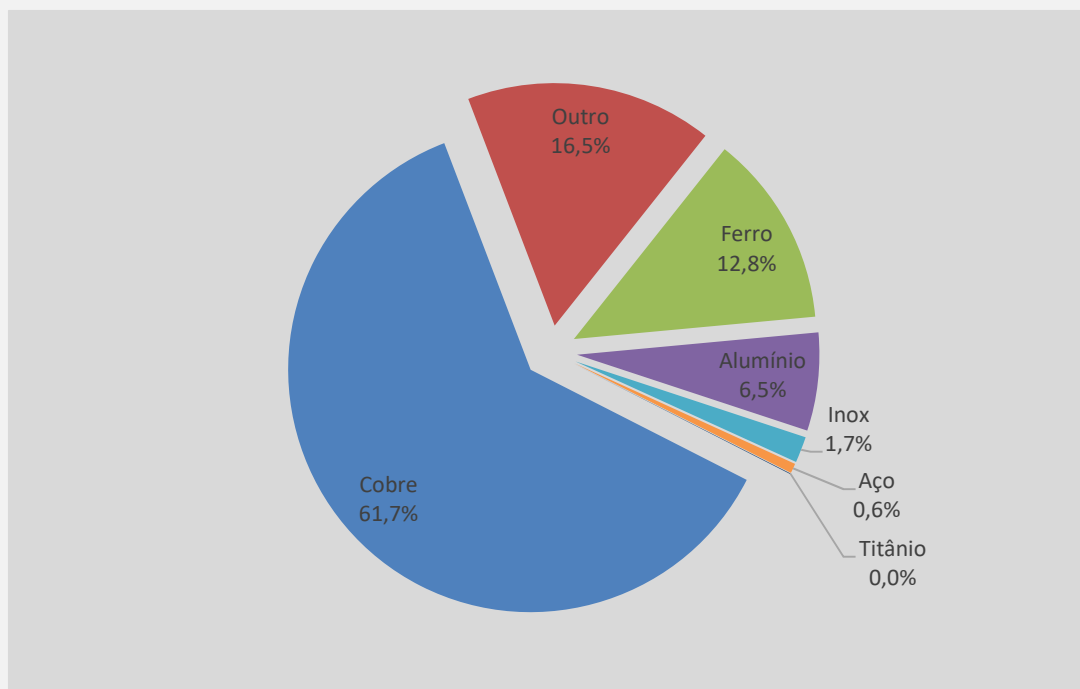


Figura 45 - Furto de metais não preciosos por tipo de metal (2018)

Pela prática do crime de furto de metais não preciosos foram detidos, ao longo do ano pela GNR, 35 suspeitos. Os valores do material furtado ascendem a €2.589.358,34.



**ILÍCITOS EM AMBIENTE ESCOLAR**

Da atividade desenvolvida pela Guarda no âmbito do Programa Escola Segura, destaca-se a elaboração, no ano letivo de 2017/2018, de 1.373 ocorrências em ambiente escolar, incluindo os estabelecimentos de ensino público, particular e cooperativo. Destes, 700 foram de natureza criminal. O número de ocorrências no ano letivo 2017/2018 sofreu um decréscimo de 5,8 % (- 85 casos) em relação ao ano letivo 2016/2017.

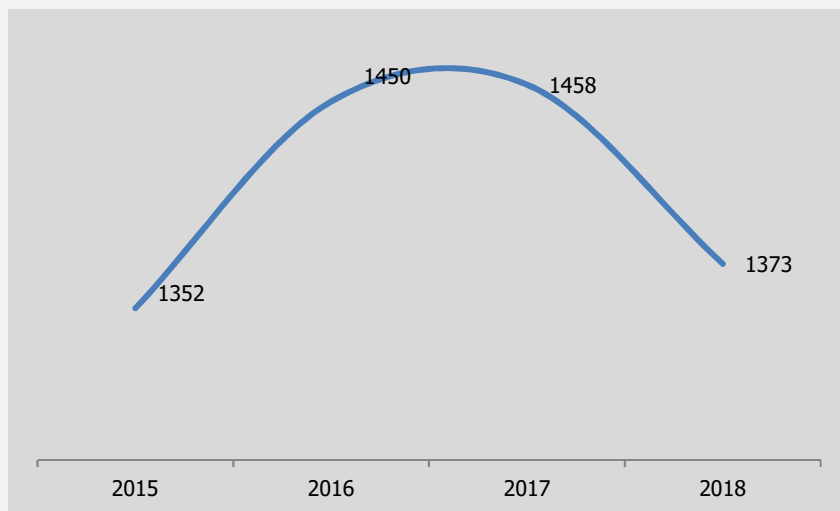


Figura 46 - Total participações

No que respeita ao local das ocorrências de natureza criminal, cerca de 62,5 % tiveram lugar no interior dos estabelecimentos de ensino:

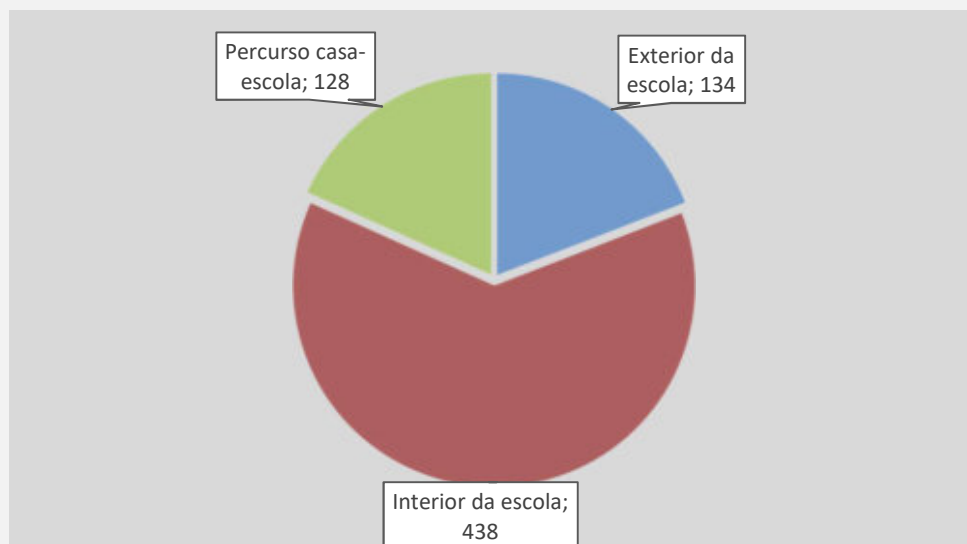


Figura 47 - Local das ocorrências criminais (2017/2018)

Da análise do total das participações infere-se que as ofensas à integridade física (236) e os furtos (113) são os casos mais frequentes, enquanto as ofensas sexuais (32), posse e uso de arma (12), as ameaças de bomba (2) e os roubos (6) foram os menos verificados.

No que respeita aos ilícitos verificados no interior das escolas, o gráfico seguinte ilustra esta realidade:

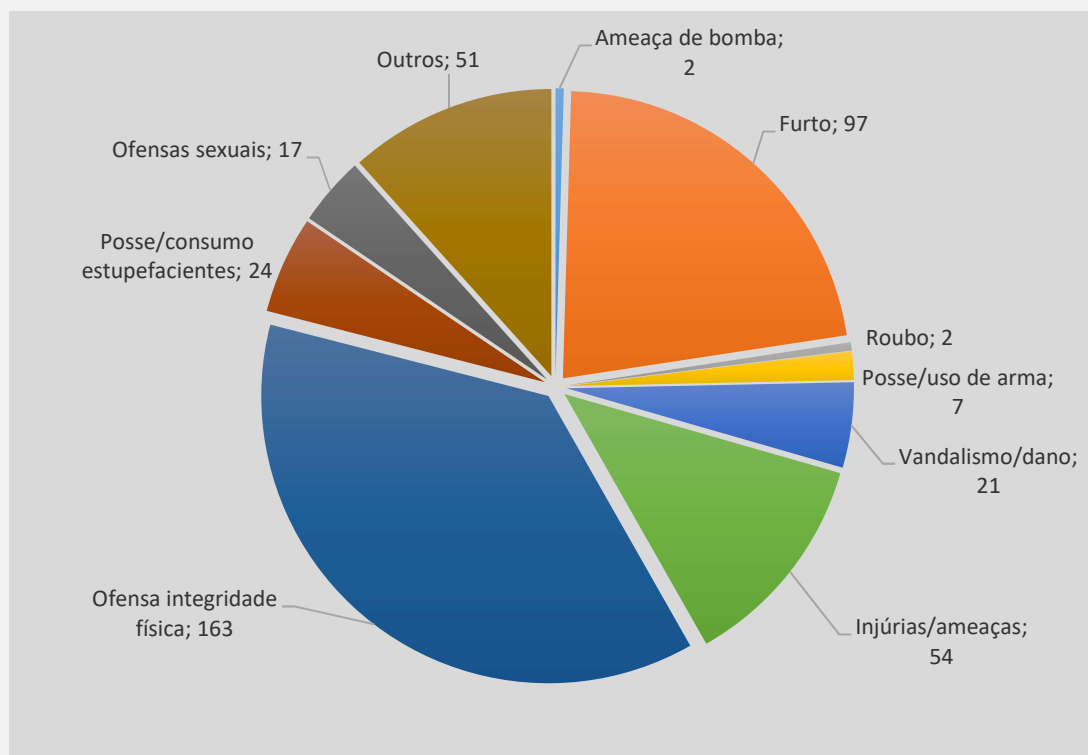


Figura 48 - Tipo de ocorrências no interior da escola (2017/2018)

Já no exterior dos estabelecimentos de ensino (perímetro envolvente até aos 50 metros), nomeadamente no perímetro envolvente, as ocorrências verificadas encontram-se discriminadas no gráfico que se segue:

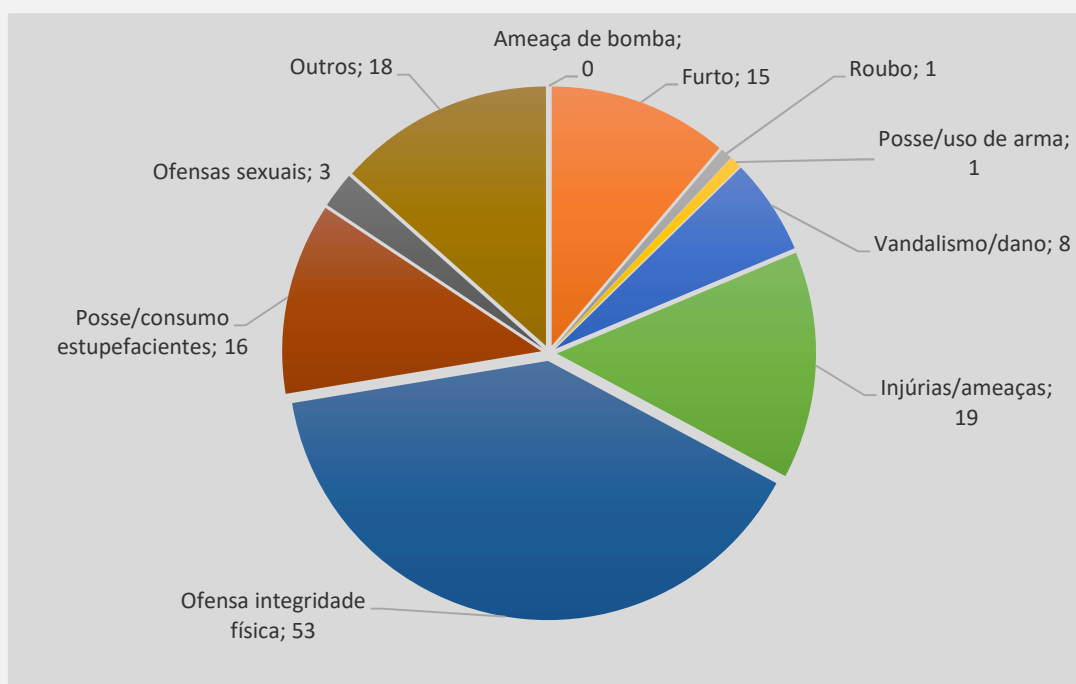


Figura 49 - Tipo de ocorrências no exterior da escola (2017/2018)



No exterior das escolas a ofensa à integridade física assume-se como o ilícito mais frequente e o roubo como o menos frequente.

No percurso entre a casa e a escola, os alunos foram mais sujeitos a outros crimes (38 ocorrências) e a Posse/consumo de estupefacientes (31 casos).

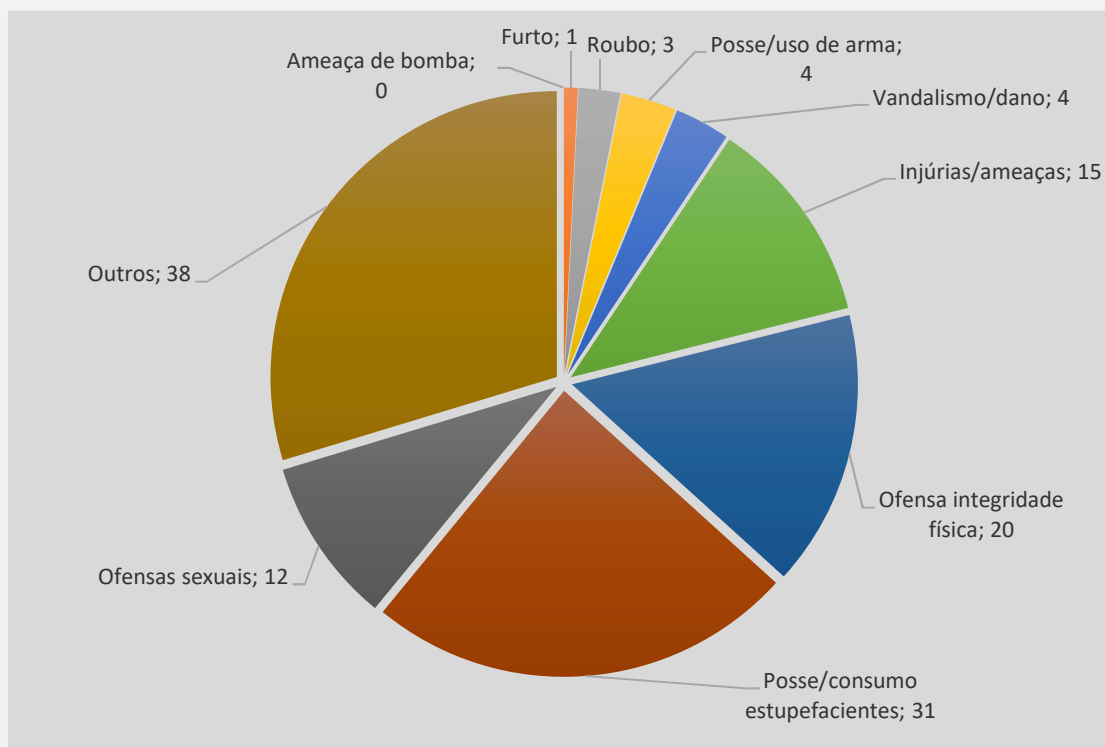


Figura 50 - Tipo de ocorrências no percurso casa – escola (2017/2018)

Uma outra análise é a relativa à área do país onde este tipo de casos mais acontece, conforme distribuição geográfica (por Distritos), dos ilícitos em ambiente escolar como consta dos gráficos seguintes:

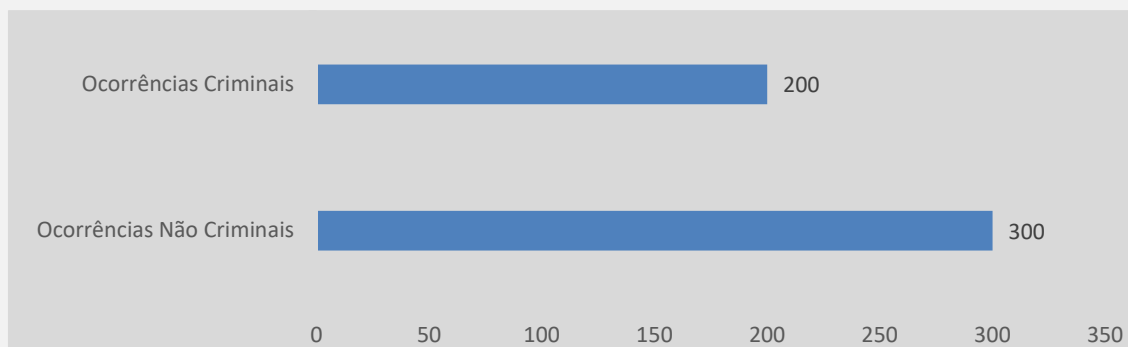


Figura 51 – Ocorrências totais 2017/2018 (criminais e não criminais)

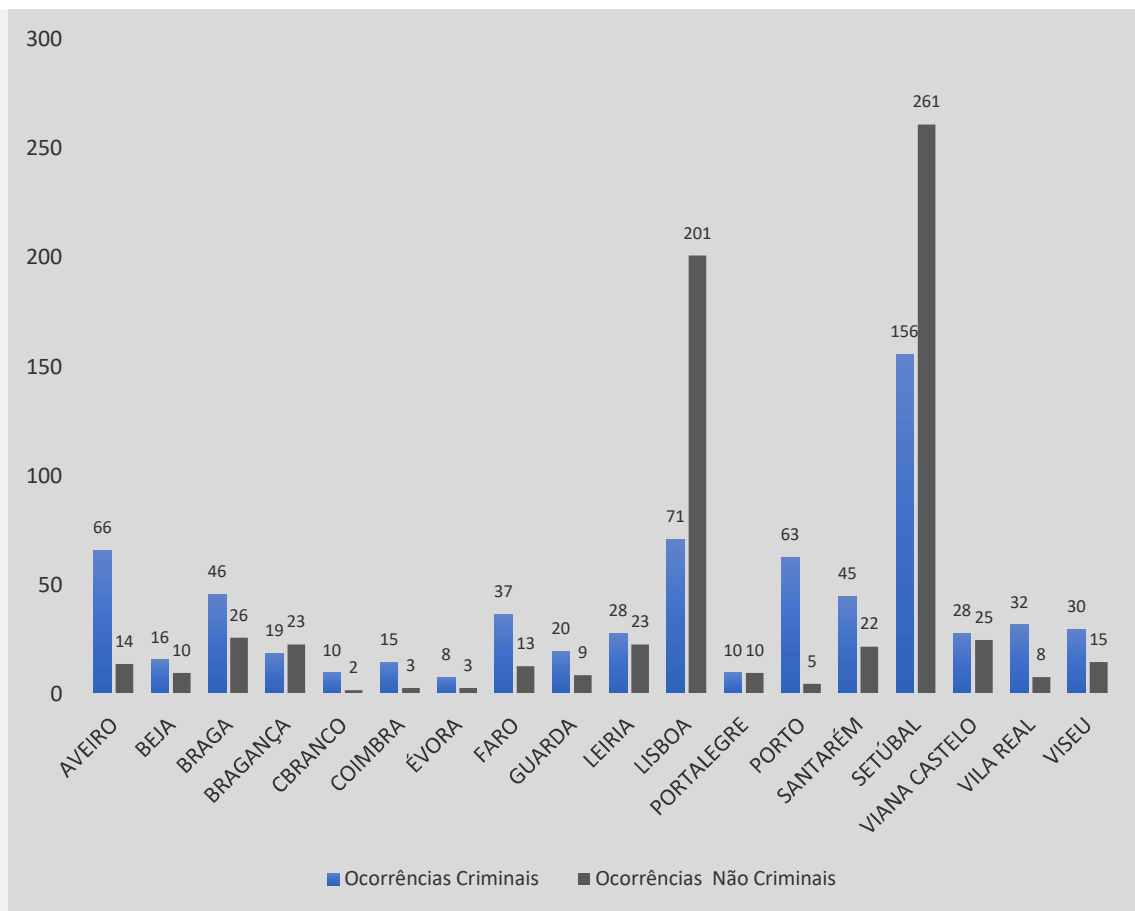


Figura 52 – Ocorrências totais por Distrito

O distrito que registou mais participações de ilícitos criminais, em 2018, foi o de Setúbal. O distrito que registou maior número de ilícitos não criminais foi também o de Setúbal, sendo este o distrito que apresenta, na globalidade, maior número de ocorrências em ambiente escolar.

#### CRIMINALIDADE GRUPAL E DELINQUÊNCIA JUVENIL

A GNR registou em 2018 um total de 904 casos de criminalidade grupal, verificando-se uma descida de -9,28% (-70 casos) em relação a 2017 (974 ocorrências).

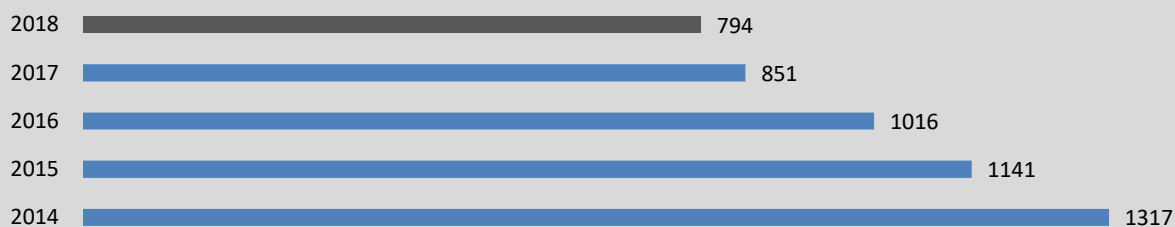


Figura 53 - Criminalidade Grupal – Evolução a 5 anos



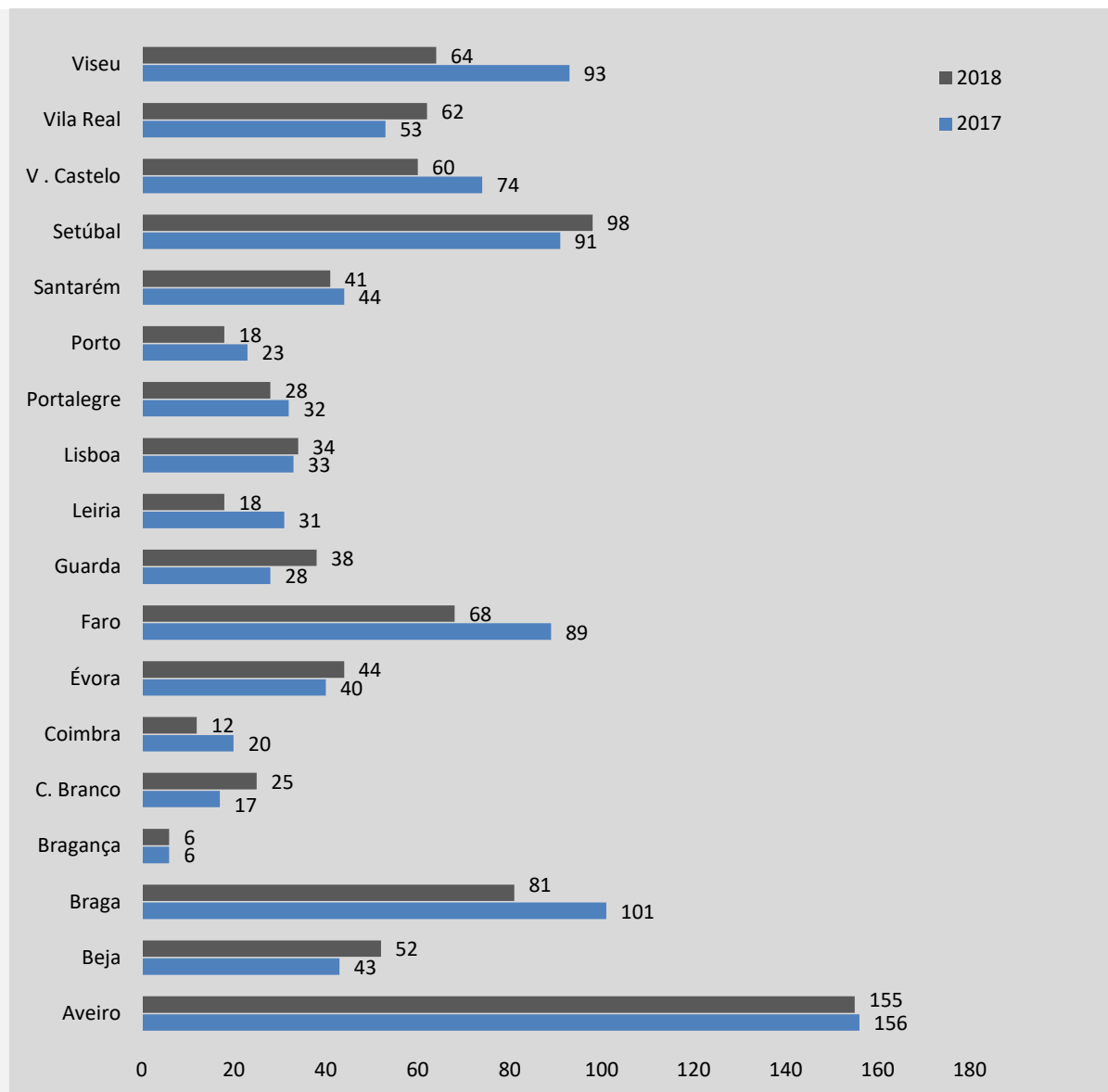


Figura 54 - Criminalidade Grupal – Por distritos (2017-2018)

No que se refere à criminalidade juvenil, verificou-se uma ligeira descida de - 57 ocorrências, significando uma variação de - 6,70%.

Assim em 2018 foram registados 794 crimes respeitantes à Criminalidade Juvenil, contra os 851 casos verificados em 2017. Esta descida está relacionada com as descidas verificadas do número de Crimes Contra as Pessoas (-56 crimes), nos Crimes Contra a Vida em Sociedade (-6 crimes) e nos Crimes Contra o Estado (-1 crimes).

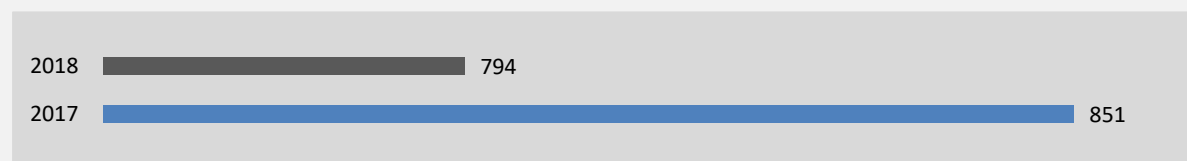


Figura 55 - Criminalidade Juvenil – totais anuais (2017-2018)

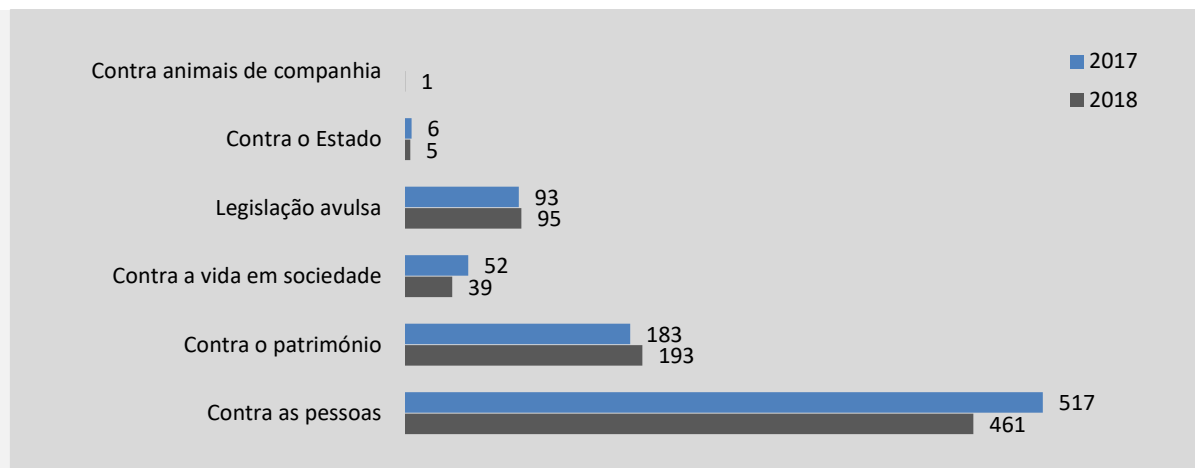


Figura 56 - Criminalidade Juvenil – Por tipologia criminal (2017-2018)

### INCÊNDIOS FLORESTAIS

Os incêndios florestais constituem um flagelo para a floresta em Portugal. Para a prossecução dos grandes objetivos estratégicos do Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI), promulgado em 2006, o Governo estabeleceu um conjunto de metas cuja concretização envolve o empenho de todas as entidades com responsabilidades no Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, visando globalmente e num horizonte temporal de 2012 a 2018 a redução da área ardida para valores equiparáveis à média dos países da bacia mediterrânica.

Para a prossecução dos objetivos referidos, durante o ano de 2018 foram acionados meios humanos e materiais visando a proteção da floresta e prevenção de incêndios, com base na Diretiva Operacional Nacional (DON) n.º 2/DECIF de 2018, da Autoridade Nacional de Proteção Civil, onde se estabeleceu o conceito estratégico do Dispositivo Nacional de Combate a Incêndios para o ano de 2018, procurando assegurar-se a mobilização, prontidão, empenhamento, articulação e gestão dos meios e recursos, tendo em vista garantir um elevado nível de eficácia no combate aos incêndios florestais em todo o território nacional.

No âmbito da Defesa da Floresta Contra Incêndios, integrada operacionalmente no Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios, foram registados 6.273 crimes contra os 9.889 crimes de incêndio registados em 2017. Foram efetuadas 100 detenções durante 2018 (65 detidos em 2017), tendo sido elaborados 8.334 autos em 2018 por contraponto com os 4.651 autos de contraordenação em 2017 e realizadas 49.928 ações de patrulhamento e vigilância da floresta.

Foram registadas 12.637 ocorrências de incêndios florestais (21.460 em 2017), das quais resultou uma área ardida de 44.828,37 hectares (581.721,90 em 2017), sendo que dessas ocorrências, foram investigadas 10.602 (84 % das ocorrências).

Analisando os dados do Sistema de Gestão de Incêndios Florestais, verifica-se que a área ardida em 2018 (44.828,37 ha) foi consideravelmente inferior a 2017 (581.721,90 ha).

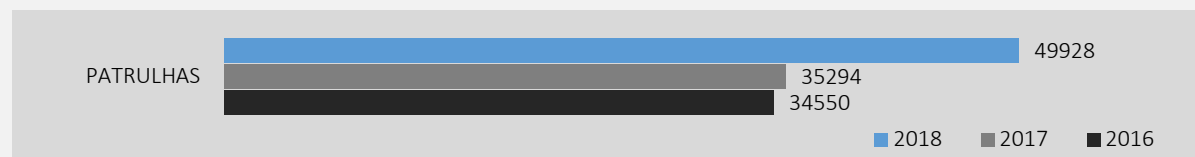
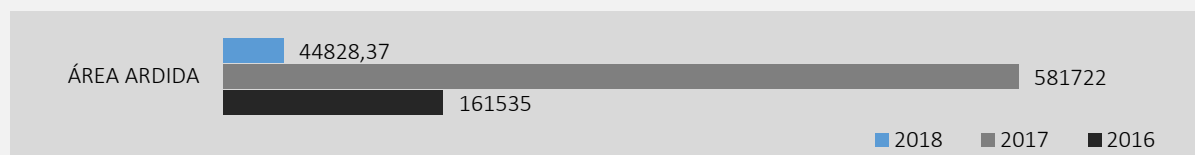
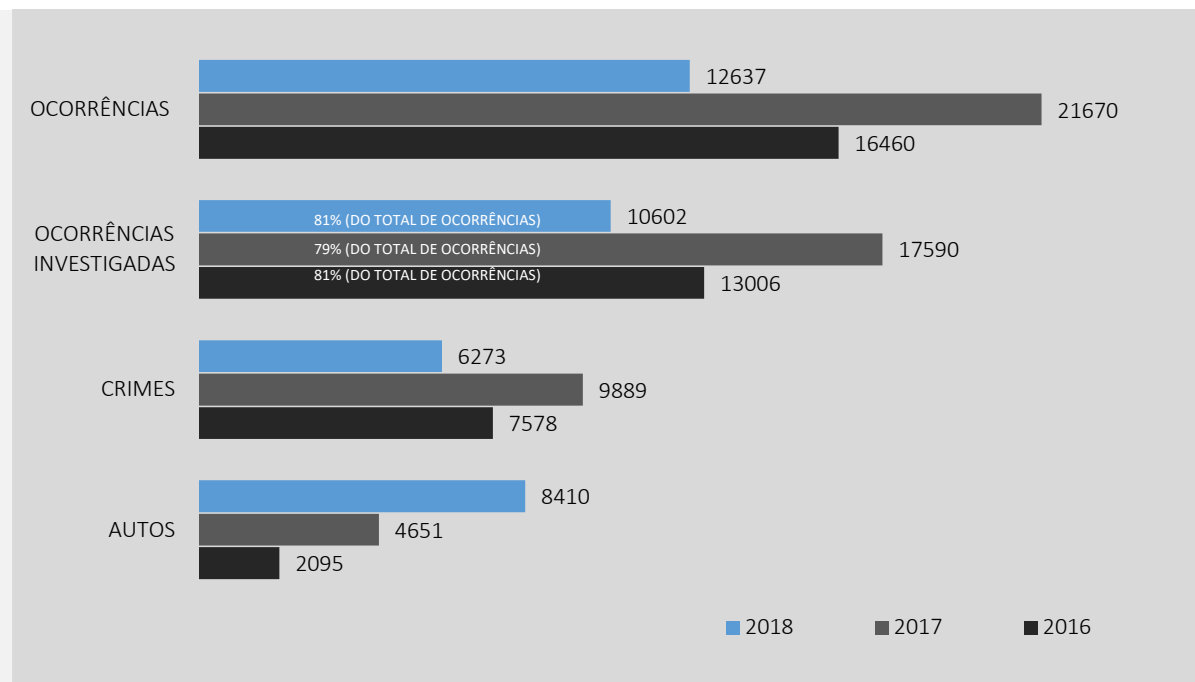


Figura 57 – Resultados atividade operacional na área de incêndios florestais

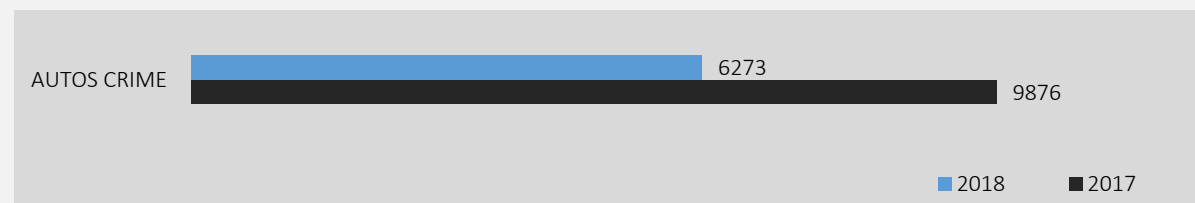


Figura 58 - Resultados das ações de vigilância na DFCI - Autos Crime de Incêndio (totais anuais)

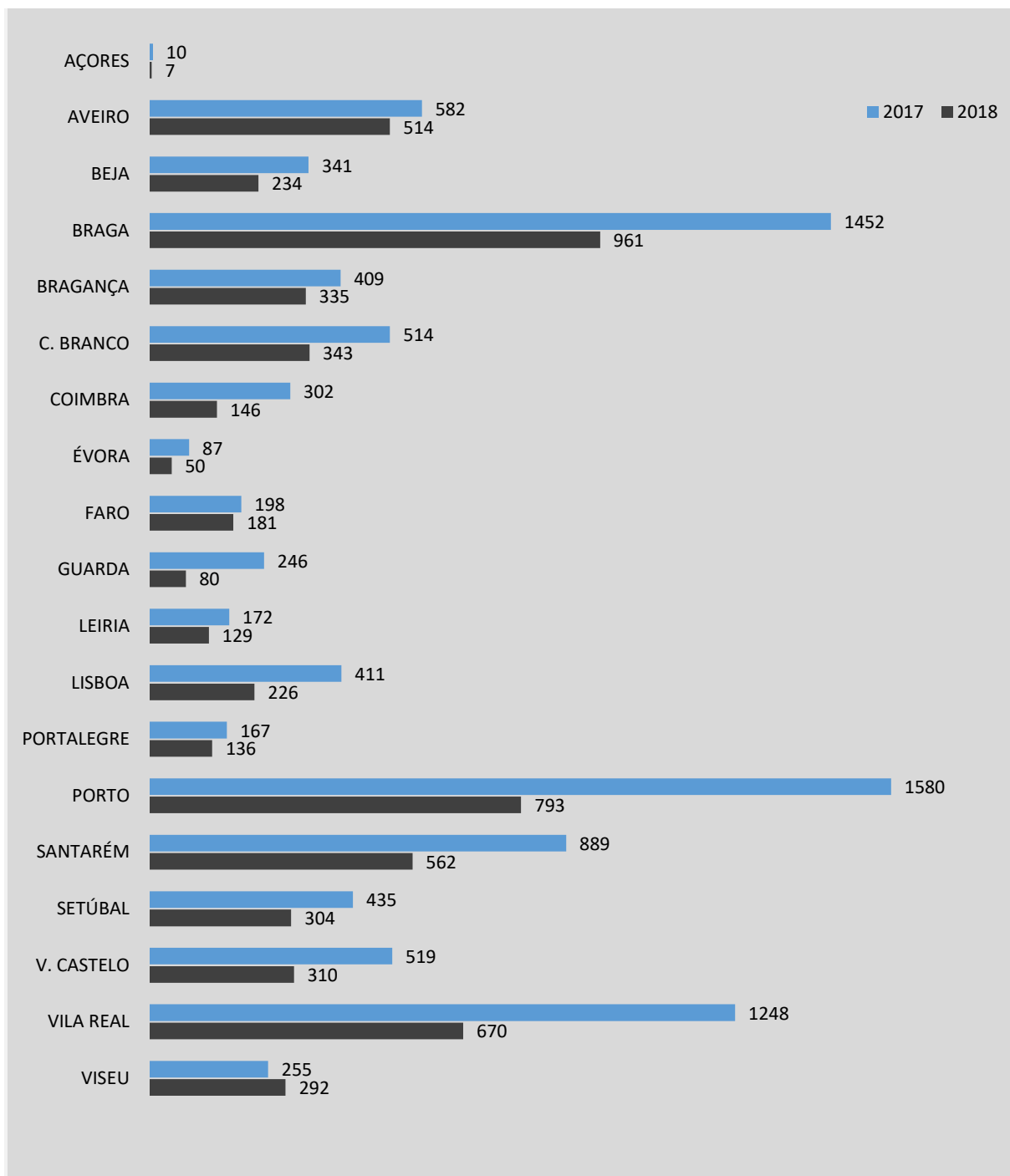


Figura 59 - Resultados das ações de vigilância na DFCA - Autos Crime de Incêndio (detalhe por distritos)

### COMBATE E PREVENÇÃO A INCÊNDIOS FLORESTAIS

O Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro teve um empenhamento no âmbito do combate e proteção da floresta contra incêndios, que se materializou num total de 4108 ocorrências/ saídas de equipas helitransportadas em Ataque Inicial e um total de 267 ocorrências / saídas de equipas helitransportadas em Ataque Ampliado.

Para além do empenhamento dos meios e das equipas aéreas, existiu ainda 214 saídas de equipas terrestres em Ataque Inicial e um total de 38 saídas das equipas terrestres para Ataque Ampliado



No total existiram 4375 saídas helitransportadas em ATI e ATA e um total de 252 saídas de equipas terrestres, também em ATI e ATA.

Ainda neste âmbito, o GIPS efetuou 7892 patrulhas terrestres para prevenção e fiscalização.

Fruto do trabalho desenvolvido foi verificado um total de 9 ocorrências criminais de variada tipologia e natureza, culminando com um total de 2 detenções. Foram levantados 145 autos de contraordenação, de âmbito rodoviário e 443 autos de contraordenação, no âmbito do Decreto-Lei n.º 124/2006, 28 de junho (Sistema de Defesa e Floresta Contra Incêndios) e no âmbito do serviço policial mais de 454 autos de contraordenação.

**INVESTIGAÇÃO DAS CAUSAS DE INCÊNDIOS FLORESTAIS**

No gráfico seguinte, de acordo com os dados obtidos no Sistema de Gestão de Incêndios Florestais, é possível constatar que a GNR tem mantido níveis de eficiência na investigação de causas de incêndio na ordem dos 80%, nomeadamente a partir de 2013.

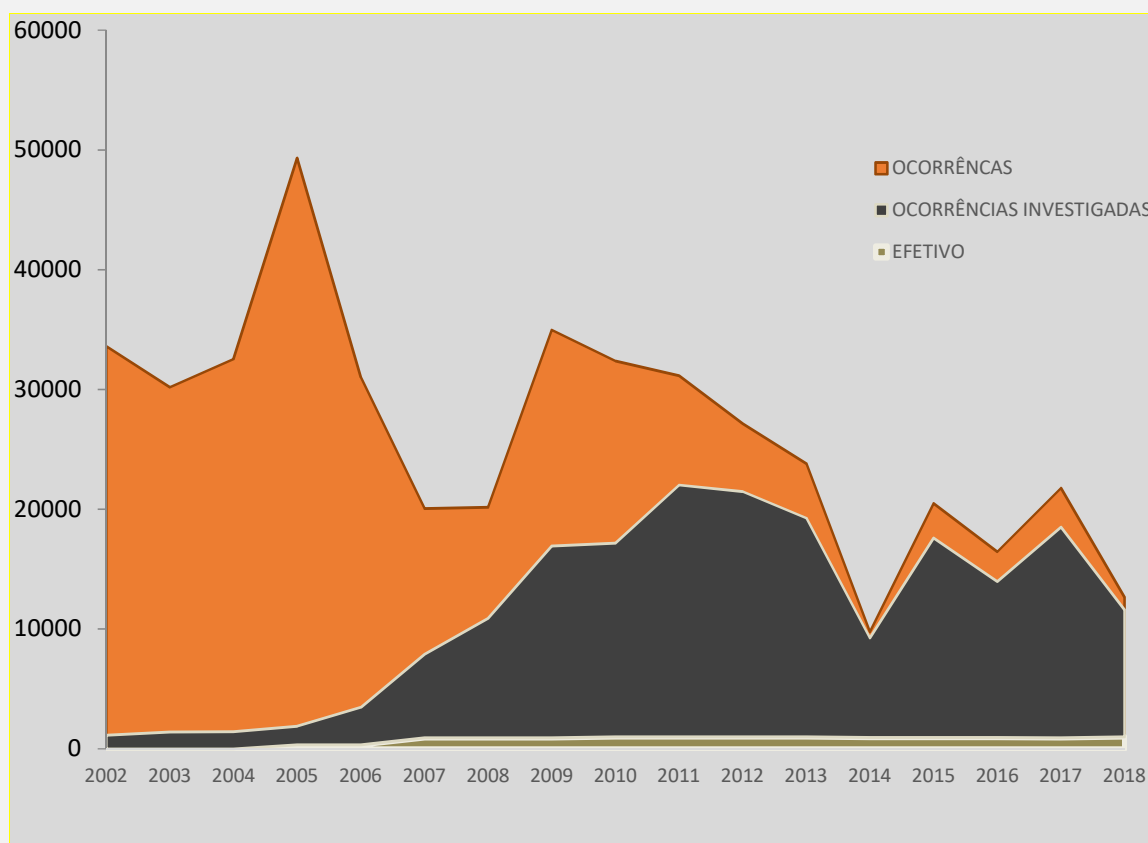


Figura 60 – Evolução das Taxas de investigação das causas de incêndio



### 1.2.2. PREVENÇÃO

A prevenção constitui-se como uma das formas mais eficazes de atuação no que concerne à minimização do sentimento de insegurança da população, pelo que, a Guarda continua a dedicar-lhe uma parte muito importante das suas capacidades e meios operacionais.

### 1.2.3. PROGRAMAS GERAIS DE PREVENÇÃO E POLICIAMENTO

A GNR tem vindo a destacar-se pelo trabalho desenvolvido no âmbito dos Programas Especiais de Prevenção e Policiamento (PEPP), os quais são orientados para o policiamento de proximidade e segurança comunitária, dedicando-lhe em exclusivo meios e efetivos significativos. Estão afetos em exclusividade aos Programas Especiais 354 militares, constituídos em 85 Seções de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário (SPC) que dependem organicamente do dispositivo territorial da Guarda. Os efetivos das SPE têm à sua disposição 130 viaturas ligeiras e 27 motocicletas e, sempre que necessário, são reforçados e apoiados pelos efetivos de outras subunidades e valências da GNR.

O policiamento de proximidade, entendido no seu sentido mais amplo como um modelo de policiamento que implica a aproximação às populações e o envolvimento destas na resolução dos seus próprios problemas de segurança, continuou, à semelhança de anos anteriores, a ser uma das apostas estratégicas da Guarda em matéria de prevenção e combate à criminalidade. Fruto da sua ímpar dispersão territorial, do seu conhecimento das pessoas dos lugares e dos contextos sociais, e do reconhecimento da sua ação ao nível do apoio às populações, especialmente às mais carenciadas ou vítimas de qualquer espécie de violência e/ou discriminação, a Guarda continuou a desenvolver os Programas Especiais, enquadráveis neste conceito de policiamento de proximidade, direcionado para a resolução dos problemas, tendo sido chamada a integrar inúmeras parcerias de âmbito local, nomeadamente nas áreas da violência doméstica, do apoio a crianças e jovens em risco, do apoio e proteção a idosos e do combate à discriminação, à pobreza e à exclusão social.

Na vertente de apoio social, a Guarda tem colaborado com diversas entidades de apoio social locais no combate ao isolamento, à pobreza, à discriminação e à exclusão social, envolvendo-se em várias parcerias, muito por iniciativa de entidades locais e em sinal de claro reconhecimento da qualidade da ação dos seus militares nesta área.

Ainda neste âmbito, para além dos Programas Especiais de iniciativa da Tutela, a Guarda deu continuidade a alguns programas e projetos anteriores, como sejam os programas de Apoio a Pessoas com Deficiência (PAPcD), Residência Segura e Turismo Seguro (PTS), Programa Universidade em Segurança, Internet Segura - CiberGNRation, Apoio ao Migrante, Investigação e Apoio a Vítimas Específicas e Interlocutores Locais de Segurança, e a Operação Campo Seguro (destinada à prevenção e combate ao furto de metais, mas agora alargada ao furto de produtos agrícolas – azeitona, cortiça, castanha e pinha, ao tráfico de seres humanos e à utilização de tratores agrícolas. Para além dos Programas Especiais, os militares da Guarda continuam empenhados no êxito dos Contratos Locais de Segurança e mantêm a sua participação ativa, nos Conselhos Municipais de Segurança e nas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, sempre com o objetivo de proporcionar mais e melhor segurança aos cidadãos.

#### ESCOLA SEGURA

O Programa Escola Segura é de âmbito nacional e está especialmente vocacionado para a segurança de toda a comunidade escolar.



A GNR atenta ao fenómeno da violência no meio escolar, através dos Núcleos de Escola Segura (NES), desenvolveu e reforçou as suas ações junto de toda a comunidade escolar (alunos, professores, pais, encarregados de educação e auxiliares de ação educativa), de forma a sensibilizá-la e a envolvê-la nas questões da segurança no meio escolar.

Com este objetivo foram realizadas diversas atividades, nomeadamente ações de policiamento e de sensibilização junto das escolas, complementadas com a distribuição de panfletos alusivos a matérias como a prevenção rodoviária, o bullying, os maus tratos e os abusos sexuais e os direitos das crianças. Estas ações tiveram como público-alvo toda a comunidade escolar.

No âmbito deste programa, em 2018 foram realizadas 15.971 ações de sensibilização sobre várias temáticas, tais como a prevenção rodoviária, a segurança na rua, a prevenção do consumo de estupefacientes, a educação ambiental, a prevenção da delinquência, os maus tratos, o bullying e o cyberbullying, incluindo 1329 demonstrações de meios e capacidades e visitas de 202 escolas aos vários quartéis da GNR, abrangendo um universo de 5.097 escolas e 641.405 alunos.

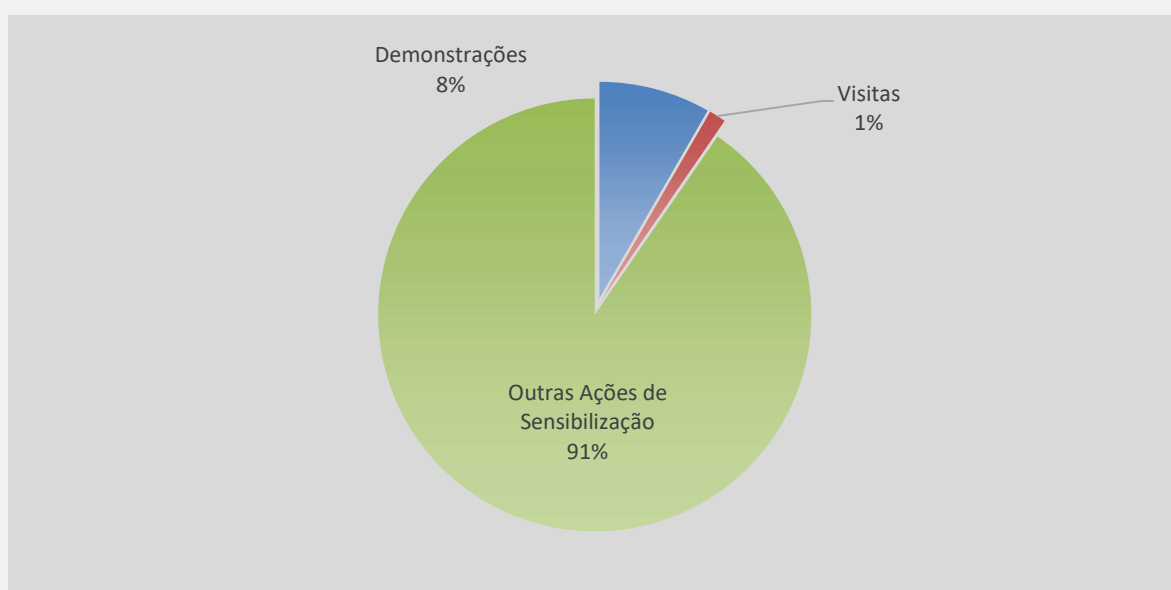


Figura 61 - Escola Segura – Numero de ações de sensibilização (2018)

Ainda no âmbito do Programa Escola Segura foi realizada a Operação “Retorno às aulas em Segurança”, que decorreu de 12 a 21 de setembro, tendo sido empenhados 1.899 militares em 1353 ações, abrangidas 1.330 escolas e envolvidos 53.667 alunos, a qual incluiu a realização de ações de sensibilização sobre o transporte de crianças em veículos automóveis.

#### **APOIO 65 – IDOSOS EM SEGURANÇA**

Considerando a importância social do fenómeno e o progressivo aumento da população idosa que, na ZA da GNR, vive de forma isolada e/ou em locais isolados, sendo um alvo fácil para a prática de atividades criminosas, é mantido em permanência o Programa “Apoio 65 – Idosos em Segurança”, o qual contribui para o reforço da segurança e a manutenção do sentimento de confiança na GNR. Os objetivos deste programa são alcançados com base no minucioso conhecimento da realidade das pessoas idosas e num apoio personalizado, garantindo-lhes segurança e sensibilizando-as para a adoção de comportamentos que previnam ou reduzam as consequências de eventuais práticas criminosas de que possam ser alvo.

Na prossecução destes objetivos, a GNR realizou, através dos Núcleos Idosos em Segurança (NIS), com o apoio dos militares dos Postos Territoriais, diversas ações no âmbito da sua missão de policiamento de proximidade, que vão desde o levantamento de situações em que os idosos vivem isolados e/ou em locais isolados, até à realização de ações de sensibilização e informação, visitas, sinalização de casos problemáticos e respetivo encaminhamento para as Instituições de Apoio Social locais e na participação em equipas multidisciplinares de intervenção e acompanhamento.

Estas ações foram realizadas ao longo de todo o ano, mediante contactos pessoais, palestras e distribuição de folhetos, a fim de comunicar e sensibilizar os idosos para os procedimentos de segurança a observar em situações em que sejam alvo de burla, furto ou roubo, quer na forma tentada, quer na forma consumada.

No âmbito do “Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança” foram realizadas as seguintes operações:

- Operação “Censos Sénior 2018” que decorreu entre os dias 01 e 31 de outubro, tendo sido registados 45.563 idosos a residir em situação de vulnerabilidade (sozinhos e/ou isolados);

#### APOIO À VITIMA – VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (VD)

Em 2018 foram registadas pela GNR 11.913 ocorrências de violência doméstica.

Mantêm-se a tendência, dos últimos dez anos, de esta ser uma das tipologias criminais com maior incidência, e uma das ocorrências com maior prevalência nos crimes praticados contra as pessoas:

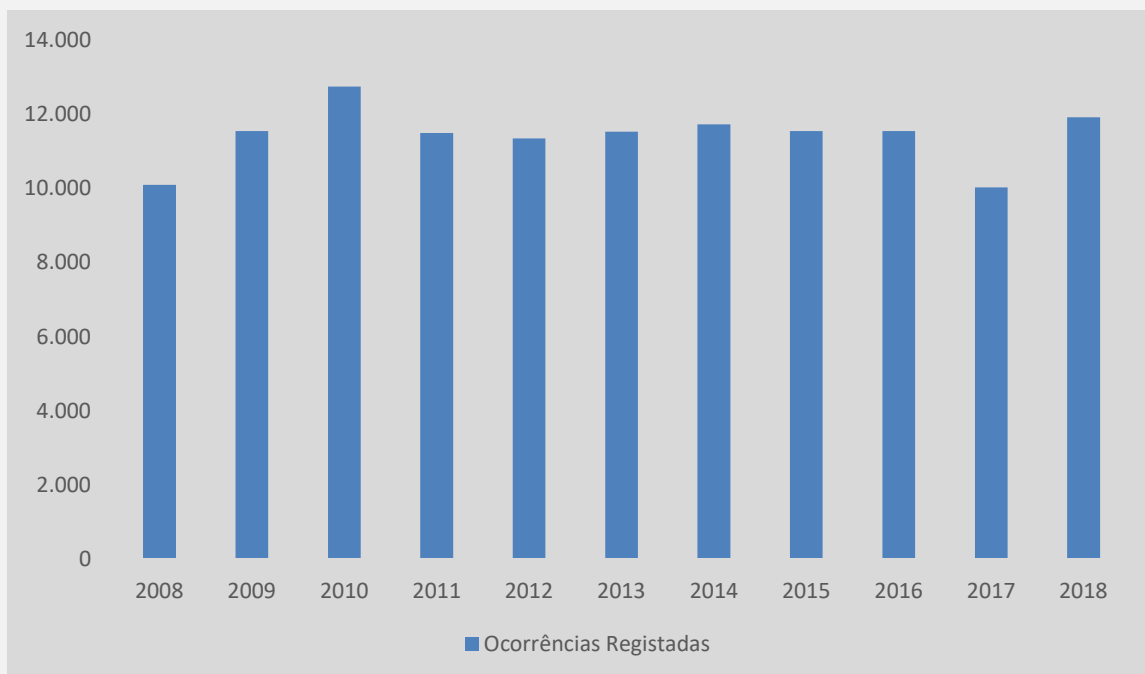


Figura 62- Evolução nº ocorrências de VD de (2008-2018)

Tendo em conta a evolução do número global de ocorrências participadas à GNR desde 2008, verifica-se que após um aumento das participações registadas nos anos de 2008 a 2010, nos últimos seis anos têm-se mantido praticamente





constante, com exceção do ano de 2017 onde houve uma diminuição do número de ocorrências participadas, tendo-se verificado no último ano um aumento no número de participações.

Relativamente às tipologias previstas no crime 152º do C.P. constata-se para 2018, num total de 11.913 ocorrências, a prevalência de violência doméstica sobre cônjuges ou análogos foi de 10.207 ocorrências, seguida de outros tipos de violência doméstica com 1.512 ocorrências, e sobre menores, 194 ocorrências registadas.

No ano de 2018 os Comandos Territoriais da GNR onde se registaram o maior número de participações foram: Porto (1.991); Aveiro (1.318); Braga (1.225); Setúbal (1.165); Lisboa (916) e Faro (898). Mantêm-se a tendência por Comando do ano anterior em termos de participações registadas, com aumento de registos por Comando.

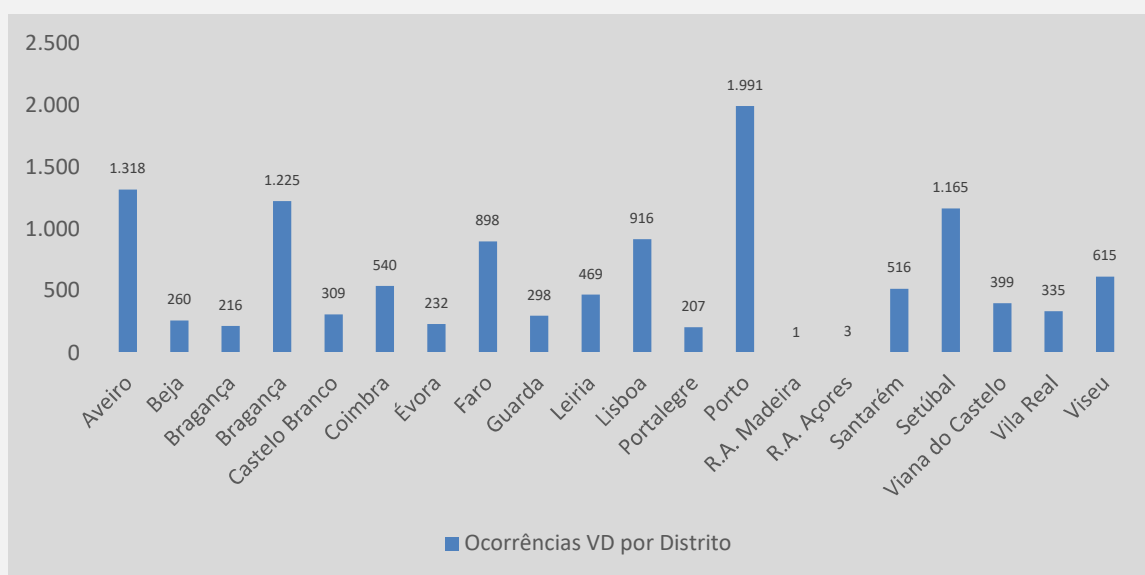


Figura 63- Nº ocorrências de VD por distrito (2018)

Em 2018 verificou-se uma distribuição das ocorrências com especial incidência deste tipo de crimes nos meses de Verão: agosto (1.353), julho (1.153), junho 1.048; e nos meses de maio (1.004) e setembro (1.133). Nos restantes meses do ano a distribuição é parcialmente homogénea.



Figura 64- Nº ocorrências de VD, por meses (2018)

Segundo os dados disponíveis, em cerca de 1,56% dos casos o denunciado possuía arma e verificou-se a utilização de arma. A tipologia de arma frequentemente utilizada foi a arma branca (44,6%), seguindo-se outras armas/instrumentos (37,1%). A utilização de arma de fogo (de defesa ou de caça) ocorreu em cerca de 18,3% das situações.

Verifica-se que o número de ocorrências foi inferior ao número de vítimas registadas: das 11.913 ocorrências por violência doméstica foram identificadas 12.526 vítimas (10.539 mulheres e 1.987 homens).

A esmagadora maioria das vítimas são do sexo feminino (84,1%), predominando as mulheres casadas ou que vivem em união de facto.

Os denunciados são maioritariamente homens (86,4%), a maioria casados ou que vivem em união de facto.

O número de detenções efetuadas pela GNR, em 2018, no âmbito das ocorrências por violência doméstica, foi de 205. Este valor tem-se mantido nesta ordem de grandeza sensivelmente, à exceção de 2016 e 2015 em que o número se manteve, estando nestes quatro últimos anos mais constante. Houve de facto um aumento no número de detenções, de 2012 a 2018.

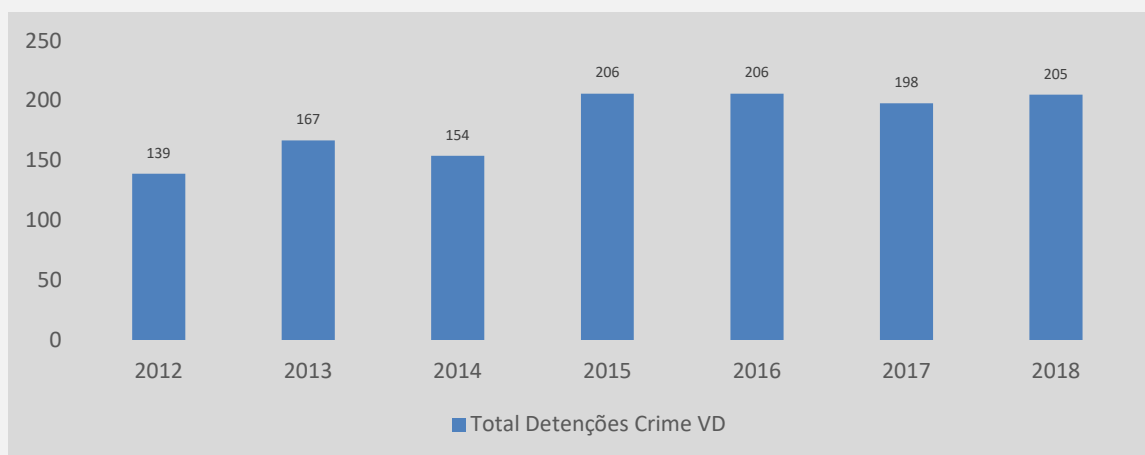


Figura 65 – Nº de detenções Crime VD, por ano (2012-2018)

No ano de 2018 a GNR empenhou um total de 534 militares ao atendimento especializado das situações e vítimas de violência doméstica, dispondo a Guarda, para o efeito, de 24 Núcleos de Investigação e de Apoio a Vítimas Específicas (NIAVE), 436 Seções de Inquérito e 295 salas de apoio à vítima.

No ano de 2018 a GNR registou um total de 8.413 comunicações de estatuto da vítima (previsto no art.º 14.º da Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro).

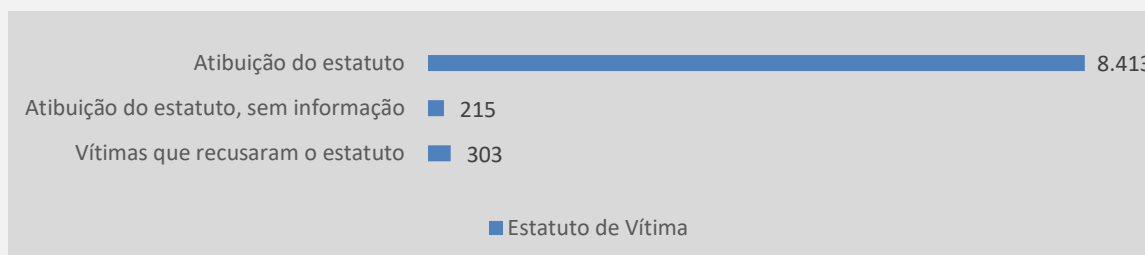


Figura 66– Nº de atribuições do Estatuto da Vítima (2018)



Durante o ano de 2018 a GNR foi responsável pela atribuição de 696 focal points, para as medidas de proteção por teleassistência. Valor superior ao ano de 2017 com 461 medidas atribuídas. Os comandos com maior número de medidas aplicadas foram os Comandos do Porto (146), Aveiro (71), seguido de Setúbal (97) e Viana de Castelo (63).

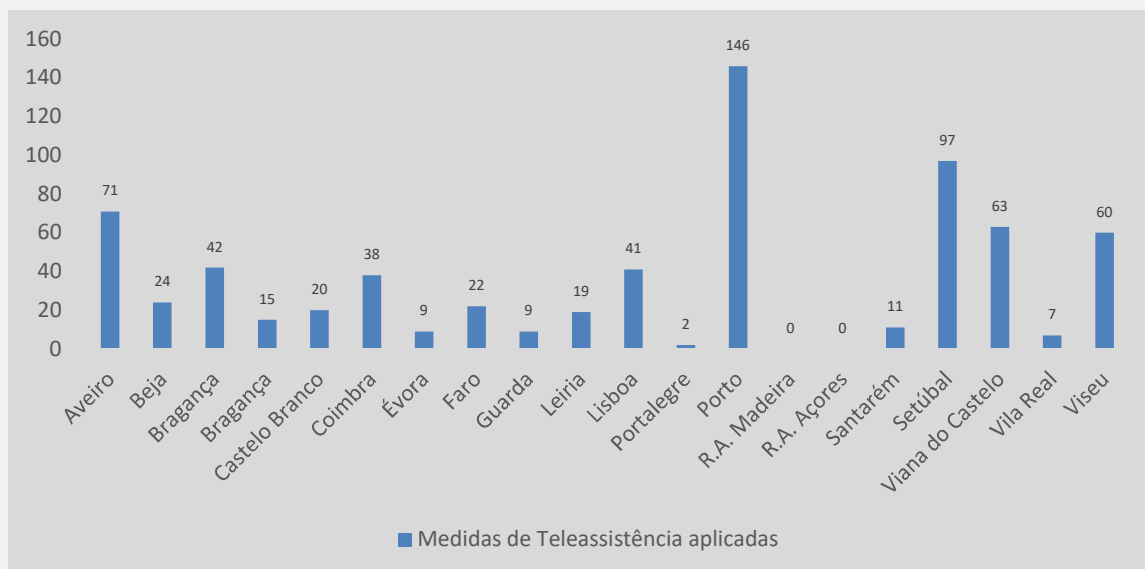


Figura 67– Nº de atribuições das medidas de Proteção por Teleassistência (2018)

Ao nível da formação ministrada pela GNR nesta matéria em 2018 realizaram-se oito cursos/palestras/ações de formação com um total de 990 formandos dos diferentes escalões de comando com funções operacionais, sendo destes 918 homens e 72 mulheres formados. Esta formação correspondeu a um total de 68 horas de formação pelos diversos cursos/palestras/ações.

### COMÉRCIO SEGURO

Este programa especial de policiamento de proximidade e segurança comunitária tem como principal objetivo a criação de condições de segurança em estabelecimentos que possuam como característica dominante o atendimento ao público. Esta atividade assenta em três pressupostos: a criação de condições efetivas de segurança e proteção aos comerciantes; a rápida intervenção da GNR em situações de roubo, furto ou ameaça grave; o desenvolvimento dum sistema de comunicação e gestão de informação que permita, ainda, o acompanhamento e a prevenção deste tipo de criminalidade.

Neste âmbito, a GNR, através dos Núcleos Comércio Seguro (NCS), com o apoio do efetivo dos Postos Territoriais, realizou diversas ações de sensibilização a comerciantes, com o objetivo de contribuir para uma maior segurança na atividade comercial. Complementarmente a GNR distribuiu aos visados pelo Programa um folheto intitulado “Prevenir é Proteger”.

Para além destas iniciativas, a GNR realizou, durante o ano de 2018, uma operação nacional com o objetivo de sensibilizar os comerciantes e reforçar as medidas de segurança e proteção dos estabelecimentos comerciais e dissuadir a adoção de comportamentos ilícitos.



A operação decorreu de 14 a 24 de dezembro de 2018, tendo consistido no patrulhamento e sensibilização de 11.890 estabelecimentos, os quais abrangeram 12.366 comerciantes. Estas ações tiveram como finalidade a sensibilização do público-alvo para a necessidade de adoção de medidas de proteção preventivas e a divulgação de conselhos práticos contra a ocorrência de incidentes criminais.

A Guarda reforçou o patrulhamento nas zonas comerciais onde houve maior afluência de pessoas, privilegiando a visibilidade, por forma a garantir um maior sentimento de segurança e tranquilidade aos comerciantes, lojistas e clientes.

### **TÁXI SEGURO**

Neste projeto a Guarda tem vindo a colaborar com as empresas e associações nacionais ligadas ao setor do transporte de táxis, procurando responder com maior eficácia às solicitações de apoio desta classe profissional. O Sistema Táxi Seguro (STS) é um serviço comum das forças de segurança, cuja gestão cabe à Polícia de Segurança Pública (PSP). Este sistema assenta no recurso às novas tecnologias, nomeadamente ao GPS, permitindo às forças de segurança determinar, a partir do momento em que o condutor dá o alerta, a localização do táxi e seguir o seu itinerário em tempo real, facultando ainda, o acesso ao som ambiente do interior do veículo.

### **CAMPO SEGURO**

Para fazer face ao fenómeno do furto de metais não preciosos, o MAI assinou, em 16NOV11, com a EDP – Distribuição, a EDP - Renováveis, a REFER, a EPAL e a PT um protocolo denominado “Campo Seguro”. As empresas atrás referidas constituíram-se, entretanto, numa associação denominada “Associação para a Promoção da Segurança de Ativos Técnicos” (PSAT).

Neste âmbito, a GNR, entre os dias 29 de outubro de 2018 e 31 de janeiro de 2018, levou a efeito a Operação “Campo Seguro”, realizando ações de sensibilização junto dos agricultores e da população em geral, ao longo de todo o seu dispositivo territorial, através de contactos pessoais, a fim de sensibilizar e recomendar medidas de prevenção do furto de metais não preciosos e de produtos agrícolas. Em paralelo, levou a cabo ações operacionais de prevenção e repressão de ilícitos criminais, criando, através do conjunto das suas ações, um clima de maior segurança no meio rural.

Nesta operação foram empenhados 8.212 militares e sensibilizados 13.581 agricultores. Em resultado da mesma, foram detidos 21 indivíduos, detetados 65 crimes, sinalizadas 08 pessoas por indícios de tráfico de seres humanos e efetuadas diversas apreensões destacando-se com maior relevo a apreensão de 3.128 kg de azeitona e 463 kg de pinhas.

### **IGREJA SEGURA**

Este Programa, da iniciativa e coordenação do Museu da Polícia Judiciária, em que a GNR é um dos parceiros, tem como objetivo principal desenvolver estratégias de prevenção criminal, de forma a erradicar ou diminuir os furtos de arte sacra em igrejas. Neste âmbito, a GNR continuou a exercer um esforço permanente centrado no esclarecimento dos responsáveis pelas igrejas (Párocos e Assistentes) para que adotassem as necessárias medidas preventivas de segurança, de modo a evitar este



tipo de prática criminal e/ou a minorar os efeitos provocados pelos furtos deste importante património das igrejas que, na sua essência, pertence a toda a comunidade.

#### **SOS AZULEJO**

No âmbito de colaboração com a Escola da Polícia Judiciária, a Guarda continuou a desenvolver, com acuidade, a missão que lhe foi estabelecida de proteção da propriedade azulejar, fiscalizando a atividade de comércio ilícito de azulejos e/ou antiguidades, onde possa ser comercializado este tipo de bens do património nacional.

#### **VIDEOVIGILÂNCIA**

A videovigilância na área de jurisdição da Guarda tem-se constituído como uma ferramenta fundamental no apoio à atividade operacional e uma mais-valia no controlo e eficiência das ações que são levadas a cabo.

#### **APOIO A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

Com o Programa de Apoio a Pessoas com Deficiência (PAPcD) a Guarda pretendeu sensibilizar os seus militares para a problemática da deficiência e da especial proteção que a mesma carece, para que sejam garantidos os direitos de segurança desta população especialmente vulnerável, em situação de paridade com os demais cidadãos da sociedade portuguesa, que se pretende inclusiva. Visou-se também proporcionar aos militares da Guarda a aquisição de ferramentas específicas de comunicação e informação acessível às pessoas com deficiência, para uma atuação enquadrada, qualificada, próxima, humana e inclusiva, contribuindo, assim, para uma melhoria no atendimento, acolhimento e encaminhamento dos cidadãos portadores de deficiência. Para atingir este desiderato, no ano de 2018 foram identificadas 4.357 pessoas com deficiência (PcD) em situação de vulnerabilidade, 224 das quais foram sinalizadas a outras instituições.

A Guarda Nacional Republicana, enquadrado no Dia Internacional da PcD, celebrado internacionalmente dia 03 de dezembro, realizou ações de sensibilização, com o objetivo de sensibilizar para a promoção dos direitos e garantias de condições de vida dignas às pessoas com deficiência. No âmbito da presente operação empenharam-se 233 militares na realização de 149 ações de sensibilização, tendo sido sensibilizados 1528 pessoas portadoras de deficiência, 321 prestadores de cuidados, 2476 alunos da comunidade escolar e 261 outras pessoas.

Ainda neste âmbito, a GNR com o objetivo de promover e garantir melhores condições de segurança e tranquilidade às pessoas com deficiência, através de um policiamento comunitário assente na prevenção da criminalidade específica, sensibilizou 9.593 pessoas com o objetivo de os incentivar a adotar medidas de proteção e prevenção contra a prática de crimes e sensibilizou 9.539 crianças e jovens para as questões de cidadania e não discriminação relacionadas com as Pessoas com Deficiência.



#### 1.2.4. PROGRAMAS E AÇÕES ESPECÍFICAS DE PREVENÇÃO E POLICIAMENTO

##### **OPERAÇÃO “VERÃO SEGURO – CHAVE DIRETA” (NATUREZA OCASIONAL OU SAZONAL)**

Esta operação de empenhamento operacional visando a proteção da propriedade privada, tem vindo a ser executada, desde 2007, através duma especial ação de patrulhamento e vigilância das residências dos cidadãos que solicitam à GNR este tipo de apoio.

No âmbito desta operação, a GNR, entre os dias 15 de junho e 15 de setembro, vigiou 966 residências, não tendo sido registada qualquer ocorrência.

Das 966 residências que aderiram ao programa, 227 pedidos foram feitos pela internet e 739 diretamente nos Postos da Guarda. Comparativamente com o ano de 2017, foram vigiadas menos 272 residências em 2018, correspondendo a uma diminuição de cerca de 22%.

##### **PROGRAMA “TOURIST SUPPORT PATROL” (TSP) (NATUREZA OCASIONAL OU SAZONAL)**

Este programa visa garantir a segurança das pessoas que se encontram no gozo de férias e dos seus bens, quer nos locais onde se realizam grandes eventos quer em zonas turísticas, proporcionando não só o aumento do sentimento de segurança e de proximidade, como também uma imagem de modernidade e de pró-atividade, em estreita colaboração com as populações. As equipas TSP atuam em todo o território nacional, em apoio às unidades territoriais, garantindo uma maior visibilidade e mobilidade, fazendo uso de diversos meios, como sejam os meios auto, os meios ciclo e os meios moto.

##### **PROGRAMA “RESIDÊNCIA SEGURA”**

O Programa “Residência Segura” mobiliza meios humanos e materiais, em regime de exclusividade, das Seções de Programas Especiais dos vários Destacamento Territoriais, com o objetivo de prevenir os assaltos a residências, em particular as habitadas por idosos, estrangeiros e pessoas vulneráveis que habitam em locais isolados.

O Programa “Residência Segura” encontra-se atualmente em desenvolvimento por todo o dispositivo da Guarda, tendo aderido ao programa, até ao momento, 29.625 residências. Neste âmbito e em resposta a um aumento específico do sentimento de insegurança, após vários assaltos violentos perpetrados na área do Algarve, foi desenvolvido um trabalho de policiamento comunitário junto das comunidades estrangeiras residente em locais isolados, com um sistema de georreferenciação das residências e com a distribuição de folhetos bilingues (inglês e português), contendo informação adicional visando a proteção e segurança da comunidade estrangeira residente.



### 1.2.5. AÇÕES DE PREVENÇÃO CRIMINAL

#### **OPERAÇÕES ESPECIAIS DE PREVENÇÃO CRIMINAL**

No âmbito da Lei das armas, no ano de 2018, foi desencadeado um total de 230 operações especiais de prevenção criminal, tendo sido empenhados 2.438 militares e efetuadas 137 detenções.

#### **OUTRAS, DE PARTICULAR RELEVÂNCIA NA PREVENÇÃO E COMBATE À CRIMINALIDADE**

As operações desencadeadas neste âmbito visaram, não só questões específicas no campo da prevenção, como também a repressão criminal com o intuito de aumentar a segurança e manter a ordem e tranquilidade públicas. Foram desencadeadas 3.355 operações, nas quais se empenharam 24.782 militares, resultando na detenção de 1.721 suspeitos.

### 1.2.6. AÇÕES NO ÂMBITO DA SEGURANÇA RODOVIÁRIA

#### RESULTADOS ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO RODOVIÁRIA

Em 2018, no âmbito da atividade de fiscalização e segurança rodoviária, foram empenhados um total de 326.505 militares (média diária 895) e percorridos 14.742.661 quilómetros (média diária 40.391), destacando-se os seguintes resultados:

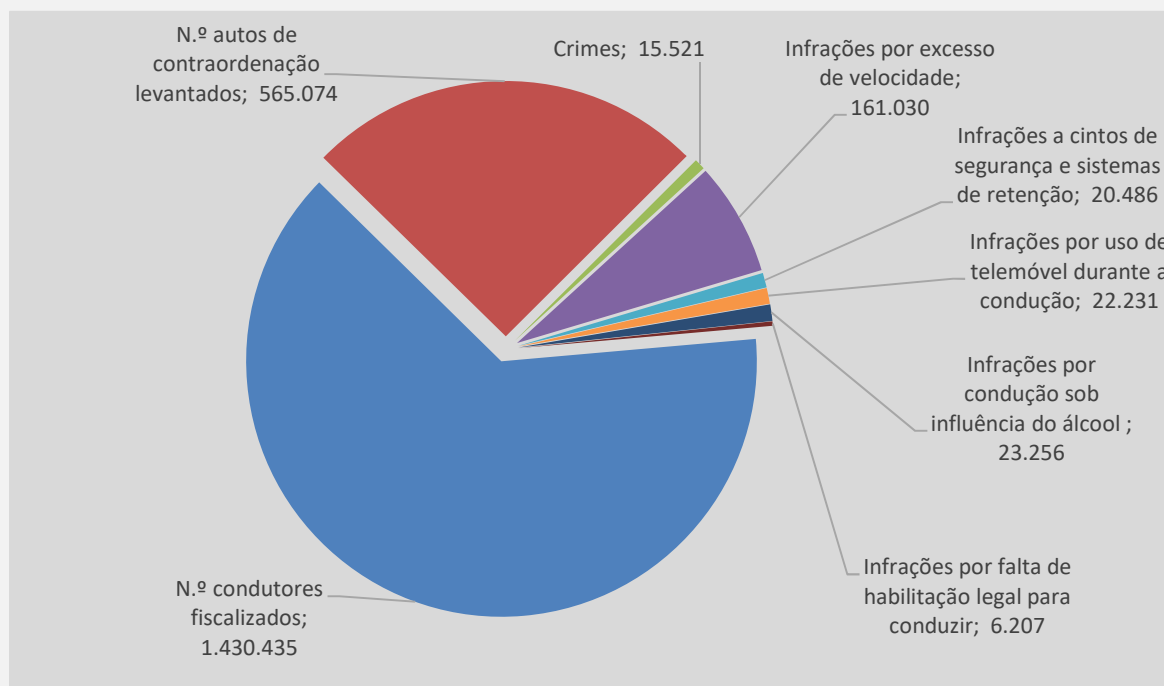


Figura 68 - Fiscalização Rodoviária (2018)

Das infrações rodoviárias detetadas, 15.521 foram tipificadas como crimes, das quais 9.164 respeitam a condução sob efeito do álcool e 4.053 a falta de habilitação legal para o exercício da condução, e restantes 2.304 referentes a outros motivos.

#### OPERAÇÕES DE SEGURANÇA RODOVIÁRIA REALIZADAS

Durante o ano 2018, a GNR planeou e executou 14 operações especiais de trânsito e segurança rodoviária de âmbito nacional, das quais 4 (quatro) foram realizadas no âmbito do Plano Nacional de Fiscalização, definido pela ANSR com o envolvimento da GNR, que visaram a fiscalização seletiva das principais causas e fatores relacionados com a sinistralidade rodoviária. Em conjunto com o IMT e no âmbito da organização ECR (*Euro Control Route*), a GNR efetuou ainda 19 operações focadas nos transportes rodoviários, empenhando 388 militares, das quais resultou o levantamento de 690 autos de contraordenação por parte da GNR. Segue-se uma breve descrição das operações realizadas pela Guarda em 2018.



**OPERAÇÃO “CARNAVAL”**

Operação de intensificação do patrulhamento e da fiscalização rodoviária, direcionados para as vias mais críticas da ZA da Guarda, com especial incidência para as que conduzem aos locais onde tradicionalmente ocorrem festividades carnavalescas, com o objetivo de combater a sinistralidade rodoviária, regular o trânsito e garantir o apoio a todos os utentes das vias, proporcionando-lhes uma deslocação em segurança.

**OPERAÇÃO “PÁSCOA”**

Operação de intensificação do patrulhamento e da fiscalização rodoviária, com orientação para as vias mais críticas da ZA da Guarda, com o objetivo de combater a sinistralidade rodoviária, regular o trânsito e garantir o apoio a todos os utentes das vias, proporcionando-lhes uma deslocação em segurança.

**OPERAÇÃO “HERMES”**

Operação de intensificação do patrulhamento rodoviário nos períodos estivais de maior movimento de tráfego, com orientação do patrulhamento e da fiscalização para as vias mais críticas da ZA da Guarda, com o objetivo de combater a sinistralidade rodoviária, regular o trânsito e garantir o apoio a todos os utentes das vias, proporcionando-lhes uma deslocação em segurança. Nesta edição, integrada na Operação Safe Holidays da TISPOL e a convite da Guardia Civil, a GNR projetou duas forças constituídas por 4 militares cada para o interior de Espanha para, em conjunto, apoiar e prestar auxílio aos emigrantes portugueses que cruzam as estradas espanholas para chegar a Portugal. Ainda neste âmbito, a GNR, por proposta da Direção de Cooperação Internacional francesa, participou numa operação conjunta com a Gendarmerie National de França com o objetivo de reforçar o patrulhamento no espaço comunitário e prestar apoio aos emigrantes portugueses nas suas deslocações ao país de origem, destacando para o efeito 2 militares durante o mês de julho.

**OPERAÇÃO “BACO”**

Operação de fiscalização intensiva da condução sob o efeito do álcool e de substâncias psicotrópicas e de combate à criminalidade, com orientação das ações de fiscalização para os horários e para as vias onde as infrações por excesso de álcool são mais frequentes e dão origem a um risco acrescido de acidentes de viação, bem como para aquelas em que existem indícios de ocorrer a prática de ilícitos de natureza criminal.

**OPERAÇÃO “TODOS OS SANTOS”**

Operação de intensificação do patrulhamento rodoviário realizada aquando do dia de Todos os Santos, com orientação do patrulhamento e da fiscalização para as vias mais críticas da ZA da Guarda, com o objetivo de



combater a sinistralidade rodoviária, garantir a fluidez do tráfego e apoiar todos os utentes das vias, proporcionando-lhes uma deslocação em segurança.

#### **OPERAÇÃO “NATAL TRANQUILO”**

Operação de intensificação do patrulhamento e fiscalização rodoviária no período de Natal, com orientação do patrulhamento para as vias mais críticas da ZA da Guarda, com o objetivo de prevenir a sinistralidade rodoviária, garantir a fluidez do tráfego e apoiar todos os utentes das vias, proporcionando-lhes uma deslocação em segurança. Nesta edição, a GNR efetuou 5 ações conjuntas com a *Guardia Civil* de Espanha junto à fronteira, nos distritos da Guarda e Portalegre, no sentido de controlar os fluxos de tráfego e apoiar os condutores que entravam ou saíam do país.

#### **OPERAÇÃO “ANO NOVO”**

Operação de intensificação do patrulhamento e fiscalização rodoviária no período de Ano Novo, com orientação do patrulhamento para as vias mais críticas da ZA da Guarda, com o objetivo de prevenir a sinistralidade rodoviária, garantir a fluidez do tráfego e apoiar todos os utentes das vias, proporcionando-lhes uma deslocação em segurança. Nesta edição, a GNR efetuou 3 ações conjuntas com a *Guardia Civil* de Espanha junto à fronteira (2 em território português e 1 em território espanhol) no sentido de controlar os fluxos de tráfego e apoiar os condutores que entravam ou saíam do país.

#### **OPERAÇÃO “MOTO”**

Operação desenvolvida em duas fases, uma primeira em que a GNR promoveu uma campanha de sensibilização direcionada para os utilizadores de motociclos e ciclomotores de duas rodas, alertando para os cuidados que devem ser observados durante a condução destes veículos, e a segunda, para ações de fiscalização rodoviária nas vias com maior intensidade de tráfego dos veículos anteriormente mencionados e onde existe um risco acrescido de acidente.

#### **OPERAÇÃO “ESTRADA SEGURA”**

Operação de fiscalização intensiva direcionada para as vias e períodos onde se verifica maior sinistralidade decorrente da prática de comportamentos de risco e infrações recorrentes por parte dos condutores que potenciam a ocorrência de acidentes de viação, com o objetivo de combater a sinistralidade rodoviária grave e incutir comportamentos mais seguros nos condutores portugueses.

**OPERAÇÃO “PESADOS DE MERCADORIAS”**

Operação de fiscalização intensiva de veículos pesados de mercadorias, orientando as ações de fiscalização para as vias mais críticas à sua responsabilidade e onde se verifique um maior volume de tráfego deste tipo de veículos.

**OPERAÇÃO “PNF - ÁLCOOL”**

Operação de fiscalização seletiva para os locais e horários em que a condução sob o efeito do álcool ocorre regularmente e onde esse comportamento constitui um risco acrescido de acidente, no âmbito do PNF.

**OPERAÇÃO “PNF – CINTOS DE SEGURANÇA”**

Operação de fiscalização seletiva dirigida aos comportamentos de risco resultantes da não utilização ou utilização indevida, dos cintos de segurança e sistemas de retenção, de modo a contribuir de forma decisiva para a redução de vítimas decorrentes de acidentes rodoviários, no âmbito do PNF.

**OPERAÇÃO “PNF – VELOCIDADE”**

Operação de fiscalização seletiva dirigida aos tipos de vias e locais em que o incumprimento do limite máximo de velocidade ocorre regularmente e onde esse comportamento constitui um risco acrescido para a ocorrência de acidentes, no âmbito do PNF.

**OPERAÇÃO “PNF – TELEMÓVEIS”**

Operação de fiscalização seletiva dirigida para os locais em que o uso indevido de telemóvel durante o ato da condução ocorre e onde esse comportamento constitui um risco acrescido para a ocorrência de acidentes, no âmbito do PNF.

**AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO**

Para além das ações empreendidas pelo dispositivo territorial no âmbito dos programas especiais de prevenção, a GNR levou a efeito campanhas de sensibilização que visaram alterar os comportamentos de risco que estão na origem da sinistralidade rodoviária de maior gravidade. Para o efeito, recorreu aos OCS, redes sociais, Internet e à distribuição de flyers, divulgando conselhos e alertas, procurando sensibilizar e incentivar os condutores e outros utentes das vias a alterarem os comportamentos que mais potenciam a ocorrência de acidentes.



No âmbito da prevenção da sinistralidade rodoviária a GNR aderiu a várias iniciativas e campanhas de sensibilização, destacando-se:

- Operação 100% Cool GNR-ANEBE, a 13 de fevereiro;
- 6 ações de sensibilização e aperfeiçoamento de condução de veículos de 2 rodas, na Escola da Guarda;
- Seminários sobre Segurança Rodoviária no Porto e Vila Real;
- Dia Mundial em Memória das Vítimas na Estrada, a 18 de novembro;
- Colaboração nos testes de condução de veículos autónomos no âmbito do projeto AUTOCITS;
- Colaboração com a ANSR na operação “Festas Seguras”, através da distribuição de flyers aos condutores durante a quadra natalícia;
- Várias ações de sensibilização sobre a temática da sinistralidade com veículos agrícolas em vários pontos do TN e a elaboração de relatórios periódicos de análise das causas deste tipo de sinistralidade, em cumprimento da medida atribuída em exclusividade à GNR no âmbito do PENSE 2020.

**RESULTADOS OPERACIONAIS**

Nas referidas operações, a Guarda empenhou um efetivo total de 98.367 militares, fiscalizou 602.052 viaturas e detetou 223.342 infrações, das quais 90.543 se prendem com a condução sob influência de álcool e velocidade superior aos limites legalmente estabelecidos. Foram levantados 6.965 autos por crimes associados à condução de veículos, destacando-se os 4.373 condutores que apresentaram uma TAS ≥ 1,2 g/l.

Os resultados individualizados por cada uma das supra referenciadas operações são os que se passam a descrever:

OPERAÇÕES	EFETIVO	VIATURAS FISCALIZADAS	INFRAÇÕES	AUTUAÇÕES			CRIMES	
				EXCESSO VELOCIDADE	EXCESSO ÁLCOOL	ÁLCOOL	CONDUÇÃO SEM HABILITAÇÃO LEGAL	OUTROS MOTIVOS
CARNAVAL	3 611	26 809	7 354	2 407	842	287	64	35
PÁSCOA	3 266	19 748	7 081	3 042	256	120	53	28
HERMES	40 633	264 327	105 701	36 247	5 566	2 014	814	420
BACO	4 201	18 988	5 020	635	544	143	38	30
TODOS OS SANTOS	2 900	15 836	5 087	1 919	301	127	37	28
NATAL TRANQUILO	4 802	27 207	7 473	4 090	370	172	54	29
ANO NOVO	5 955	37 733	10 452	3 977	1 051	350	106	58
MOTO	1 582	4 470	372	8	30	6	16	5
ESTRADA SEGURA	1 640	7 541	2 669	1 858	92	24	9	10
PESADOS MERCADORIAS	944	2 830	1 933	1	4	0	2	0
PNF “ÁLCOOL”	8 318	57 206	23 002	9 314	1 361	468	174	76
PNF “CINTOS SEGURANÇA”	8 524	53 633	20 521	7 586	845	330	126	93
PNF “VELOCIDADE”	9 188	49 409	19 528	5 792	599	258	149	74
PNF “TELEMÓVEIS”	2 803	16 315	7 149	1 677	129	74	37	27
<b>TOTAL</b>	<b>98.367</b>	<b>602.052</b>	<b>223.342</b>	<b>78.553</b>	<b>11.990</b>	<b>4.373</b>	<b>1.679</b>	<b>913</b>

Figura 69 - Fiscalização Rodoviária (2018)



### 1.2.7. EXERCÍCIOS E SIMULACROS

Foram realizados, em 2018, **288** exercícios e simulacros com outras entidades, designadamente Municípios, comunidade escolar e agentes da Proteção Civil, nos quais foram empenhados **1602** militares. Dessas ações, destacam-se as seguintes, pela sua especial relevância:

DESIGNAÇÃO	LOCAL	DATA	MILITARES GNR ENVOLVIDOS	OUTRAS ENTIDADES PARTICIPANTES
SIMULACRO INCÊNDIO URBANO	CENTRO SOCIAL E CULTURAL DE CARREÇO	12JAN18	02	BOMBEIROS VIANA DO CASTELO
EXERCÍCIO À ESCALA TOTAL - SIMULACRO ACIDENTE COM AERONAVE - INCÊNDIO - SATA	AEROPORTO DA ILHA DO PICO	17JAN18	09	SERVIÇO REGIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL E BOMBEIROS DOS AÇORES; PSP; AUTORIDADE MARÍTIMA; CM SÃO ROQUE DO PICO; CM MADALENA; BV MADALENA; BV SÃO ROQUE DO PICO; UNIDADE DE SAÚDE ILHA DO PICO; SATA; INAC
SIMULACRO "ASCENDI – CGP 2018"	AE A42 KM 18 PRT/LSD	18JAN18	08	ASCENDI; ANPC – CDOS PORTO; BV FREAMUNDE; BV LOUSADA; GNR; INEM; SERVIÇO MUNICIPAL PROTEÇÃO CIVIL LOUSADA; ESCOLA NACIONAL DE BOMBEIROS
SIMULACRO DE ACIDENTE DE VIAÇÃO NA A7	A7 V.N. FAMILIÇÃO	25JAN18	08	ASCENDI; CDOS BRAGA; B.V. FAMILIÇÃO; ESCOLA NACIONAL DE BOMBEIROS
SIMULACRO DE INCÊNDIO	CENTRO DE SAÚDE DE TORRE DE MONCORVO	31JAN18	04	INEM; BV TORRE DE MONCORVO; PROTEÇÃO CIVIL (SMPC) TORRE DE MONCORVO
SIMULACRO BULLYNG	EB2/3 FIÃES RUA DAS ESCOLAS	05FEV18	02	ALUNOS DA ESCOLA EB2/3
SIMULACRO AERODROMO MUNICIPAL DE PORTIMÃO	AERÓDROMO MUNICIPAL DE PORTIMÃO	07FEV18	10	BOMBEIROS; SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL; ANPC; CRUZ VERMELHA PORTUGUESA; PSP; INEM; CM PORTIMÃO
SIMULACRO – INCÊNDIO E EVACUAÇÃO NA EMPRESA HR PROTEÇÃO	MANGUALDE	07FEV18	04	BV MANGUALDE; PROTEÇÃO CIVIL MANGUALDE
SIMULACRO INCÊNDIO NAS ESCOLAS	VÁRIAS ESCOLAS DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DA BRANCA	15FEV18	02	BV A-A-VELHA; PROTEÇÃO CIVIL; CM A-A-VELHA
UEOS/SAMONT-BRM	LAGOA COVÃO DO QUELHAS - SERRA DA ESTRELA	15FEV18	17	UEOS/SAMONT-BRM
EXERCÍCIO EOD TIPO 4	CTER PORTO	15 16FEV18	07	APDL - PORTO DE LEIXÕES
SIMULACRO DE EVACUAÇÃO	TRANCOSO	20FEV18	02	BV TRANCOSO/SERNANCELHE; EMPRESA GESTORA PARQUE EÓLICO - EXUSPARTNERS
EXERCÍCIO DE SEGURANÇA	ESCOLA E.B. 2.3 E SECUNDÁRIA DE ALVAIÁZERE	20FEV18	04	BV ALVAIÁZERE
SIMULACRO ACIDENTES COM AERONAVES	PISTA DAS MOITAS - PROENÇA-A-NOVA	22FEV18	03	ANAG; INEM; CDOS; BOMBEIROS; CM PROENÇA-A-NOVA



DESIGNAÇÃO	LOCAL	DATA	MILITARES GNR ENVOLVIDOS	OUTRAS ENTIDADES PARTICIPANTES
EXERCÍCIO EOD TIPO 4	CTER BRAGA	27 28FEV18	07	
RODOVIA 18	INTERSEÇÃO DA EN 257 COM A EN 384 – VIANA DO ALENTEJO	28FEV18	06	BV VIANA DO ALENTEJO; PROTEÇÃO CIVIL; CM VIANA DO ALENTEJO
7ª EDIÇÃO DA SEMANA DA PROTEÇÃO CIVIL EM CASCAIS	CASCAIS	26FEV18 A 04MAR18	14	BOMBEIROS; INEM; PROTEÇÃO CIVIL
LIVEX-PROCIV AMARANTE 2018	AMARANTE	01MAR18	08	ANPC
ACIDENTE VIAÇÃO EM PASSAGEM DE NÍVEL E DESATIVAÇÃO DE ENGENHO EXPLOSIVO	MIRANDELA	01MAR18	02	PSP; ANPC; CM MIRANDELA; BV MIRANDELA; INEM
SIMULACRO OCORRÊNCIA ACIDENTE DE VIAÇÃO COM TRATOR AGRÍCOLA	ROTUNDA DA FONTE VALE DE IGREJA, FREIXO DE ESPADA CINTA	05MAR18	05	ANPC; INEM; BV FREIXO DE ESPADA À CINTA; PROTEÇÃO CIVIL
SIMULACRO DE INCÊNDIO – INTERMARCHÉ PÓVOA DE SOBRINHOS – RIO DE LOBA	UISEU	05MAR18	05	INTERMARCHÉ, PROTEÇÃO CIVIL UISEU; BV UISEU
PARTICIPAÇÃO COMO OBSERVADOR DE SIMULACRO	ESCOLA BÁSICA ( EB1) DE ALTURA - CASTRO MARIM	06MAR18	01	
EXERCÍCIO DE EVACUAÇÃO	JARDIM DE INFÂNCIA DE SARDOAL	07MAR18	03	BOMBEIROS MUNICIPAIS SARDOAL; PROTEÇÃO CIVIL
EXERCÍCIO DE EVACUAÇÃO	JARDIM DE INFÂNCIA DA PRESA - SARDOAL	07MAR18	03	BOMBEIROS MUNICIPAIS SARDOAL; PROTEÇÃO CIVIL
SIMULACRO SÍSMICO	LAR IDOSOS DA SANTA CASA MISERICÓRDIA DE PORTEL	07MAR18	04	BV PORTEL; SANTA CASA MISERICÓRDIA PORTEL
EXERCÍCIO EOD TIPO 4	CTER VILA REAL	08 09MAR18	05	
EXERCÍCIO À ESCALA TOTAL - AERÓDROMO MUNICIPAL DE MOGADOURO	AERÓDROMO MUNICIPAL DE MOGADOURO	08MAR18	07	BV MOGADOURO; CRUZ VERMELHA MOGADOURO; PROTEÇÃO CIVIL MOGADOURO
INCÊNDIO EM ADEGA INDUSTRIAL	CARRAZEDA DE ANSIÃES	09MAR18	04	ANPC; BV CARRAZEDA DE ANSIÃES; CM CARRAZEDA DE ANSIÃES
SIMULACRO IPSS	TOCHA	09MAR18	02	PROTEÇÃO CIVIL; BOMBEIROS
PARTICIPAÇÃO COMO OBSERVADOR DE SIMULACRO	JARDIM DE INFÂNCIA CASTRO MARIM	09MAR18	01	ENTIDADES DE PROTEÇÃO CIVIL
INCÊNDIO URBANO EM UNIDADE HOTELEIRA (HOTEL ENCONTRO)	SENDIM	12MAR18	02	CDOS, INEM/CODU, B.V SENDIM, B.V MIRANDA DO DOURO, E SMPC DE MIRANDA DO DOURO
TREINO OPERACIONAL SAMONT	SERRA DA ESTRELA	14MAR18	10	



DESIGNAÇÃO	LOCAL	DATA	MILITARES GNR ENVOLVIDOS	OUTRAS ENTIDADES PARTICIPANTES
ALDEIA SEGURA/PESSOAS SEGURAS	CANDOSO	14MAR18	02	BV VILA FLOR; PROTEÇÃO CIVIL BRAGANÇA; PROTEÇÃO CIVIL; JF UNIÃO DE FREGUESIAS CANDOSO E CARVALHO DE EGAS
EXERCÍCIO DE SALVAMENTO AQUÁTICO	QUINTA DA PORTELA (RIO SABOR) - TORRE DE MONCORVO	16MAR18	04	CDOS BRAGANÇA ANPC; BV TORRE DE MONCORVO; UNIDADE DE INTERVENÇÃO DE SALVAMENTO AQUÁTICO (UNISA) 04; INEM; PROTEÇÃO CIVIL (SMPC) TORRE DE MONCORVO
SIMULACRO (ACIDENTE AUTOCARRO EXTERNATO VILA MEÃ)	RUA RAIMUNDO MAGALHÃES – VILA MEÃ	20MAR18	08	EXTERNATO VILA MEÃ; BV VILA MEÃ; PROTEÇÃO CIVIL
TESTE AO PLANO PRÉVIO DE INTERVENÇÃO DO IC5	IC 5 - KM 126+200 - NÓ DE MOGADOURO / VIMIOSO	20MAR18	05	CDOS-ANPC BRAGANÇA; BV MOGADOURO; BV SENDIM; INEM-CODU; PROTEÇÃO CIVIL MOGADOURO
SIMULACRO – AMEAÇA DE BOMBA NO ESTÁDIO JOÃO CARDOSO	TONDELA	21MAR18	13	BV TONDELA ; PROTEÇÃO CIVIL TONDELA
EVACUAÇÃO LAR 3ª IDADE - CARÇÃO (VIMIOSO)	CARÇÃO	21MAR18	03	CM VIMIOSO; BV VIMIOSO; ANPC BRAGANÇA
SIMULACRO DE INCÊNDIO/ TERRAMOTO	ESCOLA BÁSICA DE ARRONCHES	21MAR18	04	BV ARRONCHES; ANPC; CM ARRONCHES
SIMULACRO DE ACIDENTE DE VIAÇÃO EM TÚNEL	IP2 (TÚNEL DE BORNES) – MACEDO DE CAVALEIROS	22MAR18	03	ANPC; INEM; ASCENDI; BV MACEDO DE CAVALEIROS
SIMULACRO DE QUEDA DE AERONAVE NO MAR	SANTA CRUZ DAS FLORES	22MAR18	04	PROTEÇÃO CIVIL; BOMBEIROS SANTA CRUZ DAS FLORES; UNIDADE DE SAÚDE; ESCOLA SECUNDÁRIA; PSP; SATA
SIMULACRO SEMANA DA PROTEÇÃO CIVIL	SOBRAL MONTE AGRAÇO	22MAR18	02	BOMBEIROS; INEM; PROTEÇÃO CIVIL
ACIDENTE DE VIAÇÃO	IP2 – TÚNEL DE BORNES	22MAR18	03	ANPC; BV MACEDO DE CAVALEIROS; INEM; ASCENDI
ACIDENTE VIAÇÃO COM PESADO PASSAGEIRO	A4 - NÓ DO FRANCO	24MAR18	04	ANPC; CM MIRANDELA; BV MIRANDELA; INEM
SIMULACRO	AGRUPAMENTO ESCOLAS FERNÃO DO PÓ-BOMBARRAL	01ABR18	07	PROTEÇÃO CIVIL; BV BOMBARRAL; CM BOMBARRAL
EXERCÍCIO LIVEX – APARKEX 2018	AVEPARK – GUIMARÃES	06ABR18	04	ANPC; BOMBEIROS; ICNF; INEM; CNE; SMPC
SIMULACRO INCÊNDIO SANTA CASA DA MISERICÓRDIA ÍLHAVO	UNIDADE CUIDADOS CONTINUADOS INTEGRADOS ÍLHAVO	06ABR18	06	BV ÍLHAVO
PROCIV SERRA D'OSSA 2018	ESTREMOZ/BORBA	06ABR18 A 08ABR18	23	BOMBEIROS; FORÇA ESPECIAL DE BOMBEIROS; PROTEÇÃO CIVIL; PSP; GIPS GNR; FORÇA AÉREA; MARINHA; EXÉRCITO; CM ESTREMOZ; ESCUTEIROS; CRUZ VERMELHA
EXERCÍCIO PROCIV LIVEX - SERRA D'OSSA 18	SERRA DE OSSA	07ABR18	04	ANPC; BOMBEIROS; FEB; AFOCELCA; CRUZ VERMELHA; EDP; FORÇAS ARMADAS; IP; INEM; ICNF; SERV. MUNICIPAIS; PSP; SEF; SAPADORES FLORESTAIS; PT ; ARS
EUALSEIMEX	BOUIRA - ARGEL, ARGÉLIA	10ABR18	08	INEM; ANPC; FORÇAS DA PROTEÇÃO DA ARGÉLIA E FRANÇA



DESIGNAÇÃO	LOCAL	DATA	MILITARES GNR ENVOLVIDOS	OUTRAS ENTIDADES PARTICIPANTES
SIMULACRO DE SISMO EM EDIFÍCIO ESCOLAR	ESCOLA SECUNDARIA DE PALMELA	12ABR18	08	BV PALMELA; PROTEÇÃO CIVIL PALMELA
SIMULACRO INCÊNDIO NA ESCOLA SECUNDÁRIA DE ESMORIZ	ESCOLA SECUNDÁRIA DE ESMORIZ	13ABR18	02	BV ESMORIZ
ESCOLA E,B 2/3 - BOMBARRAL	BOMBARRAL	16ABR18	02	BOMBEIROS; PROTEÇÃO CIVIL
SIMULACRO DE SISMO	BOMBARRAL	16ABR18	02	BOMBEIROS; INEM; PROTEÇÃO CIVIL
PARTICIPAÇÃO COMO OBSERVADOR DE SIMULACRO	ESCOLA BÁSICA ( EB1) DE SANTA LUZIA	17ABR18	01	PROTEÇÃO CIVIL
SIMULACRO DE SISMO	PALMELA	17ABR18	02	BOMBEIROS; INEM; PROTEÇÃO CIVIL
SIMULACRO- SISMO	ESCOLA BÁSICA FONTE SANTA- QUARTEIRA	17ABR18	01	BOMBEIROS MUNICIPAIS ; PROTEÇÃO CIVIL; DELEGADA DE SAÚDE
PARTICIPAÇÃO COMO OBSERVADOR DE SIMULACRO	ESCOLA BÁSICA ( EB1) DE CASTRO MARIM	18ABR18	01	PROTEÇÃO CIVIL
SIMULACRO - INCÊNDIO	ESCOLA PROFISSIONAL DE ALTE	18ABR18	01	BOMBEIROS MUNICIPAIS; PROTEÇÃO CIVIL
SIMULACRO DE INCÊNDIO URBANO	ESCOLA BÁSICA JOSÉ DOS ANJOS – CARRAZEDO DE MONTENEGRO	19ABR18	02	BV CARRAZEDO DE MONTENEGRO
SIMULACRO INCÊNDIO NAS ESCOLAS	VÁRIAS ESCOLAS DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DA BRANCA	20ABR18	02	BV ALBERGARIA-A-VELHA; PROTEÇÃO CIVIL; CM ALBERGARIA-A-VELHA
SIMULACRO DE SISMO	ESCOLA BÁSICA 1º ,2º E 3º CICLO DA GUIA	20ABR18	02	PROTEÇÃO CIVIL
SIMULACRO DE ACIDENTE DE VIAÇÃO COM VEÍCULO MILITAR DE MERCADORIAS PERIGOSAS	BASE AÉREA DE MACEDA	20ABR18	02	BV SANTA MARIA DA FEIRA; PSP SANTA MARIA DA FEIRA; FORÇA AÉREA
SIMULACRO AGRUPAMENTO ESCOLAS DE SALVATERRA DE MAGOS	ESCOLAS DA FREGUESIA (SALVATERRA DE MAGOS)	26ABR18 A 04MAI18	08	BV SALVATERRA DE MAGOS; PROTEÇÃO CIVIL DE SALVATERRA DE MAGOS
PLANO MUNICIPAL EMERGÊNCIA PROTEÇÃO CIVIL	INSTALAÇÕES SMCP - CÂMARA COVILHÃ	02MAI18	01	12 ENTIDADES (EXERCÍCIO VIA RÁDIO "CPX COVILHÃ 2018")
SIMULACRO DE INCÊNDIO	ZOOMARINE	04MAI18	02	BOMBEIROS; PROTEÇÃO CIVIL
SIMULACRO CRUZ VERMELHA	LOTEAMENTO NOVA CALIPO – VILA VIÇOSA	05MAI18	02	BV VILA VIÇOSA; CRUZ VERMELHA PORTUGUESA
EXERCÍCIO DE PROTEÇÃO CIVIL	FERREIRA DO ZÊZERE	05MAI18	03	BOMBEIROS; INEM; PROTEÇÃO CIVIL





DESIGNAÇÃO	LOCAL	DATA	MILITARES GNR ENVOLVIDOS	OUTRAS ENTIDADES PARTICIPANTES
SIMULACRO DE INCENDIO EM AERONAVE	AERODROMO DE CASTELO BRANCO	07MAI18	06	PROTEÇÃO CIVIL; BV CASTELO BRANCO; ANAC; INEM; PSP
EDIFÍCIO SIMULACRO INCÊNDIO	JARDIM DE INFÂNCIA – LAGOA DO CALVO/POCEIRÃO	08MAI18	06	BV ÁGUAS DE MOURA, PROTEÇÃO CIVIL PALMELA
DIA MUNICIPAL DO BOMBEIRO 2018	PINHAL NOVO	10MAI18	03	BOMBEIROS; INEM; PROTEÇÃO CIVIL
SIMULACRO SATA AEROPORTO DE SÃO JORGE	VELAS SÃO JORGE	12MAI18	03	PSP; BV CALHETA; BV VELAS; PSP; AUTORIDADE MARÍTIMA; POLÍCIA MARÍTIMA
SIMULACRO DE ACIDENTE DE VIAÇÃO	POCEIRÃO	14MAI18	04	BV ÁGUAS DE MOURA; PROTEÇÃO CIVIL PALMELA
SIMULACRO - ACIDENTE COM AERONAVE	AERÓDROMO DE MIRANDELA	14MAI18	05	PSP; ANPC; C.M. DE MIRANDELA; B. V. MIRANDELA; INEM
SIMULACRO SÍSMICO	UNIDADE DE CUIDADOS CONTINUADOS DE PORTEL	16MAI18	04	BV PORTEL; UNIDADE DE CUIDADOS CONTINUADOS PORTEL; PROTEÇÃO CIVIL; CM PORTEL
SINERAMA	RUA MARQUÊS DE POMBAL - SINES	16MAI18	03	PROTEÇÃO CIVIL; BV SINES
SIMULACRO DE INCÊNDIO EM AMBIENTE ESCOLAR	EB 1 + JI CAMPINHO – REGUENGOS DE MONSARAZ	17MAI18	03	BV REGUENGOS DE MONSARAZ, DIREÇÃO DE AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS
SIMULACRO INCÊNDIO URBANO	ENEOP 3 LANHESES	17MAI18	02	BOMBEIROS MUNICIPAIS VIANA DO CASTELO
EXERCÍCIOS FINAIS CURSO HUMINT DO EXÉRCITO	6.ª BATERIA DA RAPOSA DO REGIMENTO DE ARTILHARIA DE COSTA, NA FONTE DA TELHA	18 A 25MAI18	15	FORÇAS ARMADAS, PM, SIS, PJM
SIMULACRO NOS PASSADIÇOS DO PAIVA	PASSADIÇOS DO PAIVA – ESPIUNCA-AROUCA	19MAI18	04	ANPC AVEIRO; CM AROUCA; BV AROUCA
EXECÍCIO LIVEX - MONTEMURO 18	AROUCA E CINFÃES	19MAI18	04	ANPC; BOMBEIROS; FEB
SIMULACRO – INCÊNDIO NO EDIFÍCIO RESIDENCIAL PARA IDOSOS	TAROUCA	20MAI18	08	BV TAROUCA; PROTEÇÃO CIVIL TAROUCA
SIMULACRO DE SISMO SEGUIDO DE INCÊNDIO EM EDIFÍCIO ESCOLAR	ESCOLA BÁSICA N.º DE PALMELA	22MAI18	04	BV PALMELA; PROTEÇÃO CIVIL PALMELA
SIMULACRO HOSPITAL CASCAIS	CASCAIS	23MAI18	17	GNR; HOSPITAL CASCAIS; BOMBEIROS CASCAIS; INEM
SIMULACRO INCÊNDIO ESCOLA EB23 - MILHEIRÓS POIARES	RUA MAMÔA - MILHEIRÓS POIARES	23MAI18	02	BV ARRIFANA



DESIGNAÇÃO	LOCAL	DATA	MILITARES GNR ENVOLVIDOS	OUTRAS ENTIDADES PARTICIPANTES
SIMULACRO INCÊNDIO	ESCOLA BÁSICA VILA NOVA DA CAPARICA	25MAI18	02	BV TRAFARIA; PROTEÇÃO CIVIL ALMADA
SIMULACRO INCÊNDIO NA EMPRESA AQUINOS "AQUINOS FIRE"	Z.I TABUA SINDE - TÁBUA	25MAI18	10	PROTEÇÃO CIVIL; BV TÁBUA/VILA NOVA OLIVEIRINHA/ ARGANIL/ OLIVEIRA DO HOSPITAL/ COJA; INEM
SIMULACRO INCÊNDIO FLORESTAL	FREGUESIA CABREIRO, LUGAR S. SEBASTIÃO DE CIMA, ARCOS DE VALDEVEZ	26MAI18	02	ICNF, ANPC, BV ARCOS DE VALDEVEZ; CM ARCOS DE VALDEVEZ
EVACUAÇÃO AGLOMERADO	MOUQUIM - AMARANTE	29MAI18	05	ANPC
EXERCÍCIO PARCIAL DE EMERGÊNCIA 2018 AEROPORTO DA MADEIRA	AEROPORTO DA MADEIRA CRISTIANO RONALDO	30MAI18	01	SRPC; SMPC; PSP; NAV; BOMBEIROS AEROPORTO; ALFÂNDEGA; SECURITAS; PETROGAL
EXERCÍCIO EOD TIPO 2	EG/CFFF - FIGUEIRA DA FOZ (ORGANIZADO CIESS)	22 A 24MAI18	04	EXERCÍCIO EOD TIPO 2
SIMULACRO DE INCÊNDIO C/ UMA VÍTIMA	HOTEL TIVOLI - ESTRADA DO FAROL - CARVOEIRO	05JUN18	01	BV LAGOA
SIMULACRO- INCÊNDIO	CLUBE DO BIBE- VILAMOURA	05JUN18	01	BOMBEIROS MUNICIPAIS; PROTEÇÃO CIVIL
SIMULACRO	ESCOLA E.B. 1 Nº1 DE SILVES	05JUN18	02	PROTEÇÃO CIVIL SILVES
SIMULACRO CLUBE DO BIBE	CRECHE CLUBE DO BIBE	05JUN18	01	PROTEÇÃO CIVIL; BOMBEIROS MUNICIPAIS
SIMULACRO INCÊNDIO FLORESTAL	FREGUESIA SOAJÓ, LUGAR DE VILAR SUENTE, ARCOS DE VALDEVEZ	05JUN18	05	ICNF; ANPC; BV ARCOS DE VALDEVEZ; CM ARCOS DE VALDEVEZ
SIMULACRO INCÊNDIO NO CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE CACIA	CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE CACIA	06JUN18	02	PROTEÇÃO CIVIL AVEIRO; BOMBEIROS NOVOS DE AVEIRO
SIMULACRO INCÊNDIO FLORESTAL	FREGUESIA DE ARGELA, LUGAR DE GUIMBRA E FIAIS, CAMINHA	07JUN18	05	BV CAMINHA; CM CAMINHA
SIMULACRO DE EVACUAÇÃO EM INCÊNDIO "ALDEIA SEGURA, PESSOAS SEGURAS"	ALDEIA DE PIODÃO ARGANIL	07JUN18	07	BOMBEIROS; PROTEÇÃO CIVIL; SECRETÁRIO DE ESTADO PROTEÇÃO CIVIL; EDUCAÇÃO E TURISMO
ALDEIA SEGURA	PICÕES - ALFÂNDEGA DA FÉ	12JUN18	04	BV ALFÂNDEGA DA FÉ; PROTEÇÃO CIVIL
UAG SONORGÁS	AMENDOEIRA – MACEDO DE CAVALEIROS	12JUN18	04	BV MACEDO DE CAVALEIROS



DESIGNAÇÃO	LOCAL	DATA	MILITARES GNR ENVOLVIDOS	OUTRAS ENTIDADES PARTICIPANTES
SIMULACRO INCENDIO LAR 3ª IDADE ABRIGO S. JOÃO VER	SÃO JOÃO DE VER	12JUN18	02	BV SANTA MARIA DA FEIRA
SIMULACRO INCÊNDIO URBANO	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE ARGALHA E LIMA LANHESES	13JUN18	02	BOMBEIROS MUNICIPAIS VIANA DO CASTELO
SIMULACRO DE EMERGÊNCIA NA CLCM E NA ZONA FRANCA DA MADEIRA	ZONA FRANCA DA MADEIRA	13JUN18	02	SERVIÇO REGIONAL PROTEÇÃO CIVIL
INSTALAÇÕES EMPRESA BRESFOR	AVENIDA DOS BACALHOEIRO - GAFANHA DA NAZARÉ	14JUN18	02	BV ÍLHAVO
SIMULACRO DE INCÊNDIO E RETENÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS	FARMACÉUTICA BIAL - UF CORONADO - TROFA	14JUN18	04	PROTEÇÃO CIVIL MUNICIPAL; BV TROFA; BIAL EMPRESA
SIMULACRO DE INCÊNDIO	ESCOLA PROFESSOR NATIVIDADE – MESÃO FRIO	15JUN18	05	BV MESÃO FRIO
EXERCÍCIO LIVEX	MOIMENTA DA BEIRA	16JUN18	14	CDOS VISEU; BV MOIMENTA DA BEIRA; PROTEÇÃO CIVIL MOIMENTA DA BEIRA; INEM; SUB MOIMENTA DA BEIRA
INCÊNDIO HOSPITAL PADRE AMÉRICO	AVENIDA DO HOSPITAL PADRE AMÉRICO Nº 210 – 4564-007 GUILHUFE PNF	20JUN18	03	PROTEÇÃO CIVIL PENAFIEL; BV PENAFIEL; EQUIPA INTERNA DA SEGURANÇA PRIVADA DO CHTS
ACIDENTES COM MULTIVITÍMAS	TEIXOSO	21JUN18	03	BV COVILHÃ
SIMULACRO INCÊNDIO URBANO	APCVC SANTA MARTA DE PORTUZELO	21JUN18	02	BOMBEIROS MUNICIPAIS VIANA DO CASTELO
EXERCÍCIO LIVEX	ILHA DO PORTO SANTO	21JUN18	03	SMPC; PSP; POLÍCIA MARÍTIMA; BVPS; SEGURANÇA SOCIAL; CAPITANIA PORTO SANTO; EXÉRCITO
SIMULACRO ALDEIA SEGURA	INHA-CANEDO	23JUN18	02	BV LOUROSA; PROTEÇÃO CIVIL SANTA MARIA DA FEIRA
PROGRAMA "ALDEIA SEGURA - PESSOAS SEGURAS"	MOITINHAS - SABÓIA	26JUN18	03	ANPC ODEMIRA; BV ODEMIRA; BV MILFONTES; JF SABÓIA
ALDEIA SEGURA/PESSOAS SEGURAS	CARAVELAS	27JUN18	02	JF CARAVELAS; CM MIRANDELA
EXERCÍCIO (MRO) 1/18 – OPERAÇÃO DE RESGATE EM ELEVADA ESCALA	BAIA DO FUNCHAL	27JUN18	07	NSRPC; CAPITANIA PORTO FUNCHAL; SANAS MADEIRA; POLÍCIA MARÍTIMA; MRSC FUNCHAL
SIMULACRO	A4-TÚNEL DO MARÃO	28 29JUN18	08	PROTEÇÃO CIVIL; BV VILA REAL; BV AMARANTE
SIMULACRO INCÊNDIO LOCALIDADE	ALCAFAZ	30JUN18	04	PROTEÇÃO CIVIL; BV ÁGUEDA
SIMULACRO "ALDEIA SEGURA"	ALMOFRELA – CAMPELO - BAIÃO	03JUL18	07	BOMBEIROS; PROTEÇÃO CIVIL



DESIGNAÇÃO	LOCAL	DATA	MILITARES GNR ENVOLVIDOS	OUTRAS ENTIDADES PARTICIPANTES
ALDEIA SEGURA/PESSOAS SEGURAS	VILA VERDINHO	03JUL18	02	JF CEDÃES; CM MIRANDELA
ALDEIA SEGURA/PESSOAS SEGURAS	VILA BOA	04JUL18	02	JF UNIÃO DE FREGUESIAS FRANCO E VILA BOA; CM MIRANDELA
ALDEIA SEGURA/PESSOAS SEGURAS	VILA VERDE	05JUL18	02	JF UNIÃO DE FREGUESIAS FREIXEDA E VILA VERDE; CM MIRANDELA
ALDEIA SEGURA/PESSOAS SEGURAS	SOUTILHA	07JUL18	02	JF AGUIEIRAS; CM MIRANDELA; BV TORRE D. CHAMA
ALDEIA SEGURA/PESSOAS SEGURAS	PÁDUA DE FREIXO	07JUL18	02	JF AGUIEIRAS; CM MIRANDELA; BV TORRE D. CHAMA
ALDEIA SEGURA/PESSOAS SEGURAS	CORRIÇA	07JUL18	02	JF AGUIEIRAS; CM MIRANDELA; BV TORRE D. CHAMA
EXERCÍCIO EOD TIPO 4	CTER PORTO	10 11JUL18	07	ETA – ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUAS DE LEVER
SIMULACRO “ALDEIA SEGURA”	REBORDELO-CANEDO	11JUL18	02	BV LOUROSA; PROTEÇÃO CIVIL SANTA MRARIA DA FEIRA
EXERCÍCIO LEÃO	ABRANTES/ CONSTÂNCIA	11JUL18	21	ACADEMIA MILITAR
SIMULACRO DE AMEAÇA DE BOMBA	TRÓIA	11JUL18	08	INFRATROIA
SIMULACRO DE INCÊNDIO	RADIOLOGIA DE ALBUFEIRA	12JUL18	03	BOMBEIROS; PROTEÇÃO CIVIL
SIMULACRO DE INCÊNDIO FLORESTAL “ALDEIA SEGURA, PESSOAS SEGURAS”	VALES DE BARRIS E ALCUBE (SERRA DA ARRÁBIDA)	14JUL18	08	CM PALMELA; ANPC; BV PALMELA; PROTEÇÃO CIVIL PALMELA
ALDEIA SEGURA/PESSOAS SEGURAS	VALE DE LOBO	14JUL18	02	JF CEDÃES; CM MIRANDELA
SIMULACRO INCÊNDIO “FIRMA SAKTHI”	ZONA INDUSTRIAL CASARÃO, ÁGUEDA	17JUL18	04	BV ÁGUEDA
SIMULACRO	TUPPERWARE MONTALVO- CONSTÂNCIA	19JUL18	02	CM CONSTÂNCIA; BV CONSTÂNCIA; PROTEÇÃO CIVIL
SIMULACRO DE INCÊNDIO NA EMPRESA MOB (MOBILIÁRIO) – ZONA INDUSTRIAL DE COIMBRÕES - FRAGOSELA	UISEU	19JUL18	04	EMPRESA MOB, PROTEÇÃO CIVIL UISEU; BV UISEU
ALDEIA SEGURA/PESSOAS SEGURAS	FRECHAS	22JUL18	02	JF FRECHAS; CM MIRANDELA
ALDEIA SEGURA/PESSOAS SEGURAS	VALE DA SANCHA	22JUL18	02	JF FRECHAS; CM MIRANDELA
ALDEIA SEGURA/PESSOAS SEGURAS	CACHÃO	22JUL18	02	JF FRECHAS; CM MIRANDELA
ALDEIA SEGURA/PESSOAS SEGURAS	FRANCO	22JUL18	02	JF UNIÃO DE FREGUESIAS FRANCO E VILA BOA; CM MIRANDELA



DESIGNAÇÃO	LOCAL	DATA	MILITARES GNR ENVOLVIDOS	OUTRAS ENTIDADES PARTICIPANTES
ALDEIA SEGURA/PESSOAS SEGURAS	AVIDAGOS	24JUL18	02	JF UNIÃO DE FREGUESIAS AVIDAGOS NAVALHO E PEREIRA
ALDEIA SEGURA/PESSOAS SEGURAS	PEREIRA	24JUL18	02	JF UNIÃO DE FREGUESIAS AVIDAGOS NAVALHO E PEREIRA
ALDEIA SEGURA/PESSOAS SEGURAS	NAVALHO	24JUL18	02	JF UNIÃO DE FREGUESIAS AVIDAGOS NAVALHO E PEREIRA
EXERCÍCIO EOD TIPO 4	CTER BRAGA	24 25JUL18	04	
SIMULACRO - CENTRO COMERCIAL MIRAMAIA	ESTRADA REAL N.º 95 – MOREIRA - MAIA	25JUL18	02	PROTEÇÃO CIVIL MAIA; BOMBEIROS MOREIRA – MAIA
SIMULACRO "EXERCÍCIO DE EVACUAÇÃO ALDEIA SEGURA"	COVÃO DA CARVALHA - MIRA DE AIRE	28JUL18	08	CM PORTO DE MÓS, PROTEÇÃO CIVIL, JF MIRA DE AIRE; BV PORTO DE MÓS; BV MIRA DE AIRE.
EXERCÍCIO DE EVACUAÇÃO - ALDEIA DE COVÃO DA CARVALHA	ALDEIA DE COVÃO DA CARVALHA	28JUL18	04	BOMBEIROS; JF S. MAMEDE; CM BATALHA; SAPADORES FLORESTAIS
EXERCÍCIO EOD TIPO 4	CTER VILA REAL	01 02AGO18	06	AERÓDROMO VILA REAL
PROGRAMA "ALDEIA SEGURA - PESSOAS SEGURAS"	CORTE MALHÃO - S. MARTINHO DAS AMOREIRAS	02AGO18	02	ANPC ODEMIRA; BV ODEMIRA; BV MILFONTES; JF S. MARTINHO DAS AMOREIRAS
SIMULACRO ALDEIA SEGURA	TALHAS – MACEDO DE CAVALEIROS	03AGO18	04	ANPC; BV MACEDO DE CAVALEIROS
EXERCÍCIO DE EVACUAÇÃO NA ALDEIA DE BARRENTA	ALDEIA DE BARRENTA	05AGO18	04	BOMBEIROS; UF ALCARIA E ALVADOS; CM PORTO DE MÓS; SAPADORES FLORESTAIS
SIMULACRO "ALDEIA SEGURA, PESSOAS SEGURAS"	ALDEIA DE LOMBA DE ARÕES – VALE DE CAMBRA	06AGO18	04	ANPC; CM VALE DE CAMBRA; BV VALE DE CAMBRA
SIMULACRO DISCOTECA BLISS	DISCOTECA BLISS	07AGO18	01	PROTEÇÃO CIVIL; BOMBEIROS MUNICIPAIS
SIMULACRO DE INCÊNDIO URBANO – JARDIM DE INFÂNCIA DA MISERICÓRDIA	SÃO PEDRO DO SUL	07AGO18	04	BV SÃO PEDRO DO SUL; PROTEÇÃO CIVIL SÃO PEDRO DO SUL
ALDEIA SEGURA/PESSOAS SEGURAS	SÃO SALVADOR	08AGO18	02	JF S. SALVADOR; CM MIRANDELA
SIMULACRO "ALDEIA SEGURA"	PARADA-LOUREDO	11AGO18	02	BV LOUROSA; PROTEÇÃO CIVIL SANTA MRARIA DA FEIRA
ALDEIA SEGURA/PESSOAS SEGURAS	VALE DE TELHAS	13AGO18	02	JF VALE DE TELHAS; CM MIRANDELA
ALDEIA SEGURA/PESSOAS SEGURAS	BARCEL	16AGO18	02	JF UNIÃO DE FREGUESIAS BARCEL, MARMELOS E VALVERDE DA GESTOSA; CM MIRANDELA
ALDEIA SEGURA/PESSOAS SEGURAS	VALVERDE DA GESTOSA	16AGO18	02	JF UNIÃO FREGUESIAS BARCEL, MARMELOS E VALVERDE DA GESTOSA; CM MIRANDELA
ALDEIA SEGURA/PESSOAS SEGURAS	MARMELOS	21AGO18	02	JF UNIÃO FREGUESIAS BARCEL, MARMELOS E VALVERDE DA GESTOSA; CM MIRANDELA



DESIGNAÇÃO	LOCAL	DATA	MILITARES GNR ENVOLVIDOS	OUTRAS ENTIDADES PARTICIPANTES
ALDEIA SEGURA/PESSOAS SEGURAS	SAO PEDRO DE VALE DO CONDE	21AGO18	02	JF UNIAO FREGUESIAS BARCEL, MARMELOS E VALVERDE DA GESTOSA; CM MIRANDELA
SIMULACRO EVACUAÇÃO DA POPULAÇÃO DA LOCALIDADE EM CASO DE INCÊNDIO FLORESTAL	LOCALIDADE DE CABEÇA (CONCELHO DE SEIA)	22AGO18	03	PROTEÇÃO CIVIL SEIA; BV LORIGA; SAPADORES FLORESTAIS
ALDEIA SEGURA/PESSOAS SEGURAS	PAI TORTO	25AGO18	02	JF SUÇÃES; CM MIRANDELA
ALDEIA SEGURA/PESSOAS SEGURAS	SUÇÃES	25AGO18	02	JF SUÇÃES; CM MIRANDELA
SIMULACRO "EXERCÍCIO DE EVACUAÇÃO ALDEIA SEGURA"	BARRENTA - MIRA DE AIRE	25AGO18	09	CM PORTO DE MÓS, PROTEÇÃO CIVIL, JF MIRA DE AIRE; BV PORTO DE MÓS; BV MIRA DE AIRE
ALDEIA SEGURA/PESSOAS SEGURAS	MILHAIS	30AGO18	02	JF ABREIRO; CM MIRANDELA
ALDEIA SEGURA/PESSOAS SEGURAS	ABREIRO	30AGO18	02	JF ABREIRO; CM MIRANDELA
ALDEIA SEGURA/PESSOAS SEGURAS	LAMAS DE ORELHÃO	06SET18	02	J.F.LAMAS ORELHÃO, C.M.MIRANDELA
EXERCÍCIO EOD TIPO 2	UI/CISSS-GRAFANIL- LISBOA (ORGANIZADO CISSS)	11 A 13SET18	04	
SIMULACRO DE QUEDA DE AERONAVE	ILHA DO CORVO	14SET18	03	PROTEÇÃO CIVIL, BOMBEIROS CORVO, UNIDADE DE SAÚDE, PSP, SATA
EXERCÍCIO "TEST EXERCISE FUSION SERVICE – EUROSUR"	ZA SETÚBAL	17 A 20SET18	18	
SIMULACRO – ENGENHO EXPLOSIVO IMPROVISADO – PORTOS DOS AÇORES	PORTO COMERCIAL DA HORTA	18SET18	05	SERVIÇO REGIONAL PROTEÇÃO CIVIL; BOMBEIROS AÇORES; PSP; AUTORIDADE MARÍTIMA; CM HORTA; BV HORTA; PORTOS DOS AÇORES
SIMULACRO DE INCÊNDIO NA EMPRESA "CONTROLAR"	RUA DO CAULINO - ALFENA	19SET18	05	BV ERMESINDE; PROTEÇÃO CIVIL VALONGO
SIMULACRO DE INCÊNDIO EM CRECHE	CRECHE EM OURIQUE	20SET18	05	ANPC OURIQUE; BV OURIQUE
EXERCÍCIO ANUAL ÂMBITO CÓDIGO ISPS	PORTO DOS AÇORES	20SET18	03	PSP; PJ, SEF; AUTORIDADE MARÍTIMA
EXERCÍCIO FRONTEX	SETÚBAL	20SET18	07	
SIMULACRO "TOURO 2018"	ILHA SÃO MIGUEL	21 A 23SET18	08	PROTEÇÃO CIVIL; BV PONTA DELGADA; PSP; EXÉRCITO; FORÇA AÉREA
EXERCÍCIO DE TREINO OPERACIONAL DE RESGATE NAS TELECABINES	PARQUE DAS NAÇÕES	25SET18	05	RSB LISBOA
IMPLEMENTAÇÃO DO MAS ATLANTIC (EFS) – ALGARVE	ALGARVE	25SET A 30NOV18	02	FRONTEX



DESIGNAÇÃO	LOCAL	DATA	MILITARES GNR ENVOLVIDOS	OUTRAS ENTIDADES PARTICIPANTES
SEMANA DA PROTEÇÃO CIVIL DE LISBOA - SIMULACRO DE UMA REFLUTUAÇÃO	LAGO DO OCEANÁRIO - EXPO - LISBOA	28SET18	07	ENTIDADES DE PROTEÇÃO CIVIL; UEOS
SIMULACRO ACIDENTE DE VIAÇÃO EM AUTOESTRADA	AE 32 – OLIVEIRA DE AZEMÉIS	28SET18	05	BRISA
6.ºS EXERCÍCIOS OPERACIONAIS DE BUSCA E SALVAMENTO DE SINTRA (EOS2018)	SINTRA	28SET18 A 30SET18	06	BOMBEIROS; INEM; PROTEÇÃO CIVIL
SIMULACRO DE SALVAMENTO MARÍTIMO DA ASSOCIAÇÃO PRO-MAIOR SEGURANÇA DOS HOMENS DO MAR (APMSHM) – CAXINAS 2018	CAXINAS – VILA DO CONDE	29SET18	08	POLÍCIA MARÍTIMA, ISN PÓVOA DE VARZIM, BV PÓVOA DE VARZIM; INEM; APMSHM
DEMONSTRAÇÃO DE MEIOS	PARQUE DAS NAÇÕES	29SET18	06	INEM; SMPC LISBOA; PSP; RSB LISBOA
SIMULACRO DE ACIDENTE EM OBRA	CINETEATRO DE ARRAIOLOS	02OUT18	02	CM ARRAIOLOS; BV ARRAIOLOS
SIMULACRO – EMPRESA POLIGRAMA – DERRAME PRODUTO QUÍMICO PERIGOSO	MOIMENTA DA BEIRA	03OUT18	10	BV MOIMENTA DA BEIRA; PROTEÇÃO CIVIL DE MOIMENTA DA BEIRA
PROGRAMA “ALDEIA SEGURA, PESSOAS SEGURAS”	PINHAL DO INGLÉS – CHARNECA DA CAPARICA	06OUT18	04	CM ALMADA
SIMULACRO – INCÊNDIO NO CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE LAMELAS	CASTRO DAIRE	10OUT18	08	BV CASTRO DAIRE; PROTEÇÃO CIVIL CASTRO DAIRE; CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE LAMELAS
SIMULACRO ACIDENTE VIAÇÃO	AE 32 – EN224 PRAÇA DA PORTAGEM	10OUT18	04	BRISA
SIMULACRO ACIDENTE DE VIAÇÃO EM AUTOESTRADA	AE 32 – OLIVEIRA DE AZEMÉIS	10OUT18	03	BRISA
SIMULACRO NA FÁBRICA DE EXPLOSIVOS - ORICA	ORICA - ALJUSTREL	12OUT18	03	ANPC ALJUSTREL; BV ALJUSTREL
SIMULACRO – ACIDENTE RODOVIÁRIO COM MATÉRIAS PERIGOSAS NO TÚNEL A 24	CASTRO DAIRE	15OUT18	18	EGIS, BV CASTRO DAIRE; PROTEÇÃO CIVIL CASTRO DAIRE
EUROPEAN EXPLOSIVE ORDNANCE DISPOSAL NETWORK – CONFERENCE & TRAINING	QUELUZ (UNIDADE NACIONAL CEPOL) E TRAFARIA	16 A 19OUT18	48	PSP; PJ; EUROPOL; CEPOL (EU); INTERPOL; DIRECTION GÉNÉRALE DE LA SÉCURITÉ CIVILE ET DE LA GESTION DES CRISES (FRANÇA); FBI E ATF (EUA); CENTREX CBRN-EXPLOSIVES / NL-BDC (HOLANDA); GUARDIA CIVIL; CUERPO NACIONAL DE POLICÍA, MOSSOS D’ESQUADRA E COUNTER IMPROVISED EXPLOSIVE DEVICES CENTRE OF EXCELLENCE (ESPANHA); DE HOME (EUROPEAN COMMISSION); REPRESENTANTES FA E FS DOS ESTADOS MEMBROS DA UNIÃO EUROPEIA; REPRESENTANTES DE AGÊNCIAS E UNIVERSIDADES DOS ESTADOS MEMBROS DA UNIÃO EUROPEIA
EXERCÍCIO À ESCALA TOTAL APS 2018	AEROPORTO PORTO SANTO	17OUT18	04	SRPC; SMPC; BVPS; SEGURANÇA SOCIAL; NAV; PJ; ALFÂNDEGA; SECURITAS; PETROGAL; BOMBEIROS AEROPORTO



DESIGNAÇÃO	LOCAL	DATA	MILITARES GNR ENVOLVIDOS	OUTRAS ENTIDADES PARTICIPANTES
SIMULACRO DE INCIDENTE DERRAME DE GÁS	SEDE DA EMPRESA DE GÁS OZ ENERGIA E RUAS DA TRAFARIA	17OUT18	05	BV ALMADA; PROTEÇÃO CIVIL ALMADA
EXERCÍCIO CEPOL/EEODN	TRAFARIA	18OUT18	11	CISS
SIMULACRO REFERENTE PLANO ESPECIAL DE EMERGÊNCIA E PROTEÇÃO CIVIL DE MÉRTOLA	CENTRO HISTÓRICO DE MÉRTOLA	18OUT18	06	ANPC MÉRTOLA; SANTA CASA MISERICÓRDIA DE MÉRTOLA; CAPITANIA DO PORTO VRSA; SEGURANÇA SOCIAL DE BEJA
SIMULACRO DE INCÊNDIO NO CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE ALFENA POLO I	RUA COMENDADOR DE MATOS - ALFENA	19OUT18	07	BV ERMESINDE; PROTEÇÃO CIVIL VALONGO
SIMULACRO	ESCOLA E.B.1 DA AMOROSA	19OUT18	02	PROTEÇÃO CIVIL SILVES
EXERCÍCIO EGEX18	COSTA DA CAPARICA/LISNAVE	21 A 26OUT18	277	FORÇAS DA EUROGENDFOR (PT; FR; ESP; IT; LT; NL; RO; PL; TU)
SIMULACRO	ESCOLA SECUNDÁRIA DE SILVES	23OUT18	02	PROTEÇÃO CIVIL SILVES
SIMULACRO – INCÊNDIO DA AMAI	MOIMENTA DA BEIRA	23OUT18	06	AMAI; BV MOIMENTA DA BEIRA; PROTEÇÃO CIVIL MOIMENTA DA BEIRA
SIMULACRO	ESCOLA E.B. 1 Nº1 DE SILVES	24OUT18	02	PROTEÇÃO CIVIL SILVES
SIMULACRO AMEAÇA DE BOMBA CTFD OLIVAL	R. PARDIEIROS 340, CRESTUMA – VILA NOVA DE GAIA	24OUT18	04	BOMBEIROS, PROTEÇÃO CIVIL; EMPRESA DE SEGURANÇA PRIVADA
SIMULACRO	JARDIM INFÂNCIA DE SILVES	25OUT18	02	PROTEÇÃO CIVIL SILVES
SIMULACRO ACIDENTE AUTOCARRO	FAJÁ DO OUVIDOR-SÃO JORGE	25OUT18	03	PSP; BV CALHETA; BV VELAS; PSP; AUTORIDADE MARÍTIMA; POLÍCIA MARÍTIMA
EXERCÍCIO DA EUROGENFOR "EGEX 18"	COSTA CAPARICA	25 26OUT18	19	GUARDA COSTEIRA DE ELISIA
SIMULACRO DE INCÊNDIO	HOTEL COLINA DO MAR	26OUT18	02	BOMBEIROS; PROTEÇÃO CIVIL
SIMULACRO DE INCÊNDIO EM HABITAÇÃO	PINHEL	27OUT18	02	BOMBEIROS E INEM
SIMULACRO DE INCÊNDIO	HOTEL ALBUFEIRA SOL	30OUT18	03	BOMBEIROS; PROTEÇÃO CIVIL
SIMULACRO DE INCÊNDIO	HOTEL MÓNICA ISABEL	30OUT18	03	BOMBEIROS; PROTEÇÃO CIVIL
SIMULACRO HOTEL HILTON	HOTEL HILTON	30OUT18	01	PROTEÇÃO CIVIL, BOMBEIROS MUNICIPAIS
RESGATE	CENTRAL HIDROELÉTRICA DE TOUVEDO	30OUT18	02	INEM; CDOS VIANA DO CASTELO; CM PONTE DA BARCA; BV PONTE DA BARCA





DESIGNAÇÃO	LOCAL	DATA	MILITARES GNR ENVOLVIDOS	OUTRAS ENTIDADES PARTICIPANTES
ALDEIA SEGURA/PESSOAS SEGURAS	VALE DE COUCE	03NOV18	02	JF UNIAO DE FREGUESIAS AVANTOS E ROMEU; CM MIRANDELA
ESCOLA D. INÉS DE CASTRO	ALCOBAÇA	04NOV18	03	PROTEÇÃO CIVIL; PSP; EXÉRCITO
"A TERRA TREME"	MIRANDELA	05NOV18	02	ANPC; CM MIRANDELA
SIMULACRO "A TERRA TREME"	ARRAIOS / BORBA / REDONDO / MOURÃO	05NOV18	14	CM ARRAIOLOS; CM BORBA; CM REDONDO; CM MOURÃO; BV ARRAIOLOS; BV BORBA; BV REDONDO; BV MOURÃO; AGRUPAMENTO DE ESCOLAS; ANPC
RISCO SÍSMICO "A TERRA TREME"	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE ALFÂNDEGA DA FÉ	05NOV18	03	BV ALFÂNDEGA DA FÉ; PROTEÇÃO CIVIL; DIREÇÃO DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE ALFÂNDEGA DA FÉ
SIMULACRO DE TERRAMOTO EM VILA DO BISPO	ESCOLAS DE VILA DO BISPO	05NOV18	04	BV VILA DO BISPO; ESCOLAS; CM VILA DO BISPO; CENTRO DE SAÚDE
SIMULACRO "A TERRA TREME"	ESCOLA EB 2 - SABÓIA	05NOV18	02	BV ODEMIRA
SIMULACRO DE SISMO "A TERRA TREME"	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE ALBUFEIRA	05NOV18	03	PROTEÇÃO CIVIL
SIMULACRO "A TERRA TREME"	ALCOBAÇA	05NOV18	02	BOMBEIROS; INEM; PROTEÇÃO CIVIL
SIMULACRO	ESCOLA E.B. 2/3 S. BARTOLOMEU DE MESSINES	05NOV18	02	PROTEÇÃO CIVIL SILVES
EXERCÍCIO DE EVACUAÇÃO	JARDIM DE INFÂNCIA DE SARDOAL	05NOV18	03	BOMBEIROS MUNICIPAIS SARDOAL; PROTEÇÃO CIVIL
EXERCÍCIO "A TERRA TREME"	SAMORA CORREIA (ESCOLAS)	05NOV18	06	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE SAMORA CORREIA; BV SAMORA CORREIA; PROTEÇÃO CIVIL BENAVENTE
EXERCÍCIO "A TERRA TREME"	BENAVENTE	05NOV18	07	PROTEÇÃO CIVIL BENAVENTE; BV BENAVENTE
EXERCÍCIO "A TERRA TREME"	UISEU	05NOV18	16	PROTEÇÃO CIVIL UISEU; ESCOLAS; BV UISEU; BOMBEIROS MUNICIPAIS UISEU; POLÍCIA MUNICIPAL UISEU; CRUZ VERMELHA PORTUGUESA; ANPC; PSP UISEU
EXERCÍCIO "A TERRA TREME"	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE ALCOBAÇA	05NOV18	04	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS; BOMBEIROS
SIMULACRO "A TERRA TREME"	BRAGANÇA	05NOV18	04	BV BRAGANÇA
SIMULACRO "A TERRA TREME"	ESCOLA SECUNDÁRIA JORGE PEIXINHO - MONTIJO	05NOV18	04	BV MONTIJO; PROTEÇÃO CIVIL; PSP
SIMULACRO	ESCOLA E.B.1 DE S. MARCOS DA SERRA	06NOV18	02	PROTEÇÃO CIVIL SILVES
SIMULACRO	JARDIM DE INFÂNCIA DE S. MARCOS DA SERRA	06NOV18	02	PROTEÇÃO CIVIL SILVES



DESIGNAÇÃO	LOCAL	DATA	MILITARES GNR ENVOLVIDOS	OUTRAS ENTIDADES PARTICIPANTES
SIMULACRO INCÊNDIO	POUSADA PESTANA, ÔBIDOS	07NOV18	02	BOMBEIROS; PROTEÇÃO CIVIL
SIMULACRO DE INCÊNDIO EM ESTABELECIMENTO COMERCIAL	MINIMERCADO – TORRALTA, ALVOR	08NOV18	02	PROTEÇÃO CIVIL; BV PORTIMÃO
EXERCÍCIO DE EMERGÊNCIA À ESCALA TOTAL 2018	AEROPORTO DE BEJA	08NOV18	07	ANPC BEJA; BV BEJA; PSP BEJA
SIMULACRO INCÊNDIO EM EDIFÍCIO COMERCIAL	FÓRUM MONTIJO	09NOV18	07	BV MONTIJO; PROTEÇÃO CIVIL
SIMULACRO DE INCÊNDIO	HOTEL REAL BELAVISTA	09NOV18	03	BOMBEIROS; PROTEÇÃO CIVIL
SIMULACRO	CAIMA-CONSTÂNCIA SUL	10NOV18	03	CM CONSTÂNCIA; BV CONSTÂNCIA; PROTEÇÃO CIVIL
PICOS VALE DO CHÃO - CASTANHEIRA DE PERA	PICOS VALE DO CHÃO - CASTANHEIRA DE PERA	11NOV18	04	CM CASTANHEIRA PÊRA; PROTEÇÃO CIVIL; GIPS GNR; BV CASTANHEIRA DE PERA.
SIMULACRO INCÊNDIO NO IML	INL – NANOTECNOLOGIA – GUALTAR BRAGA	12NOV18	10	PROTEÇÃO CIVIL; BV BRAGA; INEM
SIMULACRO DE INCÊNDIO	HOTEL VILA GALÉ	13NOV18	02	BOMBEIROS; PROTEÇÃO CIVIL
MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO (MAP'S) DOS JARDINS DE INFÂNCIA E DAS ESCOLAS DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO QUE FUNCIONAM EM EDIFÍCIOS MUNICIPAIS	EB1 MARCO	14NOV18	02	BOMBEIROS; PROTEÇÃO CIVIL; COMUNIDADE ESCOLAR
SIMULACRO – INCÊNDIO NA POUSADA DE VISEU	WISEU	14NOV18	06	BV VISEU; PSP; PROTEÇÃO CIVIL VISEU
SIMULACRO INCÊNDIO	HOSPITAL - AMARANTE	15NOV18	03	BV AMARANTE
SIMULACRO DE INCÊNDIO	ASSOCIAÇÃO ASAS UF BOUGADO	15NOV18	02	PROTEÇÃO CIVIL; BV TROFA
SIMULACRO DE INCÊNDIO	CASA DE SAÚDE BOM JESUS SAMEIRO	15NOV18	04	PROTEÇÃO CIVIL; BV BRAGA; INEM
TANQUISADO	MITRENA	16NOV18	02	PROTEÇÃO CIVIL
EXERCÍCIO LIVEX (MRO) 2/18 – OPERAÇÃO DE RESGATE EM ELEVADA ESCALA	BAIA DO FUNCHAL	16NOV18	08	SRPC; CAPITANIA PORTO FUNCHAL; POLÍCIA MARÍTIMA; SANAS MADEIRA; PORTO SANTO LINE
CELULEX 2018	INSTALAÇÕES DA LISNAVE - ALMADA, SETUBAL	16NOV18	12	EXÉRCITO; ANPC; PJ; BV CACILHAS; HAZMAT
VISITA CONSULTIVA DA UE	CENTRO DE CAPACITAÇÃO - FOGUETEIRO, SETUBAL	16NOV18	14	BREC; HAZMAT; UE



DESIGNAÇÃO	LOCAL	DATA	MILITARES GNR ENVOLVIDOS	OUTRAS ENTIDADES PARTICIPANTES
DIA MUNDIAL DA VITÍMA NA ESTRADA	EN 103 POVOA DE LANHOSO	18NOV18	12	C.M PÓVOA DE LANHOSO; BV PÓVOA DE LANHOSO
LIVEX T-REX	TÚNEL DE MONTEMOR - A9-CREL	18NOV18	32	ANPC; DIREÇÃO NACIONAL DE AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO DA ANPC; CDOS LISBOA; BOMBEIROS; PROTEÇÃO CIVIL ODIVELAS; PROTEÇÃO CIVIL LOURES; PROTEÇÃO CIVIL AMADORA; PROTEÇÃO CIVIL SINTRA; PSP; INFRAESTRUTURAS PORTUGAL; INEM; BRISA
SIMULACRO DE INCÊNDIO EM EDIFÍCIO	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CANHA	19NOV18	02	BV CANHA; PROTEÇÃO CIVIL MONTIJO
SIMULACRO INCÊNDIO URBANO	CENTRO ESCOLAR PROFESSOR ANTÓNIO M. MACHADO, ARCOS DE VALDEVEZ	19NOV18	02	BV ARCOS DE VALDEVEZ; CM ARCOS DE VALDEVEZ
SIMULACRO	ESCOLA ALEMÃ	20NOV18	02	PROTEÇÃO CIVIL SILVES
MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO (MAP'S) DOS JARDINS DE INFÂNCIA E DAS ESCOLAS DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO QUE FUNCIONAM EM EDIFÍCIOS MUNICIPAIS	JARDIM DE INFÂNCIA EB1 DE IGREJA – VILA BOA DE QUIRES	20NOV18	02	BOMBEIROS; PROTEÇÃO CIVIL; COMUNIDADE ESCOLAR
SIMULACRO	ESCOLA E.B. 1 DE S. BARTOLOMEU DE MESSINES	21NOV18	02	PROTEÇÃO CIVIL SILVES
SIMULACRO DE INCÊNDIO E POSTERIOR ABAFAMENTO COM EQUIPAMENTOS DE 1ª INTERVENÇÃO COM EMERGÊNCIA MÉDICA	S. JOANINHO – CASTRO DAIRE	21NOV18	04	BV FAREJINHAS; PROTEÇÃO CIVIL CASTRO DAIRE
MITREX	MITRENA	22NOV18	05	PROTEÇÃO CIVIL
SIMULACRO – JORNADA TÉCNICA DE COMBUSTIVÉIS	MANGUALDE	22NOV18	06	RCGÁS; REPSOL; BV MANGUALDE
NAVIGATOR COMPANY S.A.	EN 241 - ZONA INDUSTRIAL VILA VELHA DE RODÃO	23NOV18	04	PROTEÇÃO CIVIL; BV VILA VELHA DE RODÃO
SIMULACRO DE INCÊNDIO	HOTEL ROCAMAR	23NOV18	02	BOMBEIROS; PROTEÇÃO CIVIL
SIMULACRO	ESCOLA E,B 2+3 S.B. DE MESSINES	25NOV18	03	PROTEÇÃO CIVIL SILVES; BV S.B. DE MESSINES
IMACULADO 18	CENTRO IMACULADO – CORAÇÃO DE MARIA – VIANA DO ALENTEJO	27NOV18	04	BV VIANA DO ALENTEJO, PROTEÇÃO CIVIL E MUNICIPIO DE VIANA DO ALENTEJO
SIMULACRO INCÊNDIO	UNIVERSIDADE DO MINHO - BRAGA	27NOV18	08	INEM; BOMBEIROS SAPADORES DE BRAGA
COFICAB- COMPANHIA DE FIOS E CABOS LDA	VALE DE ESTRELA	29NOV18	04	BOMBEIROS E VOLUNTÁRIOS



DESIGNAÇÃO	LOCAL	DATA	MILITARES GNR ENVOLVIDOS	OUTRAS ENTIDADES PARTICIPANTES
SIMULACRO NO INTERMACHÉ	MACEDO DE CAVALEIROS	30NOV18	03	BV MACEDO DE CAVALEIROS
SIMULACRO	ESCOLA E.B. 1 Nº2 DE SILVES	30NOV18	02	PROTEÇÃO CIVIL SILVES
SIMULACRO OCORRÊNCIA INCÊNDIO NO CENTRO DE SAÚDE DE FREIXO ESPADA CINTA	CENTRO DE SAÚDE DE FREIXO ESPADA À CINTA	04DEC18	07	ANPC; INEM; ULSNE; BV FREIXO DE ESPADA À CINTA; PROTEÇÃO CIVIL
SIMULACRO - SISMO	EB1/ JI DA ABELHEIRA - QUARTEIRA	04DEC18	01	BOMBEIROS MUNICIPAIS; PROTEÇÃO CIVIL; DELEGADA DE SAÚDE
HOTEL SOL VERDE ESPINHO	AVENIDA DA LIBERDADE, 212 - 4410-154 S.F. MARINHA - VILA NOVA DE GAIA	04DEC18	02	BOMBEIROS; PROTEÇÃO CIVIL
SIMULACRO DE INCÊNDIO	SANTA EULÁLIA HOTEL	06DEC18	03	BOMBEIROS; PROTEÇÃO CIVIL
SIMULACRO INCÊNDIO URBANO	ESCOLA SUPERIOR AGRÁRIA DO INSTITUTO POLITÉCNICO	07DEC18	02	BV PONTE DE LIMA
SIMULACRO DE SISMO	ESCOLA SECUNDÁRIA DE ALBUFEIRA	10DEC18	02	ENTIDADES DE PROTEÇÃO CIVIL
SIMULACRO DE INCÊNDIO	CRECHE " A ESCOLINHA" - RUA M. A. MAIA-8400 515 CARVOEIRO	10DEC18	01	BV LAGOA
SIMULACRO HOTEL VILA GALÉ AMPALIUS	HOTEL VILA GALÉ AMPALIUS	10DEC18	01	PROTEÇÃO CIVIL; BOMBEIROS MUNICIPAIS
SIMULACRO-SISMO	ESCOLA BÁSICA FONTE SANTA- QUARTEIRA	10DEC18	02	DELEGADA DE SAÚDE; PROTEÇÃO CIVIL
HAZARDEX 2018	ESTAÇÃO CAMINHOS DE FERRO - ENTRONCAMENTO	10DEC18	09	ANPC, PSP, BOMBEIROS
SIMULACRO INCÊNDIO EM INTERIOR DE ARMAZÉNS	PARQUE IND. DO BATEL – NA EMPRESA LOGÍSTICA – ALCOCHETE	11DEC18	03	BV ALCOCHETE; PROTEÇÃO CIVIL
SIMULACRO INCÊNDIO	E.B.2 3 DE QUARTEIRA	11DEC18	01	PROTEÇÃO CIVIL
SIMULACRO NO LAR RESIDENCIAL DA CERCICOA	ESTRADA DE S. BARNABÉ - ALMODÔVAR	12DEC18	03	CM ALMODÔVAR; BV ALMODÔVAR



DESIGNAÇÃO	LOCAL	DATA	MILITARES GNR ENVOLVIDOS	OUTRAS ENTIDADES PARTICIPANTES
SIMULACRO INCÊNDIO URBANO	CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE AFIFE, VIANA DO CASTELO	12DEC18	02	BOMBEIROS MUNICIPAIS VIANA DO CASTELO
SIMULACRO INCÊNDIO NA ESCOLA BÁSICA 2/3 E SECUNDÁRIA DE PENACOVA	RUA DR. HOMERO PIMENTEL - PENACOVA	12DEC18	03	PROTEÇÃO CIVIL; BV PENACOVA
SIMULACRO - CENTRO COMERCIAL MIRAMAIA	ESTRADA REAL N.º 95 – MOREIRA - MAIA	13DEC18	02	PROTEÇÃO CIVIL MAIA; BOMBEIROS MOREIRA – MAIA
SIMULACRO DO ARMAZENAMENTO SUBTERRÂNEO NO CARRIÇO	MATA DO URSO GUARDA NORTE- CARRIÇO POMBAL	13DEC18	03	BV POMBAL; PROTEÇÃO CIVIL
SIMULACRO- SISMO	JARDIM DE INFÂNCIA Nº 3- QUARTEIRA	15DEC18	01	PROTEÇÃO CIVIL
SIMULACRO- SISMO	EB1 Nº 2 - QUARTEIRA	17DEC18	01	BOMBEIROS MUNICIPAIS; PROTEÇÃO CIVIL; DELEGADA DE SAÚDE
SIMULACRO- INCÊNDIO	ESPAÇO INFANTIL- LOULÉ	18DEC18	02	PROTEÇÃO CIVIL; BOMBEIROS MUNICIPAIS
SIMULACRO – LIPOR	RUA DA LIPOR – MOREIRA - MAIA	21DEC18	02	PROTEÇÃO CIVIL MAIA; BOMBEIROS MOREIRA – MAIA; POLÍCIA MUNICIPAL MAIA

### 1.2.8. INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

#### INQUÉRITOS

O trabalho realizado nesta área traduz-se nos gráficos seguintes:

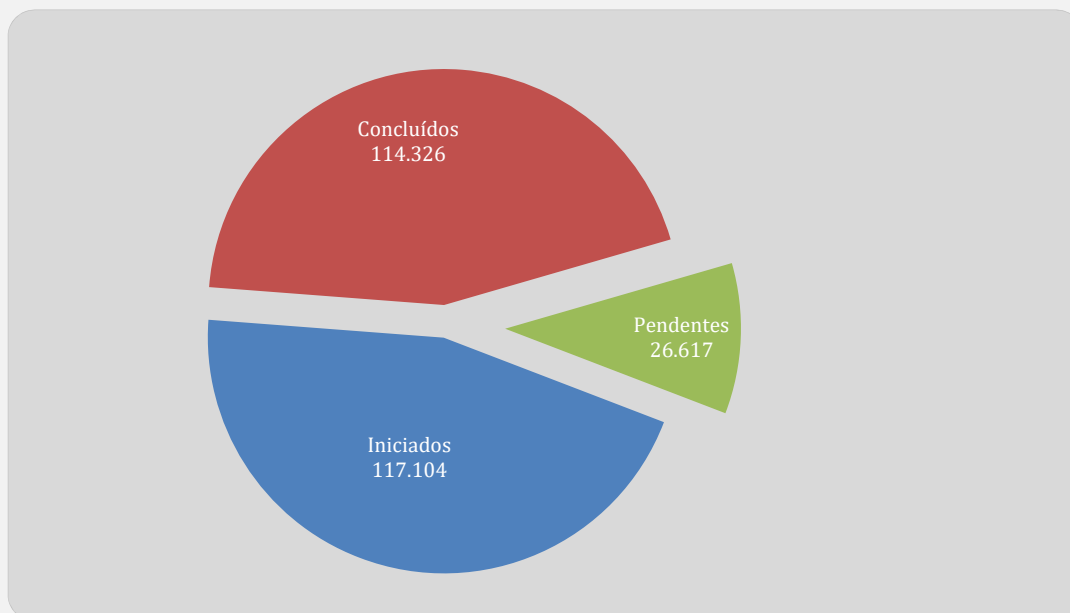


Figura 72 – Inquéritos

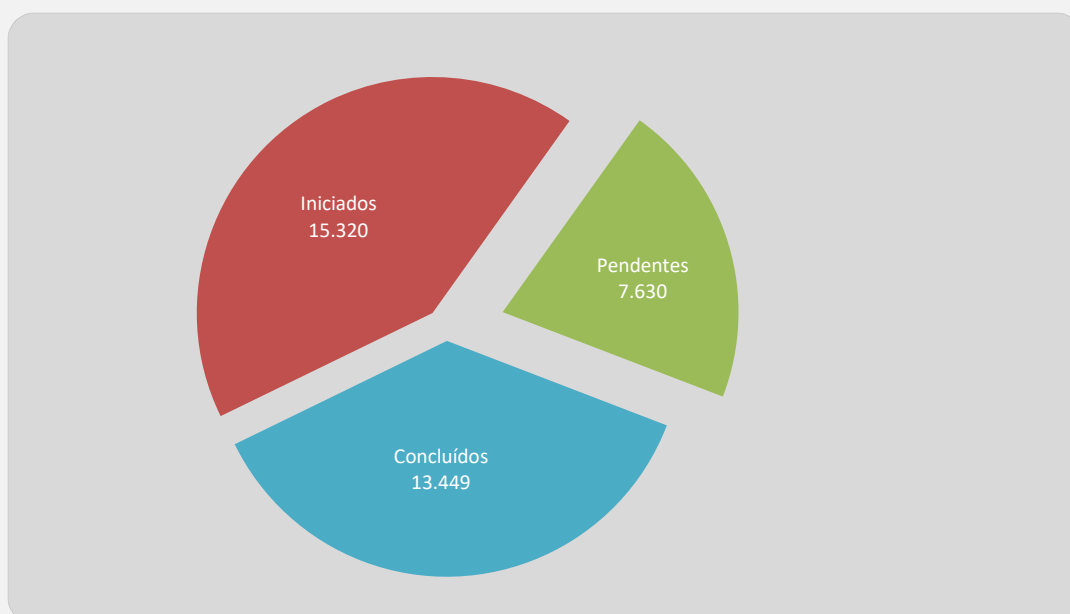


Figura 73– Inquéritos Investigação Criminal



**BUSCAS**

Como resultado das diligências de investigação criminal desenvolvidas, durante o ano de 2018 foram efetuadas 3.506 operações, que culminaram num total de 4.689 buscas, sendo 2.295 domiciliárias e 2.394 não domiciliárias.

**APREENSÕES**

No âmbito das diligências de investigação criminal procedeu-se as seguintes apreensões:

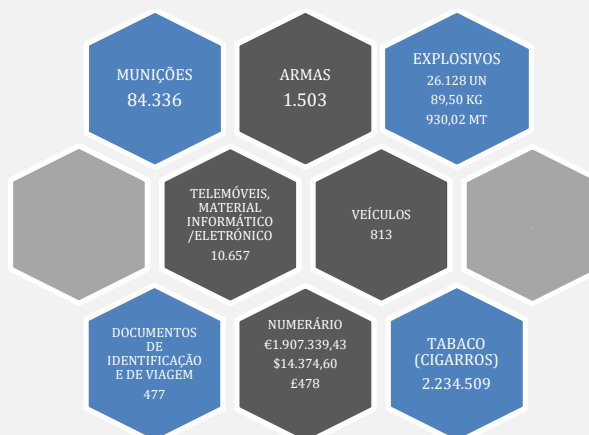


Figura 74 - Apreensões em sede de investigação criminal

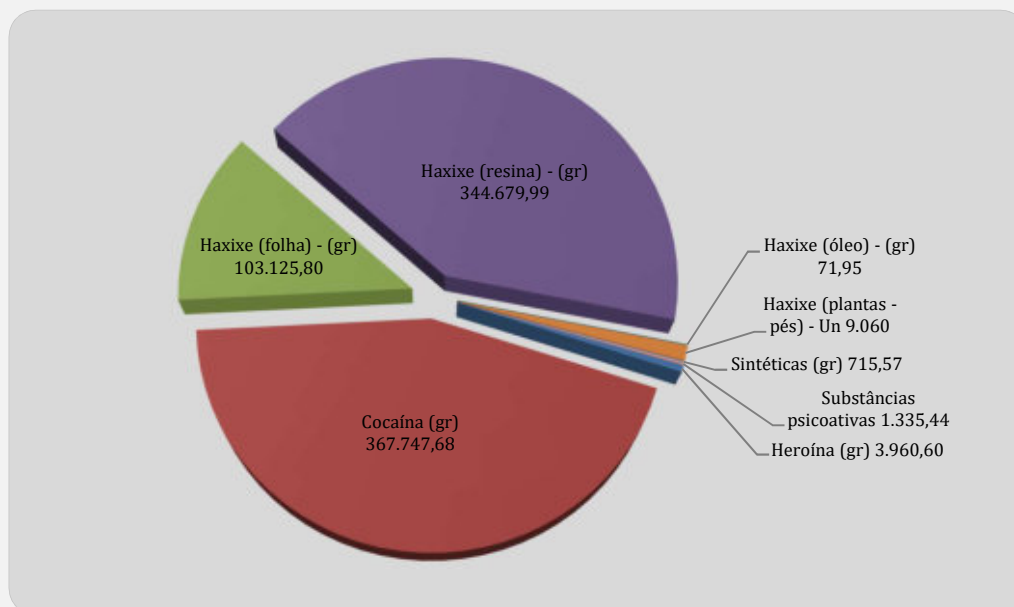


Figura 75 - Apreensões de Estupefacientes em sede de investigação criminal



## DETENÇÕES

Em resultado da atividade levada a cabo pela Guarda foram detidas 20.644 pessoas, sendo que 1.994 detenções resultam das diligências de investigação criminal desenvolvidas, das quais 1.141 ocorreram em flagrante delito, 791 fora de flagrante delito com mandado judicial e 62 fora de flagrante delito por iniciativa da GNR.

## INTERCEÇÕES TELEFÓNICAS

Na prossecução da atividade de investigação criminal desenvolvida pela GNR, foram efetuadas 5.514 interceções telefónicas.

## ORDENS E/OU PEDIDOS DE PESQUISA E APOIOS NO ÂMBITO DA INFORMAÇÃO CRIMINAL

Durante o ano de 2018, foram elaborados mil quatrocentos e cinquenta e uma (**1451**) ordens de pesquisa (**OP**) e pedidos de pesquisa (**PP**), representando um decréscimo aproximado de **15,7%**, face a 2017. As OP visaram a recolha de informação criminal por forma a responder a solicitações de entidades externas, nomeadamente da Unidade Nacional Europol, Gabinete Nacional Interpol, Polícia Judiciária, Polícia de Segurança Pública, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Polícia Marítima, *Guardia Civil* do Reino de Espanha, Tribunais, entre outros. Os PP efetuados destinaram-se à recolha de informação criminal para responder às solicitações de órgãos internos da GNR. Foram efetuados duzentos e cinquenta e três (**253**) PP para entidades externas, a fim de responder às solicitações do dispositivo da GNR e às suas necessidades de informação.

A Guarda efetuou mil cento e noventa e oito (**1198**) OP, destas, vinte e uma (**21**) foram por iniciativa própria e mil cento e setenta e sete (1177) para resposta às solicitações de entidades externas à DIC.

De realçar que para dar resposta aos pedidos de informação criminal dos Estados e Países Terceiros membros da *Europol*, solicitações estas providas da UNE/PJ através da plataforma de comunicação *Secure Information Exchange Network Application (SIENA)*, foram realizadas setecentas e dezoito (**718**) OP ao dispositivo da GNR, através da Estrutura de Análise de Informação Criminal.

No decorrer de 2018, foram realizados quatro (**04**) apoios operacionais no âmbito da Análise de Informação Criminal aos inquéritos que correm termos na Estrutura de IC das diversas Unidades da GNR, tendo para o efeito sido elaborados onze (**11**) Relatórios de Análise de Informação Criminal – Operacional (RAICO). De ressaltar que três (03) destes RAICO, são de elevada complexidade e que tiveram origem em setenta e um (71) relatórios de análise a equipamentos.

Foram elaborados três (03) Relatórios Temáticos de Análise de Informação Criminal relativos à Criminalidade Itinerante: Grupos de Indivíduos romenos, burlas nas redes sociais, compras online e Operação “Floresta Segura 2018”. Com efeito, foram efetuados cinco (05) Relatórios de Pesquisa em Fontes Abertas, relativos a denúncias de venda ilegal de tabaco, falsificação, consumo e tráfico de estupefacientes e furtos de caixas de correio.





**EXAMES E PERÍCIAS REALIZADOS PELA GNR**

Em 2018 realizou-se um conjunto significativo de diligências de criminalística, relativo aos exames oculares ao local do crime, exames e perícias diversas, que a seguir se indicam, solicitadas por entidades diversas, para além dos próprios Comandos e Órgãos da GNR: PSP, PJ e Tribunais.

**INSPEÇÕES JUDICIÁRIAS**

Realizadas 6.169 inspeções técnicas e judiciárias, registando-se uma diminuição de 5,1% relativamente ao ano anterior.

Na sequência das inspeções técnicas judiciárias efetuadas, foram recolhidos os seguintes tipos de vestígios, quanto à sua natureza:

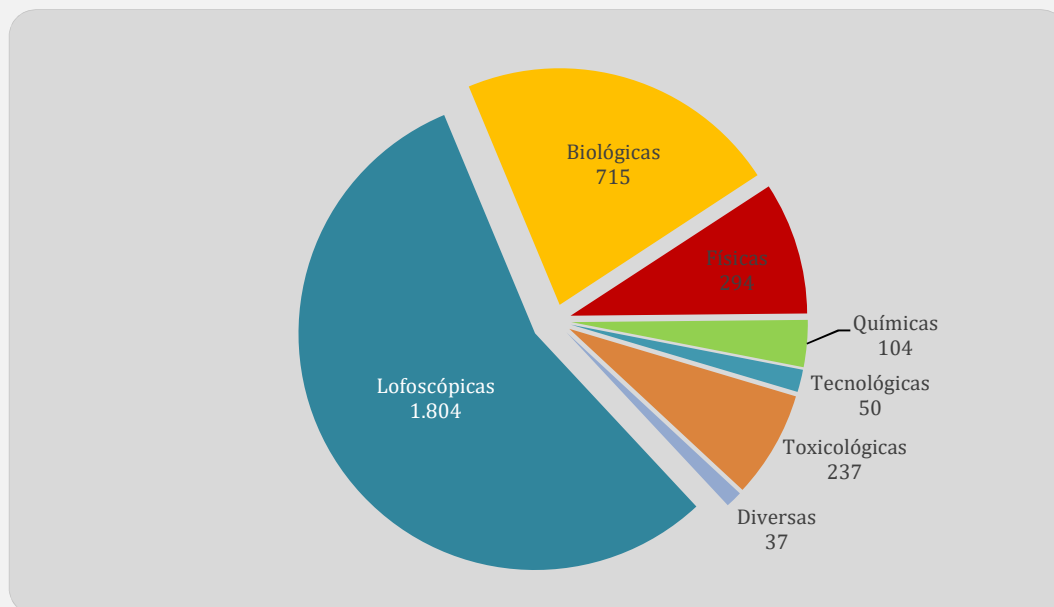


Figura 76 - Recolha de vestígios

**NO ÂMBITO DE ACIDENTES DE VIAÇÃO:**

Realizados 13 Relatórios Técnicos de Acidentes de Viação, o que representa uma diminuição de 59,4 % por comparação com o ano de 2017.

**NO ÂMBITO DA EXTRAÇÃO DE FOTOGRAMAS:**

Elaborados 56 Relatórios de Extração de Fotogramas, o que traduz um decréscimo de 49,1 % comparativamente a 2017.

**NO ÂMBITO DA LOFOSCOPIA:**

Realizados 427 exames laboratoriais Lofoscópicos, registando-se um aumento de 13,3% comparativamente com o ano de 2017.

Realizados 1.909 perícias lofoscópicas, registando-se um decréscimo de 3,5 % comparativamente com o ano de 2017.



Foram recolhidas 556 (NIC + NAT) resenhas datiloscópicas, registando-se uma diminuição de 65% por comparação com 2017.

#### **RECOLHAS NO ÂMBITO DO ADN**

Realizados 202 recolhas de ADN através de zaragatoas bucais, registando-se um aumento de 53%, comparativamente com 2017.

#### **OUTRAS DILIGÊNCIAS DE CRIMINALÍSTICA**

Foram realizadas 2.615 outras diligências processuais de criminalística, apresentando um decréscimo de 5,3%.

#### **NO ÂMBITO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO:**

Realizados 2.089 pesquisas de dados informáticos, em dispositivos tecnológicos, o que traduz um aumento de 31,7% relativamente a 2017.

Foram cumpridas 6 pesquisas de dados informáticos, na sequência da emissão Mandados Judiciais, cumpridos na sequência de operações policiais.



### 1.2.9. SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA

#### AÇÕES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DE VISITAS E SEGURANÇA DE ALTAS ENTIDADES

A Guarda realizou, durante o ano de 2018, 648 ações no âmbito de segurança de Altas Entidades, empenhando 5.631 militares. Foram ainda realizadas 64 buscas preventivas, por binómios de deteção de explosivos, com um empenhamento de 114 binómios. Ainda no decurso destas ações, foram realizadas, pelos operadores “Explosive Ordnance Disposal” (EOD) 233 buscas preventivas, nas quais foram empenhados 615 militares.

#### AÇÕES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DA REALIZAÇÃO DE EVENTOS DESPORTIVOS

##### EM RECINTOS

Para a manutenção da segurança e ordem pública em eventos desportivos, mormente os realizados em recintos, a Guarda desenvolveu 33.569 ações, as quais implicaram o empenhamento de 95.461 militares.

##### NA VIA PÚBLICA

No âmbito da segurança a eventos desportivos praticados na via pública, num total de 1.833 eventos, foram empenhados 14.500 militares.

#### AÇÕES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DA REALIZAÇÃO DE EVENTOS OBJETO DE MEDIDAS ESPECIAIS DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA, DESIGNADAMENTE, EVENTOS OFICIAIS, CULTURAIS E RELIGIOSOS

No âmbito do policiamento geral, em 2018 realizaram-se 398.780 ações.

DESIGNAÇÃO DO EVENTO	LOCAL	DATA	N.º DE ESPECTADORES	N.º DE MILITARES
PEREGRINAÇÃO “ANIVERSÁRIO”	FÁTIMA	DE MAIO A OUTUBRO	150.000	454
80ª VOLTA A PORTUGAL EM BICICLETA	A NÍVEL NACIONAL	01AGO18 A 12AGO18	INDEFINIDO	344
WRC - RALI DE PORTUGAL	PORTO, V. REAL, BRAGA, V. CASTELO.	17 A 20MAI18	INDEFINIDO	1.092
FESTAS DA MOITA	MOITA	7 A 16SET18	100.000	350
FESTIVAL MEO SW	ZAMBUJEIRA DO MAR	7 A 11AGO18	147.000	260
FESTIVAL MARANHO E BUCHO	SERTÃ	11 A 16JUL18	15.000	132
XXXVII FESTA DA AMENDOEIRA EM FLOR	V. N. DE FOZ CÔA	17FEV18 A 11MAR18	20.000	60
SUMOL SUMMER FEST 2018	ERICEIRA	06JUL18 A 08JUL18	22.000	92
OCEAN SPIRIT	SANTA CRUZ	20A 28JUL18	52.000	226
FESTIVAL INT. CHOCOLATE	ÓBIDOS	23FEV18 A 18MAR18	80.000	30
FEIRA NACIONAL DO CAVALO	GOLEGÃ	03NOV A 12NOV18	700.000	838
FESTIVAL VILAR DE MOUROS	CAMINHA	23 A 26AGO18	30.000	148
FESTIVAL VODAFONE PAREDES DE COURA	PAREDES DE COURA	17 A 20AGO18	80.000	95
XXIII CONCENTRAÇÃO MOTARD	GÓIS	15 A 19AGO18	42.000	834
EXPOFACIC	CANTANHEDE	26JUL18 A 05AGO18	400.000	168



PENELA PRESÉPIO	PENELA	02DEC18 A 06JAN19	50.000	18
BOOM FESTIVAL 2018	IDANHA-A-NOVA	18JUL18 A 29JUL19	60.000	761
42ª VOLTA AO ALGARVE - CICLISMO	FARO	14 A 18FEV18	INDEFINIDO	222
36.º CONCENTRAÇÃO MOTARD DE FARO	MONTENEGRO - PRAIA DE FARO	18 A 22JUL18	25.000	350
FESTIVAL MED	LOULÉ	28JUN18 A 01JUL18	25.000	195
FEIRA MEDIEVAL 2018	SILVES	10 A 19AGO18	100.000	150
ASCENSÃO 2018	CHAMUSCA	05 A 13MAI18	10.000	145
CARAMULO MOTORFESTIVAL	CARAMULO	07 A 09SET18	36.000	66
FEIRA ANUAL DOS SANTOS	MANGUALDE	02 A 04NOV18	50.000	75
FESTIVAL ANDANÇAS 2017	POVOA E MEADAS - CASTELO DE VIDE	01 A 05AGO18	20.000	95
31ª BAJA PORTALEGRE 500	DISTRITO DE PORTALEGRE	25 A 27OUT18	INDEFINIDO	431
24 HORAS DE FRONTEIRA	TERRÓDROMO DE FRONTEIRA	2NOV18 A 02DEC18	10.000	323
FESTIVAL MÚSICAS DO MUNDO	SINES	19 A 28JUL18	150.000	394
FESTIVAL SOL DA CAPARICA	PARQUE URBANO	16 A 19AGO18	80.000	370
AGRIVAL	PENAFIEL	17 A 26AGO18	100.000	130
SÃO MARTINHO	PENAFIEL	10 A 20NOV18	500.000	96
VILA NATAL	ÓBIDOS	30NOV18 A 06JAN19	200.000	60
DESFILE CARNAVALESCO DE ESTARREJA	ESTARREJA	03 A 13FEV18	25.000	175
<b>TOTAL</b>			<b>3.107.000</b>	<b>9.368</b>

Figura 77 - Eventos oficiais, desportivos, culturais e religiosos (2018)

### AÇÕES NO ÂMBITO DO EXERCÍCIO DO DIREITO DE REUNIÃO E MANIFESTAÇÃO

No intuito de se assegurar o exercício do direito de reunião e manifestação, a Guarda interveio em 147 situações, nas quais empenhou um efetivo de 1.177 militares.

#### AÇÕES DE REPOSIÇÃO DA ORDEM EM ZONAS URBANAS SENSÍVEIS (ZUS)

Durante o ano de 2018, o Grupo de Intervenção em Ordem Pública (GIOP/UI) empenhou 5.656 militares nas 909 ações que desenvolveu nas ZUS situadas dentro da área de responsabilidade da GNR, designadamente nas ZA dos Comandos Territoriais de Lisboa, Porto e Setúbal.

#### INCIDENTES TÁTICO-POLICIAIS (ITP)

No decurso do ano 2018 foram registados 4 incidentes, nas áreas dos Comandos Territoriais de Lisboa, Coimbra e Beja, nos quais foram empenhados meios destes Comandos, apoiados por Equipas de Negociadores e Forças da Unidade de Intervenção da GNR.

Os incidentes reportaram-se a 4 indivíduos barricados. Destes ITP resultaram 3 detidos e 1 morto.



### 1.2.10.ATIVIDADE DE POLÍCIA ADMINISTRATIVA

No ano de 2018, para o cumprimento da sua missão, a GNR efetuou 1.012.086 rondas e patrulhas, as quais implicaram um empenhamento de 2.116.745 militares.

Estabelece-se aqui a necessária diferença do número de patrulhas para as ações de patrulhamento, sendo que poderá ocorrer numa patrulha, distintas ações de patrulhamento quanto à sua natureza. No ano de 2018 registaram-se 1.014.053 ações de patrulhamento, distribuídos de acordo com a informação constante dos gráficos que se seguem:

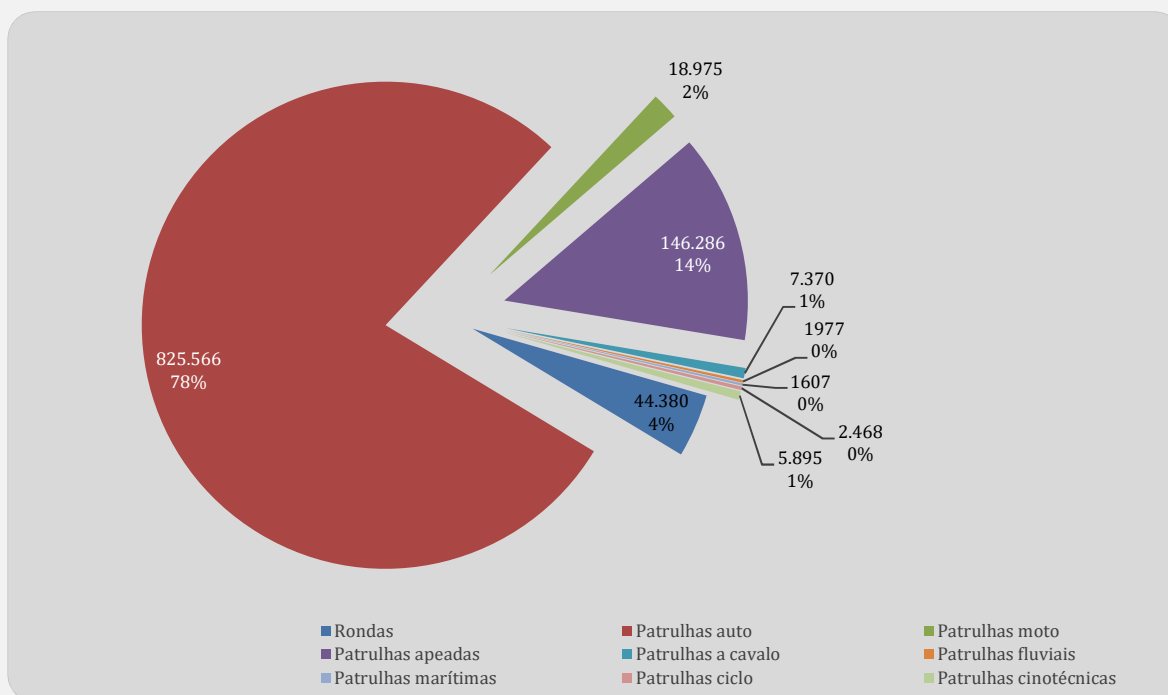


Figura 78 - Número de patrulhas

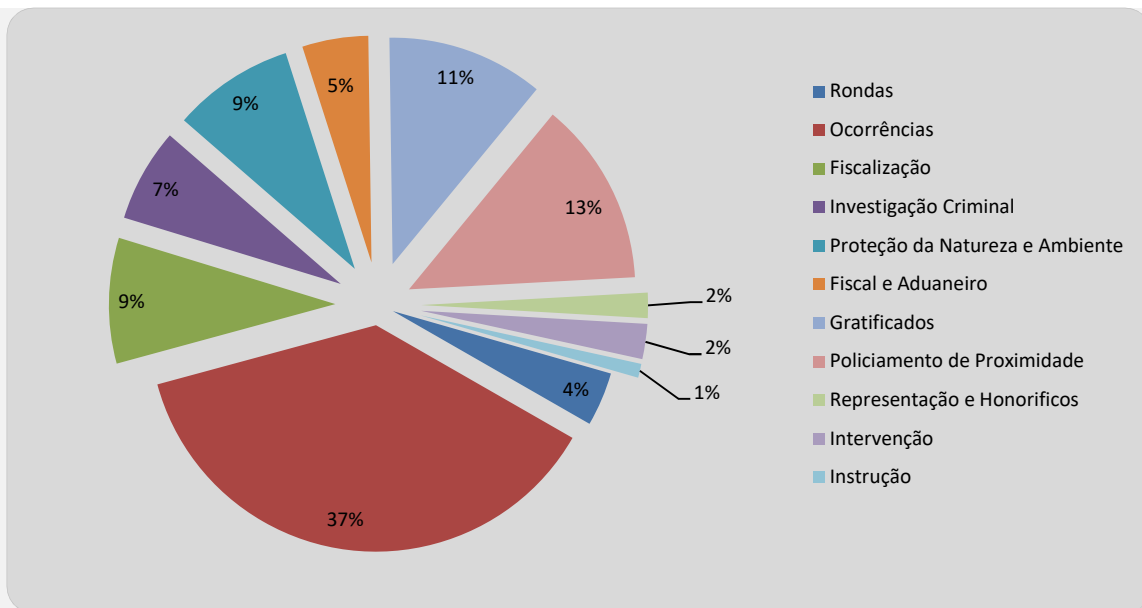


Figura 79 – Percentagem de efetivos empenhados

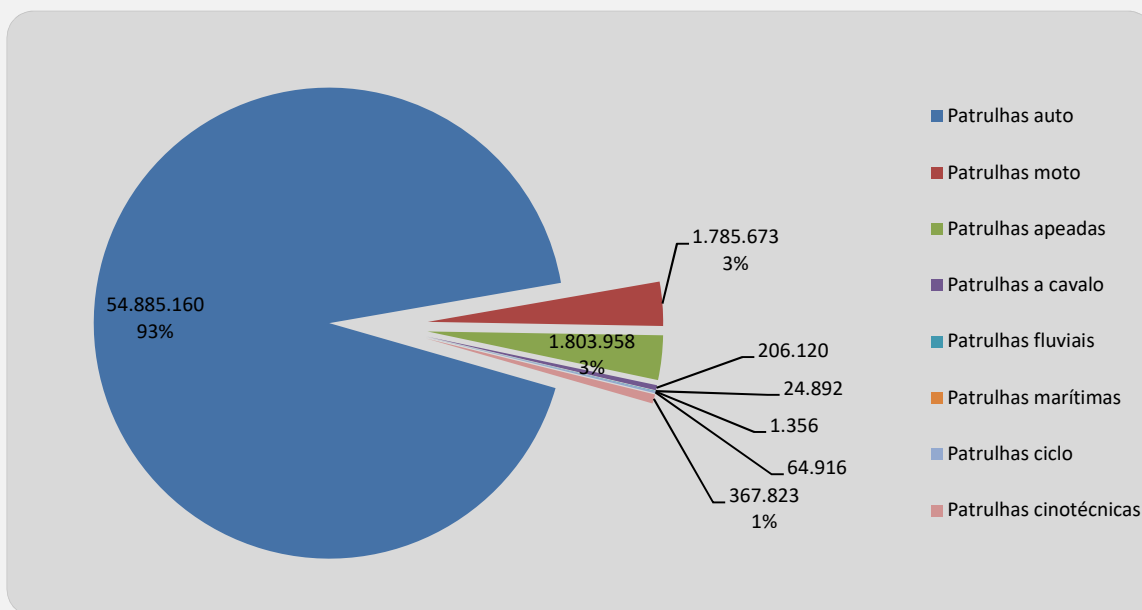


Figura 80 - Quilómetros/Milhas percorridos

Neste mesmo empenhamento durante o ano de 2018, o tempo de utilização dos meios aéreos – helicópteros, em atividades de polícia administrativa cifrou-se em 5.488 minutos.

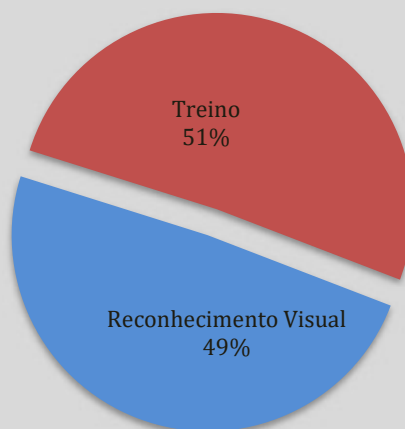


Figura 81 - Utilização de Meios Aéreos

**SEGURANÇA PRIVADA**

No plano do Regime Jurídico de Segurança Privada, foram desenvolvidas pela Guarda 7.371 ações, das quais se destacam ações de fiscalização sobre estabelecimentos, vigilantes e recintos desportivos, ocorrências policiais relativas à ativação de alarmes e avaliações de risco realizadas a caixas de ATM, tendo sido empenhado um total de 11.554 militares. Foram elaborados 19 autos de notícia por deteção da prática de crimes e 278 autos de contraordenação.

**AMBIENTE**

Dado o espectro alargado das competências legalmente atribuídas à Guarda no âmbito da Proteção da Natureza e do Ambiente, a sua atuação é exercida a dois níveis, com meios adstritos especificamente à natureza e ambiente e outros meios afetos ao cumprimento da missão geral.

**RESULTADOS DA ATIVIDADE DESENVOLVIDA NO ÂMBITO DA PROTEÇÃO DA NATUREZA E AMBIENTE**

Assim, em relação à Proteção da Natureza e Ambiente foram realizadas 210.683 fiscalizações, num total de 72.374 patrulhamentos, de que resultou o levantamento de 24.181 autos de contraordenação, num montante total aproximado de € 38.055.988,58 pelo valor mínimo da coima, a deteção de 1.282 crimes e a realização de 144 detenções.



Figura 82– Contraordenações (totais anuais)

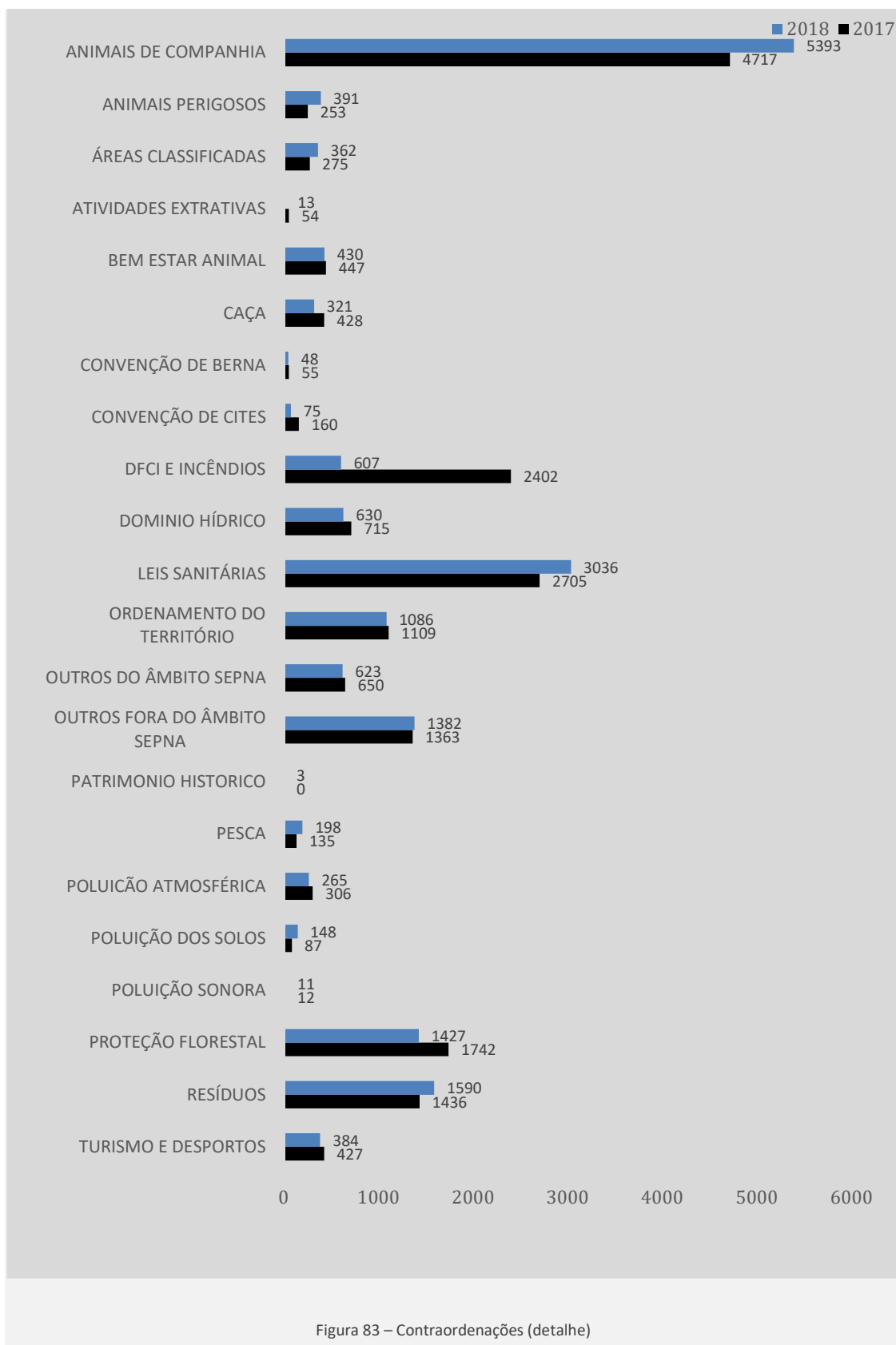


Figura 83 – Contraordenações (detalhe)





Figura 84 – Crimes (totais anuais)

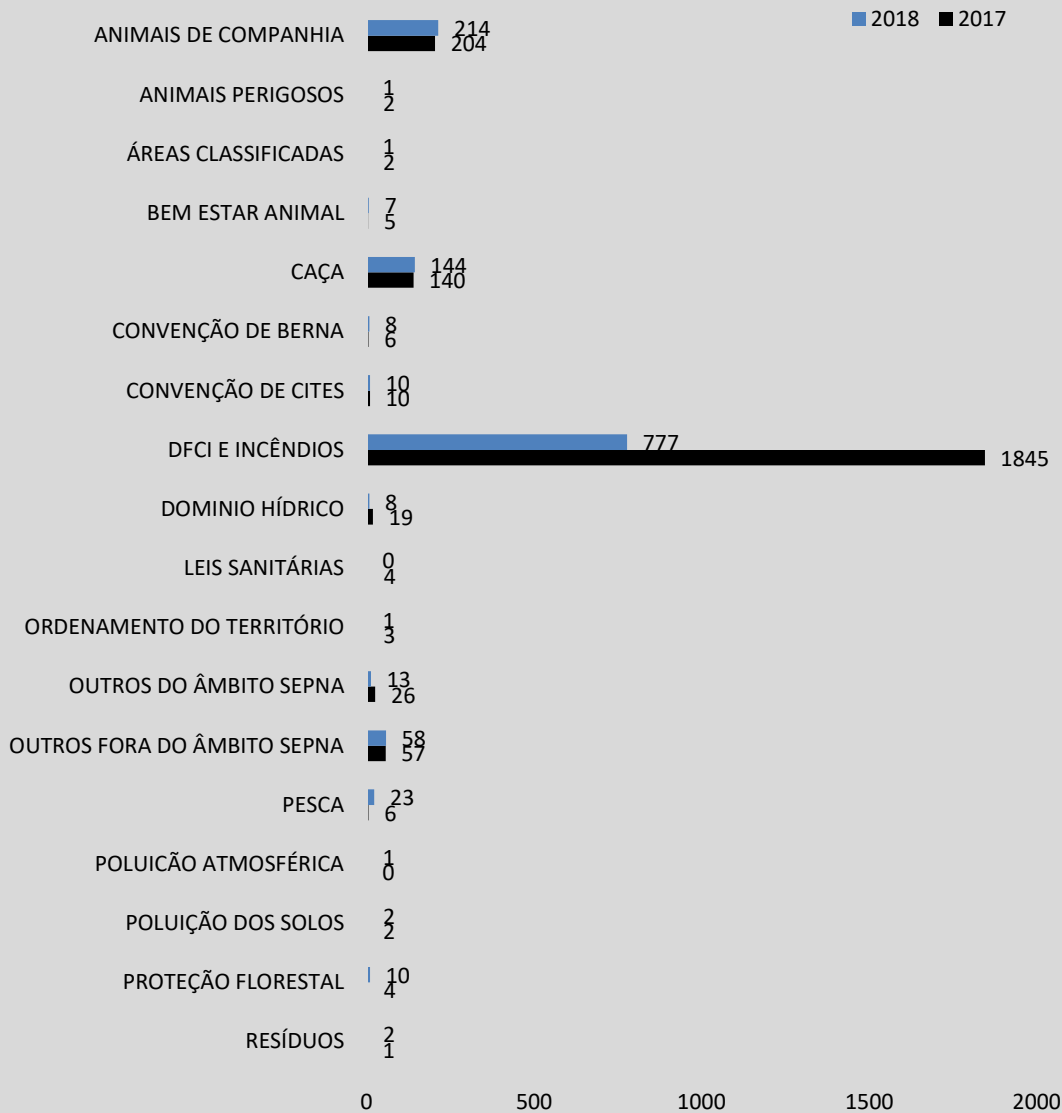


Figura 85– Crimes (detalhe)

### LINHA SOS-AMBIENTE

A Linha *SOS-Ambiente e Território* registou um total de 9.664 denúncias, cuja resolução, em articulação com o dispositivo operacional, resultou no levantamento de 3.078 autos de contraordenação e 90 autos crime, tendo em consequência sido realizadas 4.522 respostas aos denunciantes (civis e entidades administrativas), a dar conhecimento do resultado das denúncias.

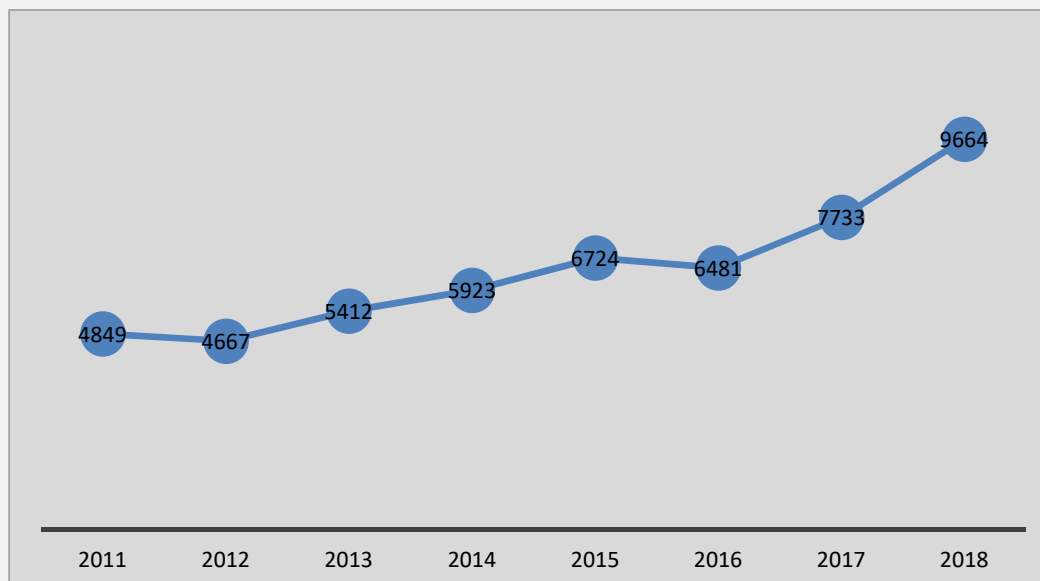


Figura 86 - Número de denúncias registadas 2011-2018

### ANIMAIS DE COMPANHIA

No âmbito da fiscalização dos animais de companhia, os militares afetos ao SEPNA efetuaram 538 fiscalizações a proprietários de cães das raças potencialmente perigosas tendo elaborado 873 autos. Na fiscalização das raças de cães não potencialmente perigosas foram efetuadas 15.119 fiscalizações de que resultou a elaboração de 9.928 autos de contraordenação.

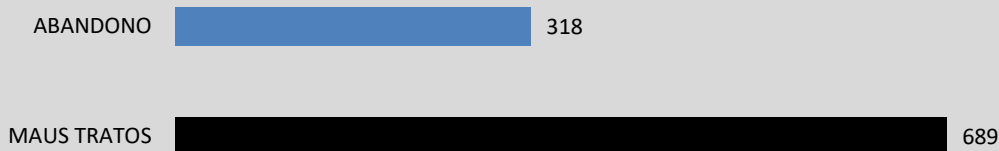


Figura 87 – Abandono e Maus tratos a animais 2018 (total anual)

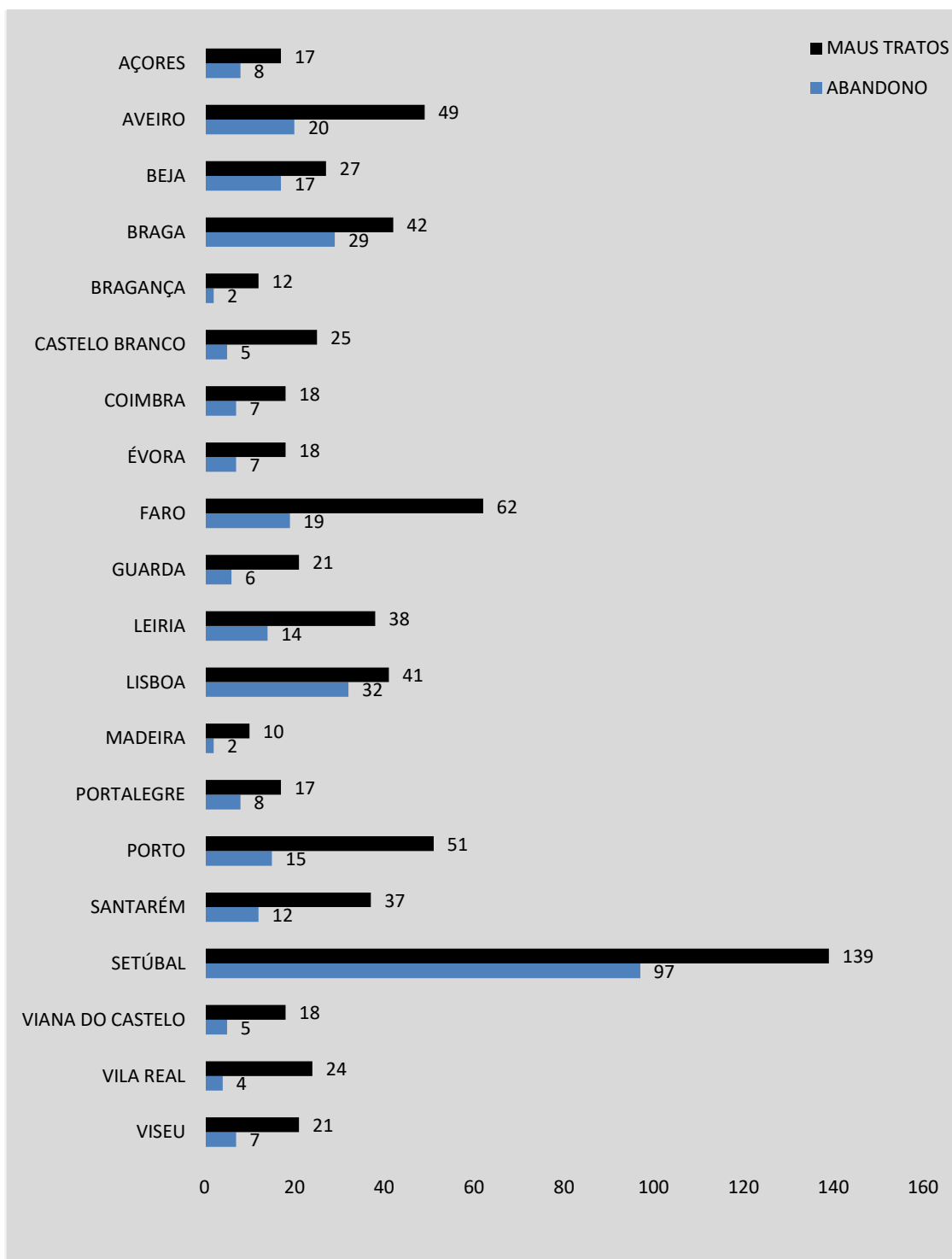


Figura 88 – Abandono e Maus tratos a animais 2018 (detalhe por distrito)

Com a criminalização dos maus tratos e abandono aos animais através da Lei n.º 69/2014 de 29.08 assistiu-se a uma preocupação da sociedade por esta temática tendo sido participados a tribunal 689 crimes por maus tratos a animais de companhia e 318 crimes por abandono de animais de companhia.



#### AÇÕES OPERACIONAIS DESENVOLVIDAS

Em 2018, no âmbito da Proteção da Natureza e do Ambiente, a GNR desenvolveu ainda um conjunto de atividades visando um aumento da capacidade operacional e a qualificação dos recursos humanos envolvidos, e que seguidamente se descrevem:

- Operações de fiscalização ao meixão, à caça, aos resíduos, na defesa da floresta, defesa de espécies protegidas, bem-estar animal, à CITES (*Convention on International Trade in Endangered Species*), a animais potencialmente perigosos e nemátodo do pinheiro;
- Ações de supervisão técnica e de formação em todos os Comandos Territoriais, com especial enfoque para as boas práticas de fiscalização de resíduos, nemátodo do pinheiro, espécies protegidas e poluição de recursos hídricos;
- Controlo do nemátodo da madeira, decorrentes dos compromissos assumidos pelo Governo de Portugal, objeto de monitorização pela Comissão Europeia – Direção Geral da Alimentação e Veterinária (DGAV) para avaliar a aplicação da Decisão 2006/133/CE da Comissão, através de auditorias anuais, e tendo como fundamento as medidas extraordinárias de proteção fitossanitária decorrentes da nova legislação que entrou em vigor no ano de 2011, na sua redação atual. A GNR/SEPNA procedeu a um esforço de fiscalização e controlo da circulação, efetuando 2.285 operações, fiscalizando 28.240 viaturas transportando madeira e/ou paletes de madeira, tendo sido reportadas 652 infrações;
- Sensibilização da população direcionada para a temática da proteção contra os atentados ambientais e prevenção de incêndios florestais. Realizaram-se 10.537 ações de sensibilização ambiental direcionadas para a população estudantil e para a sociedade em geral que contaram com 188.920 presenças;
- A publicação do DL 83/2014, de 23 de maio, que procedeu à quarta alteração do DL 124/2006, de 28 de junho, veio atribuir competências à GNR: a instrução dos processos contraordenacionais. Desse âmbito, resultaram a elaboração de 8.334 autos de notícia por contraordenação.

#### OPERAÇÕES REALIZADAS NO ÂMBITO DA PROTEÇÃO DA NATUREZA

A Guarda Nacional Republicana tem vindo a realizar um planeamento anual de diversas operações de fiscalização na área ambiental enquanto entidade isolada e em cooperação com outras entidades nacionais e organismos internacionais nomeadamente INTERPOL, EUROPOL e rede IMPEL.

##### OPERAÇÃO RESINA

De 01JAN18 a 31DEC1, decorreu uma campanha de fiscalização da circulação de plantas coníferas, madeiras e seus derivados, com o objetivo de controlar a dispersão do nemátodo da madeira do pinheiro.

##### OPERAÇÃO AUGIAS I, II E III

No âmbito da rede IMPEL foram realizadas diversas ações de fiscalização e controlo no transporte de resíduos, em coordenação com a IGAMAOT e SEPRONA da Guarda Civil de Espanha, para prevenir e detetar movimentos transfronteiriços e circulação interna de resíduos em situação irregular.

##### OPERAÇÃO DO ÂMBITO DA PROTEÇÃO DA FLORESTA



Intensificaram-se ações de patrulhamento e vigilância das zonas florestais para prevenir e detetar a eclosão de incêndios florestais, reprimir atividades ilícitas contra o património florestal, garantindo o apoio à Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC) no combate aos incêndios florestais, com o empenhamento das forças do Grupo de Interversão de Proteção e Socorro da Unidade de Intervenção (GIPS/UI), em ações de primeira intervenção, nos distritos que lhe estão afetos validando e medindo as áreas ardidas e investigando as causas dos incêndios.

**OPERAÇÃO DO ÂMBITO CITES**

Realizaram-se em todo o território nacional, ações de fiscalização no âmbito da proteção de espécies da vida selvagem e seus derivados, para prevenir, detetar e reprimir situações de tráfico, exploração, comercialização e detenção em infração à legislação em vigor.

**OPERAÇÃO ARTÉMIS**

Foram executadas ações de fiscalização ao exercício do ato venatório para prevenção, deteção e repressão de situações em desconformidade com as legalmente definidas.

**OPERAÇÃO “e-GAR”**

Foram realizadas, nos distritos de Santarém e Setúbal, ações de controlo e fiscalização a transportes de resíduos, em coordenação com a APA e CCDR-LVT, para sensibilizar, prevenir e detetar, em circulação interna, resíduos em situação irregular.

**OPERAÇÃO OFICINA LIMPA**

Realizaram-se em todo o Território Continental, conjuntamente com a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE) e a Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), ações de fiscalização com o objetivo de identificar e reprimir possíveis incumprimentos à legislação sobre normas de funcionamento de operadores de reparação de veículos automóveis.

**OPERAÇÃO RESPECT**

Realizaram-se em todo o território nacional, operações de fiscalização para detetar situações de infração no âmbito das disposições legais relativas ao transporte e comercialização de animais.

**ARMAS E EXPLOSIVOS**

Constata-se que ocorreram, em média, 2 operações EOD por dia, sendo que 40,7% das intervenções envolveram a presença efetiva de substâncias ou engenhos explosivos. Fruto desta atividade específica, a GNR apreendeu e neutralizou cerca de 7 745,555 kg de substâncias e acessórios explosivos, engenhos explosivos convencionais e munições de armas ligeiras.



Figura 89 - Armas e Explosivos (2018)



### ATIVIDADE VENATÓRIA E PESCA

Foram detetados 144 crimes e 321 contraordenações relacionados com a atividade venatória e 8 crimes contra a preservação da fauna e espécies cinegéticas. No âmbito da pesca em águas interiores e marítimas foram detetados 23 crimes e elaborados 198 autos de contraordenação.

### CRIMINALIDADE ECONÓMICA

Em resultado da atividade desenvolvida pela GNR no âmbito do combate à contrafação, em 2018 foram apreendidos 83.899 artigos contrafeitos, com o valor estimado de €2.039.901, realçando-se, pela quantidade e valor, as apreensões de artigos de cuidado corporal, vestuário, calçado, acessórios diversos, telemóveis e equipamentos eletrónicos e informáticos.

### ATIVIDADE TRIBUTÁRIA, FISCAL E ADUANEIRA

### VIGILÂNCIA E CONTROLO COSTEIRO

No ano de 2018, no cumprimento da sua missão de vigilância, patrulhamento e interceção terrestre e marítima, a GNR realizou 126.852 ações, distribuídas da seguinte forma:

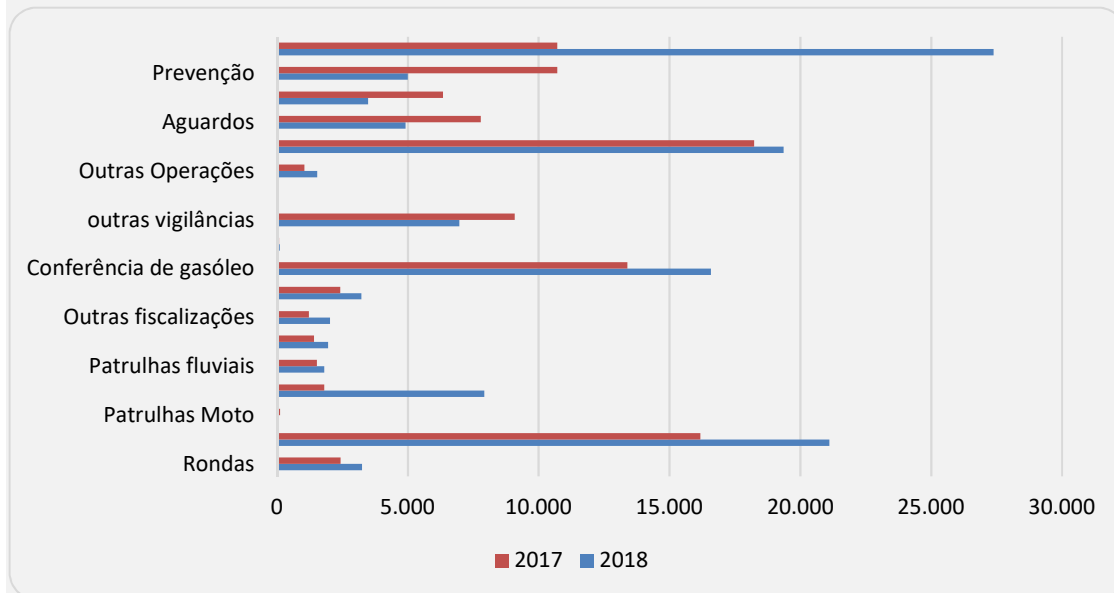


Figura 90 - Vigilância e Controlo Costeiro (2017-2018)

No desenvolvimento dessas atividades, a GNR empenhou um total de 72.310 militares, tendo percorrido 75.481 milhas náuticas e um total de 1.878.541 km, o que representa 245.217 horas de empenhamento operacional.



### SISTEMA INTEGRADO DE VIGILÂNCIA, COMANDO E CONTROLO (SIVICC)

Durante o ano de 2018, o Sistema Integrado de Vigilância, Comando e Controlo (SIVICC), em pleno funcionamento, permitiu obter um conhecimento situacional permanente da orla costeira e do mar territorial, funcionando conjuntamente e de forma articulada com as equipas operacionais no terreno (terra e mar). No total, durante o ano de 2018, foram monitorizadas 150.673 embarcações, tendo existido 298 interações com o dispositivo operacional da UCC.

Na componente “security”, o resultado operacional direto da monitorização do SIVICC permitiu a realização de 117 ações sobre embarcações suspeitas de transporte de estupefacientes e o controlo de 27 situações por comportamentos considerados suspeitos.

Na componente safety do SIVICC, conseguiu-se detetar várias ações de pesca ilegal (ex.: áreas proibidas, embarcações sem licenças de pesca, exercício da pesca de arrasto, etc.), num total de 64 situações que constituíam indícios de infrações às leis vigentes. Ainda neste âmbito, o SIVICC permitiu também efetuar 8 monitorizações relacionadas com a proteção da natureza.

### ILÍCITOS TRIBUTÁRIOS, FISCAIS E ADUANEIROS

Da atividade de fiscalização tributária desenvolvida durante o ano de 2018, destaca-se o levantamento de 15.764 autos, o que representa um aumento de cerca de 3,3% relativamente ao ano de 2017. O valor aproximado da mercadoria apreendida corresponde a €17.640.320, do que se destaca €12.548.853 relativo a Imposto Sobre Veículos (ISV), €1.462.894 a Imposto sobre o Tabaco (IT) e €591.719 a Imposto do Álcool e Bebidas Alcoólicas (IABA), Imposto Sobre Produtos Petrolíferos e Energéticos (ISP) e Outras Infrações Tributárias, tendo o valor das coimas aplicadas ascendido a €4.900.000.

Relativamente ao ano transato registou-se também um aumento de 21,9% das infrações em sede de Impostos Especiais de Consumo (IEC), tendo-se verificado ainda um decréscimo de 17,5% no Imposto Sobre Veículos (ISV) e de 5,9% no Regime de Bens em Circulação (RBC).

AMBITO	INFRAÇÕES TRIBUTÁRIAS DETETADAS	TOTAL
IMPOSTOS ESPECIAIS DE CONSUMO	TABACO	307
	ÁLCOOL E BEBIDAS ALCOÓLICAS	634
	PRODUTOS PETROLÍFEROS	168
IMPOSTO SOBRE VEÍCULOS	VEÍCULOS	1.475
IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO (IVA)	REGIME DE BENS EM CIRCULAÇÃO (RBC)	11.768
OUTRAS DE ÂMBITO TRIBUTÁRIO		1.412
<b>TOTAL</b>		<b>15.764</b>

Figura 91 - Ilícitos Tributários, Fiscais e Aduaneiros (2018)



No que respeita à investigação tributária e económica, criminal e contraordenacional, em 2018 foram investigados 6.861 processos, o que representa um aumento de 1,9% de processos investigados comparativamente com o ano de 2017. Do total de processos investigados em 2018, concluíram-se 5.019, no âmbito dos quais foi estimada uma fraude e evasão fiscal no valor de €327.800.000, o que superou o montante apurado em 2017 em €68.518.000, ou seja, um aumento de 26,4%.

AMBITO	INFRAÇÕES TRIBUTÁRIAS DETETADAS	TOTAL	TOTAL
CRIMES	ADUANEIROS	50	
	FISCAIS	8	
	DIREITOS DE AUTOR	2	382
	PROPRIEDADE INDUSTRIAL	199	
	JOGO	31	
	OUTROS	92	
	CONTRAORDENAÇÕES	ADUANEIRAS	3.101
	JOGO	47	4.416
	PESCADO	1.223	
	OUTROS	45	
TOTAL			4.798

Figura 92 - Inquéritos Tributários e Económicos (2018)

### OPERAÇÕES MAIS RELEVANTES

De entre as operações de âmbito tributário realizadas em 2018, destacam-se:

#### OPERAÇÃO “LAPA II”

Realizada em janeiro de 2018, em Rio Tinto, no cumprimento de 1 mandado de busca a um armazém, no âmbito de um inquérito sobre contrabando de tabaco, tendo resultado na apreensão de 1.154.400 cigarros de tabaco, sem estampilha fiscal e a que correspondem a 57.720 maços de tabaco, e na apreensão de dois veículos automóveis utilizados na comercialização do tabaco. Neste processo, o valor da fraude e evasão fiscal apurado ascendeu aos €6.600.000.

#### OPERAÇÃO “PLÁTANO”

Realizada em janeiro de 2018, nos distritos do Porto, Braga e Aveiro, no cumprimento de 22 mandados de busca domiciliária e de 46 não domiciliária, desmantelou-se uma rede de contrabando de tabaco que, de forma organizada e reiterada, se dedicava ao comércio ilícito de cigarros. Da operação resultou a apreensão de 62.032 cigarros, cerca de €98.000 em numerário, 5 viaturas, 35 telemóveis, computadores e periféricos, 135 litros de álcool e 9 mil euros em cheques, entre outro material. O valor da fraude apurado ascendeu aos €900.000, tendo já anteriormente sido apreendido cerca de 1 milhão de cigarros e 4 viaturas.



**OPERAÇÃO “E-APOSTA”**

Realizada em março de 2018, nos distritos de Évora e Setúbal, no cumprimento de 2 mandados de busca domiciliária e 3 não domiciliária, tendo sido apreendidos €2.354.000 em material de jogo e apostas ilícitas. Foram apreendidas 3.588 dispositivos e máquinas de jogo ilícito, 13 máquinas de jogo do tipo “slot machines”, 12 dispositivos e respetivas impressoras tipo “placard”, 750 raspadinhas, estimando-se o valor dos rendimentos ilícitos obtidos em mais de 17 milhões de euros.

**OPERAÇÃO “MAMBO”**

Realizada em março de 2018, no cumprimento de 4 mandados de detenção, foram realizadas 19 buscas, das quais 14 domiciliárias, tendo sido desmantelada uma rede internacional de contrabando de tabaco, que traficou mais de 2,5 milhões de cigarros. Esta operação permitiu cessar um prejuízo para o Estado Português, por evasão à tributação incidente, no montante aproximado de 2,7 milhões de euros. Foram apreendidos, entre outro material, 156.946 cigarros de várias marcas, €41.240 em numerário, 16,5 litros de bebidas espirituosas.

**OPERAÇÃO “LAPA III”**

Realizada em abril de 2018, no distrito do Porto, no âmbito de uma investigação que decorre sob a direção do Departamento de Investigação de Ação Penal do Porto, por suspeita dos crimes de associação criminosa e contrabando, onde uma rede se dedicava à comercialização ilícita de tabaco em território nacional, sem declaração e pagamento dos impostos devidos. A operação culminou na realização de 7 buscas, sendo 4 domiciliárias, onde foram apreendidos 158.860 cigarros manufaturados, 226 quilos de folhas de tabaco, 2 viaturas e aproximadamente €2.367 euros em numerário, sendo que no decurso da investigação tinham sido já apreendidos cerca de 1.282.000 cigarros manufaturados. O valor estimado da fraude e evasão fiscal detetada neste inquérito, em sede de Imposto Sobre o Tabaco e IVA, ascende a €6.500.000, tendo sido arrestado diverso património, 141 contas bancárias, cinco veículos e dois imóveis, que visaram garantir a apreensão à ordem dos autos do património incongruente e perda a favor do Estado.

**OPERAÇÃO “MINHENDES”**

Realizada em maio de 2018, em Évora, no cumprimento a 8 mandados de busca, dos quais 2 buscas domiciliárias e 6 não domiciliárias, foram desmanteladas três fábricas artesanais de produção de cigarros. Foram apreendidos 12.274 cigarros, 112 quilos de folha de tabaco e de corte fino e diverso material relacionado com a prática do ilícito, sendo que a fraude ascendia a cerca de €950.000, em sede de Imposto Sobre o Tabaco e IVA.

**OPERAÇÃO “GRAVADOR”**

Realizada em novembro de 2018, visou o combate ao jogo ilícito através de plataformas online e jogos de fortuna ou azar. No decurso desta operação, foram realizadas 267 buscas domiciliárias e não domiciliárias, bem como buscas a 156 veículos, todas em território nacional, que visaram a organização responsável pela conceção, distribuição e exploração de plataformas de jogo online, desde os responsáveis pela sua conceção e fabrico, aos distribuidores e exploradores do jogo ilícito. Foram ainda efetuadas 5 buscas não domiciliárias e 3 domiciliárias no Luxemburgo, desencadeadas pela Polícia Judiciária Luxemburguesa, que visaram suspeitos portugueses fixados

naquele país, no seguimento de um pedido de cooperação judiciária internacional, emitido pelas autoridades judiciárias portuguesas. Tendo em consideração a dimensão transnacional dos ilícitos, esta operação teve, no plano da cooperação policial, o patrocínio e o apoio operacional da EUROPOL, quer em território nacional, quer no Luxemburgo e, no âmbito da coordenação da cooperação judiciária, a intervenção do EUROJUST. Das diligências realizadas, destaca-se a apreensão de cerca de €600.000 em numerário, cerca de 3.000 dispositivos informáticos utilizados para a exploração do jogo, apostas e lotarias ilícitas, entre os quais computadores pessoais, tablets, telemóveis, servidores, impressoras, entre outros, 86 veículos de média e alta gamas, 22 armas de fogo e cerca de 200 munições detidas ilegalmente. Os Gabinetes de Recuperação de Ativos (GRA), português e luxemburguês, garantiram o congelamento de ativos detidos pelos suspeitos, em território nacional e no Luxemburgo, avaliados em cerca de 6 milhões de euros. Estas recuperações geraram uma receita estimada na ordem dos €80.000.000.

#### COLABORAÇÃO COM AUTORIDADES JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS

Durante o ano de 2018 foram efetuadas 199.243 ações de colaboração com autoridades judiciais e administrativas, destacando-se, no essencial, 128.283 notificações, 2.000 mandados de captura e detenção, 1.636 mandados de condução, 4.635 pedidos de paradeiro e um total de 62.686 serviços remunerados.

#### TRANSPORTE DE ÓRGÃOS E PRODUTOS BIOLÓGICOS

Neste campo específico, a Guarda, ao abrigo do dever de colaboração, coopera com as demais forças e serviços de segurança, bem como com outras autoridades públicas.

Em harmonia com o descrito, em estreita colaboração com o Ministério da Saúde, designadamente através da Autoridade para os Serviços de Sangue e de Transplantação, a Guarda assegura o transporte de órgãos e de produtos biológicos e colabora com as equipas médicas no desembaraçamento de trânsito, aquando dos deslocamentos urgentes para a sua recolha.

No ano de 2018 foram realizados 329 transportes de órgãos e produtos biológicos, percorridos 56.366 km e empenhados 663 militares, mais 45 transportes do que em 2017, com empenhamento de mais 94 militares, tendo sido percorridos mais 15.220 km, conforme se pode verificar no gráfico seguinte:

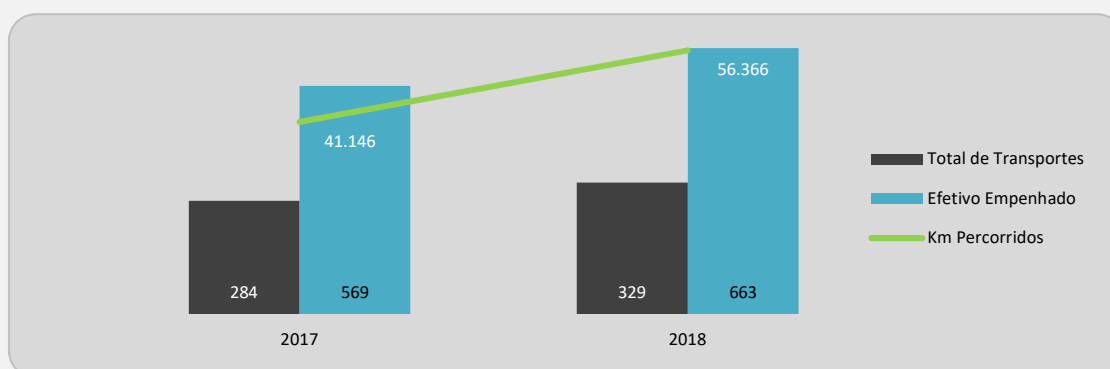


Figura 93 - Transporte de Órgãos e Produtos Biológicos (2017-2018)



## PROTEÇÃO E SOCORRO

### COMBATE E PREVENÇÃO A INCÊNDIOS FLORESTAIS

O Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro teve um empenhamento no âmbito do combate e proteção da floresta contra incêndios, que se materializou num total de 4108 ocorrências/ saídas de equipas helitransportadas em Ataque Inicial e um total de 267 ocorrências / saídas de equipas helitransportadas em Ataque Ampliado.

Para além do empenhamento dos meios e das equipas aéreas, existiu ainda 214 saídas de equipas terrestres em Ataque Inicial e um total de 38 saídas das equipas terrestres para Ataque Ampliado.

No total existiram 4375 saídas helitransportadas em ATI e ATA e um total de 252 saídas de equipas terrestres, também em ATI e ATA.

Ainda neste âmbito, o GIPS efetuou 7892 patrulhas terrestres para prevenção e fiscalização.

Fruto do trabalho desenvolvido foi verificado um total de 9 ocorrências criminais de variada tipologia e natureza, culminando com um total de 2 detenções. Foram levantados 145 autos de contraordenação, de âmbito rodoviário e 443 autos de contraordenação, no âmbito do Decreto-Lei n.º 124/2006, 28 de junho (Sistema de Defesa e Floresta Contra Incêndios) e no âmbito do serviço policial mais de 454 autos de contraordenação.

### OPERAÇÕES DE PROTEÇÃO E SOCORRO

O GIPS esteve presente em 83 Operações de Proteção e Socorro e 01 Operação Policial, salientando-se: 29 Buscas a pessoas desaparecidas, 17 Resgates; 4 Salvamentos e 1 evacuação. Verificou-se também o empenhamento em situações de apoio a outros fenómenos naturais, ressaltando-se, no ano de 2018, o forte empenhamento em vários teatros de operações que adquiriram dimensão e importância nacional. Foi empenhado em 157 operações de transitabilidade de vias, 194 desempanagens e 713 apoios a condutores. Foi ainda empenhado em situações pontuais em cheias/inundações e outros fenómenos naturais.

### NUCLEAR, RADIOLÓGICO, BIOLÓGICO E QUÍMICO.

No âmbito da especialidade HAZMAT, o GIPS levou a cabo um total de 13 operações e ocorrências no âmbito das matérias perigosas, sendo elas de reconhecimento, intervenção, monitorização, descontaminação e amostragem. Das 13 ocorrências e operações, 10 foram de origem química e 3 biológica.

### BUSCA E RESGATE EM ESTRUTURAS COLAPSADAS.

De realçar, o empenhamento desta valência do GIPS, na sequência do deslizamento de um troço da Estrada Nacional (EN) 255, entre a localidade de Borba e Vila Viçosa, em 19NOV18. Foram mobilizados, por solicitação da ANPC, a partir de 22NOV18, militares especialistas de Busca e Resgate em Estruturas Colapsadas e da Unidade Especial de Operações



Subaquáticas. Os trabalhos no local decorreram até 01DEC18. Estiveram empenhados diariamente, 09 militares da GNR-GIPS, tendo por objetivos, o salvamento e/ ou resgate de vítimas aprisionadas.

Os perigos/riscos associados a esta missão foram elevados, onde foram realizadas ações de busca com recurso a equipamentos de busca técnica (RPAS) e ações de estabilização estrutural/ locais, com o recurso a técnicas de acesso e posicionamento por cordas.

#### **UNIDADE ESPECIAL OPERAÇÕES SUBAQUÁTICAS.**

No âmbito das operações subaquáticas, o GIPS foi empenhado em 21 ocorrências, sendo elas essencialmente na busca e recuperação de cadáveres, para apoio a provas, apoio em ações de limpeza e recuperação de viaturas. Foram ainda desenvolvidas ações no âmbito da recuperação de armas e viaturas; participação na Operação Enguia Prateada e apoio em exercícios militares. Da atividade acima indicada, verificou-se a recuperação de 3 cadáveres e 02 viaturas para as quais o UEOS foi solicitado. Foram recuperadas 1 pistola de calibre 6.35 mm e partes (cano e coronha) de uma caçadeira, para além de 5 redes de pesca de enguia e 7 ferros de fundear.

#### **SERVIÇO DE MONTANHA.**

O serviço de montanha do GIPS tem a sua presença na Serra da Estrela, Madeira, Grupo 1/ 1ª Companhia e no Grupo 1/ 2ª Companhia. Na Serra da Estrela foi registado um forte empenhamento da especialidade com tarefas de apoio a condutores (713 ocorrências), desempanagens (157 ocorrências), 15 evacuações e outro apoio em situações de quedas, traumatismos e buscas e resgates. Salienta-se ainda que se verificaram no ano 2018 um total de 86 cortes de estrada.

Relativamente ao serviço de montanha na ilha da Madeira, verificou-se 2 buscas, 6 resgates e 23 apoios a provas desportivas.

Quanto ao Grupo 1/ 1ª Companhia as ocorrências mais expressivas prenderam-se com situações de 14 buscas e 6 recuperações de cadáver, sendo menos expressivas as situações ligadas a primeiros socorros e evacuações.

No Grupo 1/ 2ª Companhia as situações com maior representatividade prendem-se com as 7 buscas a desaparecidos, 1 resgate e 1 apoio a prova desportiva.

#### **EVENTOS E OPERAÇÕES DE RELEVO**

No ano 2018, destacam-se a nível geral os seguintes eventos de maior dimensão:

- **EXERCÍCIO Argélia EU AL SIMEX (14 a 19ABR18 na Argélia).**

Exercício internacional a convite da ANPC. Tratou-se um projeto Europeu tendo por objetivo organizar e conduzir um exercício de Proteção Civil, no quadro do Mecanismos de Proteção Civil da União Europeia (Mecanismo). O exercício, com a designação “EU AL SIMEX” teve como cenário base a ocorrência de um sismo 7.0 com os



consequentes danos secundários, nomeadamente libertação de agentes NRBQ e rotura de uma barragem. O exercício desenvolveu-se na zona de Louira, a sul de Argel.

Participaram no referido exercício equipas e peritos de Portugal, Espanha, França, Itália, Tunísia e Argélia.

O exercício teve como objetivos:

- Testar os sistemas de comando e controlo dos países envolvidos, no quadro de uma resposta a uma emergência de Proteção Civil, fora da EU;
- Testar a articulação operacional entre os países participantes, entre estes e as autoridades do país afetado e ainda com o ERCC em Bruxelas;
- Testar o acionamento e a integração operacional de uma equipa de PC Europeia (EUCPT) composta por peritos europeus certificados no quadro do Mecanismo.

O exercício inserido no âmbito do Mecanismo de Proteção Civil Europeu, procurou recriar uma situação em que um país é afetado por uma catástrofe natural e emite um pedido de ajuda internacional. Todo o exercício foi dirigido e desenvolvido de acordo com o processo estabelecido e protocolado pela União Europeia, e que se deseja que seja o mais aproximado da realidade possível. Para este efeito foi concebido com detalhes que vão desde a entrada na fronteira e necessário controlo alfandegário, a deslocação para o local afetado, briefing com as autoridades do país, montagem da base de operações, coordenação com as autoridades do País até à materialização do regresso ao país de origem de todos os participantes.

Estiveram empenhados um total de 20 operacionais. (1 Posto Médico Avançado e 1 Módulo para Detecção e Amostragem NRBQ, este último ao encargo da GNR – GIPS.

#### • DECIR 2018.

De destacar o incêndio rural, na localidade de Monchique, entre 03 a 13AGO18, onde o GNR-GIPS, se destacou pelas ações ininterrupta de combate ao incêndio, durante 09 dias. Foram empenhados um total de 1643 militares, com um esforço máximo de 286 militares, num só dia, apoiados por 390 viaturas.

Para a zona de ação do incêndio foram destacados 4 helicópteros bombardeiros de Ataque Inicial (ATI), guarnecidos com as respetivas Equipas Helitransportadas do GIPS, sedeados nos Centros de Meios Aéreos (CMA) de Monchique (H37), Loulé (H19), Ourique (H46) e Cachopo (H38). O GIPS constituiu uma Força Operacional que envolveu militares provenientes de diferentes Companhias, dos Grupos de ATI, de ATE e do Comando, assim como de outras valências da UI, designadamente da Secção TIE e CCS, para apoio ao Comando da Operação.

Destaca-se ainda a pronta capacidade de resposta e o empenhamento massivo dos meios das Companhias de Ataque Estendido (CATE) e grupos de reforço do Ataque Inicial (ATI), durante o período que vigorou a Declaração de Situação de Alerta (decretada pelo MAI, nos termos do n.º 6 do artigo 8.º e n.º 1 do artigo 9.º da Lei de Bases de Proteção Civil), nos períodos de 18 a 22 de agosto de 2018 e de 01 a 03 de outubro de 2018. A GNR – GIPS conseguiu dar uma resposta oportuna e eficiente, quer na prevenção, quer no combate aos incêndios, através das suas Equipas Helitransportadas para a 1.ª Intervenção e das Equipas Terrestres em ATI, que ocorreram ao local, de imediato e posteriormente, em reforço no âmbito do ATA. Nestes duas “últimas situações a GNR – GIPS empenhou 1991 militares em ações de combate, com o apoio de 144 viaturas.

- **Visita Peritos EUROPA (15 e 16NOV18).**

Tratou de uma visita consultiva, por parte de 02 peritos da EU, no âmbito do processo de certificação dos módulos Europeus de Emergência e Resposta a Catástrofe, no âmbito do Mecanismo Europeu de Proteção Civil. Os módulos alvo da visita, nomeadamente, Ground Forest Fire Fighting, Ground Forest Fire Fighting Using Vehicles, CBRN Detetion and Samping e Urban Search and Rescue in CBRN conditions, encontram-se em fase de inscrição por parte da GNR, para subsequente operacionalização.

A visita consistiu numa pré-avaliação do estado e condições dos módulos, alvo de inscrição, servindo de diagnóstico, para efeitos de implementação de medidas corretivas e aquisição de materiais/ equipamentos complementares, na perspetiva de alcançar o resultado final exigido, para posterior certificação.

Concomitantemente, a visita também teve como objetivo, realizar uma ação formativa do ponto de vista de aconselhamento e transmissão de boas práticas a desenvolver para melhorar a capacidade dos módulos.

A visita teve inicio na sede da ANPC, onde foi demonstrada a vertente estratégica de orientação Nacional dos módulos, linhas de financiamento de urgência para ativação e subsistência dos mesmos, assim como, os processos de mobilização.

A GNR apresentou a estrutura, missões e atribuições da instituição, onde se procurou dar enfase à interoperabilidade de especialidades entre módulos.

Por fim, foi realizada uma demonstração de capacidades dos módulos no Fogueteiro, o qual, consistiu, num exercício planeado e preparado pela GNR-GIPS, onde foi verificado, a componente operacional dos módulos, nomeadamente as suas capacidades.

### 1.2.11. CONSEQUÊNCIAS DA ATIVIDADE OPERACIONAL

Durante o ano de 2018 foram cometidos 966 crimes contra a GNR, sendo que em 223 casos resultaram consequências para os militares, não se verificando a morte no cumprimento do serviço em prol da segurança coletiva. Em contraponto e em resultado do cumprimento da missão e da necessidade do uso da força na medida do estritamente necessário, resultaram consequências físicas para 40 cidadãos. O gráfico seguinte mostra estas realidades:

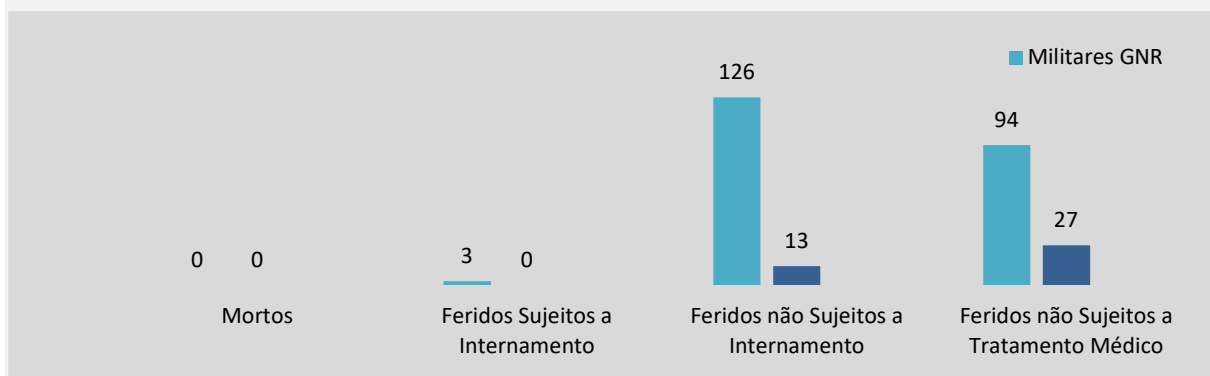


Figura 94 - Danos pessoais nos militares e danos causados pela atividade policial



### 1.3. ATIVIDADE INSPETIVA DE CONTROLO À ATIVIDADE OPERACIONAL

Em 2018, através do órgão máximo responsável pelo controlo e inspeção da atividade desenvolvida pela GNR no cumprimento das atribuições que lhe são conferidas pela lei – a Inspeção da Guarda – e enquadrados no esforço de melhorar os procedimentos e qualificar o atendimento e a prestação de serviços ao Cidadão, foram executadas 38 inspeções. O que se traduz num decréscimo de 7 inspeções relativamente a 2017. Das 38 inspeções realizadas, 30 foram inspeções ordinárias, 5 extraordinárias, 2 de Higiene e Segurança no Trabalho e 1 reinspeção. Foram executadas também, 22 certificações operacionais de forças a empenhar em missões na FRONTEX.

Durante o período em referência, foram apresentadas 502 reclamações, o que representa um decréscimo de cerca de 8,7% (menos 76 reclamações) face a igual período do ano 2017 (que havia registado 578 reclamações).

No quadro seguinte é possível identificar os motivos que determinaram as respetivas reclamações, constituindo prioridade do órgão inspetivo da GNR reduzir as situações que decorrem de causas imputáveis à atuação dos militares no serviço prestado ao Cidadão, no quadro de dinâmicas de qualidade previstas adotar na Estratégia da Qualidade integrante da Estratégia da Guarda 2020.

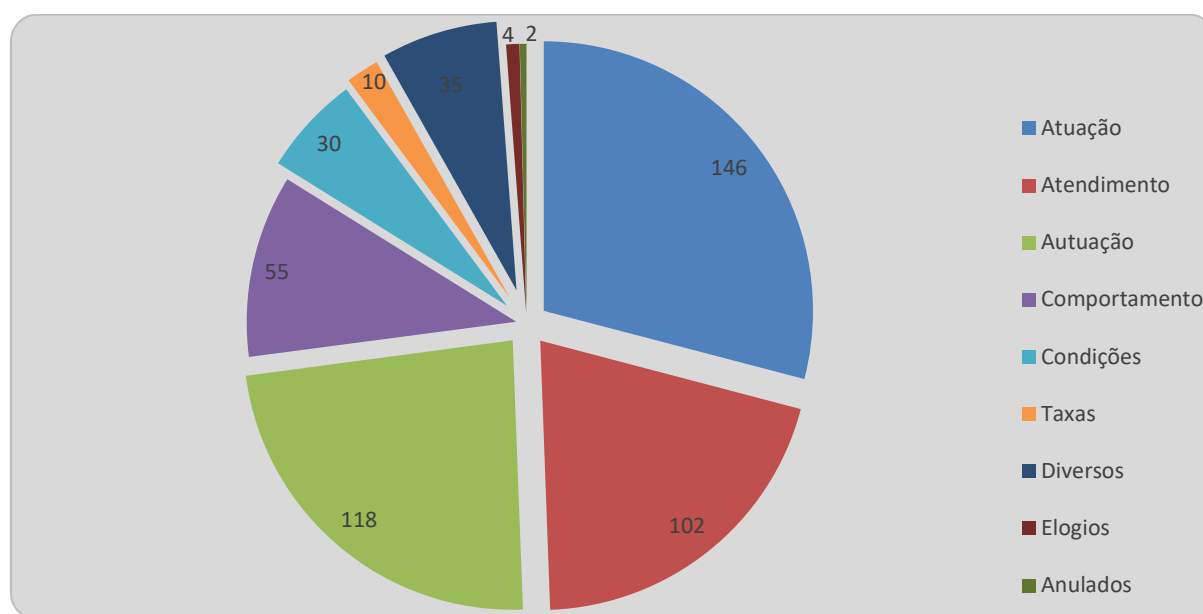


Figura 95 - Motivos das reclamações apresentadas nos Postos da GNR (2018)

Das 502 reclamações apresentadas em 2018 nos postos de atendimento da GNR, 31 (6,2%) foram consideradas parcial ou totalmente procedentes. Estas reclamações tiveram fundamento tendo sido dada razão ao reclamante. Neste contexto a IG, elaborou 2 (duas) recomendações às UU, 8 (oito) medidas corretivas, 13 (treze) processos de averiguações e 8 (oito) processos disciplinares.

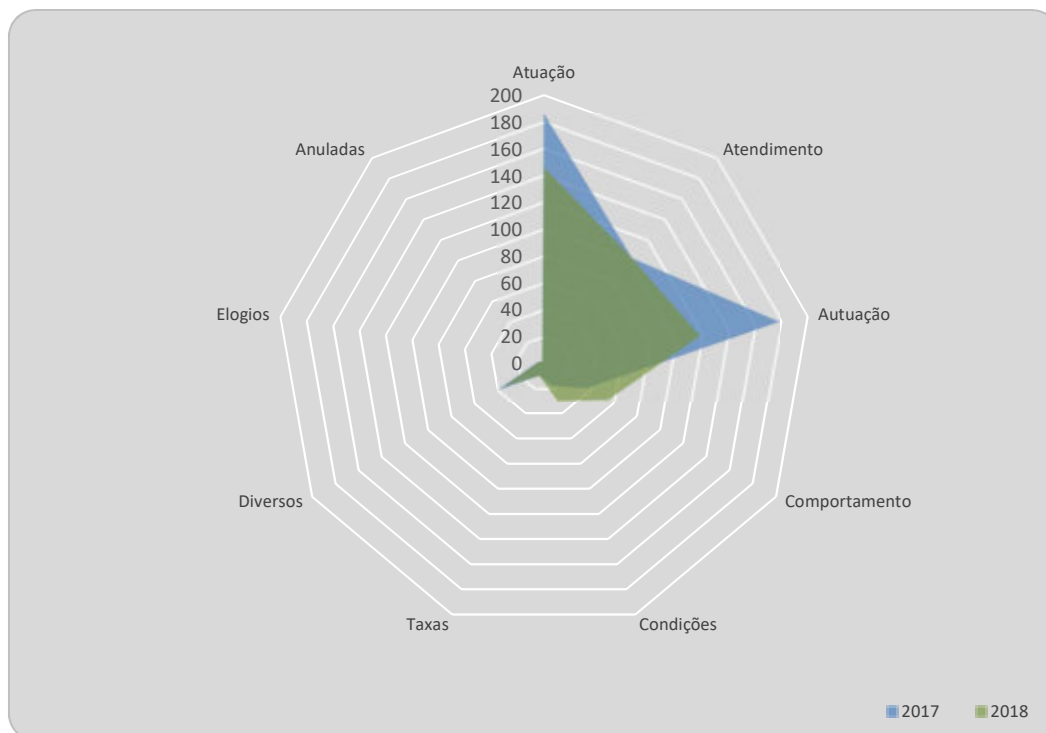


Figura 96 - Motivos das reclamações apresentadas nos Postos da GNR (comparação 2017-2018)

Do universo das reclamações, poder-se-á realçar que no entender dos reclamantes, existiu 29% (146) de reclamações motivadas por atuações dos militares, 24% (118) reclamações tendo por base autuações, 20% (102) relativas ao serviço nos locais de atendimento e 6% das reclamações recaíram nas condições dos locais de atendimento.

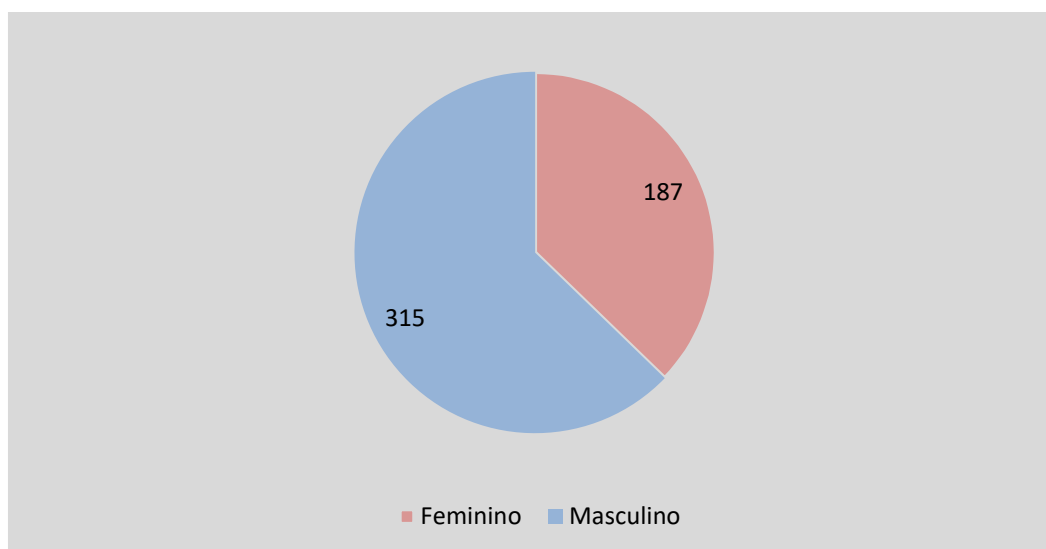


Figura 97 - Reclamações apresentadas nos Postos da GNR por género M/F (2018)





Durante o ano de 2018, os distritos onde ocorreram mais reclamações foram os situados na zona litoral do país.

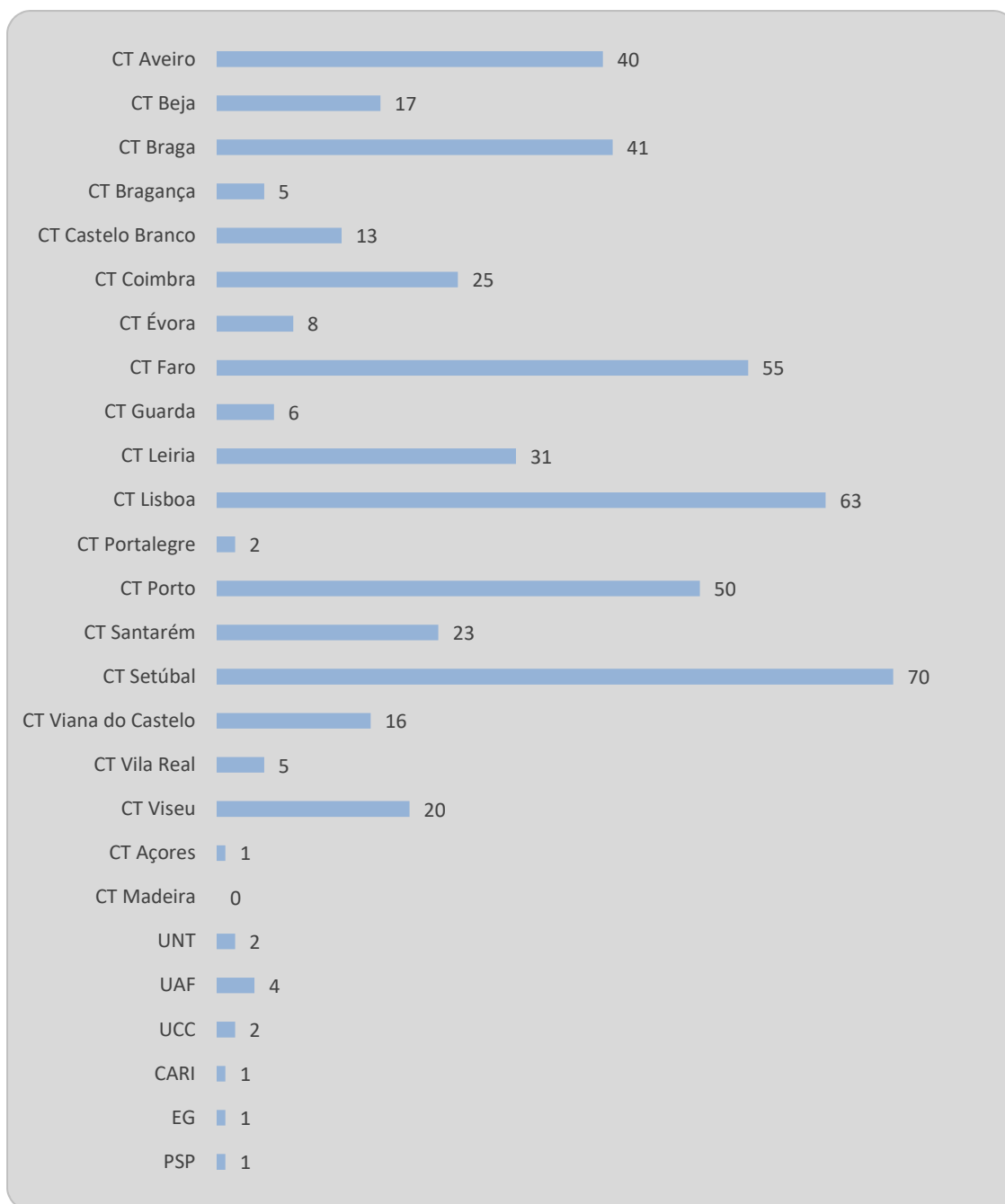


Figura 98 - Reclamações apresentadas por Unidades (2018)

Comparativamente, verificou-se um decréscimo global de 76 reclamações de 2017 para 2018, que permite deduzir ter ocorrido uma melhoria no serviço prestado ao cidadão, na esteira do projeto da Qualidade que se encontra em implementação na GNR. Neste ano, de modo parcelar verificaram-se alguns aumentos de reclamações, principalmente nos CT's de Beja (+4), Coimbra (+2), Lisboa (+2) e Viseu (+8), assim como se verificaram diminuições de reclamações, com valores significativos nos CT's de Aveiro (-14), Castelo Branco (-9), Faro (-31) e Portalegre (-10).

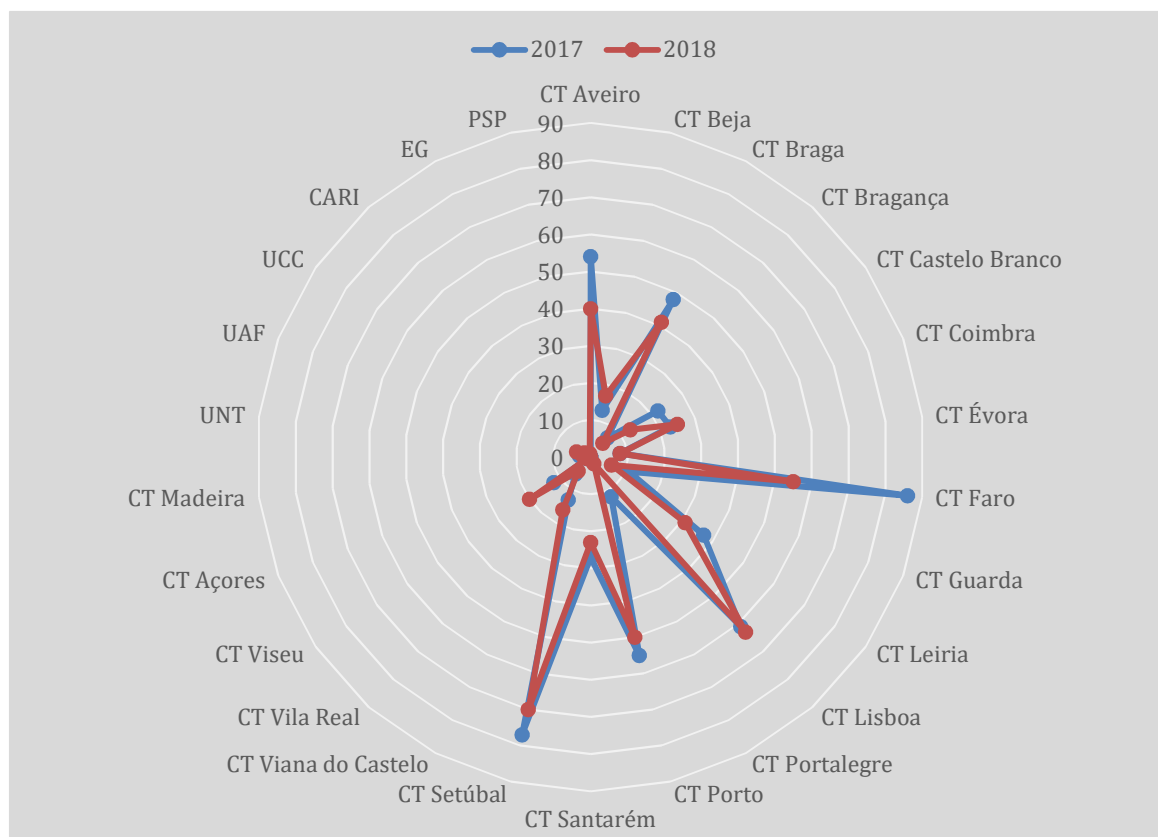


Figura 99 - Comparação das reclamações apresentadas por Unidades 2017 e 2018



### 1.4. ATIVIDADE OPERACIONAL NOS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

A atividade operacional desenvolvida pela Guarda, pela importância e impacto social generalizado, merecem um acompanhamento e escrutínio permanente dos órgãos de comunicação social. De uma forma geral e segundo dados do Cision, o acompanhamento informativo dos órgãos de comunicação social registou o comportamento inscrito no gráfico abaixo, onde é possível verificar dois picos em maio e outubro, relacionados não só com a peregrinação ao Santuário de Fátima, como também com a detenção de um ex-dirigente desportivo.

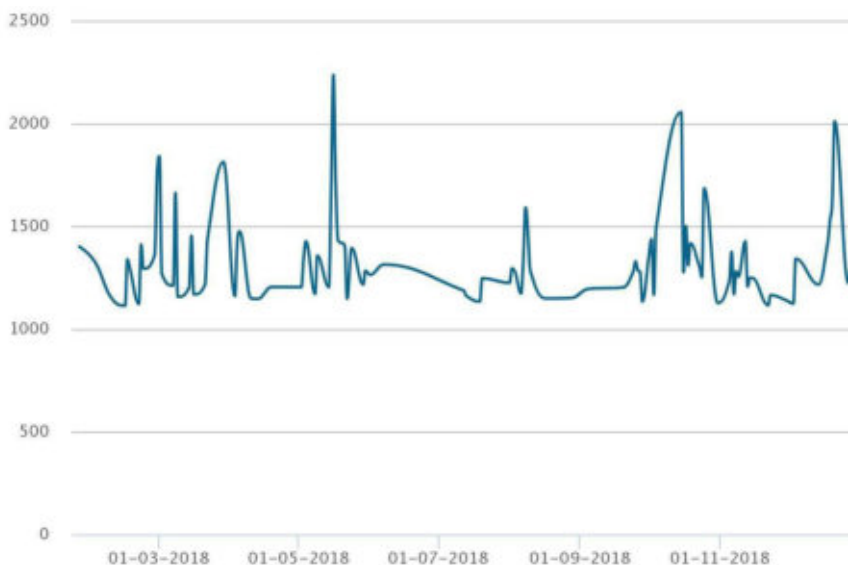


Figura 100 – Notícias relacionadas com a GNR 2018 (fonte: Cision)

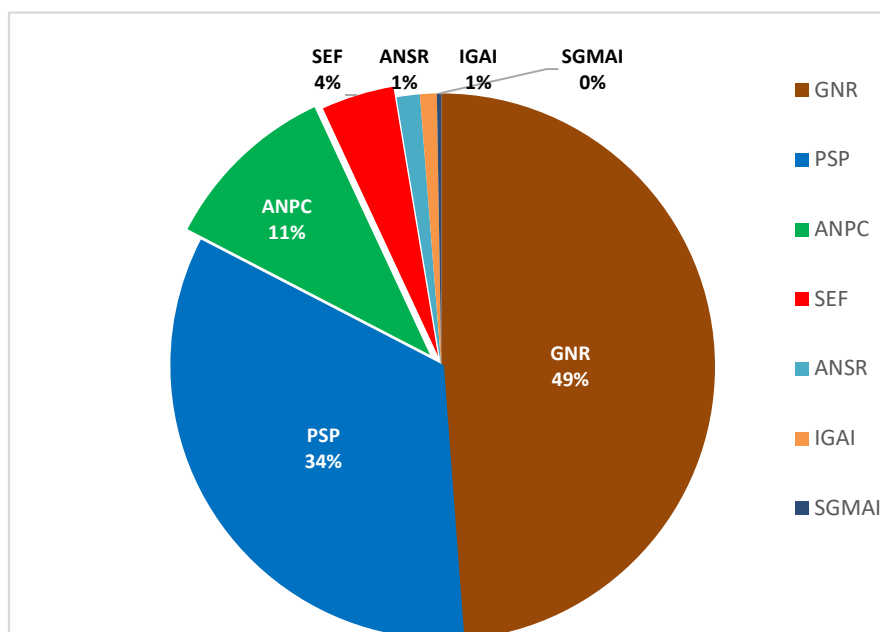


Figura 101 – Notícias no universo MAI 2018 – Ministério da Administração Interna (fonte: Cision)

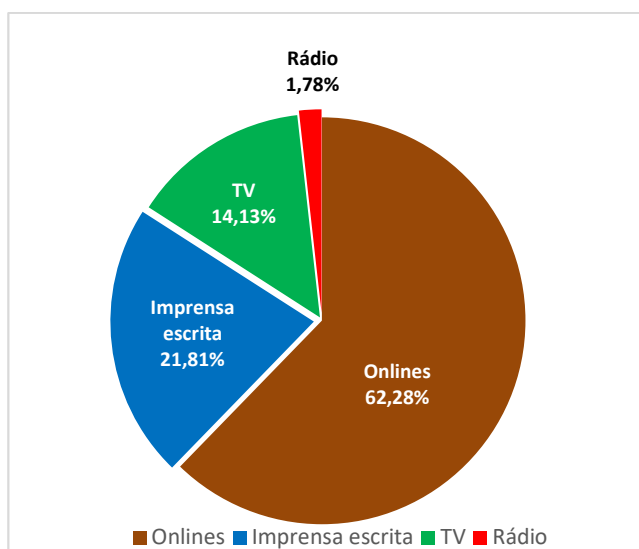


Figura 102 – Origem das notícias por meio de comunicação (fonte: Cision)

#### 1.4.1. IMPRENSA ONLINE

Os novos produtos de comunicação no formato digital e as novas técnicas tendem a assumir uma influência bastante significativa na imprensa escrita, especialmente na sua versão mais tradicional, em formato papel. Assim, as notícias em formato digital assumem um lugar de destaque no que diz respeito à interação entre a Guarda e os órgãos de comunicação social. Desta forma, verificou-se um aumento significativo do ano de 2017, com 104 964 notícias *online*, para o ano de 2018 com 138 130 notícias *online*.

#### 1.4.2. IMPRENSA ESCRITA

Analisada a imprensa escrita nacional foi possível verificar que durante o ano 2018 foram publicadas 6 753 notícias sobre a GNR. Destas, 3 827 foram consideradas neutras, sem qualquer efeito na imagem da Guarda junto da população, 2 717 tiveram um impacto positivo e apenas 209 artigos influíram de forma negativa os leitores.

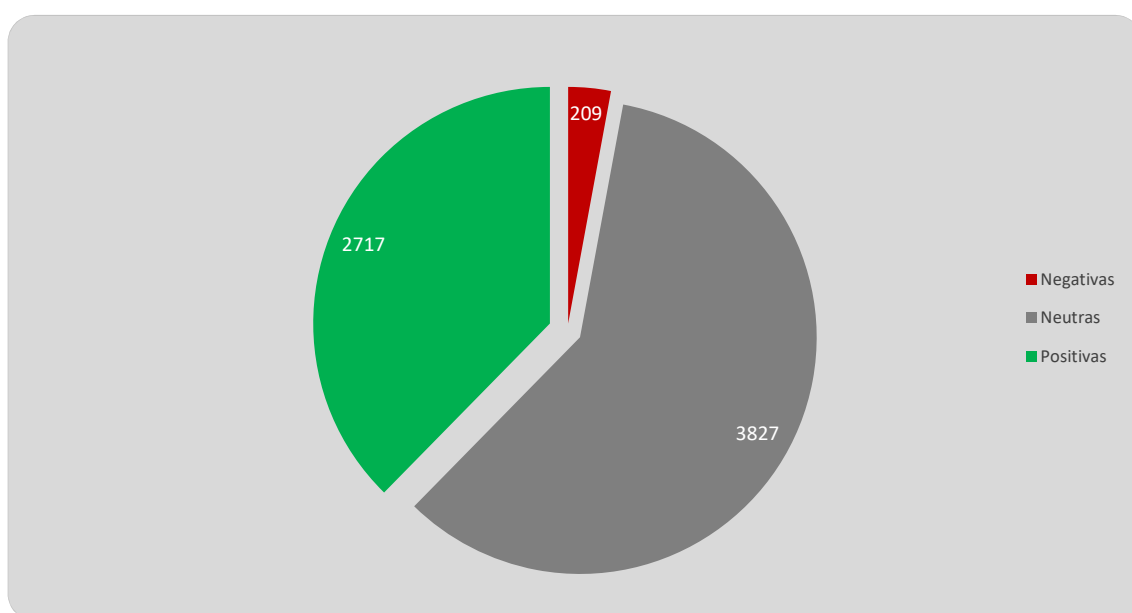


Figura 103 - Imprensa escrita – classificação das notícias (fonte: DCRP)



### 1.4.3. REPORTAGENS TELEVISIVAS

Os resultados referentes à televisão foram obtidos através da recolha e visionamento de reportagens televisivas alusivas à GNR. Em estudo estiveram RTP1, a RTP2, a RTP3, a SIC, a SIC Notícias, a TVI, a TVI24 a CMTV e o Porto Canal.

A análise efetuada permite-nos ter uma perceção do tempo total de antena que cada canal de televisão dedicou à GNR durante o ano de 2018, bem como o número de reportagens comparativamente com o ano transato.

Em 2018 - considerando todos os canais televisivos - a Instituição esteve presente em 277 horas, 56 minutos e 15 segundos de emissão, emitidas pelos sete canais analisados. Desta forma, concluímos que as horas de emissão, diretamente relacionadas com a atividade da GNR, corresponderam a 11 dias de emissão contínua e sem interrupções.

Além das reportagens realizadas, destacamos as diversas presenças em estúdio.

Comparativamente ao ano de 2017, em 2018 estivemos presentes em 3 312 reportagens, verificando-se um aumento de 687 reportagens, contudo, houve de decréscimo das horas de emissão. No entanto, este decréscimo de tempo não é diretamente proporcional ao número de reportagens, devido à diminuição do tempo de cada reportagem em 2018.

Os resultados referentes à televisão foram obtidos através da recolha e visionamento de reportagens televisivas alusivas à Guarda cuja evolução entre 2015-2018 é a que a seguir se demonstra:

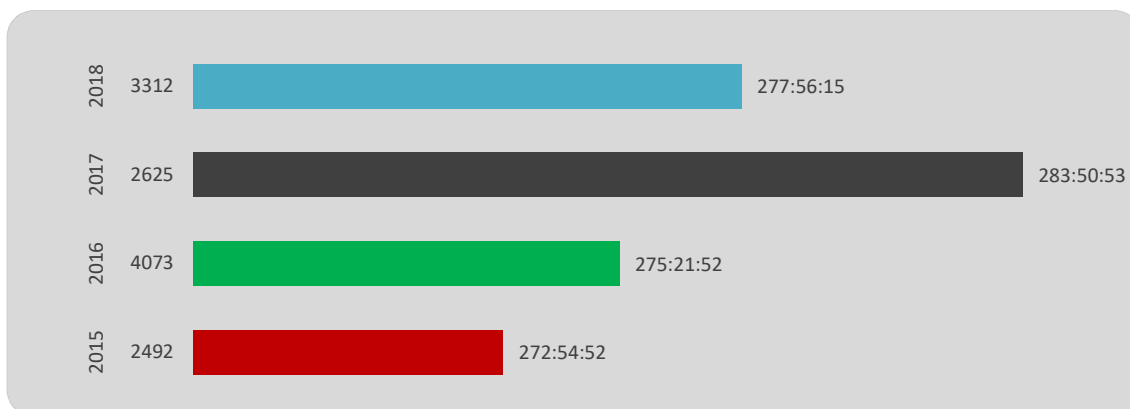


Figura 104 - Total de reportagens e tempos de emissão 2015-2018 (fonte: cision)

### 1.4.4. INTERAÇÃO COM O MUNDO DIGITAL

#### PÁGINA OFICIAL

O site oficial da Guarda Nacional Republicana teve 1.191 403 visualizações em 2018, ocupando assim 36º lugar em termos de visitas (1.191 403 visitas) e o 47º em termos de páginas visitadas (2,4 milhões de *pageviews*), em Portugal.



Figura 105 – Acessos via página oficial 2018

FACEBOOK

A Guarda Nacional Republicana está presente no Facebook desde 03 de maio de 2012. A Guarda tem crescido diariamente, contando já com mais de 488 984 fãs na página oficial.

As publicações efetuadas diariamente, relacionadas com a atividade da GNR, chegam a milhares de pessoas, permitindo assim divulgar as ações da Guarda, contribuindo para o seu prestígio e imagem, garantindo também uma maior proximidade e confiança dos Cidadãos na Instituição.

As publicações com maior impacto e alcance ultrapassaram um milhão de pessoas e milhares de *likes*, reações, comentários e partilhas, cada.

Releva-se o facto de a Guarda ter uma taxa de respostas a mensagens de 100% na rede social, tendo respondido em 2018 à totalidade das 5.933 mensagens.

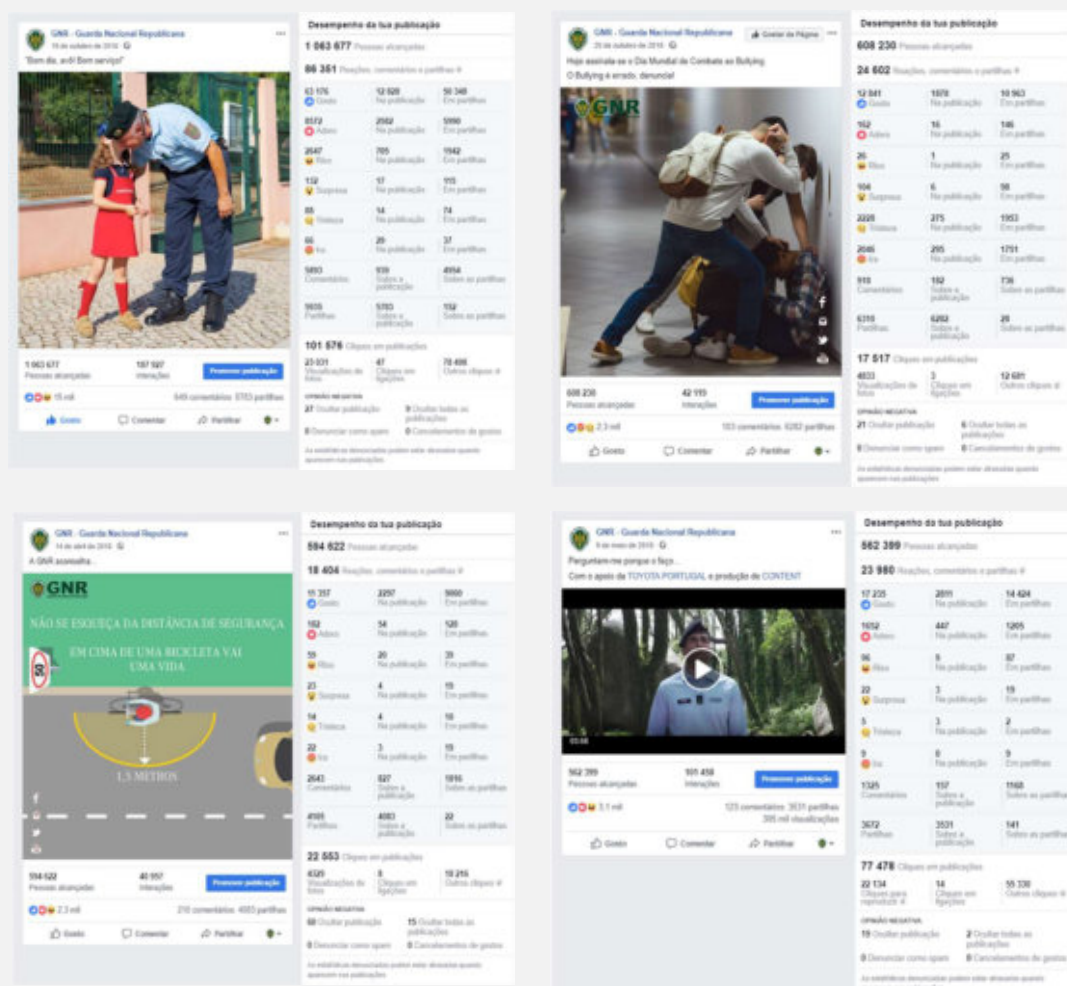


Figura 106 – Principais publicações Facebook 2018

Uma das mais conceituadas páginas de análise de estatísticas de Facebook (<https://likealyzer.com>) traça um retrato fiel da página institucional, espelhando o esforço desenvolvido pela Guarda no sentido de informar e aproximar o Cidadão.



**TWITTER**

A Guarda Nacional Republicana também está presente na rede social Twitter. A Guarda conta com 8.745 seguidores, registando até 2018, 12 600 tweets e a publicação com mais impressões registou 59.844 sinalizações.

**INSTAGRAM**

A Guarda Nacional Republicana marca ainda presença na rede social Instagram. A Guarda conta com 38.022 seguidores, registando até 2018, 2 177 publicações, sendo que a publicação com mais likes registou 4.078 sinalizações e 29 comentários.

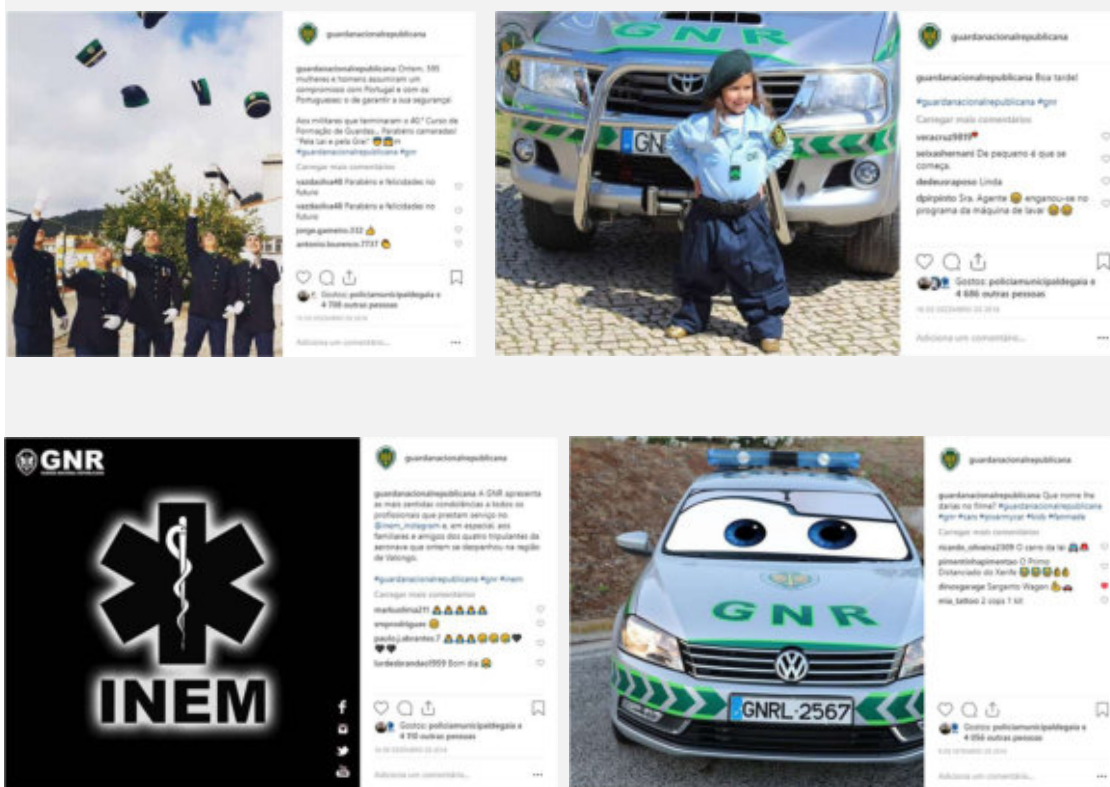


Figura 107 – Plataforma Instagram 2018 – publicações com mais likes

**1.4.5. RÁDIO**

Por último, em sintonia com o aumento do número de notícias em todos os formatos, também as reportagens na rádio tiveram o seu aumento, das 3.373 no ano de 2017, para as 3.939 no ano de 2018.

## 2. FORMAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

### 2.1. QUALIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DAS FORÇAS DE SEGURANÇA

Em 2018, um elevado número de profissionais da Guarda frequentou diferentes cursos, estágios e ações de formação que garantiram o ingresso na Instituição, a promoção e a especialização, tendo sempre como finalidade principal o aperfeiçoamento das suas qualificações e a valorização técnico-profissional.

A estratégia formativa desenvolveu-se sob duas tipologias pedagógicas e complementares: a Formação Interna e Formação Externa.

No âmbito da formação interna, foram ministradas ações e cursos de formação bem como tirocínios, estágios, instrução complementar e treino, consoante a categoria profissional, posto, arma, serviço ou especialidade a que o militar pertence.

No que respeita à formação externa, os militares e civis da Guarda foram objeto de ações pedagógicas e curso de formação de interesse para a sua área de atuação, com duração variável e ministrados por entidades certificadas e reconhecidas para o efeito.

O processo de formação, estatutariamente consagrado na Guarda, está estruturado de forma coerente e assente nas seguintes modalidades:



Figura 108 – Modalidades de formação

A formação de cariz técnico-profissional, com elevada preponderância nos planos dos cursos é, de uma forma geral, transversal a todo o processo formativo com as respetivas especificidades, em função dos objetivos da formação e dos seus destinatários.

Em 2018, nas diferentes modalidades verificaram-se 88.738 participações de profissionais da GNR em cursos, estágios ou outras ações de formação.

O quadro seguinte, que contempla o registo das participações, possibilita uma visão integrada da atividade desenvolvida pela Guarda Nacional Republicana neste domínio, visando a atualização e aprofundamento de conhecimentos dos militares e civis que integram esta força de segurança, necessariamente com o propósito de prestar um melhor e mais qualificado serviço às populações.





CURSO	FORM. INTERNA				FORM. EXTERNA				TOTAL	
	OFICIAIS	SARGENTOS	GUARDAS	CIVIS	OFICIAIS	SARGENTOS	GUARDAS	CIVIS		
FORMAÇÃO DE INICIAL	CFO <sup>15</sup>	74			225				1.237	
	CFS <sup>16</sup>									
	CFG <sup>17</sup>			938						
CURSOS DE PROMOÇÃO	CPOS <sup>18</sup>				21				660	
	CPC <sup>19</sup>	26			54					
	CPSA <sup>20</sup>		75							
	CPCB <sup>21</sup>			484						
CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO	FC ADMINISTRAÇÃO MILITAR <sup>22</sup>				18	25	2		2984	
	FC AMBIENTE <sup>23</sup>		30	185	2	1				
	FC CAVALARIA <sup>24</sup>	7		61						
	FC CINOTÉCNIA <sup>25</sup>	24	2	10						
	FC REL. PÚBLICAS <sup>26</sup>		25	51		4	1	1		
	FC CONDUÇÃO <sup>27</sup>	7	41	619						
	FC ENGENHARIA <sup>28</sup>					2	1	1		2
	FC FISCAL <sup>29</sup>	5	15							
	FC FORMADOR <sup>30</sup>	117	23			5	3	1		
	FC INFORMAÇÕES <sup>31</sup>	3	11	12		3	5	5		
	FC INVESTIGAÇÃO CRIMINAL <sup>32</sup>			2		2	3			
	FC JURÍDICA <sup>33</sup>					1	1			
	FC LÍNGUAS <sup>34</sup>					1				
	FC MARÍTIMO <sup>35</sup>	2	2	13				8		
FC PESSOAL <sup>36</sup>	13	76	21	5						
FC PLAN. E GESTÃO <sup>37</sup>					49	3				

- 15 Curso de Formação de Oficiais
- 16 Curso de Formação de Sargentos
- 17 Curso de Formação de Guardas
- 18 Curso de Promoção a Oficial Superior
- 19 Curso de Promoção a Capitão
- 20 Curso de Promoção a Sargento-Ajudante
- 21 Curso de Promoção a Cabo
- 22 Formação Contínua em Administração Militar
- 23 Formação Contínua em Proteção da Natureza e Ambiente
- 24 Formação Contínua em Cavalaria
- 25 Formação Contínua de Cinotécnica
- 26 Formação Contínua em Comunicação e Relações Públicas
- 27 Formação Contínua de Condução de Viaturas
- 28 Formação Contínua em Engenharia
- 29 Formação Contínua em Fiscal e Aduaneira
- 30 Formação Contínua de Formação de Formadores
- 31 Formação Contínua em Informações Policiais
- 32 Formação Contínua em Investigação Criminal
- 33 Formação Contínua na Área Jurídica
- 34 Formação Contínua em Línguas
- 35 Formação Contínua em Serviço Marítimo
- 36 Formação Contínua na Área de Pessoal
- 37 Formação Contínua de Planeamento e Gestão



CURSO	FORM. INTERNA				FORM. EXTERNA				TOTAL
	OFICIAIS	SARGENTOS	GUARDAS	CIVIS	OFICIAIS	SARGENTOS	GUARDAS	CIVIS	
FC PROTEÇÃO E SOCORRO <sup>38</sup>	12	20	486		8	18	9		
FC SAÚDE <sup>39</sup>	16	35	84	7	1	2	5		
FC SEGURANÇA <sup>40</sup>	98	14	156		52	30	33	1	
FC TECNO DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO <sup>41</sup>	1	3	26		2	10	8		
FC TRÂNSITO <sup>42</sup>	12	41	159						
FC TRANSMISSÕES <sup>43</sup>									
FC VETERINÁRIA <sup>44</sup>			3						
FCAA TRÂNSITO <sup>45</sup>	84	767	4575	6					
FCAA CONDUÇÃO <sup>46</sup>	15	29	100						
FCAA ED. FÍSICA <sup>47</sup>	296	2469	12389	46					
FCAA FISCAL <sup>48</sup>	2	99	1930						
FCAA INTERVENÇÃO <sup>49</sup>	63	400	4610	11					
FCAA INVESTIGAÇÃO <sup>50</sup>	146	749	3587	9					
FCAA AMBIENTE <sup>51</sup>	81	577	2203	314					
FCAA MARÍTIMO <sup>52</sup>	11	226	643	66					
FCAA TEC E POLICIAL <sup>53</sup>	235	1119	6160	62					
FCAA TIRO <sup>54</sup>	575	2069	25263	377					
FCAA PROG ESP <sup>55</sup>	25	148	340	1					
FCAA HONORIF <sup>56</sup>	72	3725	6317	0					
FCAA (B) USO BASTÃO EXTENSIVEL <sup>57</sup>	1	11	124						
<b>FORMAÇÃO CONTÍNUA DE APERFEIÇOAMENTO E ATUALIZAÇÃO</b>								<b>83.857</b>	

38 Formação Contínua de Proteção e Socorro

39 Formação Contínua em Saúde

40 Formação Contínua em Segurança

41 Formação Contínua em Tecnologias da Informação e Comunicação

42 Formação Contínua de Trânsito

43 Formação Contínua de Transmissões e Comunicações

44 Formação Contínua em Veterinária

45 Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Atualização em Trânsito

46 Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Atualização em Condução Auto

47 Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Atualização em Educação Física

48 Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Atualização em Fiscal e Aduaneira

49 Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Atualização em Intervenção Policial

50 Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Atualização em Investigação Criminal

51 Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Atualização em Proteção da Natureza e do Ambiente

52 Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Atualização em Serviço Marítimo

53 Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Atualização em Técnica e Policial

54 Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Atualização de Treino com Armas de Fogo

55 Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Atualização em Programas Especiais de Policiamento Comunitário

56 Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Atualização em Honorífico, Representação e Honras de Estado

57 Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Atualização (B) Uso Bastão Extensível



CURSO	FORM. INTERNA				FORM. EXTERNA				TOTAL
	OFICIAIS	SARGENTOS	GUARDAS	CIVIS	OFICIAIS	SARGENTOS	GUARDAS	CIVIS	
FCAA (B) EXERCÍCIOS EOD <sup>58</sup>		26	68						
FCAA (B) TRÂNSITO PARA SARGENTOS <sup>59</sup>		236							
<b>TOTAL</b>	<b>2000</b>	<b>12.739</b>	<b>71.811</b>	<b>906</b>	<b>449</b>	<b>102</b>	<b>73</b>	<b>3</b>	<b>88.738</b>

Neste domínio, durante o ano de 2018, a Guarda realizou diversas ações de formação que contribuiram decisivamente para o aumento de uma resposta policial mais eficiente e eficaz. Das várias ações realizadas destacam-se:

ÂMBITO	DESCRIÇÃO
FORMAÇÃO EXTERNA	<ul style="list-style-type: none"> <li>Participação de 1 Oficial da GNR no XVIII Curso de Defesa para Jovens no Instituto da Defesa Nacional.</li> <li>Participação de 1 Oficial da GNR no Curso de Defesa Nacional no Instituto da Defesa Nacional.</li> <li>Participação de 1 Oficial da GNR no XII Curso de Estudos Africanos no Instituto Universitário Militar.</li> <li>Participação de 2 Oficiais da GNR no Curso de Planeamento de Operações Psicológicas.</li> <li>Participação de 1 Oficial da GNR no III Curso para Altos Mandos de Polícias Iberoamericanas – (IBERPOL)</li> <li>Formação/Ação no âmbito da norma ISO 9001:2015 (Gestão da Qualidade) da International Organization for Standardization para 20 militares da Guarda, a qual continua a decorrer durante o ano de 2018</li> </ul>
FORMAÇÃO INTERNA	<ul style="list-style-type: none"> <li>No âmbito da Segurança da Aviação Civil, na formação interna de 54 militares para certificação nos Níveis 1 a 5 e 11 do Programa de Formação em SAC, para desempenho de funções nos Aeródromos e Aeroportos Internacionais.</li> <li>No âmbito da Segurança da Aviação Civil, na formação interna de 104 militares para recertificação nos Níveis 1 a 5 e 11 do Programa de Formação em SAC, para desempenho de funções nos Aeródromos e Aeroportos Internacionais.</li> <li>No âmbito do treino com armas não letais, na formação interna de especialização e qualificação, Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Atualização de uso de utilização do bastão extensível, obteve 364 participações em diferentes contextos.</li> <li>No âmbito do treino com armas de fogo, na formação interna de especialização e qualificação (Curso de Instrutor de Tiro contabilizado em FC Formador) e Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Atualização, obteve 28.284 participações em diferentes modalidades.</li> <li>Na especialidade de Trânsito, Intervenção e Técnica Policial e Investigação, obtiveram-se 14.951 participações, valores que refletem as ações complementares de formação contínua de aperfeiçoamento e atualização, realizadas diretamente pelas Unidades no terreno.</li> </ul>

Figura 109 – Ações de formação

<sup>58</sup> Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Atualização (B) Exercícios EOD

<sup>59</sup> Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Atualização (B) Trânsito para Sargentos



### 2.1.1. NÚMERO DE MILITARES QUE CONCLUÍRAM AÇÕES DE FORMAÇÃO INTERNAS E EXTERNAS

Observando o quadro anterior, verificamos que a formação se estendeu de forma transversal a todas as categorias profissionais, nas modalidades de formação inicial, promoção, especialização e qualificação, e, formação contínua de aperfeiçoamento e atualização, tanto com origem interna como externa, obtendo um total de **88.738** participações entre militares e civis.

As ações de formação foram asseguradas pelas entidades formadoras da GNR com recurso às próprias instalações (Formação Interna) e, ainda, foram desenvolvidas um conjunto de ações de formação em ambiente externo (Formação Externa), com recurso a instituições de reconhecida competência.

### 2.1.2. NÚMERO DE MILITARES QUE CONCLUÍRAM CURSOS DE FORMAÇÃO DE INGRESSO E CURSOS DE FORMAÇÃO CONTÍNUA

ÂMBITO	DESCRIÇÃO
CURSOS DE FORMAÇÃO INICIAL	<p>No ano de 2018, os diferentes Cursos de Formação de Oficiais ministrados na Academia Militar contaram com 225 participações (conforme cronogramas de 01JAN18 a 31DEC18), tendo ingressado nos Quadros da Guarda 38 Oficiais habilitados com o grau de mestre.</p> <p>Na categoria de Guardas, ocorreram no ano de 2018, o fim de dois Cursos de Formação de Guardas, tendo 935 militares concluído o curso com aproveitamento.</p>
CURSOS DE FORMAÇÃO CONTÍNUA	<p>As ações de formação contínua de aperfeiçoamento e atualização (FCAA), obteve 83.202 participações distribuídas pelas diferentes áreas temáticas de missão com especial ênfase nas especialidades de trânsito, investigação criminal, intervenção policial e treino com armas de fogo.</p> <p>A FCAA, representa a fase de aperfeiçoamento e atualização para o desenvolvimento das competências e especialidades.</p> <p>Corresponde à fase do treino essencial ao sucesso das forças no terreno cujo quantitativo de participações é necessariamente maior comparativamente às restantes modalidades de formação.</p>

Figura 110 – Ações de formação por modalidade

#### DISCRIMINAÇÃO POR ÁREAS TÉCNICO-POLICIAIS E OUTRAS

Da análise dos dados obtidos com a edição dos cursos de especialização e qualificação, e, com a formação contínua de aperfeiçoamento e atualização, ambos com elevada preponderância na componente técnica e policial, obtiveram-se 7574 participações de profissionais na formação.

Esta parte do ciclo de formação, pretende garantir que existe formação até se atingir os objetivos de desenvolvimento e manutenção da competência e aptidão para cada especialidade ou valência que contribuem para o cumprimento da missão da GNR, em prol do serviço público e do país.

As medidas que decorrem do planeamento estratégico e do desenvolvimento da componente operacional foram acompanhadas pela respetiva componente formativa.

Ainda na formação interna, especial realce para o número de participações na formação de atualização e aperfeiçoamento no âmbito dos programas especiais de policiamento comunitário com 514 participações em ações de formação.



### 3. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E PARCERIAS ESTRATÉGICAS

O balanço da atuação internacional da Guarda Nacional Republicana, quer com militares isolados, quer com Forças constituídas, em missões internacionais, em ações de cooperação técnico policial ou em cargos exercidos em Organizações Internacionais ou integrados em comissões de Associações ou ainda, adveniente do empenhamento policial combinado, pode ser sumariado e articulado, nos seguintes pontos:

#### 3.1. GESTÃO CIVIL DE CRISES

##### 3.1.1. PARTICIPAÇÃO INDIVIDUAL EM MISSÕES DA UE/ONU

No ano 2018 a Guarda integrou um conjunto de missões internacionais das quais destacamos:

MISSÃO/ÉGIDE	FUNÇÃO	LOCALIZAÇÃO	INICIO	FIM	CATEGORIA	N.º TOTAL DE MILITARES
ONU	POLICE OFFICER PARA A DIVISÃO DE POLÍCIA DA DPKO	NOVA YORK (EUA) SEDE ONU	SET17	SET19	OFICIAL SUPERIOR	1
ONU/ MINUSCA	POLICE REFORM COORDINATOR	REPUBLICA CENTRAL AFRICANA	DEC17	DEC18	OFICIAL SUPERIOR	1
ONU/COLOMBIA	OBSERVADORES NO ÂMBITO DA MISSÃO DE VERIFICAÇÃO DA COLÔMBIA	COLOMBIA	FEV17	FEV19	OFICIAL SUPERIOR E CAPITÃO	3
ONU/MINUSMA	STRATEGIC INTELLIGENCE ANALYST (SOC)	MALI	FEV18	AGO19	OFICIAL SUPERIOR	1
MISSÕES EUROPEIAS DE GESTÃO CIVIL DE CRISES (UE)/ EULEX KOSOVO	2.º COMANDANTE DO GRUPO CRC NO ÂMBITO DA MISSÃO EU-EULEX KOSOVO	KOSOVO	MAR13	JAN19	OFICIAL SUPERIOR	1
MISSÕES EUROPEIAS DE GESTÃO CIVIL DE CRISES (UE)/ EUMM GEÓRGIA	MONITOR	GEORGIA	AGO16	AGO19	SARGENTO-AJUDANTE	1
UE/EUCAP SAHEL	SAHEL REGIONAL ACTION COORDINATION ADVISER	MALI	MAI18	MAI19	OFICIAL SUPERIOR	1
UE/EUCAP SAHEL	HUMAN RESOURCES AND PERSONAL MANAGEMENT ADVISER-GENDARMERIE	MALI	MAI18	MAI19	OFICIAL SUPERIOR	1
UE/EUCAP SAHEL	ADVISER TO THE MINISTRY OF DEFENCE	MALI	MAI18	MAI19	OFICIAL SUPERIOR	1
SERVIÇO DE AÇÃO EXTERNA EUROPEU	ESPECIALISTA EM INVESTIGAÇÃO CRIMINAL	BELGICA	FEV17	FEV21	OFICIAL SUPERIOR	1
EUROPEAN UNION AGENCY FOR LAW ENFORCEMENT TRAINING (CEPOL)	CYBERCRIME PORTFOLIO MANAGER	HUNGRIA	AGO17	ABR20	OFICIAL SUPERIOR	1
EUROPEAN SECURITY AND DEFENCE COLLEGE	TRAINING MANAGER	BELGICA	JUN18	JUN20	OFICIAL SUPERIOR	1
EU/FRONTEX	SNE MARITIME SURVEILLANCE EXPERT IN FRONTEX SITUATION CENTRE	POLÓNIA	NOV17	NOV20	OFICIAL SUPERIOR	1

Figura 111 – Participação individual em missões



### 3.2. COOPERAÇÃO POLICIAL AO NÍVEL DA UNIÃO EUROPEIA (OPERAÇÕES EUROPEIAS)

Neste ponto, salienta-se a participação da Guarda em diversas operações policiais conjuntas e atividades de treino e formação internacional com o desiderato de potenciar uma melhor articulação entre os parceiros nacionais e internacionais que partilham responsabilidades nos sistemas de segurança, proteção e defesa do espaço nacional, ibérico e europeu.

Entre o conjunto de operações destacam-se as enumeradas nos pontos seguintes.

#### 3.2.1. FRONTEX

No quadro da Guarda Europeia de Fronteiras e Costeira, desenvolvida a partir da FRONTEX, a Guarda tem vindo a consolidar a sua atuação no quadro das respetivas operações, participando nas componentes operacionais terrestre e marítima.

Tem ainda participado em diversas reuniões, ações de formação, seminários e workshops, com o intuito de criar doutrina e promover métodos e planos de formação comuns no quadro europeu.

Do ponto de vista operacional a Guarda participou num conjunto alargado de Operações Combinadas (Figura 1), contribuindo para o EBCGT - *European Border and Coast Guard Team* (bolsa de peritos destinados a participar nas operações conjuntas da FRONTEX) e na RRP - *Rapid Reaction Pool* (bolsa de peritos de intervenção rápida devendo ser projetados a pedido da Agência num prazo de 5 dias), na prossecução dos seguintes objetivos:

- Vigilância das fronteiras – deteção de todas as embarcações suspeitas, prevenir a criminalidade transfronteiriça e apoiar as autoridades locais no combate e deteção desse crime;
- Cooperação Operacional – melhoria da cooperação entre estados membro;
- Partilha e recolha de informações operacionais de cada uma das forças envolvidas.

Aos militares da Guarda empenhados nas operações Frontex cumpriu, na generalidade, executarem as tarefas de vigilância, patrulhamento, busca e salvamento nas fronteiras externas (terrestres e marítimas) da União Europeia.

A figura abaixo ilustra o empenhamento da GNR nas operações Frontex em 2018 e respetivos teatros de operações:

MEIOS	OPERAÇÃO CONJUNTA	LOCALIZAÇÃO	INICIO	FIM	N. DIAS DE EMPREGO OPERACIONAL	N.º TOTAL DE MILITARES
FRONTEX SITUATION CENTER (FSO) VESSEL TRACKING	FRONTEX SITUATION CENTER VARSÓVIA	VARSÓVIA - POLÓNIA	01-01-2018	05-02-2018	35	1
FRONTEX SITUATION CENTER (FSO) REPORTING OFFICER	FRONTEX SITUATION CENTER VARSÓVIA	VARSÓVIA - POLÓNIA	01-02-2018	31-01-2019	364	1
FRONTEX SITUATION CENTER (FSO) VESSEL TRACKING	FRONTEX SITUATION CENTER VARSÓVIA	VARSÓVIA - POLÓNIA	01-04-2018	30-06-2018	90	1
STOLEN VEHICLE DETECTION OFFICER (SVDO)	FOCAL POINTS LAND 2018	KAROSOVICI - CROÁCIA	28-03-2018	07-11-2018	224	1



MEIOS	OPERAÇÃO CONJUNTA	LOCALIZAÇÃO	INICIO	FIM	N. DIAS DE EMPREGO OPERACIONAL	N.º TOTAL DE MILITARES
REGISTRATION AND FINGERPRINTS EXPERTS OFFICER	TRITON 2018	CROTONE – ITALIA	04-04-2018	05-10-2018	184	2
PATROL CAR	FOA LAND 2018	MALKO TARNOVO - BULGARIA	25-04-2018	07-11-2018	196	2
DOG TEAM	FOA LAND 2018	KALOTINA - BULGARIA	25-04-2018	07-11-2018	196	2
COASTAL PATROL BOAT (CPB)	POSEIDON SEA 2018	SAMOS - GRECIA	01-05-2018	31-10-2018	183	9
NATIONAL OFFICIAL (NO)	ICC POSEIDON SEA 2018	PIREUS/ATENAS - GRECIA	01-05-2018	31-10-2018	183	1
THERMO VISION VEHICLE (TVV)	POSEIDON SEA 2018	SAMOS - GRECIA	01-05-2018	30-11-2018	213	4
THERMO VISION VEHICLE (TVV)	FOA LAND 2018	KILKIS - GRECIA	01-06-2018	31-10-2018	152	4
PATROL CAR	POSEIDON SEA 2018	LESVOS - GRECIA	01-06-2018	31-10-2018	152	2
FRONTEX SITUATION CENTER (FSO) INFORMATION EXCHANGE	FRONTEX SITUATION CENTER CATANIA	CATANIA - ITALIA	01-06-2018	31-08-2018	91	1
PATROL CAR	POSEIDON SEA 2018	CHIOS - GRECIA	01-06-2018	30-09-2018	121	2
COASTAL PATROL BOAT (CPB)	POSEIDON SEA 2018	MEGISTI - GRECIA	01-06-2018	31-10-2018	152	9
FRONTEX SUPPORT OFFICER	INDALO 2018	MADRID - ESPANHA	05-06-2018	07-12-2018	185	1
BORDER SURVEILLANCE OFFICER	POSEIDON SEA 2018	KOS - GRECIA	05-06-2018	07-12-2018	185	2
DOG TEAM	FOA LAND 2018	KILKIS - GRECIA	20-06-2018	15-08-2018	56	4
BORDER SURVEILLANCE OFFICER	POSEIDON SEA 2018	KOS - GRECIA	03-07-2018	05-10-2018	94	2



MEIOS	OPERAÇÃO CONJUNTA	LOCALIZAÇÃO	INICIO	FIM	N. DIAS DE EMPREGO OPERACIONAL	N.º TOTAL DE MILITARES
DOG HANDLER	MINERVA 2018	ALGECIRAS - ESPANHA	19-07-2018	18-09-2018	61	1
DOG HANDLER	MINERVA 2018	CEUTA - ESPANHA	19-07-2018	18-09-2018	61	5
FRONTEX SITUATION CENTER (FSO) INFORMATION EXCHANGE	FRONTEX SITUATION CENTER ROMA	ROMA - ITALIA	01-08-2018	30-09-2018	60	1
STOLLEN VEHICLE DETECTION OFFICER (SVDO)	MINERVA 2018	CEUTA - ESPANHA	19-07-2018	18-09-2018	61	3
SECONDED TEAM MEMBER – FRONTEX SUPPORT OFFICER FOR LOGISTICS AND DEPLOYMENTS	FOA LAND / THEMIS 2018	SOFI – BULGARIA / CATÂNIA - ITALIA	30-01-2018	13-08-2018	195	1
SECONDED TEAM MEMBER – EUROPEAN COAST GUARD FUNCTIONS OFFICER	INDALO 2018	MADRID - ESPANHA	14-05-2018	18-08-2018	96	1
SECONDED TEAM MEMBER – EUROPEAN COAST GUARD FUNCTIONS OFFICER	PODEIDON SEA 2018	ATENAS - GRECIA	03-07-2018	06-10-2018	95	1
SECONDED TEAM MEMBER – REGISTRATION AND FINGERPRINTING EXPERT	INDALO	ALMERIA - ESPANHA	03-09-2018	08-12-2018	96	1
					3.781	65 (em permanência) 120 no total

Figura 112 – Operações conjuntas Frontex





ANO	N.º MILITARES	N.º DIAS TOTAIS DE EMPENHAMENTO	HORAS PATRULHAMENTO/ NAVEGAÇÃO	MISSÕES SAR
2017	147	2.841	11.844	20
2018	120	3.781	13.097	0

Figura 113 – Empenhamento nas Operações conjuntas Frontex

Salienta-se ainda que a GNR é a Autoridade Nacional com maior diversidade de destacamento no que concerne aos meios técnicos destacados, apresentando-se em seguida os resultados operacionais mais significativos e que resultaram da intervenção de Guarda naqueles teatros:

ANO	MIGRANTES RESGATADOS/ INTERCETADOS	MIGRANTES DETETADOS	MIGRANTES IDENTIFICADOS /REGISTRADOS HOTSPOT	MIGRANTES TOTAL
2017	1.097	2.274	11.705	15.076
2018	2.801	1.095	2.883	6.779

Figura 114 – Atividade desenvolvida pela GNR: dados sobre migrantes

ANO	FACILITADORES DETIDOS	EMBARCAÇÕES INTERCETADAS	EMBARCAÇÕES DETETADAS	VEÍCULOS FISCALIZADOS/ DETETADOS	APREENSÕES
2017	9	28	42	2.302	28,5 KG LIAMBA e 03 VEICULOS
2018	0	52	44	10.571	12 VEICULOS e 06 EMBARCAÇÕES

Figura 115 – Atividade desenvolvida pela GNR: resultados operacionais

### 3.2.2. OPERAÇÕES POLICIAIS CONJUNTAS “RAILPOL”

Foram executadas as seguintes operações conjuntas no âmbito da RAILPOL: “RAD-24 Blue”, “RAD Active Shield” e “Rail Action Week”. Estas As iniciativas operacionais realizadas no âmbito da RAILPOL visaram a realização de controlos simultâneos nas principais linhas ferroviárias europeias, contribuindo para o aumento do sentimento de segurança nos utentes das redes ferroviárias, para além de ter potenciado a eficácia no combate ao crime.

As operações privilegiaram a atuação para deteção de situações suspeitas de crimes e incivildades, tais como o tráfico de pessoas, armas e explosivos, imigração ilegal, furto de metais não preciosos (em estações, linhas ferroviárias e sinalização), grafitis em estações e comboios, furtos/roubos em estações e comboios, tráfico de estupefacientes, bem como, através de situações de fiscalização ambiental (nomeadamente transporte ilegal de espécies protegidas e produtos proibidos).

A Guarda, que assegura de forma permanente o POC nacional na RAILPOL, executou estas operações em coordenação com a PSP, CP, a REFER e a FERTAGUS.



A Guarda participou no exercício RAILEX VIII, que ocorreu entre os dias 4 e 6 de setembro de 2018, em Portugal, e que contou com a participação de 44 elementos de polícia de diversos países europeus.

### 3.2.3. OPERAÇÕES POLICIAIS CONJUNTAS “REDE IMPEL”

A Rede IMPEL-TFS (European Union Network for the Implementation and Enforcement of Environmental Law / Transfrontier Shipments of waste) tem como objetivo harmonizar a aplicação do Regulamento (CE) n.º 1013/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho de 14 de Junho de 2006, relativo a transferências de resíduos.

Portugal integra a Rede IMPEL/TFS através da Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAMAOT), como entidade coordenadora nacional e como autoridade de aplicação, a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), na qualidade de autoridade competente de notificação e como participante no grupo de correspondentes, o Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente da Guarda Nacional Republicana (SEPNA/GNR) e a Polícia de Segurança Pública (PSP), como entidades fiscalizadoras e de controlo nas transferências terrestres, e a Autoridade Tributária (AT), na fiscalização e controlo das transferências de resíduos via marítima.

No âmbito da atividade desenvolvida pela Rede IMPEL e tendo em conta os compromissos nacionais assumidos, realizaram-se três operações de controlo e fiscalização designadas de Operação AUGIAS.

No âmbito da rede IMPEL foram realizadas diversas ações de fiscalização e controlo no transporte de resíduos, em coordenação com a IGAMAOT e SEPRONA da Guarda Civil de Espanha, para prevenir e detetar movimentos transfronteiriços e circulação interna de resíduos em situação irregular.

### 3.2.4. OUTRAS AÇÕES CONJUNTAS COM FORÇAS CONGÉNERES (SAFE HOLIDAYS E PATRULHAS CONJUNTAS)

A colaboração da GNR com a Gendarmerie Nationale Francesa, foi efetivada através da participação conjunta em várias Operações, em Portugal nomeadamente nas Operações “Verão Seguro” (entre junho e agosto), nas áreas de Lisboa, Setúbal e Faro e “Peregrinação Segura” ao Santuário Mariano de Fátima (no mês de maio e agosto) e em França nas Operações, nas zonas de fronteira entre a França e Espanha, nos meses entre abril e agosto.

A GNR, com a Arma dei Carabinieri Italiana, desenvolveu participação Conjunta em Operações nomeadamente em Portugal, as Operações “Verão Seguro” (entre junho e agosto), nas áreas de Lisboa, Porto e Faro e “Peregrinação Segura” ao Santuário Mariano de Fátima (no mês de agosto).

### 3.2.5. EUROPOL

No âmbito do ciclo político da União Europeia para o período de 2018 a 2021, a Guarda participa na *European Multidisciplinary Platform Against Criminal Threats* (EMPACT), coordenados internacionalmente pela EUROPOL e a nível nacional pelo SGSSI. A GNR assegurou a representação nacional, e promoveu a coordenação nacional das forças e serviços de segurança para cada ação, no âmbito da prioridade ENVIRONMENTAL Crime, a qual visa desmantelar os grupos de criminalidade organizada ambiental e, mais especificamente, os que se dedicam ao tráfico de espécies selvagens e ao tráfico de resíduos. Nesta prioridade, a Guarda participou na Operação Jungle V, na Operação Lake e na Operação Nautilus.

A prioridade EMPACT/OPC- MOCG (“Organised Property Crime – Mobile Organised Crime Groups”), tem como finalidade combater a criminalidade organizada contra a propriedade, concentrando os esforços no desmantelamento dos grupos de criminalidade organizada de elevada mobilidade que efetuam roubos e assaltos organizados em toda a EU. A Guarda assumiu a representação nacional partilhada nesta prioridade. Foi ainda efetivada a participação na operação Action day on Metal Theft.

Apesar da aposta institucional ter sido eminentemente na área operacional, em consonância com os respetivos planos de atividade operacionais de cada prioridade, para efeitos de coordenação a Guarda participou na reunião anual de Chefes de Polícia Europeia e nas reuniões das prioridades EMPACT anteriormente mencionadas.

A nível de solicitações de informação criminal via canal seguro SIENA, a GNR manteve o seu nível de empenhamento dando resposta a 718 pedidos recebidos da Unidade Nacional EUROPOL. No cômputo geral, realizou pedidos e consultas para



satisfação das necessidades operacionais, participou em diversas reuniões operacionais e fóruns promovidos pela Agência da União Europeia para a Cooperação Policial e integrou o ficheiro de análise operacional (Analysis Project) ENVICRIME, dedicado aos crimes ambientais, continuando também a contribuir muito ativamente para o AP FURTUM e AP SMOKE.

### 3.2.6. FORMAÇÃO E TREINO INTERNACIONAL

Neste quadro específico, destaca-se a participação em projetos internacionais de treino e formação, de onde se evidenciam os projetos com parceiros FIEP, EGF, IBERPOL e Royal United Services Institute, bem como a participação no “European Union Police Services Training” (EUPST II), na European Union Agency for Law Enforcement Training (CEPOL) e na FRONTEX.

#### EUPST II

O projeto EUPST II visa promover, entre os Estados-Membros da UE e Estados Terceiros, capacidades para intervir em cenários de crise, em quatro áreas prioritárias: Policial, Estado de Direito, Administração e Proteção Civil. No quadro do projeto EUPST II foi assegurada a participação em diversos cursos, tais como *Mentoring e Advising*, *Cross-cutting issues related to MMA in mission área*, *Policing with Communities in Fragile and Conflict Affected States*, *Interoperability - Leadership and Teambuilding*, *Monitoring Mentoring Advising and Training área*. Foi ainda assegurada a participação ativa em três dos quatro grupos de trabalho existentes no Projeto EUPST (*Training Skills*, *Interoperability* e *Comprehensive Live Exercises*), no Comité Directivo e no Comité Permanente de Avaliação das atividades EUPST.

NO que concerne à participação em Exercícios Internacionais (CPX<sup>60</sup> e FTX<sup>61</sup>), destaca-se a presença na Roménia (Ochiuri) e na Holanda (Marnewaard).

O projeto continuou a promover a participação de representantes dos países da CPLP, organização com o estatuto de parceiro associado do EUPST, através da sua Comissão de Gestão Civil de Crises. A Guarda teve ainda uma participação ativa no projeto “Atividades em Países Terceiros”, projeto esse que visa preparar elementos oriundos de países pertencentes à União Africana, na área do “Mentoring em Gestão Civil de Crises”. Neste âmbito, a Guarda foi coorganizadora de cursos Mentoring em Gestão Civil de Crises, em Angola e em Cabo Verde, tendo sido organizado em Lisboa um Curso de Formação de Formadores em Mentoring em Gestão Civil de Crises, curso ministrado em língua portuguesa e no qual participaram oito países da CPLP.

#### ENTRi

Ao nível da formação na área do Mentoring, Monitoring, Advising e Training e após a obtenção da Certificação C3MC<sup>1</sup> pela *Europe’s New Training Initiative for Civilian Crisis Management* (ENTRi), foram realizados dois cursos financiados pelo Fundo de Segurança Interna em Janeiro de 2018 (e em Dezembro de 2018).

Após obtenção da certificação Certificação C3MC<sup>1</sup> para o Curso *Hostile Environment Awareness Training* (HEAT), foi ministrado o 1.º edição desta formação em novembro de 2018. A Guarda passou assim a pertencer à rede de centros de Formação da União Europeia habilitados para ministrar esta tipo de formação.

A parceria estabelecida com a ENTRi estendeu-se ainda no apoio dado pela Guarda na tradução da 3-ª edição da publicação “In Control” para língua portuguesa, um guia prático destinado a peritos civis que trabalhem em missões de gestão civil de crises.

#### CEPOL

No âmbito da CEPOL a GNR tem organizado, em cooperação com parceiros nacionais e internacionais, cursos no âmbito da gestão de crises de que se destacam: o Curso *Mentoring Monitoring Advising*; o Curso *Police Command and Planning* e o Curso *European Security Sector Reform*.

<sup>60</sup> Post Command Exercise

<sup>61</sup> Field Training Exercise



Além destes cursos têm sido desenvolvidos programas de intercâmbio policial europeus entre elementos das Forças de Segurança que são parceiros da CEPOL. Através da CEPOL, a GNR tem colaborado no projeto *Middle East and North Africa* (MENA) – *Counter Terrorism*.

#### FRONTEX

A Guarda tem participado nas diversas ações formativas da FRONTEX, no âmbito das suas competências tendo os seus militares, em 2018, frequentado 56 ações de formação organizadas pela Agência.

Destaca-se ainda a participação ativa nas *Partnership Academies* da FRONTEX (através da Escola da Guarda), sendo de realçar a organização pela GNR do *Frontex Mid-level Management Course*, do *European Course for Canine Team Instructors*, e a participação na 1.ª edição do *European Joint Master's in Strategic Border Management* da FRONTEX.

### 3.2.7. COMITÉS E GRUPOS DE TRABALHO DA UNIÃO EUROPEIA

No âmbito do trabalho desenvolvido ao abrigo nas instâncias preparatórias do Conselho da União Europeia, a Guarda continua a participar em diversos comités e grupos de trabalho da área de Justiça e Assuntos Internos. Apesar da política de contenção, por motivo das restrições de natureza orçamental, a Guarda procurou assegurar o envio de contributos à Tutela, no âmbito da elaboração das propostas e das respostas nacionais. Assim, destacando-se a participação ativa nos trabalhos do Grupo do Terrorismo, do Grupo de Grupo do Intercâmbio de Informações e da Proteção de Dados e do Grupo da Aplicação da Lei (*Law Enforcement Working Party*).

No que concerne ao *Law Enforcement Working Party*, salienta-se a participação da Guarda nas seguintes sub-redes:

#### REDE ATLAS

No âmbito da cooperação internacional da luta contra o terrorismo, a Guarda Nacional Republicana manteve o esforço de participação na Rede ATLAS, tendo participado em diversas atividades, onde se destacam:

- Fórum de Comandantes ATLAS 09ABR18 a 12ABR18 (Sofia, Bulgária) e em 03 a 06DEC18 (Viena, Áustria);
- *ATLAS Rapid Response Workshop*, 15 a 19ABR18 (Marnerswaard, Holanda);
- *ATLAS Common Challenge 2018 Aircraft Scenario*, 09 a 11OUT18 (Madrid, Espanha);
- *ATLAS Common Challenge Conference*, 10OUT18 (Haia, Holanda);
- *ATLAS Working Group Negotiation Conference*, 20 a 24NOV18 (Lisboa, Portugal).

A participação nestas atividades contribui diretamente para potenciar a interoperabilidade entre as forças de Operações Especiais ao nível europeu e mundial. Internamente, contribui também para uma melhor coordenação entre as diversas forças nacionais para um eventual cenário de ameaça, do qual decorrerá, muito provavelmente, a necessidade de desenvolver uma estratégia articulada de intervenção entre as duas unidades de contraterrorismo (GIOE/GNR e GOE/PSP), designadamente na resolução simultânea de dois eventos distintos, mas interligados.

#### CARPOL

Tendo em conta as atribuições da Guarda como o ponto de contacto nacional para intercâmbio internacional de informações relativas aos fenómenos de criminalidade automóvel com repercussões transfronteiriças, a Guarda participou em duas reuniões da *CARPOL Plenary Meeting*, atividade na qual participaram representantes dos Estados Membros na União Europeia e da Agência EUROPOL.

Ainda no âmbito da CARPOL, destaca-se ainda a realização da operação conjunta JPO AUSTROCAR.

#### ENVICRIMENET



A EnviCrimeNet, rede que conta com o apoio da EUROPOL, tem por objetivo fomentar a articulação entre estados membros, a partilha de experiências e de informação entre polícias europeias, através das plataformas existentes, de modo a prevenir e combater os crimes ambientais. A Guarda fez-se representar na reunião “ EnviCrimeNet 8th Annual General Meeting”, que se realizou em Viena, nos dias 08 e 09NOV18.

#### KYNOPOL

A rede KYNOPOL (European Network for Law Enforcement Dog professionals), é um dos Grupos do LEWP (Law Enforcement Working Party), nos Comitês e Grupos de Trabalho do Conselho da EU, atualmente secretariado pela polícia Hungara. Este Grupo de trabalho foi criado com o objetivo de se desenvolver a cooperação e partilha de informações na área da formação e emprego operacional cinotécnica.

Todas as atividades desenvolvidas na KYNOPOL, enquadram-se no âmbito da deteção de estupefacientes, explosivos, venenos, cadáveres, seguindo a intenção do Conselho da UE no que concerne ao combate à criminalidade violenta e organizada, terrorismo e proteção ambiental.

#### REDE EUROPEIA DE PREVENÇÃO DA CRIMINALIDADE

Apesar da representação nacional neste forum ser assegurada pela Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna, a Guarda, cooperou com tal representação, através da partilha de contributos em domínios variados, dos quais se destaca o policiamento comunitário, temática eleita pela presidência austríaca como significativa. Dentre os diversos projetos de policiamento comunitário operacionalizados pela Guarda, o projeto Idosos em Segurança foi apresentando na Conferência de Boas Práticas da Rede Europeia de Prevenção da Criminalidade, que se realizou nos dias 5 e 6 de dezembro de 2018, em Viena (Austria).

#### 3.2.8. OUTROS FÓRUNS

A Guarda manteve o seu empenhamento nas atividades da EEODN (*“European Explosive Ordnance Disposal Network”*), da Rede ATLAS (Forças antiterrorista), do EMPACT (*“European Multidisciplinary Platform Against Criminal Threats”*) da EUROPOL, da Rede IMPEL/TFS (*“European Union Network for the Implementation and Enforcement of Environmental Law/Transfrontier Shipments of Waste”*), financiada pela UE e dedicada ao controlo transfronteiriço de resíduos; do Projeto TECUM (Tackling Environmental Crimes through standardised Methodologies), um consórcio internacional liderado pela Itália (através da Arma dos Carabinieri)

Salienta-se ainda a participação na RAIPOLE (European Network of Railway Police Forces), rede internacional de organizações responsáveis pelo policiamento das ferrovias nos EM da qual fazem parte atualmente 17 países e 1 país associado (EUA). O objetivo é aumentar e intensificar a cooperação policial internacional ferroviária na Europa, para evitar ameaças e garantir a eficácia das medidas contra a criminalidade transfronteiriça. A Guarda é POC nacional nas Conferências Estratégicas desta Organização, nas reuniões de Coordenação ao nível da presidência da RAILPOL, e nos Grupos de Trabalho “Crime and Illegal Immigration”, “Strategic Analysis”, “Public Order” e “Counter Terrorism”, tendo a Guarda assumido a presidência deste último GT, desde 2014.

A importante integração da GNR nos processos relacionados com a segurança nos transportes, nomeadamente ao nível ferroviário, é extensível à participação no fórum da LAND TRANSPORT SECURITY EXPERT GROUP (LANDSEC), dado ser um dos principais fóruns da UE no âmbito dos transportes, facto que deve ser associado à função da GNR como POC nacional da RAILPOL. A Guarda participou em três reuniões deste fórum.

Ainda no quadro em referência, importa destacar a participação da Guarda em projetos como a *“European Coast Guard Functions Forum”* (ECGFF) que congrega as Guardas Costeiras dos países da União Europeia, o *“Mediterranean Coast Guard Functions Forum”* (MCGFF) e na AQUAPOL, (*European Network of Police Forces of Water*).

A AQUAPOL é uma federação estabelecida em 2002, composta pelas forças com competência marítima de vários países membros da EU, a Suíça e os EUA, num total de 21 organizações. A AQUAPOL tem como finalidade a segurança e a defesa dos corredores internos de água, bem como aproximar e promover a cooperação entre forças policiais responsáveis pela segurança das águas interiores, portos e mar territorial. Para além da participação em reuniões do Conselho e nas reuniões



no âmbito do *Mediterranean/Atlantic* HUB, destaca-se a participação da Guarda na 1.ª edição da *Aquapol Academy*, que se realizou em Lyon, entre 24SET e 05OUT18, com um formador e um formando.

Não deverá ser esquecido o contributo português para o Mecanismos de Proteção Civil da União Europeia, nomeadamente através da participação no Exercício EU AL SIMEX, a convite da ANPC, que se realizou entre os dias 14 a 19ABR18, na Argélia. A atividade que teve como cenário base a ocorrência de um sismo 7.0 com.

A nível nacional, ocorreu uma visita consultiva, por parte de dois peritos da UE, no âmbito do processo de certificação dos módulos Europeus de Emergência e Resposta a Catástrofe, nomeadamente, Ground Forest Fire Fighting, Ground Forest Fire Fighting Using Vehicles, CBRN Detetion and Samping e Urban Search and Rescue in CBRN conditions. Concomitantemente, a visita também teve como objetivo, realizar uma ação formativa do ponto de vista de aconselhamento e transmissão de boas práticas a desenvolver para melhorar a capacidade dos módulos.

Relativamente a eventos organizados em Portugal, destaca-se:

- A realização, entre os dias 24 e 26 de outubro de 2018, da reunião do Maritime Mediterranean/Atlantic (MHMA) da AQUAPOL, que contou com 8 participantes de 5 países.
- Destaca-se em 2018 a participação da GNR na Conferência da OSCE sobre Contraterrorismo, subordinada ao tema “*The Reverse Flow of Foreign Terrorist Fighters: Challenges for the OSCE area and beyond*”.

### 3.3. COOPERAÇÃO AO NÍVEL DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP)

No quadro específico dos programas de cooperação técnico-policial, com os países pertencentes à CPLP, com apoio da Secretaria-Geral do MAI e em coordenação com o Instituto Camões – Instituto da Cooperação e da Língua (no caso específico de São Tomé e Príncipe), foram executadas um conjunto de ações elencadas nos pontos seguintes.

#### 3.3.1. ANGOLA

Foi ministrado um curso no âmbito do Sistema Integrado de Informações Operacionais Policiais (SIOP), em Portugal, a um (1) Intendente da Polícia Nacional de Angola.

As relações bilaterais entre a GNR e a Polícia Nacional de Angola (PNA) assumiram um carácter dinâmico em 2018, muito influenciado pelos contactos de natureza institucional nomeadamente pela visita do Comandante da Policia Nacional de Angola (PNA) à GNR.

Foi garantido o estágio “on the job”, na GNR na área do Protocolo e das Relações Públicas, para uma Oficial da PNA.

Frequentou o Curso de Promoção a Oficial Superior, uma Oficial da PNA.

#### 3.3.2. BRASIL

Foi ministrado o 38.º Curso de Restabelecimento e Manutenção de Ordem Pública, em Portugal, que contou com a participação de cinco (6) militares da Polícia Militar do Brasil.

Um Oficial da Polícia Militar, efetuou na GNR, um estágio Técnico-científico na área das Informações.

Um Sargento da Policia Militar, frequentou o Curso de Tiro para Sargentos, da GNR.



Ao Brasil deslocaram-se dois Oficiais na GNR como palestrantes no I Congresso Internacional de Operações de Choque e no Seminário Internacional de Polícia Montada.

### 3.3.3. CABO VERDE

No quadro do Protocolo de Cooperação entre a República Democrática de Cabo Verde e a República Portuguesa, em matéria de Segurança Interna, um Oficial da Polícia Nacional de Cabo Verde frequentou o Curso de Promoção a Oficial Superior.

### 3.3.4. SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Integrado no Programa de Cooperação Técnico-Policial, realizado através do Instituto Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, a GNR ministrou o Curso Procedimentos de Fiscalização e Enquadramento Legislativo, em São Tomé e Príncipe.

No âmbito da assessoria para a área da segurança, a GNR deu apoio com um Oficial para o planeamento e organização dos XI Jogos Desportivos da CPLP, realizados em São Tomé e Príncipe.

### 3.3.5. TIMOR-LESTE

No quadro do Protocolo de Cooperação entre a República Democrática de Timor-Leste e a República Portuguesa, em matéria de Segurança Interna, foi dada assessoria ao Ministro do Interior, ao Comandante-Geral da PNTL, ao Comandante do Centro de Formação da PNTL, bem como ao Comandante da Unidade Especial de Polícia, com o empenhamento de quatro (4) Oficiais.

No âmbito das relações bilaterais no quadro da segurança Interna, destaca-se a participação de um Oficial da Policial Nacional de Timor Leste (PNTL) no Curso de Promoção a Oficial Superior.

### 3.3.6. OUTROS

No seguimento da iniciativa apresentada pela GNR na X Reunião anual de Comandantes e Chefes de Polícia ocorrida em Timor (2015) visando o alargamento às Forças dos Países da CPLP a participação em atividades formativas financiadas e organizadas pelo European Union Police Services Training (EUPST), bem como através da realização de atividades direcionadas em exclusivo aos Países lusófonos, cofinanciadas pelo Fundo de Segurança Interna, em 2018 decorreram as atividades a seguir descritas:

- Curso de Formação de Formadores em Mentoring, no âmbito do Projeto European Union Police Services Training (EUPST II) – participação de elementos de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.
- I Seminário de Oficiais Superiores da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), inserido no âmbito do projeto Programa de Formação e Treino – Fase II, cofinanciado pelo Fundo de Segurança Interna - participação de elementos de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

### 3.4. COOPERAÇÃO BILATERAL COM O REINO DE ESPANHA

A cooperação direta com as Forças de Segurança Espanholas, especialmente com a Guardia Civil (GC), merece especial destaque, tanto pelo volume das ações de cooperação e de troca de informações, como pela sua importância no quadro da segurança das regiões fronteiriças e, num âmbito mais geral, do próprio espaço Ibérico, bem como pela relevância na partilha de capacidades na vigilância da fronteira externa da União Europeia e no desenvolvimento de uma intensa cooperação no quadro multilateral, através da participação em projetos europeus de relevância.

No âmbito do “Memorando de Cooperação entre a Guarda Nacional Republicana e a Guardia Civil do Reino de Espanha”, assinado em 31 de março de 2009, em Lisboa, realizaram-se, em 2018, reuniões de coordenação a nível nacional, regional e local, operações de controlos móveis, entre outras operações policiais combinadas, e um sem número de ações de troca de informações, formais e informais, a par de uma intensa cooperação no capítulo da formação, destacando-se, a este nível, o intercâmbio de oficiais entre a GNR e a GC com vista à frequência do Curso de Estado-Maior Conjunto ministrado por ambos os países, de entre as numerosas ações formativas.

No sentido de aprofundar a cooperação e troca de informações e um apoio mútuo mais eficiente em operações policiais, a Guarda manteve até ao primeiro semestre um oficial de ligação junto da Direção-Geral da Guardia Civil para a área de operações e informações. Salienta-se ainda a presença de um elemento de ligação no Centro de Cooperação Policial de Algeciras, fundamental para a coordenação central e local das atividades de vigilância marítima e de costa entre a GC e a GNR.

Ao nível do policiamento de proximidade a GNR, no âmbito das Operações “Verão Seguro” e relacionadas com as Peregrinações ao Santuário Mariano de Fátima, integrou no patrulhamento territorial elementos da GC no serviço operacional do Destacamento Territorial de Sintra, do Destacamento Territorial de Setúbal e do Destacamento Territorial de Albufeira, entre os meses de maio e agosto. Na reciprocidade foram empenhados efetivos da GNR no patrulhamento da GC em Sanxenxo e Pontevedra, e durante o períodos de maior fluxo de trânsito de emigrantes, em Burgos e Valladolid.

No âmbito da atividade policial de controlos móveis foram desenvolvidas as seguintes atividades:

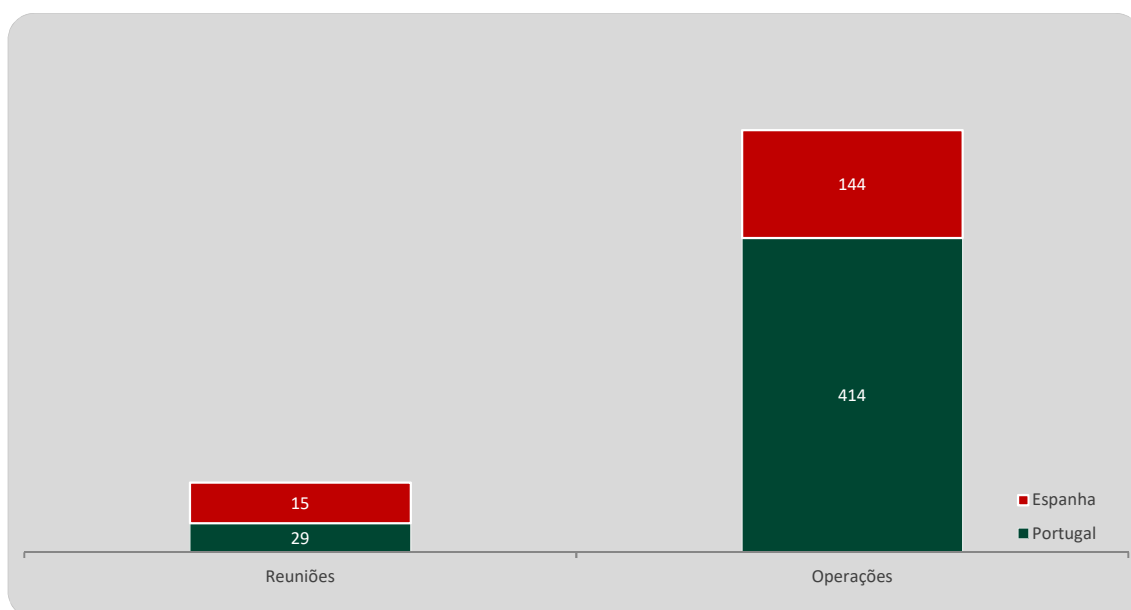


Figura 116 – Reuniões e operações de controlos móveis



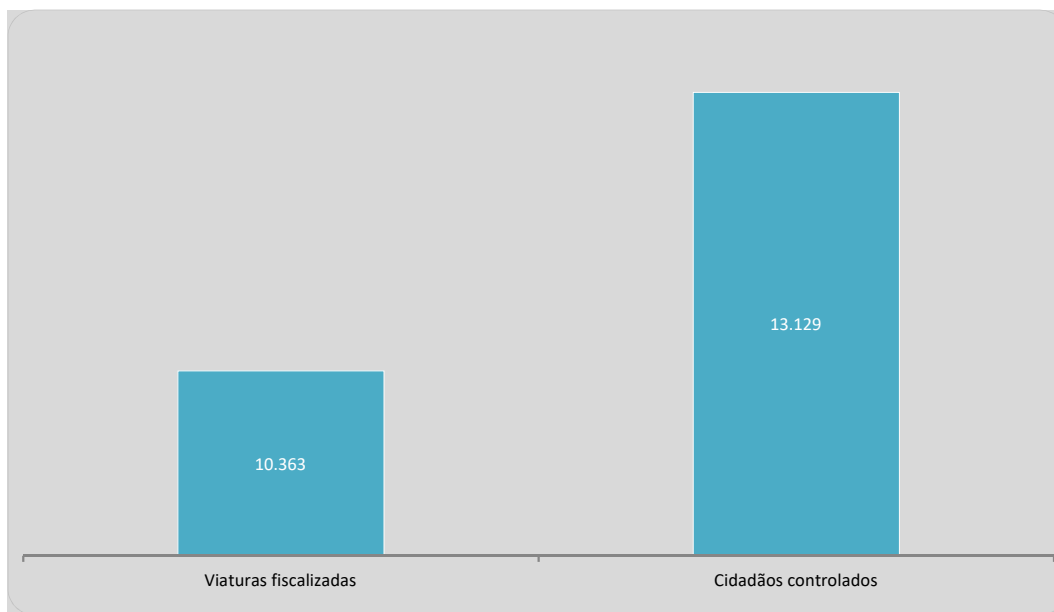


Figura 117 – Controlo de viaturas e cidadãos

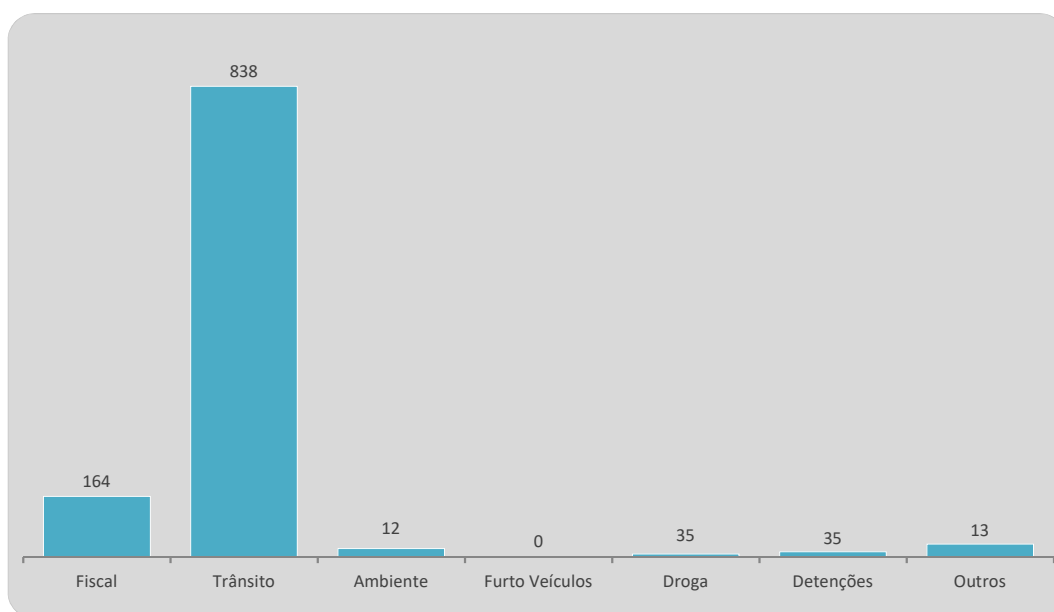


Figura 118 – Autos elaborados

### 3.4.1. OPERAÇÃO CONJUNTA “SPRING BREAK”

No âmbito das férias da Páscoa, verifica-se a deslocação de milhares de jovens para o sul de Espanha, e a Guarda, em coordenação com a Guardia Civil, desenvolveu ações de fiscalização nos principais itinerários de acesso às fronteiras terrestres de Vilar Formoso, Caia e Vila Real de Santo António, com particular incidência no controlo dos autocarros contratados para o transporte de jovens, com vista à deteção de estupefacientes e aconselhamento de cuidados a ter em território espanhol.

Esta operação é desenvolvida em três fases, a primeira com campanhas de sensibilização e informação nas escolas, tendo sido realizadas 78 ações, em 242 escolas, abrangendo cerca de 9.894 alunos, e uma segunda fase de nível operacional com ações conjuntas com a Guardia Civil nas principais fronteiras e uma terceira fase de enquadramento apenas nacional.



Foram fiscalizados 110 veículos e apreendidas quantidades residuais de haxixe e liamba. As reduzidas quantidades de droga encontradas traduzem a eficácia da ação preventiva desenvolvida nos últimos anos.

### 3.4.2. PROJETOS COFINANCIADOS DE ATUAÇÃO CONJUNTA

Neste âmbito a Guarda tem participado em conjunto com diversas autoridades e entidades espanholas, em projetos cofinanciados que abrangem diversas áreas, designadamente a proteção da natureza e ambiente, a proteção e socorro, o controlo da orla marítima e costeira. Entre o conjunto de projetos cofinanciados, destacam-se os projetos ESPPS, LMPA, ALFA, SOTERIA e os projetos LIFE IMPERIAL e LIFE RUPIS.

### 3.4.3. EXERCÍCIOS CONJUNTOS

A Guarda Nacional Republicana (GNR) no âmbito da rede Atlas, participou num exercício “LIVEX,” para equipas de Operações Especiais de 8 países, constituído por vários cenários âmbito de um “AIRCRAFT SCENARIO” (Naval, Aircraft, Metri, Mass Ataques, entre outros). Contou com a participação nacional de 10 militares do GIOE/GNR.

Teve como principais objetivos:

- Observar e trabalhar com os melhores especialistas;
- Atualizar conhecimentos;
- Aperfeiçoar técnicas de intervenção;
- Adquirir experiência de intervenção em aeronaves.

### 3.4.4. CENTROS DE COOPERAÇÃO POLICIAL E ADUANEIRA

No âmbito dos Centros de Cooperação Policial e Aduaneira (CCPA), a Guarda assumiu a responsabilidade de coordenar a atividade dos mesmos desde 01FEV2014. No período em análise foi desenvolvida a seguinte atividade:

ÂMBITO	DESCRIÇÃO	TOTAIS
TROCA INFORMAÇÕES (SOLICITAÇÕES)	PEDIDOS	3.335
	RESPONDIDAS	3.490
	IDENTIFICAÇÃO PESSOAS	1.079
	VEÍCULOS	1.386
	ARMAS	35
	DOCUMENTAÇÃO FALSA	55
	OUTRAS	1.037

Figura 119 – Solicitações de informações dos CCPA

ÂMBITO	DESCRIÇÃO	TOTAIS
CONTROLOS MÓVEIS (COLABORAÇÃO COM)	GNR	383
	SEF	137



ÂMBITO	DESCRIÇÃO	TOTALS	
	DGAIEC	101	
	PSP	116	
	PJ	19	
	GUARDIA CIVIL	257	
	CUERPO NACIONAL POLICÍA	289	
	ADUANAS	58	
	PESSOAS CONTROLADAS	25.555	36.219
	VIATURAS FISCALIZADAS	10.664	
AUTOS	CRIME	23	277
	CONTRA-ORDENAÇÕES	254	
APREENSÕES	VIATURAS	6	
	ARMAS	5	
	DOCUMENTAÇÃO FALSA	0	45
	MERCADORIA (1)	17	
	OUTRAS (1)	17	
DETENÇÕES	FLAGRANTE DELITO	22	
	FORA FLAGRANTE DELITO	0	23
	MANDADOS	1	

Figura 120 – Atividade desenvolvida nos CCPA

### 3.4.5. PROJETO “LIFE IMPERIAL”

O projeto estabelecerá as ferramentas base para assegurar o aumento da população de Águia imperial em Portugal, e consequentemente da população global ibérica. As ações planeadas no seu conjunto estabelecem uma rede coerente de atuação para reduzir as principais ameaças que afetam a eficácia de estabelecimento dos casais em Portugal. Decorre em três áreas: ZPE do Tejo Internacional, Erges e Pônsul; ZPE de Moura, Mourão e Barrancos; ZPE de Castro Verde e Vale do Gadiana.

A Liga para a Proteção da Natureza é o beneficiário coordenador e conta com mais sete beneficiários: Câmara Municipal de Castro Verde, EDP Distribuição – Energia, S.A., FCUL - Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, Guarda Nacional Republicana, ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, Sociedad Española de Ornitología (SEO/BirdLife) e TRAGSATEC - Tecnología y Servicios Agrarios S. A. Em 2017 realizaram-se duas reuniões de parceiros, em Castro Verde e no Comando Geral.

### 3.4.6. PROJETO “LIFE RUPIS”

O LIFE Rupis é um projeto financiado pela União Europeia a decorrer em território português e espanhol, mais concretamente na Zona de Proteção Especial (ZPE) do Douro Internacional e Vale do Rio Águeda e na ZEPA de Arribes del Duero. Com uma duração de 4 anos, teve início em julho de 2015, este projeto pretende implementar ações que visam reforçar as populações de águia-perdigueira e britango no Douro transfronteiriço, através da redução da mortalidade destas aves e do aumento do seu sucesso reprodutor. O abutre-preto e o milhafre-real são espécies também beneficiadas por este novo projeto.



Coordenado pela Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA), o projeto tem mais oito parceiros, a Associação Transumância e Natureza, a Palombar, o Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, a Junta de Castilla y León, a Fundación Patrimonio Natural de Castilla y León, a Vulture Conservation Foundation, a EDP Distribuição e a Guarda Nacional Republicana.

O LIFE Rupis, destaca-se por ser um projeto transfronteiriço, com ações concertadas dos dois lados da fronteira. Entre as várias ações destaca-se a alimentação artificial dirigida ao britango, baseada numa rede de alimentadores fixos e móveis, que irá permitir o aumento da disponibilidade de alimento perto dos locais de reprodução da espécie. Pela primeira vez em Portugal vão ser marcados britangos com emissores de satélite, para seguimento à distância e investigação dos seus hábitos dispersivos e migratórios. Serão desenvolvidas ações pioneiras de combate ao uso ilegal de venenos, com equipas da GNR que utilizam cães treinados, serão corrigidas linhas elétricas com equipamentos anti eletrocussão e anti-colisão de aves dos dois lados da fronteira e será elaborado um plano de ação transfronteiriço para a conservação do britango. Serão geridos mais de mil hectares de habitats importantes para as espécies alvo e criada uma cerca móvel para alimentação de aves necrófagas, para reforçar territórios com escassez acentuada de alimento. O resultado esperado do projeto será o aumento da taxa de reprodução e a diminuição da mortalidade não natural destas aves, nesta região justamente conhecida pela sua riqueza faunística e beleza natural.

### 3.5. EUROSUR

No seguimento da adoção por Portugal, do Regulamento (UE) N.º 1052/2013, desde 2 de dezembro de 2013, que cria o Sistema Europeu de Vigilância das Fronteiras (EUROSUR), foi formalmente implementado na Guarda Nacional Republicana/Unidade de Controlo Costeiro o Centro Nacional de Coordenação do Sistema Europeu de Vigilância das Fronteiras (CNC EUROSUR) que, nesta fase, integra já operadores certificados pela FRONTEX. Este sistema pretende contribuir para o reforço da troca de informações e da cooperação operacional entre as autoridades nacionais europeias, com missões de vigilância de fronteiras e a FRONTEX, de forma a assegurar uma eficaz prevenção e repressão contra as atividades ilegais e criminosas, imigração irregular, contrabando (incluindo crimes aduaneiros), tráfico de estupefacientes e terrorismo, assim como contribuir para garantir a proteção e a salvaguarda da vida dos migrantes nas fronteiras externas marítimas e terrestres da EU.

Decorrente das recomendações da terceira avaliação Schengen aos Estado Português, que ocorreu em 2017, com vista a corrigir os aspetos e as desconformidades existentes, no caso particular do CNC EUROSUR, decorreram, durante o ano de 2018, os trabalhos para integração das partes relevantes dos sistemas da Marinha e da Polícia Marítima neste Centro, contribuindo para a melhoria do conhecimento situacional.

Complementarmente, foi estabelecida uma ligação com o Centro de Operações Marítimas (COMAR) que permite a partilha de informação através de videoconferência entre os 2 Centros responsáveis pela Vigilância das Fronteiras e pela Busca e Salvamento.

O plano de Capacidade de Reação Nacional (PCR) do CNC EUROSUR, encontra-se em elaboração e pressupõe a definição dos procedimentos de articulação operacional e outras matérias de âmbito operacional entre as autoridades nacionais.

Em 2018, o CNC EUROSUR promoveu 4 exercícios em coordenação com o *Frontex Situation Centre* da FRONTEX. Os exercícios visaram a melhoria do conhecimento situacional e da capacidade de reação, com o principal objetivo de potenciar os serviços desenvolvidos pelo *Eurosur Fusion Services* (EFS) em correlação com a informação compilada pelo Sistema Integrado de Comando e Controlo (SIVICC) da GNR, contribuindo para a melhoria do controlo da fronteira externa da União Europeia e o reforço da segurança interna, através do desenvolvimento dos serviços radar e satélite adaptados à realidade do quadro de situação nacional.

Em destaque esteve a implementação de um *Remotely Piloted Aircraft System* (RPAS) com convite da FRONTEX, em parceria com a Agência europeia EMSA, tendo sido projetada uma equipa de monitorização constituída por peritos das autoridades nacionais (GNR, FAP, Marinha) em Varsóvia, na sede da FRONTEX, por um período de cerca de 2 meses. Este projeto teve



como objetivo contribuir para o aumento da cooperação, coordenação e articulação entre as autoridades nacionais e as Agências europeias.

No âmbito do projeto *Exchange of the Situational Picture of neighbouring external border sections between the national coordination centres of Portugal and Spain* (ESPPS), foi concluída a partilha de sinal do SIVICC português e o SIVE espanhol a sul e a norte da península Ibérica, possibilitando ainda a ligação ao EUROSUR na camada de eventos e camada operacional.

A Unidade de Controlo Costeiro, assumindo o papel de Coast Guard, para além das responsabilidades derivadas da compilação de informação ao nível da *Vulnerability Assessment Network* (VAN) referente às fronteiras externas da UE, integra ainda a recém-criada rede da FRONTEX, denominada por *Maritime Intelligence Community & Risk Analysis Network* (MIC-RAN) com o propósito de garantir uma capacidade de análise de risco relativa aos crimes transfronteiriços no âmbito marítimo.

## 3.6. INICIATIVAS MULTILATERAIS

### 3.6.1. ASSOCIAÇÃO FIEP

Decorrente das relações multilaterais desenvolvidas no quadro da Associação FIEP, a Guarda vem mantendo estreita cooperação com os seus membros, particularmente em 2018 com a Jandarma Turca, com as Forças de Segurança Nacionais da Autoridade Palestiniana, tendo sido organizadas visitas à GNR, com objetivos em áreas de interesse variadas, por parte de delegações turcas e de uma delegação palestiniana, tendo esta última se inserido num pedido de assistência a Portugal, formulado pela Autoridade Palestiniana junto da EUPOL COPPS (EU Coordinating Office for Palestinian Police Support), com o intuito de apoiar o desenvolvimento das capacidades da Polícia Civil palestiniana. A visita à GNR visou, entre outros, a compreensão do modelo gendármico, com vista à eventual criação de uma gendarmerie palestiniana.

Destaca-se a participação da Instituição, como Membro desde a sua fundação, na Associação FIEP, cujo objetivo principal consiste em promover a cooperação entre as Forças de Segurança de natureza militar que a integram, especialmente no tocante ao intercâmbio de informações e experiências nomeadamente nos domínios dos recursos humanos, organização do serviço, novas tecnologias e logística e assuntos europeus.

### 3.6.2. EUROGENDFOR

Durante o ano de 2018, Portugal, através da GNR, exerceu a Presidência da Força Europeia de Gendarmerie (EGF), composta por 7 Estados Membros (França, Itália, Espanha, Portugal, Países Baixos, Roménia, Polónia), aos quais acresce um Estado Parceiro (Lituânia) e Estado Observador (Turquia), perfazendo um total de cerca de 360.000 elementos policiais com estatuto militar.

Neste contexto foram implementados oito eventos em território nacional, os quais envolveram individualidades dos países EGF, mas também do Serviço Europeu de Ação Externa e do Departamento de Operações de Apoio à Paz das Nações Unidas. Nestes, destaca-se a realização de um Exercício de capacitação que envolveu 09 países e cerca de 150 elementos policiais internacionais na audiência de treino.

No âmbito da gestão civil de crises, a EGF manteve o empenho operacional idêntico ao ano transato, nomeadamente: no Afeganistão, no Mali, na República Centro Africana (RCA) e na Líbia.

Nas ações acima assinaladas destaca-se a participação da Guarda, através dos seus peritos destacados no Quartel-Permanente da EGF, nomeadamente nos cargos de Chefe de Estado Maior, Chefe de Secção de Logística, Secção de Planos, Secção de Formação/Avaliação e Secção de Operações, tendo projetado um Oficial Superior para a Secção de Combate à Criminalidade Organizada e Terrorismo no Mali e um Oficial Superior para a Célula de Planeamento e Ligação da União Europeia na Líbia.



No âmbito de missões de capacitação, destaca-se o projeto europeu de formação da Guarda Nacional Tunisina, com o emprego de 7 militares como formadores nas especialidades de *Cyber Intelligence*, *Crowd and Riot Control*, *Tactical Combat Casualty Care* e *Counter Improvised Explosive Devices*. Ao nível do Serviço Europeu de Ação Externa é de realçar o emprego de formadores da GNR num Seminário de formação e atualização dirigido aos *Regional Security Officers* do *Field Security Division* deste Serviço europeu.

### 3.6.3. PROJETO GAR-SI SAHEL

Destaca-se a participação da GNR no Projeto GAR-SI Sahel (*Groupes d'Action Rapides – Surveillance et Intervention au Sahel*), no âmbito do Fundo Fiduciário de Emergência da União Europeia para Estabilização direcionado para as origens da Migração Irregular e Deslocados em África, implementado por um consórcio Europeu, desde 2016, constituído por Espanha, França, Portugal e Itália.

Este Projeto visa contribuir para a estabilização da região do Sahel (Burkina Faso, Mauritânia, Mali, Níger, Chade e Senegal), e tem como objetivo principal contribuir para a segurança das populações, estabilização dos países em particular e da região do Sahel, incluindo zonas remotas e transfronteiriças, como condição prévia para o seu desenvolvimento socioeconómico sustentável. Pretende-se assim, reforçar as capacidades operacionais das autoridades nacionais daquela região, melhorando o controlo efetivo do território.

Em 2018, a GNR continuou a assumir os cargos de Coordenador Adjunto no Níger e Burkina Faso, tendo contribuído ainda com 16 peritos para formação nas áreas de operações especiais, tráficos ilícitos, proteção da natureza e policiamento de proximidade.

### 3.7. CARGOS E POSIÇÕES INTERNACIONAIS

Em 2018, a Guarda assegurou os lugares de Oficial de Ligação do MAI em Argélia, Angola, Espanha, França, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Ainda, um oficial na representação permanente de Portugal em Bruxelas (REPER).



#### 4. PROJETOS COFINANCIADOS

O presente capítulo pretende agregar o conjunto de projetos sujeitos a cofinanciamento, dando uma perspetiva dos montantes envolvidos, bem como dar a conhecer a sua execução financeira reportada a 31 de dezembro de 2018. Acresce referir que a execução orçamental dos projetos comunitários foi condicionada por constrangimentos na contratação pública (ex: providência cautelar, lotes desertos e incumprimento dos prazos pelos fornecedores/prestadores de serviço) e pela dificuldade de definição atempada dos requisitos operacionais pelas Unidades envolvidas nos projetos. Esses constrangimentos originaram um não aproveitamento dos fundos comunitários existentes (na medida em que 22% da despesa prevista não é passível de transitar para 2019 devidos aos prazos de elegibilidade dos projetos comunitários) e um impacto no Orçamento de 2019 em virtude de 33% da despesa prevista em 2018 ter transitado para o ano de 2019.

SUB-PROGRAMA	DESCRIÇÃO DO PROJETO	VALOR PREVISTO NOS PROJETOS EM 2018	VALOR TRANSITADO PARA 2019	VALOR EXECUTADO	% DE EXECUÇÃO	COMPARAÇÃO COM 2017
04.02.	FSI- AÇÕES NACIONAIS	7.011.042,71 €	2.251.844,07 €	2.935.038,30€	41,86%	+7,49%
04.03.	H2020	21.401,00 €	- €	13.624,40 €	63,66%	+28,92%



04.04.	ISF- AÇÕES COMUNITÁRIAS	<p>O Fundo de Segurança Interna (ISF), criado para o período 2014-2020, pretende promover a implementação da Estratégia de Segurança Interna, a cooperação policial e a gestão das fronteiras externas da União. O ISF é composto por dois instrumentos: <i>ISF Borders e Visa</i> e <i>ISF Police</i>.</p> <p>Os principais objetivos são:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• <b>ISF Police</b> - contribuir para assegurar um elevado nível de segurança na UE, com especial ênfase na:<ul style="list-style-type: none"><li>○ <b>Luta contra a criminalidade:</b> combater a criminalidade transfronteiriça, grave e organizada, incluindo o terrorismo, e reforçar a coordenação e a cooperação entre as autoridades responsáveis pela aplicação da lei e outras autoridades nacionais dos Estados-Membros da UE, incluindo a EUROPOL e outros órgãos relevantes da UE e com organizações relevantes da UE;</li><li>○ <b>Gestão do risco e crises:</b> reforçando a capacidade dos Estados da UE e da União para gerir riscos e crises efetivamente relacionados à segurança e preparando-se para proteger pessoas e infraestruturas críticas contra ataques terroristas e outros incidentes relacionados à segurança.</li></ul></li><li>• <b>ISF Borders</b> - contribuir para garantir um alto nível de segurança na União, ao mesmo tempo que facilita a viagem legítima, nomeadamente através de:<ul style="list-style-type: none"><li>○ <b>Visa:</b> o processamento eficaz dos vistos de Schengen, apoiando uma política comum de vistos, que visa facilitar a viagem legítima à UE, proporcionando um serviço de alta qualidade aos requerentes de visto, garantindo a igualdade de tratamento de cidadãos não comunitários e abordando a migração irregular;</li><li>○ <b>Fronteiras:</b> alcançar um nível uniforme e elevado de controlo das fronteiras externas, apoiando a gestão integrada das fronteiras, harmonizando as medidas de gestão das fronteiras na União e partilhando informações entre os Estados da UE e entre os Estados da UE e a FRONTEX, a fim de travar a migração irregular e garantir a passagem suave das fronteiras externas.</li></ul></li></ul>	709.880,00 €	492.000,00 €	92.610,79 €	13,05%	+13,05%
--------	-------------------------	---	--------------	--------------	-------------	--------	---------





04.05.	LIFE	<p>O programa LIFE pretende contribuir para o desenvolvimento sustentável e para a consecução dos objetivos e metas da Estratégia Europeia 2020, o 7.º Programa de Ação em matéria de ambiente e outras estratégias e planos relevantes da UE em matéria de ambiente e clima. O subprograma ambiente tem três domínios prioritários: Ambiente e eficiência dos recursos; Natureza e Biodiversidade; Governação e informação em matéria de ambiente.</p> <p>Os objetivos gerais são:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Contribuir para a transição para uma economia eficiente em termos de recursos, hipo carbónica e resistente às alterações climáticas, para a proteção e a melhoria da qualidade do ambiente e para sustentar e inverter a perda de biodiversidade, incluindo o apoio à rede Natura 2000 e o combate à degradação dos ecossistemas;</li> <li>• Melhorar o desenvolvimento, a aplicação e o controle da execução da política e da legislação da União em matéria de ambiente e de clima e dinamizar e promover a integração dos objetivos ambientais e climáticos noutras políticas da União e na prática dos setores público e privado, nomeadamente mediante o reforço da capacidade dos setores público e privado;</li> <li>• Apoiar a melhoria da governação ambiental e climática a todos os níveis, incluindo uma maior participação da sociedade civil, das ONG e dos intervenientes a nível local;</li> <li>• Apoiar a execução do 7.º Programa de Ação em matéria de ambiente;</li> <li>• Melhorar a capacidade institucional e a eficiência da administração pública.</li> </ul> <p>Tendo em consideração o objeto deste programa a Guarda garantiu 353 patrulhamentos direcionados para a conservação da Águia Imperial (CTer Castelo Branco, CTer Évora e CTer Beja) no âmbito do projeto Life Imperial, e 113 patrulhamentos direcionados para a conservação do britango e águia-perdigueira no Douro transfronteiriço (CTer Bragança e CTer Guarda) no âmbito do projeto Life Rupis, totalizando 51.146km percorridos em prol da conservação da biodiversidade.</p>	127.002,51 €	- €	19.513,29 €	15,36%	-71,57%
04.06.	P2020	<p>Trata-se do acordo de parceria adotado entre Portugal e a Comissão Europeia, que reúne a atuação dos 5 Fundos Europeus Estruturais e de Investimento – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, Fundo de Coesão, Fundo Social Europeu, Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural e Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas - no qual se definem os princípios de programação que consagram a política de desenvolvimento económico, social e territorial para promover em Portugal, entre 2014 e 2020. O Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR) pretende contribuir para a afirmação da Estratégia Europa 2020, especialmente na prioridade de crescimento sustentável, respondendo aos desafios de transição para uma economia de baixo carbono, assente numa utilização mais eficiente de recursos e na promoção de maior resiliência face aos riscos climáticos e às catástrofes. O Programa Operacional da Competitividade e Internacionalização (PO CI) procura dar resposta a problemas como: a ineficiência na organização e gestão de</p>	3.255.011,56 €	847.032,49 €	2.020.545,78 €	62,07%	+62,07%



		<p>serviços, os níveis insuficientes de qualificação dos recursos humanos na Administração Pública, a ainda insuficiente disponibilização, de forma integrada e interoperável, de serviços públicos online em domínios fundamentais e a reduzida percentagem de indivíduos que utiliza a internet para interagir com autoridades públicas.</p> <p>Assim, a Guarda inscreveu as suas prioridades de investimento nos seguintes domínios:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Promoção de investimentos para abordar riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes (aquisição de viaturas Todo-o-Terreno e de Equipamentos de Proteção Individual para o Grupo de Intervenção Proteção e Socorro da Unidade de Intervenção, bem como garantir a remodelação do edifício do GIPS na Pontinha);</li><li>• Modernização da Administração Pública, mediante o investimento nas capacidades institucionais e na eficiência das dos serviços prestados (projeto de interoperabilidade dos Sistemas de Informação operacionais e de apoio operacional mediante aquisição de tecnologia – hardware, software);</li><li>• Reforço da capacidade institucional da Administração Pública (projeto de certificação do atendimento da GNR).</li></ul>					
04.09.	OUTROS - ARIEM +	<p>O Programa INTERREG V-A Espanha-Portugal (POCTEP) 2014-2020 é o resultado direto da experiência favorável que, desde 1989, envolveu a cooperação na fronteira entre os dois países, que permitiu e pretende continuar a avançar na melhoria da qualidade de vida dos habitantes do Espaço de Cooperação. O Espaço Transfronteiriço de Espanha e Portugal é composto por 37 NUTS (Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins estatísticos) pertencentes aos dois países, assegurando a consistência e a continuidade das zonas estabelecidas no anterior período de programação:</p> <p>O POCTEP 2014-2020 atua em cinco grandes âmbitos ou objetivos temáticos:</p> <p>Potenciar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação;</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Melhorar a competitividade das pequenas e médias empresas;</li><li>• Promover a adaptação às alterações climáticas em todos os setores, e ainda promover o aumento da resiliência territorial aos riscos naturais transfronteiriços;</li><li>• Proteger o meio ambiente e promover a eficiência dos recursos;</li><li>• Melhorar a capacidade institucional e a eficiência da administração pública.</li></ul>	452.550,00 €	200.000,00 €	114.116,04 €	25,22%	-5,20%
TOTAL GERAL			11.576.887,78 €	5.195.448,60 €	3.790.876,56 €	44,88%	+13,27%



## 5. GESTÃO INTERNA E DE APOIO OPERACIONAL

A GNR dispôs de recursos financeiros provenientes do OE, tendo assegurado, na medida das limitações do plafond atribuído, todas as atividades inerentes ao funcionamento dos canais logístico, administrativo e financeiros de suporte a toda a atividade operacional. Adiante a afetação de recursos humanos, financeiros e materiais será convenientemente afluída.

## 6. BENEFICIAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTO

### 6.1. INFRAESTRUTURAS

O património imobiliário afeto à GNR, embora muito vasto, evidencia níveis de degradação elevados, necessitando de intervenções céleres, de forma a assegurar um acréscimo qualitativo das condições em que é exercida a sua atividade, com reflexos substanciais na qualidade e eficácia da sua atuação junto das populações.

Nesta perspetiva foram realizadas as seguintes intervenções que constavam no Plano de Atividades da Direção de Infraestruturas da GNR para o ano de 2018:

UNIDADE /ÓRGÃO	PLANO DE ATIVIDADES DE 2018		FONTE		REALIZAÇÃO	
	DESIGNAÇÃO DA INTERVENÇÃO	VALOR PREVISTO S/IVA	O E	PIDDAC	S/N	VALOR C/IVA
UI/GIPS	TRANSFERÊNCIA DO GIPS PARA QUARTEL DA PONTINHA	469.962,00€	X		S	503.803,42€ (c)
UI	SUBSTITUIÇÃO DA COBERTURA DO EDIFÍCIO DO GIOP/UI - QUARTEL DA PONTINHA	153.750,00 €	X		S	145.632€ (b)
CARI	REMODELAÇÃO DE EDIFÍCIO PARA ALOJAMENTO DE CURSOS NA ESCOLA DA GUARDA/QUELUZ	174.045,00 €	X		S	171.878,98€ (b)
CTER BRAGANÇA	REPAVIMENTAÇÃO DE PARADA E ARRUAMENTOS NO COMANDO TERRITORIAL DE BRAGANÇA	110.700,00€	X		S	89.701,75 (b)
	<b>TOTAL</b>	<b>908.457,00€</b>	-	-		<b>911.016,15€</b>

Figura 121 - Execução de Empreitadas previstas em Plano de Atividades, realizadas em 2018

Com o mesmo objetivo foram realizadas as seguintes intervenções do Plano de Investimentos da LPIEFSS:

UNIDADE /ÓRGÃO	PLANO DE INVESTIMENTOS DA LEI DE PROGRAMAÇÃO DE INFRAESTURAS E EQUIPAMENTOS DAS FORÇAS E SERVIÇOS DE SEGURANÇA		FONTE		REALIZAÇÃO	
	DESIGNAÇÃO DA INTERVENÇÃO	VALOR PREVISTO S/IVA	OE	PIDDAC	S/N	VALOR C/IVA
GIC/UI	CONSTRUÇÃO DE CANIS DO GIC/UI NAS INSTALAÇÕES DA EG (POLO QUELUZ)	370.279,00€	X		S	74.819,21€ (b)
UI/GIPS	CASERNAS DO GIPS NA UNIDADE DE INTERVENÇÃO	358.500,00€	X		S	79.278,88€(b)
CTER VIANA DO CASTELO	INTERVENÇÃO NAS INSTALAÇÕES DO POSTO TERRITORIAL DE VILA NOVA DE CERVEIRA	105.000,00€	x		S	6.564,03€ (b)
CTER VIANA DO CASTELO	SUBSTITUIÇÃO DA COBERTURA DO EDIFÍCIO DO COMANDO TERRITORIAL DE VIANA DO CASTELO	150.000,00€	x		S	184.323,94€
CTER PORTO	PROTOCOLO CEDÊNCIA ESPAÇO ENTRE MUNICÍPIO AMARANTE E A GNR	30.000,00€	x		S	27.601,20€ (a)
CTER PORTO	PROTOCOLO COM CM DE PENAFIEL: CONSTRUÇÃO DO POSTO TERRITORIAL DE PAÇO DE SOUSA	664.750,00€	x		S	252.561,73€ (a;c)
CTER FARO	PROTOCOLO - REMODELAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE EDIFÍCIO PARA POSTO TERRITORIAL DE ALMANCIL	464.570,00€	X		S	332.993,05€ (a;c)
CTER SANTARÉM	INTERVENÇÃO NAS INSTALAÇÕES DO POSTO TERRITORIAL DE ALCANENA	700.000,00€	X		S	74.919,86€ (a;c)
	<b>TOTAL</b>	<b>2.843.099,00€</b>	-	-		<b>1.033.061,90€</b>

a) Protocolo GNR/MAI/ Municípios; b) Execução orçamental em 2018; c) Transitou para 2019

Figura 122 - Execução do Plano de Investimentos (LPIEFSS)



No mês de outubro de 2018 a tempestade Leslie danificou algumas infraestruturas da GNR, tendo sido realizada uma intervenção no Centro de Formação da Figueira Da Foz da Escola da Guarda. Embora a empreitada constasse do Plano Inicial Investimento da LPIE, a sua inclusão foi devidamente justificada por motivos de impreterível necessidade.

UNIDADE /ÓRGÃO	PLANO DE INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS 2018		FONTE		REALIZAÇÃO	
	DESIGNAÇÃO DA INTERVENÇÃO	VALOR PREVISTO S/IVA	OE	PIDDAC	S/N	VALOR C/IVA
EG/CFFF	EMPREITADA DE SUBSTITUIÇÃO E REPARAÇÃO DAS COBERTURAS DAS CASERNAS DO CENTRO DE FORMAÇÃO DA FIGUEIRA DA FOZ - ESCOLA DA GUARDA	122.782,17€			S	151.020,84 € (b)
	TOTAL	122.782,17 €	-	-		151.020,84 €

Figura 123 - Execução de Empreitada não prevista no Plano Inicial de Investimento da LPIEFSS

O quadro seguinte resume o ponto de situação das várias empreitadas da Lei de Programação de Infraestruturas das Forças e Serviços de Segurança em 2018:

GRAU DE EXECUÇÃO	INTERVENÇÕES EM INFRAESTRUTURAS LPIE		
	NOVAS INSTALAÇÕES	GRANDES INTERVENÇÕES (REMODELAÇÕES)	MÉDIA INTERVENÇÃO
RECEPCIONADAS	PTER ALANDORAL DTER AMARANTE CANIS ESCOLA DA GUARDA	CASERNAS DO GIPS NA UI	CTER VIANA DO CASTELO
EM CURSO	PTER ALMANCIL PTER PAÇO DE SOUSA	PTER QUARTEIRA PTER-ALCANENA	PTER VILA NOVA DE CERVEIRA-
PREVISÃO DE RECEPÇÃO EM 2019	PTER ALMANCIL PTER PAÇO DE SOUSA	PTER QUARTEIRA PTER-ALCANENA -	PTER VILA NOVA DE CERVEIRA-

Figura 124 – Resumo da Execução da LPIE 2018



## 7. SISTEMAS E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

### 7.1. TECNOLOGIAS APLICADAS À ATIVIDADE OPERACIONAL

Durante o ano de 2018 a Guarda prosseguiu a sua aposta no desenvolvimento sistémico e estruturado das novas tecnologias da informação e das comunicações, com vista à qualificação do seu produto operacional.

A este nível, tem-se procurado seguir um padrão de interoperabilidade entre sistemas, de forma à informação poder fluir independentemente da plataforma tecnológica.

Numa lógica de continuidade, manteve-se o esforço no âmbito dos programas específicos de policiamento e prevenção, na sua vertente tecnológica, nomeadamente, queixa eletrónica, perdidos e achados, violência doméstica, contraordenações de trânsito, polícia automático, alargamento do Sistema AFIS, bem como, à manutenção do sítio da GNR e do recrutamento eletrónico.

#### 7.1.1. SISTEMA DE QUEIXA ELETRÓNICA (SQE)

Este Sistema visa facilitar a apresentação de queixas relativas a um conjunto de dezoito crimes, num suporte que garanta uma maior proximidade da Administração Pública ao cidadão.

#### 7.1.2. SISTEMA DE CONTRAORDENAÇÕES DE TRÂNSITO (SCOT)

A execução deste programa esteve a cargo da vertente de Trânsito da GNR e tem vindo a consolidar a sua posição como instrumento principal no apoio à atividade operacional, nas matérias atinentes à fiscalização rodoviária, constituindo-se como elemento catalisador no quadro de renovação de métodos e procedimentos operacionais.

#### 7.1.3. POLÍCIA AUTOMÁTICO

O sistema automático de leitura de matrículas designado «Polícia Automático» preconiza um aumento de eficácia operacional na prevenção da criminalidade associada ao furto e roubo de veículos, falsificação de matrículas, mas também na verificação e combate às situações de ilegalidade relativas ao seguro de responsabilidade civil automóvel.

Apesar dos desígnios que este visava alcançar, têm surgido algumas incompatibilidades que impossibilitam a otimização do sistema. Essas incompatibilidades radicam no alojamento da base de dados que serve o sistema (em entidade externa à Guarda), sendo-lhe reconhecidas algumas deficiências, nomeadamente relacionadas com a qualidade, atualidade e disponibilidade dos dados nela insertos.

Em todo o caso, esperando que as deficiências venham a ser rapidamente corrigidas, o sistema continuará a operar apoiando o dispositivo da Guarda na fiscalização rodoviária.



## 7.2. TECNOLOGIAS APLICADAS ÀS ATIVIDADES DE APOIO

### 7.2.1. REESTRUTURAÇÃO DO SITE DA GNR NA INTERNET

Tendo por objetivo contribuir para a modernização da imagem da Instituição, bem com garantir a publicação de conteúdos de forma mais orientada às necessidades do cidadão, em 2018 foram efetuadas melhorias no Site Oficial da GNR.

Um objetivo inerente à existência do site da GNR e às reformas que lhe têm sido implementadas é a comunicação com o cidadão e a melhoria do e-Government enquanto veículo indispensável ao exercício da Cidadania Digital em Portugal.

Tendo por objetivo a continuidade da inovação, durante 2018, foram realizados estudos e revistos processos de forma a otimizar o serviço disponibilizado ao cidadão. Através de uma mudança de tecnologia, de melhores técnicas para implementar a segurança da informação, de uma revisão do interface gráfico e de novos serviços a disponibilizar, esta revisão contribuiu para em 2018 se ter impulsionado a utilização do sítio da GNR como elemento charneira da comunicação com o cidadão.

Paralelamente, em 2018, melhoram-se algumas formas de interação com as redes sociais e disponibilizou-se uma maior quantidade de serviços on-line ao cidadão, nomeadamente através da publicação de várias peças dos procedimentos pré-contratuais realizados no âmbito do Código dos Contratos Públicos e do aprovisionamento de pessoal.

Foi ainda introduzida uma área informativa dedicada aos projetos cofinanciados em execução.

### 7.2.2. SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE RECURSOS INTERNOS (SIGRI)

O SIGRI é uma plataforma modular, integrando transversalmente os sistemas de informação dos órgãos com responsabilidade na administração de recursos internos, que disponibiliza serviços essenciais para a tomada de decisão nas principais áreas da atividade administrativo/logística da GNR, nomeadamente, pessoal, vencimentos, logística, financeira, assistência na doença, infraestruturas e património, bem como a disponibilização de informação ao utente como é o caso dos Portais Social e de Recrutamento, permitindo entre outros:

- Otimização e controlo de processos;
- Maior disponibilidade da informação;
- Redução de custos;
- Normalização de procedimentos;
- Eliminação de erros de sincronização entre sistemas;
- Incremento na segurança da informação.

### 7.2.3. PORTAL DA FORMAÇÃO

O portal da formação continua a constituir uma mais-valia formativa disponibilizada a todos os intervenientes no processo formativo. Este conjunto de funcionalidades interativas e colaborativas, disponibilizado na RNSI, potenciam a melhoria da qualidade da formação e os próprios resultados da avaliação individual, nomeadamente através do acesso a repositórios multimédia, fóruns de discussão, agendas multiutilizadores e atividades de grupo.

A utilização do portal regista um maior impacto de utilização no que toca à formação que recorre ao regime e-learning e b-learning. Para os gestores da formação, o portal funciona como uma ferramenta de apoio e monitorização do processo pedagógico que permite disponibilizar indicadores de acesso e utilização seletiva.

De forma a garantir o fácil acesso a todo o acervo doutrinário, bem como para facilitar os processos formativos, têm-se dado passos para o desenvolvimento de uma Learning Management System (LMS), de uma nova plataforma de e-Learning, bem como de outros dispositivos facilitadores das aprendizagens que incluem realidade aumentada e virtual, bem como a inserção de sistemas de apoio baseados em inteligência artificial (IA).



#### 7.2.4. SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE FORMAÇÃO (SIGFORM)

Em 2018 o SIGForm passou a contar melhorias na área do Planeamento, bolsa de Formadores e registos de Autoformação, passando assim a permitir integrar de forma melhorada a informação sobre as competências adquiridas por iniciativa individual dos militares.

Integrado na plataforma SIGRI, o SIGForm tem sido alvo de sucessivas melhorias com reflexos ao nível da interoperabilidade de sistemas de gestão, elaboração do Plano Anual de Formação por via eletrónica, desde o diagnóstico de necessidades formativas até à apresentação da proposta de PAF a integrar no Plano de Atividades da Guarda.

Durante 2018, deram-se passos para a certificação em Qualidade e para a criação da nova plataforma de gestão do Conhecimento e respetiva interligação ao SIGForm e outros sistemas de informação da GNR.

#### 7.2.5. SOLUÇÃO DE GESTÃO DE RECURSOS FINANCEIROS EM MODO PARTILHADO (GeRFIP)

Nos termos do disposto no artigo 14º do Decreto-lei n.º 29-A/2011, 1 de março, que estabeleceu as normas para execução do Orçamento de Estado para 2011, tornou-se obrigatória a implementação do Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP) nos serviços integrados, mediante a adesão a uma das modalidades disponibilizada pela Empresa de Gestão Partilhada de Recursos da Administração Pública (GERAP), atual Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I. P (eSPap).

Nessa conformidade, a Guarda Nacional Republicana (GNR) implementou o POCP em 2012 através da adesão aos Serviços Partilhados de Finanças suportados na solução de Gestão de Recursos Financeiros em modo partilhado – GeRFIP – que integra a gestão logística, orçamental, financeira e patrimonial, com base no Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP). Esta solução normalizou os processos e apoia as atividades de gestão financeira, orçamental e patrimonial dos órgãos e serviços da Administração Pública num contexto integrado, tendo sido desenhada numa lógica modular, por blocos funcionais, sendo parte do Programa de Gestão de Recursos da Administração Pública (GeRALL), que engloba outros projetos e soluções, tais como o de Gestão de Recursos Humanos em modo Partilhado (GeRHuP) e o de Gestão da Avaliação do Desempenho da Administração Pública (GeADAP).

#### 7.2.6. PLATAFORMA ELETRÓNICA DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA (VORTALNEXT)

As Plataformas Eletrónicas de Contratação Pública (PECP) são peças fundamentais no objetivo de auxiliar a tramitação procedimental pré-contratual. Servem de suporte basilares às várias fases dos procedimentos, sob o comando direto das entidades adjudicantes, nos termos e dentro dos limites da legislação em vigor.

Em 2013, entrou em funcionamento na Guarda uma nova PECP, a *Vortalnext*, substituindo a *Vortal*, com melhorias significativas que permitiram conjunto de ações traduzidas em potencialidades para o utilizador e para a entidade adjudicante, designadamente: um ambiente de trabalho mais intuitivo, bem como um diretório de empresas (inscritis), onde é possível encontrar mais facilmente os potenciais operadores económicos que forneçam bens ou serviços em linha com as necessidades da Guarda, realidade outrora fora do nosso conhecimento e por vezes de difícil acesso.

Além da PECP *Vortalnext*, a Guarda utiliza ainda a plataforma *Gatewit*, que permite o desenvolvimento e a formalização de procedimentos aquisitivos ao abrigo dos Acordos Quadros (AQ).

Ainda, no contexto da utilização dos sistemas e tecnologias de informação e decorrente da obrigação legal de publicação dos relatórios de formação, e conseqüente execução, dos procedimentos aquisitivos desenvolvidos, procedeu-se à publicação no portal dedicado aos contratos públicos dos relatórios de formação de contratos e dos relatórios de execução para o conjunto de procedimentos aquisitivos adiante discriminados no anexo A2 – Procedimentos Aquisitivos integrantes do Capítulo VIII do presente relatório.

#### 7.2.7. SISTEMA DE RECOLHA E VALIDAÇÃO DE INFORMAÇÃO

O «*Sistema de Recolha e Validação de Informação*» é uma ferramenta *online* de informação a prestar obrigatoriamente por entidades que realizem procedimentos aquisitivos ao abrigo de Acordos Quadro celebrados pela ESPAP, em três áreas distintas, designadamente, ao nível dos relatórios de faturação, de contratação e o respetivo reporte estatístico anual.





De referir ainda, no que respeita aos procedimentos desenvolvidos pela UMC-MAI e pela ESPAP, que a sua publicação é da responsabilidade daquelas entidades.

### 7.2.8. SISTEMA DE GESTÃO DO PARQUE DE VEÍCULOS DO ESTADO (SGPVE)

A Guarda aderiu, em 2011, ao SGPVE (Sistema de Gestão de Parque de Veículos do Estado), nos termos do Decreto-lei n.º 170/2008, de 26 de agosto e da Portaria n.º 382/2009, de 12 de março.

Esta aplicação é gerida pela ESPAP com o objetivo de integrar num sistema único toda a informação da frota do Estado e garantir as seguintes atividades na sua gestão: pedidos, carregamentos e abates de veículos, informação mensal sobre quilómetros, manutenções, IPO's, sinistros e consumos de combustível, controlo de cartões de combustível e controlo da frota de veículos apreendidos ou perdidos a favor do Estado e considerados «com interesse para o PVE».

### 7.2.9. PROGRAMA DE GESTÃO HOSPITALAR “ GLINTT”

Tendo como objetivo a melhoria no atendimento ao utente no Centro Clínico, em 2018, foi consolidado o programa de gestão hospitalar eletrónica “Glintt”, tendo-se associado o módulo para a gestão do medicamento e da farmácia.

A plataforma (programa) informática permite um maior apoio aos utentes do Centro Clínico da GNR, dando uma resposta rápida na gestão de consultas e exames, no acesso imediato aos processos clínicos e às fichas dos utentes. Permite ainda de forma célere e eficiente colaboração com entidades externas à GNR.

A introdução desta plataforma constitui o início do processo de informatização do Centro Clínico na vertente do utente/doente.

### 7.2.10. PROGRAMA DE REGISTO DE DADOS CLÍNICOS E DE CONSUMOS COM OS CAVALOS E CÃES DA GNR “ QVET”

Durante o ano 2018 continuou-se a proceder aos registos do historial clínico e dos consumos com os cães e cavalos da GNR no programa informático QVET, permitindo um controlo dos produtos aplicados a cada um dos animais e um melhor controlo de custos.

A aplicação informática permite consultar de forma rápida e organizada todos os serviços e produtos aplicados aos animais, assim como consultar todos os serviços prestados pelos militares afetos ao serviço veterinário.

A aplicação informática QVET pretende informatizar toda a atividade da Divisão de Medicina veterinária/DSAD.

### 7.2.11. SISTEMA DE GESTÃO DE RECEITA DA GNR – SGR/GNR

Com o objetivo de permitir um controlo eficaz e fiável de todos os fluxos financeiros da receita, o SGR/GNR garante o registo e cobrança da receita nos cerca de 600 locais onde é possível aos utentes efetuarem pagamentos pela venda de bens, prestação de serviços e cobrança de taxas, sendo igualmente garantido todo o fluxo documental até ao registo centralizado das receitas da GNR, no GeRFiP e, à entrega ao Estado no Sistema de Gestão das Receitas, da Direção Geral do Orçamento.

Com a aprovação da Portaria n.º 298/2016, de 29 de novembro, que regula os serviços remunerados, houve necessidade de adaptar o sistema a esta nova legislação, através da criação de um novo módulo – Módulo de Orçamento – que permite um adequado registo das operações relacionadas com o pagamento antecipado dos serviços remunerados e respetivos acertos.

Numa perspetiva de desenvolvimento contínuo e de reengenharia de processos, em 2018, efetuaram-se melhorias ao nível do controlo de pagamentos através de referências multibanco e de controlo de remunerados.

## 8. SAÚDE, BEM-ESTAR, ASSISTÊNCIA NA DOENÇA E VETERINÁRIA

Engloba toda a Atividade relacionada com a assistência na doença, cuidados de saúde, moral e bem-estar dos militares da Guarda, a aquisição de equipamentos para serviços de saúde, de animais e a manutenção desse efetivo.

### 8.1. SAÚDE

#### 8.1.1. ATIVIDADE DESENVOLVIDA PELO CENTRO CLÍNICO DA GNR

No plano da atividade desenvolvida pelo Centro Clínico importa relevar a prestação de 59.358 atendimentos (55.504 em 2017), a realização de 513 intervenções cirúrgicas (379 em 2017) e prestação de 392 consultas do viajante (apoio clínico para missões internacionais (396 em 2017)).

Os 59.358 atendimentos foram distribuídos pelas seguintes especialidades:

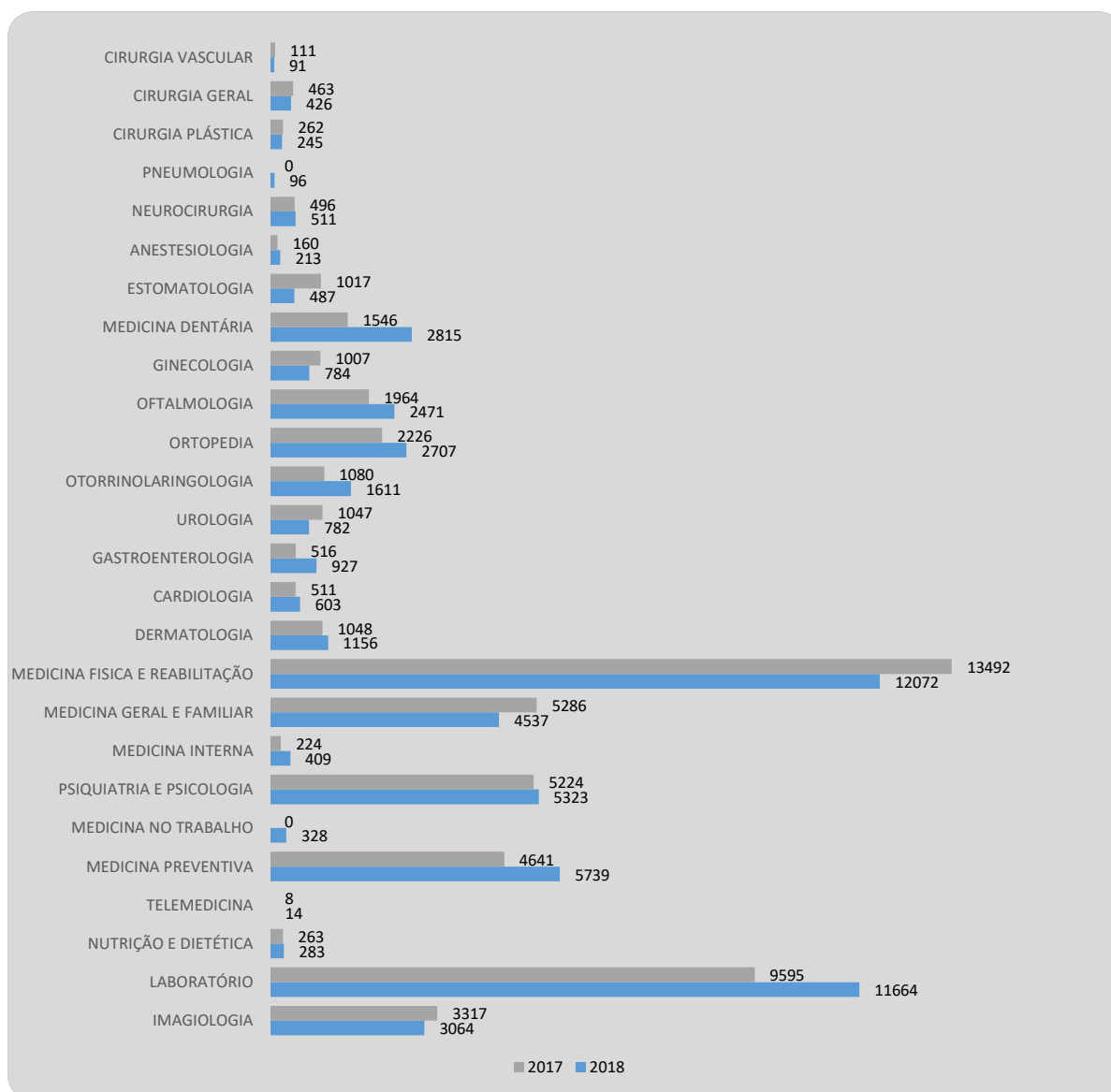


Figura 125 – Atendimentos por especialidade

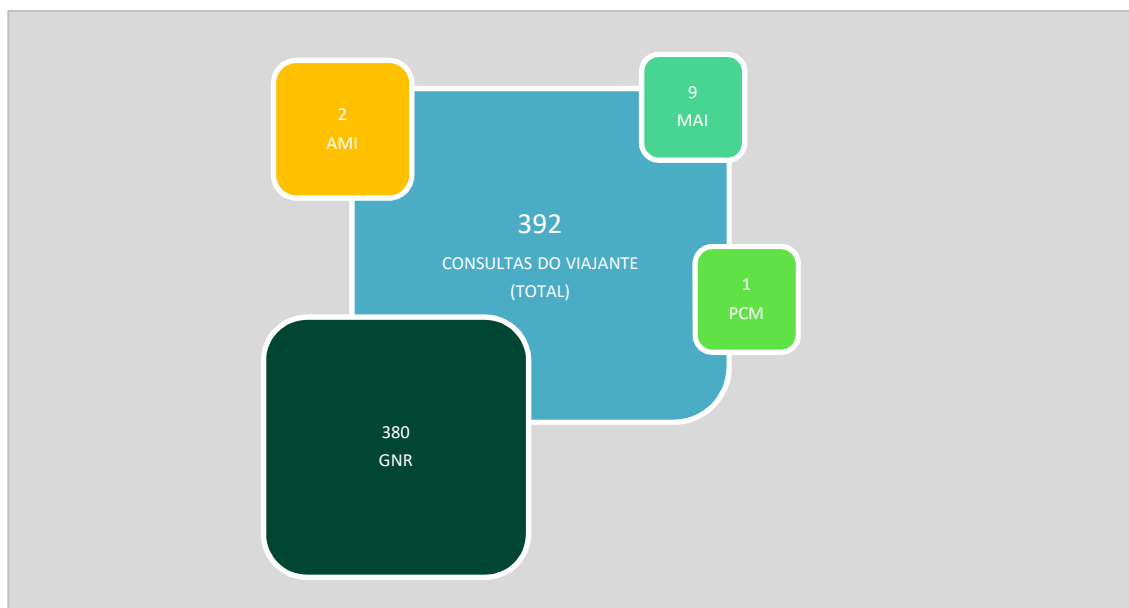


Figura 126 – Consultas do Viajante

Concentrado na sua função primordial, o Centro clínico tem aumentado significativamente o apoio aos militares da Guarda. No capítulo dos investimentos, foram disponibilizados meios financeiros que permitiram uma atualização e modernização do equipamento hospitalar, no valor de 243.700,00 € (175.790,00 € em 2017).

Na área de formação certificada, foram formados 188 militares (254 em 2017) das diversas Unidades, com o curso de suporte básico de vida com desfibrilhação automática externa (SBVDAE).

### 8.1.2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DAS JUNTAS MÉDICAS

#### JUNTA SUPERIOR DE SAÚDE (JSS)

A Junta Superior de Saúde (JSS) é um Órgão de Conselho que funciona na dependência direta do Comandante-Geral, conforme alínea b) nº. 1 do art.º 26º. da Lei nº. 63/2007 de 06 de Novembro (LOGNR), a quem compete julgar o grau de capacidade para o serviço de oficiais, sargentos e guardas que, por ordem do Comandante-Geral, lhe forem presentes, bem como emitir parecer sobre recursos relativos a decisões baseadas em pareceres formulados pelas juntas médicas da Guarda (nº. 1 artº. 30º. da LOGNR).

No ano de 2018 foram realizadas 100 JSS a que foram presentes 2.642 militares, no sentido de avaliar a sua situação clínica.

#### JUNTAS DE SAÚDE DE ÁREA (JSA)

A Guarda Nacional Republicana dispõe de seis Juntas de Saúde, nomeadamente: JSA-Lisboa; JSA-Porto; JSA-Coimbra; JSA-Évora; JSA-Madeira e JSA-Açores. As Juntas de Saúde dos Açores e da Madeira não se efetuam por não haver médicos em número suficiente (CT Açores apenas tem 1 médico e CT Madeira não tem nenhum) para a sua constituição.

Durante o ano de 2018 foram realizadas 70 Juntas de Saúde de Área (JSA), a que foram presentes 2.172 militares assim distribuídos:

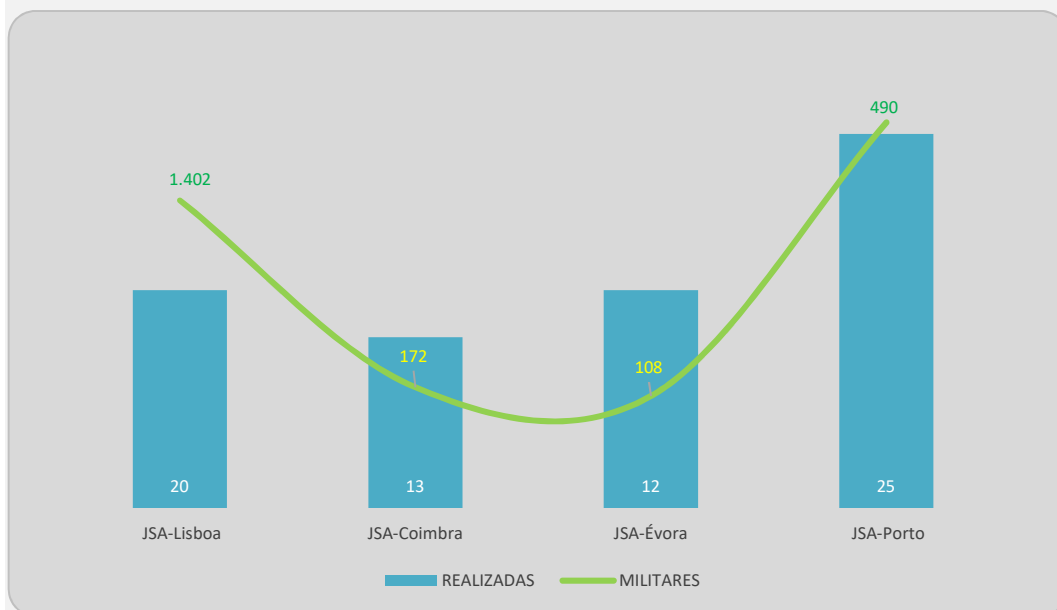


Figura 127 – Juntas de Saúde de Área realizadas

#### JUNTAS MÉDICAS DE RECRUTAMENTO (JMR)

No período compreendido entre Janeiro e Dezembro de 2018 foram realizadas 32 juntas médicas nas quais foram avaliados 1.497 candidatos à Guarda.

#### JUNTAS MÉDICAS DA CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES (CGA)

Durante o ano de 2018 e decorrente de acidentes qualificados como “Acidentes ocorridos em Serviço”, foram realizadas 12 juntas médicas na CGA tendo sido nomeados 12 médicos para integrar as referidas juntas, às quais foram presentes 167 militares.

## 8.2. MORAL E BEM-ESTAR

Pelo Serviço de Assistência Religiosa (SAR) da GNR foram desenvolvidas durante o ano de 2018 atividades solidárias, apoiando de forma próxima os militares e as suas famílias em momentos de dor, solidão e de carência socioeconómica. Foram ainda desenvolvidas diversas ações celebrativas e formativas das quais se destacam nomeadamente:

ÂMBITO	DESCRIÇÃO
CELEBRAÇÕES	HOMENAGEM À PADROEIRA DA GUARDA, 16 DE JULHO; CELEBRAÇÃO DA MISSA INTEGRADA NAS COMEMORAÇÕES DO DIA DA GUARDA; CELEBRAÇÕES DA MISSA INTEGRADAS NAS COMEMORAÇÕES DE DIAS DA UNIDADE;



ÂMBITO	DESCRIÇÃO
	CELEBRAÇÕES SEMANAIS DA MISSA NO COMANDO-GERAL E NO CENTRO CLÍNICO;  CELEBRAÇÃO DOS FIEIS DEFUNTOS (6 DE NOVEMBRO) NA IGREJA DE SANTA MARIA DE BELÉM, MOSTEIRO DOS JERÓNIMOS) E OUTRAS CERIMÓNIAS DE HOMENAGENS AOS MORTOS NOS DIAS DA UNIDADES;  MISSA CRISMAL;  CELEBRAÇÕES DO NATAL E DA PÁSCOA;  CELEBRAÇÕES DOS SACRAMENTOS DE INICIAÇÃO CRISTÃ NO CENTRO DE FORMAÇÃO DE PORTALEGRE;  CELEBRAÇÕES DOS SACRAMENTOS DO BAPTISMO E DO MATRIMÓNIO;  CELEBRAÇÕES DAS EXÉQUIAS E MISSAS POR OCASIÃO DE DATAS DE FALECIMENTO;  CELEBRAÇÕES DA MISSA POR OCASIÃO DE ENCONTROS DE CONFRATERNIZAÇÃO DE MILITARES;  CELEBRAÇÕES DE BÊNÇÃOS;  CELEBRAÇÃO DA VIA SACRA;
PEREGRINAÇÕES E ENCONTROS	PEREGRINAÇÃO MILITAR INTERNACIONAL A LOURDES;  PEREGRINAÇÃO MILITAR NACIONAL A FÁTIMA;  PEREGRINAÇÃO MILITAR A FÁTIMA A PÉ;  DOIS ENCONTROS (EM MARÇO E EM DEZEMBRO) DE FAMÍLIAS DE MILITARES.

Figura 128 – Ações formativas e celebrativas

### 8.2.1. ASSISTÊNCIA NA DOENÇA

O Serviço de Assistência na Doença da Guarda Nacional Republicana (SAD/GNR) é o sistema de saúde dos militares da GNR e que tem por finalidade a comparticipação, total ou parcial, dos encargos decorrentes da prestação de cuidados de saúde e tratamento aos seus beneficiários.

De acordo com o regime legal vigente o beneficiário do SAD/GNR usufrui também dos mesmos direitos que um utente do SNS, podendo ainda recorrer à comparticipação proporcionado pelo regime de benefícios do SAD/GNR. Em síntese e de uma forma geral, a despesa do SAD/GNR pode ser agrupada em três grandes áreas: o regime convencionado, o regime livre e os medicamentos.

### 8.2.2. REGIME DE BENEFÍCIOS

O regime de benefícios abrange a comparticipação de despesas com a saúde, designadamente com:

- Os cuidados de saúde e atos médicos, prestados em território nacional e no estrangeiro;
- Os medicamentos adquiridos em farmácias dos SS e Regiões Autónomas;
- Os meios de correção e/ou compensação;
- O internamento, incluindo em lares, o apoio domiciliário, os tratamentos termais, a aposentadoria e os transportes.

### 8.2.3. BENEFICIÁRIOS DO SUBSISTEMA

Por força das alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 158/2005 de 30 de setembro, na sua redação atual os beneficiários do subsistema apresentam a 31 de dezembro a seguinte estrutura global. De uma forma detalhada constituem beneficiários do subsistema os seguintes grupos:

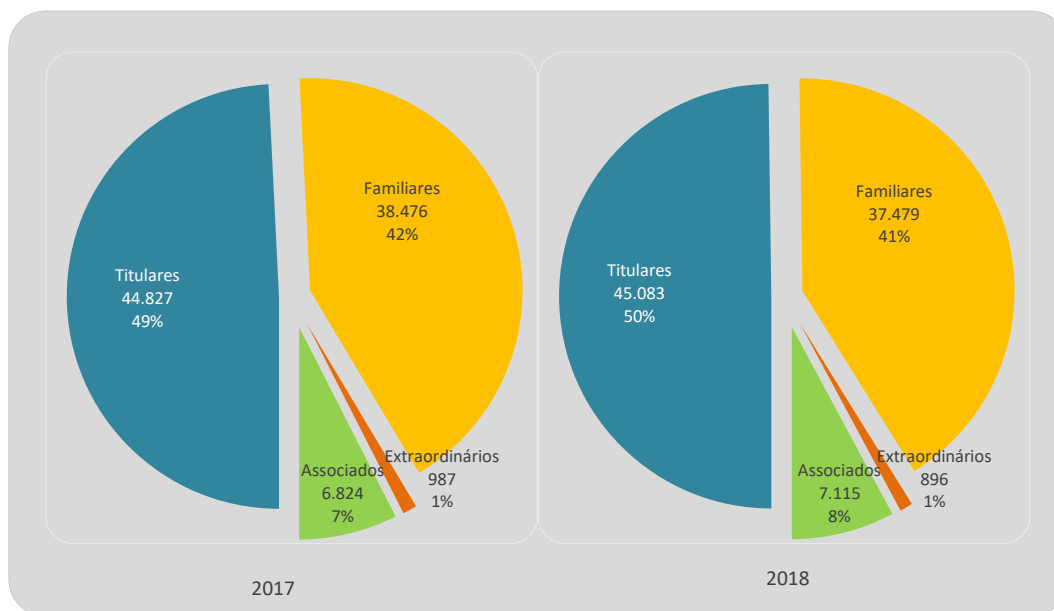


Figura 129 – Beneficiários do subsistema de saúde (por grupos) – SAD/GNR 2017-2018

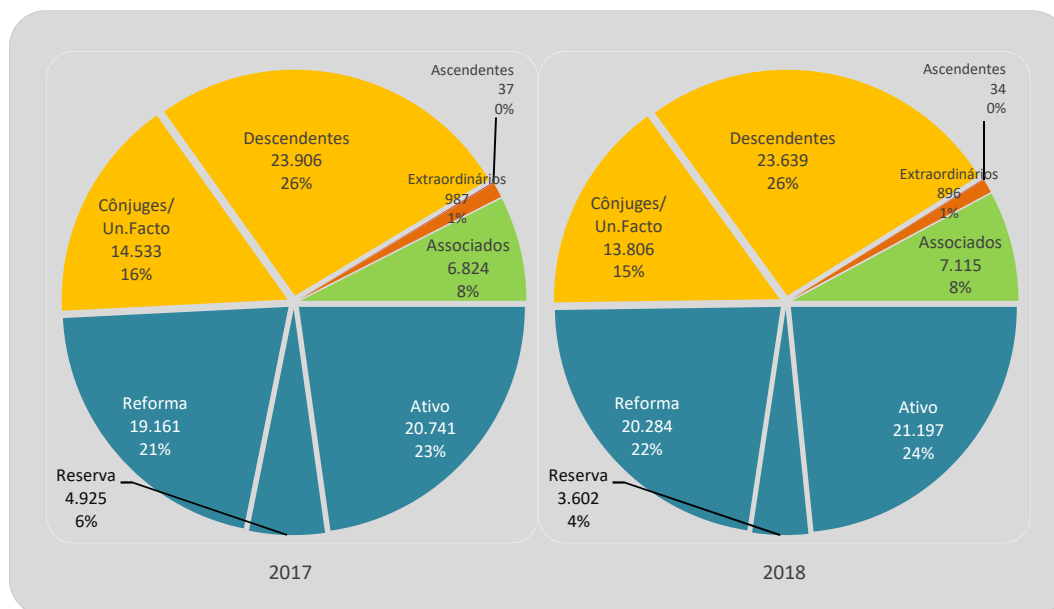


Figura 130 – Beneficiários do subsistema de saúde – SAD/GNR 2017-2018

Salienta-se, que em 2018 o número de beneficiários descendentes, continuam a superar o número de beneficiários titulares no ativo, sendo que ambos representam 50% do universo de beneficiários. Pelo que se pode verificar, os cônjuges e os titulares na reforma têm também um peso significativo no subsistema. Em relação ao ano transato, constata-se que o n.º de militares na situação de reserva diminuiu. Não obstante, e em contrapartida, o n.º de militares na situação de reforma aumentou, balanceando o total.



#### 8.2.4. ATIVIDADE DESENVOLVIDA

No tocante à atividade do SAD/GNR, a Guarda em garante o controlo dos descontos obrigatórios e o direito ao subsistema de saúde, o pagamento da faturação, os reembolsos e a gestão dos benefícios relacionados com a saúde, havendo uma série de procedimentos que dão origem à sua atividade diária:

ELEMENTOS ESTATÍSTICOS DA ATIVIDADE DO SAD/GNR	2018
ENTIDADES CONVENCIONADAS	1.105
FATURAS RECEBIDAS (RL + RC)	105 264
PROCESSOS DE MEDICINA DENTÁRIA (ORTODONTIA + PRÓTESES FIXAS)	2 863
BENEFICIÁRIOS SAD/GNR	90 573
AUTORIZAÇÕES PARA TRATAMENTOS DE FISIOTERAPIA	13 486
CARTÕES SAD/GNR EMITIDOS	29 210
ANÁLISE DE PROCESSOS PARA EMISSÃO DE CARTÃO SAD/GNR	30 000
CARTÕES CESD VALIDADOS	2 833
FICHEIROS DE FATURAÇÃO ELETRÓNICA RECEBIDOS	15 600

Figura 131 – Dados estatísticos SAD/GNR

#### 8.2.5. REDE CONVENCIONADA

Relativamente à rede convencionada, que atualmente conta com mais de 1.000 acordos celebrados, ao longo do território nacional, salienta-se que em 2018 a celebração de acordos com novas entidades esteve condicionada por motivo do Colégio do Governo não reunir. Assinala-se a forte distribuição geográfica, ainda deficitária no interior do país quando comparada com os distritos do litoral.

### 8.3. ASSISTÊNCIA MÉDICO-VETERINÁRIA AO EFETIVO DE CAVALOS E CÃES

#### 8.3.1. AÇÕES PROFILÁCTICAS, MÉDICAS E CIRÚRGICAS

As ações profiláticas médicas e cirúrgicas desenvolvidas mostraram-se eficazes na garantia do estado sanitário do efetivo.

MEIO	DESCRIÇÃO
CÃES	<p>1 VACINAÇÃO CONTRA A RAIVA;</p> <p>1 VACINAÇÃO CONTRA ESGANA, HEPATITE, LEPTOSPIROSE E PARVOVIROSE;</p> <p>1 VACINAÇÃO CONTRA TOSSE DO CANIL;</p> <p>2 DESPARASITAÇÕES SEMESTRAIS CONTRA PARASITAS INTERNOS;</p> <p>DESPARASITAÇÕES EXTERNAS – Nº DEPENDENDO DA TAXA DE INFESTAÇÃO NOS LOCAIS AONDE OS ANIMAIS SE ENCONTRAM COLOCADOS;</p> <p>PRIMOVACINAÇÃO DOS CACHORROS NASCIDOS NA GNR DOS CÃES DOADOS E COMPRADOS.</p> <p>Nota: Consultas e cirurgias foram efetuadas essencialmente pela clínica veterinária de cães da GNR.</p>
CAVALOS	<p>1 VACINAÇÃO CONTRA GRIPE EQUINA E TÉTANO PARA OS CAVALOS DE FILEIRA;</p> <p>2 VACINAÇÕES CONTRA GRIPE EQUINA E TÉTANO PARA OS CAVALOS DE DESPORTO E QUE PARTICIPAM EM EVENTOS DESPORTIVOS CIVIS;</p> <p>1 DESPARASITAÇÃO INTERNA;</p> <p>PRIMOVACINAÇÃO E DESPARASITAÇÃO DOS CAVALOS DOADOS E COMPRADOS;</p> <p>Nota: Consultas e cirurgias foram efetuadas essencialmente pelo Hospital Veterinário de Equinos da GNR, Enfermaria Veterinária de Equinos no 3ºEsquadrão/USHE, e nos Centros de Apoio de Área do Porto, Coimbra e Évora.</p>

Figura 132 – Ações Profiláticas, Médicas e Cirúrgicas





## 9. PROTOCOLOS E GRUPOS DE TRABALHOS

### 9.1. PROTOCOLOS E PARCERIAS

Visando a criação de sinergias fundamentais para a otimização da resposta às mais diversas situações, a Guarda, de uma forma bilateral ou multilateral, promoveu a celebração de um conjunto de protocolos e parcerias de colaboração e de cooperação, designadamente com as seguintes entidades enquadrados segundo o âmbito de atividade:

ÂMBITO	ÁREA	DESCRIÇÃO	ENTIDADES
OPERACIONAL	INVESTIGAÇÃO CRIMINAL (VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E DE GÉNERO)	<p>Relativamente à implementação da Estratégia do Governo de Combate à VD e de Género, foram assinados protocolos, entre vários serviços de apoio e proteção às vítimas de VD e de género a nível nacional (entre outros) que envolvem as respostas locais, de forma articulada, as autarquias, as forças de segurança, a medicina legal, as entidades com competência em matéria de proteção social, as unidades de saúde, os bombeiros, as escolas e as organizações não-governamentais.</p> <p>Neste contexto a GNR assinou Protocolos para a Territorialização da Rede Nacional de Apoio às vítimas de violência Doméstica – Faro, Castelo Branco, Braga, Moita e Barreiro.</p> <p>E neste âmbito assinou também o protocolo de cooperação entre a CIG, PGR, SGMAI, DGAI, GNR e PSP</p>	Serviços de apoio e proteção às vítimas de VD; autarquias locais; forças de segurança, Instituto de Medicina Legal; entidades com competência em matéria de proteção social, unidades de saúde; bombeiros, as escolas; organizações não-governamentais
OPERACIONAL	INVESTIGAÇÃO CRIMINAL	<p>A Guarda celebrou um Acordo Adicional Específico (AAE) ao Protocolo de Cooperação celebrado entre a GNR e a Universidade de Évora, com o intuito de criar sinergias entre estas duas instituições e conjugar esforços no sentido do estabelecimento e desenvolvimento de cooperação científica, tecnológica e académica em domínios das ciências forenses e no incremento da oferta académica, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Estudos e projetos de investigação a realizar conjuntamente (i.e. estágios);</li> <li>• Programas pedagógicos a desenvolver;</li> <li>• Cooperação e elaboração conjunta de colóquios, seminários, conferências e reuniões similares;</li> <li>• Acessibilidade a publicações de ambas as instituições;</li> <li>• Intercâmbios de especialistas;</li> <li>• Utilização de espaços físicos e logísticos.</li> </ul>	Universidade de Évora
DOCTRINA, FORMAÇÃO E TREINO	ESTÁGIOS CURRICULARES	Tem como objetivo oficializar a cooperação entre a GNR e a IPP e estabelecer os princípios para formação, na área das línguas estrangeiras, pelo Centro de Línguas e Culturas do IPP (CLIC-IPP), a elementos da Guarda Nacional Republicana e familiares diretos, podendo estes beneficiar de condições especiais. (DE-2018).	Instituto Politécnico de Portalegre
ESTRATÉGIA LOGÍSTICA	QUALIDADE	<p>No seguimento do despacho proferido em 08 de outubro de 2014, em que o Senhor Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna autorizou a utilização da rede do Sistema Integrado das Redes de Emergência e Segurança de Portugal (SIRESP) pelo Automóvel Clube de Portugal (ACP), durante provas e eventos desportivos, foi estabelecido um Protocolo de cooperação com a Guarda Nacional Republicana (GNR).</p> <p>O referido Protocolo estabelece como contrapartida pela cedência de terminais rádio pela GNR, um pacote de Serviços de Assistência que o ACP assegura, ao parque de veículos ligeiros exclusivo da GNR.</p> <p>O pacote de Serviços de Assistência, baseia-se num sistema de pontos, com plafond anual de 120 pontos, para definir o número de serviços a executar, e que variam conforme a tipologia de veículo (1,5 pontos para veículos tipo A - veículo com 2 eixos e altura inferior a 1,10m (altura, medida à vertical do primeiro eixo), e 1,7 pontos para veículos tipo B - veículo com 2 eixos e altura superior a 1,10m (altura, medida à vertical do primeiro eixo), excluindo veículos de chassi longo e/ou rodado duplo, com comprimento total superior a 4999mm, (Jeep/Furgão/Pick Up).</p> <p>Os serviços de assistência na estrada serão prestados pelos meios do ACP ou recorrendo à sua rede de prestadores de serviço, não diminuindo as suas responsabilidades, sendo constituídos pelos serviços de desempanagem e reboque.</p>	Automóvel Clube de Portugal



ÂMBITO	ÁREA	DESCRIÇÃO	ENTIDADES
ESTRATÉGIA LOGÍSTICA	QUALIDADE	<p>A VALORCAR possui licenças do Estado Português para gerir o Sistema Integrado de Gestão de Veículos em Fim de Vida (SIGVfV) e o Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Baterias e Acumuladores (SIGRBA).</p> <p>Com o protocolo celebrado com a VALORCAR, entidade privada, sem fins lucrativos, cujo capital social pertence em 95% à Associação Automóvel de Portugal (ACAP) e em 5% à Associação das Empresas Portuguesas para o Sector do Ambiente (AEPSA), permitiu ligar a GNR a uma plataforma eletrónica com uma rede de 176 centros de abate certificados e dispersos por todo o Território Nacional, aumentando consideravelmente a concorrência no procedimento de alienação de veículos civis na forma de hasta pública.</p>	VALORCAR
AUTARQUIAS LOCAIS	INSTALAÇÕES	No âmbito da reinstalação do Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana em Óbidos, foi promovida a realização de um protocolo entre o Município de Óbidos e o Ministério da Administração Interna (SGAI e GNR)	Município de Óbidos
AUTARQUIAS LOCAIS	INSTALAÇÕES	No âmbito da remodelação do Destacamento Territorial da Guarda Nacional Republicana no Fundão, foi promovida a realização de um protocolo entre o Município do Fundão e o Ministério da Administração Interna (SGAI e GNR)	Município do Fundão
AUTARQUIAS LOCAIS	INSTALAÇÕES	No âmbito da reinstalação do Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana em Alpiarça, foi promovida a realização de um protocolo entre o Município de Alpiarça e o Ministério da Administração Interna (SGAI e GNR)	Município de Alpiarça
AUTARQUIAS LOCAIS	INSTALAÇÕES	No âmbito da reinstalação do Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana em Caldas das Taipas, foi promovida a realização de um protocolo entre o Município de Guimarães e o Ministério da Administração Interna (SGAI e GNR)	Município de Guimarães
AUTARQUIAS LOCAIS	INSTALAÇÕES	No âmbito da reinstalação do Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana em Lordelo, foi promovida a realização de um protocolo entre o Município de Guimarães e o Ministério da Administração Interna (SGAI e GNR)	Município de Guimarães
AUTARQUIAS LOCAIS	INSTALAÇÕES	No âmbito da reinstalação do Posto Territorial e Sub-Destacamento de Controlo Costeiro da Guarda Nacional Republicana em Aljezur, foi promovida a realização de um protocolo entre o Município de Aljezur e o Ministério da Administração Interna (SGAI e GNR)	Município de Aljezur
AUTARQUIAS LOCAIS	INSTALAÇÕES	No âmbito da reinstalação do Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana em Alcobaça, foi promovida a realização de um protocolo entre o Município de Alcobaça e o Ministério da Administração Interna (SGAI e GNR)	Município de Alcobaça
AUTARQUIAS LOCAIS	INSTALAÇÕES	No âmbito da reinstalação do Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana em Alvito foi promovida a realização de um protocolo entre o Município de Alvito e o Ministério da Administração Interna (SGAI e GNR)	Município de Alvito
AUTARQUIAS LOCAIS	INSTALAÇÕES	No âmbito da reinstalação do Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana em Viana do Alentejo, foi promovida a realização de um protocolo entre o Município de Viana do Alentejo e o Ministério da Administração Interna (SGAI e GNR)	Município de Viana do Alentejo
AUTARQUIAS LOCAIS	INSTALAÇÕES	Cedência de Heliporto e edifícios adjacentes situados no alto da, foi promovida a realização de um protocolo entre o Município de Covilhã e o Ministério da Administração Interna (SGAI e GNR)	Município de Covilhã
AUTARQUIAS LOCAIS	INSTALAÇÕES	No âmbito da reinstalação do Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana em Almancil, foi promovida a realização de um protocolo entre o Município de Loulé e o Ministério da Administração Interna (SGAI e GNR)	Município de Loulé
AUTARQUIAS LOCAIS	INSTALAÇÕES	No âmbito da remodelação do Destacamento Territorial da Guarda Nacional Republicana em Anadia, foi promovida a realização de um protocolo entre o Município de Anadia e o Ministério da Administração Interna (SGAI e GNR)	Município de Anadia
AUTARQUIAS LOCAIS	INSTALAÇÕES	No âmbito da remodelação do Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana em Vimioso, foi promovida a realização de um protocolo entre o Município de Vimioso e o Ministério da Administração Interna (SGAI e GNR)	Município de Vimioso
AUTARQUIAS LOCAIS	INSTALAÇÕES	No âmbito da reinstalação do Comando Territorial de Faro da Guarda Nacional Republicana em Loulé, foi promovida a realização de um protocolo entre o Município de Loulé e o Ministério da Administração Interna (SGAI e GNR)	Município de Loulé
AUTARQUIAS LOCAIS	INSTALAÇÕES	No âmbito da reinstalação do Centro de Formação e Comando Territorial da Guarda Nacional Republicana em Portalegre, foi promovida a realização de um protocolo entre o Município de Portalegre e o Ministério da Administração Interna (SGAI e GNR)	Município de Portalegre



## 9.2. GRUPOS DE TRABALHO

A Guarda participou em diversos Comitês, Reuniões, Seminários e Grupos de Trabalho de âmbito internacional e nacional, dos quais se destacam os pontos seguintes.

### 9.2.1. ÂMBITO NACIONAL

ÂMBITO	ÁREA	DESCRIÇÃO
OPERACIONAL	INFORMAÇÕES	Participação na UCAT (Unidade de Coordenação Antiterrorista). No âmbito da Estratégia Nacional de Combate ao Terrorismo, o grupo de trabalho promove a partilha de informações sobre terrorismo. Integram a UCAT elementos do SSI, o SIRP, o SIS, o SIED, a PJ, a PSP, a GNR, o SEF e a Polícia Marítima.
OPERACIONAL	INFORMAÇÕES	Participação no Grupo de Trabalho sobre o Tráfico de Seres Humanos. Este Grupo de Trabalho tem como objetivo efetuar o acompanhamento e troca de informações sobre inquéritos em curso relativos ao tráfico de seres humanos, sendo presidido pelo Observatório de Tráfico de Seres Humanos do MAI, onde tem também assento a GNR, PSP, PJ e o SEF.
OPERACIONAL	INFORMAÇÕES	Participação no Grupo de Trabalho sobre a “Notação Estatística”. Tem como objetivo propor alterações às tipologias criminais para efeitos estatísticos, bem como o acerto da estatística criminal, eliminando duplicações de NUIPC entre a GNR/PSP e a PJ. É presidido pelo SSI, tendo assento a GNR, DGPI, PSP, PJ e o SEF.
OPERACIONAL	INFORMAÇÕES	Participação no Grupo de trabalho “Furto e/ou roubo de ATM”. Este Grupo de Trabalho tem como objetivo efetuar o acompanhamento e partilha de informações sobre inquéritos em curso relativos ao furto e/ou roubo de ATM, bem como a adoção de medidas preventivas e formulação de propostas de adoção de medidas físicas. É presidido pelo SSI, tendo assento a GNR, PSP, PJ, e SIS.
OPERACIONAL	INFORMAÇÕES	Participação na UCIC (Unidade de Coordenação e Intervenção Conjunta) Nacional. No âmbito do decreto de Lei n.º 81/95, de 22 de abril, delimitou-se um novo quadro normativo enformador das competências dos diversos órgãos de polícia criminal e serviços aduaneiros e de segurança empenhados no combate ao tráfico de droga. Através das reuniões de periodicidade no mínimo trimestral avalia-se a centralização e partilha de informação oriunda de qualquer uma das Forças e Serviços que a integram, decide-se, coordena-se e avalia-se as ações que devem ser executadas em comum e analisa-se e avalia-se a situação relativa ao tráfico e consumo de estupefacientes e psicotrópicos.
OPERACIONAL	INFORMAÇÕES	Participação na Subcomissão de Dissuasão do SICAD (Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências). Esta comissão tem como objetivo contribuir para uma diminuição quantificável do consumo de drogas ilícitas, retardar a idade em que se começam a consumir, prevenir e minorar o consumo problemático de drogas, a toxicodependência e os riscos e danos sociais e para a saúde por ela causados, seguindo uma abordagem integrada, pluridisciplinar e assente em dados concretos e interfaces e sinergias ao mesmo tempo, promovendo e velando para que haja coerência entre as políticas sociais, de saúde e de justiça.
OPERACIONAL	INFORMAÇÕES	Participação na Subcomissão de Dados e Investigação do SICAD (Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências). Esta subcomissão visa assegurar a recolha, tratamento e divulgação dos dados e informações dos serviços públicos e das entidades privadas com intervenção no domínio das substâncias psicoativas, dos comportamentos aditivos e das dependências, onde em parceria com os diversos órgãos de polícia criminal se apresentou uma reformulação do Formulário TCD – Modelo A e B.
OPERACIONAL	INFORMAÇÕES	Participação no Grupo de Trabalho sobre monitorização e seguimento da avaliação Schengen, em matéria de Fronteiras-Externas. Têm assento todas as autoridades policiais e entidades relevantes nas respetivas matérias e é coordenado pelo SEF.
OPERACIONAL	INFORMAÇÕES	Participação no Grupo de Trabalho sobre monitorização e seguimento da avaliação Schengen, em matéria de SIS-SIRENE. Têm assento todas as autoridades policiais e entidades relevantes nas respetivas matérias, e é coordenado pelo SEF.
OPERACIONAL	INFORMAÇÕES	Participação no Grupo de Trabalho sobre monitorização e seguimento da avaliação Schengen, em matéria de Cooperação Policial. Têm assento todas as autoridades policiais e entidades relevantes nas respetivas matérias, e é coordenado pelo SEF.
OPERACIONAL	INFORMAÇÕES	Participação no Grupo de Trabalho IPCR (Integrated Political Crisis Response), que tem por objetivo efetuar o acompanhamento e recolha de informação sobre a situação dos refugiados, socorrendo-se de uma Plataforma on-line de monitorização da situação dos refugiados. São partes constituintes desta plataforma elementos do SSI, GNR, PSP, SIS, PJ e SEF.
OPERACIONAL	INFORMAÇÕES	Participação no CISMIL (Centro de Informações e Segurança Militar). Visa promover a partilha de informações no âmbito da Segurança Militar entre os seus representantes (do Exército, da Força Aérea, da Marinha, da PJM, da PSP, do SIS e do SIED).



ÂMBITO	ÁREA	DESCRIÇÃO
OPERACIONAL	INFORMAÇÕES	Participação no Grupo de Trabalho da Revisão do SEGMIL 1, o qual é integrado por representantes do EMGFA/CISMIL e dos Ramos das Forças Armadas, tendo como principal objetivo a atualização dos procedimentos da Segurança Militar.
OPERACIONAL	INFORMAÇÕES	Participação no Grupo de Trabalho para elaboração da futura Lei de Segurança da Informação Classificada (Revisão do atual SEGNAC), o qual é integrado por representantes do GNS, EMGFA/CISMIL e dos Ramos das Forças Armadas, tendo como objetivo a revisão do SEGNAC enquanto Resolução do Conselho de Ministros e elaboração de um a proposta para projeto de Lei.
OPERACIONAL	INFORMAÇÕES	Participação no Grupo de Trabalho de Proteção de Infraestruturas Críticas, com o objetivo de, através da coordenação, harmonização de procedimentos, racionalização de meios e de tempo, proceder ao planeamento e execução de atividades direcionadas à proteção de Infraestruturas Críticas e à análise da componente <i>security</i> dos Planos de Segurança dos operadores (PSO) das Infraestruturas Críticas Nacionais (ICN) e conseqüente elaboração e emissão de parecer prévio da(s) Força(s) Territorialmente competente, para validação posterior do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna (SGSSI).
OPERACIONAL	INFORMAÇÕES	Participação nos Briefings do CCOM (Comando Conjunto para as Operações Militares). Visa assegurar a ligação das Forças Armadas com as Forças e Serviços de Segurança e outros organismos do Estado relacionados com a segurança e defesa e a proteção civil.
OPERACIONAL	INFORMAÇÕES	Participação em dois simulacros de Proteção de Infraestruturas Críticas, através do Sistema de Segurança Interna, com o objetivo uma feita uma primeira avaliação à Segurança das IC's, bem como às Metodologias de Avaliação do Risco em IC - Setor da Energia.
OPERACIONAL	INVESTIGAÇÃO CRIMINAL	Participação no Grupo de trabalho "Furto e/ou roubo de Tabaco". Este Grupo de Trabalho tem como objetivo efetuar o acompanhamento e partilha de informações sobre inquéritos em curso relativos ao furto e/ou roubo de SSI, bem como a adoção de medidas preventivas e formulação de propostas de adoção de medidas físicas. É presidido pelo SSI, tendo assento a GNR, PSP, PJ, e SIS.
OPERACIONAL	INVESTIGAÇÃO CRIMINAL (VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E DE GÉNERO)	Reuniões do Grupo de Trabalho Intra-MAI, com representantes da tutela (GNR/PSP/SGMAI), no âmbito das medidas de ação do MAI, indicadas na Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 (ENIND);
OPERACIONAL	INVESTIGAÇÃO CRIMINAL (VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E DE GÉNERO)	Reuniões de trabalho com a Comissão para a Cidadania e Igualdade do Género (CIG) e restantes representantes das organizações públicas e ONG'S indicadas na Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 (ENIND);
OPERACIONAL	INVESTIGAÇÃO CRIMINAL (VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E DE GÉNERO)	Reuniões de trabalho com a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) no âmbito do Protocolo celebrado com esta Guarda.
OPERACIONAL	INVESTIGAÇÃO CRIMINAL	Reuniões do Grupo de Acompanhamento da Plataforma para o Intercâmbio de Informação Criminal (GA-PIIC), com a missão de assegurar a implementação de todas as orientações estratégicas, tendo em vista a gestão transversal e a evolução da PIIC, nomeadamente em relação a novas funcionalidades, acesso a outras bases de dados complementares e fontes de informação dos órgãos de polícia criminal.
OPERACIONAL	INVESTIGAÇÃO CRIMINAL	Reuniões no âmbito do Grupo de Trabalho sobre Furto de Metais não Preciosos, que envolveram reuniões temáticas e parcelares com a PSAT;
OPERACIONAL	INVESTIGAÇÃO CRIMINAL	Reuniões no âmbito do Projeto SLIAV – Simplificação do Levantamento de Informação de Acidentes Viários, à responsabilidade da ANSR, onde estão representantes de diversos organismos públicos e ONG'S.
OPERACIONAL	INVESTIGAÇÃO CRIMINAL	Reuniões de trabalho no âmbito do Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna, concernentes à representação institucional nas prioridades EMPACT ("European Multidisciplinary Platform Against Criminal Threats"), projetos coordenados internacionalmente pela EUROPOL e a nível nacional pelo SGSSI.
OPERACIONAL	PROTEÇÃO DA NATUREZA E AMBIENTE	Participação no grupo de trabalho da CT145 (Comissão Técnica no Domínio da Gestão Florestal), que tem por missão a elaboração de documentos e emitir pareceres normativos.



ÂMBITO	ÁREA	DESCRIÇÃO
OPERACIONAL	PROTEÇÃO DA NATUREZA E AMBIENTE	Participação na Comissão de Acompanhamento Sobre a Poluição no Rio Tejo. Esta Comissão foi criada por despacho do Ministro do Ambiente para definir propostas com vista a melhorar os meios de atuação e o reforço dos mecanismos de intervenção das diferentes entidades, com o objetivo de contrariar o gradual aumento da poluição no Rio Tejo.
OPERACIONAL	PROTEÇÃO DA NATUREZA E AMBIENTE	Participação no grupo de trabalho sobre o Nemátodo da madeira do pinheiro. Tem por finalidade a adoção e o acompanhamento das medidas e ações (sensibilização e fiscalização) conducentes à prevenção e erradicação da doença que afeta as coníferas. Para o efeito foi criado e protocolado um plano nacional de fiscalização.
OPERACIONAL	PROTEÇÃO DA NATUREZA E AMBIENTE	Participação no grupo de trabalho sobre o Movimento Transfronteiriço de Resíduos. Visa o planeamento e a execução de ações de fiscalização conjuntas no âmbito da circulação transfronteiriça de resíduos.
OPERACIONAL	PROTEÇÃO DA NATUREZA E AMBIENTE	Participação nas reuniões do Conselho Florestal Nacional, o qual é composto por várias secções especializadas participadas integralmente pela Guarda através do Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente: a) Do ordenamento e da gestão florestais; b) Da estruturação e do funcionamento do SDFCI; c) Da fitossanidade florestal; d) Dos recursos cinegéticos; e) Dos recursos piscícolas das águas interiores.
OPERACIONAL	PROTEÇÃO DA NATUREZA E AMBIENTE	Participação no Júri Nacional do Programa Bandeira Azul (Comissão Especializada), que visa a avaliação das candidaturas ao Programa Bandeira Azul.
OPERACIONAL	PROTEÇÃO DA NATUREZA E AMBIENTE	Participação na Comissão Técnica de acompanhamento das Águas Balneares, que visa a avaliação e o acompanhamento da aplicação do Decreto-Lei nº135/2009 de 3 de junho, na sua versão atual, que estabelece o regime de identificação, gestão, monitorização e classificação da qualidade das águas balneares e de prestação de informação ao público sobre as mesmas.
OPERACIONAL	PROTEÇÃO DA NATUREZA E AMBIENTE	Participação nas reuniões do Plano de Ação para a Conservação do Lobo Ibérico (PACLOBO), na qualidade de membro da Comissão de Acompanhamento Externo do referido Plano. O PACLOBO visa a conservação do lobo-ibérico, assegurando a sua coexistência com a atividade humana. Este Plano, que conta com a intervenção de diversas entidades coordenadas pelo Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, tem como princípios orientadores: reconhecer a importância do lobo-ibérico no equilíbrio natural dos ecossistemas; reconhecer a necessidade e promover o apoio generalizado da sociedade ao PACLOBO; reconhecer os proprietários, gestores e utilizadores do território como agentes fundamentais da execução do PACLOBO; reconhecer a necessidade de compatibilizar a conservação do lobo com as atividades humanas; atuar de uma forma preventiva relativamente a alterações sobre o habitat e fatores de ameaça ao lobo-ibérico; reconhecer a importância do lobo-ibérico na valorização do território; utilizar informação científica atualizada; reconhecer a necessidade de cooperação transfronteiriça.
OPERACIONAL	PROTEÇÃO DA NATUREZA E AMBIENTE	Participação nas reuniões do Plano de Ação e Recuperação do Coelho Bravo (PARCB). Reconhecendo a importância estratégica do coelho-bravo ( <i>Oryctolagus cuniculus algirus</i> ) nos ecossistemas mediterrânicos e no quadro cinegético nacional, verificando que existem informações preocupantes que indicam um rápido declínio das suas populações, com fortes indícios de serem causados por uma ação conjunta de surtos epidemiológicos de mixomatose e da Doença Hemorrágica Viral (DHV), com consequências imediatas para todas as espécies que se alimentam do coelho-bravo (algumas com estatuto de conservação preocupante) e ainda para os caçadores nacionais, uma vez que se trata de uma espécie cinegética chave no quadro de caça ibérico, foram desde 2007 lançadas várias iniciativas para compreender, enquadrar e resolver o conjunto de debilidades e ameaças que ocorrem ou incidem sobre esta espécie. Conscientes desta situação, foi lançado em 2007, um primeiro plano de ação, denominado "PRECOB - Programa de Recuperação do Coelho-Bravo", iniciando-se agora o PARCB.
OPERACIONAL	PROTEÇÃO DA NATUREZA E AMBIENTE	Participação nas reuniões da Comissão Técnica de Acompanhamento da Diretiva Lamas, na qualidade de convidado da referida Comissão. Tal diretiva têm por objetivo evitar efeitos nocivos para o homem, para a água, para os solos, para a vegetação e para os animais, aplicando-se à utilização, em solos agrícolas, de lamas de depuração provenientes de estações de tratamento de águas residuais domésticas, urbanas, de atividades agropecuárias, de fossas sépticas ou outras de composição similar, dispondo os requisitos de qualidade para as lamas e para os solos, verificáveis através da conformidade das análises requeridas com os valores limite estabelecidos, definindo um conjunto de restrições à utilização das lamas no solo, prevendo ainda procedimentos específicos de aplicação das mesmas e deveres de registo e informação por parte dos operadores de gestão destas, foi criada a referida Comissão de acompanhamento, composta por representantes de diversas entidades.
OPERACIONAL	PROTEÇÃO DA NATUREZA E AMBIENTE	Participação no Grupo de Aplicação da Convenção Cites em Portugal. A Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies de Fauna e Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção (CITES), também designada por Convenção de Washington, foi assinada em 3 de março de 1973 e entrou em vigor em 1 de julho de 1975, tendo sido aprovada para ratificação em Portugal pelo Decreto n.º 50/80, de 23 de julho. O Decreto-lei n.º 211/09, de 03 de setembro, estabelece as medidas necessárias ao cumprimento e à aplicação da Convenção, em território nacional, prevendo a constituição de um grupo de aplicação da Convenção que integra representantes de diversas entidades e das autoridades policiais, com vista à coordenação de intervenções no âmbito do controlo da aplicação da CITES. Compete a este Grupo: aprovar medidas de coordenação de intervenções no âmbito do controlo da aplicação da Convenção CITES e dos Regulamentos (CE) n.º 338/97 e 865/2006; adotar, e rever periodicamente, um plano nacional para a coordenação da aplicação da Convenção



ÂMBITO	ÁREA	DESCRIÇÃO
		CITES e dos Regulamentos (CE) n.º 338/97 e 865/2006; promover a celebração de protocolos, memorandos de entendimento ou outros acordos interinstitucionais de cooperação direcionados para a aplicação coordenada da Convenção CITES e dos Regulamentos (CE) n.º 338/97 e 865/2006; promover a coordenação com entidades competentes pela aplicação e fiscalização da Convenção CITES e dos Regulamentos (CE) n.º 338/97 e 865/2006 noutros Estados membros da União Europeia ou noutros Estados Partes da Convenção CITES; trocar informações com outros Estados membros da União Europeia ou com outros Estados Partes da Convenção CITES sobre sanções em caso de comércio ilegal da fauna e da flora selvagens, a fim de garantir a coerência da aplicação ou a revisão do quadro legal vigente; estabelecer uma ligação estreita com as autoridades de gestão da Convenção CITES e com os serviços de controlo da aplicação da legislação nos países de origem, trânsito e consumo exteriores à Comunidade Europeia, bem como com o Secretariado da Convenção CITES, a Organização Internacional de Polícia Criminal (OIPC -INTERPOL) e a Organização Mundial das Alfândegas, a fim de contribuir para a deteção, dissuasão e prevenção do comércio ilegal da fauna e da flora selvagens mediante o intercâmbio de informações; promover a realização de atividades de formação e de sensibilização para os serviços e funcionários com competências relacionadas com a aplicação da Convenção CITES e dos Regulamentos n.º 338/97 e 865/2006.
OPERACIONAL	PROTEÇÃO DA NATUREZA E AMBIENTE	Participação no Projeto “Life Imperial”. O Projeto “Life Imperial” estabelece as ferramentas base para assegurar o aumento da população de águia-imperial em Portugal e, consequentemente da população global ibérica. As ações planeadas no seu conjunto estabelecem uma rede coerente de atuação para reduzir as principais ameaças que afetam a eficácia de estabelecimento dos casais em Portugal, cujo objetivo é promover o aumento da população de águia-imperial ibérica em Portugal, com intervenções previstas nas Zonas de Proteção Especial (ZPE) da Rede Natura 2000 de Castro Verde, Vale do Guadiana, Mourão/Moura/Barrancos e Tejo Internacional, Erges e Pônsul. A GNR é um dos parceiros beneficiários do projeto, sendo responsável pelas Ações A8 (Criação de Capacidade Cinotécnica para deteção de venenos) e C4 (Despiste de casos de envenenamento na natureza). O projeto decorre até dezembro de 2018;
OPERACIONAL	PROTEÇÃO DA NATUREZA E AMBIENTE	Participação no Projeto “Life Rupis”. Este Projeto pretende implementar ações que visam reforçar as populações de águia-perdigueira e britango no Douro transfronteiriço, através da redução da mortalidade destas aves e do aumento do seu sucesso reprodutor. O abutre-preto e o milhafre-real são espécies também beneficiadas por este novo projeto. Tem o período de vigência de julho de 2015 até maio de 2019. O Orçamento total do Projeto é de €3 578 924 financiado a 75% pela Comissão Europeia;
OPERACIONAL	PROTEÇÃO DA NATUREZA E AMBIENTE	Colaboração com a Sociedade Portuguesa do Estudo das Aves (SPEA) no desenvolvimento dos projetos “life nature guardians” que tem por objetivo primordial, minimizar a incidência dos crimes ambientais, através de medidas para uma melhor aplicação da legislação ambiental, para aumentar a informação, melhorar a investigação e o enquadramento legal e para sensibilização de setores específicos e ao nível do projeto “Bird Life Internacional” para o desenvolvimento de ações centradas no combate à captura ilegal de aves.
OPERACIONAL	PROTEÇÃO DA NATUREZA E AMBIENTE	Coordenação do grupo Impact-Environmental crime, enquanto POC nacional para a criminalidade ambiental conforme atribuição efetuada no âmbito do Conselho Superior de Segurança Interna
OPERACIONAL	PROTEÇÃO E SOCORRO	Participação no grupo de trabalho “PROCIV”. A GNR tem lugar no citado GT na qualidade de agente de proteção civil, dispondo de um Oficial de Ligação junto da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC). A presença no GT prende-se com a integração, coordenação e articulação dos meios de proteção e socorro da GNR num dispositivo conjunto de operações de socorro.
OPERACIONAL	APOIO VÍTIMAS VULNERÁVEIS	Participação nas reuniões de trabalho do Fórum Nacional de Álcool e Saúde (FNAS), com representantes da GNR, PSP, SICAD (Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências do SNS), ARS, DGS, ANSR, ONG/IPSS, SPMT (Sociedade Portuguesa de Medicina do trabalho), ACT (Autoridade para as Condições do Trabalho), Sociedades Científicas, CRUP (Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas), operadores da Indústria e outras entidades públicas e privadas no âmbito do Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências (2013-2020) e do Plano de Ação para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências (2013-2016).
OPERACIONAL	APOIO VÍTIMAS VULNERÁVEIS	Participação nas reuniões de trabalho do Conselho para as Migrações, com representantes da GNR, PSP, ACM e outras entidades públicas e privadas no âmbito da definição e execução das políticas migratórias, bem como no âmbito do Plano Estratégico para as Migrações 2015-2020 (PEM).
OPERACIONAL	APOIO VÍTIMAS VULNERÁVEIS	Participação nas reuniões da Comissão Interministerial dos Contratos Locais de Segurança visando a intervenção precoce em contextos de risco, reconhecendo a importância decisiva na promoção das condições de segurança das populações e na proteção dos cidadãos mais vulneráveis.
OPERACIONAL	APOIO VÍTIMAS VULNERÁVEIS	Participação nas reuniões de trabalho do Grupo Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas (CONCIG), nas quais participam também a PSP, a ACM (Alto Comissariado para as Migrações), o OBCIG (Observatório das Comunidades Ciganas) e diversas associações das Comunidades Ciganas indicados nas prioridades da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas 2013- 2020 (ENICC).
OPERACIONAL	APOIO VÍTIMAS VULNERÁVEIS	Participação nas reuniões de trabalho no âmbito do Programa de Apoio a Pessoas com Deficiência (PAPcD), em parceria com a Federação Nacional de Cooperativas de Solidariedade Social (FENACERCI), com o objetivo de desenvolver uma Ficha de Sinalização de PcD vulnerável.



ÂMBITO	ÁREA	DESCRIÇÃO
OPERACIONAL	APOIO VÍTIMAS VULNERÁVEIS	Participação nas reuniões de trabalho no âmbito Estratégia Nacional de Integração das Pessoas Sem- Abrigo (ENIPSA), com o objetivo de garantir a qualidade, eficácia e eficiência da intervenção junto das pessoas sem-abrigo, bem como, o conhecimento permanente do fenómeno.
OPERACIONAL	APOIO A COMUNIDADES ESTRANGEIRAS	Participação nas reuniões de trabalho com o Sr. David Thomas, Presidente da Associação Safe Communities Portugal, com o objetivo de identificar e desenvolver ações para prevenir atos ilícitos contra pessoas estrangeiras em território nacional.
OPERACIONAL	APOIO VÍTIMAS VULNERÁVEIS	Participação nas reuniões de trabalho com o Instituto da Segurança Social para desenvolvimento de um protocolo para divulgação do Complemento Solidário para Idosos e da implementação da ficha de sinalização.
OPERACIONAL	CIBERSEGURANÇA	Participação nas reuniões de trabalho no âmbito do Programa Internet Segura, em parceria com a Microsoft, com o objetivo de desenvolver ações de sensibilização conjuntas no âmbito do Dia da Internet Mais Segura.
OPERACIONAL	SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO	Participação nas reuniões de trabalho no âmbito do Projeto SOS Azulejo, com o objetivo de definir ações para salvaguarda e valorização do património azulejar Português.
OPERACIONAL	SEGURANÇA RODOVIÁRIA	Participação nas reuniões para implementação das medidas do PENSE 2020, cuja responsabilidade recai sobre a GNR.
OPERACIONAL	SEGURANÇA RODOVIÁRIA	Sob a égide do PENSE 2020, a Guarda participou em reuniões de coordenação com a ANSR e PSP para a implementação do Plano Nacional de Fiscalização Rodoviária.
OPERACIONAL	SEGURANÇA RODOVIÁRIA	Participação em grupos de trabalho com o Ministério da Administração Interna e o Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural para análise da sinistralidade rodoviária e laboral com tratores agrícolas.
OPERACIONAL	COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	Reuniões no âmbito do CEPOL – Exchange Programme;
OPERACIONAL	GERAL	Participação no grupo de trabalho da CT190 (Comissão Técnica para a Aviação, Espaço e Defesa), que tem por missão a elaboração de documentos e emitir pareceres normativos no âmbito dos compromissos nacionais e internacionais do IPQ.
OPERACIONAL	COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	Participação como POC nacional na RAILPOL (European Network of Railway Police Forces) que é uma rede internacional de organizações responsáveis pelo policiamento das ferrovias nos Estados- Membros da qual fazem parte atualmente 17 países e 1 país associado (EUA). O objetivo é aumentar e intensificar a cooperação policial internacional ferroviária na Europa, para evitar ameaças e garantir a eficácia das medidas contra a criminalidade transfronteiriça. Participação como POC nacional nas Conferências Estratégicas desta Organização, nas reuniões do “Coordination Meeting” ao nível da presidência da RAILPOL, e nos Grupos de Trabalho “Crime and Illegal Immigration”, “Strategic Analysis” e “Counter Terrorism” e “Public Order”. Desde 2014, que a GNR assumiu a presidência do Grupo de trabalho e “Counter Terrorism” da RAILPOL.
DOCTRINA, FORMAÇÃO E TREINO	FORMAÇÃO MILITAR	Grupo de Trabalho para elaboração portaria oficiais enfermeiros (DE-2018).
DOCTRINA, FORMAÇÃO E TREINO	FORMAÇÃO MILITAR	Grupo de Trabalho para elaboração das Normas de Investigação, Desenvolvimento e Inovação da GNR (NIDI/GNR) (DE-2018).
DOCTRINA, FORMAÇÃO E TREINO	GERAL	Reuniões no Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (SICAD).
DOCTRINA, FORMAÇÃO E TREINO	FORMAÇÃO MILITAR	Reuniões com a Agência Nacional de Qualificações do Ensino Profissional (ANQEP) para elaboração do Referencial de Formação do Curso de Formação de Sargentos (DE-2018).
DOCTRINA, FORMAÇÃO E TREINO	FORMAÇÃO MILITAR	Grupo de Trabalho para elaboração de proposta de Convénio entre a GNR e a GC no âmbito da Formação de Guardas (DE-2018).
DOCTRINA, FORMAÇÃO E TREINO	FORMAÇÃO MILITAR	Grupo de Trabalho para elaboração de Regulamento e de Referencial de Formação do Curso de Formação de Guardas-Florestais (DE-2018).
DOCTRINA, FORMAÇÃO E TREINO	FORMAÇÃO MILITAR	Participação como POC da GNR nas reuniões entre a GNR e os Ramos da Forças Armadas no EMGFA, para revisão dos cursos ministrados no IUM (DE-2018).
DOCTRINA, FORMAÇÃO E TREINO	GERAL	Reuniões na Comissão de Educação Física e Desporto Militar, com representantes das FAA e PSP, no âmbito da coordenação das atividades desportivas militares;
DOCTRINA, FORMAÇÃO E TREINO	GERAL	Reuniões no âmbito do Programa de Formação e Treino – Fase II – FSI.



ÂMBITO	ÁREA	DESCRIÇÃO
ADMINISTRATIVO	COBRANÇA DE RECEITA	Iniciaram-se os trabalhos que visam a implementação do Documento Contabilístico e de Cobrança, tendo a GNR sido designada como “organismo piloto” na Administração Interna, em virtude de ser uma entidade com processos de tesouraria territorialmente desconcentrados. Este Projeto é coordenado pela UniLEO – Unidade de Implementação da Lei de Enquadramento Orçamental, na direta dependência das Finanças, e tem como objetivo a otimização da gestão da receita, através da melhoria dos processos de contabilização, tratamento e controlo da tesouraria.

### 9.2.2. ÂMBITO INTERNACIONAL

A GNR esteve envolvida em projetos financiados pela União Europeia, mas promovidos por entidades policiais, e participou em fóruns internacionais, conforme a seguir se discrimina:

ÂMBITO	ÁREA	DESCRIÇÃO
OPERACIONAL	PROTEÇÃO DA NATUREZA E AMBIENTE	Participação no “Pollution Crime Working Group-Interpol”, que tem por objetivo sensibilizar os Governos para a problemática dos crimes de poluição, para a necessidade de produzirem legislação adequada e adotarem ações e medidas preventivas e de combate a este tipo de ilícitos ambientais.
OPERACIONAL	PROTEÇÃO DA NATUREZA E AMBIENTE	Participação na Conferência TECUM “International conference on environmental protection”. O Projeto TECUM (Tackling Environmental Crimes through standardised Methodologies) é um consórcio internacional liderado pela Itália (através da Arma dos Carabinieri) com a participação adicional do Ministério do Meio Ambiente Italiano, a Guardia Civil de Espanha e a Guarda Nacional Ambiental da Roménia. A Conferência visou um aumento da sensibilização na área ambiental de vários presentes, nomeadamente “opinion makers” e “decision makers” italianos, bem como credenciar o papel da Itália em prol da área ambiental junto de representantes de governos estrangeiros e organizações internacionais que atuam no domínio da proteção do ambiente, como a CITES, a FAO, a EUROJUST, EUROPOL, INTERPOL, IPCC, a OTAN, UNEP, UNODC e WWF, professores universitários e outros especialistas na área.
OPERACIONAL	INVESTIGAÇÃO CRIMINAL	No âmbito do ciclo político da União Europeia, a Guarda participa nos projetos EMPACT (“European Multidisciplinary Platform Against Criminal Threats”), coordenados internacionalmente pela EUROPOL e a nível nacional pelo SGSSI, assumindo a representação nacional partilhada no projeto EMPACT/OPC- MOCG (“Organised Property Crime – Mobile Organised Crime Groups”). Em consonância com o Plano de atividade Operacional, decorrente das áreas que os Estados Membros consideram mais sensíveis, do ponto de vista deste tipo de crimes, a aposta continuou a ser na componente operacional, com a realização de operações destinadas a fenómenos criminais específicos, como o são os furtos de metais não preciosos e os furtos de veículos.
OPERACIONAL	INFORMAÇÕES	Participação no grupo de trabalho “CARPOL”. Visa, no âmbito da criminalidade automóvel transfronteiriça, o intercâmbio de informações entre os Estados Membros da União Europeia. É constituída por representantes dos Estados Membros na União Europeia e da Agência EUROPOL.
OPERACIONAL	INFORMAÇÕES	Participação no CARPOL Plenary Meeting, em Viena – Áustria
OPERACIONAL	INFORMAÇÕES	Participação no âmbito da CARPOL – Plenary Meeting, em Sófia – Bulgária
OPERACIONAL	INFORMAÇÕES	Participação na 3rd Edition of the LET4CAP, Mentoring, Monitoring & Advising (MMA) Course em Vicenza – Itália
OPERACIONAL	INFORMAÇÕES	Participação no International Security Studies (ISS) – Program In applied Security Studies (PASS), em Garmisch-Partenkirchen, Alemanha
OPERACIONAL	INFORMAÇÕES	Participação numa formação CEPOL Course 48/2018 “Preventing attacks on critical infrastructures”, em Paris, França.
OPERACIONAL	INFORMAÇÕES	Participação na Ação “TNG – Second Half of 2018: Open Source Intelligence (OSINT) Nomination of Experts”, em Tunes – Tunísia.
OPERACIONAL	INFORMAÇÕES	Participação na “XXIV Reunião Anual de Coordenação entre a Guarda Nacional Republicana e a Guarda Civil”, em Zamora – Espanha
OPERACIONAL	INFORMAÇÕES	Participação na FRONTEX – Open Source Intelligence (OSINT) Training, em Varsóvia - Polónia





ÂMBITO	ÁREA	DESCRIÇÃO
OPERACIONAL	INFORMAÇÕES	Participação na reunião multissetorial, em Salamanca - Espanha
OPERACIONAL	INFORMAÇÕES	Participação na ESCD – Seminário “Cyber Defense and Security”, em Hamburgo - Alemanha
OPERACIONAL	INFORMAÇÕES	Participação no Fórum Internacional de Cibersegurança, em Lille - França
OPERACIONAL	INFORMAÇÕES	Participação no Curso CEPOL nº 103/2017 - Open Sources Intelligence (OSINT) Techniques and Team Capacity Building, em Budapeste - Hungria
OPERACIONAL	INFORMAÇÕES	Participação no CEPOL Course nº 68/2017, – Single Point of Contact – One Stop Shop, em Budapeste – Hungria
OPERACIONAL	INFORMAÇÕES	Participação no âmbito do CEPOL 01/2018 – Organized Crime Facilitating Illegal Migration, em Zagreb – Croácia
OPERACIONAL	INFORMAÇÕES	Participação no âmbito da CEPOL Residential Activity 4/2018 – Hotspots, em Budapeste – Hungria
OPERACIONAL	INFORMAÇÕES	Participação na Conferência Contra-Terrorismo OSCE, em Itália
OPERACIONAL	INFORMAÇÕES	Participação no Training Manager Position, em Bruxelas
OPERACIONAL	INFORMAÇÕES	Participação no Seminar for Regional Security, no âmbito da EUROGENDFOR, em Bruxelas – Bélgica
OPERACIONAL	INFORMAÇÕES	Participação no CEPOL EU/MENA Counter Terrorism Training Partnership 2 (CEPOL CT2), no âmbito do CEPOL, em Amman – Jordânia
OPERACIONAL	INFORMAÇÕES	Participação na Reunião do Comité Schengen, em Bruxelas – Bélgica
OPERACIONAL	INFORMAÇÕES	Participação na DAPIX – Reunião do Grupo de Trabalho do Conselho da EU, em Bruxelas– Bélgica
OPERACIONAL	INFORMAÇÕES	Participação no âmbito do Curso Internacional Básico de Informações na Guarda Civil, em Madrid – Espanha
OPERACIONAL	INFORMAÇÕES	Participação no Curso Superior de Informações na Guarda Civil, em Madrid – Espanha
DOUTRINA, FORMAÇÃO E TREINO	COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	<p>Participação de um Oficial do CDF na Reunião/Curso sobre “La Visión Estratégica de la Gestión del Conocimiento” patrocinada pela Escola de Polícia Iberoamericana (IBERPOL) que teve lugar nas instalações da Polícia Nacional do Panamá.</p> <p>Este curso teve a duração de 5 dias e teve como principais objetivos: compreender o novo paradigma da formação e do conhecimento no atual contexto mundial, conhecer em que se baseia o conhecimento e a sua utilidade nas organizações dedicadas à segurança pública e, ainda, saber que fatores interferem nos modelos de gestão da mudança, ou mudanças, aplicada à gestão do conhecimento e da formação a distância/e-Learning.</p>
DOUTRINA, FORMAÇÃO E TREINO	GERAL	<p>Cursos e seminários internacionais participados em Portugal e no estrangeiro:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• European Explosive Ordnance Disposal Network – Conference &amp; Training, de 16 a 19 outubro de 2018 na Unidade Nacional CEPOL / EG, para uma centena de formandos da rede CEPOL, no qual também estiveram presentes especialistas do FBI) e ATF dos EUA;</li> <li>• Curso Counter IED à Garde Nationale Tunisienne, de 01 a 13 de outubro na École de Formation Nationale em Hammamet, Tunísia;</li> <li>• Curso EOD, de 05 de fevereiro a 05 de julho, no Regimento de Engenharia Nº 1, Tancos;</li> <li>• Cross Sectorial Biorisk Awareness and Mitigation Training, de 17 a 19 de abril, em Olhão;</li> <li>• Improvised Explosives Training – European Explosive Ordnance Disposal Network, de 21 a 25 de maio, em Mort-Mare, França;</li> <li>• Projeto MITIREL, de 16 a 20 de abril, em Belgrado, Sérvia;</li> <li>• BKA Symposium, de 26 a 30 de novembro, em Magdeburg, Alemanha;</li> <li>• CEPOL Course Pre-deployment training for CSDP Missions em Słupsk (Polónia)</li> <li>• I Congresso Internacional de Operações de Choque da Polícia Militar de Santa Catarina do Brasil</li> <li>• 126º Aniversário do Regimento, e Seminário internacional de Polícia Montada</li> <li>• IBERPOL Internacional de Analista Tático e Investigador em Lutas Antidroga</li> <li>• IBERPOL Reunión ENP Ávila. Elaboración Reglamento reuniones Directores Iberpol</li> </ul>



ÂMBITO	ÁREA	DESCRIÇÃO
		<ul style="list-style-type: none"><li>• IBERPOL – Curso de Investigacion Sobre Tráfico Ilícito de Armas</li><li>• FRONTEX Annual Training Conference 2018</li><li>• FRONTEX Border Surveillance Officer Course Iii/2018</li><li>• FRONTEX workshop “e-learning trainings: project management, development and delivery”</li><li>• FRONTEX Joint Interdisciplinary Training Development Meeting (III)</li><li>• FRONTEX “First Annual European Coast Guard Event” e “Mediterranean Coast Guard Functions Forum (MCGFF) Workshop</li><li>• FRONTEX «European Coast Guard Functions Officers, Training 4/2018</li><li>• FRONTEX Core Group quality assurance meeting</li><li>• EUROPOL exercise - Servia</li><li>• 13.º Curso Internacional de Oficiais Policiais De Ligação</li><li>• Seminário de Atualização de Oficiais Superiores CPLP</li><li>• Cooperação Técnico-Policial Com a República Democrática de São Tomé e Príncipe - 2018</li><li>• Estágio Técnico Científico Policia Militar do Brasil</li><li>• Curso de Investigação das Causas dos Incêndios Florestais (CICIF)</li><li>• Crime Analysis e Open Source Intelligence Course (OSINT)</li><li>• Governing Board do projeto ECGFA NET III</li><li>• 25th Non-Cooperative Mobile Tracking Technical Conference</li><li>• Conferência IAPT e Workshop UNPOL Auckland</li><li>• Projeto ECGFA NET III - Reunião Kick-Off Meeting</li><li>• Curso HEAT</li><li>• CIVIPOL TNG - Tactical Combat Casualty Care (TCCC)</li><li>• CIVIPOL TNG : Counter Improvised Explosive Devices (C-IED)</li><li>• CIVIPOL TNG Open Source Intelligence (OSINT)</li><li>• GNT OSINT</li><li>• IBERPOL Tratamiento de la Evidencia y Bioseguridad</li><li>• IBERPOL Comité para la definición en la Escuela IBERPOL de un modelo de inteligencia policial</li><li>• IBERPOL Curso de Delitos Informáticos y Ciberseguridad</li><li>• IBERPOL Mestrado Criminología Aplicada e Investigación Policial y estudios propios que de él derivan</li><li>• IBERPOL III Curso para Altos Mandos de Polícias Iberoamericanas</li><li>• OECD Curso “2018 Specialty Programme on Anti-Money Laundering: Current Trends, Prosecutions, and the Challenges around Cryptocurrencies”</li><li>• CSDP Curso de Orientação da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD)</li><li>• ESDC “Training of Trainers”</li><li>• ESDC Course: Integration of a Gender Perspective in CSDP</li><li>• ESDC Pre-Deployment Trainings for CSDP missions and operations</li><li>• FSI 010 - CSDP Course Mentoring In Crisis Management</li><li>• OSCE 4th Course “Combating Human Trafficking along Migration Routes</li><li>• EU BlueSahel - X Euro-african Police Conference on Irregular Immigration</li><li>• EU 3rd Edition of the LET4CAP, Mentoring, Monitoring &amp; Advising (MMA) Course</li><li>• EUPST II Cross-cutting issues related to MMA in mission area</li></ul>



ÂMBITO	ÁREA	DESCRIÇÃO
		<ul style="list-style-type: none"> <li>• EUPSI II Comprehensive Live Exercise - Carpathians Blue Shield</li> <li>• NATO WORKSHOP "Advising as a capability for SFA"</li> <li>• FIEP – Reunião Preparatória e Live Counter-Terrorism Exercise</li> <li>• Curso Perfeccionamiento en la Conduccion operativa de vehiculos (Motocicletas GC</li> <li>• XXXI Curso Superior de Información GC</li> <li>• <u>Cepol/01</u> Organised Crime facilitating illegal migration</li> <li>• <u>Cepol/03</u> Database Forensics: SQL Basics, Database Seizure and Examination</li> <li>• <u>Cepol/04</u> Residential Activity 4/2018 Hotspots - secondary security checks</li> <li>• <u>Cepol/05</u> Facilitating Illegal Immigration – Western Balkans Focus</li> <li>• <u>Cepol/06</u> Facilitated Illegal Immigration - Mediterranean Focus</li> <li>• <u>Cepol/07</u> Trafficking in Human Beings (THB) – Labour exploitation</li> <li>• <u>Cepol/10</u> Environmental Crime</li> <li>• <u>Cepol/11</u> Wildlif Trafficking</li> <li>• <u>Cepol/15</u> EU Firearms – Strategic Aspects Inside and with Impact on EU</li> <li>• <u>Cepol/18</u> Cocaine Smuggling</li> <li>• Cepol/19 Heroin smuggling</li> <li>• Cepol/23 Cybercrime Threats and Trends</li> <li>• Cepol/24 Combating Cybercrime - Cooperation with private sector</li> <li>• Cepol/27 First Responders and Cyber Forensics</li> <li>• Cepol/31 Child Sexual Exploitation – Victim Identification</li> <li>• Cepol/32 CSE – Strategies in managing child sex offenders</li> <li>• Cepol/36 Assent Recovery</li> <li>• Cepol/39 Organised property crime</li> <li>• Cepol/43 Terrorism: Profiling and Prevention</li> <li>• Cepol/44 Foreign fighters, radicalisation and violent extremism - common risk indicators</li> <li>• Cepol/45 Radicalisation and violent extremism: Prevention</li> <li>• Cepol/48 Preventing attacks on critical infrastructures</li> <li>• Cepol/49 Airport Security - Soft Target Protection</li> <li>• Cepol/50 Explosive, security, equipment standards</li> <li>• Cepol/51 Future Leaders – Exchange Programme</li> <li>• Cepol/52 Pan-European Football Security</li> <li>• Cepol/53 EU Missions and Operations Strategic Planning</li> <li>• Cepol/54 Pre-deployment training for CSDP Missions</li> <li>• Cepol/55 Change Management in CSDP Missions</li> <li>• Cepol/56 Management and Leadership in diverse environment</li> <li>• Cepol/57 Human Rights Mainstreamed in CSDP Missions</li> <li>• Cepol/58 Tackling OC and Corruption in the Host Country</li> <li>• Cepol/59 EU CSDP Police Command and Planing</li> <li>• Cepol/63 Language Development – Professional LE terminology in English</li> <li>• Cepol/68 Single Point of Contact - One Stop Shop</li> <li>• Cepol/71 SIS II for SIRENE staff with technical knowledge of SIS II</li> <li>• Cepol/72 Train the Technical Trainers – SIS II Eurodac IT Operators</li> </ul>



ÂMBITO	ÁREA	DESCRIÇÃO
		<ul style="list-style-type: none"><li>• Cepol/79 EUROPOL/CEPOL EOD Network Conference/Seminar &amp; Training</li><li>• Cepol/85 Crisis hostage negotiation and crisis communication</li><li>• Cepol/89 Cross-border surveillance</li><li>• Cepol/90 Atlas Network Intervention Units</li><li>• Cepol/93 Disaster Victims Identification</li><li>• Cepol/95 Joint Investigation Team-Leadership</li><li>• Cepol/97 Seminar: Hate crimes</li><li>• CEPOL/102/2017 "Human Rights Mainstreamed in CSDP Missions/Operations (realizado em 29JAN18)</li><li>• Cepol/103/17 "Open Sources Intelligence - Capacity Building and Techniques (realizado em 19MAR18)</li><li>• Course Identifying and dealing with challenges of financing terrorism</li><li>• CEPOL Workshop gestores de actividades CEPOL</li><li>• Workshop EU Strategic Training Needs Assessment da CEPOL – CSDP missions</li><li>• 15.3 Modules Basic Course (MBC)", no âmbito da "Union Civil Protection Mechanism Training Programme</li><li>• III Curso para Altos Mandos de Polícias Iberoamericanas – IBERPOL, period de 16 a 20 JUL18 na Escola da Polícia Nacional de Espanha, em Ávila, Espanha.</li><li>• FIEP – WORKING GROUP DE FORMAÇÃO, período de 10 a 14 de setembro de 2018 em Ankara/Turquia.</li><li>• CEPOL Course 48/2018 "Preventing attacks on critical infrastructures";</li><li>• CEPOL Management and Leadership in diverse environment;</li><li>• CEPOL Tackling OC and Corruption in the Host Country</li><li>• CEPOL Social Media Implications in Law Enforcement</li><li>• CEPOL Juvenile Crime and Domestic Violence</li><li>• Open Sources Intelligence (OSINT) Techniques and Team Capacity Building</li><li>• CEPOL EU/MENA Counter-Terrorism Training Partnership 2 5th Meeting of the CEPOL Management BoardProject CTFP Conference EUCOM-SOCEUR;</li><li>• CEPOLEUMENA Counter-Terrorism Training Partnership 2 Project</li><li>• Change Management Course – EUAM Ukraine</li><li>• NATO WORKSHOP "Advising as a capability for SFA</li><li>• I Congresso Internacional de Operações de Choque da Polícia Militar de Santa Catarina do Brasil.</li></ul>
DOUTRINA, FORMAÇÃO E TREINO	GERAL	<p>Reuniões participadas por militares da GNR:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• 5th CEPOL National Units (CNU) meeting</li><li>• CEPOL meeting for Framework Partners</li><li>• CEPOL meeting Framework Partners CEPOL- Hungria</li><li>• CEPOL meeting Framework Partners CEPOL</li><li>• 5th Meeting of the CEPOL Management Board</li><li>• 5th Meeting of the CEPOL Management Board – Voting Member</li><li>• Reunião Steering Board Meeting do CKC for CSDP</li><li>• CEPOL Knowledge Centre on CSDP Missions Steering Board Meeting</li><li>• Convite CEPOL para candidaturas de peritos para grupo de trabalho no âmbito do branqueamento de capitais "money laundering"</li><li>• CEPOL Exchange Programme (CEP) National Exchange Coordinator Meeting</li><li>• CEPOL CSDP Missions Steering Board Meeting</li></ul>







# Capítulo V

## RECURSOS DISPONÍVEIS

## V. AFETAÇÃO REAL E PREVISTA DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS

### 1. GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

#### 1.1. RECURSOS HUMANOS

A GNR tem ao seu serviço pessoal militar e civil. Os militares da GNR dispõem de um estatuto próprio - o Estatuto dos Militares da Guarda Nacional Republicana, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 30/2017, de 22 de março. Conforme se dispõe nos artigos 19º da LOGNR e 10º do referido diploma, os militares da GNR estão sujeitos à condição militar, nos termos da Lei de Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar. Da condição militar do pessoal da GNR decorrem as restrições ao exercício de certos direitos, liberdades e garantias, que vigoram igualmente para os militares das Forças Armadas, nos termos da Lei de Defesa Nacional (LDN) e da Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas (LOBOFA). Quanto ao pessoal civil ao serviço da GNR, é-lhes aplicável a “Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas” aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho, com as alterações introduzidas até ao Decreto-Lei n.º 6/2019, de 14 de janeiro.

Os militares da Guarda agrupam-se, hierarquicamente, nas seguintes categorias, subcategorias e postos:

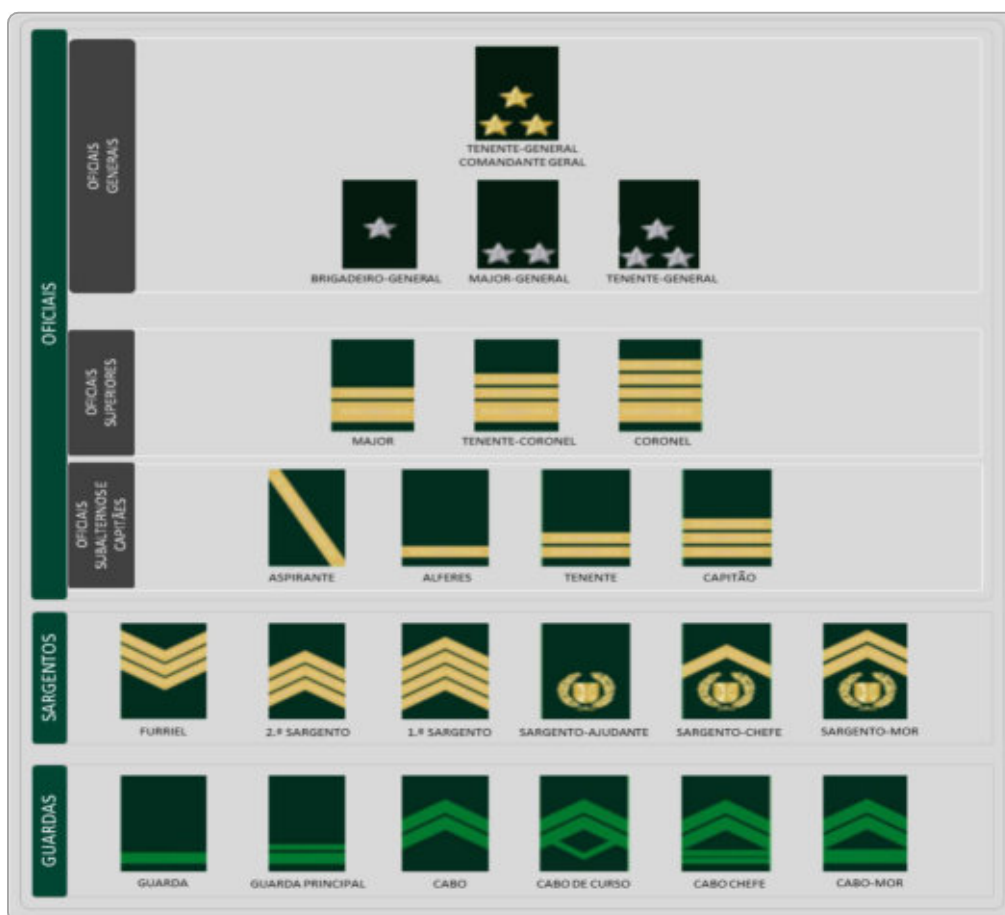


Figura 134 – Categorias, subcategorias e postos dos militares da GNR

A situação de pessoal militar, seguidamente apresentada, tem por referência o Mapa Geral de Pessoal Militar da Guarda Nacional Republicana, aprovado por Sua Excelência o MAI, através do Despacho n.º 8.372/2010, de 18 de maio.





A Guarda dispunha em 31 de dezembro de 2018, de 23.022 elementos na situação de ativo, entre o seu pessoal, sendo uma instituição marcadamente constituída por militares – 22.345 (846 oficiais, 2.437 sargentos e 19.062 guardas) e 677 civis, dos quais 43 em regime de prestação de serviço (avenças).

Analisando os dados supramencionados, verifica-se que em 2018, manteve-se a tendência de diminuição gradual efetivada no ano de 2016 e mantida em 2017. Com efeito a Guarda sofreu no período em análise uma redução do seu efetivo, fruto, em particular, da retração substancial das novas entradas, em número bastante inferior ao das saídas.

Em 2019 ingressarão previsivelmente nos quadros da Guarda 37 Oficiais Subalternos, 400 Guardas, e 200 Guardas-Florestais provenientes dos respetivos Cursos de Formação iniciais, o que também contribuirá para tendência de subida do número de efetivos.

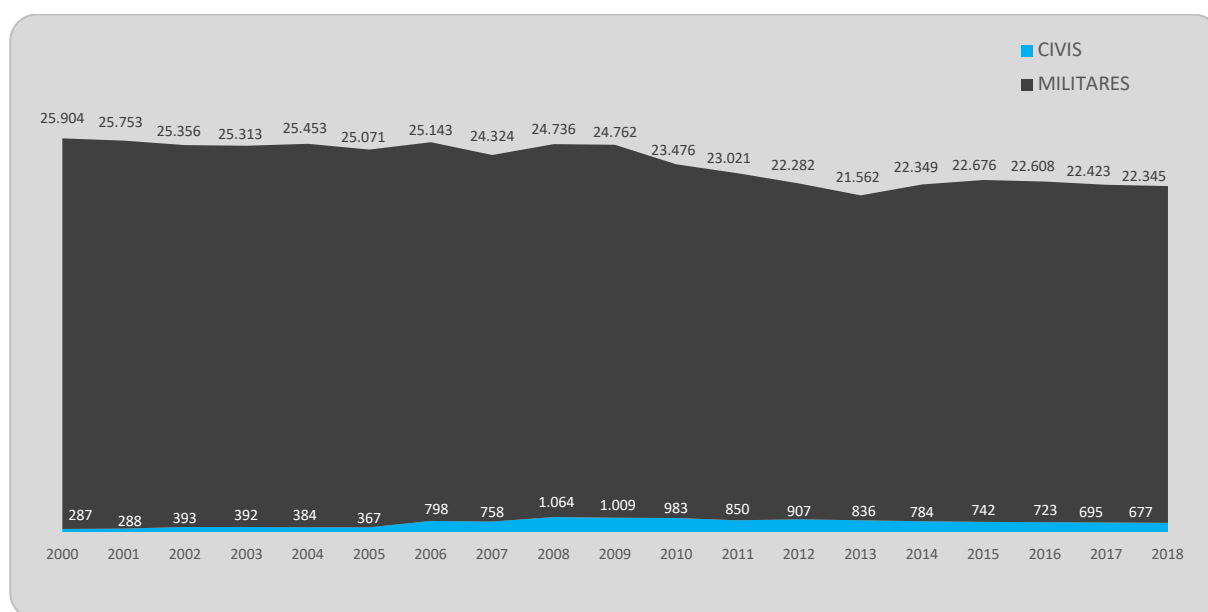


Figura 135 – Evolução dos Recursos Humanos entre 2000 - 2018

Como se pode constatar da análise ao quadro supra, em particular no efetivo militar, prevendo-se a manutenção nos próximos anos da tendência decrescente verificada desde 2016, muito dificilmente se atingirão os níveis de efetivo militar já alcançado em anos anteriores (designadamente entre 2000 e 2009).

Um aspeto de primordial importância para o funcionamento da Guarda, no que respeita ao ano de 2018, são as promoções realizadas no efetivo militar e que se traduzem no quadro infra, as quais dizem respeito a lugares disponíveis para promoção relativas ao ano de 2016 e 2017. De notar que, como se pode constatar, a maioria das promoções, embora tenham ocorrido em 2018, dizem respeito a lugares disponíveis de anos anteriores.

As promoções provenientes dos lugares disponíveis para promoção relativas a 2018 só ocorrerão após a obtenção de despacho prévio favorável por parte dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da Administração Pública (AP), tal como dispunha a respetiva LOE.

Refira-se que tais promoções se afiguram essenciais e imprescindíveis para o normal funcionamento da Guarda, tendo em conta a sua estrutura fortemente hierarquizada e a definição das funções correspondentes a cada um dos postos dos militares que integram esta Força de Segurança.



CATEGORIAS	PROMOÇÕES DE ANOS ANTERIORES	PROMOÇÕES DE 2018	TOTAL
OFICIAIS	201	1	202
SARGENTOS	494		494
GUARDAS	1143		1143
TOTAL	1838	1	1839

Figura 136 – Promoções em 2018

No que concerne ao processamento de vencimentos, o mesmo teve necessidade de ser adaptado às alterações legislativas decorrentes da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para 2018 (LOE 2018).

Desta forma, a 1 de janeiro de 2018 iniciou-se o processo de descongelamento de todas as carreiras da AP consagrado no artigo 18.º da LOE2018 permitindo, desta forma, 2.231 alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório, 2098 referentes ao efetivo militar e 133 relativos ao efetivo civil.

Para além da aplicação das alterações impostas no âmbito da sua atividade principal, supramencionadas, o processamento de vencimentos teve um impulso significativo na forma de interagir com outras entidades, nomeadamente, Autoridade Tributária, Caixa Geral de Aposentações e Segurança Social. Merecem destaque neste particular as alterações profundas na forma de reporte dos valores processados à Autoridade Tributária, a melhoria dos contributos para cumprimento das solicitações do Ministério da Administração Interna e da Direção Geral do Orçamento, beneficiando ainda o processo de planeamento e orçamentação de atividades relacionadas com a imputação de recursos humanos.

## 1.2. ATIVIDADES CONEXAS À GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

### 1.2.1. SAÚDE E BEM-ESTAR

Este ponto engloba toda a Atividade relacionada com a assistência na doença, cuidados de saúde, moral e bem-estar dos militares da Guarda e a aquisição de equipamentos para serviços de saúde, já exposta anteriormente.

Nos quadros apresentados consta o conjunto de atividades principais desenvolvidas neste âmbito.

INSPEÇÕES MÉDICAS REALIZADAS (MEDICINA PREVENTIVA)	TOTAL
CURSO PROMOÇÃO OFICIAL SUPERIOR	29
CURSO PROMOÇÃO A CAPITÃO	26
PROMOÇÃO A SARG. CHEFE/AJUDANTE	81
CURSO DE PROMOÇÃO A CABO	498
CANDIDATOS AO CURSO DE BATEDOR MOTO	8
CANDIDATOS CURSO ESPECÍFICO DE CAVALARIA	0
CANDIDATOS AO CURSO DE (CMOP)	0
CANDIDATOS CURSO DE PATRÃO LOCAL	20
CANDIDATOS CURSO DE MERGULHO	17



INSPECÇÕES MÉDICAS REALIZADAS (MEDICINA PREVENTIVA)	TOTAL
CANDIDATOS CURSO DE MARINHEIRO	0
CANDIDATOS AO CURSO DE (CRMOP)	20
CANDIDATOS CURSO DE (OPSAMV)	3
CANDIDATOS CURSO DE PELOTÃO CICLO	50
CANDIDATOS CURSO DE INTERV. BUSCA E RESGATE	18
RASTREIO DE MEDICINA PREVENTIVA	3.194
CANDIDATOS CURSO DE FORMAÇÃO DE GUARDAS	782
<b>TOTAL</b>	<b>4.746</b>

Figura 137 – Inspeções Médicas Realizadas (Medicina Preventiva)

ALGUNS EXAMES COMPLEMENTARES EFECTUADOS	TOTAL
E.C.G.	5.051
TITMUS	2.508
AUDIOGRAMAS	2.794
E.E.G.	57
T.A.	5.525
<b>TOTAL</b>	<b>15.935</b>

Figura 138 – Exames desenvolvidos

### 1.2.2. JUSTIÇA E DISCIPLINA

PROCESSOS	INSTAURADOS				CONCLUÍDOS			
	2015	2016	2017	2018	2015	2016	2017	2018
PROC. DISCIPLINARES	742	881	849	884	719	754	530	560
PROC. AVERIGUAÇÕES	646	656	636	656	579	601	622	642
PROC. AC. EM SERVIÇO	1062	1013	1069	1104	918	936	1418	992
PROC. ADMINISTRATIVOS	1160	1163	1303	1183	775	922	1144	1177
PROC. INQUÉRITO	33	19	17	13	31	14	12	13
PROC. ESTATUTÁRIO	2	2	6	4	1	1	4	6
<b>TOTAL</b>	<b>3645</b>	<b>3734</b>	<b>3880</b>	<b>3844</b>	<b>3023</b>	<b>3228</b>	<b>3730</b>	<b>3390</b>



Figura 139 – Análise de processos desenvolvidos

RECOMPENSAS/PUNIÇÕES	EXECUTADOS							
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
LOUVORES	941	2969	2945	2597	3794	3809	2625	2669
REFERÊNCIA ELOGIOSA	0	63	214	640	438	715	669	1430
REPREENSÃO ESCRITA	73	86	64	88	66	84	47	41
REPREENSÃO ESCRITA AGRAVADA	18	43	30	25	24	46	17	23
SUSPENSÃO	149	133	147	165	138	152	103	120
SUSPENSÃO AGRAVADA	0	1	2	6	2	5	2	4
REFORMA COMPULSIVA	13	42	31	3	-	-	-	0
SEPARAÇÃO DO SERVIÇO	5	2	3	4	-	7	5	7
DISPENSA DE SERVIÇO	-	-	-	-	-	1	2	0
<b>TOTAL</b>	<b>1199</b>	<b>3339</b>	<b>3436</b>	<b>3528</b>	<b>4462</b>	<b>4819</b>	<b>3470</b>	<b>4294</b>

Figura 140 – Análise de recompensas vs punições desenvolvidas

OUTRAS	EXECUTADOS							
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
PARECERES POR RECURSO PARA EXMO. TGCG E S.EXª MAI	162	168	203	167	196	181	211	152
PATROCÍNIOS JUDICIÁRIOS	74	84	30	26	35	39	43	81
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>236</b>	<b>252</b>	<b>233</b>	<b>193</b>	<b>231</b>	<b>254</b>	<b>233</b>

Figura 141 – Análise de outras atividades desenvolvidas



## 2. RECURSOS MATERIAIS

A logística está intimamente ligada à estratégia da Guarda e traduz-se na capacidade para fazer acontecer, pois constitui um processo transversal a toda a organização, assente numa rede de fluxos físicos e informacionais, que visa responder no momento, na quantidade e no local apropriados, potenciando o desempenho operacional.

Deste modo, a gestão dos recursos materiais deve orientar-se para a racionalização de meios e para a eficiência na afetação de recursos públicos assente, por um lado, no modelo de partilha de atividades comuns e, por outro lado, numa plataforma de funcionamento em rede, que abrange especialmente as atividades de natureza administrativa e logística.

Nessa conformidade, desde 2015 tem-se procurado consolidar o novo conceito logístico, assente numa lógica de serviços partilhados, onde uma entidade gestora central promove as funções de planeamento, gestão e controlo dos recursos logísticos, em articulação com os órgãos de gestão local, com a Direção de Serviços da Unidade Ministerial de Compras do MAI e com a ESPAP.

Ao nível estratégico, a logística procurou contribuir para um melhor alinhamento entre os principais instrumentos de gestão, nomeadamente, o Plano Anual de Atividades, o Orçamento, o Plano Anual de Investimento e o Plano Anual de Compras, pois só garantindo as fontes de financiamento indispensáveis ao desenvolvimento oportuno das aquisições de bens e serviços será possível suprir as principais necessidades identificadas pelo dispositivo da Guarda.

Em termos operacionais, foram introduzidos procedimentos que pretenderam agilizar o ciclo de reabastecimento, foram desenvolvidos procedimentos aquisitivos transversais ao dispositivo, para além de se procurar racionalizar a gestão da manutenção e dos transportes

Foi também através de uma política de gestão criteriosa dos recursos materiais que a Guarda cumpriu, com êxito, a sua Missão.

Enquanto entidade gestora de um vasto património, cuja dispersão geográfica constitui um fator que dificulta as medidas de preservação e de manutenção dos materiais e equipamentos, a implementação de um novo conceito logístico permitiu dar cumprimento às diretrizes da Tutela quanto à contenção de despesa na Guarda.

Não seria verdade, se não disséssemos que com mais certamente faríamos melhor. No entanto, com os recursos disponíveis, a Guarda Nacional Republicana procurou continuar a garantir uma melhor funcionalidade dos seus serviços e um ambiente de maior segurança.

### 2.1. PLANEAMENTO E REABASTECIMENTO

O planeamento logístico visa prever e atuar sempre em antecipação. Assim, só planeando o apoio logístico é possível obter, em tempo útil, no local apropriado e na quantidade e qualidade devidas, os recursos necessários ao bom desempenho operacional.

Neste âmbito, o planeamento passou a dispor de uma lógica consolidada através da agregação de necessidades promovida pelo Plano Anual de Compras, em alinhamento com a proposta de Orçamento e o Plano de Atividades da Guarda.

Através da função logística/reabastecimento foi possível desenvolver um conjunto de atividades cujo objetivo é o de fornecer todos os artigos necessários para equipar, manter e permitir a atuação das Forças da Guarda.

No âmbito do reabastecimento foi dada prioridade à otimização e antecipação do planeamento das necessidades logísticas. Procurou-se, ainda, desenvolver e melhorar as especificações técnicas dos procedimentos aquisitivos, bem como reforçar os mecanismos de controlo da execução material dos contratos, em articulação com as Unidades.



## 2.2. AQUISIÇÕES

No decurso do ano em análise, a GNR, por intermédio da Direção de Recursos Logísticos (DRL), manteve a estratégia adotada nos anos anteriores, assumindo-se como entidade coordenadora da estratégia de compras da Guarda, nomeadamente no que respeita à execução do Plano Logístico da Guarda. A DRL agregou um conjunto de procedimentos para a aquisição de bens e serviços junto dos demais Órgãos da GNR, privilegiando a centralização dessas compras junto da DSUMC/MAI. Com efeito, as figuras abaixo refletem, em quantidade e valor, os procedimentos aquisitivos realizados no decurso do ano de 2018, por tipologia, bem como aqueles de que foi beneficiária, correndo a sua formalização por parte da UMC/MAI e ESPAP.

PROCEDIMENTOS	ADS	AD	CP	AQ	CE	Consulta Prévia	CP AL	UMC/MAI	TOTAL
PAC2017	0	0	0	1	0	0	0	1	1
PAC 2018	66	23	30	6	4	14	1	32	176
POSEUR	0	0	2	0	0	1	0	2	5
FSI	0	2	5	1	0	1	0	9	18
SAMA 2020	0	0	1	2	0		0	0	3
ALIENAÇÃO	0	0	0	0	0		0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>66</b>	<b>25</b>	<b>38</b>	<b>10</b>	<b>4</b>	<b>17</b>	<b>1</b>	<b>43</b>	<b>206</b>

Figura 142 – Procedimentos aquisitivos desenvolvidos em 2018 por tipologia

PROC.	ADS	AD	CP	AQ	CE	Consulta Prévia	CP AL	UMC/MAI	TOTAL (€)
PAC2017	0	0	0	43.200	0	0	0	0	43.200
PAC2018	52.343,66	1.666.821,86	2.349.570,55	227.064,22	401.256,63	365.086,11	53.124,47	67.019.017,73	72.134.285,23
POSEUR	0	0	0	0	0	0	0	1.417.646,26	1.417.646,26
FSI	0	38.600	204.999	16.457,80	0	6.568,20	0	2.709.945,04	2.976.570,04
SAMA 2020	0	0	110.033	93.975,53	0	0	0	0	204.008,93
ALIENAÇÃO	0	0	0	0	0		0	0	0
<b>TOTAL (€)</b>	<b>52.343,66</b>	<b>1.705.421,86</b>	<b>2664603,55</b>	<b>380.697,55</b>	<b>401.256,63</b>	<b>371.654,31</b>	<b>53.124,47</b>	<b>69.728.962,77</b>	<b>75.308.064,80</b>

Figura 143 – Valor dos procedimentos de Aquisição/Alienação formalizados em 2018

Da análise aos quadros acima é possível verificar a diversificada distribuição dos procedimentos por tipologia de contratação, bem como, o valor aplicado em termos globais, representando a formalização de 206 procedimentos aquisitivos, no montante global de despesa de € 76.786.566,73 e de receita de € 53.124,47.

Foi igualmente desenvolvido 1 procedimento aquisitivo referentes ao ano de 2017, cuja execução material e financeira ocorreu no ano económico de 2018.



De referir ainda, a realização de 39 procedimentos por Concurso Público e de apenas 18 com recurso ao Ajuste Direto em regime geral, reforçando a continuidade do paradigma nas aquisições efetuadas pela GNR, uma vez que esta Força de Segurança tem como principal objetivo, na área da aquisição de bens e/ou serviços, diminuir as aquisições através do recurso ao procedimento por Ajuste Direto, potenciando o recurso aos procedimentos abertos a todos os interessados que reúnam as condições de participação exigidas, facto que garante, nomeadamente, os princípios da igualdade e da livre concorrência.

### 2.3. INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

Em 2018, à semelhança do que sucedeu nos anos anteriores, consolidou-se a estrutura decorrente da nova Lei Orgânica da GNR, o que permitiu cimentar o novo conceito logístico alicerçado no Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) e no Sistema de Gestão do Parque de Veículos do Estado (SGPVE).

A Guarda desenvolveu ainda obras de pequena envergadura e trabalhos de manutenção, com recurso a meios próprios num património vasto e bastante antigo. Sem este valioso recurso, a degradação das infraestruturas seria muito maior e implicaria o dispêndio de maiores verbas em intervenções tardias.

Para além das necessárias intervenções de manutenção, muito ainda há a fazer quanto a trabalhos de modernização, aspeto fundamental e melhoria da funcionalidade com o objetivo último de garantir um serviço público de qualidade e excelência. Também através da função logística manutenção se desenvolveu um conjunto de atividades com o objetivo de conservar o material em condições de operacionalidade e assegurar tais condições ao material que as não possui, por modernização, aperfeiçoamento ou modificação.

### 2.4. MEIOS DE TRANSPORTE

Através da função logística transportes, foi desenvolvido um conjunto de atividades que englobam o deslocamento de pessoal, de animais e de material, bem como a sua direção e a gestão do equipamento e das instalações a ele associadas. O parque de veículos da Guarda tem uma dimensão, dispersão e complexidade ímpares na Administração Pública, cobrindo todas as especificidades impostas pela sua missão.

Nesse parque de meios de transporte encontram-se viaturas auto para o patrulhamento e transporte de pessoal, viaturas especiais destinadas a valências específicas (a proteção da natureza e do ambiente, investigação criminal e intervenção e socorro, entre outras), viaturas blindadas para situações especiais e especialmente destinadas à participação em missões internacionais, viaturas de transportes gerais, viaturas de transporte de solípedes e canídeos e embarcações para controlo e patrulhamento do mar territorial e vigilância da orla marítima, entre muitas outras.

#### 2.4.1. TRANSPORTE RODOVIÁRIO

O Parque de Viaturas da Guarda (PVG), composto na sua maioria por viaturas ligeiras, pesadas e motociclos, tem uma dimensão, dispersão territorial e complexidade, ímpares na Administração Pública, mostrando deste modo, todas as especificidades próprias inerentes ao cumprimento da missão.

Podemos destacar, veículos auto para o patrulhamento e transporte de pessoal, veículos especiais destinados a valências específicas (a proteção da natureza e do ambiente, investigação criminal, manutenção de ordem pública, inativação de engenhos explosivos, etc), veículos blindados para situações especiais e especialmente destinadas à participação em missões internacionais, veículos de transportes gerais, veículos de transporte de solípedes e canídeos.

O PVG totaliza 5.984 unidades, sendo a distribuição dos veículos, pelas respetivas/proveniência tipologias, é a seguinte:

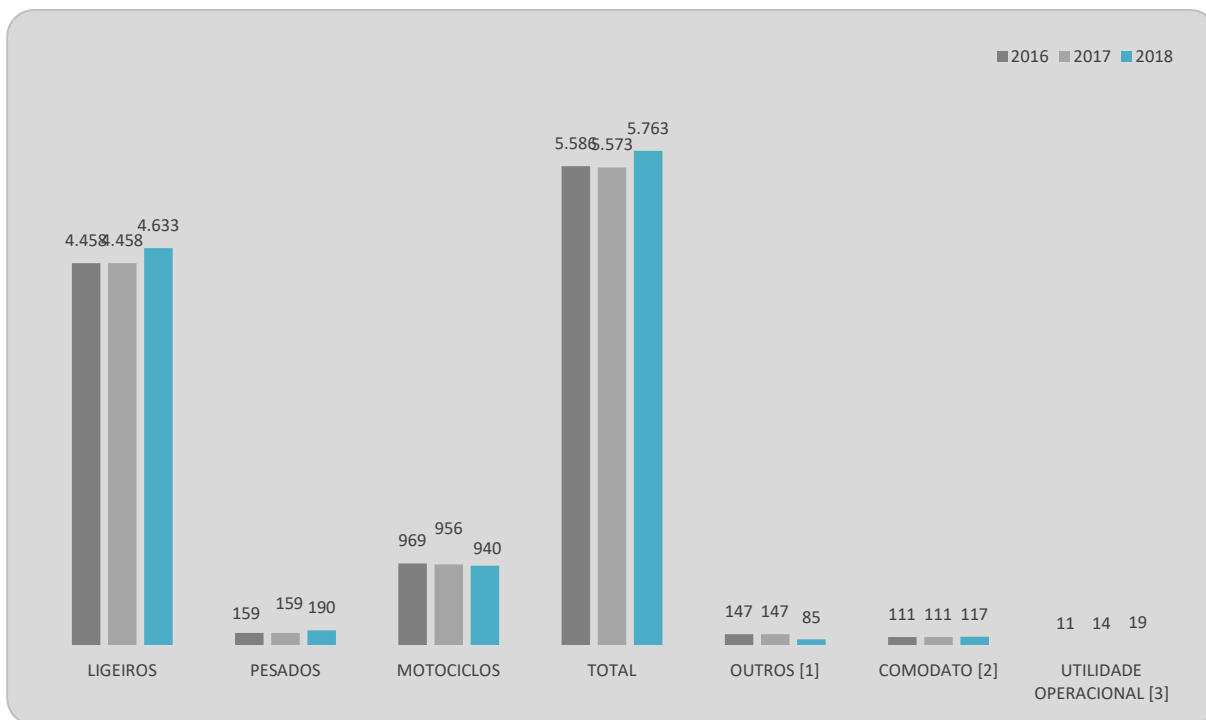


Figura 144 – Distribuição por tipologia<sup>62</sup>

No quadro abaixo procede-se à análise comparativa entre aquisições e abates nos últimos dois anos. A evolução da frota, durante o ano de 2018, foi marcada pela aquisição de 10 viaturas e pelo abate de 163 viaturas.

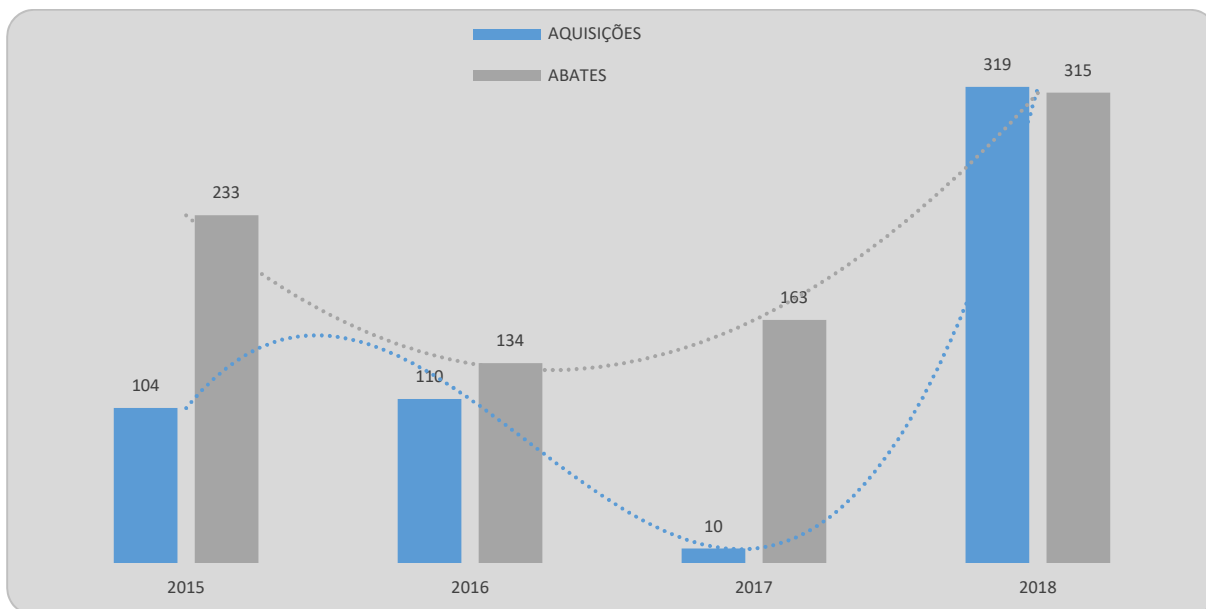


Figura 145 – Análise comparativa entre aquisições e abates de viaturas – 2015-2018

Em 2018, a Guarda adquiriu 319 veículos novos, num investimento total de 11.764.935,64 € provenientes da LPIEFSS, FSI e Fundos Comunitários, sendo a distribuição pelo Dispositivo conforme gráfico infra:

<sup>62</sup> (1) Inclui máquinas agrícolas e industriais, quadriciclos, ciclomotores e atrelados; (2) Protocolos estabelecidos com entidades públicas e privadas; (3) Nos termos do DL n.º 11/2007, de 11jan.



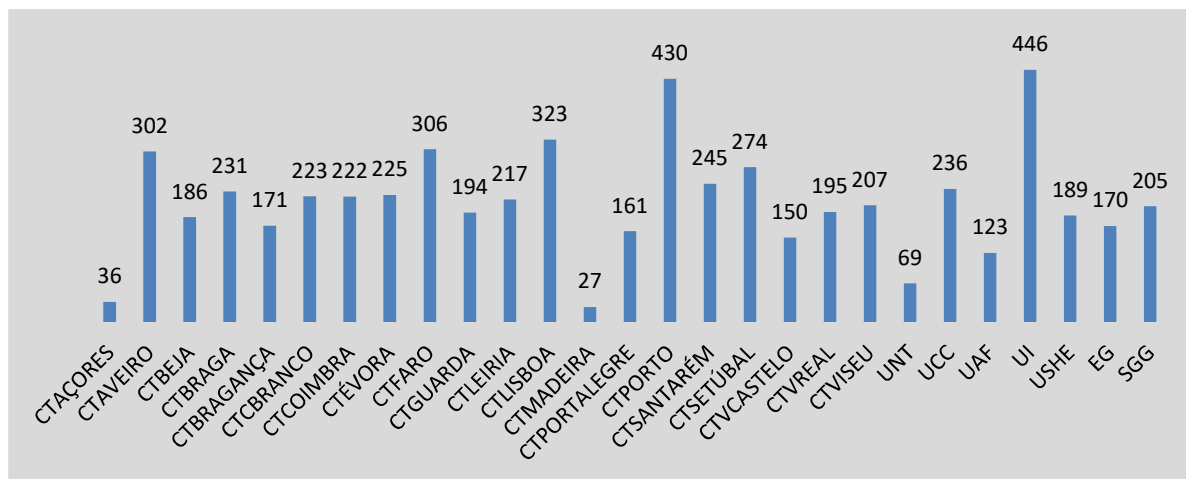


Figura 146 – Distribuição por Unidades dos veículos adquiridos novos durante 2018

Durante o ano de 2018, os veículos afetos ao PVG percorreram uma média diária de 240.966 km, num valor total anual de 87,9 Milhões de Km. Como se pode verificar, no quadro abaixo, a Taxa de Inoperacionalidade tem vindo a aumentar nos últimos três anos, em virtude da idade/desgaste das viaturas e a não renovação da frota.

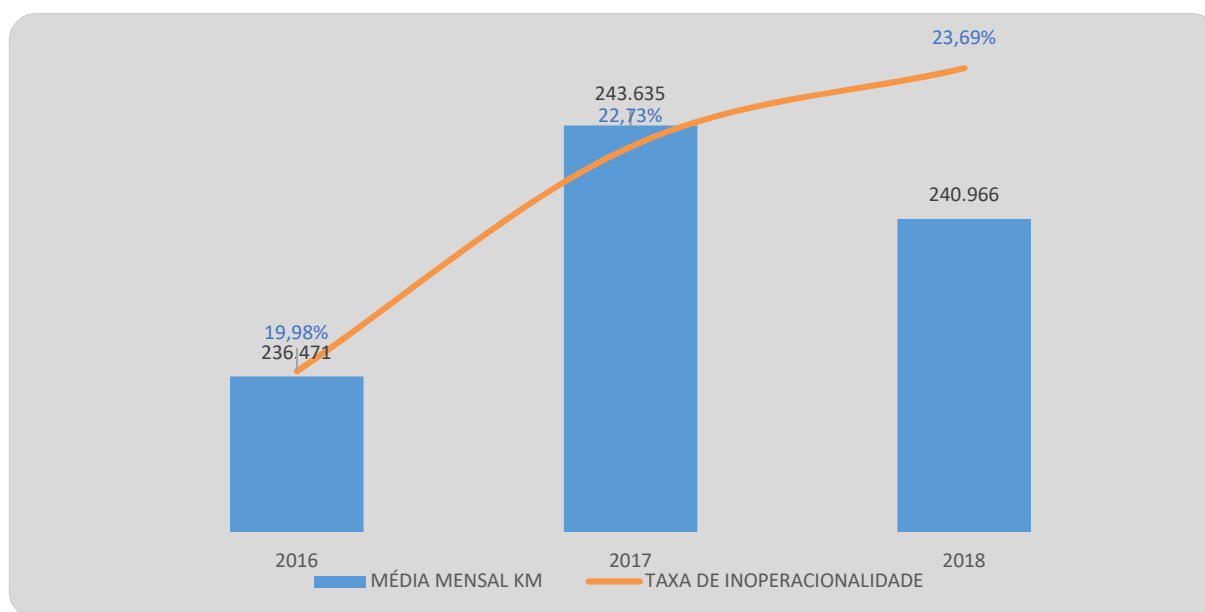


Figura 147 – Relação distancia percorrida versus inoperacionalidade das viaturas 2016-2018

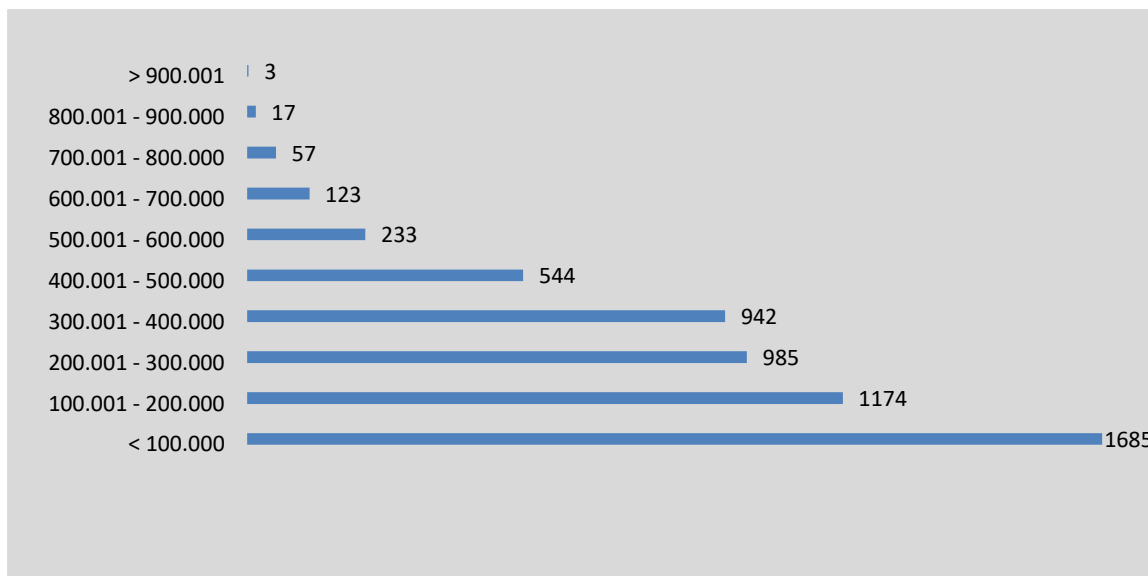


Figura 148 – Distribuição de Veículos por Quilómetros

Outra das preocupações do Comando da Guarda refere-se à antiguidade do parque auto, com evidentes reflexos no desempenho operacional. Conforme se pode constatar no quadro abaixo, a grande maioria dos veículos tem mais de 10 anos de idade, o que, aliado ao grande desgaste diário, dificulta o serviço a desempenhar.

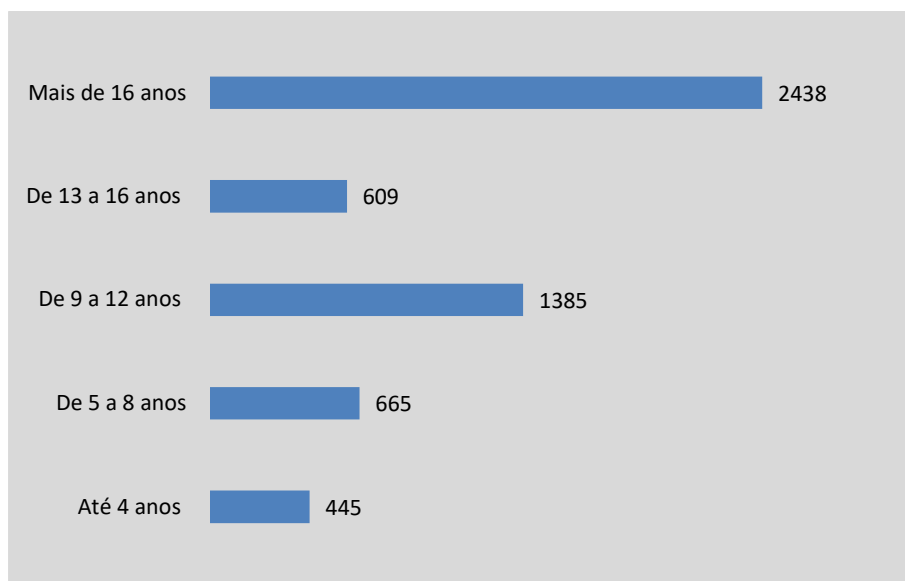


Figura 149 – Distribuição de Veículos por idade

Ainda durante o ano de 2018, foram concluídos 9 processos de integração de viaturas no Parque de Veículos do Estado (PVE), provenientes de processos perdidos a favor do Estado (processos-crime ou contra-ordenacionais), sendo de destacar a utilização de 19 veículos em regime de utilidade operacional, nos termos do Decreto-Lei n.º 11/2007, de 19 de janeiro.

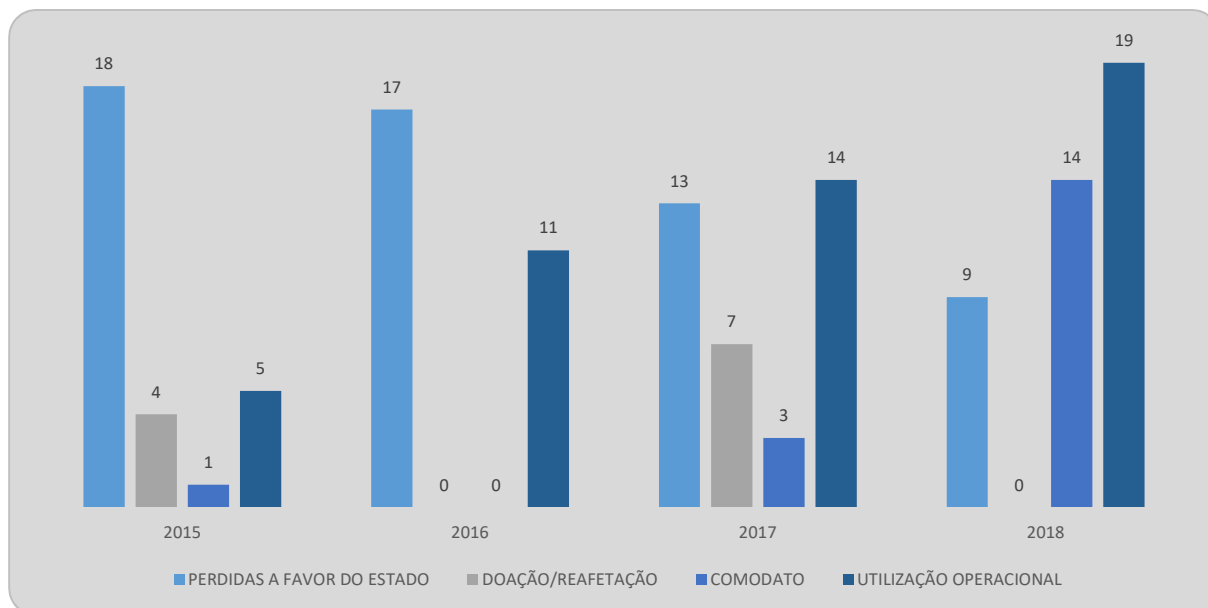


Figura 150 – Veículos Legalizados no último Triénio

### 2.4.2. MEIOS MARÍTIMOS

Para desenvolver a sua missão nesta área de responsabilidade, nomeadamente no controlo e vigilância costeira, proteção da natureza e ambiente e proteção e socorro, a Guarda dispõe dos seguintes meios marítimos:

UNIDADES	TIPOLOGIA DOS MEIOS				TOTAL
	LV <sup>63</sup>	LFA <sup>64</sup>	EAV <sup>65</sup>	SEMI-RÍGIDO	
UCC	12	24	7	4	47
UI				3	3
CTER				22	22
<b>TOTAL</b>	<b>12</b>	<b>24</b>	<b>7</b>	<b>29</b>	<b>72</b>

Figura 151 – Frota meios marítimos da GNR

### 2.5. EFETIVO ANIMAL

Outra das especificidades que diferenciam a Guarda das demais instituições públicas e a tornam única, são as valências de cavalaria e cinotécnica, as quais revestem cuidados especiais nomeadamente com a saúde e alimentação deste efetivo.

No gráfico abaixo mostra-se a evolução destes efetivos entre 2014 e 2018, bem como a sua respetiva distribuição.

<sup>63</sup> LVI – Lancha de Vigilância e Interceção

<sup>64</sup> LFA – Lancha de Fiscalização de Águas Interiores

<sup>65</sup> EAV – Embarcação de Alta Velocidade

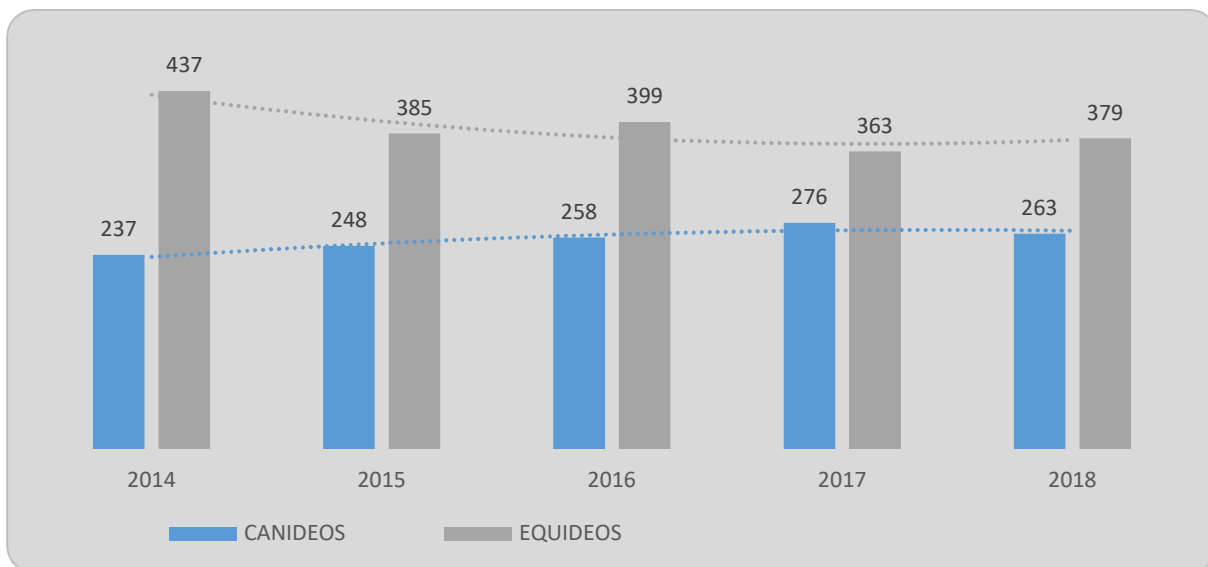


Figura 152 – Efetivo Animal 2014-2018

UNIDADES	EFETIVO ANIMAL		
	SOLÍPEDES	CANÍDEOS	TOTAL
USHE	289	0	289
UI	0	122	122
CTER	90	141	231
<b>TOTAL</b>	<b>379</b>	<b>263</b>	<b>642</b>

Figura 153 – Distribuição do Efetivo Animal (em 31 de dezembro de 2017)

Cerca de 76% do efetivo de cavalos encontra-se na USHE e 46% de cães na UI, incluído os que após terem sido adquiridos se encontram em instrução/ensino.



### 3. RECURSOS FINANCEIROS

#### 3.1. PROPOSTA DE ORÇAMENTO E ORÇAMENTO APROVADO

O Orçamento da Guarda Nacional Republicana (GNR), adiante designada como GNR, para 2018, foi elaborado em obediência aos limites definidos pela Tutela e, em cumprimento da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro.

#### 3.2. ORÇAMENTO DA DESPESA INICIAL

##### 3.2.1. ALTERAÇÕES INICIAIS EM SEDE DA PUBLICAÇÃO DA LEI DE ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2018

Conforme previsto na Lei 114/2017, de 29 de dezembro, todos os Organismos e Serviços da Administração Central constituem uma Reserva no valor de 2,5% do orçamento global.

O cálculo da reserva não incide sobre as despesas cobertas por Financiamento Comunitário, nem sobre as Dotações Específicas, (Serviço de Assistência na Doença (SAD) e Pensões de Reserva), nem sobre as despesas financiadas pela FF 129 - «Transferências de Receita Própria entre Organismos».

O montante da reserva apurado na FF 111 foi de 17.016.047 €, cujo valor foi integrado no orçamento de atividades da Entidade Coordenadora – Ministério da Administração Interna (MAI).

Paralelamente, foi constituída uma Reserva para a provisão de riscos no valor de 2,5% da Fonte de Financiamento (FF) 123, no valor de 1.179.556 Euros, cujo valor enforma o orçamento da GNR.

A tabela seguinte espelha os montantes relativos à constituição da Reserva da GNR:

CARATERIZAÇÃO DA DOTAÇÃO		F.F.	ORÇAMENTO ILÍQUIDO	MONTANTE LÍQUIDO	RESERVA DE 2,5%
DOTAÇÃO NÃO ESPECÍFICA		111+152+153+157	686.165.343	669.149.297	17.016.047
		123	47.187.247	46.007.691	1.179.556
		129	7.136.354	7.136.354	
		232+241+282	11.079.112	11.079.112	
DOTAÇÃO NÃO ESPECÍFICA TOTAL			751.568.056	733.372.454	18.195.603
DOTAÇÃO ESPECÍFICA	PENSÕES DE RESERVA	111	103.362.657	103.362.657	
	SAD	123	33.000.000	332.000.000	
DOTAÇÃO ESPECÍFICA TOTAL			136.362.657	136.362.657	
TOTAL GERAL			887.930.713	869.735.111	18.195.603

Figura 154 – Cálculo da Reserva (Valores em Euros)



O Orçamento Inicial Líquido de Cativos e de Reserva ascendeu ao montante de 861.865.441 Euros, conforme a tabela que se segue:

AGRUPAMENTO	ORÇAMENTO APROVADO	CATIVOS	RESERVA	ORÇAMENTO CORRIGIDO LÍQUIDO
PESSOAL	797.822.955			797.822.955
BENS E SERVIÇOS	56.773.270	7.869.670		48.903.600
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.752.657			3.752.657
OUTRAS DESPESAS	1.371.294		1.179.556	191.738
INVESTIMENTO	11.194.492			11.194.492
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0			0
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>870.914.667</b>	<b>7.869.670</b>	<b>1.179.556</b>	<b>861.865.441</b>

Figura 155 – Orçamento Inicial Corrigido Líquido (Valores em Euros)



### 3.3. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL EM 2018

#### 3.3.1. ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS

No decorrer da execução orçamental verificaram-se diversas alterações orçamentais, quer por imposição legal, quer por gestão flexível do Organismo para fazer face à supressão do défice inicial em algumas rubricas que afetam diretamente a atividade operacional, tal como se pode verificar na análise tabela seguinte:

AGRUPAMENTO	ORÇAMENTO CORRIGIDO INICIAL	TRANSIÇÃO SALDOS	CATIVOS DLEO	CRÉDITO ESPECIAL RCM 11-A 2018	CRÉDITO ESPECIAL FFP	TRANSF. SSMIAI (LPIEFSS)	DESCAT. GNR	TRANSF. ANPC/PSP	AO FF /AGR	Reforço Tempestade LESLIE	GESTÃO FLEXÍVEL	DOTAÇÃO CORRIGIDA FINAL
PESSOAL	797.822.955	3.825.376	- 7.131.569	5.000.000	860.000		7.131.569	- 14.688.288	- 1.918.026		6.202.098	797.104.115
BENS E SERVIÇOS	48.903.600	693.194	- 112.000		1.140.000		8.303.215	- 4.019.415	2.450.963	36.859	- 5.214.933	52.181.482
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.752.657		- 286.577				286.577	- 286.577	- 473.412		267.608	3.260.276
OUTRAS DESPESAS	191.738		- 77.365				1.256.921	- 77.365	- 34.691		- 1.193.397	65.841
INVESTIMENTO	11.194.492	1.534.282	- 71.727	6.500.000		154.099	71.727	- 71.727	- 450.426	162.706	- 61.376	18.962.050
TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL						252.563						252.563
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>861.865.441</b>	<b>6.052.852</b>	<b>- 7.679.238</b>	<b>11.500.000</b>	<b>2.000.000</b>	<b>406.662</b>	<b>17.050.009</b>	<b>-19.143.372</b>	<b>- 425.592</b>	<b>199.565</b>	<b>0</b>	<b>871.826.327</b>

(valores representados sem casas decimais, poderão causar divergências nos somatórios)

Figura 156 – Alterações ao Orçamento Inicial (Valores em Euros)

#### 3.3.2. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA

No que concerne à execução orçamental, da análise à tabela seguinte pode concluir-se que a dotação corrigida atribuída foi executada quase na sua plenitude (97%).

AGRUPAMENTO	DOTAÇÃO CORRIGIDA	CABIMENTOS		COMPROMISSOS		PAGAMENTOS	
		TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%
PESSOAL	797.104.115	774.037.470	97%	774.037.470	97%	774.037.470	97%
BENS E SERVIÇOS	52.181.482	51.242.870	98%	51.133.446	97%	51.132.903	97%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.260.276	3.257.461	99%	3.257.461	99%	3.257.461	99%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	65.841	65.009	99%	65.009	99%	65.009	99%
INVESTIMENTO	18.962.050	13.523.982	71%	13.523.769	71%	13.523.769	71%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	252.563	252.563	100%	252.563	100%	252.563	100%
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>871.826.327</b>	<b>842.379.353</b>	<b>97%</b>	<b>842.269.716</b>	<b>97%</b>	<b>842.269.174</b>	<b>97%</b>

(valores representados sem casas decimais, poderão causar divergências nos somatórios)

Figura 157 – Execução orçamental 2018 (Valores em Euros)



O orçamento da GNR ficou a sua execução orçamental em 97%. Contudo, verificou-se que o agrupamento D.07 – “Aquisição de bens de capital” apresentou uma taxa de execução de 71%, referente ao Financiamento Comunitário.

### 3.3.3. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA

No que concerne à cobrança efetiva da receita verificou-se um decréscimo de cerca de 17M Euros em relação ao período homólogo (ano 2017).

A receita proveniente do Serviço da Assistência da Doença (SAD) aumentou em cerca de 5M Euros. Este incremento verificou-se, em parte, pelo aumento do número de beneficiários associados.

Para além da receita do SAD, também as transferências correntes da União Europeia de cerca de 4,9M Euros e as transferências de capital de cerca de 5,7M €, foram os principais focos desse acréscimo de receita.

COD.	CAPITULO	DESIGNAÇÃO	POE 2018	RECEITA 2017	RECEITA 2018	DIFERENÇA I (R18-POE18)	DIFERENÇA II (R18-R17)
03.	CONTRIBUIÇÕES PARA CGA/SS/SAD	CONTRIBUIÇÕES PARA A CGA/SS/SAD	33.000.000	33.145.372	38.184.597	5.184.597	5.039.225
			<b>33.000.000</b>	<b>33.145.372</b>	<b>38.184.597</b>	<b>5.184.597</b>	<b>5.039.225</b>
04.	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	TAXAS DIVERSAS	6.117.901	3.550.086	3.886.755	-2.231.146	336.669
		JUROS DE MORA	0	50	2.799	2.799	2.749
		MULTAS E COIMAS	13.380.020	13.481.134	12.686.545	-693.475	-794.589
		COIMAS E PENALIDADES	2.453.323	1.685.127	2.541.322	87.999	856.196
		MULTAS E PENALIDADES DIVERSAS	0	643	1.908	1.908	1.264
			<b>21.951.244</b>	<b>18.717.040</b>	<b>19.119.328</b>	<b>-2.831.916</b>	<b>402.288</b>
06.	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES ESTADO	3.259.200	5.438.350	3.058.220	-200.980	-2.380.130
		TRANSFERÊNCIAS CORRENTES (SFA)	3.868.248	3.366.720	5.572.083	1.703.835	2.205.363
		TRANSFERÊNCIAS CORRENTES (UNIÃO EUROPEIA-INSTITUIÇÕES)	11.079.112	4.545.728	9.474.953	-1.604.159	4.929.225
			<b>18.206.560</b>	<b>13.350.798</b>	<b>18.105.257</b>	<b>-101.303</b>	<b>4.754.459</b>
07.	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	VENDA DE PUBLICAÇÕES	10.000	1.514	524	-9.476	-990
		VENDA DE FARDAMENTO E ARTIGOS PESSOAIS	7.605.830	1.628.163	1.539.097	-6.066.733	-89.066
		BENS INUTILIZADOS	23.718	75.365	100.247	76.529	24.882
		PRODUTOS AGRÍCOLAS	12.185	9.028	7.940	-4.245	-1.088
		PRODUTOS ALIMENTARES E BEBIDAS	0	125.446	0	0	-125.446
		EXPLORAÇÕES OFICINAIS	2.500	0	0	-2.500	0
		ALUGUER DE ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS	102.071	121.961	134.572	32.501	12.610
		SERVIÇOS DE REPARAÇÕES	10.000	7.400	11.941	1.941	4.541
		ALIMENTAÇÃO E ALOJAMENTO	287.500	958.223	158.643	-128.857	-799.580
		OUTROS SERVIÇOS (SREM)	14.646.594	13.563.062	14.660.540	13.946	1.097.478
		RENDAS DE HABITAÇÕES	0	0	0	0	0
			<b>22.700.398</b>	<b>16.490.162</b>	<b>16.613.504</b>	<b>-6.086.894</b>	<b>123.342</b>





COD.	CAPITULO	DESIGNAÇÃO	POE 2018	RECEITA 2017	RECEITA 2018	DIFERENÇA I (R18-POE18)	DIFERENÇA II (R18-R17)
08.	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	RESTITUIÇÃO DO IVA	1.764.130	891.738	905	-1.763.225	-890.833
		OUTRAS RECEITAS	651.475	359.324	363.745	-287.730	4.421
			<b>2.415.605</b>	<b>1.251.062</b>	<b>364.650</b>	<b>-2.050.955</b>	<b>-886.412</b>
09.	VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO	OUTROS BENS DE INVESTIMENTO	120.000	3.844	7.767	-112.233	3.923
			<b>120.000</b>	<b>3.844</b>	<b>7.767</b>	<b>-112.233</b>	<b>3.923</b>
10.	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL ESTADO	8.906	19.467	8.373	-533	-11.094
		TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL (UNIÃO EUROPEIA-INSTITUIÇÕES)	0	0	5.733.350	5.733.350	5.733.350
			<b>8.906</b>	<b>19.467</b>	<b>5.741.723</b>	<b>5.732.817</b>	<b>5.722.256</b>
SUBTOTAL (SEM TRANSIÇÃO SALDOS)			<b>98.402.713</b>	<b>82.977.745</b>	<b>98.136.826</b>	<b>-265.887</b>	<b>15.159.081</b>
16.	SALDO DA GERENCIA ANTERIOR	TRANSIÇÃO DE SALDOS	0	16.365.589	12.909.167	12.909.167	-3.456.422
SUBTOTAL (COM TRANSIÇÃO SALDOS)			<b>98.402.713</b>	<b>99.343.334</b>	<b>111.045.993</b>	<b>12.643.280</b>	<b>11.702.659</b>
16.	RECEITAS GERAIS		<b>772.511.954</b>	<b>778.057.854</b>	<b>748.598.573</b>	<b>-23.913.381</b>	<b>-29.459.281</b>
<b>TOTAL GERAL</b>			<b>870.914.667</b>	<b>877.401.187</b>	<b>859.644.566</b>	<b>-11.270.101</b>	<b>-17.756.621</b>

(valores representados sem casas decimais, poderão causar divergências nos somatórios)

Figura 158 – Comparação da receita com o período homólogo (Valores em Euros)

O gráfico que se segue espelha a distribuição da receita cobrada em 2018, por capítulo:

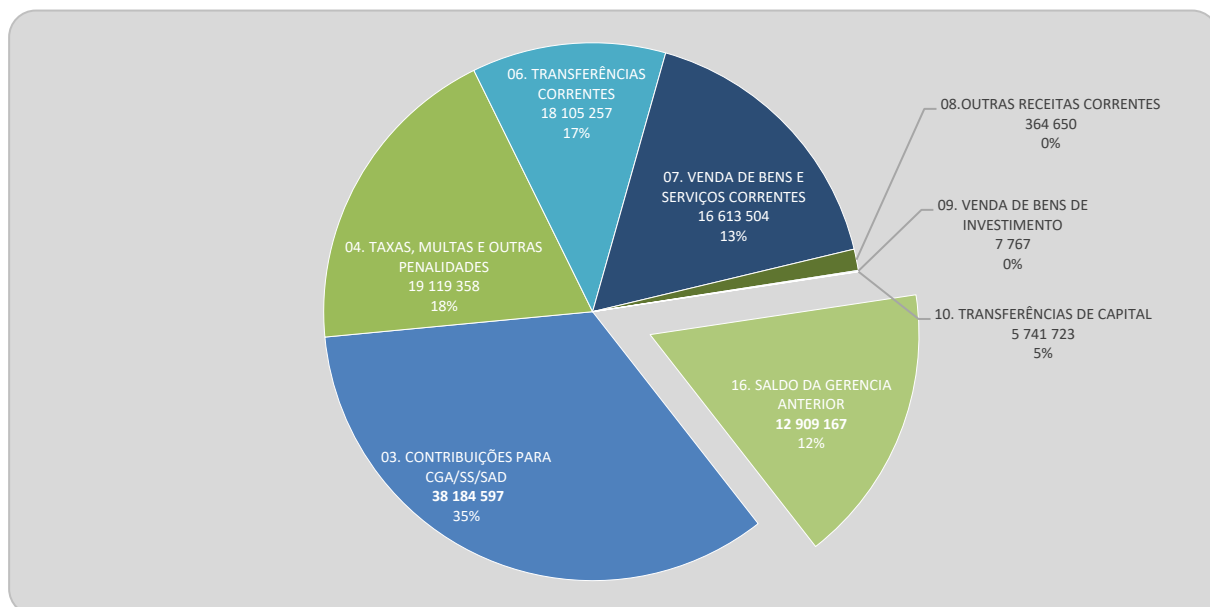


Figura 159 – Execução orçamental das Fontes de Financiamento de Receita Própria 2018 (Valores em Euros)





# Capítulo VI

## BALANÇO SOCIAL



## VI. BALANÇO SOCIAL

No presente capítulo pretende-se apresentar de uma forma sucinta, a envolvente do Balanço Social nos termos definidos pelo Decreto-Lei n.º 190/96, de 9 de outubro, relevando os aspetos mais importantes, relegando para anexo os quadros e gráficos que serviram de suporte (ANEXO 5).

Nesse sentido, relativamente ao Balanço Social do ano 2018, da análise realizada aos indicadores nele constantes, tecem-se as seguintes considerações, salientando alguns dos aspetos considerados mais relevantes:

- Em 31 de dezembro de 2018, contabilizavam-se 23.022 trabalhadores em efetividade de funções;
- Fruto da sua natureza, a Guarda é uma Instituição maioritariamente constituída por militares, 22.345 (97,06%) do efetivo;
- Verifica-se que cerca de 2,94% (677 trabalhadores) correspondem ao efetivo civil;
- Verifica-se que cerca de 6,07% (1.836 trabalhadores) do efetivo militar encontram-se a prestar serviço na situação de reserva na efetividade de serviço;
- A categoria de guardas é a mais representativa, com 82,80% do total de militares (19.062);
- A relação jurídica de emprego predominante é o regime de nomeação definitiva, com 98,27% do total de trabalhadores (22.623);
- A Unidade de Intervenção é a unidade com maior efetivo militar, 1.767 militares;
- O Comando Territorial de Vila Real apresenta o maior efetivo civil, 64 civis;
- Dos 23.022 trabalhadores, 21.125 são homens, o que corresponde a 91,76% do total de efetivos;
- Dos 23.022 trabalhadores, 1.897 são mulheres, o que corresponde a 8,24%, do total de efetivos;
- A relação homem/mulher situou-se em 11,13, significando que a proporção verificada foi de cerca de 11 efetivos do sexo masculino por cada efetivo feminino;
- Os grupos etários mais representativos estão no intervalo dos 40-44 anos, com 5.124 trabalhadores, seguido do intervalo 35-39 anos com 4.669 trabalhadores;
- Os grupos etários mais representativos dos efetivos femininos estão no intervalo dos 30 a 34 e 35 a 39 anos, com cerca de 46,71% do total de mulheres;
- O grupo etário mais representativo dos efetivos masculinos ocorre no escalão dos 40 aos 44 anos, com 22,94% do total de efetivos masculinos;
- O leque etário é de 3,58 e tem uma amplitude de 49 anos, representando a diferença entre o trabalhador mais novo (19 anos) e o mais velho (68 anos);
- O nível de antiguidade mais representativo situa-se no intervalo dos 15-19 anos, com 3.915 trabalhadores;
- Verifica-se que 11,26% dos efetivos (2.593) detêm mais de 35 anos de serviço, o que, associado ao fator idade poderá conduzir num curto espaço de tempo a uma grande saída de efetivos por reserva/reforma/aposentação;
- O 12.º ano ou equivalente é o nível de escolaridade mais expressivo, correspondendo a 46,10% dos efetivos;
- Existem 161 trabalhadores portadores de deficiência, sendo 138 do género masculino e 23 do género feminino, representando estes 0,70% do total dos efetivos;
- Ingressaram nos quadros da Guarda, 38 oficiais e 595 militares provenientes do CO AM 2013/2018 e CFG 2018, respetivamente;
- Passaram à situação de reserva para fora da efetividade de serviço, 638 militares;
- Ficaram por ocupar 314 postos de trabalho previstos no MP 2018, relativos ao efetivo civil;
- Regista-se um défice de cerca de 3.832 efetivos militares face ao MGPM GNR;
- Foram promovidos 1.839 militares;



- Registaram-se 2.231 alterações de posicionamento remuneratório, 2.098 referentes ao efetivo militar e 133 relativos ao efetivo civil;
- A modalidade de horário é, em regra, o regime de horário de trabalho na modalidade “específico”, aplicável aos militares;
- De relevar ainda que ambos os géneros (399 indivíduos) recorrem ao regime de trabalho na modalidade «flexível»;
- Em 2018 o PNT mais representativo são as «40 horas. – Horário de referência» com cerca de 97,07% do efetivo;
- O motivo mais expressivo, que representa uma percentagem de 52,57% das ausências ao serviço, num total de 211.369 dias, foi a “doença”;
- O principal contributo para a diminuição do absentismo advém das ausências por acidente em serviço ou doença profissional;
- Na GNR apenas 0,59% dos 677 elementos legalmente autorizados (pessoal civil) a fazer greve (geral) utilizaram esse direito;
- Na GNR, 19,58% dos 286 elementos legalmente autorizados (carreira guarda-florestal) a fazer greve (setorial) utilizaram esse direito;
- Verifica-se que 27,74% dos trabalhadores estão situados no escalão de remuneração entre «€1501 - €1750»;
- Salienta-se que 90,24% do universo de trabalhadores (20.776) auferem uma remuneração líquida igual ou inferior a 1.750€.

#### INDICADORES COM TENDÊNCIA CRESCENTE

Após a análise realizada aos indicadores, salientam-se os indicadores que mantêm a trajetória de crescimento em comparação com o Balanço Social 2017:

- A taxa de feminização subiu (0,19 pp) e cifra-se nos 8,24%;
- A taxa de feminização dirigente subiu (0,02 pp) e cifra-se nos 0,92%;
- Os maiores aumentos de efetivo militar registaram-se na UI (439 militares) e EG (60 militares);
- O CG - CARI e o CG - Comando registaram aumento de efetivo civil (5 e 2, respetivamente);
- O universo respeitante ao efetivo feminino tem vindo a aumentar, nos últimos anos;
- O nível etário médio apresenta uma subida (0,10) e situa-se nos 39,91anos de idade;
- A taxa de envelhecimento situa-se nos 2,99%, apresentando uma subida gradual (0,42 pp);
- Quanto à estrutura habilitacional verifica-se uma taxa de habilitação superior, na ordem dos 9,19%, tendo subido (0,56 pp);
- De realçar o aumento de 119 elementos com formação superior;
- A taxa de habilitação secundária subiu (1,87 pp) e cifra-se nos 54,44%;
- A taxa de saídas subiu (0,54 pp) e cifra-se nos 7,60%;
- A taxa de promoções subiu (3,77 pp) e cifra-se nos 7,99%;
- A taxa de encargos sociais regista um acréscimo em 0,61 pp. e cifra-se em 5,96%;
- A taxa de investimento em formação regista um acréscimo em 0,25 pp e cifra-se nos 0,65%;
- A taxa de incidência de doenças profissionais é de 0,50%, tendo-se verificado um aumento (0,04 pp).



### EM DESTAQUE

Destacam-se, ainda, os indicadores que registaram subidas e que inverteram a sua trajetória em comparação com o Balanço Social 2017:

- A taxa de admissão subiu (1,04 pp) e cifra-se nos 7,18%;
- A taxa de emprego jovem subiu (0,05 pp) e cifra-se nos 12,40%;
- A taxa de reposição subiu (7,56 pp) e cifra-se nos 94,51%;
- O movimento de entradas/saídas (turnover) subiu (0,79 pp) e cifra-se nos 7,39%;
- Na globalidade das ações de formação foi despendido um total de 2.515.802 horas registando-se um aumento de 958 horas;
- Aumento da taxa de incidência de acidentes no local de trabalho (0,43 pp) para 3,86%, o que significa um aumento de 97 acidentes.

### INDICADORES COM TENDÊNCIA DECRESCENTE

Após a análise realizada aos indicadores, salientam-se os indicadores que mantém a trajetória de diminuição em comparação com o Balanço Social 2017:

- Manteve-se a tendência de diminuição gradual do efetivo;
- Registou-se um decréscimo de 96 trabalhadores, 0,42% do efetivo global;
- Registou-se um decréscimo de 78 militares, 0,35% do efetivo militar;
- Registou-se um decréscimo de 18 trabalhadores, cerca de 2,59% do efetivo civil;
- As unidades que apresentam as maiores diminuições de efetivo militar são o CTer Setúbal (119 militares), USHE (88 militares) e o CTer Faro (85 militares);
- As unidades que apresentam as maiores diminuições de efetivo civil são o CTer Guarda (5 trabalhadores) e o CTer Viana do Castelo (4 trabalhadores);
- A taxa de enquadramento cifra-se em 14,26%, registando uma ligeira descida (0,39 pp);
- A taxa de habilitação básica desceu (2,42 pp) e cifra-se nos 36,37%;
- O índice de rotação desceu ligeiramente (0,008) e cifra-se nos 0,868;
- Registaram-se 88.738 participações em ações de formação profissional, registando-se uma diminuição, de 19.914 ações;
- A remuneração base média anual registou um decréscimo em 670,97 €, e cifra-se em 21.071,12 €.
- O leque salarial ilíquido situou-se nos 10,10 valores, tendo-se verificado uma descida (0,42);
- Os encargos com o pessoal totalizaram 740.121.476,38 €, valor ligeiramente inferior ao despendido em 2017, que foi de 777.726.418,09 €.

### EM DESTAQUE

Destacam-se, ainda, os indicadores que registaram descidas e que inverteram a sua trajetória em comparação com o Balanço Social 2017:

- O nível médio de antiguidade (AP) desceu (0,03) para 21,09 anos;
- A taxa de absentismo é de 5,92%, tendo-se verificado uma descida (0,07 pp);
- A taxa de participação em ações de formação regista um decréscimo de 7,24 pp e cifra-se nos 81,61%;



- No âmbito da ação disciplinar, merece realce a diminuição considerável da taxa de gravidade disciplinar (15,86 pp), e cifra-se nos 34,14%;
- A taxa de celeridade de ação disciplinar teve uma diminuição (31,00 pp), e cifra-se nos 23,41%, ou seja, o total de processos decididos foram menores.

Apresentam-se em seguida os principais indicadores de comparabilidade no triénio 2016-2018:

DOMÍNIO DE ANÁLISE	INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO		2016	2017	2018	
EFETIVOS	TAXA DO EFETIVO MILITAR	TOTAL DE EFETIVOS MILITARES X 100 / TOTAL DE RECURSOS HUMANOS	%	96,90%	96,99%	97,06%	+0,07 pp
	TAXA DO EFETIVO CIVIL	TOTAL DE EFETIVOS CIVIS X 100 / TOTAL DE RECURSOS HUMANOS	%	3,10%	3,01%	2,94%	-0,07 pp
	TAXA DE FEMINIZAÇÃO	TOTAL DE EFETIVOS FEMININOS X 100 / TOTAL DE RECURSOS HUMANOS	%	7,86%	8,05%	8,24%	+0,19 pp
	TAXA DE MASCULINIZAÇÃO	TOTAL DE EFETIVOS MASCULINOS X 100 / TOTAL DE RECURSOS HUMANOS	%	92,14%	91,95%	91,76%	-0,19 pp
	TAXA DE FEMINIZAÇÃO DIRIGENTE	TOTAL DE EFETIVOS FEMININOS DIRIGENTES X 100 / TOTAL DE RECURSOS HUMANOS	%	0,88%	0,90%	0,92%	+0,02 pp
	TAXA DE ENQUADRAMENTO	NÚMERO DE "DIRIGENTES" X 100 / TOTAL DE RECURSOS HUMANOS	%	14,80%	14,65%	14,26%	-0,39 pp
	TAXA DE PESSOAL EM NOMEAÇÃO DEFINITIVA	TOTAL DE EFETIVOS EM NOMEAÇÃO DEFINITIVA X 100 / TOTAL DE RECURSOS HUMANOS	%	96,83%	96,74%	98,27%	+1,53 pp
	TAXA DE PESSOAL EM CT POR TEMPO INDETERMINADO	TOTAL DE EFETIVOS EM CT POR TEMPO INDETERMINADO X 100 / TOTAL DE RECURSOS HUMANOS	%	1,78%	1,70%	1,70%	
	TAXA DE PESSOAL EM NOMEAÇÃO TRANSITÓRIA POR TEMPO DETERMINADO	TOTAL DE EFETIVOS EM NOMEAÇÃO TRANSITÓRIA POR TEMPO DETERMINADO X 100 / TOTAL DE RECURSOS HUMANOS	%	1,39%	1,55%	0,03%	-1,52 pp
	TAXA DE PESSOAL TÉCNICO SUPERIOR	TOTAL DE PESSOAL TÉCNICO SUPERIOR X 100 / TOTAL DE RECURSOS HUMANOS	%	0,08%	0,08%	0,13%	+0,05 pp
	TAXA DE PESSOAL INFORMÁTICO	TOTAL DE PESSOAL INFORMÁTICO X 100 / TOTAL DE RECURSOS HUMANOS	%	0,02%	0,02%	0,02%	
	TAXA DE PESSOAL ASSISTENTE TÉCNICO	TOTAL DE PESSOAL ASSISTENTE TÉCNICO X 100 / TOTAL DE RECURSOS HUMANOS	%	0,31%	0,31%	0,31%	
	TAXA DE PESSOAL ASSISTENTE OPERACIONAL	TOTAL DE PESSOAL ASSISTENTE OPERACIONAL X 100 / TOTAL DE RECURSOS HUMANOS	%	1,24%	1,16%	1,10%	-0,06 pp
	TAXA DE PESSOAL GUARDA-FLORESTAL	TOTAL DE PESSOAL GUARDA-FLORESTAL X 100 / TOTAL DE RECURSOS HUMANOS	%	1,32%	1,30%	1,24%	-0,06 pp
	TAXA DE PESSOAL MÉDICO	TOTAL DE PESSOAL MÉDICO X 100 / TOTAL DE RECURSOS HUMANOS	%	0,05%	0,05%	0,06%	+0,01 pp
	TAXA DE PESSOAL DOCENTE	TOTAL DE PESSOAL DOCENTE X 100 / TOTAL DE RECURSOS HUMANOS	%	0,04%	0,04%	0,04%	
	TAXA DE PESSOAL DE ENFERMAGEM	TOTAL DE PESSOAL DE ENFERMAGEM X 100 / TOTAL DE RECURSOS HUMANOS	%	0,004%	0,004%	0,004%	
	TAXA DE PESSOAL TÉCNICO SUPERIOR ÁREAS DIAGNÓSTICO E TERAPÉUTICA	TOTAL DE PESSOAL TÉCNICO SUPERIOR ÁREAS DIAGNÓSTICO E TERAPÉUTICA X 100 / TOTAL DE RECURSOS HUMANOS	%	0,03%	0,03%	0,03%	
ANTIGUIDADE E/IDADE	NÍVEL MÉDIO DE ANTIGUIDADE	SOMA DAS ANTIGUIDADES / TOTAL DE EFETIVOS	ANOS	20,80	21,12	21,09	-0,03
	NÍVEL MÉDIO DE ANTIGUIDADE (MULHERES)	SOMA DAS ANTIGUIDADES (MULHERES) / EFETIVO TOTAL FEMININO	ANOS	15,12	15,93	16,49	+0,56



DOMÍNIO DE ANÁLISE	INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO		2016	2017	2018	
	NÍVEL MÉDIO DE ANTIGUIDADE (HOMENS)	SOMA DAS ANTIGUIDADES (HOMENS) / EFETIVO TOTAL MASCULINO	ANOS	21,28	21,57	21,50	-0,07
	NÍVEL MÉDIO ETÁRIO	SOMA DAS IDADES / TOTAL DE RECURSOS HUMANOS	ANOS	39,27	39,81	39,91	+0,10
	NÍVEL MÉDIO ETÁRIO (MULHERES)	SOMA DAS IDADES (MULHERES) / EFETIVO TOTAL FEMININO	ANOS	37,70	38,28	38,72	+0,44
	NÍVEL MÉDIO ETÁRIO (HOMENS)	SOMA DAS IDADES (HOMENS) / EFETIVO TOTAL MASCULINO	ANOS	39,41	39,94	40,02	+0,08
	LEQUE ETÁRIO	TRABALHADOR MAIS IDOSO / TRABALHADOR MENOS IDOSO	VALOR	3,63	3,63	3,58	-0,05
	TAXA DE EMPREGO JOVEM	NÚMERO DE RECURSOS HUMANOS COM IDADE < 30 ANOS X 100 / TOTAL DE RECURSOS HUMANOS	%	14,05%	12,35%	12,40%	+0,05 pp
	TAXA DE ENVELHECIMENTO	NÚMERO DE RECURSOS HUMANOS COM IDADE > 55 ANOS X 100 / TOTAL DE RECURSOS HUMANOS	%	1,97%	2,57%	2,99%	+0,42 pp
ESTRUTURA HABILITACIONAL	TAXA DE HABILITAÇÃO SUPERIOR	TOTAL BACHAREIS+LICENCIADOS+MESTRADOS+DOUTORADOS X 100 / TOTAL DE RECURSOS HUMANOS	%	8,22%	8,63%	9,19%	+0,56 pp
	TAXA DE HABILITAÇÃO SUPERIOR (MULHERES)	TOTAL BACHAREIS+LICENCIADOS+MESTRADOS+DOUTORADOS (MULHERES) X 100 / EFETIVO TOTAL FEMININO	%	17,56%	18,88%	20,30%	+1,42 pp
	TAXA DE HABILITAÇÃO SUPERIOR (HOMENS)	TOTAL BACHAREIS+LICENCIADOS+MESTRADOS+DOUTORADOS (HOMENS) X 100 / EFETIVO TOTAL MACULINO	%	7,41%	7,73%	8,19%	+0,46 pp
	TAXA DE HABILITAÇÃO SECUNDÁRIA	TOTAL HABILITAÇÕES 11.º AO 12.º ANO X 100 / TOTAL DE RECURSOS HUMANOS	%	51,28%	52,57%	54,44%	+1,87 pp
	TAXA DE ESCOLARIDADE OBRIGATÓRIA	TOTAL HABILITAÇÕES =< 12.º ANO X 100 / TOTAL DE RECURSOS HUMANOS	%	91,78%	91,37%	90,81%	-0,56 pp
	TAXA DE HABILITAÇÃO BÁSICA	TOTAL HABILITAÇÕES =< 9.º ANO X 100 / TOTAL DE RECURSOS HUMANOS	%	40,51%	38,79%	36,37%	-2,42 pp
	TAXA DE ESCOLARIDADE >= 4 ANOS	TOTAL HABILITAÇÕES =< 4 ANOS X 100 / TOTAL DE RECURSOS HUMANOS	%	1,34%	1,15%	0,91%	-0,24 pp
ADMISSÕES/ SAÍDAS	ÍNDICE DE ROTAÇÃO	NÚMERO DE RECURSOS HUMANOS 31DEC / NÚMERO DE RECURSOS HUMANOS 01JAN + ENTRADAS + SAÍDAS	VALOR	0,880	0,876	0,868	-0,008
	TAXA DE REPOSIÇÃO	NÚMERO DE ADMISSÕES X 100 / NÚMERO DE SAÍDAS	%	94,53%	86,95%	94,51%	+7,56 pp
	TAXA DE ROTATIVIDADE (TURNOVER)	(N.º ENTRADAS + N.º SAÍDAS) / 2 / NÚMERO DE RECURSOS HUMANOS EM 31 DE DEZEMBRO X 100	%	6,63%	6,60%	7,39%	+0,79 pp
	TAXA DE ADMISSÃO	TOTAL ADMISSÕES / TOTAL DE RECURSOS HUMANOS	%	6,44%	6,14%	7,18%	+1,04 pp
	TAXA DE ADMISSÃO (MULHERES)	TOTAL ADMISSÕES (MULHERES) / EFETIVO TOTAL FEMININO	%	10,69%	9,68%	9,49%	-0,19 pp
	TAXA DE ADMISSÃO (HOMENS)	TOTAL ADMISSÕES (HOMENS) / EFETIVO TOTAL MASCULINO	%	6,08%	5,83%	6,97%	+1,14 pp
	TAXA DE SAÍDAS	TOTAL SAÍDAS / TOTAL DE RECURSOS HUMANOS	%	6,81%	7,06%	7,60%	+0,54 pp
	TAXA DE SAÍDAS (MULHERES)	TOTAL SAÍDAS (MULHERES) / EFETIVO TOTAL FEMININO	%	8,78%	8,23%	7,54%	-0,69 pp
	TAXA DE SAÍDAS (HOMENS)	TOTAL SAÍDAS (HOMENS) / EFETIVO TOTAL MASCULINO	%	6,65%	6,96%	7,60%	+0,64 pp
PROMOÇÕES	TAXA DE PROMOÇÕES	NÚMERO DE EFETIVOS PROMOVIDOS X 100 / TOTAL EFETIVOS	%	1,56%	4,22%	7,99%	+3,77 pp
	TAXA DE PROMOÇÕES (MULHERES)	NÚMERO DE EFETIVOS PROMOVIDOS (MULHERES) X 100 / EFETIVO TOTAL FEMININO	%	1,36%	3,06%	5,22%	+2,16 pp





DOMÍNIO DE ANÁLISE	INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO		2016	2017	2018	
	TAXA DE PROMOÇÕES (HOMENS)	NÚMERO DE EFETIVOS PROMOVIDOS (HOMENS) X 100 / EFETIVO TOTAL MASCULINO	%	1,57%	4,32%	8,24%	+3,92 pp
ABSENTISMO	TAXA DE ABSENTISMO	NÚMERO DE DIAS DE FALTAS X 100 / NÚMERO ANUAL DE DIAS TRABALHÁVEIS * X NÚMERO TOTAL DE RECURSOS HUMANOS	%	5,71%	5,99%	5,92%	-0,07 pp
	TAXA DE ABSENTISMO (MULHERES)	NÚMERO DE DIAS DE FALTAS (MULHERES) X 100 / NÚMERO ANUAL DE DIAS TRABALHÁVEIS * X EFETIVO TOTAL FEMININO	%	12,64%	11,44%	11,91%	+0,47 pp
	TAXA DE ABSENTISMO (HOMENS)	NÚMERO DE DIAS DE FALTAS (HOMENS) X 100 / NÚMERO ANUAL DE DIAS TRABALHÁVEIS * X EFETIVO TOTAL MASCULINO	%	5,12%	5,51%	5,38%	-0,13 pp
ENCARGOS	REMUNERAÇÃO BASE MÉDIA ANUAL	TOTAL ENCARGOS REMUNERAÇÃO BASE / TOTAL DE RECURSOS HUMANOS	MOEDA	22.573,83 €	21.741,99 €	21.071,02 €	-670,97 €
	TAXA DE ENCARGOS SOCIAIS	TOTAL ENCARGOS PRESTAÇÕES SOCIAIS / TOTAL ENCARGOS REMUNERAÇÃO BASE X 100	%	5,24%	5,35%	5,96%	+0,61 pp
	LEQUE SALARIAL ILÍQUIDO	MAIOR REMUNERAÇÃO BASE ILÍQUIDA / MENOR REMUNERAÇÃO BASE ILÍQUIDA	VALOR	11,05	10,52	10,10	-0,42
FORMAÇÃO	TAXA DE PARTICIPAÇÃO EM AÇÕES DE FORMAÇÃO	NÚMERO DE RECURSOS HUMANOS ABRANGIDOS / EFETIVO TOTAL X 100	%	88,35%	88,85%	81,61%	-7,24 pp
	TAXA DE INVESTIMENTO EM FORMAÇÃO	TOTAL DA DESPESA EM AÇÕES DE FORMAÇÃO / TOTAL DE ENCARGOS COM PESSOAL X 100	%	0,36%	0,40%	0,65%	+0,25 pp
SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE	TAXA DE INCIDÊNCIA DE ACIDENTES NO LOCAL DE TRABALHO	NÚMERO DE ACIDENTES NO LOCAL DE TRABALHO X 100 / TOTAL DE RECURSOS HUMANOS	%	3,99%	3,43%	3,86%	+0,43 pp
	TAXA DE INCIDÊNCIA DE ACIDENTES NO LOCAL DE TRABALHO (MULHERES)	NÚMERO DE ACIDENTES NO LOCAL DE TRABALHO (MULHERES) X 100 / TOTAL DE RECURSOS HUMANOS	%	3,27%	1,29%	3,58%	+2,29 pp
	TAXA DE INCIDÊNCIA DE ACIDENTES NO LOCAL DE TRABALHO (HOMENS)	NÚMERO DE ACIDENTES NO LOCAL DE TRABALHO (HOMENS) X 100 / TOTAL DE RECURSOS HUMANOS	%	4,05%	3,61%	3,89%	+0,28 pp
	TAXA DE INCIDÊNCIA DE DOENÇAS PROFISSIONAIS	NÚMERO DE CASOS DE DOENÇAS PROFISSIONAIS X 100/TOTAL DE RECURSOS HUMANOS	%	0,31%	0,46%	0,50%	+0,04 pp
DISCIPLINA	TAXA DE GRAVIDADE DISCIPLINAR	TOTAL DE PENAS APLICADAS X 100 / TOTAL PROCESSOS DECIDIDOS	%	29,71%	50,00%	34,14%	-15,86 pp
	TAXA DE CELERIDADE DE AÇÃO DISCIPLINAR	TOTAL PROCESSOS DECIDIDOS X 100 / TOTAL PROCESSOS TRANSITADOS ANO ANTERIOR + TOTAL PROCESSOS INSTAURADOS NO ANO	%	40,69%	54,41%	23,41%	-31,00 pp

Nota:

\*Retirados os dias de férias. \*\*Se no serviço não for relevante a existência de diferentes horários pode ser tomado como referência o horário de 35 horas por semana.





# Capítulo VII

NOTA FINAL



## VI. AVALIAÇÃO FINAL

### 1. AVALIAÇÃO FINAL

#### 1.1.1. APRECIÇÃO QUALITATIVA E QUANTITATIVA DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

A Guarda Nacional Republicana é uma Instituição ímpar no quadro da administração pública Portuguesa. A sua longa história, intimamente ligada a momentos marcantes da sociedade portuguesa, as suas tradições, a sua dimensão e dispersão territorial, a sua ligação profunda às populações, a sua inserção no tecido social, a multiplicidade das suas atribuições e valências, a forma altamente prestigiante como tem representado o país nos cenários internacionais e, acima de tudo, a sua capacidade de adaptação aos novos tempos, às novas realidades sociais e aos novos desafios, tornam-na numa Instituição de referência, que desempenha um papel primordial no âmbito da segurança e da ordem e tranquilidade públicas em Portugal.

O ano de 2018 permitiu, mais uma vez, demonstrar a vitalidade e capacidade de adaptação da Guarda a um mundo em rápida mudança e evolução.

Com efeito, a Guarda foi capaz de cumprir a sua missão com total êxito, mantendo os níveis elevados de operacionalidade e, deste modo, respondendo de forma qualificada ao aumento de certos tipos de criminalidade grave e/ou com alto impacto social.

Proseguindo o trabalho realizado nos anos transatos, definiram-se objetivos claros, numa lógica de gestão moderna e num quadro de negociação e de responsabilização mútua, entre a Guarda e a Tutela. Em tal contexto, a Guarda submeteu e viu aprovadas por SE a Ministra da Administração Interna, as alterações que se impuseram realizar nos objetivos e metas contratualizadas, a grande maioria por se terem excedido as expetativas iniciais. Em face do QUAR e subsequente revisão aprovada, agora se sustenta o relatório de autoavaliação onde enquadraremos a apreciação qualitativa e quantitativa dos resultados alcançados e a menção de mérito proposta pelo dirigente máximo.

Com efeito, o QUAR da Guarda Nacional Republicana para 2018 contemplava 10 objetivos estratégicos (plenamente alinhados com a Estratégia da Guarda 2020), 20 objetivos operacionais com medição através de 45 indicadores, abarcando os principais eixos da sua missão e do seu funcionamento interno. Na definição dos referidos objetivos, pugnou-se por uma metodologia de rigor. Decidimos aproveitar a lógica e a dinâmica intrínsecas ao modelo de gestão por objetivos, para construir e negociar metas ambiciosas, na certeza de que, só assim, seria possível desenvolver capacidades em alinhamento com as demandas da sociedade e, também, modernizar a Instituição de modo mais rápido e consistente.

Sabíamos que não seria fácil atingir todas as metas, mas tínhamos a certeza de que, mais uma vez, a Instituição daria o seu melhor, e que as suas mulheres e os seus homens se entregariam de corpo e alma à nova filosofia de gestão e de avaliação da performance e do mérito.

Estávamos conscientes, também, que a grandeza e o amplo espectro das atribuições da Guarda não poderiam ser medidas, exclusivamente, em função dos objetivos constantes do QUAR.

E, por fim, estávamos convictos de que, em caso algum, deixaríamos de nos empenhar e dar todo o nosso melhor a uma área da missão ou a um Projeto só porque não constava do QUAR ou, ao contrário, canalizaríamos todo o nosso esforço e todos os nossos recursos para uma determinada área, em detrimento de outras vitais, só para podermos afirmar que foram cumprimos os objetivos traçados.

Neste momento, em que o dirigente máximo do Serviço avalia o trabalho desenvolvido ao longo de um ano e em consideração ao exposto, podemos afirmar que a Guarda cumpriu o que o país necessitou e satisfaz as expectativas, do essencial, das



populações que servimos. Foram melhorados os serviços e fez-se uma utilização criteriosa, profissional e adequada dos recursos. Sentimos que fomos eficientes, que fizemos mais com menos e existe bastante força anímica para enfrentar mais e novos desafios.

A avaliação global da Guarda em sede do QUAR é o reflexo da tenacidade evidenciada. No seguimento da atuação que nos tem caracterizado, demos passos sólidos e significativos via à futura prossecução dos nossos objetivos estratégicos, superámos totalmente as metas fixadas em sede de objetivos operacionais, com uma taxa de realização final global de 110 %, o que redundava na superação, em toda a linha, das metas dos parâmetros de avaliação de Eficácia, de Eficiência e de Qualidade.

Ponderados os fatores condicionantes referidos, podemos pois concluir que a Guarda ultrapassou na plenitude os resultados esperados, nomeadamente daqueles cuja concretização dependia exclusivamente da sua atuação ou da utilização de recursos humanos e materiais já disponíveis.

Além do desempenho nitidamente positivo, identificado em sede de autoavaliação, o presente Relatório espelha, claramente, toda uma atividade operacional e um esforço de melhoria qualitativa e de racionalização de estruturas e de procedimentos que, não podendo ser refletidos diretamente no QUAR, não podem deixar de ser devidamente ponderados na hora do balanço anual. Salientam-se aqui as várias Parcerias que integramos, os diversos Programas de policiamento comunitário que mantivemos, o número de ações operacionais que executamos, o número de autos que levantámos, quer por crimes quer por contraordenações, os impressionantes números da nossa atuação em matéria de proteção da natureza e do ambiente, proteção e socorro, investigação criminal, fiscal e aduaneira, vigilância e controlo costeiro e segurança rodoviária e ainda, o esforço da Guarda para o cumprimento dos desígnios da política externa portuguesa e da Política Comum de Segurança e Defesa da União Europeia, a multiplicidade de fóruns em que a Instituição se fez representar, a nível nacional e a nível internacional, a forma eficiente como foram geridos os, sempre escassos, recursos humanos, materiais e financeiros e o energia despendida no sentido de se encontrarem fontes de financiamento alternativas.

No cômputo, merece ainda destaque a adequada valoração de alguns fatores que, durante o ano de 2018, condicionaram a prossecução dos objetivos definidos. Falamos da necessidade de dar respostas a fenómenos criminais emergentes e inesperados, geradores de sentimentos de insegurança generalizados, o que evidencia notória capacidade e flexibilidade Institucional.

Nesta dinâmica, importa relevar o reconhecimento que a Guarda, no desempenho da sua nobre missão, tem merecido das mais diversas entidades com quem prava, quer a nível nacional, quer além fronteiras.

Se a nível nacional o reconhecimento tem sido manifestado pelos órgãos que a tutelam e pelos cidadãos em geral, a nível externo, a participação em diversos fóruns, nomeadamente de boas práticas, tem merecido o reparo elogioso dos seus parceiros internacionais.



### 1.1.2. MENÇÃO PROPOSTA PELO DIRIGENTE MÁXIMO DO SERVIÇO

Como foi possível verificar, a atuação da Guarda nos últimos anos, em particular em 2018, tem registado um grau assinalável de proficiência, expresso no elevado grau de superação dos objetivos operacionais que avaliam os parâmetros de avaliação de Eficácia, de Eficiência e de Qualidade.

Por tudo o referido, o Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana, nos termos do n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, face aos resultados atingidos no QUAR 2018, alvo de autoavaliação, face a toda a atividade desenvolvida à margem dos objetivos fixados e expressa no capítulo III do Relatório de Atividades da Guarda, bem como ainda pela manutenção dos níveis de excelência atingidos nos anos transatos, propõe a atribuição à Instituição, no ano de 2018, a menção de «BOM».

### 1.1.3. CONCLUSÕES PROSPETIVAS

Não obstante dos resultados francamente positivos atingidos na avaliação de 2018 e dos anos anteriores, a Guarda encontra-se já focalizada no futuro. Neste contexto, salientamos os principais desafios e objetivos para 2019-2020.

Nessa lógica, em alinhamento com a política e as orientações estratégicas superiormente definidas em matéria de segurança interna, consideramos que, em termos genéricos, a atuação da Guarda, deve continuar a privilegiar o combate aos fenómenos criminais mais relevantes e de maior impacto social, com vista ao aumento da segurança das populações.

O nosso intento é contribuir para a redução da sinistralidade rodoviária e consequências advenientes e garantir a manutenção da ordem e tranquilidade públicas, considerando como vetores fundamentais para tais desideratos, a prevenção dos ilícitos, a manutenção do esforço de valorização e qualificação dos seus recursos internos, nomeadamente os humanos, e de alargamento da disponibilidade e da utilização de novas tecnologias de informação e comunicação. Para tal, torna-se crucial a captação de fundos provenientes de cofinanciamento.

Estas são, neste momento, as principais preocupações do Comandante-Geral, na certeza de que se tratam de questões fundamentais para a prossecução dos objetivos traçados.

Visando atingir esta finalidade e no pressuposto da concretização das orientações plasmadas na Estratégia da Guarda, definimos as seguintes prioridades e medidas para o ano em curso, fundamentais para a melhoria sustentada do desempenho institucional, cujos efeitos impactantes se pretendem refletir a médio prazo:

- MELHORIA DA PERFORMANCE ORGANIZACIONAL, DA QUALIDADE E DO SERVIÇO POLICIAL PRESTADO À SOCIEDADE, assente nas seguintes premissas:
  - **Consolidação e melhoria contínua do sistema de Gestão Estratégica da Guarda**, promovendo um empenhamento Institucional na concretização da visão e controlo integrado das diferentes estratégias parcelares e objetivos fixados em articulação com os demais instrumentos de gestão previsionais e de prestação de contas institucionais;
  - **Reforço da capacidade de planeamento**, através da otimização de uma visão global e integrada dos diversos Comandos Funcionais;
  - **Revisão de regimes jurídicos estruturantes** (Lei Orgânica e Regulamento de Avaliação do Mérito dos militares da GNR);



- **Ajustamentos à Organização e Dispositivo**, por forma a garantir a implementação das medidas necessárias no âmbito da defesa da floresta contra incêndios, bem como de reforço da presença junto dos cidadãos, respondendo aos normativos legais em vigor;
  - **Foco no atendimento ao Cidadão**, mediante a implementação de dinâmicas de qualidade (regulação e uniformização do atendimento) e do reforço da formação e sensibilização dos militares afetos a tarefas de atendimento direto ao público;
  - **Qualidade, inovação e melhoria contínua dos serviços prestados ao Cidadão**, dando corpo ao compromisso firmado na Carta de Qualidade institucional, operacionalizando-o através da implementação de sistemas de gestão de qualidade e de dinâmicas e parcerias estratégicas de formação e boas práticas neste domínio;
  - **Promover maior eficiência na interoperabilidade institucional** com os restantes elementos do Sistema de Segurança Interna e das Forças Armadas;
  - **Estreitar ligações e potenciar sinergias no âmbito da segurança rodoviária**, com as entidades que concorrem para a sua promoção;
  - **Melhoria da capacidade de controlos ao nível ambiental**, nas vertentes da qualidade da água e do ar, apostando na monitorização regular e incisiva, determinante para a deteção de agentes poluidores e, por outro lado, para a garantia da validação da prova nas vertentes criminais, dissuadindo condutas de risco para a população, para a natureza e o ambiente;
  - **Otimização das infraestruturas e dos sistemas informáticos** de gestão operacional e de apoio à atividade operacional;
  - **Desenvolvimento de referenciais de competências** dos Comandantes de Posto, dos Guardas Patrulheiros e dos militares investigadores, em articulação com o reforço da formação neste domínio;
  - **Reestruturação do processo de receita**, através da criação de automatismos e interligações entre os vários sistemas em que o mesmo está assente, promovendo uma maior eficiência e celeridade na entrega de receita ao Estado e reduzindo o empenhamento de recursos;
  - **Alargamento da referência multibanco** a mais situações que exijam a realização de pagamentos, permitindo ao cidadão e às empresas uma maior comodidade nas interações com a GNR.
- **TECNOLOGIA AO SERVIÇO DA ATIVIDADE OPERACIONAL:**

Dirigir o esforço de inovação para a **interoperabilidade tecnológica** entre os sistemas de informação (operacionais, de gestão e de apoio) e entre salas de situação, realizando o levantamento dos processos-chave fundamentais para a pretendida transformação organizacional, que possibilite suprimir redundâncias ao mesmo tempo que incrementa a qualidade de gestão e garante uma perspetiva agregada da performance institucional.

A interoperabilidade dos sistemas informáticos numa plataforma única constitui o projeto fundamental para transformar a Guarda numa Instituição de vanguarda, quer no domínio tecnológico, como também na atuação diária junto das populações. Para o efeito pretende-se dar continuidade aos trabalhos iniciados e garantir o cumprimento da candidatura a fundos comunitários em concurso.
  - **POTENCIAR O RELACIONAMENTO DA GUARDA COM O CIDADÃO:**

**Reforço da proximidade com o Cidadão**, dinamizando, por um lado, os tradicionais Programas Especiais de Prevenção e Policiamento Comunitário através de parcerias locais, e por outro, através da disponibilização de serviços de carácter inovador que fomentam e potenciam a interação da Guarda com o Cidadão e com a Sociedade, numa clara aposta da tecnologia ao serviço da atividade Operacional.
  - **EDIFICAÇÃO E MELHORIA DAS CAPACIDADES OPERACIONAIS** - assente nas seguintes premissas:
    - **Melhorar o Sistema de Informações da Guarda (SIG)** – através da implementação de um sistema que se fundamente no ciclo de produção de Informações doutrinário e respetivos princípios de funcionamento, apoiado



numa cultura de partilha de informação assente em relações de confiança, na agilização de uma rede de contactos, canais e fluxos de informação, na reengenharia de processos e na articulação e integração dos diversos modos de pesquisa de notícias.

A melhoria do SIG constitui um importante passo para unificar as informações, incrementando a capacidade de processar informação corrente em tempo real, útil para o processo de tomada de decisão operacional.

- **Desenvolvimento do Centro de Informações da Guarda**, como ponto central, com especial ênfase para edificação da capacidade de OSINT.
- **Proteção das infraestruturas críticas**, atendendo à pertinência e atualidade da proteção das Infraestruturas Críticas (ICs), é urgente continuar a desenvolver e aprofundar a organização, os processos, os procedimentos e os sistemas necessários à oportuna tomada de decisão que permitam a GNR adquirir uma maior capacidade de intervenção ao nível da segurança e resiliência das IC, alinhadas com o futuro Programa Europeu de Proteção de Infraestruturas Críticas (PEPIC), suportada numa abordagem transversal dos riscos a que essas infraestruturas possam estar expostas.
- **Incrementar a eficiência, eficácia, usabilidade e interoperabilidade do Sistema Integrado de Informações Operacionais de Polícia (SIOP)**, que no contexto das políticas de racionalização e modernização importa garantir a sua contínua evolução, tornando a plataforma mais ergonómica para a forma como o trabalho é desenvolvido pelos militares no terreno e proporcionar a interoperabilidade com os restantes sistemas, designadamente os de gestão de recursos internos.
- **Consolidação do sistema SIVICC**, considerados os desígnios nacionais e europeus, em que a Guarda manterá o esforço na operação e consolidação deste sistema, através do reforço de meios operacionais, da sua integração e interoperabilidade com o SIVE Espanhol e com o EUROSUR, para assegurar a partilha de informação em tempo real.

Perspetiva-se a ampliação das potencialidades do SIVICC, com a sua implementação na Região Autónoma da Madeira e preparando a sua introdução nos Açores, proporcionando o aumento dos níveis de segurança interna a nível nacional e ao nível da UE, através da atualização das diversas componentes do sistema, com o objetivo de fazer face às ameaças emergentes e promover a dissuasão da utilização da fronteira nacional, como plataforma de atividades ilícitas;

Pretende-se ainda, incrementar as capacidades operacionais, tecnológicas e de apoio operacional do SIVICC e do NCC EUROSUR, procurando assegurar os meios necessários para que, em tempo real, os atores envolvidos na vigilância das fronteiras possam cooperar e trocar informação entre si, através de Conhecimento Situacional único e integrado e da visualização de uma Common Operational Picture (COP).

- **Otimizar a capacidade de coordenação da investigação criminal**, visando o aumento capacidade de resposta da Guarda na investigação criminal, proceder à recolha de prova, determinar os seus agentes, sua responsabilidade e efetuar as consequentes detenções em cumprimento dos objetivos gerais de política criminal.
- **Incrementar o apoio técnico em matéria de investigação criminal às Unidades**, com vista à melhoria da condução deste tipo de atividades, através da difusão de normas técnicas, do incremento do tratamento de informação criminal, do acompanhamento da evolução da criminalidade e do surgimento de novas táticas e técnicas aplicáveis à investigação criminal.
- **Consolidação das capacidades de Cibersegurança** e contribuir de forma decisiva para o reforço da «Cidadania Digital», tornando o ciberespaço um ambiente mais livre, seguro e de desenvolvimento societário a Guarda, designadamente capacidades nos domínios da segurança da informação e ciberinteligência.

Estas capacidades visam prevenir, prever e reprimir, de forma cada vez mais eficaz, as atividades criminais que decorrentes de atos preparatórios com origem no ciberespaço ou aquelas que põem em risco a segurança de Informação das infraestruturas críticas nacionais, assim como a desenvolver a capacidade de recolha de informações (intelligence), nomeadamente através de metadados. Permitem ainda apoiar internamente o desenvolvimento da atividade operacional da Guarda, em especial na área das informações, da investigação criminal e das operações.

- **Consolidação do sistema de comando e controlo operacional** através de planos de formação comuns ao CCCO e às Salas de Situação. Em paridade diversificar as fontes de informação disponíveis no sistema.





- **Incrementar a atuação da Guarda no sector das atividades de segurança privada**, desenvolvendo uma estrutura técnica e de coordenação, centrada na implementação de procedimentos e no estabelecimento de modelos e técnicas de fiscalização do setor da segurança privada e de entidades sujeitas a medidas especiais de segurança.
  - **Otimização e suporte das redes de comunicações** que, considerando a premissa de a RNSI assegurar a malha digital de suporte a todos os recursos da Guarda, envolvendo as comunicações de voz, dados e vídeo convergentes, será proporcionada através da renovação, atualização dos seus terminais e nós de comutação, bem como da maximização da sua disponibilidade, através da melhoria da robustez, segurança e mitigação das redundâncias dos seus nós.
  - **Melhoria da integração das fontes de informação**, abrangendo a disponibilidade de teleserviços de videoconferência, de videovigilância e multimédia, otimizando os fluxos deste tipo de informação, quer a nível dos centros de decisão da Guarda quer incrementando a capacidade dos sistemas de processamento, quer criando sinergias com outros sistemas do MAI.
- **GESTÃO DO CONHECIMENTO, QUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS:**

Visando consolidar o conhecimento e doutrina institucional e capacitar os militares para o exigente exercício de funções, assume-se a prioridade de garantir a **criação da área científica dos Estudos de Segurança Interna e dos fenómenos criminais**, que de forma integral e integrada cubra o espectro de atuação da Guarda bem como constitua a base dos projetos de investigação no Instituto Universitário Militar.

No domínio da qualificação dos recursos humanos, a Guarda manterá o empenhamento na formação garantindo que parte muito significativa dos seus recursos humanos beneficie de ações de formação que possibilitem melhorar a sua performance ao mesmo tempo que lhes confere uma maior valorização profissional e pessoal.

Com o desiderato de melhorar o sistema de formação da Guarda serão desenvolvidas em 2019 um conjunto de iniciativas estruturais tendentes a implementar e alterar o paradigma de ensino e formação. Entre essas medidas destaca-se a **conceção e implementação do «Modelo da Gestão da Formação por Competências»** (através da criação de referenciais de competências), a programação do **«Sistema de Gestão da Qualidade»** e, ainda, a **«Acreditação do Sistema de Formação da GNR»**. Em complemento prevê-se ainda a constituição do **«Centro de Lições Aprendidas da Guarda»**.

No campo da inovação tecnológica ao serviço da formação, para além da continuidade da desmaterialização do processo de gestão da formação através do SIGForm, em 2019 será equacionada a **implementação de um sistema e-learning mais abrangente**, aproveitando e potenciando a utilização dos equipamentos e redes móveis facilitadores da interação da entidade formadora (Escola da Guarda e Unidades Especializadas), dos docentes e os discentes. Por fim, tenciona-se desenvolver a implementação de um portal da formação (plataforma de Learning Management System - LMS).

- **REFORÇAR A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL:**

De facto, no quadro das suas atribuições e competências, a **FRONTEX** tem solicitado, às forças e serviços de segurança de diversos países europeus, um **contributo operacional para assegurar a proteção da fronteira externa da UE**, com o propósito de limitar as ameaças e riscos à segurança, cada vez mais globais, decorrentes de uma criminalidade transnacional, combatendo direta ou indiretamente o tráfico de seres humanos, imigração ilegal e o terrorismo, determinado, em grande parte, pelo agravamento da crise migratória que tem assolado a Europa com origem no Norte de África, na região do Sahel e no Médio Oriente.

Concomitantemente, e decorrente das responsabilidades acrescidas da Agência, previstas no seu Regulamento, **será reforçado o combate à criminalidade transfronteiriça**, nomeadamente na costa Atlântica portuguesa, no qual se pretende que a Guarda seja considerado um ator de relevo.

Neste contexto, encontra-se em processo de revisão o Regulamento FRONTEX que passará a integrar, apenas num documento, também o Regulamento EUROSUR, onde, entre outras nuances, a Comissão Europeia, propõe criação, até 2020, de **um corpo permanente de 10.000 efetivos, para o qual a Guarda pretende contribuir com a sua quota parte nacional**.

O esforço na prossecução de um espaço europeu mais seguro, reflete-se também na tentativa de **pacificação da região do Sahel**, através da participação da Guarda no Projeto GAR-SI Sahel, com o qual se pretende a capacitação



das Forças de Segurança dos Estados do Burkina Faso, Chade, Mauritânia, Mali, Níger e Senegal e, dessa forma, reforçar a Autoridade de cada Estado.

Aproveitando o potencial das várias **Organizações e Consórcios onde a Guarda tem assento**, procurar-se-á promover e dinamizar as ações inerentes a cada Fórum, aproveitando as sinergias existentes, em prol de uma estratégia integrada de prevenção internacional, prevenindo e mitigando os efeitos da globalização das ameaças e contribuindo para a defesa dos interesses permanentes de Portugal. A **CPLP**, a **EUROGENDFOR**, a Associação **FIEP**, a **IBERPOL** e o **EUPCST**, permitem à Guarda alavancar e projetar as suas ações nos cinco Continentes, seja por iniciativa própria ou por solicitação da Tutela.

A **colocação de oficiais nas estruturas de decisão das principais Organizações Internacionais**, como a **UE** e a **ONU**, bem como nas organizações internacionais policiais, como a **EUROPOL** e a **INTERPOL**, é uma ambição que a Guarda prossegue, dando continuidade ao trabalho realizado até ao momento.

O reforço da **participação em missões internacionais** sob a égide da **UE**, da **ONU**, da **NATO**, **OSCE** e outras ad-hoc, será uma forma de aproveitar o amplo espectro de capacidades distintivas da Guarda que lhe permitem o cumprimento de missões civis e militares e consequente projeção para todos os cenários de gestão civil de crises, quer com unidades de polícia constituídas, quer com equipas especializadas.

- OTIMIZAR A CAPTAÇÃO DE COFINANCIAMENTO:

A implementação das medidas de capacitação e transformação organizacional assumidas como prioridades na Estratégia da Guarda, carecem de instrumentos capazes de as tornar uma realidade. Nesse sentido, as linhas de financiamento que a GNR irá obter (fundos europeus estruturais e de investimento e fundos específicos) centram-se no reforço da vigilância marítima nacional e no controlo das fronteiras externas da União Europeia. De facto, em 2019, a GNR irá desenvolver novas capacidades operacionais (através da aquisição de embarcações tipo Coastal Patrol Boat e Coastal Patrol Vessel) bem como renovar o sistema SIVICC no Continente e expandi-lo à Região Autónoma da Madeira, cumprindo assim com as várias recomendações da avaliação Schengen e da avaliação de vulnerabilidades.

Paralelamente, continuaremos empenhados na progressiva implementação do ciclo de gestão e do novo modelo de avaliação, baseado no SIADAP e adaptado à especificidade das Forças e Serviços de Segurança. Da implementação deste plano resultará, certamente, uma organização mais eficiente, alinhada estrategicamente com a visão e os objetivos institucionais e capaz de responder positivamente aos novos desafios, de transformar as ameaças em oportunidades e de superar as suas próprias vulnerabilidades, a bem do país e da segurança de todos os cidadãos que a Guarda serve.

Por fim, decorrido mais de uma década após a implementação da atual estrutura orgânica, concretizado o balanço e reflexão relativamente ao novo modelo de funcionamento, entendemos ser hora de proceder aos adequados ajustamentos e correções, rumo a uma Guarda ainda mais operacional e eficiente, determinada a prestar um serviço de qualidade à segurança dos Portugueses e em contribuir para a segurança do espaço Europeu em que nos inserimos e, em última análise, para um mundo mais seguro, justo e livre.

Lisboa, Quartel do Carmo, 15 de abril de 2019

Tenente-General Luís Francisco Botelho Miguel | **COMANDANTE-GERAL**







# Capítulo VIII

ANEXOS





# Anexo 1

## AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

ORIENTAÇÃO TÉCNICA DO CCAS, DE 12 DE JANEIRO DE 2009



- PÁGINA EM BRANCO -





ANEXO 2 – ORIENTAÇÃO TÉCNICA DO CCAS, DE 12 DE JANEIRO DE 2009	S	N	PARCIAL	OBS.
<b>AMBIENTE DE CONTROLO:</b>				
VALORIZAÇÃO DE VALORES ÉTICOS E DE INTEGRIDADE	X			
CONTROLOS FINANCEIROS EFETIVOS	X			
INCENTIVOS AO DESENVOLVIMENTO DE BOAS PRÁTICAS	X			
CONTACTOS REGULARES ENTRE A DIREÇÃO E OS DIRIGENTES DAS UNIDADES ORGÂNICAS	X			
EXISTÊNCIA OU NÃO DE CONTROLOS EXTERNOS E/OU DE FISCAL ÚNICO.	X			
<b>ESTRUTURA ORGANIZACIONAL:</b>				
OBEDECE ÀS REGRAS DEFINIDAS LEGALMENTE;	X			
RESponde satisfatoriamente à evolução da atividade do serviço;	X			
SÃO RECONHECIDAS AS RESPONSABILIDADES, AUTORIDADE E DELEGAÇÃO NO SEIO DO SERVIÇO;	X			
O PESSOAL DO SERVIÇO É AVALIADO DE ACORDO COM O SIADAP;			X	APENAS FUNCIONÁRIOS CIVIS MILITARES: INEXISTÊNCIA DE ADAPTAÇÃO DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO MÉRITO DOS MILITARES DA GNR AO SIADAP
EXISTE UMA POLÍTICA DE FORMAÇÃO DO PESSOAL QUE GARANTA A ADEQUAÇÃO DO MESMO ÀS FUNÇÕES E COMPLEXIDADE DAS TAREFAS.	X			
<b>ATIVIDADES E PROCEDIMENTOS DE CONTROLO ADMINISTRATIVO IMPLEMENTADOS NO SERVIÇO:</b>				
O DIPLOMA ORGÂNICO ENCONTRA-SE INTEGRALMENTE REGULAMENTADO;	X			
SÃO RECONHECIDOS E FORMALIZADOS OS FLUXOS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO INTERSECTIVOS;	X			
POSSUI MANUAL DE CONTROLO INTERNO E/OU DE CONTABILIDADE;			X	SUBSTITUÍDAS POR NORMAS DE EXECUÇÃO PERMANENTE (NEP), CIRCULARES E DIRETIVAS
A COMPETÊNCIA PARA AUTORIZAÇÃO DA DESPESA ESTÁ CLARAMENTE DEFINIDA;	X			
ESTÁ IMPLEMENTADO UM SISTEMA DE ROTAÇÃO DE FUNÇÕES ENTRE OS TRABALHADORES;			X	CARGOS DIREÇÃO, COMANDO E CHEFIA: DETERMINADAS EM FUNÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DOS POSTOS; RESTANTES SITUAÇÕES: POLIVALÊNCIA DE FUNÇÕES.
AS RESPONSABILIDADES FUNCIONAIS PELA REALIZAÇÃO DAS DIFERENTES TAREFAS, CONFERÊNCIAS E CONTROLOS ESTÃO CLARAMENTE DEFINIDAS;	X			
OS CIRCUITOS DOS DOCUMENTOS ESTÃO CLARAMENTE DEFINIDOS.	X			
<b>FIABILIDADE DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO:</b>				
O NÍVEL DE ABRANGÊNCIA E INTEGRAÇÃO DAS DIFERENTES APLICAÇÕES;			X	ESPECIFICIDADES E COMPLEXIDADE DO SERVIÇO OPERACIONAL E DE APOIO OPERACIONAL DIFICULTAM INTEGRAÇÃO; EXISTE INTEGRAÇÃO AO NÍVEL DOS DIVERSOS ERP.
OS MECANISMOS QUE GARANTEM A FIABILIDADE, OPORTUNIDADE E UTILIDADE DOS OUTPUTS DOS SISTEMAS;			X	DETERMINADA PELA INEXISTÊNCIA DE UM ERP ÚNICO.
A INFORMAÇÃO PRODUZIDA E UTILIZADA NOS PROCESSOS DE DECISÃO;	X			
SÃO IDENTIFICADOS OS REQUISITOS DE SEGURANÇA PARA ACESSO DE TERCEIROS A INFORMAÇÃO OU ATIVOS DO SERVIÇO;	X			
ESTÁ SALVAGUARDADA A INFORMAÇÃO DOS COMPUTADORES DE REDE;	X			
GARANTE-SE A SEGURANÇA NA TROCA DE INFORMAÇÕES E SOFTWARE.	X			





# Anexo 2

## PROCEDIMENTOS AQUISITIVOS REALIZADOS

DECRETO-LEI N.º 18/2008, DE 29 DE JANEIRO  
REPUBLICADO PELO DECRETO-LEI N.º 111-B/2017, DE 31 DE AGOSTO.



TIPOLOGIA/N.º	DESCRIÇÃO	VALOR ADJUDICADO C/ IVA (EM EUROS)
<b>AJUSTE DIRETO</b>		
AD N.º 01/DRL/DA/2017	AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE ALCOOLÍMETROS DRAGER	52.435,39 €
AD N.º 02/DRL/DA/2017	AQUISIÇÃO SERVIÇO MANUTENÇÃO DO SISTEMA BACKOFFICE PARA O ANO DE 2018	57.068,05 €
AD N.º 03/DRL/DA/2017	MANUTENÇÃO DE BALANÇAS GIROPÉS BPR P/TRIÉNIO 2017/2019	14.206,56 €
AD N.º 03/DRL/DA/2018	LOCAÇÃO EQ. DE CÓPIA E IMPRESSÃO PARA O 2º TRIMESTRE	166.055,92 €
AD N.º 04/DRL/DA/2017	MANUTENÇÃO DE BALANÇAS CAPTELS ORA10 P/TRIÉNIO 2017/2019	56.826,00 €
AD N.º 06/DRL/DA/2018	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO SIIOP PARA O ANO DE 2018	121.155,02 €
AD N.º 08/DRL/DA/2018	AQUISIÇÃO DE SOBRESSALENTES PARA MANUTENÇÃO CINEMOMETROS PETARDS PROVIDA 2000	19.282,34 €
AD N.º 09/DRL/DA/2018	AQ. MANUTENÇÃO DE RADARES DE FISCALIZAÇÃO DE TRANSITO	145.260,54 €
AD N.º 10/DRL/DA/2018	AQUISIÇÃO DE 4 SOLUÇÕES FORENSES PARA ANALISE E EXTRAÇÃO MOBILE	47.478,00 €
AD N.º 13/DRL/DA/2018	AQ. LOCAÇÃO DE CÓPIA IMPRESSÃO 3º TRIMESTRE	166.055,87 €
AD N.º 14/DRL/DA/2017	AQUISIÇÃO DE CAMISAS SERVIÇO, SAIAS	42.019,26 €
AD N.º 14/DRL/DA/2018	AQUISIÇÃO COMPONENTES MANUTENÇÃO RÁDIOS PORTÁTEIS SEPURA	44.762,16 €
AD N.º 15/DRL/DA/2018	AQUISIÇÃO SERVIÇO MÓVEL TERRESTRE	21.428,68 €
AD N.º 16/DRL/DA/2018	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO SIIOP	184.038,75 €
AD N.º 18/DRL/DA/2016	AQUISIÇÃO SERVIÇO MANUTENÇÃO DO SISTEMA GESTÃO DA RECEITA DA GNR - 2016 A 2018	40.857,96 €
AD N.º 18/DRL/DA/2018	AQ. LOCAÇÃO DE CÓPIA IMPRESSÃO OUT18	55.351,96 €
AD N.º 19/DRL/DA/2017	AQUISIÇÃO SOBRESSALENTES MANUTENÇÃO METRALHADORA FN HERSATL	25.745,99 €
AD N.º 19/DRL/DA/2018	AQUISIÇÃO DE PEÇAS MANUTENÇÃO DE ALCOOLÍMETROS SD400	9.630,90 €
AD N.º 21/DRL/DA/2018	SUBSTITUIÇÃO DA COBERTURA DA CASERNA NO CFFF	151.020,84 €
AD N.º 22/DRL/DA/2018	AQ. LOCAÇÃO DE CÓPIA IMPRESSÃO NOV18	67.231,80 €
AD N.º 23/DRL/DA/2018	TRANSFORMAÇÃO DE VEICULO COMANDO COE	8.929,80 €
<b>TOTAL</b>		<b>1.496.841,79 €</b>
<b>CONTRATAÇÃO EXCLUÍDA</b>		
CEXCC N.º 01/DRL/DA/2017	CARTÕES DA ADMG 2017	819,58 €
CEXCC N.º 01/DRL/DA/2018	VERIFICAÇÃO METROLOGICA ANUAL DE BALANÇAS DE FISCALIZAÇÃO RODOVIÁRIA	8.306,51 €
CEXCC N.º 02/DRL/DA/2018	VERIFICAÇÃO METROLOGICA ANUAL DE ALCOOLIMETROS E CINEMÓMETROS	173.524,87 €
CEXCC N.º 07/DRL/DA/2017	VERIFICAÇÃO METROLOGICA DE BALANÇAS	196,60 €
CEXCC N.º 03/DRL/DA/2018	CARTÕES DA ADMG 2018	9.471,18 €
CEXCC N.º 04/DRL/DA/2018	LICENCIAMENTO GERFIP2018	241.572,00 €
CEXCC N.º 05/DRL/DA/2018	VERIFICAÇÃO ANUAL PERIODICA DE SONOMETROS	3.453,11 €
CEXCC N.º 06/DRL/DA/2018	SERVIÇO DE TRANSPORTES CP	336.730,55 €
CEXCC N.º 07/DRL/DA/2018	PUBLICIDADE OBRIGATÓRIA	10.654,28 €
<b>TOTAL</b>		<b>784.728,68 €</b>
<b>PROCEDIMENTOS DSUMC-MAI</b>		
PROC. DSUMC31	AQUISIÇÃO DE FARDAMENTO EPI POSEUR - RCM N.º 11-A/2018	548.367,00 €



TIPOLOGIA/N.º	DESCRIÇÃO	VALOR ADJUDICADO C/ IVA (EM EUROS)
PROC. DSUMC32	AQUISIÇÃO FARDAMENTO CARREIRA FLORESTAL SEPNA - RCM N.º 11-A/2018 5M-1,7	323.929,73 €
PROC. 10-DSUMC/15	MANUT. SIST. INTEGRADO DE GESTÃO RECURSOS INTERNOS (SIGRI) JAN E JUL2018	266.261,38 €
PROC. DSUMC10	MANUT. SIST. INTEGRADO DE GESTÃO RECURSOS INTERNOS (SIGRI) AGO A NOV2018	152.149,08 €
PROC. DSUMC10	MANUT. SIST. INTEGRADO DE GESTÃO RECURSOS INTERNOS (SIGRI) DEC2018	38.037,34 €
PROC. UMC131	CONSTRUÇÃO DOS CANIS DO GIC/UI NA ESCOLA DA GUARDA	74.819,21 €
PROCED. N.º 92	EMPREITADA DE REMODELAÇÃO EDIFÍCIO PARA O GIPS NA PONTINHA	503.803,43 €
PROC. UMC76/15	REMODELAÇÃO DA CASERNA DO GIPS NA PONTINHA	79.278,88 €
PROC. DSUMC	AQUISIÇÃO DE KITS MANUTENÇÃO MÓVEL FFSI IV CP-V-017/01/17	203.595,00 €
PROC. DSUMC	AQUISIÇÃO DE SISTEMA TRANSPORTE DE EMBARCAÇÕES FFSI IV CP-V-017/01/17	251.430,61 €
PROC. DSUMC	AQUISIÇÃO DE 8 MOTO-QUATRO PARA A UCC	109.579,59 €
PROC. DSUMC	AQUISIÇÃO DE 3 VIATURAS DESCARACTERIZADAS ICRIMINAL FFSI VIII CP-V-017/01/17	66.523,59 €
PROC. DSUMC	AQUISIÇÃO DE 6 VIATURAS TT FFSI IV CP-V-019/01/17	200.367,00 €
PROC. DSUMC	AQUISIÇÃO DE 8 VIATURAS PARA O GIPS FPOSEUR CP-V-019/01/17	528.506,40 €
PROC. DSUMC	AQUISIÇÃO DE 2 VIATURAS 4X4 BINOMIOS FFSI II CP-V-019/01/17	117.809,40 €
PROC. DSUMC	AQUISIÇÃO DE CONJUNTO DE JATOS PARA LVI FFSI XII PROCED. 156/DSUMC/16	222.002,70 €
PROC. DSUMC	AQUISIÇÃO DE SOFTWARE OSINT CI GNR - FFSI VII PROC.128/DSUMC/17	333.550,17 €

**TOTAL 4.020.010,51 €**

**CONCURSOS PÚBLICOS**

CP N.º	AQUISIÇÃO DE CAMISOLAS INTERIORES PRETAS	17.220,00 €
10/DRL/DA/2017		
CP N.º	AQUISIÇÃO DE UNIFORME DE PATRULHA CICLO	4.956,90 €
01/DRL/DA/2017		
CP N.º	AQUISIÇÃO DE POLOS DE PATRULHA	657,62 €
03/DRL/DA/2017		
CP N.º	AQUISIÇÃO DE TERMINAIS DE COMUNICAÇÃO SATÉLITE	86.098,77 €
06/DRL/DA/2018		
CP N.º	AQUISIÇÃO DE CAMISAS	14.846,10 €
07/DRL/DA/2017		
CP N.º	AQUISIÇÃO CAPACETES INTEGRAIS ABERTURA FRONTAL MOTOCICLISTAS PAC 2018	125.460,00 €
07/DRL/DA/2018		
CP N.º	AQUISIÇÃO DE BOTAS	53.751,00 €
08/DRL/DA/2017		
CP N.º	AQUISIÇÃO DE CONDECORAÇÕES- MEDALHAS - PAC 2018	50.553,00 €
08/DRL/DA/2018		
CP N.º	AQUISIÇÃO DE FATOS PARA MOTOCICLISTA	67.994,40 €
12/DRL/DA/2017		
CP N.º	AQUISIÇÃO DE FARDAMENTO E EQUIPAMENTO IND. PARA O GIPS	94.380,98 €
13/DRL/DA/2018		
CP N.º	AQUISIÇÃO FARDAMENTO PARA OS ALISTADOS (CFG) - RCM N.º 11-A/2018 5M-1,7	858.497,57 €
14/DRL/DA/2018		
CP N.º	AQUISIÇÃO DE ARMAS/SERVIÇO E CARCELAS	3.487,06 €
15/DRL/DA/2017		
CP N.º	AQUISIÇÃO DE ESPADAS - PAC2018	37.176,75 €
16/DRL/DA/2018		
CP N.º	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CARATERIZAÇÃO NÍVEL 2 PARA VIATURAS	9.163,50 €
21/DRL/DA/2018		
CP N.º	REPAVIMENTAÇÃO DE PARADA E ARRUAMENTOS NO CT BRAGANÇA	89.701,75 €
25/DRL/DA/2018		
CP N.º	SERVIÇO DE LIMPEZA DAS CAVALARIÇAS LOTE N.º 1	15.347,33 €
26/DRL/DA/2018		
CP N.º	AQ. DE CAPACIDADE STORAGE E BACKUP NO AMBITO PROJETO SAMA	135.340,59 €
27/DRL/DA/2018		
CP N.º	AQUISIÇÃO PROJETO DE ESPECIALIZAÇÃO PARA EMPREITADA	7.990,08 €
28/DRL/DA/2018		
CP N.º	AQUISIÇÃO DE BOQUILHAS PARA APARELHOS MEDIÇÃO DE ÁLCOOL NO SANGUE	61.500,00 €
31/DRL/DA/2018		



TIPOLOGIA/N.º	DESCRIÇÃO	VALOR ADJUDICADO C/ IVA (EM EUROS)
CP N.º 33/DRL/DA/2017	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE TRÊS LASERS RANGEFINDER LRF	166.050,00 €
CP N.º 33/DRL/DA/2018	AQUISIÇÃO ARTIGOS FARDAMENTO PARA ALUNOS DA ACADEMIA MILITAR/GNR	98.797,66 €
CP N.º 34/DRL/DA/2018	AQUISIÇÃO DE CINEMÓMETRO POR EFEITO DE DOPPLER	70.725,00 €
CP N.º 35/DRL/DA/2018	AQUISIÇÃO DE SERVIÇO PROJETO EMPREITADA REMODELAÇÃO PT PENICHE	2.386,20 €
CP N.º 36/DRL/DA/2018	MATERIAL DE CARATERIZAÇÃO DE VIATURAS NÍVEL 2	4.532,40 €
<b>TOTAL</b>		<b>2.076.614,66 €</b>
<b>CONSULTA PRÉVIA</b>		
CPREV N.º 01/DRL/DA/2018	REMODELAÇÃO EDIFÍCIO PARA ALOJAMENTO CURSO ESCOLA DA GUARDA EM QUELUZ	171.878,98 €
CPREV N.º 02/DRL/DA/2018	AQUISIÇÃO DOLMANS DE GRANDE UNIFORME/BONÉS, CALÇAS/CAMISAS DE INSTRUÇÃO PARA O CFG	44.701,28 €
CPREV N.º 05/DRL/DA/2018	AQUISIÇÃO DE DIVERSO MOBILIÁRIO DE AQUARTELAMENTO FORA DO AQ PARA A EG	13.353,25 €
CPREV N.º 06/DRL/DA/2018	AQUISIÇÃO DE SOBRESSALENTES TERMINAIS RÁDIOS SEPURA STP 8038	21.769,16 €
CPREV N.º 07 /DRL/DA/2018	CONTRATO PREST.SERV. EXP. MANUTENÇÃO DOS POSTOS TRANSF.INSTALAÇÕES GNR	29.766,00 €
CPREV N.º 09/DRL/DA/2018	SUBSTITUIÇÃO DE COBERTURAS EM EDIFÍCIOS NO QUARTEL DA PONTINHA	145.632,00 €
CPREV N.º 10/DRL/DA/2018	AQUISIÇÃO DE 2 SOLUÇÕES FORENSES (ENCASE) PARA ANÁLISE DE DADOS INFORMÁTICOS	8.078,89 €
CPREV N.º 14/DRL/DA/2018	AQUISIÇÃO DE ENVELOPES	21.955,25 €
<b>TOTAL</b>		<b>2.076.614,66 €</b>
<b>ACORDO QUADRO</b>		
AQ N.º 02/DRL/DA/16	ATUALIZAÇÃO VALOR DO CONTRATO 2017 LIMPEZA	874,28 €
AQ N.º 03/DRL/DA/2018	MANUT. LICENCIAMENTO ASSISTENCIA TÉCNICA FILEDOC (10 MESES)	53.136,00 €
AQ N.º 04/DRL/DA/2018	AQUISIÇÃO DE SERVIDORES NO ÂMBITO DO PROJETO SAMA	106.303,92 €
AQ N.º 05/DRL/DA/2018	AQ. SOFTWARE VIRTUALIZAÇÃO NO ÂMBITO DO PROJETO TRANSFORMAÇÃO DIGITAL (SAMA 2020)	9.286,48 €
AQ N.º 07/DRL/DA/2017	AQUISIÇÃO DE QUADRO DIDAX	136,69 €
AQ N.º 07/DRL/DA/2018	RENOVAÇÃO DAS ESTAÇÕES DE TRABALHO - MOBILIÁRIO DIVERSO SIVICC	19.197,59 €
AQ N.º 08/DRL/DA/2018	AQUISIÇÃO DE INCREMENTOS CAPACIDADE BACKUP PARA A SALA DO CG	70.103,85 €
AQ N.º 09/DRL/DA/2018	AQUISIÇÃO DE INCREMENTOS CAPACIDADE DE PROCESSAMENTO PARA A SALA DO CG	68.816,95 €
<b>TOTAL</b>		<b>327.855,76 €</b>
<b>AJUSTE DIRETO SIMPLIFICADO</b>		
ADS N.º 00/DRLD/DA/2018	LEGALIZAÇÃO DE VEÍCULOS	6.321,73 €
ADS N.º 07/DRL/DA/2018	ALIENAÇÃO DE VEÍCULOS EM FIM DE VIDA	833,00 €
ADS N.º 08/DRL/DA/2018	AQUISIÇÃO DE CILINDROS DE ETANOL 1101 260PPM	3.412,22 €
ADS N.º 10/DRL/DA/2018	AQUISIÇÃO SOBRESSALENTES PARA MANUTENÇÃO DAS ESPINGARDAS AUTOMÁTICAS HK-G3	2.570,70 €
ADS N.º 13/DRL/DA/2018	AQUISIÇÃO DE UMA ESTAÇÃO DE SOLDADURA	244,00 €
ADS N.º 16/DRL/DA/2018	AQUISIÇÃO DE FITA SINALIZADORA M/GNR	5.683,60 €
ADS N.º 20/DRL/DA/2018	AQUISIÇÃO DE CONDECORAÇÃO - MEDALHA UI	351,78 €
ADS N.º 21/DRL/DA/2018	AQUISIÇÃO DO SERVIÇO DE CARATERIZAÇÃO DE QUATRO VEÍCULOS FSI	1.960,62 €
ADS N.º 22/DRL/DA/2018	SERVIÇO DE CARREGAMENTO DE GARRAFAS DE ETANOL	1.136,34 €



TIPOLOGIA/N.º	DESCRIÇÃO	VALOR ADJUDICADO C/ IVA (EM EUROS)
ADS N.º 23/DRL/DA/2018	LIVRO DE CHEQUES	8,00 €
ADS N.º 27/DRL/DA/2018	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE SINALIZAÇÃO (LUMINOSA E ACUSTICA)	2.886,81 €
ADS N.º 28/DRL/DA/2018	AQUISIÇÃO SERVIÇO CARATERIZAÇÃO DE 80 VIATURAS GIPS	2.804,40 €
ADS N.º 30/DRL/DA/2018	AQUISIÇÃO IMPRESSOS CERTIFICADOS ISENÇÃO SEGURO	270,60 €
ADS N.º 31/DRL/DA/2018	AVALIAÇÃO DE IMÓVEL HOMOLOGAÇÃO VALOR DA RENDA	553,50 €
ADS N.º 33/DRL/DA/2018	AQUISIÇÃO DE SEGUROS VIGILANTES - + 8 ELEMENTOS	130,00 €
ADS N.º 37/DRL/DA/2018	AQUISIÇÃO DE BOOSTER PARA ARRANQUE DE VEÍCULO COM BATERIA DE 12 VOLT	367,52 €
ADS N.º 43/DRL/DA/2018	AQUISIÇÃO DE IDENTIFICADORES DE VIA VERDE	3.675,00 €
ADS N.º 47/DRL/DA/2018	PAGAMENTO DA DIVIDA À AUTORIDADE TRIBUTÁRIA	1.751,75 €
ADS N.º 49/DRL/DA/2018	LIVRO DE ACTAS	31,30 €
ADS N.º 50/DRL/DA/2018	AQ. LOCAÇÃO DE CÓPIA IMPRESSÃO (CÓPIAS A MAIS)	4.374,11 €
ADS N.º 51/DRL/DA/2018	AQUISIÇÃO DE IDENTIFICADORES DE VIA VERDE	73,50 €
ADS N.º 53/DRL/DA/2018	RENOVAÇÃO LICENÇA SOFTWARE PARA AVALIAÇÃO DE VEÍCULOS	1.309,95 €
ADS N.º 63/DRL/DA/2018	ALIENAÇÃO DE VEÍCULOS EM FIM DE VIDA	100,00 €
ADS N.º 65/DRL/DA/2018	AQUISIÇÃO DE CARIMBOS	104,75 €
ADS N.º 66/DRL/DA/2018	PAGAMENTO FATURA MEO2017	2.580,94 €
ADS N.º 67/DRL/DA/2018	AQUISIÇÃO SOBRESSELENTES MANUTENÇÃO DAS ESPINGARDAS CAÇADEIRAS FABARM "SDASS"	2.023,17 €
<b>TOTAL</b>		<b>45.559,29 €</b>
<b>CONCURSO PÚBLICO URGENTE</b>		
CPURG N.º 03/DRL/DA/2018	AQUISIÇÃO SEGURO DE VIGILANTES - OPERAÇÃO FLORESTA SEGURA 2018	29.628,30 €
<b>TOTAL</b>		<b>29.628,30 €</b>
<b>CONCURSO PÚBLICO VEÍCULOS - ESPAP</b>		
CP-V/ESPAP N.º 1	AQUISIÇÃO VIATURAS PARA O GIPS MITSUBISHI L200- RCM N.º 11-A/2018 M	5.733.350,06 €
<b>TOTAL</b>		<b>5.733.350,06 €</b>
<b>TOTAL GLOBAL</b>		<b>14.971.723,86 €</b>

No âmbito das atribuições da DRL/DA, de acordo com o artigo 32.º do Despacho n.º 32021/2008, de 27 de novembro, compete-lhe «promover e organizar, sob o aspeto administrativo e financeiro, os procedimentos para a aquisição de bens e serviços...». Desta forma, existem procedimentos aquisitivos remetidos pelas diversas unidades da GNR, para verificação e submissão do órgão competente para a decisão de contratar, e para publicitação em Diário da República, tarefas que são realizadas pela Divisão de Aquisições:

<b>AQUISIÇÃO DE BENS</b>		
UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR PREVISTO S/IVA (€)
<b>CONCURSO PÚBLICO (39 PROCEDIMENTOS)</b>		
EG	PESCADO FRESCO PARA AS MESSES DA EG, CFP E CFFF	74 830,00 €
EG	PESCADO CONGELADO PARA AS MESSES DA ESCOLA DA GUARDA EM QUELUZ, (DURANTE 2018)	28 964,84 €



## AQUISIÇÃO DE BENS

UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR PREVISTO S/IVA (€)
EG	CARNE FRESCA PARA AS MESSES DO CFFF (DURANTE O ANO DE 2018	74 900,00 €
CT LISBOA	PNEUMÁTICOS PARA O CT LISBOA	37 000,00 €
UAF	PNEUMÁTICOS PARA A UAF	8 130,08 €
CT SETÚBAL	PNEUMÁTICOS PARA AS VIATURAS DO CT SETÚBAL	22 537,00 €
CT BEJA	PNEUMÁTICOS PARA AS VIATURAS DO CT BEJA	20 325,20 €
CT FARO	PNEUMÁTICOS PARA AS VIATURAS DO CTFARO	16 260,16 €
UCC	BATERIAS PARA AS VIATURAS E EMBARCAÇÕES DA UCC	9 200,00 €
UCC	PNEUMÁTICOS	18 500,00 €
UCC	AQUISIÇÃO DE 4 MOTORES FORA DE BORDA PARA EMBARCAÇÕES DA UCC/GNR	47 000,00 €
UCC	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE 2 SISTEMAS DE NAVEGAÇÃO E 3 SISTEMAS DE MEGAFONIA PARA EMBARCAÇÕES DA UCC/GNR	60 000,00 €
EG	REFRIGERANTES, CERVEJA E ÁGUA, PARA AS MESSES DA EG E CFFF (01JUL A 31DEZ2018 )	23 930,00 €
EG	PÃO PARA AS MESSES DA EG E CFFF (01JUL A 31DEZ2018 )	12 100,00 €
SGG	MATÉRIAS PRIMAS PARA AS OFICINA GRÁFICA DA UAG	41 600,00 €
CT FARO	PEÇAS AUTO PARA AS VIATURAS DO CTFARO, DURANTE O 2.º SEMESTRE DE 2018	12 195,12 €
UCC	UMA MESA DE REUNIÕES/ESTAÇÃO INTERNATIONAL COORDINATION CENTRE PARA O SIVICC FSI	33 260,97 €
EG	CARNE FRESCA PARA AS MESSES DO CFPORTALEGRE (3.º QUADRIMESTRE DE 2018)	31 100,00 €
USHE	INSTRUMENTOS MUSICAIS PARA A BANDA DE MÚSICA DA USHE	63 732,75 €
UCC	AQUISIÇÃO DE UM TRAVEL LIFT - ATRELADO REBOCÁVEL HIDRÁULICO PARA MOVIMENTAÇÃO DE EMBARCAÇÕES (FLEET UP), TIPO MONOCASCO OU CATAMARAN	74 900,00 €
UI	AQUISIÇÃO DE 20 CANÍDEOS	70 754,72 €
USHE	INSTRUMENTOS MUSICAIS PARA A BANDE MÚSICA DA USHE	51 032,75 €
USHE	AQUISIÇÃO DE 42 EQUIPAMENTOS DE AR CONDICIONADO	32 645,53 €
USHE	AQUISIÇÃO DE 67 JANELAS E 2 PORTAS	19 956,17 €
EG	AZEITE PARA AS MESSE DA ESCOLA DA GUARDA EM QUELUZ, CFP E CFFF (01JAN A 30JUN2019)	12 263,00 €
EG	BACALHAU PARA AS MESSE DA ESCOLA DA GUARDA EM QUELUZ, CFP E CFFF (01JAN A 30JUN2019)	29 871,84 €
EG	LEGUMES FRESCOS PARA AS MESSES DA EG, CFP E CFFF - (01JAN A 30JUN2019)	37 913,88 €
EG	PESCADO FRESCO PARA AS MESSES DA EG, CFP E CFFF, (01JAN A 30JUN2019)	44 675,60 €
EG	FRUTA FRESCA PARA AS MESSES DA EG, CFP E CFFF - (01JAN A 30JUN2019)	37 662,35 €
EG	MERCEARIA PARA A EG, EM QUELUZ, CFP E CFFF (01JAN A 30JUN2019)	97 034,96 €
EG	CARNE PARA AS MESSES DA EG, EM QUELUZ, CFP E CFFF (JAN A 30JUN2019)	132 618,89 €
EG	PESCADO CONGELADO PARA AS MESSES DA EG, EM QUELUZ, CFP E CFFF (JAN A 30JUN2019)	98 200,00 €
EG	PRODUTOS E LEGUMES CONGELADOS PARA AS MESSES DA EG, CFP E CFFF (01JAN A 30JUN2019)	29 833,65 €
EG	REFRIGERANTES, CERVEJA E ÁGUA EG, CFP E CFFF (01JAN A 30JUN2019)	28 158,87 €
EG	PÃO PARA AS MESSES DA EG E CFFF (01JAN A 30JUN2019 )	29 245,28 €
EG	PESCADO FRESCO	44 675,60 €
UNT	PNEUS PARA AS VIATURAS DA UNT	9 694,31 €
EG	AZEITE E LEGUMES FRESCOS PARA O CFFF (JAN A 31JUN2019)	19 566,72 €
EG	GÁS PROPANO A GRANEL PARA A EG, EM QUELUZ (01JAN A 31DEZ2019)	34 552,85 €





AQUISIÇÃO DE BENS		
UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR PREVISTO S/IVA (€)
SUBTOTAL		1 570 823,09 €
CONCURSO PÚBLICO URGENTE (1 PROCEDIMENTO)		
CCLÍNICO	INTENSIFICADOR DE IMAGEM “ARCO EM C”	96 000,00 €
SUBTOTAL		96 000,00 €
CONSULTA PRÉVIA (1 PROCEDIMENTO)		
CT CASTELO BRANCO	Aquisição e instalação DE PAINÉIS SOLARES	57 375,00 €
SUBTOTAL		57 375,00 €
TOTAL		1 724 198,09 €

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		
UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR PREVISTO S/IVA (€)
CONCURSO PÚBLICO (9 PROCEDIMENTOS)		
UCC	REPARAÇÃO/MANUTENÇÃO DE UM CAMIÃO GRUA, MARCA IVECO	9 990,00 €
UCC	SERVIÇO DE TRANSPORTE DE UMA VIATURA E UMA EMBARCAÇÃO DE LISBOA PARA A ILHA DE SAMOS-GRÉCIA, (PROJEÇÃO E RETRAÇÃO) NO ÂMBITO DA OPERAÇÃO FRONTEX	73 719,85 €
UCC	SERVIÇO DE FORMAÇÃO MARÍTIMA DE MILITARES DA UCC/GNR	65 090,00 €
UCC	SERVIÇO DE FORMAÇÃO MARÍTIMA DE MILITARES DA UCC/GNR	65 090,00 €
UCC	SERVIÇO DE TRANSPORTE DE UMA EMBARCAÇÃO DE LISBOA PARA A ILHA DE KASTELORIZO-MEGISTI-GRÉCIA, E DE UMA VIATURA DE LISBOA PARA KILKIS-GRÉCIA, (PROJEÇÃO E RETRAÇÃO) NO ÂMBITO DA OPERAÇÃO FRONTEX	73 166,66 €
UCC	SERVIÇO DE REPARAÇÃO/MANUTENÇÃO DE UMA VIATURA, CAIXA DE CARGA E GRUA DA UCC	9 950,00 €
USHE	REPARAÇÃO DE UM MOTOR E EMBRAIAGEM DE UMA VIATURA PESADA IVECO EUROCARGO	10 146,68 €
EG	SERVIÇOS DE RESTAURAÇÃO PARA AS MESSES DA EG, EM QUELUZ E CFFF - 01JAN A 31DEZ 2019	83 660,00 €
EG	ALUGUER DE ROUPA DE ALOJAMENTO PARA EG E CFFF (01JAN A 31DEZ2019)	29 959,00 €
SUBTOTAL		420 772,19 €
TOTAL		420 772,19 €



CONCESSÃO		
UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR ANUAL PREVISTO S/IVA (€)
<b>AJUSTE DIRETO (15 PROCEDIMENTOS)</b>		
CT LISBOA	CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO BAR DO CT LISBOA	360,00 €
CT COIMBRA	CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DA MESSE DO CT COIMBRA	240,00 €
CT VILA REAL	CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO BAR DO CT VILA REAL	1 200,00 €
CT MADEIRA	CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DA MESSE DO CT MADEIRA	180,00 €
CT GUARDA	CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DA MESSE DO CT GUARDA	120,00 €
CT MADEIRA	CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO BAR DO CT MADEIRA	240,00 €
CT SANTARÉM	CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO BAR DO DESTACAMENTO TERRITORIAL DE INTERVENÇÃO E TRÂNSITO DO CT SANTARÉM	600,00 €
CT SETÚBAL	CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DA MESSE DO CT SETÚBAL	120,00 €
UI	CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DOS BARES DA UNIDADE DE INTERVENÇÃO	2 400,00 €
CT BRAGANÇA	CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DA MESSE DO CT BRAGANÇA	480,00 €
SGG	CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DA MESSE DO COMANDO-GERAL	1 200,00 €
CT GUARDA	CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DA MESSE DO CT GUARDA	120,00 €
USHE	CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DAS MESSES DO COMANDO DA USHE E DO 3.º ESQUADRÃO E DOS BARES DO 3.º ESQUADRÃO E DO GRUPO DE SEGURANÇA	732,00 €
SGG	CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DA MESSE DO CARI E DOS BARES DO CARI E DO GRAFANIL	240,00 €
CT VISEU	CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DA MESSE DO CT VISEU	240,00 €
SUBTOTAL		8 472,00 €
<b>CONSULTA PRÉVIA (6 PROCEDIMENTOS)</b>		
CT FARO	CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DOS BARES DO CT FARO	900,00 €
CT AVEIRO	CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE MÁQUINAS DE VENDA AUTOMÁTICA DE BENS ALIMENTARES	3 000,00 €
CT AVEIRO	CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE MÁQUINAS DE VENDA AUTOMÁTICA DE BENS ALIMENTARES	2 460,00 €
CT AVEIRO	CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DA MESSE E DO BAR DO CT AVEIRO	600,00 €
CT VILA REAL	CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO BAR DO CT VILA REAL	1 200,00 €
CT VILA REAL	CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DA MESSE DO CT VILA REAL	240,00 €
SUBTOTAL		8 400,00 €
<b>CONCURSO PÚBLICO (16 PROCEDIMENTOS)</b>		
SGG	CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE MÁQUINAS DE VENDA AUTOMÁTICA DE BENS ALIMENTARES	3 600,00 €
CT COIMBRA	CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE MÁQUINAS DE VENDA AUTOMÁTICA DE BENS ALIMENTARES	1 560,00 €
CT FARO	CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE MÁQUINAS DE VENDA AUTOMÁTICA DE BENS ALIMENTARES	1 444,00 €
EG	CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE MÁQUINAS DE VENDA AUTOMÁTICA DE BENS ALIMENTARES	2 280,00 €
UAF	CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE MÁQUINAS DE VENDA AUTOMÁTICA DE BENS ALIMENTARES	1 800,00 €
CT SETÚBAL	CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DA MESSE DO CT SETÚBAL	120,00 €
UI	CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DOS BARES DA UNIDADE DE INTERVENÇÃO	2 400,00 €
USHE	CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DA MESSE E DO BAR DO 3.º ESQUADRÃO	1 500,00 €
USHE	CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DAS MESSES DO COMANDO DA USHE E DO 3.º ESQUADRÃO E DOS BARES DO 3.º ESQUADRÃO E DO GRUPO DE SEGURANÇA	1 272,00 €
CCLÍNICO	CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DA MESSE E DOS BARES DO CENTRO CLÍNICO	600,00 €
UI	CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DA MESSE DA UNIDADE DE INTERVENÇÃO	12,00 €



CONCESSÃO		
UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR ANUAL PREVISTO S/IVA (€)
CT PORTO	CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DA MESSE E DO BAR DO CT PORTO	900,00 €
CT PORTO	CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE MÁQUINAS DE VENDA AUTOMÁTICA DE BENS ALIMENTARES	6 000,00 €
SGG	CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE MÁQUINAS DE VENDA AUTOMÁTICA DE BENS ALIMENTARES	1 200,00 €
UCC	CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DA MESSE DA UNIDADE DE CONTRIOLO COSTEIRO	240,00 €
CT LISBOA	CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO BAR DO CT LISBOA	420,00 €
SUBTOTAL		25 348,00 €
<b>TOTAL</b>		<b>42 220,00 €</b>

ALIENAÇÃO		
UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR PREVISTO S/IVA (€)
PROCEDIMENTO POR NEGOCIAÇÃO DIRETA (5 PROCEDIMENTOS)		
CT COIMBRA	ALIENAÇÃO DE EFLUENTES PECUÁRIOS (ESTRUME)	0,05 €/Cavalo/Dia
EG	ALIENAÇÃO DE PAPEL	100,00 €/Tonelada
SGG	ALIENAÇÃO DE RESÍDUOS ELETRÓNICOS DCSI	155,00 €
CT AVEIRO	ALIENAÇÃO DE VEÍCULOS EM FIM DE VIDA	167,30 €
CT PORTO	ALIENAÇÃO DE UM PORTÃO E UMA VIATURA	85,00 €
SUBTOTAL		407,30 €
<b>TOTAL</b>		<b>407,30 €</b>





# Anexo 3

## PUBLICIDADE INSTITUCIONAL

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS N.º 47/2010,  
DE 8 JUNHO



## PUBLICIDADE INSTITUCIONAL

## CONTRATAÇÃO PÚBLICA

No presente anexo pretende-se apresentar de uma forma sucinta os dados referentes às ações de publicidade institucional desenvolvida pela GNR, no âmbito da contratação pública.

DESIGNAÇÃO PAGAMENTO	FORNECEDOR	NIF	DATA	VALOR
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 06/DRL/DA/2018 - AQUISIÇÃO DE TERMINAIS PARA COMUNICAÇÕES SATÉLITE.	IMPRESA NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	2/JAN/18	110,89 €
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 21/EG/2018 - AQUISIÇÃO DE PESCADO FRESCO, PARA AS MESSAS DA ESCOLA DA GUARDA EM QUELUZ, PARA O CENTRO DE FORMAÇÃO DE PORTALEGRE E PARA O CENTRO DE FORMAÇÃO DA FIGUEIRA DA FOZ.	IMPRESA NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	4/JAN/18	121,59 €
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/USHE/2018 - ALIENAÇÃO DE EFLUENTES PECUÁRIOS (ESTRUME), PRODUZIDOS PELOS EQUIDEOS DA USHE DURANTE O ANO DE 2018.	IMPRESA NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	16/JAN/18	64,42 €
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 23/EG/2018 - AQUISIÇÃO DE PESCADO FRESCO, PARA AS MESSAS DA ESCOLA DA GUARDA, EM QUELUZ, PARA O CENTRO DE FORMAÇÃO DE PORTALEGRE E PARA O CENTRO DE FORMAÇÃO DA FIGUEIRA DA FOZ.	IMPRESA NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	29/JAN/18	121,59 €
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 24/EG/2018 - AQUISIÇÃO DE PESCADO CONGELADO, PARA AS MESSAS DO CENTRO DE FORMAÇÃO DA FIGUEIRA DA FOZ.	IMPRESA NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	29/JAN/18	114,75 €
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 25/EG/2018 - AQUISIÇÃO DE PESCADO CONGELADO, PARA AS MESSAS DA ESCOLA DA GUARDA, EM QUELUZ.	IMPRESA NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	29/JAN/18	113,69 €
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 03/SRLF/CT LISBOA/2018 - AQUISIÇÃO DE PNEUMÁTICOS PARA O ANO DE 2018.	IMPRESA NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	6/FEV/18	117,69 €
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/UAF/SRLF/2018 - AQUISIÇÃO DE PNEUMÁTICOS PARA O ANO DE 2018.	IMPRESA NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	12/FEV/18	117,19 €
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/DRL/DA/2018 - AQUISIÇÃO DE RAÇÃO PARA SOLÍPEDES PARA UM PERÍODO DE 6 (SEIS) MESES PARA O ANO DE 2018.	IMPRESA NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	1/MAR/18	114,81 €
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO URGENTE Nº 02/DRL/DA/2018 - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DAS CAVALARIÇAS DA USHE E DOS DESTACAMENTOS DE INTERVENÇÃO DOS COMANDOS TERRITORIAIS DO PORTO, COIMBRA E ÉVORA DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA PARA O MÊS DE ABRIL, MAIO E JUNHO DE 2018.	IMPRESA NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	2/MAR/18	120,97 €
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 13/DRL/DA/2018 - AQUISIÇÃO DE FARDAMENTO E EQUIPAMENTO INDIVIDUAL PARA O GRUPO DE INTERVENÇÃO DE PROTEÇÃO E SOCORRO (GIPS).	IMPRESA NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	5/MAR/18	134,40 €
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 07/DRL/DA/2018 - AQUISIÇÃO DE CAPACETES INTEGRAIS COM ABERTURA FRONTAL PARA MOTOCOCLISTA - PAC 2018.	IMPRESA NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	12/MAR/18	115,66 €
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/SRLF/CT SETÚBAL/2018 - AQUISIÇÃO DE PNEUMÁTICOS PARA O COMANDO TERRITORIAL DA GNR DE SETÚBAL PARA 2018.	IMPRESA NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	12/MAR/18	117,84 €
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 09/SRLF/UCC/2018 - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE REPARAÇÃO/MANUTENÇÃO DE CAMIÃO GRUA DA UNIDADE DE CONTROLO COSTEIRO DA GNR.	IMPRESA NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	12/MAR/18	116,91 €



DESIGNAÇÃO PAGAMENTO	FORNECEDOR	NIF	DATA	VALOR
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 13/SRLF/UCC/2018 - AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE (TRANSITÁRIO) DE UMA VIATURA E UMA EMBARCAÇÃO CPV "MAR EGEU" DE LISBOA PARA ILHA DE SAMOS - GRÉCIA (PROJEÇÃO E RETRAÇÃO), NO ÂMBITO DA OPERAÇÃO FRONTEX 2018.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	13/MAR/18	125,94 €
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 14/DRL/DA/2018 - AQUISIÇÃO DE FARDAMENTO E EQUIPAMENTO INDIVIDUAL PARA OS FORMANDOS DO CURSO DE FORMAÇÃO DE GUARDAS DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	16/MAR/18	118,22 €
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 08/SRLF/UCC/2018 - FORMAÇÃO MARITIMA PARA OS MILITARES DA UNIDADE DE CONTOLO COSTEIRO DA GNR.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	20/MAR/18	115,66 €
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/SRLF/CTBEJA/2018 - AQUISIÇÃO DE PNEUMÁTICOS PARA AS VIATURAS DO COMANDO TERRITORIAL DA BEJA PARA 2018.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	22/MAR/18	118,38 €
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 31/DSUMC/2018 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL ESPECÍFICO DE COMBATE A INCÊNDIOS FLORESTAIS DOS MILITARES DO GRUPO DE INTERVENÇÃO DE PROTEÇÃO E SOCORRO - POSEUR17.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	2/ABR/18	114,03 €
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 32/DSUMC/2018 - AQUISIÇÃO DE FARDAMENTO E EQUIPAMENTO INDIVIDUAL PARA O PESSOAL DA CARREIRA FLORESTAL DO SEPNA/GNR.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	3/ABR/18	113,06 €
PROCEDIMENTO Nº 128/DSUMC/2017 - AQUISIÇÃO DE SOFTWARE OSINT (OPEN SOURCE INTELLIGENCE), LICENCIAMENTO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA CENTRO DE INFORMAÇÕES GNR.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	3/ABR/18	113,60 €
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 16/DRL/DA/2018 - AQUISIÇÃO DE ESPADAS - PAC 2018.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	3/ABR/18	117,22 €
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 09/DRL/DA/2018 - AQUISIÇÃO DE GÁS EM BOTIJA PARA 1 (UM) SEMESTRE DE 2018.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	3/ABR/18	118,38 €
PROCEDIMENTO Nº 156/DSUMC/2017 - AQUISIÇÃO E INTALAÇÃO DE 2 (DOIS) HIDROJATOS PARA EMBARCAÇÕES LVI (LANCHA DE VIGILÂNCIA E INTERCEÇÃO DA UNIDADE DE CONTROLO COSTEIRO DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	4/ABR/18	121,84 €
PROCEDIMENTO Nº 163/DSUMC/2017 - AQUISIÇÃO DE UMA EMBARCAÇÃO CABINADA COM DOIS MOTORES FORA DE BORDA PARA A UNIDADE DE CONTROLO COSTEIRO DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	4/ABR/18	121,75 €
PROCEDIMENTO Nº 30/DSUMC/2017 - AQUISIÇÃO DE CÂMARAS TÉRMICAS GIRO ESTABILIZADAS PARA A UNIDADE DE CONTROLO COSTEIRO DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	4/ABR/18	120,94 €
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 05/SRLF/CTFARO/2018 - AQUISIÇÃO DE PNEUMÁTICOS PARA AS VIATURAS DO COMANDO TERRITORIAL DA FARO PARA 2018.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	9/ABR/18	119,66 €
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 13/DRL/DA/2018 - AQUISIÇÃO DE FARDAMENTO E EQUIPAMENTO PARA O GRUPO DE INTERVENÇÃO DE PROTEÇÃO E SOCORRO (GIPS).	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	13/ABR/18	142,07 €
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 32/DSUMC/2018 - AQUISIÇÃO DE FARDAMENTO E EQUIPAMENTO INDIVIDUAL PARA O PESSOAL DA CARREIRA FLORESTAL DO SEPNA/GNR, PRORROGAÇÃO DO PRAZO.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	16/ABR/18	40,27 €
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 14/DRL/DA/2018 - AQUISIÇÃO DE FARDAMENTO E EQUIPAMENTO INDIVIDUAL PARA OS FORMANDOS DO CURSO DE FORMAÇÃO DE GUARDAS DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA. PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	17/ABR/18	24,87 €
PROCEDIMENTO Nº 156/DSUM/2017 - AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE DOIS HIDROJATOS PARA EMBARCAÇÕES LVI (LANCHA DE VIGILÂNCIA E INTERCEÇÃO) PARA A UNIDADE DE CONTROLO COSTEIRO DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	17/ABR/18	25,77 €



DESIGNAÇÃO PAGAMENTO	FORNECEDOR	NIF	DATA	VALOR
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 14/SRLF/UCC/2018 - AQUISIÇÃO DE FORMAÇÃO MARÍTIMA PARA OS MILITARES DA UNIDADE DE CONTROLO COSTEIRO DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA, PARA O ANO DE 2018.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	17/ABR/18	116,88 €
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 02/SRLF/UAF/2018 - CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE ESPAÇOS EM EÍFÍCIOS DO COMANDO DA UNIDADE DE ACÇÃO FISCAL, MEDIANTE A INSTALAÇÃO DE MÁQUINAS DE VENDA AUTOMÁTICA DE BENS ALIMENTARES E BEBIDAS, DURANTE O ANO DE 2018.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	18/ABR/18	140,25 €
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 30/DSUMC/2017 - AQUISIÇÃO DE CINCO CÂMARAS TÉRMICAS GIRO ESTABILIZADAS PARA A UNIDADE DE CONTROLO COSTEIRO DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA, PRORROGAÇÃO DO PRAZO.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	18/ABR/18	25,77 €
PROCEDIMENTO Nº 156/DSUM/2017 - AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE DOIS HIDROJATOS PARA EMBARCAÇÕES LVI (LANCHA DE VIGILÂNCIA E INTERCEÇÃO) PARA A UNIDADE DE CONTROLO COSTEIRO DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA, RETIFICAÇÃO DE ANUNCIO.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	18/ABR/18	24,34 €
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 31/DSUMC/2018 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL ESPECÍFICO DE COMBATE A INCÊNDIOS FLORESTAIS DOS MILITARES DO GRUPO DE INTERVENÇÃO DE PROTEÇÃO E SOCORRO - POEUR17. PRORROGAÇÃO DO PRAZO.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	20/ABR/18	47,21 €
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 16/SRLF/UCC/2018 - AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE UMA EMBARCAÇÃO DE LISBOA PARA A ILHA DE KASTELORIZO-MEGISTI-GRÉCIA E UMA VIATURA DE LISBOA PARA A LOCALIDADE DE KIKIS-GRÉCIA, NO ÂMBITO DA OPERAÇÃO FRONTEX 2018 - UCC/GNR.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	20/ABR/18	130,47 €
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 02/SRLF/CTSTB/2018 - CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DA EXPLORAÇÃO DA MESSE DO COMANDO TERRITORIAL DE SETÚBAL, PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES CONFECCIONADAS.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	26/ABR/18	121,31 €
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 02/SRLF/CTCOIMBRA/2018 - CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE ESPAÇOS EM EÍFÍCIOS DO COMANDO TERRITORIAL DE COIMBRA, MEDIANTE A INSTALAÇÃO DE MÁQUINAS DE VENDA AUTOMÁTICA DE BENS ALIMENTARES E BEBIDAS, DURANTE O ANO DE 2018.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	26/ABR/18	123,31 €
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 03/SRLF/CTFARO/2018 - CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE ESPAÇOS EM EÍFÍCIOS DO COMANDO TERRITORIAL DE FARO, MEDIANTE A INSTALAÇÃO DE MÁQUINAS DE VENDA AUTOMÁTICA DE BENS ALIMENTARES E BEBIDAS, DURANTE O ANO DE 2018.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	30/ABR/18	117,69 €
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 11/SRLF/UCC/2018 - AQUISIÇÃO DE BATERIAS PARA AS VIATURAS E EMBARCAÇÕES DA UNIDADE DE CONTROLO COSTEIRO DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA, PARA O ANO DE 2018.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	8/MAI/18	120,09 €
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 12/SRLF/UCC/2018 - AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA AS VIATURAS DA UNIDADE DE CONTROLO COSTEIRO DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA, PARA O ANO DE 2018.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	8/MAI/18	117,63 €
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO URGENTE Nº 03/DRL/DA/2018 - AQUISIÇÃO DE UM SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS PARA VIGILANTES (CIVIS) QUE VÃO GUARNECER A REDE NACIONAL DE POSTOS DE VIGIA, DURANTE O ANO DE 2018.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	8/MAI/18	114,78 €
PUBLICAÇÃO DO PROCEDIMENTO Nº 89/DSUMC/2016 - AQUISIÇÃO DE GÁS EM BOTIJA PARA A GNR.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	11/MAI/18	115,31 €
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 26/EG/2018 - CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE ESPAÇOS NOS EDIFÍCIOS DA ESCOLA DA GUARDA, EM QUELUZ, NO CENTRO DE FORMAÇÃO DE PORTALEGRE E NO CENTRO DE FORMAÇÃO DA FIGUEIRA DA FOZ, MEDIANTE A INSTALAÇÃO DE MÁQUINAS DE VENDA AUTOMÁTICA DE BENS ALIMENTARES..	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	14/MAI/18	135,18 €





DESIGNAÇÃO PAGAMENTO	FORNECEDOR	NIF	DATA	VALOR
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 10/SRLF/UCC/2018 - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA A REPARAÇÃO/MANUTENÇÃO DE CAIXA DE CARGA E GRUA DO MODELO PALFINGER DA UCC DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	21/MAI/18	123,34 €
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 17/SRLF/UCC/2018 - AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE DOIS SISTEMAS DE NAVEGAÇÃO E TRÊS SISTEMAS DE MEGAFONIA PARA AS EMBARCAÇÕES DA UNIDADE DE CONTROLO COSTEIRO DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	29/MAI/18	120,94 €
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 15/SRLF/UCC/2018 - AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE QUATRO MOTORES FORA DE BORDA PARA AS EMBARCAÇÕES DA UNIDADE DE CONTROLO COSTEIRO DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	29/MAI/18	117,25 €
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 03/SRLF/USHE/2018 - CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DA MESSE (PARA CONFEÇÃO E FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES) E DO BAR DO 3.º ESQUADRÃO, E BAR DO GRUPO DE SEGURANÇA DA UNIDADE DE SEGURANÇA E HONRAS DE ESTADO.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	5/JUN/18	123,47 €
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 28/EG/2018 - AQUISIÇÃO DE PÃO PARA AS MESSES DA ESCOLA DA GUARDA, EM QUELUZ, E PARA O CENTRO DE FORMAÇÃO DA FIGUEIRA DA FOZ..	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	18/JUN/18	120,97 €
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 27/EG/2018 - AQUISIÇÃO DE REFRIGERANTES, CERVEJA E ÁGUA, PARA AS MESSES DA ESCOLA DA GUARDA, EM QUELUZ, E PARA O CENTRO DE FORMAÇÃO DA FIGUEIRA DA FOZ..	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	18/JUN/18	122,44 €
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO URGENTE Nº 04/DRL/2018 - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DAS CAVALARIÇAS DA USHE E DOS DESTACAMENTOS DE INTERVENÇÃO DOS COMANDOS TERRITORIAIS DO PORTO, COIMBRA E ÉVORA, PARA OS MESES DE JULHO AGOSTO E SETEMBRO DE 2018.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	25/JUN/18	121,31 €
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 21/DRL/2018 - AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CARACTERIZAÇÃO NÍVEL 2 PARA VEÍCULOS.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	26/JUN/18	112,35 €
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 02/SRLF/SGG/2018 - AQUISIÇÃO DE MATÉRIA-PRIMA PARA OFICINA GRÁFICA.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	6/JUL/18	118,94 €
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/SRLF/SGG/2018 - CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE ESPAÇOS EM EDIFÍCIOS DO COMANDO-GERAL DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA, MEDIANTE A INSTALAÇÃO DE MAQUINAS DE VENDA AUTOMÁTICA DE BENS ALIMENTARES E BEBIDAS..	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	12/JUL/18	127,59 €
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 02/SRLF/CTFARO/2018 - AQUISIÇÃO DE PEÇAS AUTO PARA AS VIATURAS DO COMANDO TERRITORIAL DE FARO PARA O 2 SEMESTRE DE 2018.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	17/JUL/18	119,50 €
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 18/SRLF/UCC/2018 - AQUISIÇÃO DE UMA MESA DE REUNIÕES / ESTAÇÃO INTERNACIONAL COORDINATION CENTRE PARA O SIVICC FSI, DA UNIDADE DE CONTROLO COSTEIRO.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	17/JUL/18	121,72 €
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 47/DSUM/2017 - RETIFICAÇÃO.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	19/JUL/18	116,86 €
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 24/DRL/DA/2018 - EMPREITADA DE SUBSTITUIÇÃO DA COBERTURA, REPARAÇÃO E PINTURA DE FACHADAS NO EDIFÍCIO DE MEDICINA PREVENTIVA - CENTRO CLINICO - JANELAS VERDES.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	12/JUL/18	121,41 €
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 25/DRL/DA/2018 - REPAVIMENTAÇÃO DE PARADA E ARRUAMENTOS NO COMANDO TERRITORIAL DE BRAGANÇA.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	30/JUL/18	118,03 €
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 29/EG/2018 - AQUISIÇÃO DE CARNE FRESCA, PARA AS MESSES DO CENTRO DE FORMAÇÃO DE PORTALEGRE.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	9/AGO/18	115,85 €



DESIGNAÇÃO PAGAMENTO	FORNECEDOR	NIF	DATA	VALOR
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 02/SRLF/UI/2018 - CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE BARES EM EDIFÍCIOS DO COMANDO E AQUARTELAMENTO DA UNIDADE DE INTERVENÇÃO DA GNR.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	9/AGO/18	123,81 €
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 04/USHE/2018 - AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS PARA A BANDA DE MÚSICA DA UNIDADE DE SEGURANÇA E HONRAS DE ESTADO DA GNR.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	20/AGO/18	119,44 €
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 05/USHE/2018 - REPARAÇÃO DE MOTOR DE VIATURA PESADA IVECO EUROCARGO.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	28/AGO/18	115,66 €
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 33/DRL/DA/2018 - AQUISIÇÃO DE ARTIGOS DE FARDAMENTO PARA OS ALUNOS DA ACADEMIA MILITAR COM DESTINO À GUARDA NACIONAL REPUBLICANA.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	30/AGO/18	118,97 €
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 19/SRLF/UCC/2018 - AQUISIÇÃO DE UM TRAVEL LIFT - ATRELADO REBOCÁVEL HIDRÁULICO PARA MOVIMENTAÇÃO DE EMBARCAÇÕES (FLEET UP), TIPO MONOCASCO OU CATAMARAN, DA UCC/GNR, NO ÂMBITO DO PLANO COMPLEMENTAR DE INVESTIMENTO PARA 2018.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	3/SET/18	124,91 €
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 26/DRL/DA/2018 - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DAS CAVALARIÇAS DA USHE E DOS DESTACAMENTOS DE INTERVENÇÃO DO CT PORTO, COIMBRA E ÉVORA PARA O PERÍODO DE OUTUBRO DE 2018 A DEZEMBRO DE 2019	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	4/SET/18	123,19 €
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 32/DRL/DA/2018 - AQUISIÇÃO DE MUNICÕES	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	5/SET/18	114,72 €
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 32/DRL/DA/2018 - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO DE PROJETOS DE ESPECIALIDADES PARA VÁRIOS PROCESSOS DE EMPREITADAS.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	10/SET/18	118,63 €
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 34/DRL/DA/2018 - AQUISIÇÃO DE CINEMÓMETRO POR EFEITO DE DOPPLER.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	12/SET/18	114,91 €
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 03/SRLF/UI/2018 - AQUISIÇÃO DE CANIDEOS PARA A UNIDADE DE INTERVENÇÃO.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	12/SET/18	116,35 €
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 07/USHE/2018 - AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS PARA A BANDA DE MÚSICA DA UNIDADE DE SEGURANÇA E HONRAS DE ESTADO DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	28/SET/18	119,41 €
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 32/DRL/DA/2018 - AQUISIÇÃO DE MUNICÕES.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	9/OUT/18	23,90 €
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 35/DRL/DA/2018 - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO DO PROJECTO DE ESPECIALIDADES PARA O PROCESSO DE EMPREITADA DE REMODELAÇÃO DE EDIFÍCIO PARA O PT DE PENICHE.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	17/OUT/18	123,12 €
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 32/DRL/DA/2018 - AQUISIÇÃO DE MUNICÕES.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	18/OUT/18	119,75 €
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 31/DRL/DA/2018 - AQUISIÇÃO DE BOQUILHAS PARA APARELHOS DE MEDIÇÃO DE ÁLCOOL NO SANGUE - PAC 2018.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	19/OUT/18	118,31 €
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 36/DRL/DA/2018 - AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CARACTERIZAÇÃO NÍVEL 2 PARA VEÍCULOS.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	19/OUT/18	117,10 €
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 09/USHE/2018 - FORNECIMENTO E MONTAGEM DE 67 JANELAS E 2 PORTAS EM ALUMÍNIO.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	31/OUT/18	116,25 €
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 07/EG/2019 - AQUISIÇÃO DE AZEITE PARA AS MESSAS DA ESCOLA DA GUARDA, EM QUELUZ, PARA O CENTRO DE FORMAÇÃO DE PORTALEGRE E PARA O CENTRO DE FORMAÇÃO DA FIGUEIRA DA FOZ.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	5/NOV/18	127,22 €
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 06/USHE/2018 - CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DAS MESSAS (PARA CONFEÇÃO E FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES), DO AQUARTELAMENTO SEDE E DO 3.º ESQUADRÃO, DOS	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	5/NOV/18	131,34 €



DESIGNAÇÃO PAGAMENTO	FORNECEDOR	NIF	DATA	VALOR
BARES DO 3.º ESQUADRÃO E DO GRUPO DE SEGURANÇA DA UNIDADE DE SEGURANÇA E HONRAS DE ESTADO.				
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 08/EG/2019 - AQUISIÇÃO DE BACALHAU PARA AS MESSAS DA ESCOLA DA GUARDA EM QUELUZ, PARA O CENTRO DE FORMAÇÃO DE PORTALEGRE E PARA O CENTRO DE FORMAÇÃO DA FIGUEIRA DA FOZ.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	7/NOV/18	128,37 €
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 09/EG/2019 - AQUISIÇÃO DE LEGUMES FRESCOS PARA AS MESSAS DA ESCOLA DA GUARDA EM QUELUZ, PARA O CENTRO DE FORMAÇÃO DE PORTALEGRE E PARA O CENTRO DE FORMAÇÃO DA FIGUEIRA DA FOZ.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	8/NOV/18	128,87 €
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 27/DRL/DA/2019 - AQUISIÇÃO DE CAPACIDADE DE STORAGE E BACKUP NO ÂMBITO DO PROJETO DE TRANSFORMAÇÃO DIGITAL DA GNR - SAMA 2020.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	8/NOV/18	116,94 €
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 26/DRL/DA/2018 - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DAS CAVALARIÇAS DA USHE E DOS DESTACAMENTOS DE INTERVENÇÃO DO CT PORTO, COIMBRA E ÉVORA PARA O PERÍODO DE OUTUBRO DE 2018 A DEZEMBRO DE 2019	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	13/NOV/18	115,66 €
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 11/EG/2019 - AQUISIÇÃO DE PESCADO FRESCO PARA AS MESSAS DA ESCOLA DA GUARDA EM QUELUZ, PARA O CENTRO DE FORMAÇÃO DE PORTALEGRE E PARA O CENTRO DE FORMAÇÃO DA FIGUEIRA DA FOZ.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	20/NOV/18	128,44 €
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 11/EG/2019 - AQUISIÇÃO DE FRUTA FRESCA PARA AS MESSAS DA ESCOLA DA GUARDA EM QUELUZ, PARA O CENTRO DE FORMAÇÃO DE PORTALEGRE E PARA O CENTRO DE FORMAÇÃO DA FIGUEIRA DA FOZ.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	20/NOV/18	128,25 €
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 12/EG/2019 - AQUISIÇÃO DE PRODUTOS E LEGUMES CONGELADOS PARA AS MESSAS DA ESCOLA DA GUARDA EM QUELUZ, PARA O CENTRO DE FORMAÇÃO DE PORTALEGRE E PARA O CENTRO DE FORMAÇÃO DA FIGUEIRA DA FOZ.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	4/DEZ/18	129,72 €
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 13/EG/2019 - AQUISIÇÃO DE REFRIGERANTES, CERVEJA E ÁGUA, PARA AS MESSAS DA ESCOLA DA GUARDA EM QUELUZ, PARA O CENTRO DE FORMAÇÃO DE PORTALEGRE E PARA O CENTRO DE FORMAÇÃO DA FIGUEIRA DA FOZ.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	4/DEZ/18	129,75 €
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 14/EG/2019 - AQUISIÇÃO DE PÃO PARA AS MESSAS DA ESCOLA DA GUARDA EM QUELUZ, PARA O CENTRO DE FORMAÇÃO DE PORTALEGRE E PARA O CENTRO DE FORMAÇÃO DA FIGUEIRA DA FOZ.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	11/DEZ/18	128,15 €
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/CC/2018 - AQUISIÇÃO DE INTENSIFICADOR DE IMAGEM "ARCO EM C" PARA O CENTRO CLINICO DA GNR.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	11/DEZ/18	102,60 €
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 29/DRL/DA/2018 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA AQUISIÇÕES E ANÁLISES INFORMÁTICAS, COM DESTINO À FORMAÇÃO DO DISPOSITIVO DA ESTRUTURA FORENSE.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	11/DEZ/18	123,91 €
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 15/EG/2019 - AQUISIÇÃO DE PESCADO FRESCO PARA AS MESSAS DA ESCOLA DA GUARDA, EM QUELUZ, PARA O CENTRO DE FORMAÇÃO DE PORTALEGRE E PARA O CENTRO DE FORMAÇÃO DA FIGUEIRA DA FOZ.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	17/DEZ/18	127,69 €
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/CCLIN/2019 - CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DA MESSE E BARES DO CC/GNR.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	17/DEZ/18	116,69 €
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/CCLIN/2019 - AQUISIÇÃO DE INTENSIFICADOR DE IMAGEM "ARCO EM C" PARA O CENTRO CLINICO DA GNR.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	17/DEZ/18	116,00 €
TOTAL				10 654,28 €

**GNR**





# Anexo 4

## MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

DECRETO-LEI N.º 73/2014, DE 13 DE MAIO



- PÁGINA EM BRANCO -



## VIII.4. Modernização administrativa

Em cumprimento do despacho de Sua Excelência o Ministro da Administração Interna exarado na Informação n.º 21/14 anexa ao Ofício n.º 3335/2014/MAI, de 30 de Maio, a Guarda procedeu, envolvendo os seus órgãos internos, à análise e estudo das repercussões das medidas de modernização administrativa introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 73/2014, de 13 de Maio, evidenciando o conjunto de medidas a adotar, sintetizadas pelos domínios prioritários inscritos no artigo 46.º da referida disposição legal.

O subcapítulo seguinte dedicado às Medidas de Modernização Administrativa, identifica algumas das atividades desenvolvidas em 2018, neste âmbito no decurso desde 2016, no seguimento da publicação do Decreto-Lei n.º 73/2014, de 13 de Maio.

Salienta-se que a maioria das medidas previstas no referido quadro legal são já uma realidade, encontrando-se já implementadas e em uso nesta Instituição. Relewa-se, para o efeito, em alinhamento com os princípios de ação constantes no artigo 2.º, os mecanismos de delegação e subdelegação de competências existentes disseminados até ao nível de decisão operacional, a divulgação de um conjunto vasto de informação administrativa privilegiando as plataformas digitais internas e externas (intranet e internet) e, por fim, de entre outras medidas, destaca-se a aposta na qualificação dos militares que prestam serviço de atendimento direto ao público.

Outras medidas de modernização administrativa, porém, revelam-se pelo seu carácter transversal e estruturante, fundamentais para a Guarda. Entre tais medidas podemos eleger o Sistema Integrado de Informações Operacionais de Polícia (SIIOP) que enquanto ferramenta integrada, a sua extensão a todas unidades da Guarda permite a partilha de informação policial e criminal com a Plataforma de Interoperabilidade da Investigação Criminal (PIIC), com a SGMAI no âmbito da violência doméstica, com a ANSR no âmbito da sinistralidade rodoviária, com a DGPJ no âmbito da criminalidade, com reflexos ao nível da celeridade no atendimento ao utente-cidadão.

O sucesso da concretização das medidas de modernização administrativa e da administração eletrónica no âmbito das tecnologias de informação e comunicação, em muito depende da celeridade processual entre as entidades intervenientes, sobretudo nas questões relacionadas com a obrigatoriedade de submissão dos projetos a parecer prévio da Agência para a Modernização Administrativa (AMA, I.P.), nos termos da Medida 6 inscrita na Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/2012, de 7 de fevereiro.

Ao nível de outras medidas inscritas neste normativo, salienta-se a adaptação que foi desenvolvida na estrutura do presente Plano de Atividades e dos futuros Relatórios de Atividades Institucionais (conforme preceitua o n.º 2 do artigo 40.º), através da introdução do presente capítulo autónomo. Este capítulo sintetiza assim o conjunto de medidas de modernização administrativa, designadamente as relativas à desburocratização, qualidade e inovação planeadas desenvolver, visando a avaliar a sua aplicação, bem como a desenvolver uma previsão das poupanças associadas a tais medidas.

Além destas medidas, assinala-se o desenvolvimento e aprovação da Carta de Qualidade institucional dando corpo ao regime estatuído no do artigo 44.º do citado decreto-lei.

É, pois, manifesto o alinhamento da Guarda com o desígnio político da modernização e simplificação administrativa expressa nas linhas de orientação estratégicas do Comandante-Geral para 2016-2020, existindo consciência que tal desiderato implica não só empenho, mas também o compromisso ao nível dos investimentos que são necessários desenvolver para alcançar tão importantes desafios.



## PROJETOS DE SIMPLIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA

### MEDIDAS DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA - PORTAL SIMPLIFICAR

De uma forma sucinta apresentam-se em seguida algumas medidas de modernização administrativa implementadas desde 2016, além das já apresentadas no *Capítulo III*:

TÍTULO DO PROJETO	DESCRIÇÃO DO PROJETO	IMPACTOS ESPERADOS	VALOR GLOBAL	CALENDARIZAÇÃO		AÇÃO EM CURSO	ESTADO DE IMPLM. (%)	REFERÊNCIA
				INÍCIO (REAL)	FIM			
ESTAÇÃO DE TRABALHO PADRÃO OPERATIVA DA GNR - ETPOG	COM ESTE PROJETO A GNR PRETENDE CRIAR UMA ESTAÇÃO DE TRABALHO NORMALIZADA FAZENDO USO EXCLUSIVO DE SOLUÇÕES BASEADAS EM NORMAS ABERTAS (OPEN-SOURCE).	UTILIZAÇÃO DE SOFTWARE OPEN-SOURCE, REDUÇÃO DE CUSTOS, IMPLEMENTAÇÃO DE SOLUÇÕES TIC COMUNS	4.000 €	2017	2020	TESTES / INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO	30%	2017-2020 <b>MEDIDA 12: ETPOG</b>
VIGILÂNCIA DAS FRONTEIRAS EXTERNAS DA EU (VFEUE-OPE)	PROJETOS NACIONAIS, BILATERAIS E MULTINACIONAIS ENTRE ESTADOS MEMBROS DA EU, NO ÂMBITO PRIMÁRIO DA VIGILÂNCIA E CONTROLO DE FRONTEIRAS.	SUPORE DE MANUTENÇÃO E INTEGRAÇÃO E PARTILHA DE INFORMAÇÃO DE VIGILÂNCIA FRONTEIRAS MARÍTIMAS.	10.581.351 €	2017	2020	EXECUÇÃO DE CONTRATO DE MANUTENÇÃO SIVICC, PROJETOS BILATERAIS E PROJETOS DO PROGRAMA DE EXPANSÃO E ATUALIZAÇÃO DO EUROSUR	30%	EM EXECUÇÃO  2017-2020 <b>MEDIDA 8:</b> VIGILÂNCIA DAS FRONTEIRAS EXTERNAS DA UNIÃO EUROPEIA - VFEUE
CENTRO OSINT DA GUARDA	PROJETO QUE VISA A CRIAÇÃO DE UMA UNIDADE OSINT, INSERIDA NO CENTRO DE INFORMAÇÕES DA GNR	ALCANÇAR A MONITORIZAÇÃO, ACOMPANHAMENTO, ANÁLISE E DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES PÚBLICAS, POLICIAIS E CRIMINAIS EM APOIO DAS ATIVIDADES E OPERAÇÕES CORRENTES, AUXILIANDO NO PROCESSO D TOMADA DE DECISÃO.	320.390 €	2017	2018	PROCEDIMENTO PARA AQUISIÇÃO DO SOFTWARE OSINT, COM REFORÇO DE VERBA (275.000,00 €)	100%	2017-2020 <b>MEDIDA 08</b> MODERNIZAÇÃO DO SIIOP - MODERSIIOP
INTEGRAÇÃO DAS COMUNICAÇÕES VOIP DA GNR NO PLANO DE NUMERAÇÃO DO MAI	SUBSTITUIÇÃO DE SISTEMAS CONVENCIONAIS POR TERMINAIS VOIP	MELHORIA DOS MECANISMOS DE GOVERNANCE, REDUÇÃO DE CUSTOS, IMPLEMENTAÇÃO DE SOLUÇÕES TIC COMUNS	492.502,00 €	2017	2020	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTO	53%	2017-2020 <b>MEDIDA 11</b> CENTRALIZAÇÃO E CONVERGÊNCIA DOS ACESSOS DAS COMUNICAÇÕES DE VOZ ÀS REDES PÚBLICAS





TÍTULO DO PROJETO	DESCRIÇÃO DO PROJETO	IMPACTOS ESPERADOS	VALOR GLOBAL	CALENDARIZAÇÃO		AÇÃO EM CURSO	ESTADO DE IMPLM. (%)	REFERÊNCIA
				INÍCIO (REAL)	FIM			
HARMONIZAÇÃO DAS INFRA-ESTRUTURAS DE REDES RÁDIO - HIRR	PROJETO QUE VISA MELHORAR AS FUNCIONALIDADES DAS REDES LOCAIS EM EXPLORAÇÃO PELA GNR, BEM COMO DAS INFRAESTRUTURAS DAS REDES RÁDIO, E CONCOMITANTEMENTE REDUZIR OS CUSTOS DE SUSTENTAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS DAS REDES ANALÓGICAS AINDA EXISTENTES, PROMOVENDO A SUA REMOÇÃO.	MELHORIA DOS MECANISMOS DE GOVERNANCE, REDUÇÃO DE CUSTOS, IMPLEMENTAÇÃO DE SOLUÇÕES TIC COMUNS	505.085 €	2017	2020	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO	25%	2017-2020 <b>MEDIDA 8</b> PROJETO DE ATUALIZAÇÃO DAS REDES RÁDIO - PARR
SISTEMA DE TELEPRESEÇA DA GNR	A TECNOLOGIA ASSOCIADA ÀS TELECOMUNICAÇÕES, PERMITE “ENCURTAR” DISTÂNCIAS, VIRTUALIZANDO A PRESEÇA, E FACILITA O COMANDO, CONTROLO E COORDENAÇÃO, APESAR DE SER TER AUMENTADO A QUANTIDADE DE COMANDOS TERRITORIAIS.	MELHORIA DOS MECANISMOS DE GOVERNANCE E REDUÇÃO DE CUSTOS.	54488 €	2017	2020	RENOVAÇÃO DE EQUIPAMENTO	92%	2017-2020 <b>MEDIDA 11</b> SISTEMA DE TELEPRESEÇA DA GNR
PROJETO DE ATUALIZAÇÃO DOS TERMINAIS DE DADOS - PATd	PROJETO QUE PRECONIZA A MANUTENÇÃO ATUALIZADA DOS PARQUE DE TERMINAIS DE PROCESSAMENTO DE DADOS DA GNR, TENDO EM CONTA OS CICLOS DE VIDA ÚTIL DOS EQUIPAMENTOS, SUA NECESSIDADE E OS CUSTOS	MELHORIA DOS MECANISMOS DE GOVERNANCE E REDUÇÃO DE CUSTOS.	1.723.291,00 €	2017	2020	PROCEDIMENTO CENTRALIZADO EM 2018 E PROCEDIMENTO PLURIANUAL PLANEADO EM 2019	24%	2017-2020 <b>MEDIDA 8</b> ATUALIZAÇÃO DOS TERMINAIS DE DADOS - PATR
CIBERGNR	DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES NO DOMÍNIO DA CIBERSEGURANÇA PARA PREVENIR E REPRIMIR AS ATIVIDADES CRIMINAIS COM ORIGEM NO CIBERESPAÇO OU QUE PÕE EM RISCO A SEGURANÇA DE INFORMAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS CRITICAS NACIONAIS, EFETUANDO ALERTA E DIFUSÃO AO MAI E AO CIDADÃO.	MELHORIA DOS MECANISMOS DE COMANDO E CONTROLO OPERACIONAL	67 850 €	2018	2020	AVALIAÇÃO DE NECESSIDADES	0%	2017-2020 <b>MEDIDA 08</b> CIBERGNR
PATRULHAMENTO MÓVEL DIGITAL - PMDGNR	ESTE PROJETO PRETENDE FACULTAR AO PATRULHEIRO DA GNR UMA CAPACIDADE DE INTRODUÇÃO E CONSULTA DE DADOS NOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO INTERNOS E EXTERNOS A PARTIR DE QUALQUER LOCAL, ENCURTANDO O CICLO DE PRODUÇÃO DE INFORMAÇÃO DA GNR.	MELHORIA DOS MECANISMOS DE COMANDO E CONTROLO OPERACIONAL, RACIONALIZAÇÃO DE MEIOS	350 000 €	2016	2020	ELABORAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E FUNCIONAIS	10% NÃO FOI ATRIBUÍDA MAIS VERBA NO PAI 2018	2017-2020 <b>MEDIDA 08</b> PATRULHAMENTO MÓVEL DIGITAL - PMDGNR



TÍTULO DO PROJETO	DESCRIÇÃO DO PROJETO	IMPACTOS ESPERADOS	VALOR GLOBAL	CALENDARIZAÇÃO		AÇÃO EM CURSO	ESTADO DE IMPLM. (%)	REFERÊNCIA
				INÍCIO (REAL)	FIM			
MONIGNR	PLATAFORMA PARA A MONITORIZAÇÃO, RACIONALIZAÇÃO, MELHORIA DA EFICIÊNCIA E EFICÁCIA DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS DA GNR, QUE POSSIBILITE ACCOUNTABILITY AO MAI E DIFUSÃO DE DADOS AO CIDADÃO	MELHORIA DOS MECANISMOS DE GOVERNANCE E REDUÇÃO DE CUSTOS.	695 000 €	2017	2020	OBTENÇÃO DE FINANCIAMENTO COMUNITÁRIO	10%	2017-2020 <b>MEDIDA 7</b> MONIGNR
SISTEMA ESTRATÉGICO DE GESTÃO E APOIO DA ATIVIDADE POLICIAL E INFORMAÇÃO CRIMINAL - SEG2APIC	O SISTEMA ESTRATÉGICO DE GESTÃO E APOIO DA ATIVIDADE POLICIAL E INFORMAÇÃO (SEG2APIC) IRÁ, AO NÍVEL DOS DADOS, PERMITIR PROCESSAR E TRANSACIONAR INFORMAÇÃO DE DIVERSOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO INTERNOS E EXTERNOS À GNR, PERMITINDO FAZER "DATA WAREHOUSING", "BUSINESS INTELIGENCE" E OPERAÇÕES COMPLEXAS DE "REPORTING" E "DASHBOARDING" POLICIAL.	MELHORIA DOS MECANISMOS DE COMANDO E CONTROLO OPERACIONAL, RACIONALIZAÇÃO DE MEIOS, IMPLEMENTAÇÃO DE SOLUÇÕES TIC COMUNS	400.000 €	2013	2020	ELABORAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E FUNCIONAIS	40% NÃO FOI ATRIBUÍDA MAIS VERBA NO PAI 2018	2017-2020 <b>MEDIDA 08</b> MODERNIZAÇÃO DO SIIOP - MODERSIIOP
PLATAFORMA DE INTEGRAÇÃO E GESTÃO OPERACIONAL - PIGO	A IMPLEMENTAÇÃO NA GNR DE UMA PLATAFORMA DE INTEGRAÇÃO E GESTÃO OPERACIONAL (PIGO) QUE TORNE MAIS EFICIENTE E ÁGIL AS TROCAS E O TRATAMENTO DE INFORMAÇÕES É ABSOLUTAMENTE FUNDAMENTAL PARA COMBATER E PREVENIR OS EFEITOS NEFASTOS RESULTANTES DO LARGO ESPETRO DE AMEAÇAS CRIMINAIS E REALIDADES CONTRAORDENACIONAIS QUE CADA VEZ MAIS FRAGILIZAM O ORDENAMENTO E A SEGURANÇA INTERNA NACIONAL.	MELHORIA DOS MECANISMOS DE COMANDO E CONTROLO OPERACIONAL, RACIONALIZAÇÃO DE MEIOS, IMPLEMENTAÇÃO DE SOLUÇÕES TIC COMUNS	2.235.000 €	2012	2020	ELABORAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E FUNCIONAIS	55% NÃO FOI ATRIBUÍDA MAIS VERBA NO PAI 2018	2017-2020 <b>MEDIDA 08</b> MODERNIZAÇÃO DO SIIOP - MODERSIIOP
SISTEMA DE DESPACHO, ARQUIVO E GESTÃO DOCUMENTAL - SDAGD	COM ESTE PROJETO A GNR PRETENDE CRIAR UM SISTEMA ÚNICO PARA GESTÃO DE DESPACHO MILITAR, ARQUIVO DOCUMENTAL GERAL E DOCUMENTOS DE NATUREZA MILITAR E PATRIMÓNIO MUSEOLÓGICO.	MELHORIA DOS MECANISMOS DE GOVERNANCE, REDUÇÃO DE CUSTOS, IMPLEMENTAÇÃO DE SOLUÇÕES TIC COMUNS	120.000 €	2015	2018	ANÁLISE DE REQUISITOS	100%	2017-2020 <b>MEDIDA 08</b> MODERNIZAÇÃO DO SIIOP - MODERSIIOP



TÍTULO DO PROJETO	DESCRIÇÃO DO PROJETO	IMPACTOS ESPERADOS	VALOR GLOBAL	CALENDARIZAÇÃO		AÇÃO EM CURSO	ESTADO DE IMPLEM. (%)	REFERÊNCIA
				INÍCIO (REAL)	FIM			
PLATAFORMA INTEGRADA DE GESTÃO DE RECURSOS INTERNOS DA GNR (PIGRI)	ESTA PLATAFORMA DEVERÁ SUPORTAR A INTEROPERABILIDADE ENTRE OS SISTEMAS INTERNOS DA GNR COM OS SISTEMAS DE ENTIDADES EXTERNAS, COMO É O CASO DAS ADAPTAÇÕES AO PROJETO DE GESTÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARTILHADA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (GERFIP), AO PROJETO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS PARTILHADA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (GERHUP), SISTEMA DE INFORMAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO (SIOE), AO PROGRAMA DE GESTÃO DO PATRIMÓNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO (PGPI), AO SISTEMA DE GESTÃO DO PARQUE DE VEÍCULOS DO ESTADO (SGPVE), ENTRE OUTROS.	MELHORIA DOS MECANISMOS DE GOVERNANCE, REDUÇÃO DE CUSTOS, IMPLEMENTAÇÃO DE SOLUÇÕES TIC COMUNS	2 230 400 €	2016	2020	Implementação e desenvolvimento	50%	2017-2020 MEDIDA 07 PIGRI
MODERNIZAÇÃO DO SIIOP – MODERSIIOP	MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA, DE PROCESSOS E FUNCIONALIDADES DO SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÕES OPERACIONAIS DE POLÍCIA, INCLUINDO O REFORÇO DO DESENVOLVIMENTO E INTEROPERABILIDADE COM SISTEMAS INTERNOS E EXTERNOS DAS FSS, INCLUINDO A PIIC, SIS II, ANSR E OUTROS NO ÂMBITO POLICIAL E CRIMINAL, PERMITINDO PROCESSAR E TRANSACIONAR INFORMAÇÃO DE DIVERSOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO INTERNOS E EXTERNOS À GNR, PARA FAZER “DATA WAREHOUSING”, “BUSINESS INTELLIGENCE” E OPERAÇÕES COMPLEXAS DE “REPORTING” E “DASHBOARDING” POLICIAL.	MELHORIA DOS MECANISMOS DE COMANDO E CONTROLO OPERACIONAL, RACIONALIZAÇÃO DE MEIOS, IMPLEMENTAÇÃO DE SOLUÇÕES TIC COMUNS	4 986 000 €	2016	2020	ELABORAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E FUNCIONAIS	50%	2017-2020 MEDIDA 08 MODERNIZAÇÃO DO SIIOP - MODERSIIOP





# Anexo 5

## BALANÇO SOCIAL

DECRETO-LEI N.º 190/96, DE 9 DE OUTUBRO



- PÁGINA EM BRANCO -



**GNR**  
GUARDA NACIONAL REPUBLICANA



# BALANÇO SOCIAL

2018

RELATÓRIO





*2018*  
*BALANÇO SOCIAL*







❖ *TÍTULO*

*BALANÇO SOCIAL 2018 – RELATÓRIO*

❖ *TEXTO, QUADROS, FIGURAS, GRÁFICOS E FOTOGRAFIAS*

*REPARTIÇÃO DE PLANEAMENTO*

*(RP)*

❖ *EDIÇÃO*

*DIVISÃO DE PLANEAMENTO, OBTENÇÃO E NOMEAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS  
(DPONRH)*

❖ *CONCEÇÃO TÉCNICA*

*DIREÇÃO DE RECURSOS HUMANOS*

*(DRH)*

❖ *DATA DE EDIÇÃO*

*31 de março de 2019*



## ÍNDICE DE CAPÍTULOS

7	11	15	21
NOTA PRÉVIA	I. SUMÁRIO EXECUTIVO	II. INTRODUÇÃO	III. CARATERIZAÇÃO DA GNR
25	27	33	73
IV. ORGANOGRAMA	V. EVOLUÇÃO DOS BALANÇOS SOCIAIS	VI. RECURSOS HUMANOS	VII. REMUNERAÇÃO E ENCARGOS
79	83	89	91
VIII. HIGIENE E SEGURANÇA	IX. FORMAÇÃO PROFISSIONAL	X. RELAÇÕES PROFISSIONAIS	XI. RESPONSABILIDADE SOCIAL
105	109	115	125
XII. NOTAS FINAIS	XIII. SÍNTESE	XIV. INDICADORES DE GESTÃO	XV. CONCEITOS E DEFINIÇÕES
131	137		
XVI. FONTES, BIBLIOGRAFIA E LEGISLAÇÃO	MATRIZ BS 2018 - FORMULÁRIO DGAEP		



## Siglas/Acrónimos

<b>ADSE</b>	<i>Direção-Geral de Proteção Social aos Funcionários e Agentes da AP</i>
<b>AM</b>	<i>Academia Militar</i>
<b>AP</b>	<i>Administração Pública</i>
<b>BS</b>	<i>Balanço Social</i>
<b>CG</b>	<i>Comando-Geral</i>
<b>CARI</b>	<i>Comando da Administração dos Recursos Internos</i>
<b>CO</b>	<i>Comando Operacional</i>
<b>CDF</b>	<i>Comando da Doutrina e Formação</i>
<b>CEI</b>	<i>Contrato Emprego Inserção</i>
<b>CPCb</b>	<i>Curso de Promoção a Cabo</i>
<b>CFG</b>	<i>Curso de Formação de Guardas</i>
<b>CFS</b>	<i>Curso de Formação de Sargentos</i>
<b>CO AM</b>	<i>Curso de Oficiais da Academia Militar</i>
<b>CGA</b>	<i>Caixa Geral de Aposentações</i>
<b>DRH</b>	<i>Direção de Recursos Humanos</i>
<b>DGAEP</b>	<i>Direção-Geral da Administração e do Emprego Público</i>
<b>EG</b>	<i>Escola da Guarda</i>
<b>EMGNR</b>	<i>Estatuto dos Militares da Guarda Nacional Republicana</i>
<b>FA</b>	<i>Forças Armadas</i>
<b>FP</b>	<i>Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais</i>
<b>FSS</b>	<i>Forças e Serviços de Segurança</i>
<b>GNR</b>	<i>Guarda Nacional Republicana</i>
<b>IEFP</b>	<i>Instituto do Emprego e Formação Profissional</i>
<b>LOGNR</b>	<i>Lei Orgânica da GNR</i>
<b>LOE</b>	<i>Lei do Orçamento de Estado</i>
<b>LTFP</b>	<i>Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas</i>
<b>MP</b>	<i>Mapa de Pessoal</i>
<b>MGPM</b>	<i>Mapa Geral do Pessoal Militar</i>
<b>MPM</b>	<i>Mapa de Pessoal Militar</i>
<b>PNT</b>	<i>Período Normal de Trabalho</i>
<b>PP</b>	<i>Pontos percentuais</i>
<b>PT</b>	<i>Postos de trabalho</i>
<b>RGIFA</b>	<i>Regime Geral das Infrações Fiscais e Aduaneiras</i>
<b>SIGRI</b>	<i>Sistema Integrado de Gestão dos Recursos Internos</i>
<b>SIGVC</b>	<i>Sistema Integrado de Gestão de Vencimentos</i>
<b>SIGFORM</b>	<i>Sistema Integrado de Gestão da Formação</i>
<b>SIGPES</b>	<i>Sistema Integrado de Gestão de Pessoal da GNR</i>
<b>SIOE</b>	<i>Sistema de Informação da Organização do Estado</i>
<b>SS</b>	<i>Segurança Social</i>
<b>UAF</b>	<i>Unidade de Ação Fiscal</i>
<b>UCC</b>	<i>Unidade de Controlo Costeiro</i>
<b>UNT</b>	<i>Unidade Nacional de Trânsito</i>
<b>UEPS</b>	<i>Unidade de Emergência de Proteção e Socorro</i>
<b>UI</b>	<i>Unidade de Intervenção</i>
<b>USHE</b>	<i>Unidade de Segurança e Honras de Estado</i>





*2018*  
*BALANÇO SOCIAL*





# *NOTA PRÉVIA*



## Nota prévia

### **A importância da gestão de pessoas**

*Nunca até à data se tinha falado tanto de choques geracionais ou do possível impacto das novas gerações nas organizações. Muito se fala sobre o que os millennials querem ou como agem, ou até mesmo o que valorizam. Entre os constantes inquéritos já realizados por inúmeras empresas, e um misto de opiniões de outras gerações, será que as organizações já os conseguem compreender?*

*Flexibilidade, equilíbrio entre a vida profissional e pessoal e espaço para o crescimento e desenvolvimento do talento jovem, são algumas das exigências colocadas pela geração millennial às organizações no que diz respeito à gestão de pessoas.*

*Neste sentido, a mudança nas organizações é hoje um fator incontornável, sendo que a gestão de talentos assume cada vez mais um papel de relevo. Esta transformação deve-se, sobretudo, às mudanças disruptivas do digital e aos recentes modelos de negócio e, não menos importante, às novas formas de pensar destas gerações.*

*No entanto, atualmente, existem dois desafios particularmente difíceis para as empresas, nomeadamente o do aumento da taxa de turnover, essencialmente das novas gerações, e a crescente diversidade geracional com que as organizações lidam com a entrada dos millennials, que detêm um perfil e uma atitude diferente perante o trabalho. Esta é assim uma nova realidade, com o qual as empresas vão ter que aprender a lidar, embora possa ser atenuada.*

### **Mas o que significam, realmente, estas mudanças para as organizações?**

*A melhor forma de enfrentar todas estas mudanças é responder de forma direta às necessidades das novas gerações e tentar compreender as suas características. Os millennials querem ser ouvidos e não querem que as suas ideias sejam ignoradas. Gostam de fazer parte das decisões, e preferem ambientes de trabalho mais informais. Em contrapartida, para fazerem face a um mercado de trabalho cada vez mais difícil, têm consciência de que é essencial serem inovadores, flexíveis e criativos no sentido de apoiarem as organizações onde trabalham.*

*Desta forma, o grande desafio para as organizações passa por conseguir compreender como é que irão reter profissionais que são considerados como sendo os que têm um menor sentimento de pertença e que exigem mais das empresas do que as gerações anteriores. Será que basta oferecer-lhes um bom salário ou outros benefícios? Uma promoção ou um cargo de destaque na organização? Não... O que, realmente, move um millennial na carreira é a obtenção de um contexto profissional ético, com uma missão sólida, humana, amiga da aprendizagem constante e com reconhecimento do seu mérito.*

*Como tal, é importante apostar em cada talento, criar oportunidades de formação que lhes permitam atualizar constantemente as suas competências, porque o que hoje é inovação, amanhã é obsoleto. É essencial motivá-los e fazê-los sentirem-se uma peça fundamental para o desenvolvimento da empresa, porque, de facto, estes novos talentos, cheios de novas ideias, novos conhecimentos de negócio e mais orientados para a tecnologia, irão possibilitar às organizações dar um passo em direção ao futuro, contribuindo para o seu desenvolvimento, tornando-as mais fortes e competitivas a nível global.*

*Segundo o estudo da Great Place to Work, não existem evidências de que essas mudanças conduzam a uma maior inovação dentro das empresas ou que levem a um aumento dos lucros, contudo, os números parecem indicar que as organizações que mais procuram integrar os millennials são também aquelas que têm conquistado melhores performances no seu negócio.*



Deste modo, torna-se essencial que as organizações procurem entender as diferenças geracionais e quais os drivers que impulsionam o envolvimento das diferentes gerações representadas na sua empresa. Ao adaptarem esta estratégia, os líderes das organizações terão uma maior capacidade para motivar as suas equipas e compreenderem que fatores devem trabalhar para conseguirem maiores taxas de retenção e atração de talentos.

Porém, para isso, as organizações têm de se tornar mais ágeis, diferenciadoras das restantes existentes no mercado, apostar em soluções analíticas que permitam agilizar os processos e tarefas de forma a conseguir reter os seus principais talentos.

*José Oliveira, CEO da BI4ALL  
Artigo de opinião publicado  
no meio PME Magazine  
em 6 de agosto, de 2018*

*E na Guarda Nacional Republicana, qual é o papel que as pessoas desempenham?*

Word cloud containing terms such as: Mercado, Executivos, Competências, Carreira, Liderança, Humano, Estratégias, Assessment, Candidato, Expertise, Treinamento, Cultura, Gestão, NPA, Pessoas, Orientar, Outplacement, Seleção, Coaching, Networking, Desenvolvimento, Oportunidade, Qualificar, Trabalho, Recrutamento, Informação, Profissional, Ferramentas, Criatividade, Relacionamento, Futuro, Talentos, Perfil, Gente, Crosser, Planejamento, Valores, Talento, Foco, Parceria, Negócios, Organizações, Diferencial, Metas, Processos, Networking, Oportunidade, Desenvolvimento, Trabalho, Recrutamento, Informação, Profissional, Ferramentas, Criatividade, Relacionamento, Futuro, Talentos.





*2018*  
*BALANÇO SOCIAL*







*CAPÍTULO I*  
*SUMÁRIO*  
*EXECUTIVO*



## I. *Sumário executivo*

O Balanço Social (BS) constitui, a par do Plano de Atividades, do Relatório de Atividades e do Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR), um instrumento de informação, planeamento, organização e apoio à gestão de recursos humanos, inserindo-se no ciclo anual de gestão, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 8.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, que estabelece o Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública (SIADAP).

Teoricamente, o BS é um conjunto de indicadores das ações realizadas num determinado período de tempo, no cumprimento das metas e objetivos traçados, tendo em vista demonstrar a realidade do organismo em matéria de recursos humanos. De facto, não basta o BS mensurar factos passados; ele deve ajudar a perceber a relação entre o organismo e a política socioeconómica, avaliar o desempenho e desenvolvimento dos recursos humanos através de um conjunto de instrumentos e indicadores financeiros, humanos e sociais e, daqui, contribuir para orientar a tomada de decisões.

Para que tais objetivos sejam alcançados, é imprescindível que o BS, como instrumento de gestão, seja uma demonstração real dos factos acontecidos com indicadores objetivos e informação qualitativa e quantitativa.

O BS da GNR relativo ao ano de 2018 foi elaborado de acordo com o Decreto-Lei n.º 190/96, de 9 de outubro, com observância das determinações, bem como das atualizações da página eletrónica da Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP), refletidas nos quadros adaptados que se encontram num ponto autónomo ao presente relatório.

Sem prejuízo do cumprimento dos critérios definidos por lei, sobre a recolha da informação a ser vinculada, o BS da GNR, relativo ao ano de 2018, irá procurar incluir outros elementos que, de acordo com a especificidade da sua missão, atribuições e competências, possibilitem um melhor conhecimento desta Instituição a todos os seus interlocutores e colaboradores institucionais e colaboradores não institucionais.

Para além dos indicadores de 2018, disponibiliza-se, ainda, uma análise comparativa dos mesmos, respeitante a anos anteriores, o que permite evidenciar, para além de outras questões importantes, a continuidade do esforço desenvolvido na evolução profissional dos seus efetivos aliado ao aumento da sua qualificação, contribuindo, assim, para o desenvolvimento das respetivas competências.

O presente Relatório de BS refere-se ao ano de 2018 e tem como referencial de análise o universo de trabalhadores da GNR em exercício de funções a 31 de dezembro. A Guarda dispunha de 23.022 trabalhadores, dos quais 22.345 dizem respeito ao efetivo militar e 677 ao efetivo civil.

De igual forma estão contabilizados 8 guardas-provisórios que frequentaram o Curso de Formação de Guardas (CFG) 2018 em regime de nomeação transitória por tempo determinado e que aguardavam decisão de processo de dispensa. Em regime de prestação de serviços na modalidade de contrato de avença encontram-se 43 trabalhadores.

Ao abrigo dos programas do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), nomeadamente, os Contratos Emprego Inserção (CEI) e os CEI +, foram integrados 187 trabalhadores ao longo do ano de 2018, que para efeitos de contabilização do número de pessoas em exercício de funções na Guarda, não são tidos para os efeitos.

Analisando os dados supramencionados, confirma-se que em 2018, manteve-se a tendência de diminuição gradual do efetivo verificada nos anos de 2016 e 2017. A Guarda sofreu uma redução do seu efetivo, fruto, em particular, da diminuição substancial das novas entradas em número bastante inferior ao das saídas.



*Assim, esta inversão na tendência de subida verificada em 2014 e 2015, a manter-se nos próximos anos, tornará inatingível o efetivo já alcançado, em anos anteriores.*

*A análise e avaliação dos dados facultados por este instrumento de gestão permitem uma reflexão sobre a estratégia a adotar relativamente à gestão dos recursos humanos da Guarda, por forma a contribuir para a consolidação do seu capital humano, o aumento da sua tecnicidade, o desenvolvimento das competências, o aumento da sua motivação, a diminuição do absentismo e a melhoria do clima organizacional, mas sem nunca abandonar as suas diversas especificidades, fatores essenciais para o aumento da eficácia, eficiência e qualidade do serviço prestado aos cidadãos.*

***A Guarda só existe e funciona porque é administrada por pessoas, com pessoas e para pessoas.***





*2018*  
*BALANÇO SOCIAL*





*CAPÍTULO II*  
*INTRODUÇÃO*



## II. Introdução

### 1. Enquadramento

Os balanços sociais constituem um dos instrumentos de planeamento e gestão nas áreas sociais e dos recursos humanos dos organismos da administração pública central e local com mais de 50 trabalhadores. Considerada a pertinência da informação publicada, importa avaliar se esses indicadores vão no sentido expectável e definido previamente pela organização da valorização dos seus trabalhadores, da sua realização pessoal e profissional, da sua identificação com a instituição e na melhoria das condições de vida através de apoios às suas famílias.

Os aspetos sociais envolvidos nas decisões organizacionais são um reconhecimento implícito da sua importância e impacto na sociedade que o rodeia. A responsabilidade social da organização integra preocupações sociais nos objetivos organizacionais, ao nível dos recursos humanos, nas escolhas e opções da redistribuição dos recursos disponíveis bem como no equilíbrio da relação de forças envolvidas, executivo, dirigentes, trabalhadores, famílias, e da sociedade em geral.

O BS é um documento utilizado pelas organizações para tornarem públicas as suas intenções e compromissos, visando a transparência das suas ações no exercício da responsabilidade social corporativa, trazendo ao público informações qualitativas e quantitativas. Os primórdios dos balanços sociais foram evoluindo e incorporando ao longo da evolução do mundo laboral a atenção dos princípios e valores das sociedades desenvolvidas bem como a preocupação pelos aspetos sociais e pela segurança dos trabalhadores que acentuaram a responsabilidades sociais das organizações públicas e privadas.

O raciocínio é simples, a melhoria da qualidade de vida privada dos trabalhadores e das suas famílias, melhora o desempenho e a produtividade dentro da instituição.

Finalmente, os balanços sociais pretendem incorporar indicadores de desempenho no âmbito do desenvolvimento social e pretendem ser:

- ✓ Um documento transversal do desempenho da organização nos diferentes campos de atividade;
- ✓ Uma publicitação das intenções e compromissos, visando a transparência das suas ações;
- ✓ Explicitar os impactos da responsabilidade social da atividade da organização na sociedade e demonstrar a sua abertura para dialogar com os diferentes públicos com os quais ela se relaciona.

Os aspetos centrais em que nos devemos concentrar estão descritos no preâmbulo do Decreto-Lei n.º 190/96 de 9 de outubro, que definiu os conceitos e as regras a ter em consideração na elaboração do documento pelos serviços e organismos da administração pública acima de determinada dimensão (> 50 trabalhadores), os quais são:

- ✓ Envolvimento de todas as pessoas e áreas afetas aos recursos humanos;
- ✓ Definição de indicadores gerais simples e estáveis no tempo;
- ✓ Entendimento das dinâmicas da política social, local de trabalho, segurança no emprego, etc.;
- ✓ Explicitação dos impactos da atividade da organização na sociedade e demonstrar sua abertura para dialogar com os diferentes públicos com os quais ela se relaciona;
- ✓ Cumprir o prazo de elaboração.

Os balanços sociais fornecem um conjunto de informações essenciais sobre a situação social das organizações, pondo em evidência pontos fortes e pontos fracos da gestão social dos recursos humanos, o grau de eficiência dos investimentos sociais e os programas de ação que visem a realização pessoal dos trabalhadores, a sua identificação com a empresa e a melhoria da sua própria vida.



A publicação do BS oferece uma proposta de diálogo entre os diferentes públicos envolvidos: públicos internos/trabalhadores, e públicos externos/fornecedores/consumidores/cidadãos, meio ambiente e sociedade.

O BS pode ainda ser norteador da incorporação de indicadores de desempenho ou desenvolvimento social, procurando demonstrar a eficiência das estratégias e ações realizadas pela organização. Estes indicadores podem ser, por exemplo:

- ✓ Indicadores humanos;
- ✓ Indicadores físicos;
- ✓ Indicadores financeiros.

Com estes indicadores poderemos estabelecer uma relação entre elementos de enquadramento social e da situação da organização por forma a apresentar uma análise do bem-estar dos indivíduos internamente ou externamente à organização e os quadros de gestão social, dispondo sobre os resultados obtidos pela organização e pelos indicadores sociais uma abordagem global e coerente.

## 2. Metodologia

O BS tem um papel a desempenhar, tanto mais relevante quanto maior for a riqueza dos dados que fornece e, apesar de ter um carácter predominantemente retrospectivo, procede à análise dos dados do passado recente, no sentido de criticamente se avaliar o presente, tendo em vista as opções para o futuro. De facto, este instrumento apresenta um conjunto de dados que permitem uma leitura do tecido dos recursos humanos que integram a GNR, sendo assim, mais um meio de avaliação transversal da organização.

A análise e avaliação deste instrumento de gestão permitem uma reflexão sobre a estratégia a adotar na gestão dos recursos humanos da Guarda e na sua adaptação às realidades que se avizinham.

Esta perspetiva torna-se ainda mais pertinente numa altura em que se aproxima uma reorganização através da revisão de regimes jurídicos estruturantes da Guarda, devendo esta mudança ser operada reconhecendo a realidade do seu capital humano, de forma a melhorar a eficiência e a eficácia, face às suas competências, dos padrões da qualidade da prestação do serviço ao cidadão, bem como o reforço dos laços de proximidade com a sociedade em geral.

O BS constitui ainda, um meio para conhecer, caracterizar e acompanhar a evolução dos respetivos recursos humanos, possibilitando uma atuação preventiva, proactiva e esclarecida aos decisores na gestão da Administração Pública (AP). Este facto adquire uma relevância crescente num contexto de reforma da AP, em curso, de contenção orçamental com fortes restrições à admissão de novos efetivos.

Numa perspetiva abrangente, é possível afirmar que o conhecimento detido, a experiência acumulada, as competências adquiridas, a aquisição de novos talentos, são componentes do capital humano e como tal, elementos potenciadores das sinergias que permitem alcançar os desideratos organizacionais.

“Pela Lei e Pela Grei” são, nos tempos que correm, tarefas crescentemente difíceis. É por isso, essencial que, neste ambiente fortemente restritivo, a Guarda mantenha a capacidade para cumprir, em segurança e com eficácia e eficiência, as missões atribuídas, regenerar meios e garantir as adequadas qualificações dos seus militares e civis. Para tal, são determinantes uma execução criteriosa e uma eficiente gestão dos recursos humanos e financeiros, de forma a honrar a nossa cultura de serviço, as atitudes, os valores e os princípios, que nos dignificam, nos orgulham e nos trazem o reconhecimento dos portugueses.



### 3. Análise qualitativa e interpretativa

Os dados apresentados foram obtidos através das plataformas eletrónicas Sistema Integrado de Gestão de Recursos Internos (SIGRI), Sistema Integrado de Gestão de Pessoal (SIGPES), Sistema Integrado de Gestão de Vencimentos (SIGVC), Sistema Integrado de Gestão da Formação (SIGFORM) e informação disponibilizada pelos Órgãos Superiores de Comando e Direção e pelas secções de recursos humanos das unidades.

Por uma questão de coerência na divulgação de dados estatísticos relativos aos recursos humanos, na elaboração do presente documento, levou-se em linha de conta a informação constante na Lei n.º 57/11, de 28 de novembro, que institui e regula o funcionamento do Sistema de Informação da Organização do Estado (SIOE). Assim, também este instrumento de gestão procura ir ao encontro dos critérios definidos pela DGAEP.

A matriz do BS está concretizada nos quadros e informações gráficas sucintas com dados estatísticos basilares relativos aos recursos humanos, acompanhados da respetiva análise descritiva, que pretende ir mais longe através das leituras qualitativas que se apresentam.

De forma a permitir uma análise comparativa, elencaram-se os dados estatísticos referentes ao último triénio. Para alguns dos indicadores apresentados, utilizaram-se quadros e gráficos para apresentação dos resultados, sendo ainda apresentado um conjunto de indicadores de gestão – índices e taxas – que, para facilitar a consulta, se encontram sintetizados num ponto autónomo no presente relatório.

A exposição dos dados em quadros ou gráficos foi comentada de forma simples, deixando ao leitor a possibilidade de observar a informação numa forma sintética, fomentando a investigação e a literacia estatística relacionada com este tema. Existiu uma preocupação de não romper com as séries de dados já existentes no passado, por que só assim se poderá garantir para o futuro uma verdadeira análise evolutiva da realidade dos nossos recursos humanos.

Ao contrário dos anos anteriores em que o formulário DGAEP devidamente preenchido era disponibilizado em anexo, optou-se este ano, pela criação de um ponto autónomo “Matriz BS 2018 - Formulário DGAEP (quadros adaptados)” que preserva a matriz original, altera a mancha gráfica e adapta-o apenas às carreiras existentes na Guarda.

O presente relatório do BS 2018 encontra-se assim, estruturado da seguinte forma:

	<u>Nota prévia</u>
	<u>Capítulo I: Sumário executivo</u>
	<u>Capítulo II: Introdução</u>
	<u>Capítulo III: Caracterização da GNR</u>
	<u>Capítulo IV: Organograma</u>
	<u>Capítulo V: Análise evolutiva dos recursos humanos</u>
	<u>Capítulo VI: Recursos humanos</u>
	<u>Capítulo VII: Remuneração e encargos</u>
	<u>Capítulo VIII: Higiene e segurança</u>
	<u>Capítulo IX: Formação profissional</u>
	<u>Capítulo X: Relações profissionais</u>
	<u>Capítulo XI: Responsabilidade social</u>
	<u>Capítulo XII: Notas finais</u>
	<u>Capítulo XIII: Síntese</u>
	<u>Capítulo XIV: Indicadores de gestão</u>
	<u>Capítulo XV: Conceitos e definições</u>
	<u>Capítulo XVI: Fontes, bibliografia e legislação</u>
	<u>Matriz BS 2018 - Formulário DGAEP (quadros adaptados)</u>

**Relatório  
BS 2018**

Figura 1 – Estrutura do relatório do BS 2018





Desta forma, o presente relatório do BS 2018 propõem-se dar resposta às seguintes questões:



Figura 2 – Objetivos e perguntas de partida para elaboração do relatório do BS

#### 4. Calendarização

Até 31 de Março

- ✓ Elaboração do BS, com referência a 31 de dezembro do ano anterior;
- ✓ Remessa do BS à comissão de trabalhadores ou, na falta desta, às comissões ou delegações sindicais existentes que, no prazo de 15 dias, deverão emitir parecer escrito;
- ✓ Remessa ao membro do Governo competente para conhecimento e apreciação.

Até 15 de Abril

- ✓ Divulgação por todos os trabalhadores através da sua afixação, de forma visível, nos locais de trabalho;
- ✓ Remessa de cópia às organizações sindicais da função pública que o solicitem;
- ✓ Remessa de cópia à secretaria-geral do respetivo ministério;
- ✓ Remessa ao membro de governo que tiver a seu cargo a AP.

#### 5. Competência

De acordo com o disposto na alínea g) do artigo 11.º, do Decreto Regulamentar n.º 19/2008, de 27 de novembro, conjugado com a alínea d) do artigo 22.º do Despacho n.º 11.132/2018, do Exmo. Comandante-Geral, de 11 de novembro, compete à Divisão de Planeamento, Obtenção e Nomeação de Recursos Humanos (DPONRH) da Direção de Recursos Humanos (DRH) a elaboração do BS.

Compete à Divisão de Planeamento Estratégico e Relações Internacionais (DPERI) no âmbito do n.º 2 do artigo 26.º da Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro (LOGNR) conjugado com a alínea b) e a alínea e) do artigo 4.º do Despacho n.º 11.132/2018, do Exmo. Comandante-Geral, de 11 de novembro, elaborar o Plano e o Relatório de Atividades da Guarda e coordenar, no âmbito do ciclo de gestão, a elaboração do BS e o desenvolvimento do SIADAP.





*2018*  
*BALANÇO SOCIAL*





*CAPÍTULO III*  
*CARACTERIZAÇÃO*  
*DA GNR*



### III. Caracterização da GNR

#### 1. Definição

*A GNR é uma força de segurança de natureza militar, constituída por militares organizados num corpo especial de tropas e dotada de autonomia administrativa.*

*A GNR tem por missão, no âmbito dos sistemas nacionais de segurança e proteção, assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, bem como colaborar na execução da política de defesa nacional, nos termos da Constituição e da lei.*

#### 2. Dependência

*A GNR depende do membro do Governo responsável pela área da administração interna.*

*As forças da GNR são colocadas na dependência operacional do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, através do seu comandante-geral, nos casos e termos previstos nas Leis de Defesa Nacional e das Forças Armadas e do regime do estado de sítio e do estado de emergência, dependendo, nesta medida, do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional no que respeita à uniformização, normalização da doutrina militar, do armamento e do equipamento.*

#### 3. Atribuições

*Constituem atribuições da GNR:*

- ✓ *Garantir as condições de segurança que permitam o exercício dos direitos e liberdades e o respeito pelas garantias dos cidadãos, bem como o pleno funcionamento das instituições democráticas, no respeito pela legalidade e pelos princípios do Estado de direito;*
- ✓ *Garantir a ordem e a tranquilidade públicas e a segurança e a protecção das pessoas e dos bens;*
- ✓ *Prevenir a criminalidade em geral, em coordenação com as demais forças e serviços de segurança;*
- ✓ *Prevenir a prática dos demais atos contrários à lei e aos regulamentos;*
- ✓ *Desenvolver as ações de investigação criminal e contraordenacional que lhe sejam atribuídas por lei, delegadas pelas autoridades judiciárias ou solicitadas pelas autoridades administrativas;*
- ✓ *Velar pelo cumprimento das leis e regulamentos relativos à viação terrestre e aos transportes rodoviários, e promover e garantir a segurança rodoviária, designadamente, através da fiscalização, do ordenamento e da disciplina do trânsito;*
- ✓ *Garantir a execução dos atos administrativos emanados da autoridade competente que visem impedir o incumprimento da lei ou a sua violação continuada;*
- ✓ *Participar no controlo da entrada e saída de pessoas e bens no território nacional;*
- ✓ *Proteger, socorrer e auxiliar os cidadãos e defender e preservar os bens que se encontrem em situações de perigo, por causas provenientes da ação humana ou da natureza;*
- ✓ *Manter a vigilância e a proteção de pontos sensíveis, nomeadamente infraestruturas rodoviárias, ferroviárias, aeroportuárias e portuárias, edifícios públicos e outras instalações críticas;*
- ✓ *Garantir a segurança nos espetáculos, incluindo os desportivos, e noutras atividades de recreação e lazer, nos termos da lei;*
- ✓ *Prevenir e detetar situações de tráfico e consumo de estupefacientes ou outras substâncias proibidas, através da vigilância e do patrulhamento das zonas referenciadas como locais de tráfico ou de consumo;*





- ✓ *Participar na fiscalização do uso e transporte de armas, munições e substâncias explosivas e equiparadas que não pertençam às demais forças e serviços de segurança ou às Forças Armadas, sem prejuízo das competências atribuídas a outras entidades;*
- ✓ *Participar, nos termos da lei e dos compromissos decorrentes de acordos, designadamente em operações internacionais de gestão civil de crises, de paz e humanitárias, no âmbito policial e de proteção civil, bem como em missões de cooperação policial internacional e no âmbito da União Europeia e na representação do País em organismos e instituições internacionais;*
- ✓ *Contribuir para a formação e informação em matéria de segurança dos cidadãos;*
- ✓ *Prosseguir as demais atribuições que lhe forem cometidas por lei.*

*Constituem, ainda, atribuições da GNR:*

- ✓ *Assegurar o cumprimento das disposições legais e regulamentares referentes à proteção e conservação da natureza e do ambiente, bem como prevenir e investigar os respetivos ilícitos;*
- ✓ *Garantir a fiscalização, o ordenamento e a disciplina do trânsito em todas as infraestruturas constitutivas dos eixos da Rede Nacional Fundamental e da Rede Nacional Complementar, em toda a sua extensão, fora das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto;*
- ✓ *Assegurar, no âmbito da sua missão própria, a vigilância, patrulhamento e interceção terrestre e marítima, em toda a costa e mar territorial do continente e das Regiões Autónomas;*
- ✓ *Prevenir e investigar as infrações tributárias, fiscais e aduaneiras, bem como fiscalizar e controlar a circulação de mercadorias sujeitas à ação tributária, fiscal ou aduaneira;*
- ✓ *Controlar e fiscalizar as embarcações, seus passageiros e carga, para os efeitos previstos na alínea anterior e, supletivamente, para o cumprimento de outras obrigações legais;*
- ✓ *Participar na fiscalização das atividades de captura, desembarque, cultura e comercialização das espécies marinhas, em articulação com a Autoridade Marítima Nacional e no âmbito da legislação aplicável ao exercício da pesca marítima e cultura das espécies marinhas;*
- ✓ *Executar ações de prevenção e de intervenção de primeira linha, em todo o território nacional, em situação de emergência de proteção e socorro, designadamente nas ocorrências de incêndios florestais ou de matérias perigosas, catástrofes e acidentes graves;*
- ✓ *Colaborar na prestação das honras de Estado;*
- ✓ *Cumprir, no âmbito da execução da política de defesa nacional e em cooperação com as Forças Armadas, as missões militares que lhe forem cometidas;*
- ✓ *Assegurar o ponto de contacto nacional para intercâmbio internacional de informações relativas aos fenómenos de criminalidade automóvel com repercussões transfronteiriças, sem prejuízo das competências atribuídas a outros órgãos de polícia criminal.*

#### **4. Enquadramento legal**

*Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 1-A/2008, de 4 de janeiro (LOGNR) - Aprova a Orgânica da GNR.*

*Lei n.º 145/99, de 1 de setembro, alterado pela Lei n.º 66/2014, de 28 de agosto - Aprova o Regulamento de Disciplina da GNR (RDGNR).*





*Decreto-Lei n.º 298/2009, de 14 de outubro alterado pelo Decreto-Lei n.º 46/2014, de 24 de março e pelo Decreto-Lei n.º 113/2018, de 18 de dezembro - Aprova o sistema remuneratório dos militares da GNR.*

*Decreto-Lei n.º 30/2017, de 22 de março, - Aprova o Estatuto dos Militares da GNR (EMGNR).*

*O Decreto-Lei n.º 113/2018 de 18 de dezembro cria, aditando às unidades especializadas existentes na GNR, a Unidade de Emergência de Proteção e Socorro (UEPS), definindo a sua missão e âmbito territorial.*

*Resolução do Conselho de Ministros n.º 37/2002, de 28 de fevereiro - Regista a adoção, pelos agentes da GNR e da Polícia de Segurança Pública, do Código Deontológico do Serviço Policial.*

*Portaria n.º 279/2000, de 15 de fevereiro - Aprova o Regulamento de Avaliação do Mérito dos Militares da GNR (RAMMGNR).*

*Despacho n.º 10393/2010, de 05 de maio - Aprovação do Regulamento Geral do Serviço da GNR (RGSGNR).*

*Ao militar da GNR são ainda aplicáveis a Lei de Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar, a Lei de Defesa Nacional (LDN), a Lei de Segurança Interna, o Código de Justiça Militar (CJM), o Regulamento de Disciplina Militar, o Regulamento de Continências e Honras Militares, o Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas (RMMMCF), o Regulamento das Medalhas de Segurança Pública, com os ajustamentos adequados às características estruturais deste corpo especial de tropas e constantes dos respetivos diplomas legais ou em outros regulamentos.*





# *CAPÍTULO IV*

## *ORGANOGRAMA*



## IV. Organograma

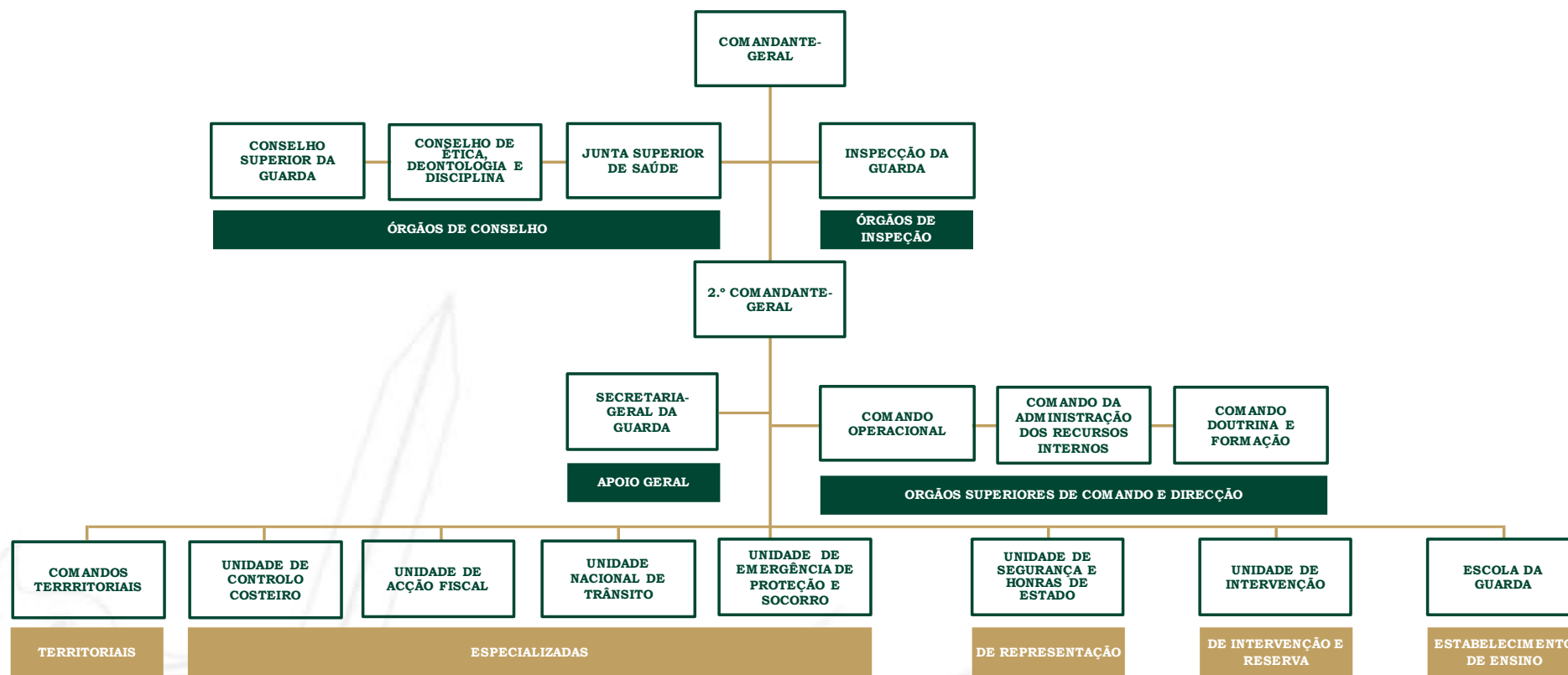


Figura 3 – Estrutura orgânica da GNR

LOGNR;

Decreto-Lei n.º 113/2018 de 18 de dezembro;

Portaria n.º 1450/2008, de 16 de dezembro alterada pela Declaração de Retificação n.º 14/2009, de 10 de fevereiro e pela Portaria n.º 20/2010, de 11 de janeiro;

Decreto-Regulamentar n.º 19/2008, de 27 de novembro;

Despacho n.º 11132/2018, de 11 de novembro.





*CAPÍTULO V*  
*ANÁLISE EVOLUTIVA*  
*DOS RECURSOS*  
*HUMANOS*



## V. *Análise evolutiva dos recursos humanos (1997/2017)*

O BS foi institucionalizado para os organismos autónomos da AP, através do Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de julho e tornado obrigatório, em 1996, para todos os serviços e organismos com 50 ou mais trabalhadores, através do Decreto-Lei n.º 190/96, de 09 de outubro.

A partir de 1997, com a entrada em vigor da do Decreto-Lei n.º 190/96, de 09 de outubro, a Guarda elabora os balanços sociais que devem refletir o universo de trabalhadores da GNR em exercício de funções a 31 de dezembro.

### 1. *Efetivos globais*

No período compreendido entre 1997 e 2009, o número total de efetivos manteve-se constante acima dos 25.000 efetivos.

No período compreendido entre 2010 e 2013 assistimos a uma diminuição sistemática do número total de efetivos, e em 2014 ocorreu uma inversão do decréscimo observado no quinquénio em referência. O ano de 2015 acompanha a tendência de acréscimo do número total de efetivos do exercício anterior, atingindo o valor de 23.418.

No ano de 2016 assistimos a uma nova diminuição do número total de efetivos (-87), invertendo, desta forma a tendência de acréscimo do número total de efetivos do exercício anterior.

No ano de 2017 assistimos a uma nova diminuição do número total de efetivos (-213), mantendo, desta forma a tendência de decréscimo do número total de efetivos do exercício anterior.

Nesta análise temporal ocorreu uma diminuição de 2.558 efetivos, cerca de 9,96%.

A relação entre os polos máximos e mínimos do horizonte temporal, verificada entre 2000 e 2013, é de menos 4.368 efetivos.

A ilustrar estas afirmações apresenta-se de seguida o Gráfico 1:

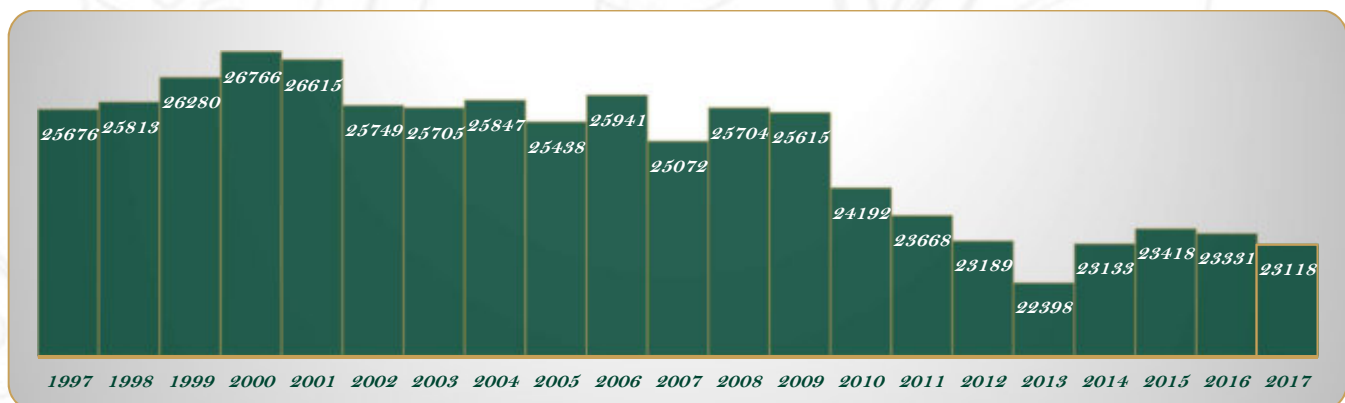


Gráfico 1- Efetivos globais (1997/2017)

O Quadro 1 elucida-nos sobre a taxa de variação anual do número de efetivos, que no triénio 2010-2013 decresceu 7,60%, em média anual, tendo, no entanto, havido um acréscimo de 4,51% do número de efetivos em 2014 e 2015, o que traduz uma inversão do decréscimo observado.



Em 2017 a taxa decresceu 0,91%, o que traduz a manutenção do decréscimo observado no anterior exercício em referência, materializada, designadamente, pela falta de procedimentos concursais de ingresso, de acordo com os movimentos de saída de recursos humanos verificados.

Resulta, assim, uma taxa de variação anual média negativa de 4,37%.

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
N.º de efetivos	24192	23668	23189	22398	23133	23418	23331	23118
Taxa de variação anual		-2,17%	-2,02%	-3,41%	3,28%	1,23%	-0,37%	-0,91%

Quadro 1 – Efetivos globais/taxa de variação anual (2011/2017)

## 2. Efetivos militares

No período compreendido entre 1997 e 2006, o número total de efetivos manteve-se constante, acima dos 25.000 efetivos.

No período compreendido entre 2009 e 2013 assistimos a uma diminuição sistemática do número total de efetivos militares, e em 2014 ocorreu uma inversão do decréscimo observado no quinquénio em referência. O ano de 2015 acompanha a tendência de acréscimo do número total de efetivos do exercício anterior atingindo em 2015 o valor de 22.676.

No ano de 2016 assistimos a uma nova diminuição do número total de efetivos (-68), invertendo, desta forma a tendência de acréscimo do número total de efetivos do exercício anterior.

No ano de 2017 assistimos a uma nova diminuição do número total de efetivos (-185), mantendo, desta forma a tendência de decréscimo do número total de efetivos do exercício anterior.

Nesta análise temporal ocorreu uma diminuição de 2.868 efetivos, cerca de 11,34%.

A relação entre os polos máximos e mínimos do horizonte temporal, verificada entre 2000 e 2013, é de menos 4.342 efetivos.

A ilustrar estas afirmações apresenta-se de seguida o Gráfico 2:

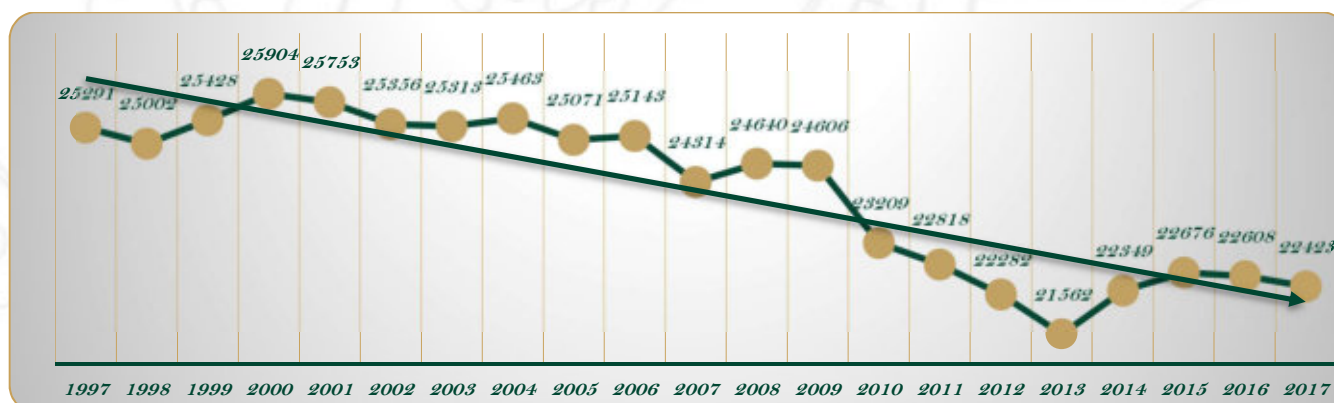


Gráfico 2 – Efetivos militares (1997/2017)



De seguida apresenta-se a evolução do efetivo por categoria, de acordo com o Gráfico 3:



Gráfico 3 – Efetivos militares por categoria (1997/2017)

O Quadro 2 elucida-nos sobre a taxa de variação anual do número de efetivos, que no triénio 2010-2013 decresceu 7,26%, em média anual, tendo, no entanto, havido um acréscimo de 5,11% do número de efetivos, em 2014 e 2015, o que traduz uma inversão do decréscimo observado no anterior exercício em referência.

Em 2017 a taxa decresceu 0,82% o que traduz a manutenção do decréscimo observado no anterior exercício em referência.

Resulta, assim, uma taxa de variação anual média negativa de 3,27%.

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
N.º de efetivos militares	23209	22818	22282	21562	22349	22676	22608	22423
Taxa de variação anual		-1,68%	-2,35%	-3,23%	3,65%	1,46%	-0,30%	-0,82%

Quadro 2 – Efetivos militares/taxa de variação anual (2011/2017)

### 3. Efetivos civis

No período compreendido entre 1998 e 2001, o número total de efetivos manteve-se constante acima dos 800 efetivos.

No período compreendido entre 2002 e 2005 assistimos a uma diminuição sistemática do número total de efetivos que se manteve constante abaixo dos 400 efetivos atingindo o polo mínimo do horizonte temporal em 2005 com cerca de 367 efetivos.

No período compreendido entre 2007 e 2008 assistimos a um aumento sistemático do número total de efetivos, atingindo o polo máximo do horizonte temporal em 2008 com cerca de 1.064 efetivos.

No período compreendido entre 2009 e 2015 (com exceção do ano de 2012) assistimos a uma diminuição sistemática do número total de efetivos.

O ano de 2016 acompanha a tendência de decréscimo do número total de efetivos do exercício anterior atingindo o valor de 723 efetivos.

Nesta análise temporal ocorreu um acréscimo de 310 efetivos, cerca de 80,52%.



A relação entre os polos máximos e mínimos do horizonte temporal, verificada entre 2005 e 2008, é de mais 697 efetivos.

No ano de 2016 assistimos a uma nova diminuição do número total de efetivos (-19), acompanhando, desta forma a tendência de decréscimo do número total de efetivos do exercício anterior.

No ano de 2017 assistimos a uma nova diminuição do número total de efetivos (-28), mantendo, desta forma a tendência de decréscimo do número total de efetivos do exercício anterior.

A ilustrar estas afirmações apresenta-se de seguida o Gráfico 4:

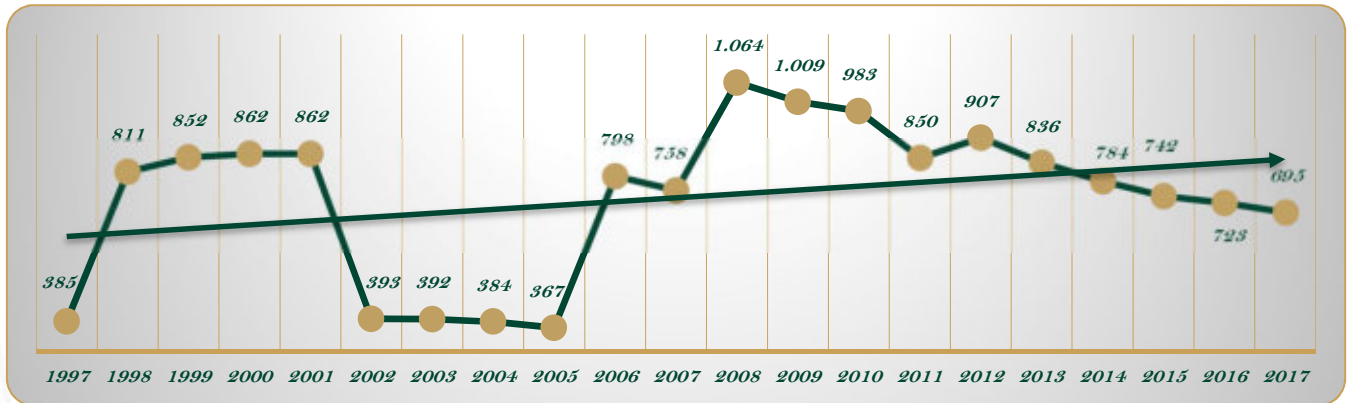


Gráfico 4 – Efetivos civis (1997/2017)

O Quadro 3 elucida-nos sobre a taxa de variação anual do número de efetivos, que no triénio 2013–2016 diminuiu 21,97%, em média anual.

Em 2017 a taxa decresceu 3,87% o que acompanha o decréscimo observado no anterior exercício em referência.

Resulta, assim, uma taxa de variação anual média negativa de 32,66%.

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
N.º de efetivos civis	983	850	907	836	784	742	723	695
Taxa de variação anual		-13,53%	6,71%	-7,83%	-6,22%	-5,36%	-2,56%	-3,87%

Quadro 3 – Efetivos civis/taxa de variação anual (2011/2017)

Como corolário da análise que vem sendo explanada, verifica-se que em 2017 assistiu-se à manutenção da tendência de descida quer do quantitativo de efetivos globais, quer do quantitativo de efetivos militares que vem a ocorrer desde 2016, e em relação aos efetivos civis, os quantitativos têm vindo a diminuir desde 2013, mantendo a mesma trajetória alcançada nos exercícios anteriores.



*2018*  
*BALANÇO SOCIAL*





*CAPÍTULO VI*  
*RECURSOS*  
*HUMANOS*



## VI. Recursos humanos

A GNR tem ao seu serviço pessoal militar e civil. Os militares da GNR dispõem de um estatuto próprio – o EMGMR. Conforme se dispõe nos artigos 19.º da LOGMR e 10.º do referido diploma, os militares da GNR estão sujeitos à condição militar, nos termos da Lei de Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar.

Da condição militar do pessoal da GNR decorrem as restrições ao exercício de certos direitos, liberdades e garantias, que vigoram igualmente para os militares das FA, nos termos da Lei de Defesa Nacional e da Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas.

Quanto ao pessoal civil ao serviço da GNR, é-lhes aplicável a Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas (LTFP) aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho com as alterações introduzidas até ao Decreto-Lei n.º 6/2019, de 14 de janeiro.

### 1. Efetivos segundo o vínculo jurídico

Dos 23.022 efetivos em funções na Guarda a 31 de dezembro de 2018, verifica-se que cerca de 98,27% (22.623 efetivos) encontram-se em regime de nomeação definitiva.

Em regime de nomeação transitória por tempo determinado encontram-se 0,03%, 8 guardas-provisórios que frequentaram o CFG 2018 e que aguardavam decisão de processo de dispensa.

Em contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado encontram-se 1,70% (391 efetivos).

Em regime de prestação de serviços na modalidade de contrato de avença encontram-se 43 trabalhadores, que se dividem em grupo/cargo/carreira: médica, técnico superior e técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica.

O gráfico 5 reflete os efetivos segundo a relação jurídica de emprego:

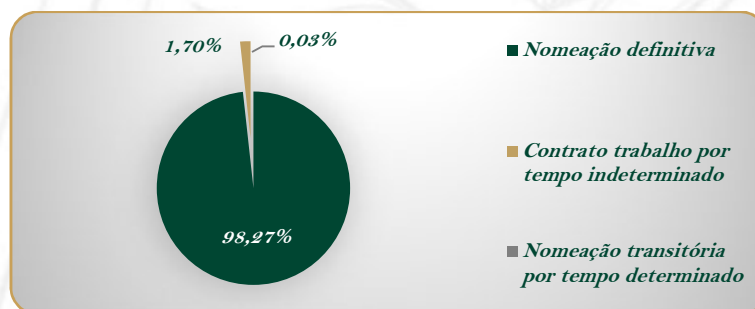


Gráfico 5 – Efetivos segundo a relação jurídica de emprego

O gráfico 6 apresenta a variação por pontos percentuais da distribuição de efetivos por relação jurídica de emprego em comparação com o período homólogo:



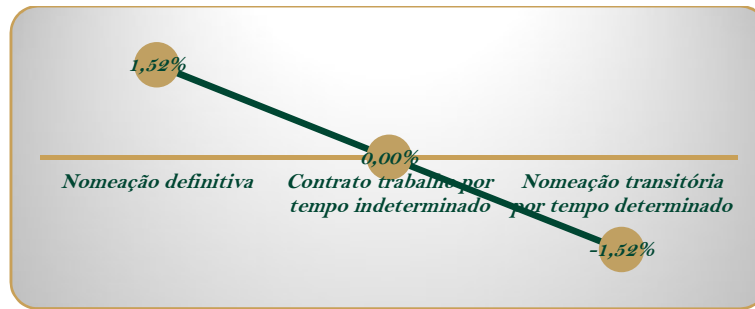


Gráfico 6 – Efetivos por relação jurídica de emprego (2017/2018)

Constata-se que a nomeação definitiva apresenta um aumento de 258 efetivos em relação ao exercício anterior, o contrato de trabalho por tempo indeterminado apresenta uma diminuição de 3 efetivos e a nomeação transitória por tempo determinado apresenta uma diminuição de 351 efetivos.

Em relação à distribuição de efetivos por grupo/cargo/carreira, analisando o Quadro 4 em função da sua expressão numérica e percentual constata-se que, fruto da sua natureza, a Guarda é uma Instituição maioritariamente constituída por militares, representando estes, em 31 de dezembro de 2018, 97,06% (22.345 militares), sendo a categoria de guardas a mais representativa, com 82,80% (19.062) do total de militares.

Verifica-se que cerca de 2,94% (677 efetivos) correspondem ao efetivo civil.

Em 31 de dezembro, os efetivos encontravam-se distribuídos segundo a modalidade de vinculação e género de acordo com o seguinte quadro:

Grupo/Cargo/Carreira/ Modalidades de vinculação	Nomeação definitiva		Contrato trabalho por tempo indeterminado		Nomeação transitória por tempo determinado		Total p/ género		Total	
	M	F	M	F	M	F	M	F	T	%
Assistente operacional			6	247			6	247	253	1,10%
Assistente técnico			12	60			12	60	72	0,31%
Docente			1	9			1	9	10	0,04%
Enfermeiro				1				1	1	0,004%
Forças Armadas - Oficiais	20						20		20	0,09%
Informática			3	2			3	2	5	0,02%
Médico			6	7			6	7	13	0,06%
Militares - Oficiais	756	70					756	70	826	3,59%
Militares - Sargentos	2295	142					2 295	142	2437	10,59%
Militares - Guardas	17733	1321			8		17741	1321	19062	82,80%
Outro pessoal de segurança	280	6					280	6	286	1,24%
Técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica				6				6	6	0,03%
Técnico superior			5	26			5	26	31	0,13%
Total por vínculo e género	21084	1539	33	358	8		21125	1897	23022	100,00%
	22623		391		8		23022			
	98,27%		1,70%		0,03%		100,00%			

Quadro 4 – Efetivos segundo a modalidade de vinculação e género (Quadro 1 DGAEP)

Em relação ao efetivo civil, os grupos/cargos/carreiras mais representativas são a de «outro pessoal de segurança» onde estão inseridos os guardas-florestais, com cerca de 1,24% (286 trabalhadores), seguida dos «assistentes operacionais» com 1,10% (253 efetivos).



O gráfico 7 expressa a representação gráfica da distribuição dos efetivos segundo a relação jurídica de emprego:



Gráfico 7 - Efetivos segundo a relação jurídica de emprego

No que se refere ao índice de enquadramento que, no caso da GNR, expressa a relação entre o total de efetivos e o quantitativo de efetivos que exercem funções de comando, de direção ou de chefia (categoria de oficiais e categoria de sargentos), verifica-se um decréscimo do valor em 2018, de cerca de 0,39 pontos percentuais (pp) em comparação com o exercício anterior.

O gráfico 8 regista a evolução da taxa de enquadramento no ultimo triénio:

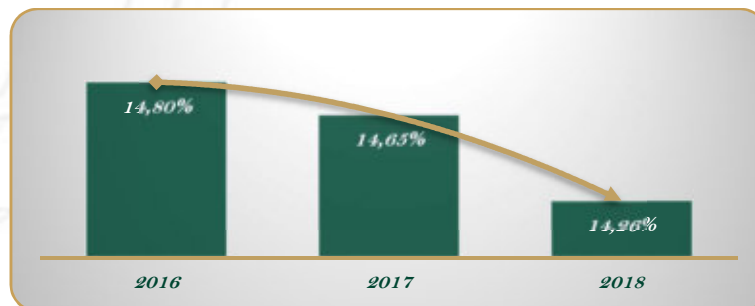


Gráfico 8 - Taxa de enquadramento (2016/2018)

A diminuição da taxa é explicada pela redução de 103 efetivos militares (+7 oficiais e -110 sargentos), pelo aumento de 25 efetivos militares (guardas) e pela diminuição de 18 efetivos civis ao efetivo global. A ocupação dos cargos dirigentes corresponde a uma taxa de enquadramento de 14,26%.

O quadro 5 mostra os efetivos (categoria de oficiais e categoria de sargentos) que ocupam cargos dirigentes:

	Masculino	Feminino	Total
Forças Armadas - Oficiais	20	0	20
Militares - Oficiais	756	70	826
Militares - Sargentos	2295	142	2437
Total	3071	212	3283

Quadro 5 - Efetivos (cargos dirigentes)

O gráfico 9 regista a evolução da taxa de feminização dirigente no ultimo triénio:

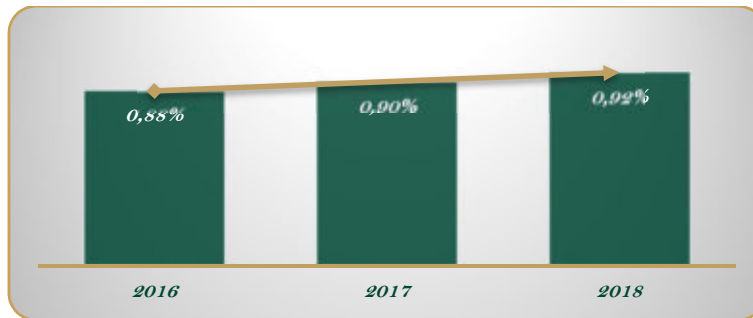


Gráfico 9 – Taxa de feminização dirigente (2016/2018)

O gráfico 10 exhibe a percentagem de dirigentes por efetivos:

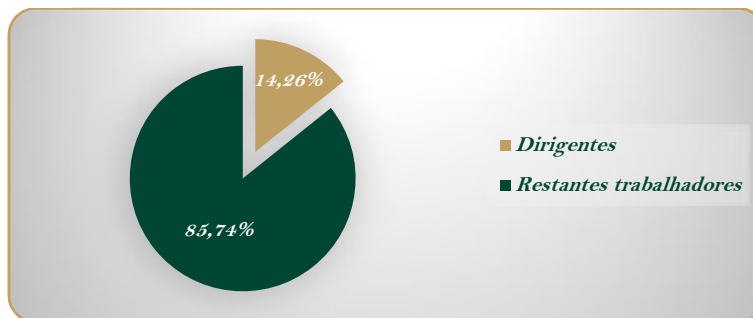


Gráfico 10 – Efetivos dirigentes

A taxa de feminização dirigente subiu em relação ao ano anterior (0,02 pp) e cifra-se nos 0,92%.

## 2. Efetivos segundo os grupos profissionais

Detalhando a análise do número de efetivos civis por grupo profissional, assistimos a um decréscimo nos grupos «assistente operacional e «outro pessoal de segurança» e um acréscimo no grupo «médico» e «técnico superior».

Verifica-se a tendência de redução, dos últimos anos, do quantitativo do efetivo civil em exercício de funções na GNR, registando-se um decréscimo de 18 efetivos, cerca de 2,59% em relação ao ano de 2017.

O gráfico 11 espelha a evolução dos efetivos civis por grupo profissional em comparação com o período homólogo:

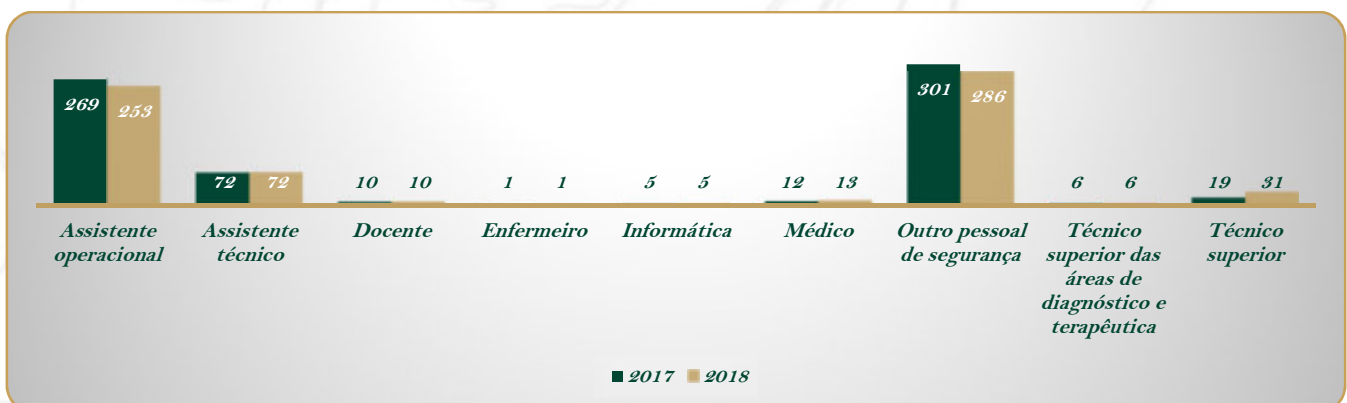


Gráfico 11 – Efetivos civis por grupo profissional (2017/2018)

O Gráfico 11 mostra-nos ainda que existem sobretudo três grandes grupos profissionais: «outro pessoal de segurança», «assistente operacional» e «assistente técnico», que agrupam no seu conjunto 90,25% dos efetivos civis.



Destes três o maior é o grupo de «outro pessoal de segurança», que conta com 42,25% do total dos efetivos civis, seguindo-se o «assistente operacional», com 37,37%.

Globalmente, a GNR tem nas suas fileiras 846 oficiais, 2.437 sargentos e 19.062 guardas, totalizando 22.345 militares. Obtém-se por isso uma relação oficial/sargentos/guardas de 1/2,88/22,53 e uma relação sargento/guardas de 1/7,82.

Pormenorizando a análise do número de efetivos militares por grupo profissional, assistimos a um decréscimo do número de militares nos grupos «forças armadas - oficiais» e «militares-sargentos», que no seu todo refletem a perdas de 112 efetivos militares em relação ao ano anterior.

No grupo profissional «militares-oficiais» verifica-se o acréscimo de 9 militares, já no grupo profissional «militares-guardas» verifica-se o acréscimo de 25 militares.

Constata-se no ano de 2018 um saldo negativo de 78 efetivos militares, cerca de 0,35%, em relação ao ano de 2017.

O gráfico 12 apresenta a evolução dos efetivos militares por grupo profissional em comparação com o período homólogo:

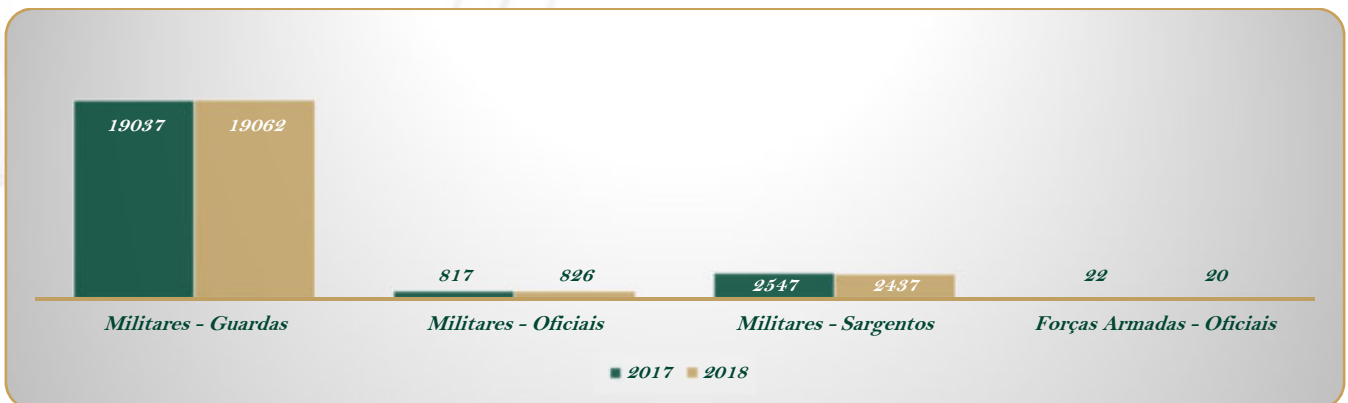


Gráfico 12 – Efetivos militares por grupo profissional (2017/2018)

O Gráfico 12 mostra-nos ainda que existem sobretudo dois grandes grupos profissionais: «militares guardas» e «militares sargentos», que agrupam no seu conjunto 96,21% dos efetivos militares. Destes três o maior é o grupo de «militares guardas», que conta com 85,31% do total de efetivos, seguindo-se os «militares sargentos», com 10,91%.

O gráfico 13 reflete a variação dos efetivos militares e dos efetivos civis por grupo profissional em comparação com o período homólogo:

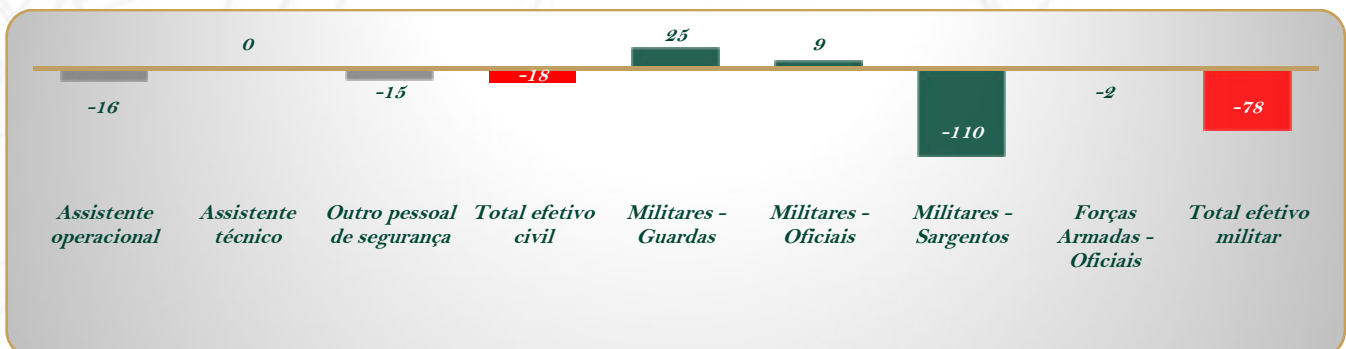


Gráfico 13 – Efetivos por grupo profissional (2017/2018)



Assim, conclui-se em relação às entradas e saídas ocorridas em 2018 que existiu um decréscimo de 78 efetivos militares e o decréscimo de 18 efetivos civis que resulta num saldo negativo de 96 efetivos cerca de 0,42% do efetivo, em relação ao ano de 2017.

### 3. Efetivos segundo a unidade orgânica

Os 23.022 efetivos em efetividade de funções, a 31 de dezembro de 2018, encontravam-se distribuídos pela estrutura orgânica da Guarda, como de seguida se apresenta:

Estrutura orgânica		Efetivo militar	Efetivo civil	Total
Comando-Geral	Comando	388	21	409
	CO	326	5	331
	CARI	709	49	758
	CDF	30		30
CTer Aveiro		1 086	22	1 108
CTer Beja		710	16	726
CTer Braga		967	35	1 002
CTer Bragança		621	24	645
CTer Castelo Branco		651	35	686
CTer Coimbra		829	59	888
CTer Évora		719	15	734
CTer Faro		1 180	15	1 195
CTer Guarda		603	33	636
CTer Leiria		789	31	820
CTer Lisboa		1 100	25	1 125
CTer Portalegre		584	16	600
CTer Porto		1 492	31	1 523
CTer Santarém		893	27	920
CTer Setúbal		1 134	25	1 159
CTer Viana do Castelo		579	25	604
CTer V Real		655	64	719
CTer Viseu		838	56	894
CTer Açores		241	6	247
CTer Madeira		200	2	202
UNT		142		142
UCC		881	13	894
UAF		351	3	354
USHE		1 011	5	1 016
UI		1 767	2	1 769
EG		869	17	886
Total		22 345	677	23 022

Quadro 6 – Efetivos segundo a unidade orgânica

Verifica-se que a Unidade de Intervenção é a unidade com maior efetivo militar, 1.767 militares e o Comando Territorial de Vila Real apresenta o maior efetivo civil, 64 civis.

O gráfico 14 expressa a representação gráfica da distribuição dos efetivos segundo a unidade orgânica:

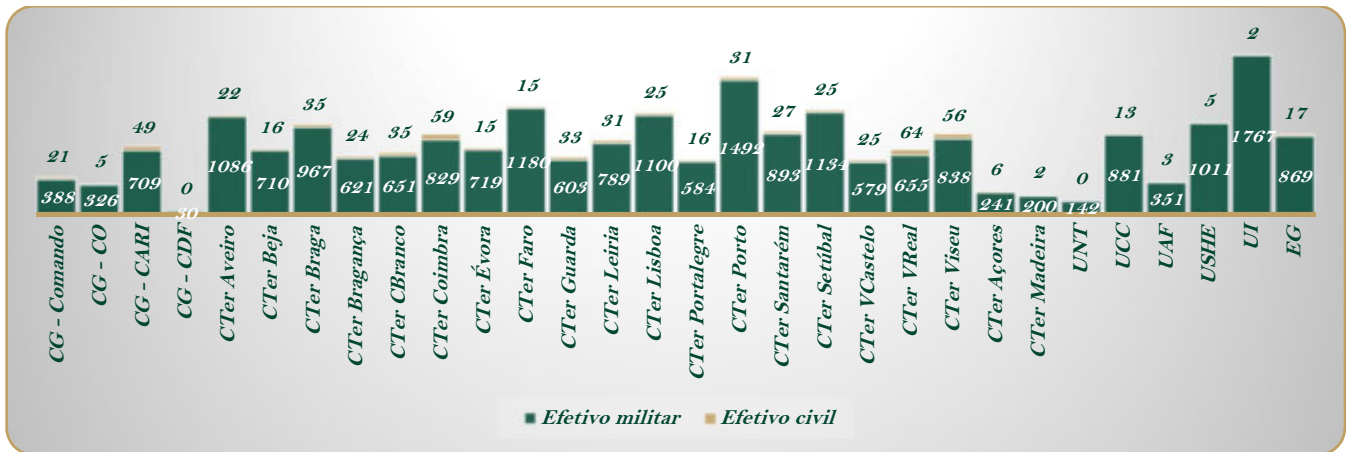


Gráfico 14 – Efetivos segundo a unidade orgânica

Constata-se que em relação ao efetivo militar e em comparação com o exercício anterior, o maior aumento de efetivo registou-se na Unidade de Intervenção (439 militares) seguida da Escola da Guarda (60 militares) e do Comando Territorial do Porto (52 militares).

A unidade que apresenta a maior diminuição de efetivo é o Comando Territorial de Setúbal com menos 119 militares, seguida da Unidade de Segurança e Honras de Estado que registou um decréscimo de 88 militares e o Comando Territorial de Faro com um decréscimo de 85 militares.

O gráfico 15 exibe a variação dos efetivos militares segundo a unidade orgânica em comparação com o período homólogo:



Gráfico 15 – Efetivos militares segundo a unidade orgânica (2017/2018)

Em relação ao efetivo civil e em comparação com o exercício anterior, apenas o CG - CARI e o CG - Comando registaram o maior aumento de efetivo civil (5 e 2, respetivamente), a unidade que apresenta a maior diminuição de efetivo é o Comando Territorial da Guarda, que registou um decréscimo de 5 civis seguida do Comando Territorial de Viana do Castelo que registou um decréscimo de 4 civis.

O gráfico 16 reflete a variação dos efetivos civis segundo a unidade orgânica em comparação com o período homólogo:



Gráfico 16 – Efetivos civis segundo a unidade orgânica (2017/2018)

Os 23.022 efetivos em efetividade de funções, a 31 de dezembro de 2018, encontravam-se distribuídos pela estrutura orgânica da Guarda e por género, como de seguida se demonstra:

Estrutura orgânica	Efetivo		Total	
	Feminino	Masculino		
<b>Comando-Geral</b>	<b>Comando</b>	64	345	409
	<b>CO</b>	26	305	331
	<b>CARI</b>	143	615	758
	<b>CDF</b>	1	29	30
<b>CTer Aveiro</b>	103	1 005	1 108	
<b>CTer Beja</b>	40	686	726	
<b>CTer Braga</b>	91	911	1 002	
<b>CTer Bragança</b>	42	603	645	
<b>CTer Castelo Branco</b>	50	636	686	
<b>CTer Coimbra</b>	79	809	888	
<b>CTer Évora</b>	31	703	734	
<b>CTer Faro</b>	119	1 076	1 195	
<b>CTer Guarda</b>	36	600	636	
<b>CTer Leiria</b>	97	723	820	
<b>CTer Lisboa</b>	111	1 014	1 125	
<b>CTer Portalegre</b>	24	576	600	
<b>CTer Porto</b>	139	1 384	1 523	
<b>CTer Santarém</b>	77	843	920	
<b>CTer Setúbal</b>	128	1 031	1 159	
<b>CTer Viana do Castelo</b>	50	554	604	
<b>CTer V Real</b>	47	672	719	
<b>CTer Viseu</b>	68	826	894	
<b>CTer Açores</b>	20	227	247	
<b>CTer Madeira</b>	11	191	202	
<b>UNT</b>	5	137	142	
<b>UCC</b>	42	852	894	
<b>UAF</b>	24	330	354	
<b>USHE</b>	92	924	1 016	
<b>UI</b>	59	1 710	1 769	
<b>EG</b>	78	808	886	
<b>Total</b>	<b>1 897</b>	<b>21 125</b>	<b>23 022</b>	

Quadro 7 – Efetivos por estrutura orgânica e género



Verifica-se que Comando-Geral-CARI é a unidade com maior efetivo feminino, 143 militares e a Unidade de Intervenção apresenta o maior efetivo masculino, 1.710 efetivos.

#### 4. Efetivos na situação de reserva na efetividade de serviço

Os militares na situação de reserva, ou ao transitar para esta situação, podem prestar serviço efetivo.

A função atribuída e o regime de serviço devem ser adequados à idade, desgaste sofrido e respetivo posto bem como compatível com as qualificações específicas dos militares e com as necessidades e conveniência do serviço.

Nos termos do n.º 6 do artigo 84.º do EMGNR, compete ao Exmo. Comandante-Geral definir as funções e o regime de serviço para os militares na situação de reserva na efetividade de serviço.

Em relação ao efetivo militar em exercício de funções a 31 de dezembro de 2018 (22.345 militares), verifica-se que cerca de 6,07% (1.356 trabalhadores) encontram-se a prestar serviço na situação de reserva na efetividade de serviço.

O quadro 8 exibe a distribuição dos efetivos militares por categoria na situação de reserva na efetividade de serviço segundo a estrutura orgânica:

Estrutura orgânica	Categoria			Total	
	Oficiais	Sargentos	Guardas		
Comando-Geral	CMD	13	3	22	38
	CARI	3	10	80	93
	CO	3	4	8	15
	CDF			1	1
<b>CTer Aveiro</b>					
		2	41	43	
<b>CTer Beja</b>					
		1	22	23	
<b>CTer Braga</b>					
		1	35	36	
<b>CTer Bragança</b>					
		3	34	37	
<b>CTer Castelo Branco</b>					
		4	57	61	
<b>CTer Coimbra</b>					
		5	48	53	
<b>CTer Évora</b>					
		7	83	90	
<b>CTer Faro</b>					
		3	43	46	
<b>CTer Guarda</b>					
		1	41	42	
<b>CTer Leiria</b>					
		2	27	29	
<b>CTer Lisboa</b>					
	1	1	78	80	
<b>CTer Portalegre</b>					
	1	2	75	78	
<b>CTer Porto</b>					
	1	3	56	60	
<b>CTer Santarém</b>					
		1	69	70	
<b>CTer Setúbal</b>					
		1	70	71	
<b>CTer Viana do Castelo</b>					
		3	26	29	
<b>CTer V Real</b>					
		5	43	48	
<b>CTer Viseu</b>					
		1	34	35	
<b>CTer Açores</b>					
		1	19	20	
<b>CTer Madeira</b>					
		1	11	12	
<b>UNT</b>					
		1	8	9	
<b>UCC</b>					
		7	61	68	
<b>UAF</b>					
		1	13	14	
<b>USHE</b>					
		17	50	67	
<b>UI</b>					
		1	41	42	
<b>EG</b>					
			46	46	
<b>Total</b>					
	22	92	1 242	1 356	

Quadro 8 – Efetivos militares na situação de reserva na efetividade de serviço segundo a unidade orgânica





De acordo com o Despacho n.º 255/17-OG, de 28 de dezembro, os militares na situação de reserva na efetividade de serviço, sem prejuízo das disposições estatutárias, desempenham funções profissionais próprias do seu posto e quadro, nas mesmas condições dos militares do ativo, incluindo atividades de serviço interno, de natureza operacional, administrativa, logística, especializada, técnica, formação, docência, assessoria ou outras de natureza equivalente.

Os militares na situação de reserva na efetividade de serviço desempenham, igualmente, os serviços ordinários e eventuais de nomeação por escala, e outros serviços para os quais sejam nomeados.

Os militares na situação de reserva na efetividade de serviço não podem ser nomeados para o desempenho de funções de comando, direção e chefia, sem prejuízo das nomeações que forem decididas por despacho do Ex.mo. Comandante-Geral.

Os 1.356 militares a prestar serviço na reserva na efetividade de serviço em 31 de dezembro de 2018, encontravam-se distribuídos pela estrutura orgânica da Guarda, como de seguida se apresenta:

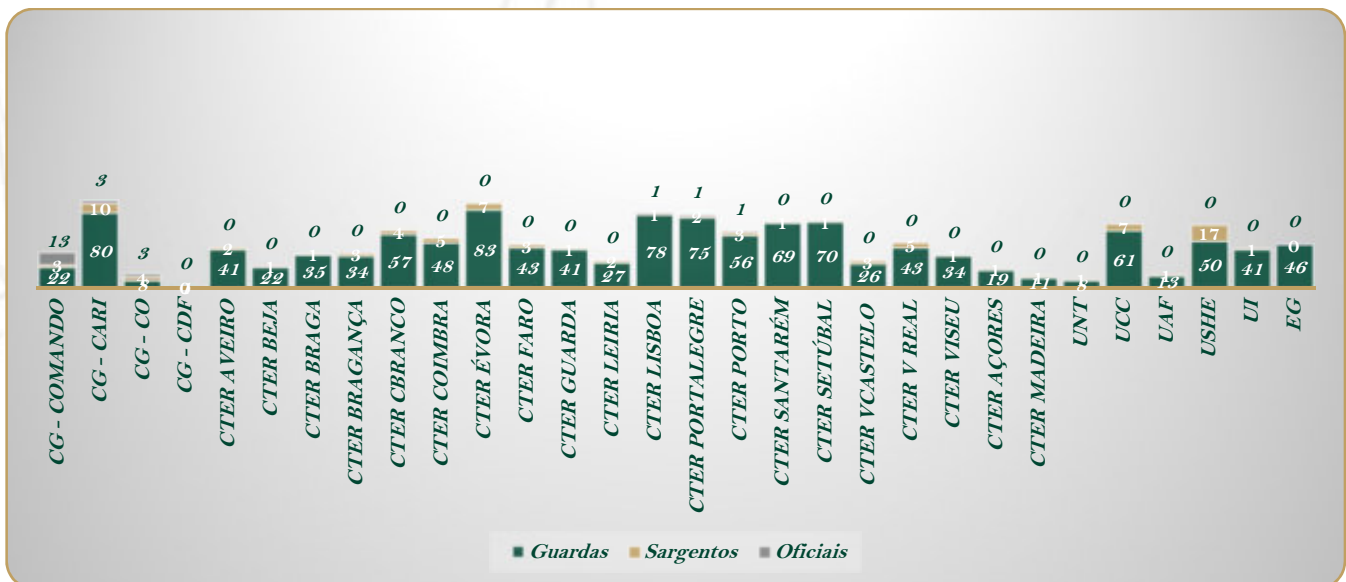


Gráfico 17 – Efetivos militares na situação de reserva na efetividade de serviço segundo a unidade orgânica

No entanto, deve ser notado que este universo eleva o quantitativo de militares nos escalões etários superiores, que conduzirá num curto espaço de tempo, a uma grande saída de efetivos para fora da efetividade de serviço.

O gráfico 18 expressa a variação dos efetivos na situação de reserva na efetividade de serviço segundo a unidade orgânica em comparação com o período homólogo:



Gráfico 18 – Efetivos militares na situação de reserva na efetividade de serviço segundo a unidade orgânica (2017/2018)

A Unidade de Controlo Costeiro foi a unidade que mais perdeu efetivo a prestar serviço na reserva na efetividade de serviço, menos 45 militares seguida do CG-CARI com menos 37 militares em comparação com o exercício do ano anterior.

## 5. Efetivos por género

Dos 23.022 efetivos, 21.125 são homens, o que corresponde a 91,76% do total de efetivos e apenas 1.897 são mulheres, o que corresponde a 8,24%, do total de efetivos.

O universo respeitante ao efetivo feminino tem vindo a aumentar, nos últimos anos.

O gráfico 19 apresenta os efetivos por carreira e género:

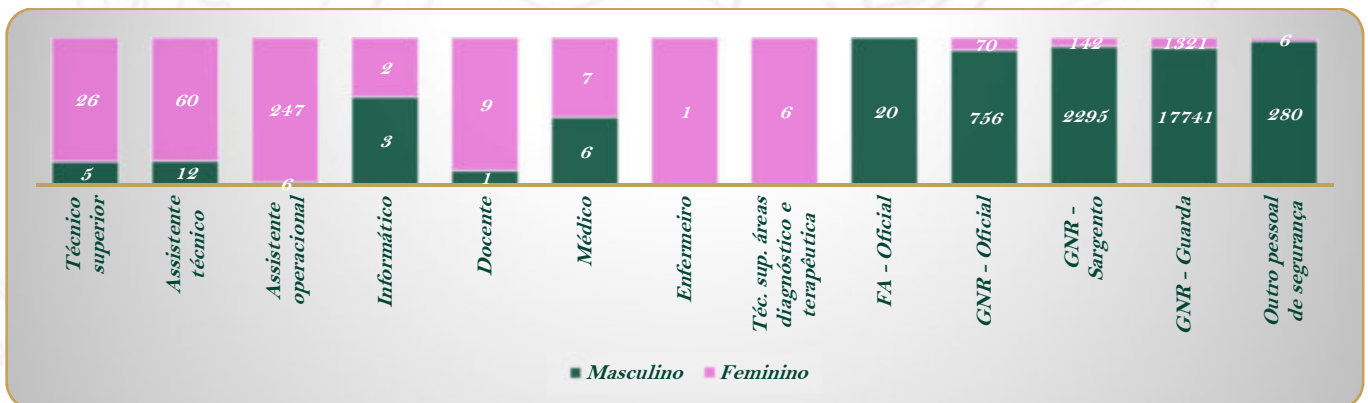


Gráfico 19 – Efetivos por carreira e género

Da análise dos dados por distribuição de efetivos por carreira e género, continua a verificar-se uma predominância do sexo masculino no universo dos efetivos sendo especialmente notória nos grupos correspondentes ao efetivo militar, excetuando-se os grupos profissionais de «técnico superior», «assistente técnico», «assistente operacional», «docente», «médico», «enfermeiro» e «técnico superior nas áreas de diagnóstico e terapêutica», embora com pouca expressividade, contrariam assim a tendência global.



A representatividade por género, em 2018, situou-se em valores ligeiramente acima dos registados em 2017, com a diferença de apenas 0,19 pp. O grupo masculino teve uma descida de igual pp face ao período homólogo do ano anterior, mas continua a ser predominante, com 91,76% do total de efetivos.

A relação homem/mulher, em 2018, situou-se em 11,13, significando que a proporção verificada neste ano foi de cerca de 11 efetivos do sexo masculino por cada efetivo do sexo feminino. Ainda assim, verificou-se uma ligeira descida nesta relação, de 0,30 comparativamente com o ano anterior.

Esta realidade traduz-se numa taxa de feminização de 8,24%. Este facto explica-se, principalmente, pelo recrutamento externo com destino ao Curso de Oficiais da Academia Militar (CO AM) e ao Curso de Formação de Guardas (CFG), onde o género feminino veio a ocupar 50 lugares dos 633 disponíveis.

O gráfico 20 regista a evolução da taxa de feminização no último triénio:

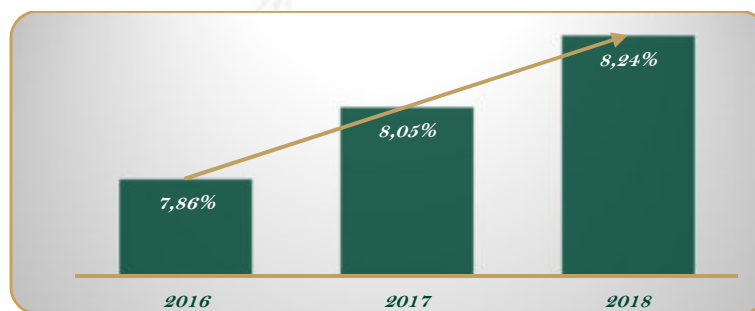


Gráfico 20 – Taxa de feminização (2016/2018)

A taxa de feminização registou um ligeiro incremento (0,19 pp), face ao ano anterior, situando-se nos 8,24%.

## 6. Efetivos por escalão etário

O escalão etário mais representativo situou-se em 2018, no intervalo dos 40-44 anos, com 5.124 trabalhadores, representando 22,26% do efetivo global, seguido do intervalo 35-39 com 4.669 trabalhadores, representando 20,28% do efetivo global.

O quadro 9 apresenta os efetivos por escalão etário segundo o género:

	Homens	Mulheres	Total
< 20 anos	12	1	13
20-24	577	55	632
25-29	1 948	261	2 209
30-34	3 159	413	3 572
35-39	4 196	473	4 669
40-44	4 847	277	5 124
45-49	2 981	138	3 119
50-54	2 932	64	2 996
55-59	411	96	507
60-64	54	87	141
65-69	8	32	40
Total	21 125	1 897	23 022

Quadro 9 – Efetivos por escalão etário segundo o género (Quadro 2 DG AEP)



Comparativamente com 2017 verificou-se um aumento de efetivos em 2,72 pp nos escalões menos de 24, 40 a 44 e 55 a 69 anos. Contudo, os escalões 25 a 39 anos e 45 a 54 anos perderam igual expressão face ao ano 2017, em cerca de 2,72 pp.

É igualmente na faixa etária dos 30 a 34 e 35 a 39 anos que se concentra a grande maioria dos efetivos femininos, com cerca de 46,71% do total de mulheres. Já no que respeita aos efetivos do sexo masculino, a maior concentração ocorre no escalão dos 40 aos 44 anos, com 22,94% do total de efetivos masculinos.

O gráfico 21 exibe uma pirâmide etária dos efetivos por escalão etário e género:

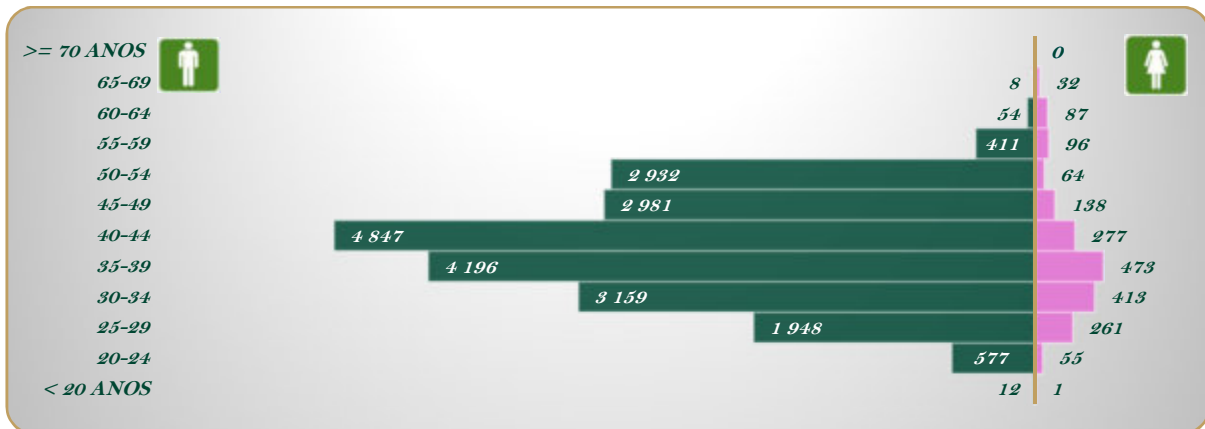


Gráfico 21 – Efetivos por escalão etário e género (pirâmide etária)

O gráfico 22 reflete a distribuição percentual do efetivo por escalão etário:

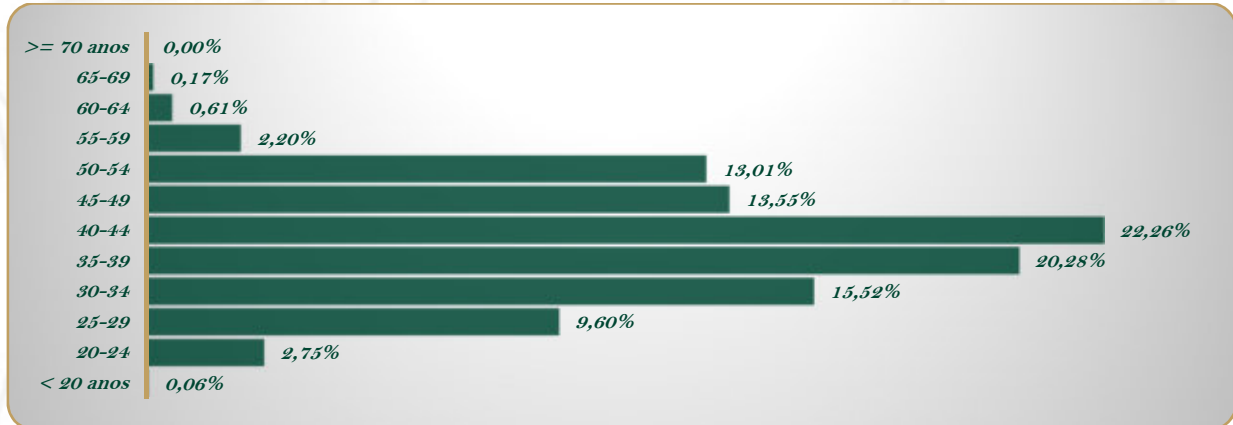


Gráfico 22 – Efetivos por escalão etário

O gráfico 23 regista a evolução do nível etário no último triénio:

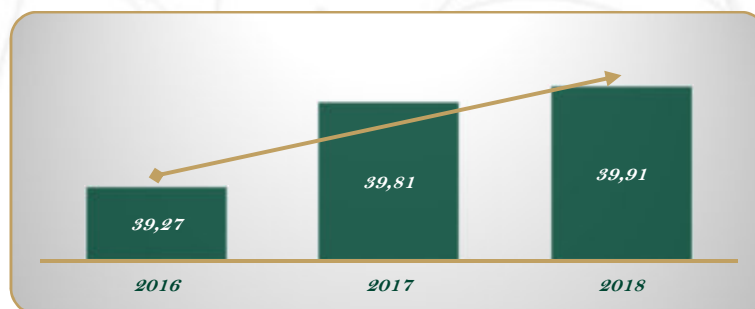


Gráfico 23 – Nível etário (2016/2018)



O nível etário, no ano em análise, é de 39,91 anos, aumentando ligeiramente face ao ano anterior (0,10 anos). Tal deve-se ao facto de ter existido um decréscimo acentuado no número de militares que passaram à situação de reserva para fora da efetividade de serviço.

Contudo, o ingresso nos quadros da GNR, de militares provenientes do COAM e do CFG ajudou a mitigar a propensão de subida deste nível.

O gráfico 24 regista a evolução do leque etário no último triénio:

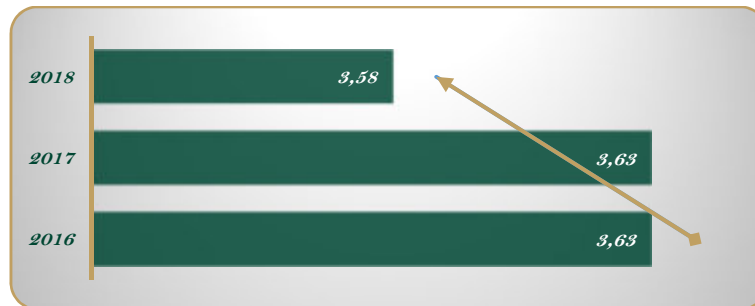


Gráfico 24 – Leque etário (2016/2018)

O leque etário é de 3,58 e tem uma amplitude de 49 anos, representando a diferença entre o trabalhador mais novo (19 anos) e o mais velho (68 anos), este valor diminuiu 0,05 em relação ao exercício anterior.

O gráfico 25 regista a evolução da taxa de envelhecimento no último triénio:

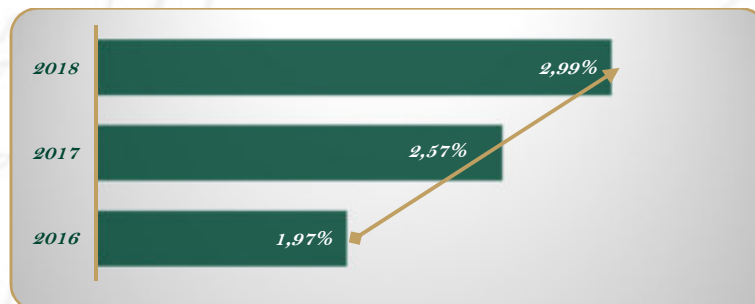


Gráfico 25 – Taxa de envelhecimento (2016/2018)

A taxa de envelhecimento, que tem como referência os trabalhadores com idade igual ou superior a 55 anos x 100, sobre o total de trabalhadores ao serviço, situou-se nos 2,99%.

Esta taxa revela uma tendência de subida (0,42 pp), facto imputado às passagens à situação de reserva/aposentação também terem sofrido uma diminuição.

A confirmação do observado através de outros indicadores, sobre a tendência do envelhecimento do efetivo é confirmada através do Gráfico 25.

Em 2017, a taxa de envelhecimento situou-se nos 2,57%, menos 0,50 pp que o ano anterior. A saída de efetivos por motivo de reserva/reforma/aposentação, o que conduz naturalmente à saída de efetivos dos escalões etários superiores foi reduzida, logo o índice de envelhecimento continuou a crescer. Em 2018 esta taxa mantém a tendência de subida.

O gráfico 26 regista a evolução da taxa de emprego jovem no último triénio:

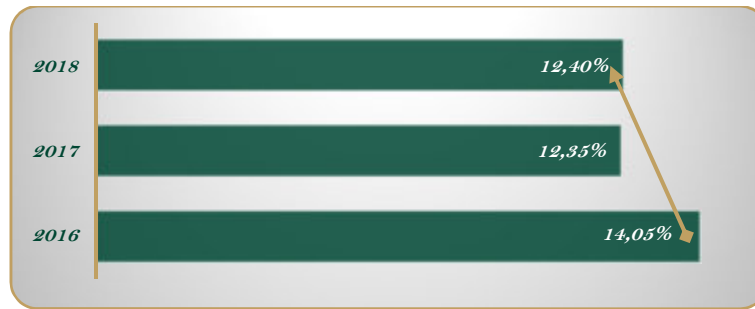


Gráfico 26 – Taxa de emprego jovem (2016/2018)

A taxa de emprego jovem subiu em relação ao ano anterior (0,05 pp) e cifra-se nos 12,40%.

O quadro 10 mostra a distribuição dos efetivos por escalão etário segundo o grupo profissional:

	< 20 anos	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60-64	65-69	Média
Técnico superior					3	4	10	6	3	3	2	50,06
Assistente técnico					1	8	6	16	23	13	5	54,71
Assistente operacional					5	9	32	43	69	69	26	56,35
Informático					1		1	1		1	1	53,00
Docente						1	6		1	1	1	51,00
Médico							1		4	5	3	60,46
Enfermeiro								1				52,00
Técnico superior áreas diagnóstico e terapêutica							2	1	2	1		53,67
F. A. - Oficial						1	1	6	10	2		54,75
GNR - Oficial		38	150	194	180	75	48	106	33	2		37,14
GNR - Sargento			3	193	446	770	591	361	73			43,42
GNR - Guarda	13	594	2 056	3 185	4 031	4 214	2 392	2 428	144	5		39,04
Outro pessoal de segurança					2	42	29	27	145	39	2	53,92

Quadro 10 – Efetivos por escalão etário segundo o grupo profissional (Quadro 2 DGAEF)

Numa decomposição dos níveis etários pelos grupos profissionais, podemos concluir que apenas o grupo “GNR - guarda” conta com efetivos abaixo dos 20 anos de idade.

O gráfico 27 expressa a média etária por grupo profissional:



Gráfico 27 – Média etária por grupo profissional



O grupo profissional com a idade média mais elevada é o de «médico» com 60,46 anos.

O grupo profissional com idade média mais baixa é o «GNR – oficial» e “GNR – guarda» com a idade média de 37,14 anos e 39,04 anos, respetivamente.

## 7. Efetivos por antiguidade

O quadro 11 apresenta a distribuição dos efetivos por antiguidade:

	Efetivos
Até 5 anos	1 474
5-9 Anos	1 695
10-14 Anos	3 247
15-19 Anos	3 915
20-24 Anos	3 844
25-29 Anos	3 623
30-34 Anos	2 631
35-39 Anos	2 227
40 ou mais anos	366

Quadro 11 – Efetivos em função da antiguidade (Quadro 3 DGAEP)

O escalão com 15-19 anos de antiguidade continua a ser o que agrupa maior número de trabalhadores, com cerca de 17,01% do total de efetivos, seguido pelos trabalhadores cuja antiguidade se encontra no escalão dos 20 aos 24 anos, com cerca de 16,70%.

O quadro 11 evidencia, conjuntamente com os restantes indicadores, a existência de 2.593 trabalhadores (11,26%) que se encontram nos escalões 35-39 anos e 40 ou mais anos que evidenciam uma tendência de saída de efetivos, num curto espaço de tempo, para a reserva/reforma/aposentação.

O gráfico 28 mostra-nos a densidade de efetivos escalonados por intervalos de idades e expressos em valores percentuais:

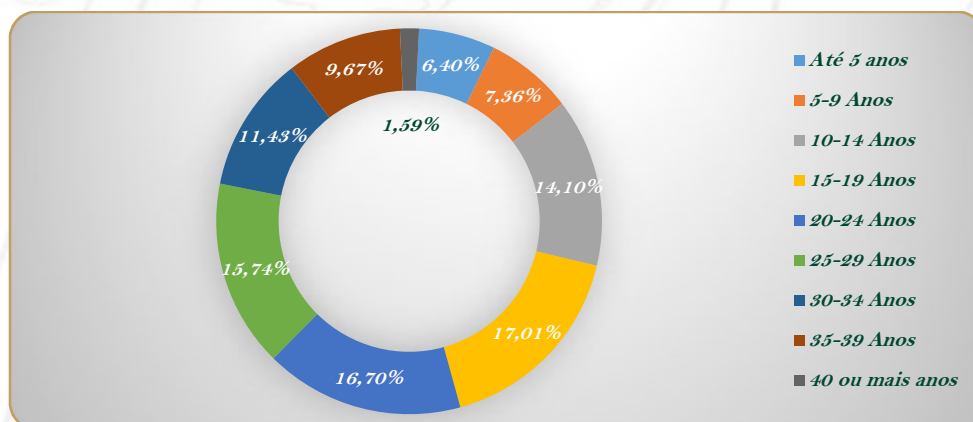


Gráfico 28 – Efetivos em função da antiguidade



Verifica-se que 6,40% dos trabalhadores apresentam registos de entrada na função pública há menos de 5 anos. Estas percentagens vão subindo gradualmente à medida que vamos aumentando o número de anos de antiguidade até aos 15-19 anos, a partir do qual, começa a descer gradualmente.

Podemos igualmente concluir que 44,87% dos trabalhadores detêm menos de 20 anos de prestação de serviço público.

Complementando o que já foi referido anteriormente, 11,26% dos trabalhadores detêm mais de 35 anos de serviço.

O gráfico 29 regista a evolução do nível médio de antiguidade na AP no ultimo triénio:



Gráfico 29 – Nível médio de antiguidade na AP (2016/2018)

O nível médio de antiguidade na AP, que se traduz na soma das antiguidades dividida pelo número de efetivos, é de 21,09 anos representando um decréscimo de 0,03 anos em relação a 2017.

O gráfico 30 exhibe uma pirâmide de antiguidades por género:

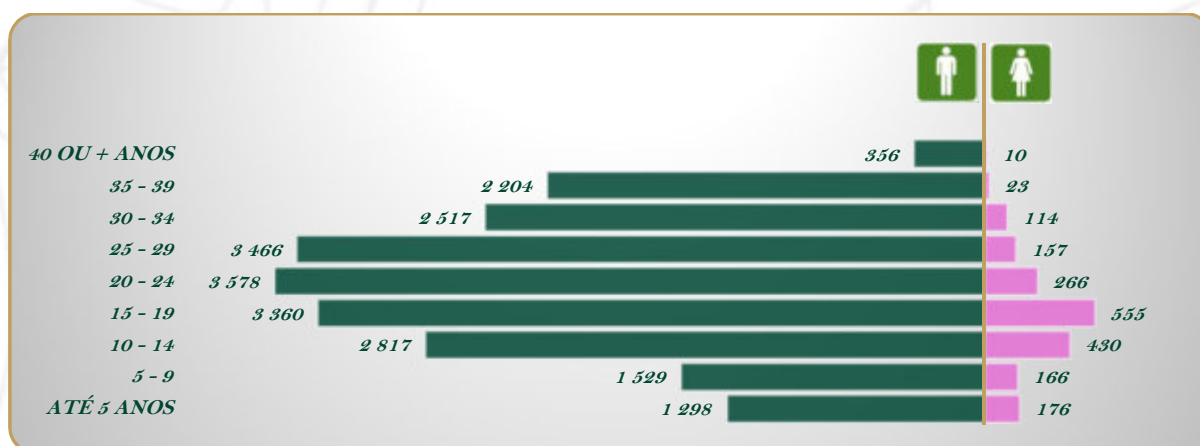


Gráfico 30 – Efetivos segundo antiguidade e género (pirâmide de antiguidades)

Fazendo uma análise por género, verifica-se que é no escalão dos 15 aos 19 anos que se situa o maior número de trabalhadores do sexo feminino. Quanto aos trabalhadores do sexo masculino, o escalão dos 20 aos 24 anos é o mais representativo.

## 8. Efetivos por nível de escolaridade

Ao longo dos últimos anos, tem-se vindo a assistir a uma diminuição de trabalhadores com habilitações mínimas e a um aumento de trabalhadores com níveis habilitacionais superiores.

O quadro 12 exhibe a distribuição dos efetivos por nível de escolaridade e género:





	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
<i>Menos de 4 anos escolaridade</i>			12	0,63%	12	0,05%
<i>4 anos de escolaridade</i>	73	0,35%	125	6,59%	198	0,86%
<i>6 anos escolaridade</i>	1 301	6,16%	69	3,64%	1 370	5,95%
<i>9 anos de escolaridade</i>	6 555	31,03%	239	12,60%	6 794	29,51%
<i>11 anos de escolaridade</i>	1 767	8,36%	153	8,07%	1 920	8,34%
<i>12 anos de escolaridade</i>	9 699	45,91%	914	48,18%	10 613	46,10%
<i>Bacharelato</i>	64	0,30%	13	0,69%	77	0,33%
<i>Licenciatura</i>	1 172	5,55%	298	15,71%	1 470	6,39%
<i>Mestrado</i>	483	2,29%	72	3,80%	555	2,41%
<i>Doutoramento</i>	11	0,05%	2	0,11%	13	0,06%
<b>Total</b>	<b>21 125</b>	<b>100%</b>	<b>1 897</b>	<b>100%</b>	<b>23 022</b>	<b>100%</b>

Quadro 12 – Efetivos por nível de escolaridade e género (Quadro 4 DGAEF)

O 12.º ano ou equivalente é o nível de escolaridade mais representativo, correspondendo a 10.613 trabalhadores, representando cerca de 46,10% do total dos trabalhadores, registando um ligeiro crescimento face a 2017 (2,17 pp).

O gráfico 31 traduz em valores percentuais os efetivos por nível de escolaridade:

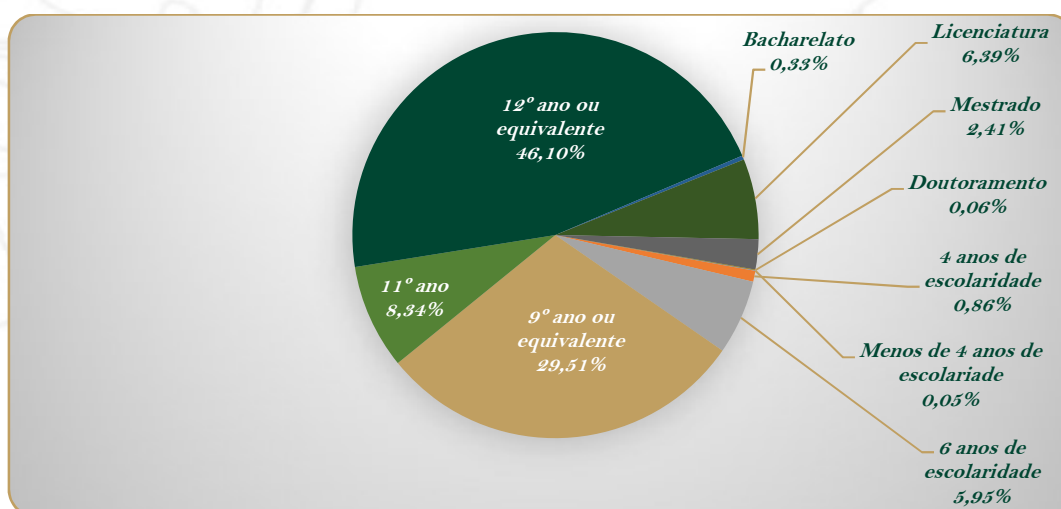


Gráfico 31 – Efetivos por nível de escolaridade

A seguir, surge como habilitação mais representativa, o 9.º ano de escolaridade, que é detida por 6.794 trabalhadores, representando cerca de 29,51% do total dos trabalhadores. Este nível de escolaridade tem vindo a sofrer um decréscimo gradual ao longo dos últimos anos.

De realçar o aumento de 119 elementos com formação superior face ao ano anterior.

O gráfico 32 expressa as diferenças entre homens e mulheres de acordo com o nível de escolaridade:

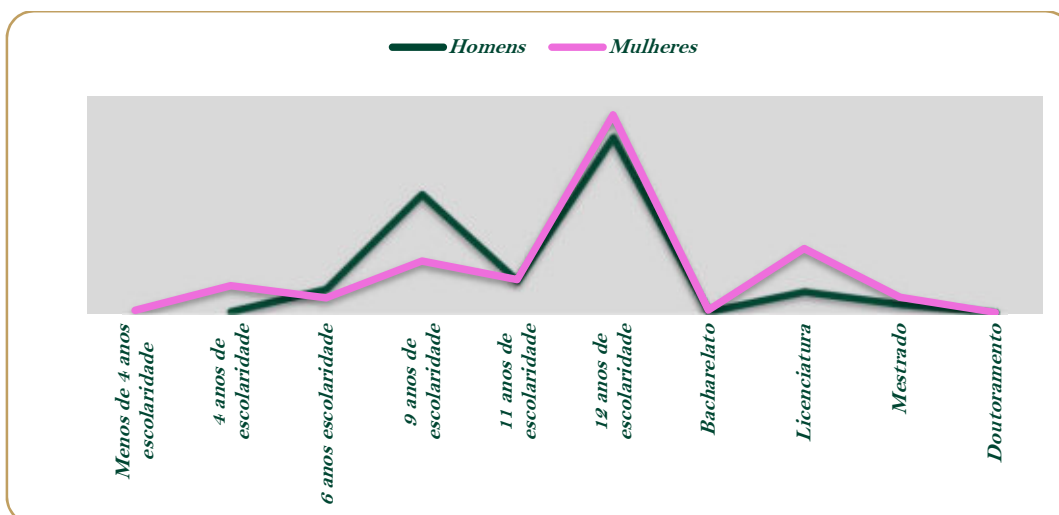


Gráfico 32 – Efetivos por nível de escolaridade e género

Discriminando a análise por género, não se verificam diferenças acentuadas entre homens e mulheres, visíveis através dos mesmos polos gráficos em ambos os sexos.

O gráfico 33 reflete a variação dos efetivos por nível habilitacional em comparação com o período homólogo:

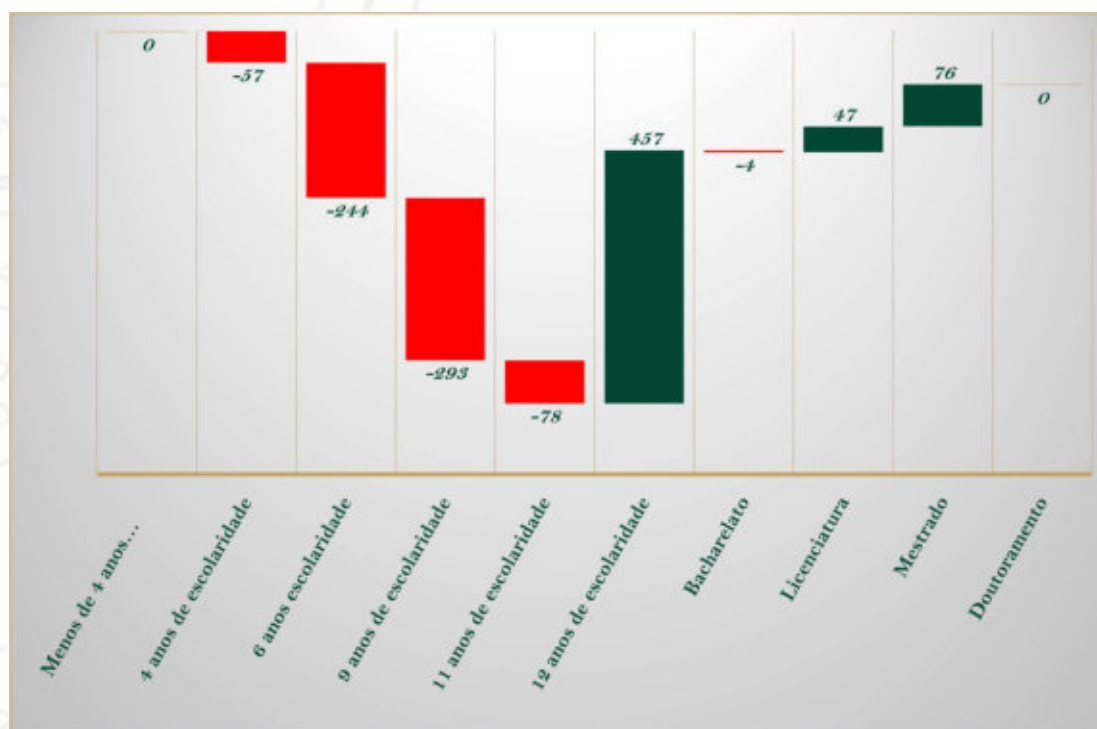


Gráfico 33 – Efetivos por nível habilitacional (2017-2018)

Por análise comparativa com o ano anterior, podemos concluir que o nível habilitacional que mais desceu foi o do 9.º ano, com menos 293 efetivos. Segue-se o 6.º ano, 11.º e o 4.º ano de escolaridade, respetivamente.

Os níveis que apresentam variação numérica positiva é o 12.º ano, licenciatura e mestrado.

O gráfico 34 regista a evolução da taxa de habilitação superior no ultimo triénio:

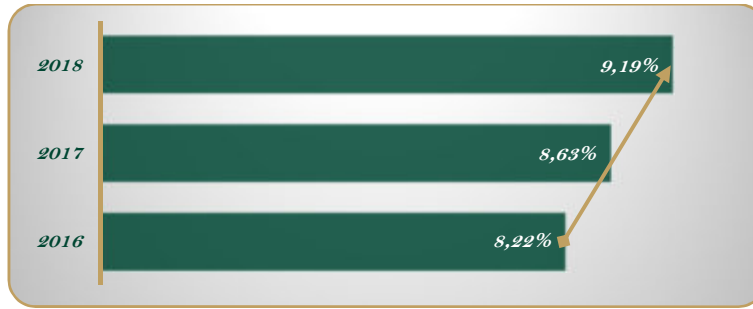


Gráfico 34 – Taxa de habilitação superior (2016/2018)

Este facto deve-se, em grande medida, ao investimento que o efetivo tem feito na sua formação académica, reflexo disso é também o aumento da taxa de habilitação superior, que se cifrou nos 9,19%, registando um ligeiro crescimento face a 2017 (0,56 pp).

O gráfico 35 regista a evolução da taxa de habilitação secundária no ultimo triénio:

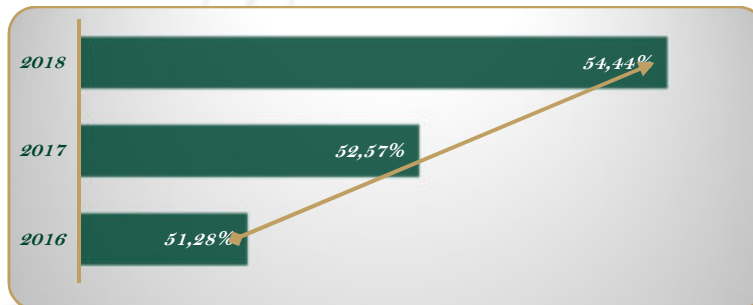


Gráfico 35 – Taxa de habilitação secundária (2016/2018)

De igual modo a taxa de habilitação secundária subiu em relação ao ano anterior (1,87 pp) e cifra-se nos 54,44%.

O gráfico 36 regista a evolução da taxa de habilitação básica no ultimo triénio:

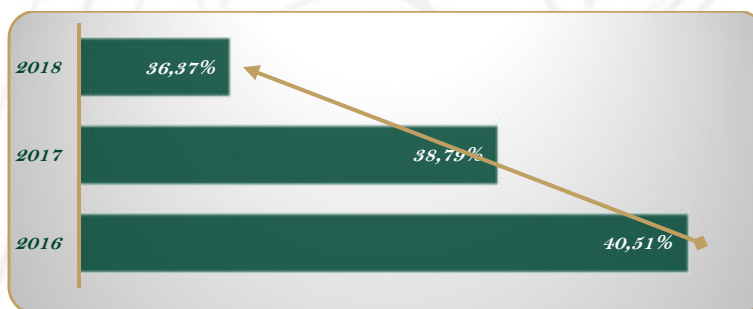


Gráfico 36 – Taxa de habilitação básica (2016/2018)

A taxa de habilitação básica desceu em relação ao ano anterior (2,42 pp) e cifra-se nos 36,37%.

## 9. Efetivos portadores de deficiência

No ano de 2018, os efetivos portadores de deficiência totalizam 161, sendo 138 do género masculino e 23 do género feminino.

Estes efetivos representam 0,70% do total dos efetivos, sendo a categoria profissional de guardas, a mais representativa do efetivo portador de deficiência com 77,64%, face às restantes categorias/grupos/carreiras, onde se regista a existência de efetivos na mesma situação.



O gráfico 37 expressa os efetivos portadores de deficiência por escalão etário e género:

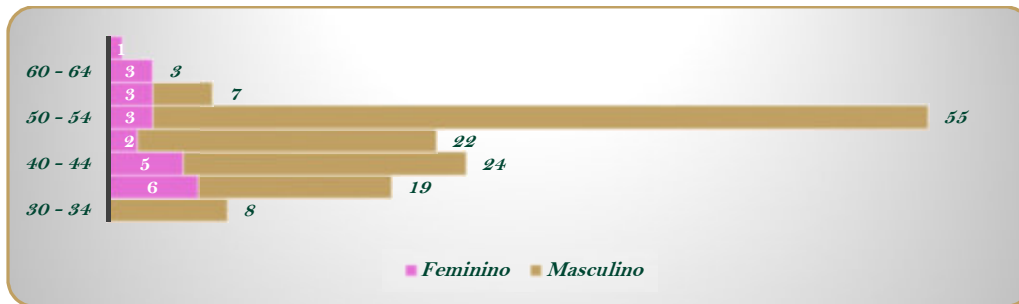


Gráfico 37 – Efeitos portadores de deficiência por escalão etário e género

## 10. Movimentos de pessoal

### 10.1 Entradas/regressos

De registar durante o ano de 2018, a admissão ou o regresso de 1.653 militares e civis no efetivo desta Guarda, sendo que 943 reportam-se a vigilantes florestais contratados para as fases bravo e charlie da época de vigilância aos incêndios florestais.

De realçar que em outubro de 2018, ingressaram nos quadros desta força de segurança 38 oficiais subalternos das armas e dos serviços, que concluíram com aproveitamento o CO AM, tendo ingressado no CO AM 2018/23, 30 formandos. Em dezembro de 2018 ingressaram nos quadros desta força de segurança 595 guardas provenientes do CFG 2018.

No âmbito dos procedimentos concursais no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária de Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP) ingressaram no mapa de pessoal da GNR, 13 técnicos superiores que se encontravam em regime de prestação de serviços na modalidade de contrato de avença, Aviso n.º 12.125/2018, de 13 de agosto.

O quadro 13 apresenta as entradas/regressos por motivo e género:

		Forças Armadas - Oficiais	Militares - Oficiais	Militares - Sargentos	Militares - Guardas	Outro Pessoal da Segurança	Médico	Técnico Superior	Assistente Operacional	Assistente Técnico	Total
Procedimento Concurral	M		34		563						597
	F		4		47			13			64
	T		38		610			13			661
Mobilidade Interna	M							1		1	2
	F						1			1	2
	T						1	1		2	4
Regresso Licença sem vencimento ou de período experimental	M			1	21	1					23
	F										
	T			1	21	1					23
Comissão de Serviço	M	2	5	5	3						15
	F		1	1							2
	T	2	6	6	3						17
Outras Situações	M				4				831	1	836
	F								112		112
	T				4				943	1	948
Total	M	2	39	6	591	1		1	831	2	1 473
	F		5	1	47		1	13	112	1	180
	T	2	44	7	638	1	1	14	943	3	1 653

Quadro 13 – Entradas/Regressos de efetivos por motivo e género (Quadro 7 DGAEP)



Na coluna «outras situações» inserem-se os 943 vigilantes florestais classificados na categoria de assistentes operacionais, com contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, contratados com a finalidade de reforçar e pôr em funcionamento a rede nacional de postos de vigia.

O grupo assistente operacional foi que registou maior movimento de entradas/regressos de efetivos.

O gráfico 38 exibe a representação gráfica dos movimentos de entradas/regressos dos efetivos:

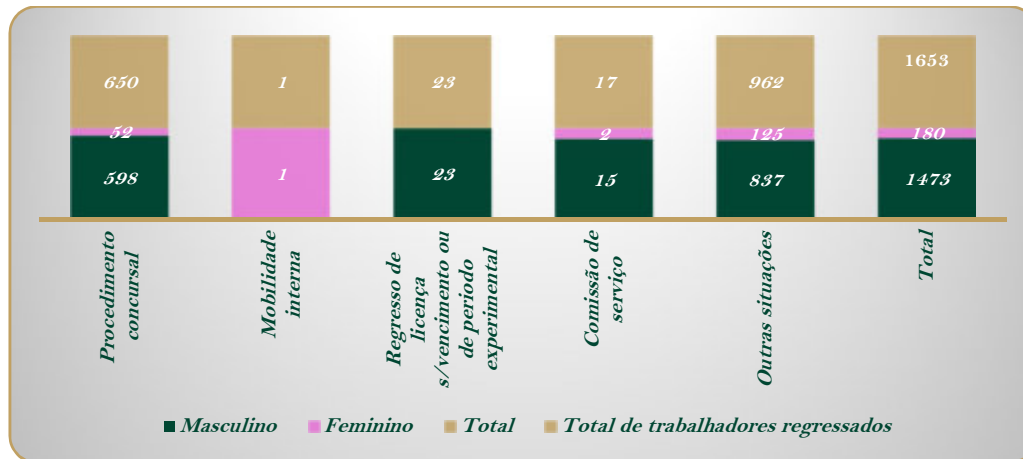


Gráfico 38 – Entradas/regressos dos efetivos

## 10.2 Saídas

A registar durante o ano de 2018, a saída de 785 efetivos nomeados ou em comissão de serviço. Destes, merece destaque a passagem à situação de reserva para fora da efetividade de serviço de 638 militares.

O quadro 14 mostra as saídas de efetivos nomeados/comissão de serviço por motivo e género:

		Forças Armadas - Oficiais	Militares - Oficiais	Militares - Sargentos	Militares - Guardas	Outro pessoal de segurança	Total
Morte	M		1	2	11		14
	F				1		1
	T		1	2	12		15
Reforma/Aposentação	M		16	108	514	15	653
	F						
	T		16	108	514	15	653
Conclusão sem sucesso do período experimental	M				18		18
	F				3		3
	T				21		21
Mobilidade	M						
	F						
	T						
Comissão de serviço	M	4	14	2	8		28
	F		1	1	2		4
	T	4	15	3	10		32
Outras situações	M		3	4	53	1	61
	F				3		3
	T		3	4	56	1	64
Total	M	4	34	116	604	16	774
	F		1	1	9		11
	T	4	35	117	613	16	785

Quadro 14 – Saídas de efetivos nomeados/comissão de serviço por motivo e género (Quadro 8 DGAEF)



Na coluna «outras situações» inserem-se, entre outras, os militares que se encontram na situação de licença ilimitada, separação de serviço e dispensa a pedido.

A reserva para fora da efetividade de serviço foi o principal motivo de saída de efetivos, afetando 3 grupos profissionais, tendo ocorrido ainda o falecimento de 15 militares. O grupo com maior incidência de saídas foi o grupo «militares-guardas».

O gráfico 39 reflete a representação gráfica das saídas de efetivos nomeados ou em comissão de serviço:

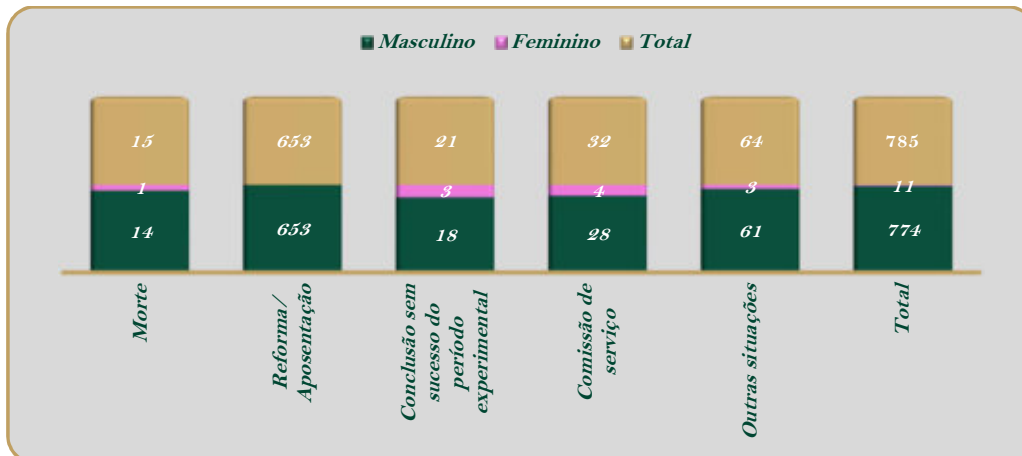


Gráfico 39 – Saídas de efetivos nomeados ou em comissão de serviço

A registrar durante o ano de 2018, a saída de 964 efetivos contratados do efetivo desta Guarda, dos quais 959 são assistentes operacionais e destes 902 são vigilantes florestais.

O quadro 15 exibe as saídas de efetivos contratados por motivo e género:

		Técnico superior	Assistente técnico	Assistente operacional	Total
Morte	M			1	1
	F	1			1
	T			1	1
Caducidade (Termo)	M			790	790
	F			112	112
	T			902	902
Reforma/Aposentação	M				
	F		3	13	16
	T		3	13	16
Mobilidade	M				
	F				
	T				
Outras situações	M			41	41
	F	1		2	3
	T	1		43	44
Total	M			832	832
	F	2	3	127	132
	T	2	3	959	964

Quadro 15 – Saídas de efetivos contratados por motivo e género (Quadro 9 DGAEP)

A caducidade (termo) foi o principal motivo de saída de efetivos, tendo ocorrido, ainda, o falecimento de 1 efetivo. O grupo com maior incidência de saídas foi o grupo de «assistente operacional».



O gráfico 40 espelha a representação gráfica das saídas de efetivos contratados:

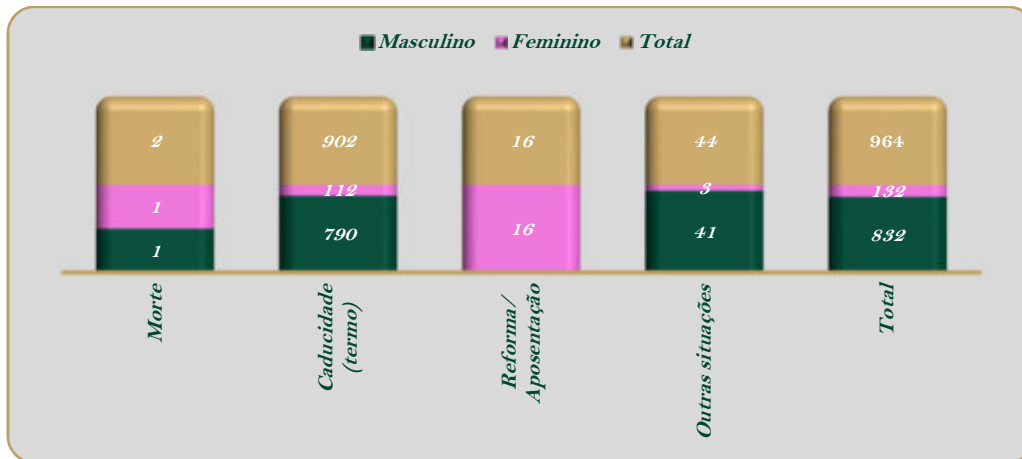


Gráfico 40 – Saídas de efetivos contratados

Em 2018 regista-se um saldo negativo de 96 efetivos entre as entradas/regressos e as saídas.

O quadro 16 mostra a evolução de movimentações de efetivos:

	2013	2014	2015	2016	2017	2018
<b>Entradas/Regressos</b>	1236	1947	1499	1503	1419	1653
<b>Saídas</b>	2015	1212	1214	1590	1632	1749
<b>Saldo</b>	-779	735	285	-87	-213	-96

Quadro 16 – Movimentações de efetivos (2013/2018)

O gráfico 41 regista a evolução do índice de rotação no último triénio:



Gráfico 41 – Índice de rotação (2016/2018)

O índice de rotação desceu ligeiramente em relação ao ano anterior (0,008) e cifra-se nos 0,868.

O gráfico 42 regista a evolução da taxa de reposição de efetivos no ultimo triénio:

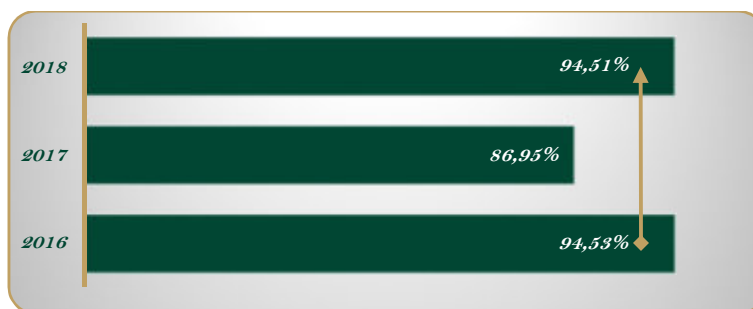


Gráfico 42 – Taxa de reposição de efetivos (2016/2018)

Com estes indicadores, houve naturalmente um acréscimo da taxa de reposição de efetivos (7,56 pp), que passou para os 94,51%, ao contrário de 2015 que se situou nos 123,48%. Note-se, contudo, que para colmatar a totalidade das saídas verificadas a taxa deverá ser sempre superior a 100%.

O gráfico 43 regista a evolução do turnover no último triénio:

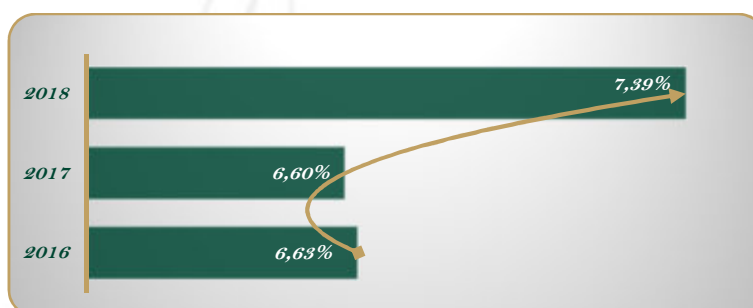


Gráfico 43 – Evolução do turnover (2016/2018)

A taxa de rotatividade (turnover) subiu 0,79 pp em relação a 2017, situando-se em 7,39%. Inverteu-se a tendência de descida, registada no exercício do ano anterior.

O gráfico 44 regista a evolução da taxa de admissões no último triénio:

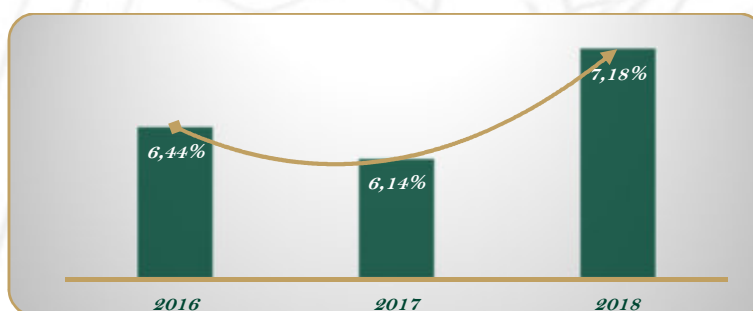


Gráfico 44 – Taxa de admissões (2016/2018)

A taxa de admissão subiu consideravelmente em relação ao ano anterior (1,04 pp) e cifra-se nos 7,18%.

O gráfico 45 regista a evolução da taxa de saídas no último triénio:



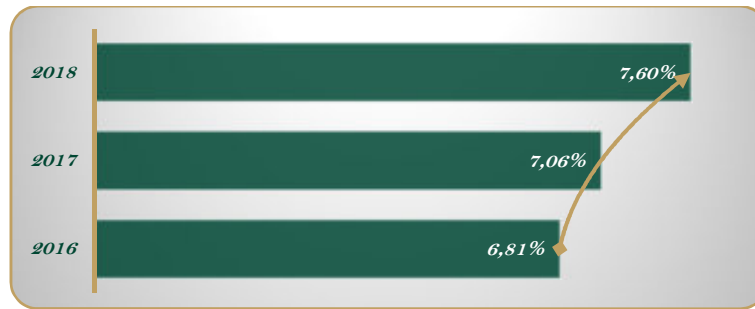


Gráfico 45 – Taxa de saídas (2016/2018)

De igual modo, a taxa de saídas subiu em relação ao ano anterior (0,54 pp) e cifra-se nos 7,60%.

De relevar a manutenção da tendência de diminuição do efetivo militar no ano em análise, comparado com o biénio anterior. Para este facto contribuiu a redução de ingressos de efetivos via CFG, não sendo superior ao número de saídas para a situação de reserva.

## 11. Mapa de pessoal militar

Por força estatutária, nos termos do n.º 7 do artigo 64.º, os efetivos da Guarda são fixados, anualmente, através do Mapa de Pessoal Militar da Guarda (MPM GNR).

No âmbito da gestão de pessoal, o EMGNR, em vigor desde 01 de maio de 2017, alterou a metodologia do Mapa Geral de Pessoal Militar (MGPM GNR) que até então vinha a ser adotado ao abrigo do anterior Estatuto. O MPM GNR, documento anual, passa a fixar os militares, no ativo e na reserva na efetividade de serviço, que se encontrem no exercício de funções, dentro e fora da estrutura, bem como a fixação das necessidades de ingresso de militares na GNR, implicando alterações às regras de definição da situação de adido.

O artigo 261.º do EMGNR refere que “sem prejuízo do disposto nas disposições finais e transitórias, enquanto não for publicada a legislação complementar prevista no presente Estatuto, mantêm-se em vigor os correspondentes diplomas que não contrariem o disposto no mesmo”.

Assim, verifica-se que existe legislação complementar já publicada sobre esta matéria, embora elaborada ao abrigo do artigo 67.º do anterior Estatuto, não obstante da necessidade da sua atualização de acordo com a nova metodologia pretendida e de acordo com o artigo 261.º do EMGNR, o mesmo continua vigente.

O MGPM GNR em vigor foi aprovado através do Despacho n.º 8.372/2010, de 05 de maio, por Sua Excelência o Ministro da Administração Interna e publicado na 2ª série do Diário da República, de 18 de maio de 2010.

Este número é o referencial para a gestão do efetivo militar, designadamente para fundamentar os ingressos nos quadros da GNR e as promoções de militares. Para todos os efeitos, é o referencial de “quadro orgânico de referência” necessário ao cumprimento da missão.

No MGPM GNR não são contabilizados os militares na situação de reserva, nem aqueles que embora estando na situação de ativo se encontram na situação de adidos aos quadros.

Os quantitativos máximos autorizados no MGPM GNR encontram-se distribuídos da seguinte forma:



Mapa Geral do Pessoal Militar da GNR (MGPM GNR)				GNR			
Carreira/Categoria				Efetivo autorizado	Efetivo existente	Total de postos de trabalho não ocupados	
Pessoal militar	Carreiras especiais	Revistas	Militares da GNR	Oficiais-Generais	11	8	3
			Oficiais	938	838	100	
			Sargentos	2 566	2 437	129	
			Guardas	22 662	19 062	3 600	
Pessoal militar				26 177	22 345	3.832	

Quadro 17 – Mapa geral de pessoal militar

Desta forma, regista-se um défice de cerca de 3.832 efetivos militares face ao MGPM GNR.

O gráfico 46 regista a evolução dos efetivos militares em exercício de funções no último triénio:

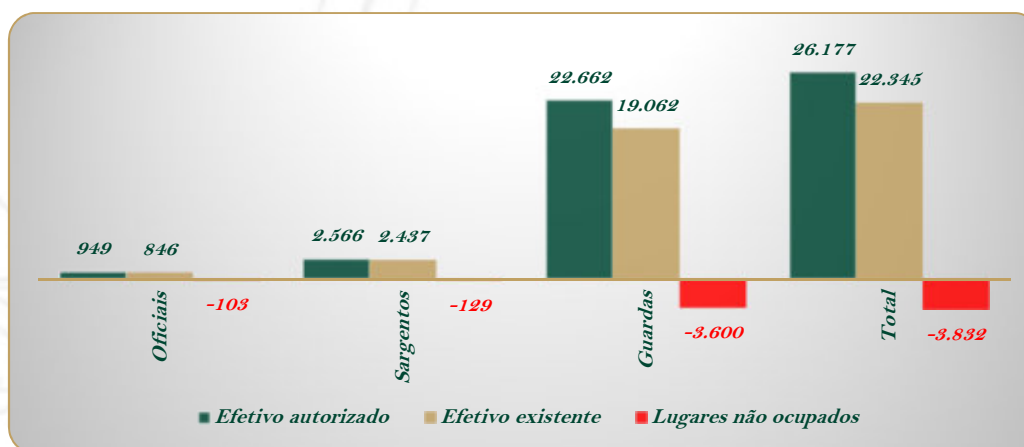


Gráfico 46 – Efetivos autorizados, existentes e lugares não ocupados (MGPM GNR)

O gráfico 47 regista a evolução dos efetivos militares em exercício de funções no último triénio:

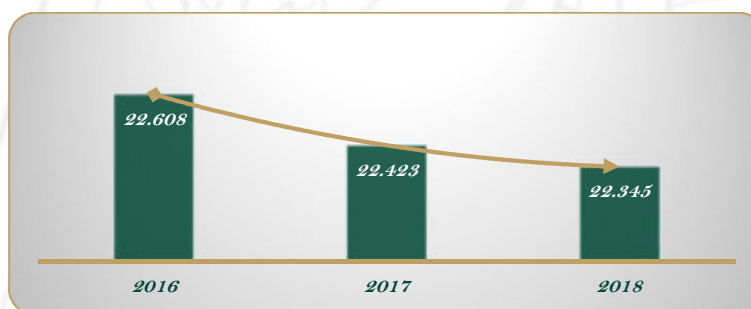


Gráfico 47 – Efetivos militares em exercício de funções (2016/2018)

Em relação ao efetivo militar em exercício de funções, regista-se um decréscimo de 78 militares. Mantêm-se a tendência de descida, que vem acontecendo ao longo dos 2 últimos anos.



## 12. Mapa de pessoal

O Mapa de Pessoal (MP), considerando o estatuído nesta matéria, nos artigos 28.º a 32.º da LTFP, enquadra os aspetos determinantes para a sua formalização, é elaborado anualmente e enquadra e sustenta a proposta de orçamento. Para todos os efeitos, é o referencial para a gestão do efetivo civil.

O MP 2018 foi aprovado por Despacho de sua Ex.<sup>a</sup> a Secretária de Estado Adjunta da Administração Interna em 22 de agosto de 2017.

O MP comporta para além do pessoal militar, também o pessoal civil e no que respeita aos militares contempla tanto os do quadro como os que se encontram noutra situação, nomeadamente os adidos ao quadro, ou seja, todos os trabalhadores da AP que se encontrem em funções na GNR (pessoal militar e civil) e ainda aqueles que embora se encontrem em funções fora da estrutura da GNR, sejam remunerados por esta.

Para o período em observação, o MP da GNR 2018 prevê 1.915 Postos de Trabalho (PT) para o efetivo civil, dos quais 677 PT encontram-se ocupados.

Destes, 924 destinam-se aos vigilantes florestais que ingressam na Guarda em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo certo, com a finalidade de ocupar os postos de vigia, durante as fases bravo e charlie da época de vigilância aos incêndios florestais.

Salienta-se que não existiam lugares vagos na carreira florestal no mapa de pessoal civil da GNR, uma vez que, nos termos do n.º 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 22/2006, de 02 de fevereiro, que consolidou institucionalmente o Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente (SEPNA) e criou o Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro (GIPS) no âmbito orgânico da GNR, essa carreira foi criada no quadro de pessoal civil da GNR, sendo os lugares extintos conforme vão vagando.

A Lei n.º 76/2017, de 17 de agosto, alterou o Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios, procedendo à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 15/2009, de 14 de janeiro, 17/2009, de 14 de janeiro, 114/2011, de 30 de novembro, e 83/2014, de 23 de maio.

Nos termos do n.º 10 do artigo 33.º do supracitado diploma, o governo criará um corpo de guardas florestais, com as competências e funções do antigo corpo nacional da guarda florestal extinto pelo Decreto-Lei n.º 22/2006, de 2 de fevereiro.

O Decreto-Lei n.º 114/2018, de 18 de dezembro procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 22/2006, de 2 de fevereiro e procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 247/2015, de 23 de outubro, que procedeu à alteração da denominação da carreira florestal, do quadro de pessoal civil da GNR, em funções no SEPNA, e que passou a designar-se carreira de guarda-florestal e aprovou o seu Estatuto.

Os PT aprovados no MP 2018 encontram-se distribuídos da seguinte forma:



Mapa de Pessoal para o ano de 2018				GNR		
Carreira/Categoria		Total de postos de trabalho	Total de postos de trabalho ocupados	Total de postos de trabalho não ocupados		
Efetivo civil	Carreiras especiais	Revistas	Médica	55	13	42
		Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica	14	6	8	
		Enfermagem	1	1	0	
	Não revistas	Educadores de Infância e Professores dos Ensinos Básico e Secundário	14	10	4	
		Guarda-Florestal	305	286	19	
		Informática	Especialista de Informática	1	1	0
			Técnico de Informática	4	4	0
	Carreiras gerais	Técnico Superior	67	31	36	
		Assistente Técnico	175	72	103	
		Assistente Operacional	Assistente Operacional	355	253	102
Outro pessoal (Vigilantes)			924		---	
Pessoal civil		1 915	677	314		

Quadro 18 – Mapa de pessoal 2018 (Quadro 10 DGAEP)

Neste sentido, os PT previstos e não ocupados registam-se nas carreiras supramencionadas, permanecendo por ocupar 314 PT.

O gráfico 48 expressa os PT previstos e os PT não ocupados por carreiras no MP 2018:

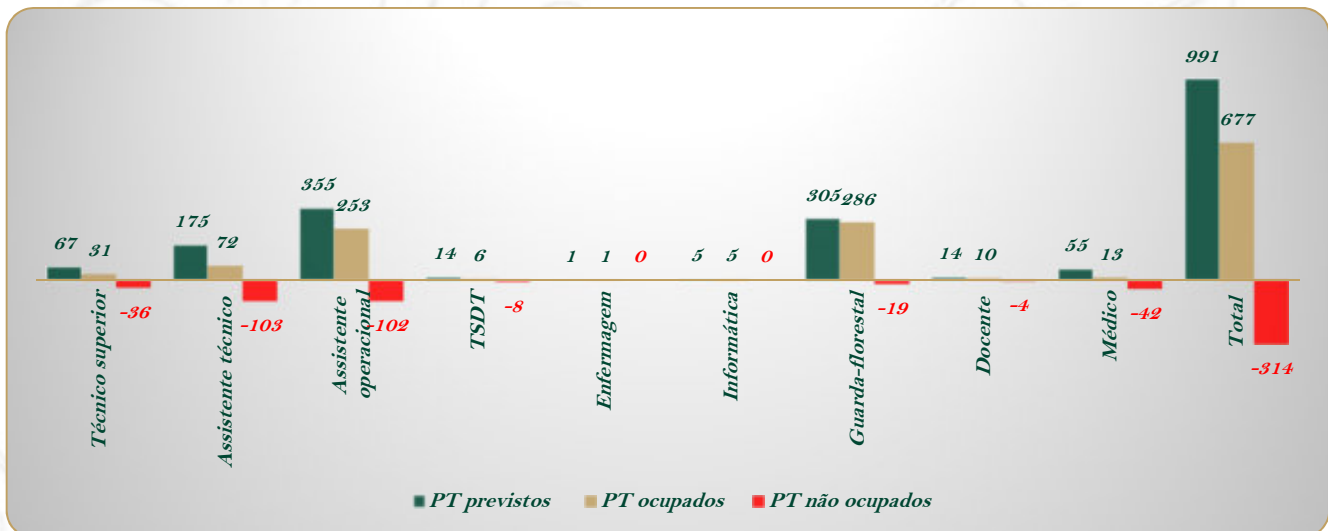


Gráfico 48 – PT previstos e não ocupados por carreiras (MP 2018)

### 13. Mudanças de situação profissional

A 1 de janeiro de 2018 iniciou-se o processo de descongelamento de todas as carreiras da AP consagrado no artigo 18.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, Lei do Orçamento do Estado para 2018 (LOE2018) que vem permitir alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório, progressões e mudanças de nível ou escalão.



A partir de 1 de janeiro de 2018, foi igualmente possível proceder a promoções, nomeações ou graduações em categoria ou posto superiores aos detidos pelos trabalhadores, ainda que as mesmas dependam de abertura de procedimentos concursais para categorias superiores de carreiras pluricategoriais, gerais ou especiais, ou para categorias de acesso de carreiras não revistas ou subsistentes, incluindo carreiras de regime especial ou corpos especiais,

Para o efeito, os serviços devem apresentar a proposta aos membros do Governo responsáveis pela respetiva área a fim de obter despacho prévio favorável, devendo ainda ser obtido o despacho prévio favorável do membro do Governo responsável pela área das finanças e da AP.

Através do Despacho de S. Exas. o Ministro das Finanças e o Ministro da Administração Interna (MAI) n.º 2.839/2018, de 14 de março, foram autorizadas as promoções remanescentes relativas ao ano de 2016 de militares da GNR nos termos e limites por posto constantes do anexo ao referido despacho (número máximo de 581 militares a promover).

Através do Despacho de S. Exas. o MAI e a Secretária de Estado da Administração e do Emprego Público (SEAEP) n.º 4.298-B/2018, de 26 de abril, foram autorizadas as promoções remanescentes relativas ao ano de 2016 de militares da GNR, nos termos e limites por posto constantes do anexo ao referido despacho (número máximo de 543 militares a promover).

Através do Despacho de S. Exas. o MAI e a SEAEP n.º 4.298-A/2018, de 26 de abril, foram autorizadas as promoções relativas ao ano de 2017 de militares da GNR, nos termos e limites por posto constantes do anexo ao referido despacho (número máximo de 722 militares a promover).

O referido despacho limitou por posto o quantitativo de militares a promover, ficando aquém das necessidades apuradas para o desempenho de cargos e exercício funções de militares da GNR relativas ao ano de 2017.

O quadro 19 apresenta as mudanças de situação profissional ocorridas em 2018:

Grupo/cargo/carreira/ Tipo de mudança	Promoções		Alteração obrigatória do posicionamento remuneratório		TOTAL		Total
	M	F	M	F	M	F	
Técnico Superior			3	11	3	11	14
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo			8	48	8	48	56
Assistente operacional, operário, auxiliar			7	45	7	45	52
Informático			2		2	0	2
Educadores Infância e Doc. do Ensino Básico e Secundário					0	0	0
Médico				2	0	2	2
Enfermeiro				1	0	1	1
Técnico Diagnóstico e Terapêutica				6	0	6	6
Forças Armadas - Oficial	1				1	0	1
Guarda Nacional Republicana - Oficial	185	16	35	6	220	22	242
Guarda Nacional Republicana - Sargento	466	28	37		503	28	531
Guarda Nacional Republicana - Guarda	1 088	55	1 924	96	3 012	151	3 163
Outro Pessoal de Segurança					0	0	0
<b>Total</b>	<b>1 740</b>	<b>99</b>	<b>2 016</b>	<b>215</b>	<b>3 756</b>	<b>314</b>	<b>4 070</b>

Quadro 19 – Mudanças de situação profissional (Quadro 11 DGAEP)



Efetivaram-se 1.838 promoções do efetivo militar referentes a anos anteriores, no ano de 2018 efetivou-se a promoção de 1 oficial-general das FA em comissão de serviço nesta Guarda. Totalizando no ano em análise, 1.839 promoções.

Em 2018, a Guarda apresentou proposta ao membro do Governo responsável pela área da administração interna a fim de obter despacho prévio favorável para proceder a promoções relativas ao corrente ano, não tendo obtido despacho prévio favorável por parte dos membros do Governo responsáveis pela área das finanças e da AP.

O gráfico 49 regista a evolução da taxa de promoções no último triénio:

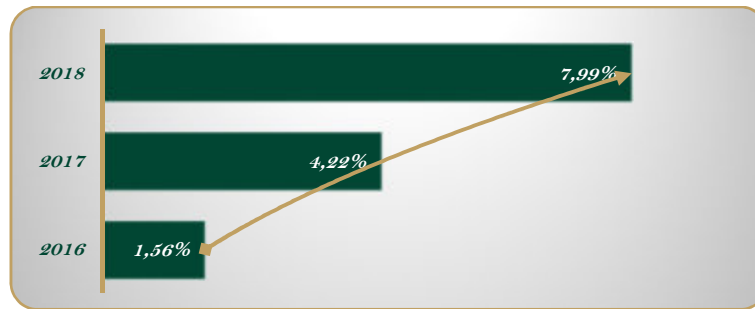


Gráfico 49 – Taxa de promoções (2016/2018)

A taxa de promoções subiu consideravelmente em relação ao ano anterior (3,77 pp) e cifra-se nos 7,99%.

Em 2018 registaram-se 2.231 evoluções nas carreiras e/ou categorias dadas as disposições constantes do artigo 18.º da LOE 2018, que permitiram valorizações remuneratórias dos trabalhadores, designadamente resultantes de alterações de posicionamento remuneratório, 2.098 referentes ao efetivo militar e 133 relativos ao efetivo civil.

A taxa de progressões que se expressa pelo quantitativo de efetivos promovidos  $\times 100$  / total de recursos humanos, cifra-se nos 9,69%.

## 14. Prestação de trabalho

### 14.1 Modalidade de horário

Tendo em conta a especificidade da missão atribuída a esta Guarda, o efetivo militar não está sujeito a horário de trabalho rígido ou outro, enquadrando-se, a maioria, no que se denomina de «horário específico».

O quadro 20 espelha a modalidade de horário de trabalho por carreira e género:



Grupo/Cargo/ Carreira	Rígido		Flexível		Jornada contínua		Específico		Total p/ género		Totais p/ carreira
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Técnico superior	5	24				2			5	26	31
Assistente técnico	11	57			1	3			12	60	72
Assistente operacional	6	50				1		196	6	247	253
Informático	3	2							3	2	5
Docente							1	9	1	9	10
Médico	3	6					3	1	6	7	13
Enfermeiro		1							0	1	1
Técnico superior nas áreas diagnóstico e terapêutica		5				1			0	6	6
F. A. - Oficial							20		20	0	20
GNR - Oficial				2			756	68	756	70	826
GNR - Sargento			4	20			2 291	122	2 295	142	2 437
GNR - Guarda	1		123	250			17 617	1 071	17 741	1 321	19 062
Outro pessoal de segurança	1	2			279	4			280	6	286
Total p/ modalidade	30	147	127	272	280	11	20 688	1 467	21 125	1 897	23 022
		177		399		291		22 155		23 022	

Quadro 20 – Modalidades de horário de trabalho por género (Quadro 12 DGAEF)

Comparativamente a 2017, em que 0,73% dos trabalhadores prestaram serviço em regime de horário rígido, em 2018, este regime representa 0,77% dos trabalhadores, continuando a ser as categorias mais representadas a de «assistente operacional» e de «assistente técnico».

De relevar que ambos os géneros (399 efetivos) recorrem ao regime de trabalho na modalidade de «horário flexível», registando um aumento de cerca de 0,18 pp, comparativamente a 2017, continuando a ser as categorias mais representadas de «GNR-sargento» e de «GNR-guarda». É ainda praticada a modalidade de horário de trabalho «jornada contínua», por 283 guardas-florestais.

O gráfico 50 traduz em valores percentuais os quantitativos apresentados:

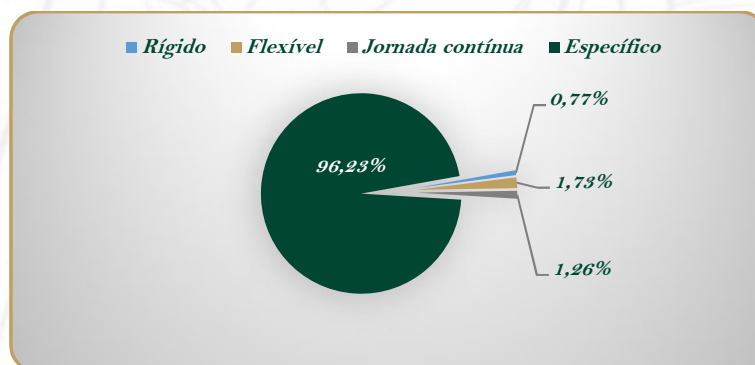


Gráfico 50 – Modalidades de horário de trabalho

## 14.2 Período normal de trabalho

O exercício de funções policiais por militares da Guarda atende a um horário de referência semanal, com compensação em crédito horário para os casos de prestação de serviço para além daquele número de horas, a regulamentar por



portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da administração interna, nos termos preconizados pelo artigo 26.º do EMGNR.

A Portaria n.º 222/2016, de 08 de julho de 2016, no desenvolvimento das disposições estatutárias, criou o instrumento regulamentar necessário à implementação do horário de referência, sem deixar de ter em conta a realidade social e o carácter permanente, ininterrupto e obrigatório do serviço, fundamentalmente de carácter operacional, a desempenhar pelos militares para o cumprimento das atribuições cometidas à Guarda.

A fixação do horário de referência implica a definição do horário de trabalho assente em critérios de eficácia funcional e garantindo um adequado equilíbrio entre o dever de disponibilidade decorrente da condição militar, o desempenho eficaz das obrigações profissionais, a conciliação da vida familiar e os princípios fundamentais relativos à prestação de uma atividade laboral internacionalmente reconhecidos e aceites.

Com o objetivo de garantir a afetação eficiente dos recursos humanos disponíveis e considerando as características estruturais e organizacionais da Guarda, com uma ampla variedade de missões, unidades e especialidades, foram fixados, determinados e aprovados pelo Exmo. Comandante-Geral da GNR, os regimes de prestação de serviço e as modalidades de horário, através da NEP/GNR-3.01.06. de 04 de novembro de 2016.

O quadro 21 demonstra a distribuição de efetivo por Período Normal de Trabalho (PNT):

Grupo/Cargo/Carreira	Tempo completo						PNT inferior ao praticado a tempo completo								Total p/ género		Totais p/ carreira
							Tempo parcial ou outro regime especial										
	35 Horas		40 Horas		Horário referência 40 Horas		9H - 12H		13H - 7H		18H - 3H		24H - 3H		M	F	
M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
Técnico superior	5	24												2	5	26	31
Assistente técnico	11	57											1	3	12	60	72
Assistente operacional	6	50						2		8		186		1	6	247	253
Informático	3	2													3	2	5
Docente											1	9			1	9	10
Médico	1	3	2	3				3	1						6	7	13
Enfermeiro		1													0	1	1
Técnico superior nas áreas diagnóstico e terapêutica		5												1	0	6	6
F. A. - Oficial					20										20	0	20
GNR - Oficial					756	70									756	70	826
GNR - Sargento					2 295	142									2 295	142	2 437
GNR - Guarda					17 741	1 321									17 741	1 321	19 062
Outro pessoal de segurança	280	6													280	6	286
Total p/ modalidade	306	148	2	3	20 812	1 533	3	3	0	8	1	195	1	7	21 125	1 897	23 022
	454		5		22 345		6		8		196		8		23 022		

Quadro 21 – Efetivos por Período Normal de Trabalho (PNT) – (Quadro 13 DGAEP)

O gráfico 51 traduz em valores percentuais os quantitativos apresentados:



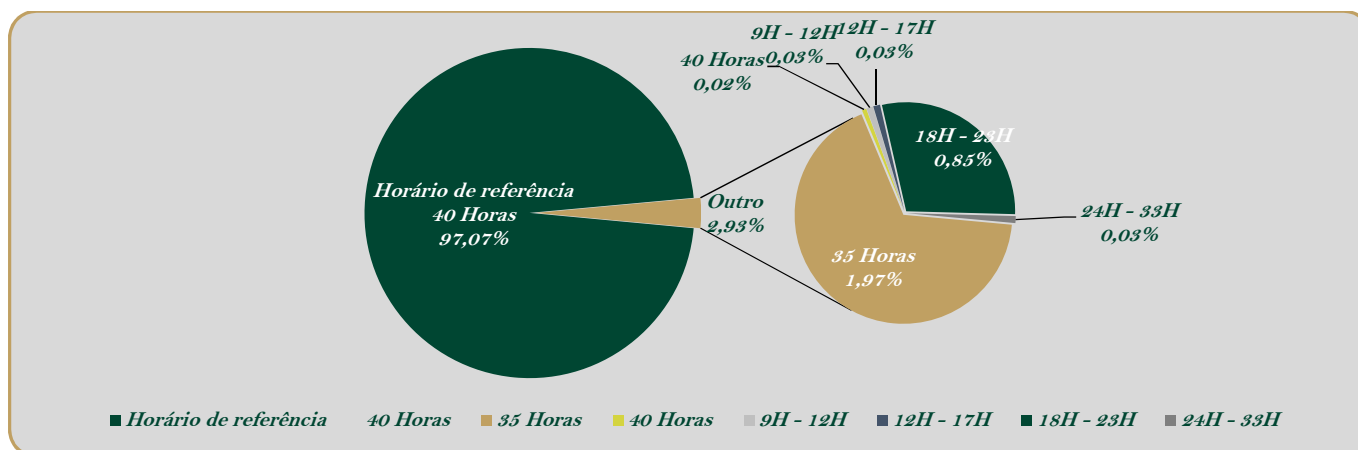


Gráfico 51 – Distribuição de efetivo por PNT

Em 2018 o PNT mais representativo são as «40 horas. – Horário de referência» com 22.345 trabalhadores, cerca de 97,07% do efetivo.

### 14.3 Trabalho suplementar

Em 2018 foram realizadas 97.845 horas de trabalho suplementar, pelo efetivo da carreira de outro pessoal de segurança (guardas-florestais).

## 15. Prestação de trabalho

No ano de 2018, os dias de ausência ao trabalho totalizaram 402.059.

O quadro 22 apresenta as causas do absentismo em dias de ausência por carreira e género:



		Técnico superior	Assistente técnico	Assistente operacional	Informático	Docente	Médico	Enfermeiro	TSDT	FA - Oficial	GNR - Oficial	GNR - Sargento	GNR - Guarda	Outro pessoal de segurança	Total
Casamento	M										231	322	3 435		3 988
	F										41	15	223		279
	T										272	337	3 658		4 267
Proteção na parentalidade	M										2 576	5 514	53 356	97	61 543
	F					89					2 205	4 150	27 739		34 183
	T					89					4 781	9 664	81 095	97	95 726
Falecimento de familiar	M		2	2							93	442	3 016	117	3 672
	F		25	55								22	182		284
	T		27	57							93	464	3 198	117	3 956
Doença	M		206		22						3 196	17 080	159 441	6 033	185 978
	F	58	1 298	6 309	42	21	183		42		131	1 438	15 834	35	25 391
	T	58	1 504	6 309	64	21	183		42		3 327	18 518	175 275	6 068	211 369
Por acidente em serviço ou doença profissional	M			287							404	1 616	39 046	65	41 418
	F			509								29	1 579		2 117
	T			796							404	1 645	40 625	65	43 535
Assistência a familiares	M		18	30	5		2				150	1 499	14 148	246	16 098
	F	13	25	58			5				75	440	2 135		2 751
	T	13	43	88	5		7				225	1 939	16 283	246	18 849
Trabalhador-estudante	M										128	683	1 262		2 073
	F										30	93	221		344
	T										158	776	1 483		2 417
Com perda de vencimento	M										30	330	3 354		3 714
	F											66	175		241
	T										30	396	3 529		3 955
Cumprimento de pena disciplinar	M										15	333	617		965
	F												6		6
	T										15	333	623		971
Greve	M													58	58
	F		1											1	2
	T		1											59	60
Outros	M										762	2 192	12 885	85	15 924
	F										53	97	875	5	1 030
	T										815	2 289	13 760	90	16 954
Total	M		226	319	27		2				7 585	30 011	290 560	6 701	335 431
	F	71	1 349	6 931	42	110	188		42		2 535	6 350	48 969	41	66 628
	T	71	1 575	7 250	69	110	190		42		10 120	36 361	339 529	6 742	402 059

Quadro 22 – Absentismo/Causas em dias (Quadro 15 DGAP)

No ano de 2018, o motivo mais expressivo do absentismo, foi a doença, tal como em anos anteriores, que representa 52,57% das ausências ao serviço, num total de 211.369 dias, verificando-se um acréscimo de 11,41 pp em relação ao ano anterior.

O segundo motivo identificado como razão de ausência ao trabalho foi o de «proteção na parentalidade», com um total de 95.726 dias de ausência ao trabalho que corresponde a 23,81%, verificando-se um acréscimo de 2,15 pp em relação ano anterior.

O terceiro motivo identificado como razão de ausência ao trabalho foi o de «acidente em serviço ou doença profissional», com um total de 43.535 dias de ausência ao trabalho que corresponde a 10,83%, com um contributo de menos de 11,40 pp em relação ano anterior.

O gráfico 52 traduz em valores percentuais a distribuição percentual por motivos de ausência:

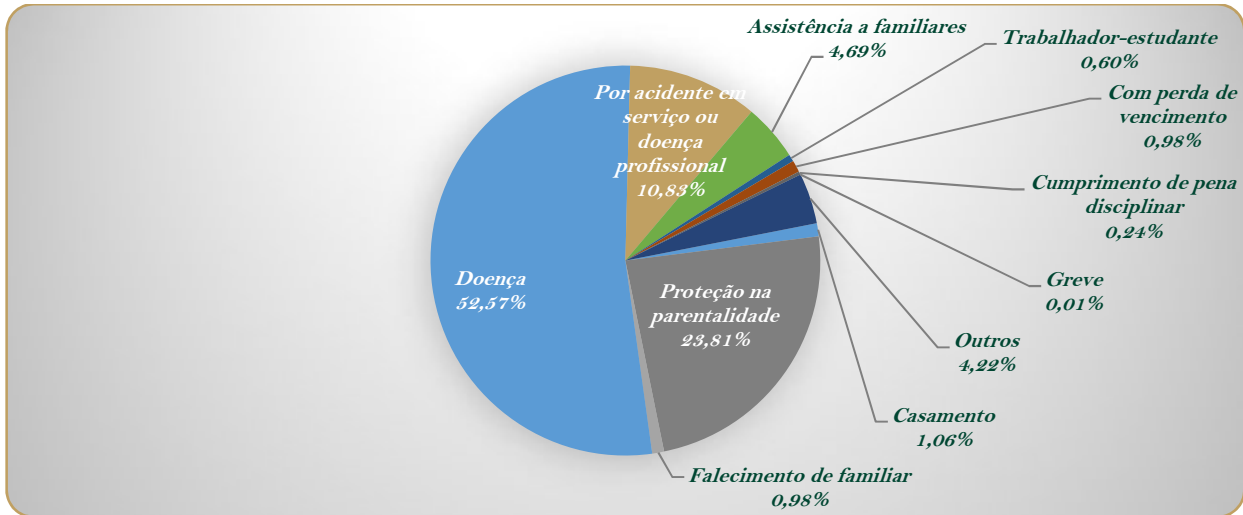


Gráfico 52 – Motivos de ausência

O quadro 23 apresenta o absentismo por doença em dias de ausência por carreira:

	Técnico superior	Assistente técnico	Assistente operacional	Informático	Enfermeiro	Docente	Médico	Técnico superior nas áreas	FA - Oficial	GNR - Oficial	GNR - Sargento	GNR - Guarda	Outro pessoal de segurança
N.º de dias de ausência	58	1504	6309	64		21	183	42		3327	18518	175275	6068
N.º de efetivos	31	72	253	5	1	10	13	6	20	826	2437	19062	286
N.º médio de ausências	1,9	20,9	24,9	12,8		2,1	14,1	7,0		4,0	7,6	9,2	21,2

Quadro 23 – Absentismo por doença (em dias)

No ano de 2018, o grupo profissional «forças armadas – oficiais» e «enfermeiro» não registaram qualquer dia de ausência ao trabalho.

O gráfico 53 regista em valores percentuais o absentismo por grupo profissional:

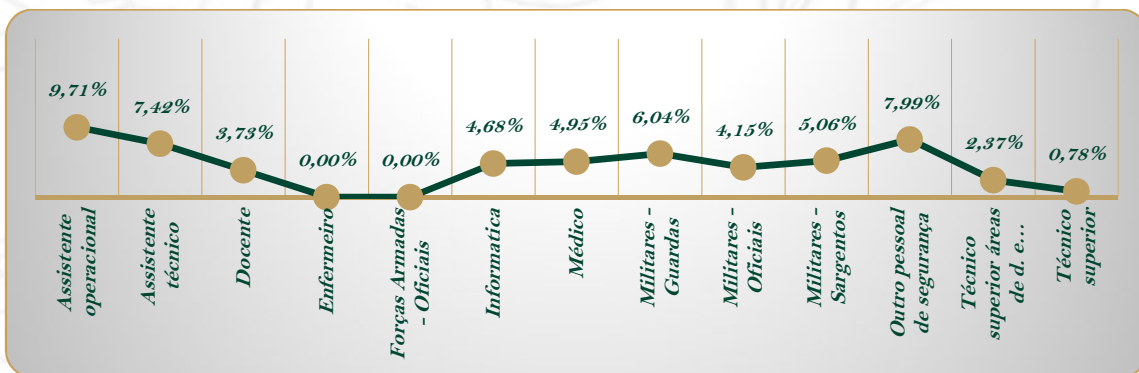


Gráfico 53 – Absentismo por grupo profissional

Os grupos profissionais que apresentam menores taxas de absentismo são o «técnico superior» e «técnico superior nas áreas de diagnóstico e terapêutica», com taxas de 0,78% e 2,37%, respetivamente.

O grupo «assistente operacional» é o que apresenta maior taxa de absentismo, com 9,71%, segue-se o grupo «outro pessoal de segurança», com 7,99% e o grupo «assistente técnico», com 7,42%.



Na globalidade, constata-se que, relativamente ao ano anterior, a taxa de absentismo regista uma descida de 0,07 pp, sendo que foi o motivo «por acidente em serviço ou doença profissional» o que mais contribuiu para esta diferença.

O gráfico 54 regista a evolução da taxa de absentismo no último triénio:

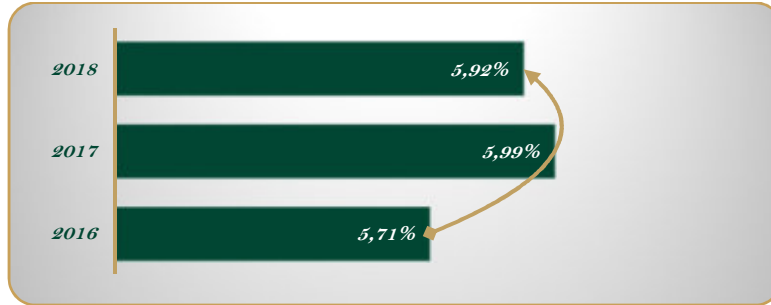


Gráfico 54 – Taxa de absentismo (2016/2018)

O principal contributo para a diminuição de absentismo advém das ausências por acidente em serviço ou doença profissional. Também se registaram diminuições nas ausências por casamento, falecimento de familiar, assistência a familiares, trabalhador-estudante e outras.

As restantes ausências apresentam variações positivas, com a exceção das ausências por conta do período de férias e injustificadas que em 2017 e em 2018 não obtiveram qualquer registo.

De referir que estão incluídas no item «outras», nomeadamente as faltas devido a doação de sangue, medula óssea, mérito, escolares, desportivas, ausência com perda de vencimento, bem como créditos de representação coletiva de trabalhadores ou atividade sindical, entre outras.

O gráfico 55 regista a variação por pontos percentuais do absentismo por grupo profissional em comparação com o período homólogo:

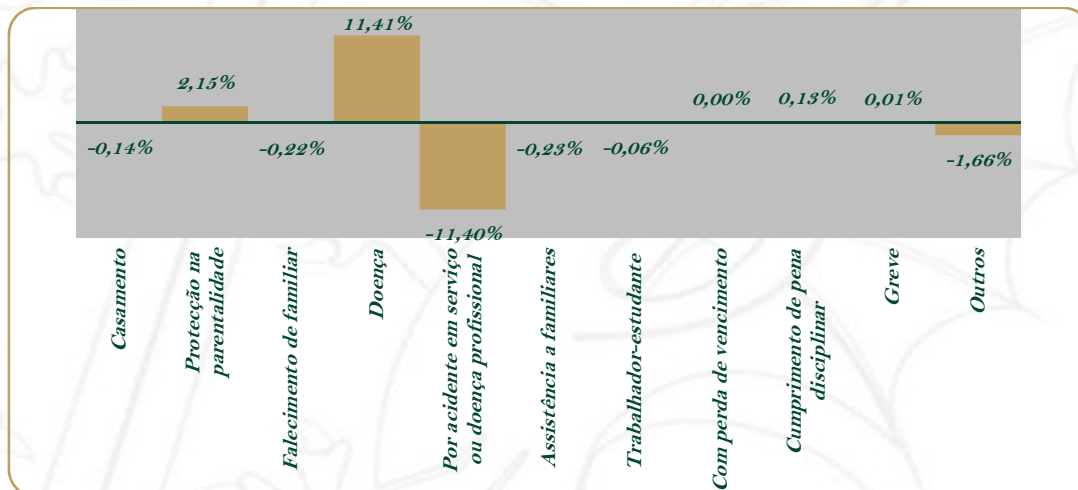


Gráfico 55 - Absentismo por grupo profissional (2017/2018)

No que concerne ao absentismo destacamos a redução das ausências ao trabalho. Este indicador mantinha uma trajetória de subida desde 2014, contribuiu para esta inversão na tendência de subida, a melhoria das estratégias ao nível da gestão de recursos humanos postas em prática no dia-a-dia da Instituição por forma a concorrer para a consolidação do seu capital humano, o aumento da sua tecnicidade, o desenvolvimento das competências dos seus efetivos, o aumento da sua motivação, a melhoria do clima organizacional e com a prestação de cuidados de saúde dos efetivos.



Os valores decorrentes da análise estatística às causas da ausência ao trabalho, permitem-nos concluir que as medidas de proteção social decorrentes das normas legais e também subscritas pelos diplomas especiais que regulam a Instituição, efetivamente garantem a assistência e proteção social necessária ao efetivo da Guarda.

## 16. Efetivos em greve

Em relação à participação do efetivo civil em greves laborais, foram registadas a adesão de 56 efetivos à greve dos trabalhadores que integram a carreira de guarda-florestal do mapa civil da GNR, em funções no SEPNA promovida pela Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais (FNSTFPS), que decorreu no período de 20 a 22 de julho de 2018.

Utilizaram esse direito, 19,58% dos 286 efetivos legalmente autorizados a fazer greve.

Regista-se, também, a adesão de 4 efetivos à greve geral da AP promovida pela Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública (CGTP), Federação de Sindicatos da Administração Pública (FESAP) e Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado (STE) no dia 26 de outubro de 2018.

Utilizaram esse direito, 0,59% dos 677 efetivos legalmente autorizados a fazer greve.

Não foi registada qualquer adesão de efetivos à greve dos trabalhadores da AP promovida pela FNSTFPS, no dia 15 de novembro de 2018.



*2018*  
*BALANÇO SOCIAL*





*CAPÍTULO VII*  
*REMUNERAÇÃO*  
*E ENCARGOS*



## VII. Remuneração e encargos

### 1. Estrutura remuneratória por género

O Quadro 24 foi elaborado tendo em conta a posição remuneratória dos trabalhadores, independentemente de terem ou não recebido a remuneração ou outros abonos no mês de dezembro, tal como consta nas instruções de preenchimento da DGAEP.

As remunerações consideradas foram a remuneração base e o suplemento por serviço nas forças de segurança, relativamente às componentes referidas.

O quadro 24 expressa a estrutura remuneratória, por género:

Género/Escalão de remunerações	Número de trabalhadores		
	Masculino	Feminino	Total
Até 500 €	4	195	199
501-1000 €	4 379	632	5 011
1001-1250 €	5 408	513	5 921
1251-1500 €	3 039	219	3 258
1501-1750 €	6 151	236	6 387
1751-2000€	1 043	45	1 088
2001-2250 €	422	4	426
2251-2500 €	329	41	370
2501-2750 €	129	6	135
2751-3000 €			0
3001-3250 €	119	4	123
3251-3500 €	1	2	3
3501-3750 €	91		91
3751-4000 €			0
4001-4250 €	1		1
4251-4500 €	6		6
4501-4750 €			0
4751-5000 €	1		1
5001-5250 €	1		1
5251-5500 €			0
5501-5750 €			0
5751-6000 €	1		1
Mais de 6000 €			0
<b>Total</b>	<b>21 125</b>	<b>1 897</b>	<b>23 022</b>

Quadro 24 – Estrutura remuneratória, por género (Quadro 17-A DGAEP)

Para este quadro não foram considerados os militares na situação de reserva fora da efetividade de serviço, militares e civis a aguardar reforma/aposentação e trabalhadores em regime de prestação de serviço na modalidade de avença, ou seja, foram apenas considerados os que se encontravam em efetivo exercício de funções na Guarda.

O gráfico 56 exibe uma pirâmide remuneratória de acordo com os valores apresentados:



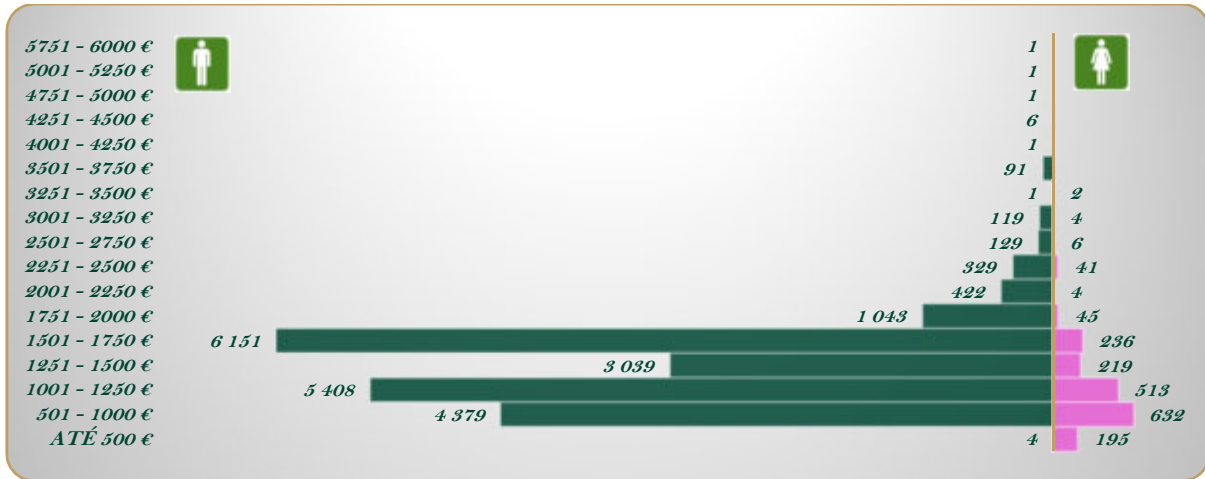


Gráfico 56 – Estrutura remuneratória (pirâmide remuneratória)

Analisando as remunerações ilíquidas que têm como período de referência o mês de dezembro, verifica-se que 27,74% dos trabalhadores estão situados no escalão de remuneração entre «€1501 - €1750», sendo este o mais representativo.

Este escalão abrange 6.387 trabalhadores, 6.151 dos quais do género masculino e 236 do género feminino. De referir, que o escalão mais representativo do género feminino é o escalão de remuneração entre «€501 - €1000», com 632 trabalhadores, cerca de 33,32%.

Saliente-se que 90,24% do universo de trabalhadores (20.776) aufera uma remuneração ilíquida igual ou inferior a 1.750€.

## 2. Leque salarial

As remunerações mínimas e máximas constantes no Quadro 25 são referentes a militares e civis que prestam serviço em regime de trabalho a tempo completo.

O quadro 25 apresenta a remunerações máxima e mínima por género:

Remuneração	Masculino	Feminino
Mínima	583,58 €	580,00 €
Máxima	5 859,93 €	3 415,64 €

Quadro 25 – Remunerações máximas e mínimas (Quadro 17-B DGAEP)

O gráfico 57 regista a evolução do leque salarial ilíquido no último triénio:

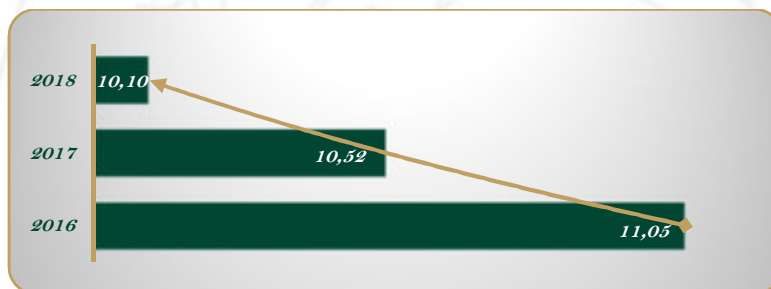


Gráfico 57 – Leque salarial ilíquido (2016/2018)



O leque salarial ilíquido situou-se, em 2018, nos 10,10 diminuindo ligeiramente em relação ao ano anterior (0,42).

### 3. Total dos encargos com o pessoal

Foram considerados os encargos com pessoais processados pela DRH, à exceção, das prestações de serviços que não foram contemplados conforme determinado nas instruções de preenchimento da DGAEF.

Em 2018, os encargos com o pessoal totalizaram 740.121.476,38 €, valor ligeiramente inferior ao despendido em 2017, que foi de 771.726.418,09 €.

A remuneração base, 485.097.012,86 €, representa 65,54% do total dos encargos com pessoal, proporção que aumentou face ao ano transato cerca de 0,41 pp. Neste item inclui-se o «suplemento por serviço nas forças de segurança».

O gráfico 58 regista a remuneração base média anual no último triénio:

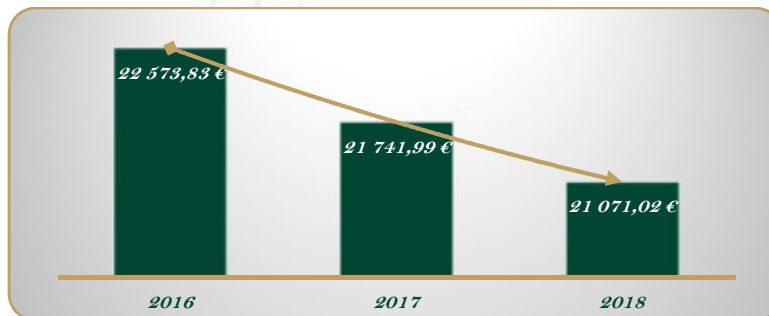


Gráfico 58 – Remuneração base média anual (2016/2018)

Regista-se um decréscimo da remuneração base média anual em 670,97 €, este valor passou de 21.741,99 €, registado no ano transato, para 21.071,12 €, registados no ano em análise.

No que respeita aos “outros encargos com pessoal”, o valor despendido foi de 155.649.186,82 €, valor inferior ao despendido em 2017, que foi de 172.318.399,18 €.

Relativamente ao valor dos “outros encargos com pessoal”, estes correspondem a:

- ✓ 120.985.908,77 € são referentes aos encargos da entidade patronal com a Direção-Geral de Proteção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública (ADSE), com a Caixa Geral de Aposentações (CGA) e com a Segurança Social (SS);
- ✓ 18.603.499,41 € são referentes aos abonos pagos ao trabalhador a aguardar aposentação até que a pensão passe a ser paga pela entidade competente;
- ✓ 14.598.154,37 € são referentes ao pagamento de serviços remunerados;
- ✓ 1.231.845,95 € são referentes a indemnizações por cessação de funções, por férias não gozadas e compensações por caducidade de contratos;
- ✓ 229.778,32 € são referentes a coimas do Regime Geral das Infrações Fiscais e Aduaneiras.



O gráfico 59 traduz em valores percentuais o total de encargos anuais com pessoal:

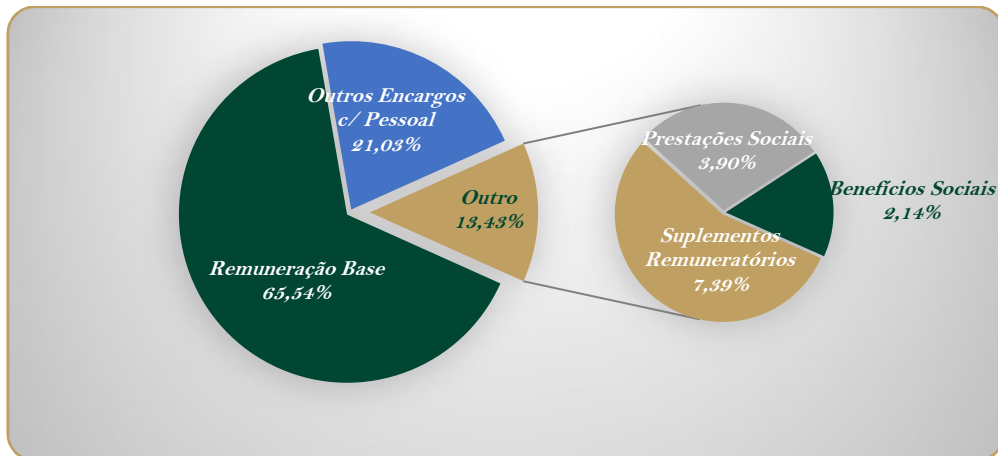


Gráfico 59 – Encargos anuais com pessoal

#### 4. Suplementos remuneratórios

No que respeita aos “suplementos remuneratórios”, o encargo despendido foi de 54.679.599,18 €, valor ligeiramente inferior ao despendido em 2017, que foi de 55.399.831,54 €.

O gráfico 60 exprime em valores percentuais os encargos com suplementos remuneratórios:

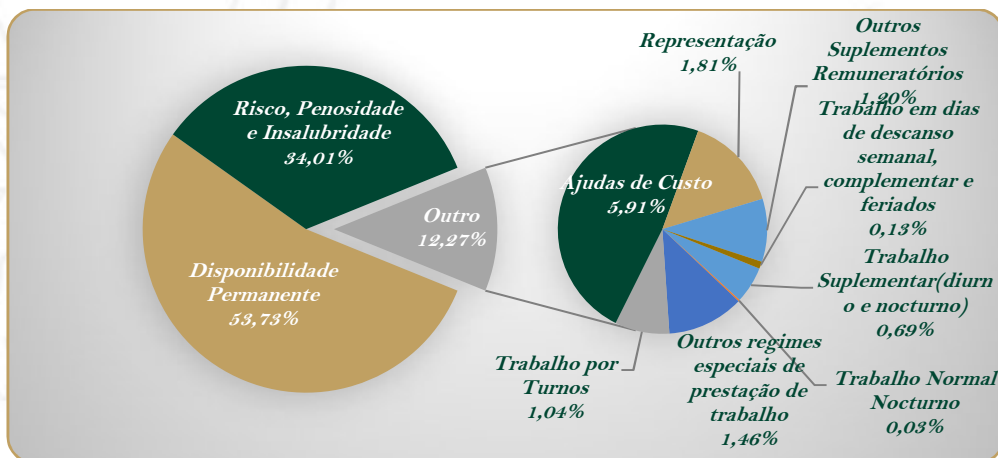


Gráfico 60 – Encargos com suplementos remuneratórios

O suplemento onde incidiu o maior dispêndio foi na “disponibilidade permanente” com 29.376.651,01€, surgindo de seguida o suplemento de “risco, penosidade e insalubridade”, que foi de 18.595.047,84 €.

#### 5. Encargos com prestações sociais

Em matéria de encargos com prestações sociais, constata-se que durante o ano em análise, as parcelas com maior relevância são o «subsídio de refeição e outras prestações sociais» onde se incluem pensões, proteção da parentalidade e o abono de família».



O gráfico 61 revela em valores percentuais os encargos com prestações sociais:

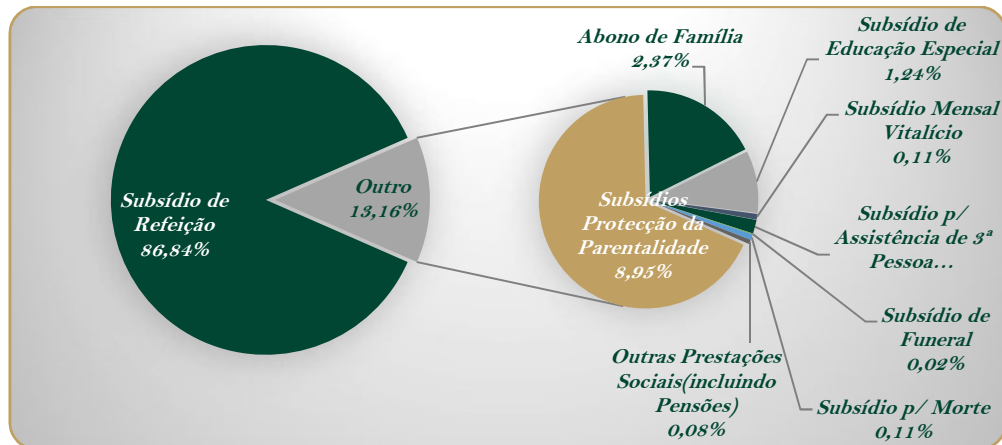


Gráfico 61 – Encargos com prestações sociais

As prestações sociais em 2018 ascenderam a 28.893.108,95 €, valor superior ao registado no ano anterior, 26.899.764,61 €. Já os encargos com benefícios sociais fixaram-se nos 15.802.568,57 €, valor superior ao registado no ano anterior (14.477.105,22 €).

O gráfico 62 regista a evolução da taxa de encargos sociais no último triénio:

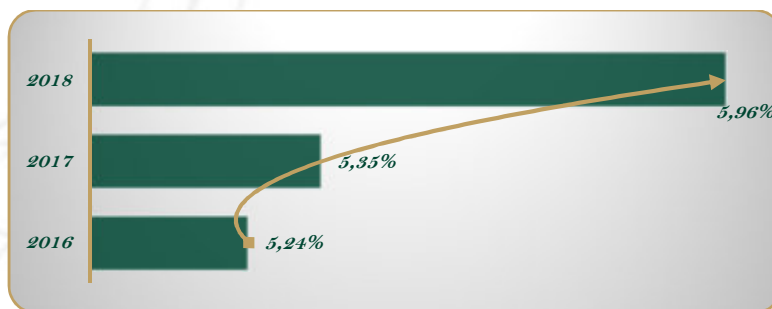


Gráfico 62 – Taxa de encargos sociais (2016/2018)

Regista-se um acréscimo da taxa de encargos sociais em 0,61 pp. Esta referência passou de 5,35%, registada no ano transato, para 5,96%, registados no ano em análise.

## 6. Encargos com benefícios sociais

Em matéria de encargos com benefícios sociais, verifica-se que durante o ano de 2018, as parcelas mensuradas são os outros «benefícios sociais» e o «subsídio de estudos», não existindo outros encargos com benefícios sociais.

O gráfico 63 assinala em valores percentuais os encargos com benefícios sociais:



Gráfico 63 – Encargos com benefícios sociais



***CAPÍTULO VIII***  
***HIGIENE E***  
***SEGURANÇA***



## VIII. Higiene e segurança

### 1. Acidentes de trabalho

O quadro 26 apresenta o quantitativo de acidentes de trabalho e número de dias perdidos por género:

Acidentes de trabalho	Género	No local de trabalho						In itinere					
		Total	Inferior a 1 dia (sem dar lugar a baixa)	1 a 3 dias de baixa	4 a 30 dias de baixa	Superior a 30 dias de baixa	Mortal	Total	Inferior a 1 dia (sem dar lugar a baixa)	1 a 3 dias de baixa	4 a 30 dias de baixa	Superior a 30 dias de baixa	Mortal
Total acidentes de trabalho no ano	M	821	535	18	190	78		59	28		23	8	
	F	68	53	2	11	2		4	1		2	1	
Total acidentes de trabalho c/baixa no ano	M	286		18	190	78		31			23	8	
	F	15		2	11	2		3			2	1	
Nº dias perdidos no ano	M	7 424		44	2 888	4 492		674			281	393	
	F	241		4	108	129		61			30	31	
Nº dias perdidos anos anteriores	M	25 200		406	24 743	51		7 385		33	2 272	5 080	
	F	515		4	278	233		1 300		8	193	1 099	

Quadro 26 – Acidentes de trabalho (Quadro 19 DGAEF)

No âmbito do número de acidentes no local de trabalho, regista-se um aumento da taxa de incidência em 0,43 pp.

O gráfico 64 regista a evolução da taxa de incidência de acidentes no local de trabalho no último triénio:

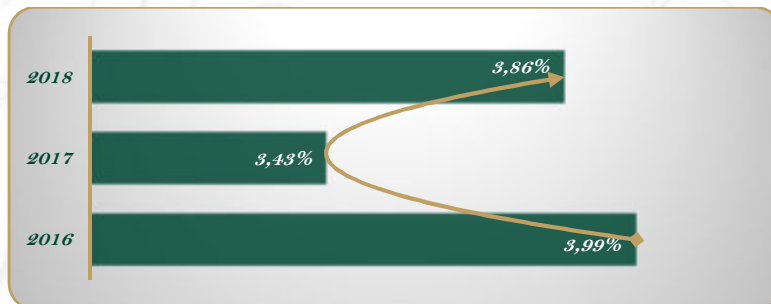


Gráfico 64 – Taxa de incidência de acidentes no local de trabalho (2016/2018)

Esta referência passou de 3,43%, registada no ano transato, para 3,86%, registados no ano em análise, o que significa um aumento de 97 acidentes.

### 2. Segurança e saúde no trabalho

Em 2018 foram declarados 160 casos de «incapacidade permanente», os quais se inserem 147 em «incapacidade parcial» e 13 em «incapacidade absoluta para o trabalho habitual», sendo que a «incapacidade absoluta» não registou qualquer caso.

No que concerne à «incapacidade temporária e absoluta», ocorreram 66 registos e no respeitante à «incapacidade temporária e parcial», 112 registos, o que perfaz um total de 178 casos.

Foram efetuados 6.057 exames médicos, dos quais 771 foram exames de admissão, 3.195 foram exames periódicos e 2.091 foram exames ocasionais e complementares.



Em matéria de encargos com estas atividades foram despendidos 128.717.67 €.

Foram efetuadas no âmbito da intervenção das comissões de segurança e saúde no trabalho, cerca de 49 visitas aos locais de trabalho.

Durante o ano de 2018, 6 trabalhadores foram sujeitos a ações de reintegração profissional em resultado de acidentes de trabalho ou doença profissional, 1 por alteração do regime de duração do trabalho e 5 por mobilidade interna.

Foram realizadas 3 ações de formação e sensibilização em matéria de segurança e saúde no trabalho, tendo abrangido cerca de 6 trabalhadores.

No âmbito das despesas com «medicina no trabalho», despendeu-se 23.400,00 €.

### 3. Doenças profissionais

No ano de 2018 foram participados 116 casos de situações de doença profissional, que originaram 735 dias de ausência.

O gráfico 65 regista a evolução da taxa de incidência de doenças profissionais no último triénio:

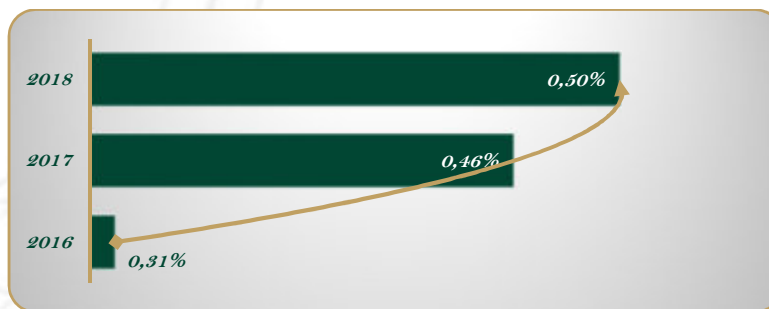


Gráfico 65 – Taxa de incidência de doenças profissionais (2016/2018)

No âmbito da taxa de incidência de doenças profissionais, regista-se um aumento da taxa de incidência em 0,04 pp.

Esta referência passou de 0,46%, registada no ano transato, para 0,50%, registados no ano em análise.



*2018*  
*BALANÇO SOCIAL*







*CAPÍTULO IX*  
*FORMAÇÃO*  
*PROFISSIONAL*



## IX. Formação profissional

No ano em apreço e à semelhança do que se vem verificando em anos pretéritos, a Guarda investiu na formação profissional e elaborou o Plano Anual de Formação (PAF), propondo-se a qualificar e a valorizar os seus recursos humanos, por forma a adequar o seu desempenho às necessidades dos postos de trabalho que ocupam.

### 1. Plano Anual de Formação (PAF)

O PAF é o documento que consubstancia o planeamento da formação da GNR.

O PAF tem como principal objetivo o desenvolvimento dos recursos humanos da Instituição, com vista a prepará-los para agirem em sintonia com os novos paradigmas e modelos de serviço público, na defesa e garantia do direito do cidadão à segurança, bem como aprofundar o conhecimento e atualizar competências requeridas nos vários domínios de atividade da GNR, procurando atingir os mais elevados padrões de qualidade e de excelência.

Neste sentido, o PAF em 2018 (PAF 2018) evidenciou uma preocupação crescente em conciliar as atividades formativas com as necessidades operacionais da Guarda, visando uma preparação técnica e específica adequada para o cumprimento eficaz da missão.

O PAF2018 teve como incontornável ponto de partida um processo de diagnóstico das necessidades formativas, através de uma interação sistemática e dinâmica com todos os stakeholders (Comandos, Unidades, Órgãos e Serviços da estrutura orgânica Guarda).

A elaboração do PAF2018 foi orientada tendo por base o quadro de contenção orçamental previsto para 2018, bem como a salvaguarda dos princípios da necessidade, da utilidade e do primado da valorização profissional.

### 2. Formação realizada (interna e externa)

O PAF2018 consubstanciou-se na realização de uma panóplia diversificada de cursos de formação interna e de formação externa.

No âmbito da formação interna, incluem-se todas as modalidades de formação realizadas na entidade formadora e nas entidades de formação. É entidade formadora a Escola da Guarda. São entidades de formação os Centros de Formação de Portalegre e da Figueira da Foz, e os órgãos de formação junto das unidades concentradas ou comandos territoriais.

No domínio da formação externa, e tendo em linha de conta a multiplicidade de missões e competências atribuídas à GNR, aliadas ao contexto interdisciplinar e diversificado em que desenvolve a sua atuação, leva a que, para a formação dos seus militares, além dos cursos ministrados internamente, se recorra a entidades e organismos externos, nacionais e estrangeiros, com os quais existem protocolos de cooperação.

O quadro 27 apresenta o número de ações de formação profissional:

	Menos de 30 horas	de 30 a 59 horas	de 60 a 119 horas	120 horas ou mais	Total
Internas	81 574	3 524	601	2 412	88 111
Externas	163	89	12	363	627
<b>Total</b>	<b>81 737</b>	<b>3 613</b>	<b>613</b>	<b>2 775</b>	<b>88 738</b>

Quadro 27 – Número de ações de formação profissional (Quadro 27 DGAEP)



Em 2018 registaram-se 88.738 participações em ações de formação profissional, registando-se uma diminuição, de 19.914 ações em relação ao ano de 2017.

Note-se que 99,29% das participações levadas a efeito foram internas e as restantes 0,71% externas.

A maior parte das ações de formação profissional teve duração inferior a 30 horas. Neste intervalo de horas registaram-se 81.737 participações internas e 163 participações externas.

O gráfico 66 retrata a evolução do número de ações de formação realizadas no último triénio.

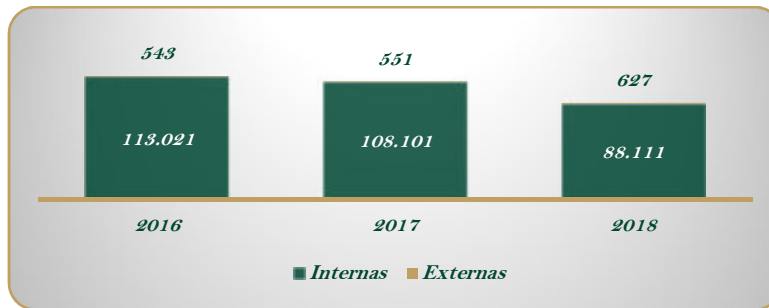


Gráfico 66 – Número de ações de formação (2016/2018)

O quadro 28 apresenta o número de participações em ações de formação profissional:

Grupo/cargo/carreira/ Nº de participações e de participantes	Ações internas	Ações externas	TOTAL	
	Nº de participações	Nº de participações	Nº de participações (*)	Nº de participantes (**)
Técnico Superior	1	3	4	3
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo	3		3	3
Assistente operacional, operário, auxiliar			0	
Informático	1		1	1
Educadores Infância e Doc. do Ensino Básico e Secundário			0	
Médico	7		7	7
Enfermeiro			0	
Técnico Diagnóstico e Terapêutica			0	
Forças Armadas - Oficial b)			0	
Guarda Nacional Republicana - Oficial	2 022	448	2 470	714
Guarda Nacional Republicana - Sargento	13 058	102	13 160	1 913
Guarda Nacional Republicana - Guarda	72 129	74	72 203	15 899
Outro Pessoal de Segurança c)	890		890	248
<b>Total</b>	<b>88 111</b>	<b>627</b>	<b>88 738</b>	<b>18 788</b>

Quadro 28 – Número de participações em ações de formação profissional (Quadro 28 DGAEP)

Em 2018 participaram em ações de formação 18.788 trabalhadores, sendo a categoria de guardas a mais representativa com 15.899 participantes (84,62%).

Regista-se um decréscimo da taxa de participação em ações de formação em 7,24 pp. Esta referência passou de 88,85%, registada no ano transato, para 81,61%, registados no ano em análise.



O gráfico 67 regista a evolução da taxa de participação em ações de formação no último triénio.



Gráfico 67 – Taxa de participação em ações de formação (2016/2018)

### 3. Carga horária e tempo despendido em formação

O quadro 29 mostra o número de horas em ações de formação profissional:

Grupo/cargo/carreira/ Horas despendidas	Horas despendidas		Total de horas em ações de formação
	Ações internas	Ações externas	
Técnico Superior	30,00	558,50	588,50
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo	21,00		21,00
Assistente operacional, operário, auxiliar			0,00
Informático	1,50		1,50
Educadores Infância e Doc. do Ensino Básico e Secundário			0,00
Médico	42,00		42,00
Enfermeiro			0,00
Técnico Diagnóstico e Terapêutica			0,00
Forças Armadas - Oficial b)			0,00
Guarda Nacional Republicana - Oficial	94 744,25	200 099,50	294 843,75
Guarda Nacional Republicana - Sargento	178 603,60	6 319,50	184 923,10
Guarda Nacional Republicana - Guarda	2 023 403,80	8 189,00	2 031 592,80
Outro Pessoal de Segurança c)	3 790,30		3 790,30
<b>Total</b>	<b>2 300 636,45</b>	<b>215 166,50</b>	<b>2 515 802,95</b>

Quadro 29 – Número de horas em ações de formação profissional (Quadro 29 DGAEP)

Na globalidade das ações de formação foi despendido um total de 2.515.802 horas registando-se um aumento de 958 horas em relação ao ano de 2017. Analisando as horas despendidas em formação, verifica-se que aqueles que perfizeram mais horas de formação (cerca de 80,75%) foram os militares da categoria de guardas.

### 4. Encargos com a formação

Os custos totais com a formação, em 2018, foram de €4.779.141,36 dos quais €3.660.306,65 foram gastos em ações internas e €1.118.834,71 foram gastos com ações externas.

O gráfico 68 regista a evolução da taxa de investimento em formação no último triénio:

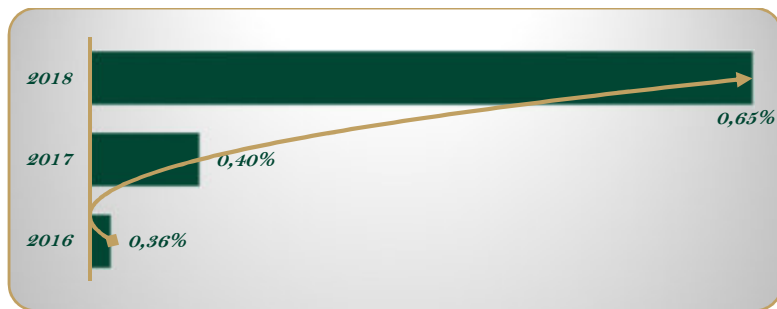


Gráfico 68 – Taxa de investimento em formação (2016/2018)

Regista-se um acréscimo da taxa de investimento em formação, calculada pelo rácio entre a despesa com a formação e o total de encargos com pessoal em 0,25 pp. Esta referência passou de 0,40%, registada no ano transato, para 0,65%, registados no ano em análise.

Na Guarda, a formação assume uma importância vital, existindo por isso um forte investimento nesta vertente, patente nos custos totais com a formação em ações internas e externas em 2018, o que revela uma aposta continuada na valorização dos profissionais da Guarda.





*2018*  
*BALANÇO SOCIAL*





*CAPÍTULO X*  
*RELAÇÕES*  
*PROFISSIONAIS*



## X. Relações profissionais

### 1. Relações profissionais

Os militares da GNR, nos termos da alínea d) do artigo 6.º da Lei n.º 39/2004, de 18 de agosto, não podem estar filiados em sindicatos, podendo, contudo, nos termos daquele diploma, filiar-se em associação profissional.

Existem 138 trabalhadores sindicalizados, o equivalente a 20,38% do total destes, que descontam mensalmente do seu vencimento, de forma direta e automática, um determinado montante para efeitos de pagamento de quotas para sindicatos.

### 2. Disciplina

O gráfico 69 demonstra a evolução da taxa de gravidade disciplinar no último triénio:

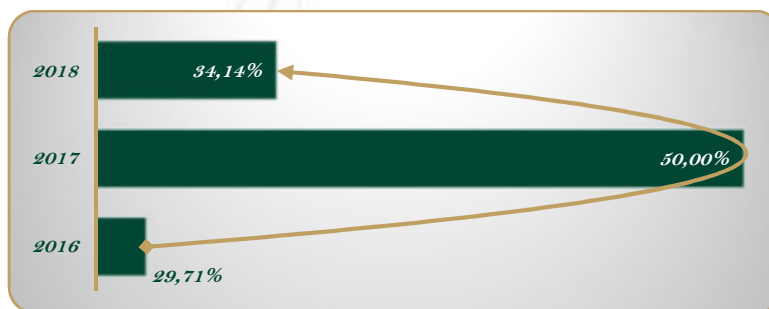


Gráfico 69 – Taxa de gravidade disciplinar (2016/2018)

No âmbito da ação disciplinar, merece realce a diminuição considerável da taxa de gravidade disciplinar, que passou de 50,00%, registados no ano transato, para 34,14%, registados no ano em análise, o que significa que da totalidade dos processos disciplinares decididos foram aplicadas menos penas.

A taxa de gravidade disciplinar das infrações disciplinares cometidas, face a 2017 diminuiu 15,86 pp.

O gráfico 70 revela a evolução da taxa de celeridade da ação disciplinar no último triénio:

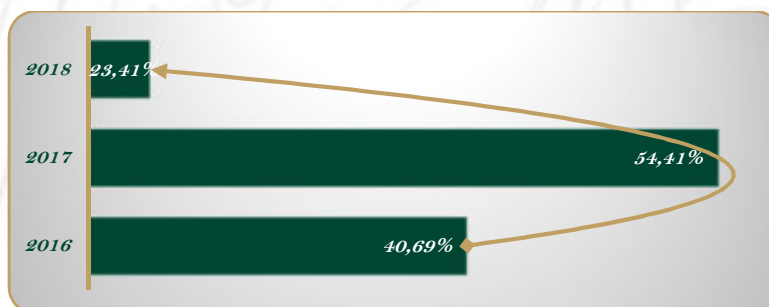


Gráfico 70 – Taxa de celeridade da ação disciplinar (2016/2018)

A taxa de celeridade de ação disciplinar teve uma diminuição considerável, passando dos 54,41% do ano 2017, para os 23,41% de 2018, ou seja, o total de processos decididos foram, em termos proporcionais, menores do que o ano transato.

A taxa de celeridade de ação disciplinar, face a 2017 diminuiu 31,00 pp.





***CAPÍTULO XI***  
***RESPONSABILIDADE***  
***SOCIAL***



## XI. *Responsabilidade social*

### 1. *Enquadramento*

*O primeiro BS, nos moldes em que hoje é entendido, foi levado a cabo em França, no ano de 1972, pela empresa SINGER. Este país foi, aliás, pioneiro na obrigatoriedade de elaboração periódica do BS para empresas com mais de 750 trabalhadores, após a publicação da Lei 77.769, de 12 de julho de 1977.*

*Em 2001, a Comissão das Comunidades Europeias definiu a responsabilidade social das empresas como sendo "a integração voluntária de preocupações sociais e ambientais por parte das empresas nas suas operações e na sua interação com outras partes interessadas".*

*A responsabilidade social, assim entendida, não pode ser dissociável do conceito de desenvolvimento sustentável, dado que as empresas devem integrar nas suas operações o impacto económico, social e ambiental.*

*A responsabilidade social das empresas materializa-se em duas dimensões: a interna e a externa. Na sua dimensão interna, as práticas socialmente responsáveis relacionam-se com a gestão dos recursos humanos, a saúde e segurança no trabalho, a adaptação à mudança e a gestão do impacto ambiental e dos recursos naturais.*

*Na sua dimensão externa a responsabilidade social das empresas materializa-se na rede de relações com as comunidades locais, com os clientes e fornecedores, com os acionistas e investidores, na observância dos direitos humanos consagrados universalmente, bem como, na gestão global do meio ambiente.*

*Não deve, todavia, confundir-se filantropia com responsabilidade social, uma vez que aquela é casuística enquanto que a segunda pressupõe ações contínuas no contexto da estratégia de longo prazo definida pela empresa, capazes de gerar benefícios económicos, possibilitando dessa forma a prossecução de criação de valor e consequente desenvolvimento social sustentado.*

*Sendo o envolvimento das empresas com a comunidade em que se inserem um ativo que estas devem capitalizar, beneficiando, nomeadamente, em termos do reforço da sua imagem, os investimentos a realizar terão de ter um carácter estratégico, sujeitos a um adequado planeamento e executados em estreita cooperação com os diferentes agentes e organizações locais.*

### 2. *Visão*

*Vivemos num mundo onde a responsabilidade social é vista como uma vantagem competitiva pelas organizações, mas ainda são poucas as que adotaram uma postura realmente ética perante os seus stakeholders.*

*No entanto, a GNR acredita que a tendência, no futuro, deixe de ser um referencial a seguir para passar a ser um dever. Portanto, em vantagem estão os que investirem desde já na integração voluntária de preocupações sociais, económicas e ambientais nas suas operações quotidianas.*

*A responsabilidade social promove a melhoria da imagem e reputação institucional e gera benefícios internos e externos para a Guarda.*

*A integração da perspetiva de género e responsabilidade social nas nossas práticas e rotinas é uma estratégia de desenvolvimento da Guarda. Contribuir para a sua concretização é uma missão que exigirá o envolvimento e participação de todos.*



*Todos somos elos fundamentais para a construção de uma sociedade com mais igualdade de género e responsabilidade social. Nós podemos, com certeza, fazer a diferença, para promover novas formas de pensar, agir e de nos relacionarmos.*

### 3. Contratos emprego-inserção

*O CEI e o CEI+ são medidas reguladas pela Portaria n.º 128/2009, de 30 de janeiro, alterada pelas Portarias n.ºs 294/2010, de 31 de maio, 164/2011, de 18 de abril e 378-H/2013, de 31 de dezembro e n.º 20-B/2014, de 30 de janeiro.*

*Estas medidas visam através da realização de atividades que satisfaçam necessidades sociais ou coletivas temporárias a nível local ou regional, manter os desempregados em contacto com o mercado de trabalho, preservando e melhorando as suas competências socioprofissionais.*

*São entidades promotoras as entidades coletivas, públicas ou privadas sem fins lucrativos, designadamente serviços públicos que desenvolvam atividades relevantes para a satisfação de necessidades sociais ou coletivas, autarquias locais e entidades de solidariedade social, podendo ainda candidatar-se as entidades coletivas privadas do setor empresarial local que sejam totalmente participadas pelos municípios, pelas associações de municípios, independentemente da respetiva tipologia, e pelas áreas metropolitanas.*

*Os CEI têm como destinatários desempregados beneficiários de subsídio de desemprego ou subsídio social de desemprego, destinando-se os CEI+ a desempregados beneficiários do rendimento social de inserção e desempregados com características que dificultem a sua inserção no mercado de trabalho (desempregados de longa duração, vítimas de violência doméstica e famílias monoparentais ou em que ambos os cônjuges estejam desempregados).*

*A sua implementação compreende algumas restrições que pretendem assegurar que as atividades desenvolvidas não configuram o preenchimento ou a substituição de postos de trabalho, designadamente:*

- ✓ *A duração máxima do projeto, definida com o limite de 12 meses (não podendo o mesmo destinatário ser afeto a projetos sucessivos apresentados pela mesma entidade);*
- ✓ *O impedimento de o mesmo desempregado poder ser afeto a projetos promovidos por entidades com os quais estabeleceu (nos 12 meses anteriores à apresentação da candidatura), uma prestação de trabalho a qualquer título.*

*Assim, atendendo à caracterização das medidas CEI e CEI+ , as quais não visam a ocupação de postos de trabalho, situação que deve ser demonstrada, fundamentada e comprovada nas candidaturas; atendendo à duração máxima dos projetos; à natureza das entidades elegíveis bem como à dos beneficiários que nelas podem ser integrados, conclui-se que a ocupação temporária que resulta deste instrumento não pode corresponder a necessidades permanentes dos serviços.*

*À semelhança de anos anteriores, também em 2018 a Guarda manteve uma atitude socialmente responsável ao nível da reintegração profissional de cidadãos, tendo mantido o protocolo de colaboração com o IEFPP, ao abrigo dos programas CEI E CEI+, foram integrados 187 trabalhadores ao longo do ano de 2018.*

### 4. Igualdade de género

*De acordo com o determinado pelo Despacho Conjunto n.º 373/2000, de 1 de março, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 77, de 31 de março, faz-se constar a seguinte menção:*



*“Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, a AP, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidade entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.”*

*O presente relatório do BS 2018 além do uso da linguagem inclusiva também aprofundou a desagregação de género ao nível estatístico.*

*Durante o ano de 2018, a Guarda implementou várias ações de sensibilização e informação sobre a temática da violência doméstica e violência de género.*

*Foi assinado em 9 de julho de 2018, um protocolo para a formação na área jurídica e psicossocial de oficiais de justiça e FFS sobre violência doméstica e violência de género.*

*O protocolo foi assinado entre a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG), a Procuradoria-geral da República, a Secretaria-geral do MAI, a Direção-Geral da Administração da Justiça (DGAJ), a GNR e a Polícia de Segurança Pública.*

*No âmbito do protocolo, a GNR obriga-se a:*

- ✓ *Proceder ao diagnóstico das necessidades formativas para efeitos de elaboração do plano anual de ação e execução;*
- ✓ *Proporcionar os meios e as instalações adequadas à realização das ações de formação;*
- ✓ *Assegurar os recursos humanos necessários para a realização das atividades formativas previstas no presente protocolo;*
- ✓ *Identificar o(s) público(s)-alvo das ações;*
- ✓ *Colaborar com a CIG e a DGAJ na realização de ações de formação em sistema elearning para oficiais de justiça, na área jurídica e psicossocial em temáticas relacionadas com a violência doméstica e violência de género;*
- ✓ *Promover a realização de ações de formação e debate para FFS, em sistema presencial e em formato Workshop, na área jurídica e psicossocial em temáticas relacionadas com a violência doméstica e violência de género.*

*Nos dias 4 e 5 de dezembro de 2018, nas instalações dos Serviços Sociais da Guarda, na Costa de Caparica, decorreu a 1.ª sessão de formação CIG para oficiais de justiça com a participação de 25 formandos.*

## **5. Medidas adotadas**

*No ano de 2018, as medidas de uma forma genérica adotadas pelo dispositivo da GNR foram de entre outras, as seguintes:*

- ✓ *Promoção dos valores militares, reconhecimento do mérito militar e policial, interação das hierarquias com os militares e famílias;*
- ✓ *Comemoração do dia das unidades, medidas de congregação e socialização da família militar através da demonstração das tarefas inerentes às diversas unidades;*
- ✓ *Organização e realização de provas desportivas (trails, caminhadas, corta-mato, duatlo, BTT, orientação militar e tiro);*
- ✓ *Promoção generalizada da atividade desportiva e interação com a natureza;*
- ✓ *Reforço da contribuição na prevenção e solução dos problemas profissionais e pessoais;*
- ✓ *Celebrações litúrgicas regulares, nomeadamente, nos dias das unidades, almoços convívios, em funerais, batismos e casamentos do efetivo;*



- ✓ *Promoção de ações de sensibilização e de prevenção dos problemas ligados ao álcool e outras adições, sobre-endividamento e apoio social na GNR;*
- ✓ *Atividades de caráter lúdico e cultural;*
- ✓ *Doações de bens apreendidos;*
- ✓ *Angariação de vestuário, alimentos, livros, brinquedos e materiais de higiene.*

No ano de 2018, as medidas de uma forma particular adotadas para o efetivo da GNR e outros foram as seguintes:

<i>Medida</i>	<i>Ação desenvolvida</i>	<i>Público alvo</i>
<i>Dia da Criança</i>	<i>Interação com a comunidade civil</i>	<i>Comunidade civil em geral</i>
<i>Concerto de Ano Novo</i>	<i>Promoção da cultura da Guarda</i>	<i>Comunidade civil em geral, militares e respetivos familiares</i>
<i>Concerto de Primavera</i>	<i>Ação de solidariedade social</i>	<i>Comunidade civil em geral</i>
<i>Concerto de Outono</i>	<i>Ação de solidariedade social</i>	<i>Comunidade civil em geral</i>
<i>GNR no IPO</i>	<i>Ação de solidariedade social</i>	<i>Comunidade civil em geral</i>
<i>Entrega de espadas</i>	<i>Cerimónia militar de entrega de espadas aos novos oficiais</i>	<i>Militares e respetivos familiares</i>
<i>Compromisso de Honra</i>	<i>Cerimónia militar</i>	<i>Militares e respetivos familiares</i>
<i>Juramento de Bandeira</i>	<i>Cerimónia militar</i>	<i>Militares e respetivos familiares</i>
<i>Dia da Fundação</i>	<i>Cerimónia militar</i>	<i>Militares e respetivos familiares</i>
<i>Entrega de viaturas</i>	<i>Cerimónia militar</i>	<i>Militares</i>
<i>Conferências em Queluz</i>	<i>Conferência sobre temas da Guarda</i>	<i>Militares e civis convidados</i>
<i>Dia da GNR</i>	<i>Cerimónia militar</i>	<i>Militares e comunidade civil em geral</i>
<i>Visita mensal de crianças à GNR (EG)</i>	<i>Interação com a comunidade civil</i>	<i>Comunidade escolar</i>
<i>Semana da Proteção Civil Cascais Shopping</i>	<i>Interação com a comunidade civil</i>	<i>Comunidade escolar do concelho de Cascais</i>



<i>Medida</i>	<i>Ação desenvolvida</i>	<i>Público alvo</i>
<i>Tomada de posse oficiais-generais</i>	<i>Cerimónia militar</i>	<i>Militares</i>
<i>Apoio a grupos sociais vulneráveis, em momentos de sofrimento</i>	<i>Visitas assíduas a doentes, reclusos e outros grupos sociais vítimas de incidentes críticos. Funerais</i>	<i>Efetivo da Guarda e familiares</i>
<i>Acompanhamento de militares e famílias em momentos de alegria, confraternização e festa</i>	<i>Resposta a solicitações de elementos da Guarda no sentido de partilhar momentos de festa e alegria por encontros de confraternização, batismos, matrimónios, aniversários e bênçãos</i>	<i>Efetivo da Guarda e familiares</i>
<i>2 Encontros de famílias</i>	<i>Reflexão sobre temáticas referentes à vida familiar e convívio entre famílias</i>	<i>Efetivo da Guarda e familiares</i>
<i>Acompanhamento e mediação familiar</i>	<i>Resposta a solicitações de elementos da Guarda no sentido de ajudar na comunicação e entendimento no ambiente familiar</i>	<i>Efetivo da Guarda e familiares</i>
<i>Solidariedade de Natal</i>	<i>Recolha de roupa, alimentos, livros, brinquedos e materiais de higiene</i>	<i>Efetivo da USHE</i>
<i>Ajuda a famílias carenciadas</i>	<i>Almoço solidário bimensal</i>	<i>Efetivo da USHE</i>
<i>Solidariedade no tempo da Quaresma/2018</i>	<i>Recolha de donativos pecuniários</i>	<i>Efetivo da Guarda</i>
<i>Partilha Solidária</i>	<i>Recolha de bens pecuniários e roupas na USHE</i>	<i>Ajuda à Instituição “Ajuda de Mãe”</i>
<i>Partilha Solidária</i>	<i>Recolha de roupas e outros bens materiais no CFFF</i>	<i>Efetivo do CFFF com destino a instituições de apoio a crianças e adultos</i>
<i>Partilha solidária</i>	<i>Recolha de roupas e outros bens</i>	<i>Efetivo do CTer Coimbra tendo como destino instituições de crianças</i>
<i>Peregrinação Militar Nacional a Fátima (PMNF)</i>	<i>Ida a Fátima em viaturas automóveis</i>	<i>Efetivo da Guarda e familiares</i>
<i>Peregrinação Militar Internacional a Lourdes (PMIL)</i>	<i>Ida a Lourdes (França) realizada em autocarro</i>	<i>Efetivo da Guarda e familiares</i>
<i>Peregrinação Militar a Pé a Fátima (PMPF)</i>	<i>Deslocação a pé Lisboa / Fátima</i>	<i>Militares da Guarda na situação de ativo</i>
<i>Peregrinação e passeio ciclo a Fátima com fins humanitários</i>	<i>Percurso Lisboa-Fátima em BTT, em duas etapas. Participação no Programa da Peregrinação Militar Nacional a Fátima</i>	<i>Efetivo da USHE</i>
<i>Bênção dos Capacetes e motos, em Fátima</i>	<i>Encontro organizado por vários motos clubes. Celebração da Bênção dos capacetes e das motos da responsabilidade da USHE.</i>	<i>Motards</i>
<i>Celebração da padroeira da Guarda</i>	<i>Procissão e missa realizada em Lisboa, Carmo, em interação com a sociedade civil</i>	<i>Efetivo da Guarda e comunidade local</i>



<i>Medida</i>	<i>Ação desenvolvida</i>	<i>Público alvo</i>
<i>Celebração da padroeira da Guarda</i>	<i>Procissão e missa realizada na cidade de Aveiro em interação com a sociedade civil</i>	<i>Efetivo do CTER de Aveiro e comunidade local</i>
<i>Celebração da padroeira da Guarda</i>	<i>Procissão e missa na Cidade do Porto, em interação com a sociedade civil</i>	<i>Efetivo do CTER do Porto e comunidade local</i>
<i>Celebração da padroeira da Guarda</i>	<i>Procissão e missa na Cidade de Faro, em interação com a sociedade civil</i>	<i>Efetivo do CTER de Faro e comunidade local</i>
<i>Colheitas de sangue</i>	<i>Colheitas de sangue (em Braço de Prata, Ajuda e Conde de Lição) pelo Instituto Português do Sangue e Transplantação (IPST) na sequência de iniciativa da Capelania da USHE</i>	<i>Efetivo da USHE</i>
<i>Doação de pescado apreendido no âmbito de vários processos de contraordenação</i>	<i>Doação de cerca de 9000 kg no valor total de 52000€</i>	<i>Instituições de Solidariedade Social</i>
<i>Doação de pescado apreendido no âmbito de vários processos de contraordenação</i>	<i>Doação de cerca de 380 Kg no valor total de 1900€</i>	<i>Parque Biológico de Gaia, ZOO de Santo Inácio e Sociedade Protetora dos Animais da Póvoa de Varzim</i>
<i>Dia da Proteção Civil Santo Tirso</i>	<i>Demonstração de meios da UCC em 02 e 03MAR18</i>	<i>Comunidade civil em geral, militares e respetivos familiares</i>
<i>"Qualifica 2018" Feira da Educação Formação, Juventude e Emprego na Exponor Matosinhos</i>	<i>Demonstração de meios da UCC em 01, 02, 03 e 04MAI18</i>	<i>Comunidade civil em geral</i>
<i>Dia Municipal da Proteção Civil Valongo</i>	<i>Demonstração de meios da UCC em 04 e 05MAI18</i>	<i>Comunidade civil em geral, militares e respetivos familiares</i>
<i>Procissão marítima englobada nas Festas da Sra. da Agonia em Viana do Castelo</i>	<i>Presença com meios marítimos da UCC na procissão em 20AGO18</i>	<i>Comunidade civil em geral</i>
<i>Visita à GNR do XIX Curso de Defesa Nacional para Jovens, do Instituto da Defesa Nacional</i>	<i>Demonstração de meios da UCC em 25SET18</i>	<i>Comunidade escolar</i>
<i>5.ª Edição Aquaporto 2018</i>	<i>Demonstração de meios da UCC em 28, 29 e 30SET18</i>	<i>Comunidade civil em geral, militares e respetivos familiares</i>
<i>9.º Aniversário do Comando Territorial de Braga</i>	<i>Demonstração de meios da UCC</i>	<i>Comunidade civil em geral, militares e respetivos familiares</i>
<i>Simulacro de Salvamento Marítimo da APMSHM - Caxinas 2018</i>	<i>Presença com meios da UCC no simulacro em 29SET18</i>	<i>Comunidade piscatória local</i>
<i>Semana Cultural Colégio Júlio Dinis</i>	<i>Demonstração de meios da UCC em 14DEC18</i>	<i>Comunidade escolar</i>
<i>Doação de pescado apreendido no âmbito de diversos processos de contraordenação na área do DCC Figueira da Foz</i>	<i>Doação de cerca de 13.126 Kg de pescado</i>	<i>Instituições de Solidariedade Social</i>
<i>Demonstração de valências da GNR, integradas no dia da criança</i>	<i>Demonstração de meios da UCC em Montemor-o-Velho no âmbito das comemorações do 9º aniversário do CTER de Coimbra</i>	<i>Comunidade civil em geral e comunidade escolar em particular</i>



<i>Medida</i>	<i>Ação desenvolvida</i>	<i>Público alvo</i>
<i>Demonstração de valências da GNR, no parque São Mateus na localidade de Cantanhede, no âmbito das comemorações no dia da criança</i>	<i>Demonstração de meios da UCC</i>	<i>Comunidade civil em geral e comunidade escolar em particular</i>
<i>Demonstração de valências da GNR, na escola Básica e Secundária Quinta das Flores em Coimbra</i>	<i>Demonstração de meios da UCC</i>	<i>Comunidade escolar</i>
<i>Demonstração de valências da GNR, na escola Básica e Secundária D. Inês de Castro em Alcobaça</i>	<i>Demonstração de meios da UCC</i>	<i>Comunidade escolar</i>
<i>Demonstração de valências da GNR, no parque da Cidade da Mealhada - Mealhada, no âmbito das comemorações do dia da criança</i>	<i>Demonstração de meios da UCC</i>	<i>Comunidade civil em geral e comunidade escolar em particular</i>
<i>Doação de pescado apreendido no âmbito de diversos processos de contraordenação do DCC Setúbal</i>	<i>Doação de cerca de 329,7 kg de pescado</i>	<i>Instituições de Solidariedade Social</i>
<i>Doação de pescado apreendido no âmbito de diversos processos de contraordenação do SDCC F. Telha</i>	<i>Doação de cerca de 12,70 kg de pescado</i>	<i>Instituições de Solidariedade Social</i>
<i>Dia da criança DCC Lisboa</i>	<i>Demonstração de meios da UCC</i>	<i>Comunidade escolar</i>
<i>Doação de pescado apreendido no âmbito de diversos processos de contraordenação do SDCC Peniche</i>	<i>Doação de cerca de 2066 kg de pescado</i>	<i>Instituições de Solidariedade Social</i>
<i>Doação de pescado apreendido no âmbito de diversos processos de contraordenação do DCC Sines</i>	<i>Doação de cerca de 3645 kg de pescado</i>	<i>Instituições de Solidariedade Social</i>
<i>Visita às instalações do DCCSINES de 22 crianças do Infantário "O Pintainho"</i>	<i>Demonstração de meios da UCC</i>	<i>Comunidade escolar</i>
<i>Doação de pescado apreendido no âmbito de diversos processos de contraordenação do SDCC Olhão</i>	<i>Doação de cerca de 1569,1 kg de pescado</i>	<i>Instituições de Solidariedade Social</i>
<i>Doação de pescado apreendido no âmbito de diversos processos de contraordenação do SDCC Portimão</i>	<i>Doação de cerca de 240 kg de pescado</i>	<i>Instituições de Solidariedade Social</i>
<i>Doação de pescado apreendido no âmbito de diversos processos de contraordenação do SDCC Vila Real S. António</i>	<i>Doação de cerca de 159,0 kg de pescado</i>	<i>Instituições de Solidariedade Social</i>
<i>Visita de estudo dos alunos do Agrupamento de Escolas de Vila Real de Santo António</i>	<i>Esclarecimento da missão e áreas de atuação da UCC</i>	<i>Comunidade escolar</i>
<i>XIII Corta-Mato interno da EG - V Corrida Solidária</i>	<i>Promoção da prática de atividade física aliada à solidariedade, para além de alavancar o espírito de camaradagem, entreaajuda e disciplina, contribui para a angariação de bens alimentares destinados a quatro</i>	<i>Comunidade civil em geral, militares e respetivos familiares</i>
<i>Almoço do dia do Sargento (31Jan18)</i>	<i>Almoço convívio para dignificar a data e promover o espírito de corpo e de camaradagem</i>	<i>Militares do CFP</i>
<i>Demonstração de valências da GNR, na Escola básica nº 1 de Pampilhosa, Mealhada</i>	<i>Demonstração de meios da UCC</i>	<i>Comunidade escolar</i>





<i>Medida</i>	<i>Ação desenvolvida</i>	<i>Público alvo</i>
<i>Celebração religiosa pascal (06.Abr18)</i>	<i>Afirmação da prática religiosa dos militares e promoção da solidariedade, do espírito de camaradagem e entreajuda</i>	<i>Militares do CFP e guardas-provisórios do 40.º CFG</i>
<i>Celebração de ação de graças e sacramento de iniciação cristã (15Jun18)</i>	<i>Celebração religiosa católica com vista à iniciação e confirmação do cristianismo dos formandos do CFG</i>	<i>Militares do 40.º CFG</i>
<i>Caminhada Pela Floresta 2018 - Viana do Castelo</i>	<i>Promoção da atividade desportiva, interação com a comunidade civil, ação de sensibilização, para a fomentação de condutas de respeito pela natureza e pelo ambiente, bem como para problemática dos incêndios florestais</i>	<i>Comunidade civil em geral, militares e respetivos familiares</i>
<i>Caminhada e Passeio de BTT no âmbito das comemorações do dia da Unidade (12OUT18)</i>	<i>Promoção da atividade desportiva dos militares, e convívio</i>	<i>Militares</i>
<i>UMAI-Unidade móvel de apoio ao idoso - parceria delegação da Cruz Vermelha de Ponte de Sor com SPC DTer Ponte de Sor</i>	<i>Visita e entrega de bens a idosos carenciados e /ou isolados</i>	<i>Idosos isolados e carenciados</i>
<i>Caminhada pela Floresta 2018</i>	<i>Promover a atividade desportiva, interação com a comunidade civil, ação de sensibilização para a fomentação de condutas do respeito pela natureza e pelo ambiente, bem como a problemática dos incêndios Florestais</i>	<i>Comunidade civil em geral, militares e respetivos familiares</i>
<i>Caminhada pela Floresta 2018 Barragem do Vascoeiro - Pinhel</i>	<i>Promoção da atividade desportiva, interação com a comunidade civil, ação de sensibilização, para a fomentação de condutas de respeito pela natureza e pelo ambiente, bem como para problemática dos incêndios florestais</i>	<i>Comunidade civil em geral, militares e respetivos familiares</i>
<i>Entrega de Roupa e Calçado</i>	<i>Aproximação da GNR a Instituições Publicas de Solidariedade Social e comunidade civil</i>	<i>7 Instituições de Solidariedade Social do Distrito da Guarda</i>
<i>Ciclo de Tertúlias (Vários Temas)</i>	<i>Promoção da interação com a comunidade civil e estabelecer um contato mais próximo com os cidadãos do Distrito da Guarda e num ambiente menos formal, debater assuntos específicos da segurança com interesse atual para a população local</i>	<i>Comunidade em geral</i>
<i>Seminário - Organização e modelo de policiamento em territórios de baixa densidade</i>	<i>Esta atividade foi desenvolvida a pensar na comunidade, com o propósito de manter e reforçar a proximidade da GNR com a população do distrito da Guarda, indo de encontro à visão desta secular Instituição: "uma Força humana, próxima e de confiança"</i>	<i>Comunidade em geral e entidades civis</i>
<i>Caminhada pela Floresta 2018 - Parque Municipal de Loulé</i>	<i>Forma de sensibilizar para a importância da nossa floresta e para os riscos que lhe estão associados</i>	<i>Comunidade civil em geral, militares e respetivos familiares e amigos</i>
<i>Estafeta "Jogos de Quelfes"</i>	<i>Promoção da atividade desportiva desenvolvida pelo Município de Olhão</i>	<i>Escolas de 1º ciclo do Concelho de Olhão</i>
<i>1º Encontro de BTT Entre escolas</i>	<i>Coordenadora do Desporto Escolar da Escola E.B2,3 Poeta Emiliano da Costa - Estói</i>	<i>Escola 2.º e 3º ciclo do concelho de Faro.( Escola E.B 2,3 Poeta Emiliano da Costa - Estói) do Concelho de Faro</i>
<i>Visita ao PTer Alportel</i>	<i>Visita às instalações do Posto e Demonstração de meios do GIPS, NPA e patrulha ciclo; ação sensibilização sobre o tema prevenção rodoviária</i>	<i>Creche Sítio do Bebê do concelho de São Brás de Alportel</i>
<i>Desfile de Carnaval</i>	<i>Agrupamento Escolas Montenegro</i>	<i>Agrupamento Escolas Montenegro (JI/1º Ciclo) do Concelho de Faro</i>
<i>Visita ao CTer Faro</i>	<i>Visita às instalações do PTer Faro e demonstração de meios do GIPS, PIR e cavalaria e ação sensibilização sobre o tema missão da GNR</i>	<i>Escola de 1º Ciclo do Concelho de Faro</i>
<i>Caminhada pela Floresta 2018 - 21 março 2018</i>	<i>Promoção da atividade desportiva, interação com a comunidade civil, ação de sensibilização, para a fomentação de condutas de respeito pela natureza e pelo ambiente, bem como para problemática dos incêndios florestais</i>	<i>Comunidade civil em geral, militares e respetivos familiares</i>



Medida	Ação desenvolvida	Público alvo
Visita ao CTer Faro	Visita às instalações do PTER Faro e demonstração de meios do trânsito, EPNA e meios cinotécnicos e ação sensibilização sobre o tema missão da GNR	ATL Balão do Bom João e Associação o GATO do Concelho de Faro
Visita ao CTer Faro	Visita às instalações do PTER Faro e demonstração de meios do trânsito, meios cinotécnicos e ação sensibilização sobre o tema violência no namoro	CEF do 9º ano da Escola Sec. João de Deus do Concelho de Faro
Visita ao CTer Faro	Visita às instalações do PTER Faro e demonstração de meios do trânsito, meios cinotécnicos e ação sensibilização sobre o tema prevenção rodoviária e missão da GNR	JI Super Escola do Concelho de Faro
Caminhada da Espiga	Comemoração do Dia da Espiga	Escola de 1º ciclo do concelho de São Brás de Alportel
Demonstração de meios	Demonstração de meios cinotécnicos e cavalaria Escola E.B1/JI Moncarapacho	Escola 1º Ciclo e JI do Concelho de Olhão
Dia da Criança	Divisão de Educação da Câmara Municipal de Faro, demonstração de meios cavalaria, meios EPNA e meios SPC	Escolas de 1º ciclo e JI do concelho de Faro
Visita ao CTER Faro	Visita às instalações do PTER Faro e demonstração de meios do trânsito, meios cinotécnicos e ação sensibilização sobre a missão da GNR	Centro infantil do Hospital de Faro do Concelho de Faro
Visita ao CTer Faro	Visita às instalações do PTER Faro e demonstração de meios do trânsito, EPNA e ação sensibilização sobre a missão da GNR e missão do EPNA	Turma proteção civil da Escola Sec. Pinheiro e Rosa do concelho de Faro
Demonstração de meios ciclo, moto e auto e Guarda Civil - Reforço de verão	Demonstração de meios ciclo, moto, auto, Guarda Civil para o reforço de verão 2018 e visita do Comandante-Geral da GNR, Diretor Nacional da PSP e Ministro da Administração Interna	Parque da Pontinha do concelho de Faro
Visita ao CTer Faro	Visita às instalações do PTER Faro e demonstração de meios cinotécnicos e ação sensibilização sobre a Missão da GNR	Associação APATRIS 21 do concelho de Faro
Visita ao PTER Alportel	Visita às instalações do PTER Alportel, Viaturas da GNR e ação sensibilização sobre o tema prevenção rodoviária	Creche Santa Casa da Misericórdia de S. Brás de Alportel
Caminhada "Dia Europeu do Desporto Escolar"	Promover aos alunos o interesse pelo desporto da Escola E.B2,3 Poeta Emiliano da Costa	Escola E.B 2,3 Poeta Emiliano da Costa - Estoi do concelho de Faro
Visita ao PTER Vilamoura	Promover aos alunos o contacto com os animais através da demonstração de meios cinotécnicos e cavalaria	Creche Santa Casa da Misericórdia de S. Brás de Alportel
Saída de BTT da Escola E.B 2,3 Dr.ª Paula Nogueira - Olhão	Coordenador do desporto escolar da Escola E.B 2,3 Dr.ª Paula Nogueira - Olhão	Escola do 1º e 2º ciclo da E.B.2,3 Dr.ª Paula Nogueira do concelho de Olhão
Flashmobe	Comemorações do Natal	Alunos da Escola E.B1/JI Moncarapacho, professores, famílias e comunidade em geral na Praça da República em Moncarapacho
Caminhada Laço Azul Humano	Atividade Promovida pela CPCJ de Faro, alusiva ao mês da prevenção dos maus tratos na infância (mês abril)	Escolas do 1º e 2º ciclo do concelho de Faro e alunos e professores das escolas do concelho de Faro
Caminhada do Dia da Família	Comemoração do Dia da Família	Alunos da Creche, JI e Famílias



<i>Medida</i>	<i>Ação desenvolvida</i>	<i>Público alvo</i>
<i>VI OPTO.EU - Fórum de educação e formação do Algarve</i>	<i>Participação no VI OPTO.EU, em stand com placards e folhetos de divulgação das valências da GNR e dos diversos programas especiais</i>	<i>Comunidade escolar e público em geral</i>
<i>Corta-Mato escolar</i>	<i>Promoção da atividade desportiva, interação entre a comunidade escolar e respeito pela natureza</i>	<i>Comunidade escolar do agrupamento de Escolas de Alcoutim em Martim Longo</i>
<i>Marcha-Corrida "Na Rota da Perdiz"</i>	<i>Promoção da atividade desportiva, interação com a comunidade civil, fomentação para condutas de respeito pela natureza</i>	<i>Comunidade civil em geral</i>
<i>Trail "Cachopo Solidário"</i>	<i>Promoção da atividade desportiva, interação com a comunidade civil, fomentação para condutas de respeito pela natureza. Uma parte da receita das inscrições reverte para uma IPSS "Centro Paroquial de Cachopo"</i>	<i>Comunidade civil em geral</i>
<i>Caminhada noites de lua cheia</i>	<i>Promoção da atividade desportiva, interação com a comunidade civil</i>	<i>Comunidade civil em geral</i>
<i>Caminhada dia da criança</i>	<i>Promoção da atividade desportiva, interação entre a comunidade escolar e respeito pela natureza</i>	<i>Comunidade Escola 1º e 2º Ciclo VRSA</i>
<i>Passeio BTT - Tavira - Torre D`Aires</i>	<i>Promoção da atividade desportiva, interação com meio ambiente</i>	<i>Comunidade escolar do agrupamento de escolas D. Manuel I - Tavira</i>
<i>Passeio BTT da Escola D. Paio Peres Correia (Tavira - Parque de lazer da Mata da Conceição de Tavira)</i>	<i>Promoção de atividade desportiva, interação entre a comunidade escolar e respeito pela floresta</i>	<i>Comunidade escolar do agrupamento de escolas D. Paio Peres Correia</i>
<i>Caminhada pela Floresta</i>	<i>Promoção de atividade desportiva, interação entre a comunidade escolar e respeito pela floresta</i>	<i>Alunos da EB 1 de Monte Gordo - VRSA</i>
<i>Caminhada da EB 1 Tavira</i>	<i>Promoção de atividade desportiva/Celebração do dia da mãe</i>	<i>Alunos da EB1 de Tavira</i>
<i>Passeio BTT Algarve Natura, promovida pela região de turismo do Algarve</i>	<i>Promoção da atividade desportiva, interação com meio ambiente</i>	<i>Alunos do 4º ano da EB1 de Tavira</i>
<i>Passeio de cicloturismo - Família sobre rodas</i>	<i>Agrupamento de Escolas Silves Sul</i>	<i>Todos os alunos a partir do 1.º Ciclo do Agrupamento de Escolas Silves Sul, professores, educadores, pais e amigos</i>
<i>Desfile de carnaval dos alunos dos concelhos de Silves e Lagoa</i>	<i>Escolas do concelho de Silves e Lagoa</i>	<i>Agrupamento Escolas de Silves, Silves Sul, Rio Arade e Lagoa (esamol)</i>
<i>Passeio pedestre do Agrupamento de Escolas de Silves</i>	<i>Promover aos alunos o interesse pela atividade física e caminhadas</i>	<i>Agrupamento de Escolas de Silves Escola "E.B. 2/3 Garcia Domingues"</i>
<i>Visita ao DTer Silves</i>	<i>Visita às instalações do DTer SILVES, demonstração de meios cavalaria e ação sensibilização sobre prevenção rodoviária e missão da GNR</i>	<i>Alunos da Santa Casa da Misericórdia de Silves</i>
<i>Demonstração de meios, Plastron</i>	<i>Demonstração de meios e valências da GNR</i>	<i>Escola E.B. 2/3 Garcia Domingues em Silves</i>
<i>Caminhada de São Silvestre - Hotel PRIME - Monte Gordo</i>	<i>Promoção da atividade desportiva, interação com a comunidade civil</i>	<i>Comunidade civil em geral</i>



<i>Medida</i>	<i>Ação desenvolvida</i>	<i>Público alvo</i>
<i>Demonstração de meios, Plastron</i>	<i>Demonstração de meios e valências da GNR</i>	<i>Escola E.B. 2/3 João de Deus em S.B. de Messines</i>
<i>Visita ao PTER Armação de Pera</i>	<i>Visita às instalações do PTER Armação de Pera, demonstração de meios, cavalaria e ação sensibilização sobre prevenção rodoviária e missão da GNR</i>	<i>Alunos da Garivota Creche e ATL - Armação de Pera</i>
<i>Demonstração de meios, Plastron</i>	<i>Demonstração de meios e valências da GNR</i>	<i>Alunos da Escolinha D'ADR Merilhoeira da Carregação</i>
<i>Participação no projeto da Câmara Municipal de Lagoa, "Tecendo uma rede de cumplicidades"</i>	<i>Participação da GNR em Lagoa no "Dia Internacional da Cidade Educadora"</i>	<i>Municípios de do concelho de Lagoa</i>
<i>Caminhada pela Floresta 2018 - Herdade de São Bom Homem - Silves</i>	<i>Forma de sensibilizar para a importância da nossa floresta e para os riscos que lhe estão associados</i>	<i>Alunos das escolas EBI do concelho de Silves</i>
<i>3.º Programa Aldeia Segura</i>	<i>Procedimentos a adotar em caso de incêndio</i>	<i>População rural do concelho de Portimão</i>
<i>2 Visitas ao DTER Portimão</i>	<i>Visita às instalações do DTER Portimão, com demonstração de meios, demonstração cinotécnica e ação de sensibilização sobre a missão da GNR</i>	<i>Escoteiros de Lagoa e alunos das escolas dos concelhos de Portimão, Lagos, Aljezur, Monchique e Vila do Bispo</i>
<i>13 Pistas de Trânsito</i>	<i>Promoção de atividade prática sobre prevenção rodoviária</i>	<i>Alunos das escolas policiadas pelo DTER Portimão</i>
<i>3 Fiscalização de trânsito</i>	<i>Atividade prática em que os alunos participam em uma pequena fiscalização de trânsito</i>	<i>Alunos das escolas policiadas pelo DTER Portimão</i>
<i>Operação Montanha Verde 2018</i>	<i>Reflorestação de zona ardida no concelho de Portimão</i>	<i>Alunos das escolas do concelho de Portimão</i>
<i>Exposição "ALGARSAFE"</i>	<i>Exposição estática de meios e recursos dos agentes de proteção civil e plastron de capacidades das forças e serviços</i>	<i>Público em geral</i>
<i>Certame "START WORK"</i>	<i>Participação com exposição de meios, esclarecimentos e entrega de folhetos sobre a missão da GNR</i>	<i>Cidadão que procure o primeiro emprego</i>
<i>2 Desfiles de Carnaval</i>	<i>Policiamento de desfile de carnaval</i>	<i>Alunos das escolas de Espiche e Alvor.</i>
<i>Dia da Criança</i>	<i>Divisão de educação da Câmara Municipal de Vila do Bispo, demonstração de meios cinotécnicos e meios SPC</i>	<i>Alunos das escolas do Concelho da Vila do Bispo</i>
<i>BTT "Trilhos da Colina"</i>	<i>Promoção da atividade desportiva, interação com a comunidade civil e angariação de bens</i>	<i>Comunidade escolar e civil em geral</i>
<i>Pista Rodoviária GNR" Parking Day"</i>	<i>Prevenção Rodoviária , interação com a comunidade civil, ação de sensibilização</i>	<i>Comunidade escolar do Agrupamento Engenheiro Duarte Pacheco - Loulé</i>
<i>Demonstração de Meios</i>	<i>Demonstração de meios, patrulha cavalaria, ação sensibilização sobre o tema "Droga"</i>	<i>Comunidade escolar do colégio The Academy-Quarteira</i>



Medida	Ação desenvolvida	Público alvo
Corta mato escolar (colégio internacional Vilamoura)	Promoção da atividade desportiva, interação entre a comunidade escolar e respeito pela natureza	Comunidade escolar Colégio Internacional de Vilamoura
Caminhada Laço Azul Humano	Atividade promovida pela CPCJ de Loulé, alusiva ao mês da prevenção dos maus tratos na Infância	Comunidade escolar e formação do laço Azul Humano com os alunos e professores das escolas do concelho de Loulé/comunidade civil no Praça da Republica- Loulé
Demonstração de meios	Demonstração de meios Cinotécnicos e patrulha cavalaria	Comunidade escolar creche S. Casa Misericórdia de Boliquireme
BTT "Trilhos da Cidade"	Promoção da atividade desportiva, interação com a comunidade civil	Comunidade escolar e civil em geral
Visita ao PTer Salir	Visita às instalações do PTer Salir e Demonstração de meios e ação sensibilização sobre o tema prevenção rodoviária e missão da GNR	Comunidade escolar - Escola de Salir
Carnaval infantil	Desfile carnaval pela Avenida Costa Mealha na Cidade de Loulé	Comunidade escolar do concelho de Loulé
Aldeia Dos Sonhos/ Chegada do Pai Natal	Comemorações do Natal	Atividade promovida pela Camara Municipal De Loulé, alunos dos agrupamentos do concelho de Loulé, professores, famílias e comunidade em geral na Praça da República em Loulé
Centro de Saúde Das Brincadeiras	Dar a conhecer às crianças os serviços que o centro de saúde / bombeiros /GNR, disponibiliza ao cidadão /população, levando os seus "filhos/bebês" a consultas e serviços de uma forma lúcida	Ensino pré- escolar da rede pública e solidária da cidade de Loulé
Caminhada pela Floresta 2018 - Parque verde na vila de Condeixa-a-Nova	Promoção da atividade desportiva, interação com a comunidade civil, ação de sensibilização, para a fomentação de condutas de respeito pela natureza e pelo ambiente, bem como para problemática dos incêndios florestais	Comunidade civil em geral, militares e respetivos familiares
Floresta Protegida	Esta ação decorreu junto das populações em geral e muito especialmente junto das comunidades escolares, como forma de alertar para a importância de todo um conjunto de procedimentos preventivos a adotar, nomeadamente sobre o uso do fogo, a limpeza e remoção de matos e a	Comunidade civil em geral
Queimada Segura	Ações de sensibilização sobre o uso correto e legal do fogo, na queima de sobrantes e realização de fogueiras, assim como, na realização de queimadas	Comunidade civil mais idosa e vulnerável, residente nos meios rurais
BICAdA	Promoção da atividade desportiva e desenvolvimento de atividades culturais e recreativas, com vista à valorização do efetivo	Efetivo do CTER e convidados destes, praticantes habituais de ciclismo
Jogo de futebol	Promoção da atividade desportiva, com vista à valorização do efetivo	Jogo de Futebol 11, entre efetivos do CTER Castelo Branco e efetivos de outras FFSS
Caminhada	Promoção da atividade desportiva, interação com a comunidade civil, ação de sensibilização, para a fomentação de condutas de respeito pela natureza e pelo ambiente, bem como para problemática dos incêndios florestais	Percurso pedestre em Idanha-a-Nova com cerca de 200 participantes
Ciclo de Conferências	Debáte sobre os temas: "Incêndios Florestais", o que fazer? e "Poluição Hídrica", o caso do Rio Tejo.	Comunidade civil em geral
Cabazes de Natal	Interação com a comunidade civil e angariação de bens para serem distribuídos pelos idosos mais necessitados	Idosos com necessidades e mais carenciados
Caminhada pela Floresta 2018 - Concelho Póvoa Lanhoso	Promoção da atividade desportiva, interação com a comunidade civil, ação de sensibilização, para a fomentação de condutas de respeito pela natureza e pelo ambiente, bem como para problemática dos incêndios florestais	Comunidade civil em geral, militares e respetivos familiares



<i>Medida</i>	<i>Ação desenvolvida</i>	<i>Público alvo</i>
<i>Caminhada CTer Braga Santuário de S. Bento-Terras de Bouro</i>	<i>Promoção da atividade desportiva, interação com a comunidade civil, para a fomentação de condutas de respeito pela natureza e pelo ambiente</i>	<i>Comunidade civil em geral, militares e respetivos familiares</i>
<i>Convívio entre os militares do ativo, reserva e reforma</i>	<i>Fortalecimento dos laços de camaradagem entre os militares que serviram e servem a Guarda nesta região do país</i>	<i>Militares do ativo, reserva, reforma e respetivas famílias</i>
<i>Ações de demonstração de meios da GNR</i>	<i>Demonstração de meios, viaturas e equipamentos inerentes às valências do dispositivo territorial, bem como ação de demonstração da valência de intervenção e cinotécnica.</i>	<i>Comunidade escolar</i>
<i>Magusto do DTer</i>	<i>Promoção da interação entre os militares dos diferentes PTER e demais convidados</i>	<i>Militares e outros convidados</i>
<i>Prova de orientação de Natal</i>	<i>Promoção da atividade desportiva e interação entre os militares do DTer, bem como outros militares participantes.</i>	<i>Militares</i>
<i>Apresentação do concurso da SPC "O papel da GNR na sociedade"</i>	<i>Concurso artístico para vários agrupamentos de escolas com o objetivo de promover a interação entre a comunidade escolar e os militares, desafiando os alunos a elaborar um trabalho sobre o qual o significado da GNR</i>	<i>Comunidade escolar</i>





*CAPÍTULO XII*  
*NOTAS FINAIS*



## XII. *Notas finais*

*O BS de 2018 espelha a política de gestão de recursos humanos imprimida ao longo do ano, tendo em conta, por um lado, a situação económica e financeira particularmente difícil que o País atravessa e, por outro, as disposições restritivas relativas ao Estado, plasmadas na Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, Lei do Orçamento do Estado para 2018 (LOE2018).*

*É assim neste cenário de maior constrangimento que as palavras rigor e contenção, têm um duplo peso na gestão da despesa pública e o poder de motivação do capital humano, um papel fundamental para a manutenção da qualidade do trabalho desempenhado.*

*Embora a leitura dos dados assente numa estrutura que decorre do que dispõe a lei, nalguns casos, será necessário atender-se que se está perante uma Instituição que, na maior parte das situações, não é comparável com os restantes órgãos da AP, pelo que importa ter em conta as características particulares da GNR enquanto FS de natureza militar, com um elevado efetivo e com uma dispersão que abrange todo o território nacional.*

*O documento em análise, revela dados estatísticos que continuam a posicionar a Guarda como um órgão da AP, à altura dos desafios e das responsabilidades impostas pela lei e pelos anseios das populações que serve.*

*A 1 de janeiro de 2018 iniciou-se o processo de descongelamento de todas as carreiras da AP consagrado no artigo 18.º da LOE2018 permitindo, desta forma, 2.231 alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório, 2098 referentes ao efetivo militar e 133 relativos ao efetivo civil.*

*No entanto, deve ser notado com alguma preocupação a existência de 2.593 efetivos, dos quais, 1.356 militares que se encontram a prestar serviço na situação de reserva na efetividade de serviço, que detêm mais de 35 anos de serviço, o que, associado ao fator idade irá conduzir num curto espaço de tempo a uma grande saída de efetivos para a situação de reserva/reforma/aposentação no próximo triénio.*

*De igual modo, destaca-se a manutenção da inversão operada em 2016 e mantida em 2017 na tendência de aumento gradual do efetivo da Guarda concretizada em 2014 e 2015, fruto, em particular, da redução substancial das novas entradas, em número bastante inferior ao das saídas.*

*É preocupação também, o défice de cerca de 3.832 efetivos militares face ao MGPM GNR e o défice de 314 postos de trabalho previstos e não ocupados face ao MP 2018 que a Guarda se debate, evidenciando, desta forma que o movimento de entradas/saídas (turnover) e a reposição do referido efetivo, de a alguns anos a esta parte não tem sido em número suficiente.*

*Realça-se que no ano de 2018, foi proferido despacho prévio favorável dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da administração interna a autorizar as mudanças de categoria ou posto na Guarda em lugares disponíveis para promoção relativos ao ano de 2016 e 2017, limitando por posto o quantitativo de militares a promover em lugares de 2017, ficando consideravelmente aquém das necessidades apuradas.*

*Salienta-se ainda, o facto de não ter sido proferido, no ano de 2018, despacho prévio favorável dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da administração interna a autorizar as mudanças de categoria ou posto na Guarda em lugares disponíveis para promoção relativos ao ano em análise.*

*Reforça-se o caráter fundamental que reveste os procedimentos promocionais, por forma a garantir o bom funcionamento da Guarda através, nomeadamente, da promoção dos seus militares ao posto imediato, não defraudando as expectativas legítimas dos militares e possibilitando o provimento dos lugares e cargos constantes da*





*respetiva orgânica das suas unidades, estabelecimentos e órgãos por militares com o posto que legalmente lhes corresponde, e conseqüentemente, a rotatividade dos próprios militares pelo dispositivo.*

*Evidencia-se ainda, o facto de não ter sido, tal como em 2016 e 2017, autorizado a abertura de lugares para admissão ao CFS 2018/2020. Desta forma, apenas em 2021, poderá ser possível, o ingresso na categoria de sargentos, impossibilitando à Guarda o provimento de lugares para o exercício de funções de comando de postos de tipo C, de adjunto de comando de postos e de comando de subunidades elementares operacionais, funções absolutamente essenciais para o cabal cumprimento da missão.*

*Sublinha-se que o ingresso na categoria de sargentos visa assegurar a regularidade do exercício de comando e seu eficiente desempenho, muito particularmente, no primeiro escalão de comando, responsável direto pela relação com as populações. Trata-se do comando mais próximo das pessoas, responsável primário pelas atividades de segurança, prevenção e polícia geral, cometidas à GNR.*

*No que concerne à formação profissional e humana do seu efetivo, estas, têm uma importância vital para a Guarda, comprovada pelo forte investimento nestas áreas do conhecimento, patente nos custos totais com a formação em ações internas e externas.*

*Verifica-se, também com agrado, o empenho do efetivo na sua formação, com o aumento dos rácios habilitacionais e também com o aumento do género feminino nas fileiras deste corpo especial de tropas.*

*No que concerne ao absentismo destacamos a redução das ausências ao trabalho. Este indicador mantinha uma trajetória de subida desde 2014, contribuiu para esta inversão na tendência de subida, a melhoria das estratégias ao nível da gestão de recursos humanos postas em prática no dia-a-dia da Instituição por forma a concorrer para a consolidação do seu capital humano, o aumento da sua tecnicidade, o desenvolvimento das competências, o aumento da sua motivação, a melhoria do clima organizacional e com a prestação de cuidados de saúde aos efetivos.*

*Neste desiderato, importará igualmente continuar o esforço de reorganização e modernização interna, quer através da revisão de regimes jurídicos estruturantes, quer por via da exploração de soluções de carácter inovador (mobilizando dinâmicas internas e sinergias com as múltiplas entidades que conosco partilham responsabilidades no âmbito dos sistemas nacionais de segurança, defesa e proteção civil), e ainda através do acesso a recursos ou fontes de financiamento alternativos, para que estejamos mais aptos a responder de modo proficiente às múltiplas atribuições e competências da Guarda e aos novos desafios da segurança.*

*Movidos pela ambição de contribuirmos de forma decisiva para tornar Portugal um país e um destino mais seguro manteremos a aposta no fortalecimento da proximidade com o cidadão, dirigindo-lhes o esforço de inovação e modernização institucional, prosseguindo o compromisso de consolidar a prestação de serviços de elevada qualidade.*

*A Guarda está, como sempre, ao serviço de Portugal e dos portugueses, contribuindo decisivamente para o fortalecimento do sentimento de segurança, na defesa do prestígio do país e garante do desenvolvimento pleno dos direitos e garantias dos cidadãos, com vista a salvaguardar a sua dignidade e bem-estar, estando empenhada em exercer o seu esforço para uma **GNR mais Humana, Próxima e de Confiança.***



*2018*

*BALANÇO SOCIAL*



*RELATÓRIO*



*CAPÍTULO XIII*  
*SÍNTESE*



### XIII. Síntese

#### 1. Indicadores de desempenho

É nesta síntese de interesses que se desenvolveu toda esta dinâmica de gestão dos recursos humanos da Guarda em 2018, e da análise realizada aos indicadores neles constantes, tecem-se as seguintes considerações, salientando alguns aspetos considerados mais relevantes:



- ✓ Em 31 de dezembro de 2018, contabilizavam-se 23.022 trabalhadores em efetividade de funções;
- ✓ Fruto da sua natureza, a Guarda é uma Instituição maioritariamente constituída por militares, 22.345 (97,06%) do efetivo;
- ✓ Verifica-se que cerca de 2,94% (677 trabalhadores) correspondem ao efetivo civil;
- ✓ Verifica-se que cerca de 6,07% (1.836 trabalhadores) do efetivo militar encontram-se a prestar serviço na situação de reserva na efetividade de serviço;
- ✓ A categoria de guardas é a mais representativa, com 82,80% do total de militares (19.062);
- ✓ A relação jurídica de emprego predominante é o regime de nomeação definitiva, com 98,27% do total de trabalhadores (22.623);
- ✓ A Unidade de Intervenção é a unidade com maior efetivo militar, 1.767 militares;
- ✓ O Comando Territorial de Vila Real apresenta o maior efetivo civil, 64 civis;
- ✓ Dos 23.022 trabalhadores, 21.125 são homens, o que corresponde a 91,76% do total de efetivos;
- ✓ Dos 23.022 trabalhadores, 1.897 são mulheres, o que corresponde a 8,24%, do total de efetivos;
- ✓ A relação homem/mulher situou-se em 11,13, significando que a proporção verificada foi de cerca de 11 efetivos do sexo masculino por cada efetivo feminino;
- ✓ Os grupos etários mais representativos estão no intervalo dos 40-44 anos, com 5.124 trabalhadores, seguido do intervalo 35-39 anos com 4.669 trabalhadores;
- ✓ Os grupos etários mais representativos dos efetivos femininos estão no intervalo dos 30 a 34 e 35 a 39 anos, com cerca de 46,71% do total de mulheres;
- ✓ O grupo etário mais representativo dos efetivos masculinos ocorre no escalão dos 40 aos 44 anos, com 22,94% do total de efetivos masculinos;
- ✓ O leque etário é de 3,58 e tem uma amplitude de 49 anos, representando a diferença entre o trabalhador mais novo (19 anos) e o mais velho (68 anos);
- ✓ O nível de antiguidade mais representativo situa-se no intervalo dos 15-19 anos, com 3.915 trabalhadores;
- ✓ Verifica-se que 11,26% dos efetivos (2.593) detêm mais de 35 anos de serviço, o que, associado ao fator idade poderá conduzir num curto espaço de tempo a uma grande saída de efetivos por reserva/reforma/aposentação;
- ✓ O 12.º ano ou equivalente é o nível de escolaridade mais expressivo, correspondendo a 46,10% dos efetivos;
- ✓ Existem 161 trabalhadores portadores de deficiência, sendo 138 do género masculino e 23 do género feminino, representando estes 0,70% do total dos efetivos;
- ✓ Ingressaram nos quadros da Guarda, 38 oficiais e 595 militares provenientes do CO AM 2013/2018 e CFG 2018, respetivamente;
- ✓ Passaram à situação de reserva para fora da efetividade de serviço, 638 militares;





- ✓ Ficaram por ocupar 314 postos de trabalho previstos no MP 2018, relativos ao efetivo civil;
- ✓ Regista-se um défice de cerca de 3.832 efetivos militares face ao MGPM GNR;
- ✓ Foram promovidos 1.839 militares;
- ✓ Registaram-se 2.231 alterações de posicionamento remuneratório, 2.098 referentes ao efetivo militar e 133 relativos ao efetivo civil;
- ✓ A modalidade de horário é, em regra, o regime de horário de trabalho na modalidade “específico”, aplicável aos militares;
- ✓ De relevar ainda que ambos os géneros (399 indivíduos) recorrem ao regime de trabalho na modalidade «flexível»;
- ✓ Em 2018 o PNT mais representativo são as «40 horas. – Horário de referência» com cerca de 97,07% do efetivo;
- ✓ O motivo mais expressivo, que representa uma percentagem de 52,57% das ausências ao serviço, num total de 211.369 dias, foi a “doença”;
- ✓ O principal contributo para a diminuição do absentismo advém das ausências por acidente em serviço ou doença profissional;
- ✓ Na GNR apenas 0,59% dos 677 elementos legalmente autorizados (pessoal civil) a fazer greve (geral) utilizaram esse direito;
- ✓ Na GNR, 19,58% dos 286 elementos legalmente autorizados (carreira guarda-florestal) a fazer greve (setorial) utilizaram esse direito;
- ✓ Verifica-se que 27,74% dos trabalhadores estão situados no escalão de remuneração entre «€1501 - €1750»;
- ✓ Salienta-se que 90,24% do universo de trabalhadores (20.776) auferem uma remuneração ilíquida igual ou inferior a 1.750€.





## 2. Com tendência de crescimento

Após a análise realizada aos indicadores, salientam-se os indicadores que mantêm a trajetória de crescimento em comparação com o BS 2017:



- ✓ A taxa de feminização subiu (0,19 pp) e cifra-se nos 8,24%;
- ✓ A taxa de feminização dirigente subiu (0,02 pp) e cifra-se nos 0,92%;
- ✓ Os maiores aumentos de efetivo militar registaram-se na UI (439 militares) e EG (60 militares);
- ✓ O CG - CARI e o CG - Comando registaram aumento de efetivo civil (5 e 2, respetivamente);
- ✓ O universo respeitante ao efetivo feminino tem vindo a aumentar, nos últimos anos;
- ✓ O nível etário médio apresenta uma subida (0,10) e situa-se nos 39,91 anos de idade;
- ✓ A taxa de envelhecimento situa-se nos 2,99%, apresentando uma subida gradual (0,42 pp);
- ✓ Quanto à estrutura habilitacional verifica-se uma taxa de habilitação superior, na ordem dos 9,19%, tendo subido (0,56 pp);
- ✓ De realçar o aumento de 119 elementos com formação superior;
- ✓ A taxa de habilitação secundária subiu (1,87 pp) e cifra-se nos 54,44%;
- ✓ A taxa de saídas subiu (0,54 pp) e cifra-se nos 7,60%;
- ✓ A taxa de promoções subiu (3,77 pp) e cifra-se nos 7,99%;
- ✓ A taxa de encargos sociais regista um acréscimo em 0,61 pp. e cifra-se em 5,96%;
- ✓ A taxa de investimento em formação regista um acréscimo em 0,25 pp e cifra-se nos 0,65%;
- ✓ A taxa de incidência de doenças profissionais é de 0,50%, tendo-se verificado um aumento (0,04 pp).

## 3. Em destaque

Destacam-se, ainda, os indicadores que registaram subidas e que inverteram a sua trajetória em comparação com o BS 2017:

- ✓ A taxa de admissão subiu (1,04 pp) e cifra-se nos 7,18%;
- ✓ A taxa de emprego jovem subiu (0,05 pp) e cifra-se nos 12,40%;
- ✓ A taxa de reposição subiu (7,56 pp) e cifra-se nos 94,51%;
- ✓ O movimento de entradas/saídas (turnover) subiu (0,79 pp) e cifra-se nos 7,39%;
- ✓ Na globalidade das ações de formação foi despendido um total de 2.515.802 horas registando-se um aumento de 958 horas;
- ✓ Aumento da taxa de incidência de acidentes no local de trabalho (0,43 pp) para 3,86%, o que significa um aumento de 97 acidentes.



#### 4. Com tendência de diminuição

Após a análise realizada aos indicadores, salientam-se os indicadores que mantêm a trajetória de diminuição em comparação com o BS 2017:



- ✓ Manteve-se a tendência de diminuição gradual do efetivo;
- ✓ Registou-se um decréscimo de 96 trabalhadores, 0,42% do efetivo global;
- ✓ Registou-se um decréscimo de 78 militares, 0,35% do efetivo militar;
- ✓ Registou-se um decréscimo de 18 trabalhadores, cerca de 2,59% do efetivo civil;
- ✓ As unidades que apresentam as maiores diminuições de efetivo militar são o CTer Setúbal (119 militares), USHE (88 militares) e o CTer Faro (85 militares);
- ✓ As unidades que apresentam as maiores diminuições de efetivo civil são o CTer Guarda (5 trabalhadores) e o CTer Viana do Castelo (4 trabalhadores);
- ✓ A taxa de enquadramento cifra-se em 14,26%, registando uma ligeira descida (0,39 pp);
- ✓ A taxa de habilitação básica desceu (2,42 pp) e cifra-se nos 36,37%;
- ✓ O índice de rotação desceu ligeiramente (0,008) e cifra-se nos 0,868;
- ✓ Registaram-se 88.738 participações em ações de formação profissional, registando-se uma diminuição, de 19.914 ações;
- ✓ A remuneração base média anual registou um decréscimo em 670,97 €, e cifra-se em 21.071,12 €.
- ✓ O leque salarial ilíquido situou-se nos 10,10 valores, tendo-se verificado uma descida (0,42);
- ✓ Os encargos com o pessoal totalizaram 740.121.476,38 €, valor ligeiramente inferior ao despendido em 2017, que foi de 777.726.418,09 €.

#### 5. Em destaque

Destacam-se, ainda, os indicadores que registaram descidas e que inverteram a sua trajetória em comparação com o BS 2017:

- ✓ O nível médio de antiguidade (AP) desceu (0,03) para 21,09 anos;
- ✓ A taxa de absentismo é de 5,92%, tendo-se verificado uma descida (0,07 pp);
- ✓ A taxa de participação em ações de formação regista um decréscimo de 7,24 pp e cifra-se nos 81,61%;
- ✓ No âmbito da ação disciplinar, merece realce a diminuição considerável da taxa de gravidade disciplinar (15,86 pp), e cifra-se nos 34,14%;
- ✓ A taxa de celeridade de ação disciplinar teve uma diminuição (31,00 pp), e cifra-se nos 23,41%, ou seja, o total de processos decididos foram menores.



*2018*  
*BALANÇO SOCIAL*







*CAPÍTULO XIV*  
*INDICADORES DE*  
*GESTÃO*



XIV. Indicadores de gestão

1. Painel indicadores (2016/2018)

Indicadores de gestão							
Domínio de análise	Indicador	Fórmula de cálculo	2016	2017	2018	Análise comparativa	
Efetivos	Taxa do efetivo militar	Total de efetivos militares x 100 / Total de recursos humanos	96,90%	96,99%	97,06% ↑ 0,07 pp		
	Taxa do efetivo civil	Total de efetivos civis x 100 / Total de recursos humanos	3,10%	3,01%	2,94% ↓ -0,07 pp		
	Taxa de feminização	Total de efetivos femininos x 100 / Total de recursos humanos	7,86%	8,05%	8,24% ↑ 0,19 pp		
	Taxa de masculinização	Total de efetivos masculinos x 100 / Total de recursos humanos	92,14%	91,95%	91,76% ↓ -0,19 pp		
	Taxa de feminização dirigente	Total de efetivos femininos dirigentes x 100 / Total de recursos humanos	0,88%	0,90%	0,92% ↑ 0,02 pp		
	Taxa de enquadramento	Número de "dirigentes" x 100 / Total de recursos humanos	14,80%	14,65%	14,26% ↓ -0,39 pp		
	Taxa de pessoal em nomeação definitiva	Total de efetivos em nomeação definitiva x 100 / Total de recursos humanos	96,83%	96,74%	98,27% ↑ 1,53 pp		
	Taxa de pessoal em CT por tempo indeterminado	Total de efetivos em CT por tempo indeterminado x 100 / Total de recursos humanos	1,78%	1,70%	1,70%		
	Taxa de pessoal em nomeação transitória por tempo determinado	Total de efetivos em nomeação transitória por tempo determinado x 100 / Total de recursos humanos	1,39%	1,55%	0,03% ↓ -1,52 pp		
	Taxa de pessoal técnico superior	Total de pessoal técnico superior x 100 / Total de recursos humanos	0,08%	0,08%	0,13% ↑ 0,05 pp		
	Taxa de pessoal informático	Total de pessoal informático x 100 / Total de recursos humanos	0,02%	0,02%	0,02%		
	Taxa de pessoal assistente técnico	Total de pessoal assistente técnico x 100 / Total de recursos humanos	0,31%	0,31%	0,31%		
	Taxa de pessoal assistente operacional	Total de pessoal assistente operacional x 100 / Total de recursos humanos	1,24%	1,16%	1,10% ↓ -0,06 pp		
	Taxa de pessoal guarda-florestal	Total de pessoal guarda-florestal x 100 / Total de recursos humanos	1,32%	1,30%	1,24% ↓ -0,06 pp		
	Taxa de pessoal médico	Total de pessoal médico x 100 / Total de recursos humanos	0,05%	0,05%	0,06% ↑ 0,01 pp		
	Taxa de pessoal docente	Total de pessoal docente x 100 / Total de recursos humanos	0,04%	0,04%	0,04%		
	Taxa de pessoal de enfermagem	Total de pessoal de enfermagem x 100 / Total de recursos humanos	0,004%	0,004%	0,004%		
	Taxa de pessoal técnico superior áreas diagnóstico e terapêutica	Total de pessoal técnico superior áreas diagnóstico e terapêutica x 100 / Total de recursos humanos	0,03%	0,03%	0,03%		





Domínio de análise	Indicador	Fórmula de cálculo		2016	2017	2018		Análise comparativa
Antiguidade/ Idade	Nível médio de antiguidade	$Soma\ das\ antiguidades / Total\ de\ efetivos$	Anos	20,80	21,12	21,09	↓ -0,03	
	Nível médio de antiguidade (mulheres)	$Soma\ das\ antiguidades\ (mulheres) / Efetivo\ total\ feminino$	Anos	15,12	15,93	16,49	↑ 0,56	
	Nível médio de antiguidade (homens)	$Soma\ das\ antiguidades\ (homens) / Efetivo\ total\ masculino$	Anos	21,28	21,57	21,50	↓ -0,07	
	Nível médio etário	$Soma\ das\ idades / Total\ de\ recursos\ humanos$	Anos	39,27	39,81	39,91	↑ 0,10	
	Nível médio etário (mulheres)	$Soma\ das\ idades\ (mulheres) / Efetivo\ total\ feminino$	Anos	37,70	38,28	38,72	↑ 0,44	
	Nível médio etário (homens)	$Soma\ das\ idades\ (homens) / Efetivo\ total\ masculino$	Anos	39,41	39,94	40,02	↑ 0,08	
	Leque etário	$Trabalhador\ mais\ idoso / Trabalhador\ menos\ idoso$	Valor	3,63	3,63	3,58	↓ -0,05	
	Taxa de emprego jovem	$Número\ de\ recursos\ humanos\ com\ idade < 30\ anos \times 100 / Total\ de\ recursos\ humanos$	%	14,05%	12,35%	12,40%	↑ 0,05 pp	
	Taxa de envelhecimento	$Número\ de\ recursos\ humanos\ com\ idade > 55\ anos \times 100 / Total\ de\ recursos\ humanos$	%	1,97%	2,57%	2,99%	↑ 0,42 pp	
Estrutura habilitacional	Taxa de habilitação superior	$Total\ bachareis+licenciados+mestrados+doutorados \times 100 / Total\ de\ recursos\ humanos$	%	8,22%	8,63%	9,19%	↑ 0,56 pp	
	Taxa de habilitação superior (mulheres)	$Total\ bachareis+licenciados+mestrados+doutorados\ (mulheres) \times 100 / Efetivo\ total\ feminino$	%	17,56%	18,88%	20,30%	↑ 1,42 pp	
	Taxa de habilitação superior (homens)	$Total\ bachareis+licenciados+mestrados+doutorados\ (homens) \times 100 / Efetivo\ total\ masculino$	%	7,41%	7,73%	8,19%	↑ 0,46 pp	
	Taxa de habilitação secundária	$Total\ habilitações\ 11.º\ ao\ 12.º\ ano \times 100 / Total\ de\ recursos\ humanos$	%	51,28%	52,57%	54,44%	↑ 1,87 pp	
	Taxa de escolaridade obrigatória	$Total\ habilitações\ =< 12.º\ ano \times 100 / Total\ de\ recursos\ humanos$	%	91,78%	91,37%	90,81%	↓ -0,56 pp	
	Taxa de habilitação básica	$Total\ habilitações\ =< 9.º\ ano \times 100 / Total\ de\ recursos\ humanos$	%	40,51%	38,79%	36,37%	↓ -2,42 pp	
	Taxa de escolaridade >= 4 anos	$Total\ habilitações\ =< 4\ anos \times 100 / Total\ de\ recursos\ humanos$	%	1,34%	1,15%	0,91%	↓ -0,24 pp	





## Indicadores de gestão

Domínio de análise	Indicador	Fórmula de cálculo	Valor	2016	2017	2018		Análise comparativa
Admissões/ Saídas	Índice de rotação	Número de recursos humanos 31DEC / Número de recursos humanos 01JAN + entradas + saídas	Valor	0,880	0,876	0,868	↓ -0,008	
	Taxa de reposição	Número de admissões x 100 / Número de saídas	%	94,53%	86,95%	94,51%	↑ 7,56 pp	
	Taxa de rotatividade (Turnover)	(N.º entradas + n.º saídas) / 2 / Número de recursos humanos em 31 de dezembro x 100	%	6,63%	6,60%	7,39%	↑ 0,79 pp	
	Taxa de admissão	Total admissões / Total de recursos humanos	%	6,44%	6,14%	7,18%	↑ 1,04 pp	
	Taxa de admissão (mulheres)	Total admissões (mulheres) / Efetivo total feminino	%	10,69%	9,68%	9,49%	↓ -0,19 pp	
	Taxa de admissão (homens)	Total admissões (homens) / Efetivo total masculino	%	6,08%	5,83%	6,97%	↑ 1,14 pp	
	Taxa de saídas	Total saídas / Total de recursos humanos	%	6,81%	7,06%	7,60%	↑ 0,54 pp	
	Taxa de saídas (mulheres)	Total saídas (mulheres) / Efetivo total feminino	%	8,78%	8,23%	7,54%	↓ -0,69 pp	
	Taxa de saídas (Homens)	Total saídas (Homens) / Efetivo total masculino	%	6,65%	6,96%	7,60%	↑ 0,64 pp	
Promoções	Taxa de promoções	Número de efetivos promovidos x 100 / Total efetivos	%	1,56%	4,22%	7,99%	↑ 3,77 pp	
	Taxa de promoções (mulheres)	Número de efetivos promovidos (mulheres) x 100 / Efetivo total feminino	%	1,36%	3,06%	5,22%	↑ 2,16 pp	
	Taxa de promoções (homens)	Número de efetivos promovidos (homens) x 100 / Efetivo total masculino	%	1,57%	4,32%	8,24%	↑ 3,92 pp	
Absentismo	Taxa de absentismo	Número de dias de faltas x 100 / Número anual de dias trabalháveis * x número total de recursos humanos	%	5,71%	5,99%	5,92%	↓ -0,07 pp	
	Taxa de absentismo (mulheres)	Número de dias de faltas (mulheres) x 100 / Número anual de dias trabalháveis * x Efetivo total feminino	%	12,64%	11,44%	11,91%	↑ 0,47 pp	
	Taxa de absentismo (homens)	Número de dias de faltas (homens) x 100 / Número anual de dias trabalháveis * x Efetivo total masculino	%	5,12%	5,51%	5,38%	↓ -0,13 pp	
Encargos	Remuneração base média anual	Total encargos remuneração base / Total de recursos humanos	Moeda	22 573,83 €	21 741,99 €	21 071,02 €	↓ -670,97 €	
	Taxa de encargos sociais	Total encargos prestações sociais / Total encargos remuneração base x 100	%	5,24%	5,35%	5,96%	↑ 0,61 pp	
	Leque salarial ilíquido	Maior remuneração base ilíquida / Menor remuneração base ilíquida	Valor	11,05	10,52	10,10	↓ -0,42	





Indicadores de gestão

Domínio de análise	Indicador	Fórmula de cálculo		2016	2017	2018		Análise comparativa
Formação	Taxa de participação em ações de formação	Número de recursos humanos abrangidos / Efetivo total x 100	%	88,35%	88,85%	81,61%	↓ -7,24 pp	
	Taxa de investimento em formação	Total da despesa em ações de formação / Total de encargos com pessoal x 100	%	0,36%	0,40%	0,65%	↑ 0,25 pp	
Segurança, higiene e saúde	Taxa de incidência de acidentes no local de trabalho	Número de acidentes no local de trabalho x 100 / Total de recursos humanos	%	3,99%	3,43%	3,86%	↑ 0,43 pp	
	Taxa de incidência de acidentes no local de trabalho (mulheres)	Número de acidentes no local de trabalho (mulheres) x 100 / Total de recursos humanos	%	3,27%	1,29%	3,58%	↑ 2,29 pp	
	Taxa de incidência de acidentes no local de trabalho (homens)	Número de acidentes no local de trabalho (homens) x 100 / Total de recursos humanos	%	4,05%	3,61%	3,89%	↑ 0,28 pp	
	Taxa de incidência de doenças profissionais	Número de casos de doenças profissionais x 100 / Total de recursos humanos	%	0,31%	0,46%	0,50%	↑ 0,04 pp	
Disciplina	Taxa de gravidade disciplinar	Total de penas aplicadas x 100 / Total processos decididos	%	29,71%	50,00%	34,14%	↓ -15,86 pp	
	Taxa de celeridade de ação disciplinar	Total processos decididos x 100 / Total processos transitados ano anterior + Total processos instaurados no ano	%	40,69%	54,41%	23,41%	↓ -31,00 pp	

Nota: \*Retirados os dias de férias. \*\*Se no serviço não for relevante a existência de diferentes horários pode ser tomada como referência o horário de 35 horas por semana.





## 2. Painel de indicadores (1997-2018)

Indicadores de recursos humanos																								
Indicador	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Análise comparativa	
Taxa de enquadramento						10,70%	11,00%	11,50%	11,86%	12,26%	13,05%	13,15%	13,71%	13,39%	13,55%	14,69%	15,34%	14,79%	14,62%	14,80%	14,65%	14,26%		
Taxa de feminização dirigente																	0,73%	0,79%	0,81%	0,88%	0,90%	0,92%		
Taxa de feminização	1,47%	1,46%	1,82%	1,91%	3,40%	2,45%	2,86%	3,20%	3,50%	4,00%	4,10%	5,80%	5,97%	6,24%	6,63%	7,32%	7,32%	7,59%	7,68%	7,86%	8,05%	8,24%		
Nível etário																								
Leque etário														3,86	3,95	4,32	3,83	3,63	3,83	3,83	3,63	3,63	3,58	
Taxa de emprego jovem	20,91%	26,88%	25,90%	22,63%	24,88%	22,04%	23,74%	23,94%	24,55%	24,66%	21,31%	21,93%	21,71%	18,81%	19,77%	19,86%	16,93%	16,27%	15,83%	14,05%	12,35%	12,40%		
Taxa de envelhecimento	0,94%	0,59%	0,61%	0,62%	1,56%	0,94%	0,76%	0,71%	0,61%	0,74%	0,93%	1,38%	1,42%	1,57%	1,45%	1,35%	1,40%	1,65%	1,74%	1,97%	2,57%	2,99%		
Nível de antiguidade (AP)																								
Taxa de habilitação superior																								
Taxa de habilitação secundária																								
Taxa de habilitação básica																								



## BALANÇO SOCIAL 2018 - RELATÓRIO



### Indicadores de recursos humanos

Indicador	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Análise comparativa
Índice de rotação		0,95	0,97	0,96	0,96	0,89	0,92	0,93	0,89	0,93	0,93	0,94	0,86	0,83	0,82	0,81	0,85	0,91	0,906	0,880	0,876	0,868	
Taxa de reposição	242,9%	254,2%	195,7%	190,3%	2,07%	70,98%	96,09%	114,4%	73,95%	98,85%	3,74%	149,3%	98,94%	44,15%	80,40%	82,66%	61,34%	160,6%	123,5%	94,53%	86,95%	94,51%	
Taxa de rotatividade (Turnover)	3,60%	3,47%	3,46%	3,84%	4,23%	4,43%	4,20%	4,08%	5,29%	4,99%	1,82%	4,18%	8,06%	6,97%	9,63%	10,88%	5,79%	6,83%	7,26%	6,63%	6,60%	7,39%	
Taxa de admissão	3,95%	3,89%	3,42%	3,75%	0,09%	3,68%	4,11%	4,36%	4,50%	4,96%	0,13%	5,01%	8,02%	4,27%	8,58%	9,85%	5,52%	8,42%	6,40%	6,44%	6,14%	7,18%	
Taxa de saídas	1,62%	1,53%	1,75%	1,97%	4,18%	5,19%	4,28%	3,81%	6,08%	5,02%	3,52%	3,35%	8,10%	9,67%	10,67%	11,91%	9,00%	5,24%	5,18%	6,81%	7,06%	7,60%	
Taxa de promoções	2,60%	3,66%	3,98%	4,89%	0,01%	8,21%	24,05%	4,77%	18,72%	8,74%	8,95%	2,03%	22,39%	16,27%	0,93%	24,71%	5,61%	8,02%	7,38%	1,56%	4,22%	7,99%	
Taxa de absentismo						3,00%	1,70%	2,70%	2,81%	2,45%	2,61%	2,16%	2,74%	3,90%	4,26%	3,93%	3,92%	4,38%	4,79%	5,71%	5,90%	5,92%	
Leque salarial líquido								11,17	11,17	12,07	12,83	12,47	12,44	14,48	12,95	12,95	13,13	10,44	10,67	11,05	10,52	10,10	
Taxa de incidência de acidentes no local de trabalho	2,12%	0,95%	0,95%	0,69%	1,14%	1,23%	0,07%	1,20%	1,70%	1,78%	1,86%	2,64%	2,49%	2,77%	3,29%	3,62%	3,80%	4,24%	3,75%	3,99%	3,43%	3,86%	
Taxa de incidência de doenças profissionais	0,12%	0,13%	0,14%	0,11%	0,15%	0,13%	0,03%	0,13%	0,05%	0,07%	0,08%	0,11%	0,12%	0,06%	0,03%	0,16%	0,20%	0,24%	0,41%	0,31%	0,46%	0,50%	
Taxa de gravidade disciplinar	75,88%	55,44%	24,79%	43,98%	38,87%	65,65%	50,10%	54,10%	48,42%	46,90%	38,89%	38,10%	38,60%	35,23%	38,76%	41,76%	39,74%	26,88%	30,32%	29,71%	50,00%	34,14%	
Taxa de celeridade de ação disciplinar	83,33%	85,44%	91,76%	63,60%	63,89%	77,67%	47,60%	86,60%	61,90%	52,40%	44,91%	55,24%	43,41%	40,70%	37,25%	36,69%	31,12%	45,15%	42,70%	40,69%	54,41%	23,41%	



### 3. Perfil do(a) trabalhador(a)

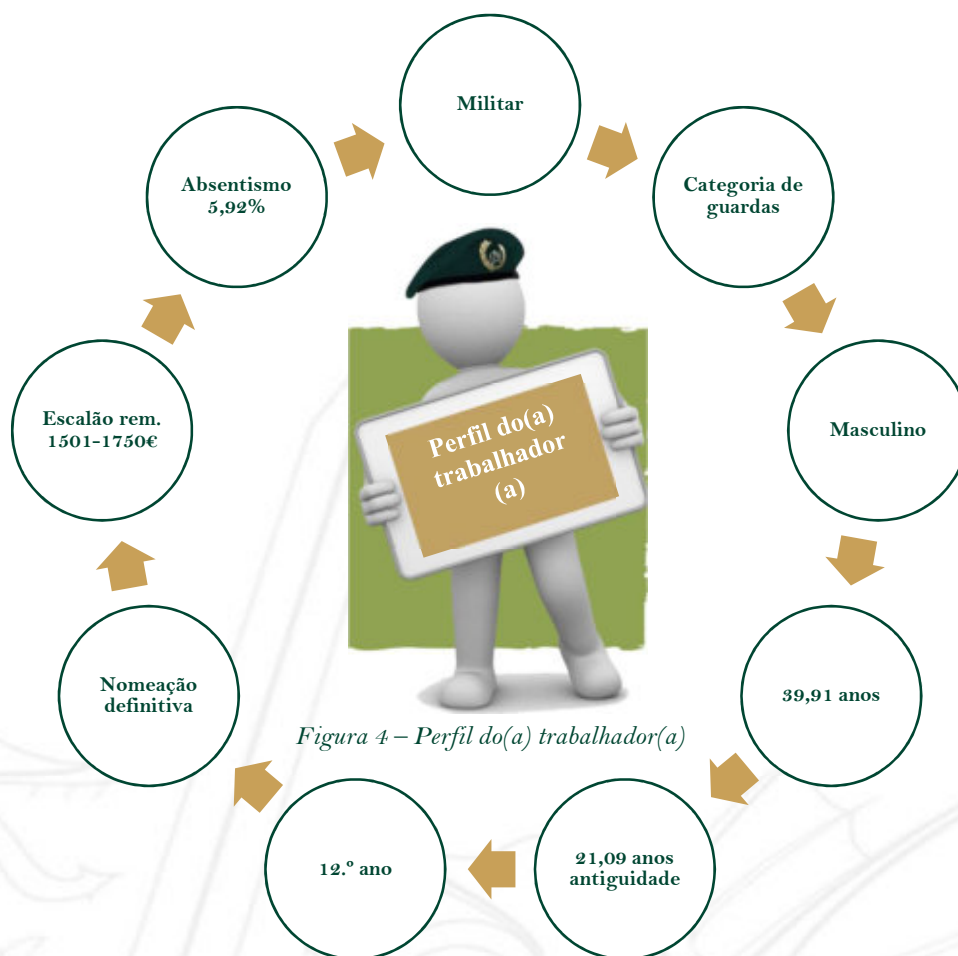


Figura 4 – Perfil do(a) trabalhador(a)







#### 4. Caracterização do(a) trabalhador(a)

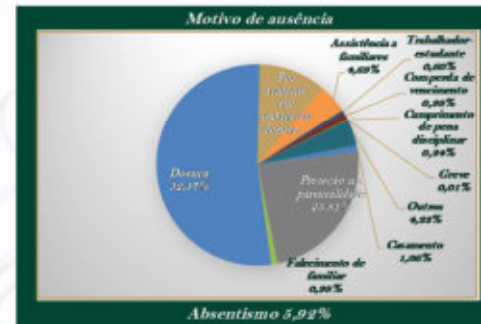
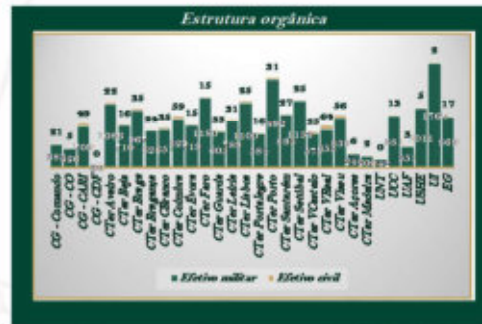
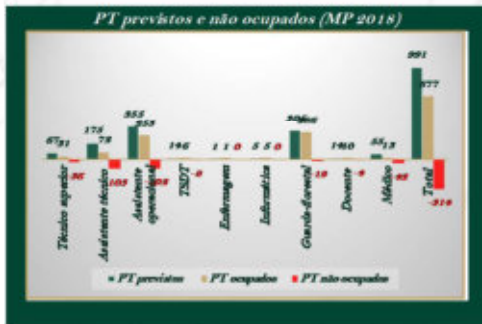
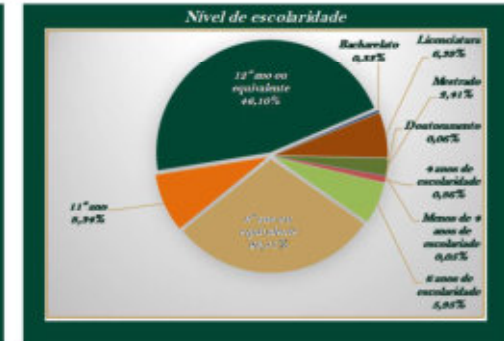
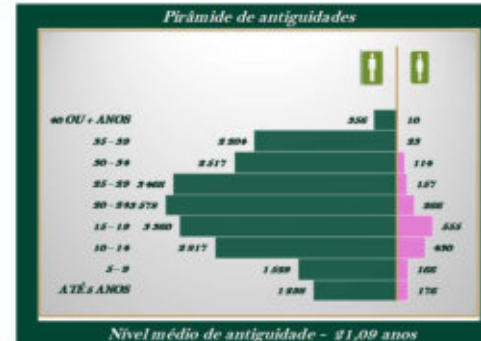
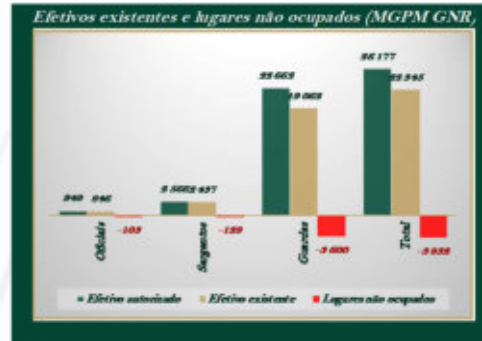
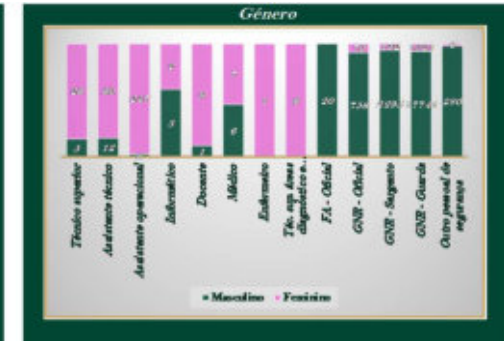
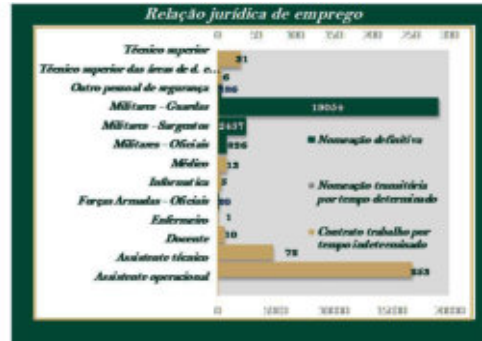


Figura 5 – Caracterização do(a) trabalhador(a)





5. Dashboard





*2018*  
*BALANÇO SOCIAL*





## XV. *Conceitos e definições*

*Este capítulo, tem por objetivo contribuir para a melhor compreensão e exploração da informação estatística disponibilizada, constituindo um documento metodológico de suporte e complementar, no qual são coligidos os termos e definições diretamente utilizados ou implícitos na compilação de dados e indicadores de desempenho no âmbito do BS.*

**ABSENTISMO** - *Ausências do trabalhador durante o período normal de trabalho a que está obrigado independentemente das suas causas e de se converterem ou não em faltas justificadas.*

**AÇÃO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL** - *Qualquer atividade de formação organizada, realizada com o fim de proporcionar a aquisição ou o aprofundamento de saberes e competências profissionais ou relacionais requeridas para o exercício de uma ou mais atividades profissionais. Pode assumir, entre outras, a forma de curso, seminário, conferência e palestra.*

**ACIDENTE DE TRABALHO** - *Todo o acontecimento inesperado e imprevisto, incluindo os atos de violência derivados do trabalho ou com ele relacionados, do qual resulte uma lesão corporal, uma doença ou a morte de um ou vários trabalhadores. São também considerados acidentes de trabalho os acidentes de viagem, de transporte ou de circulação, nos quais os trabalhadores ficam lesionados e que ocorrem por causa, ou no decurso do trabalho, isto é, quando exercem uma atividade económica, ou estão a trabalhar, ou realizam tarefas para o empregador.*

**ACIDENTE DE TRAJETO** - *Acidente que ocorre no trajeto habitualmente efetuado pelo trabalhador, qualquer que seja a direção na qual se desloca, entre o seu local de trabalho ou de formação profissional ligada à sua atividade económica, e: i) a sua residência habitual ou ocasional; ii) o local onde toma normalmente as suas refeições, ou iii) o local onde recebe normalmente o seu salário, do qual resulta a morte ou lesões corporais.*

**AMPLITUDE SALARIAL** - *Diferença entre a maior e menor remuneração individual.*

**ASSOCIAÇÃO SINDICAL** - *Associação permanente de trabalhadores para defesa e promoção dos seus interesses socioprofissionais, entre outros.*

**ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS** - *Associações que contribuem efetivamente para a representação de determinados grupos profissionais que têm, ou pretendem ter, voz ativa na sociedade em geral, e na envolvente económica em particular, fazendo uma ponte de interligação entre os profissionais dos diversos setores e toda a restante dinâmica empresarial.*

**CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES** - *Entidade responsável pela gestão do regime de segurança social dos funcionários públicos (administração direta) e agentes que, vinculados a qualquer título, exerçam funções, com subordinação à direção e disciplina dos respetivos órgãos, na administração central, local e regional em matéria de pensões.*

**COMISSÃO DE HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO** - *Corresponde ao grupo ou grupos de trabalhadores que são constituídos em comissão, por convenção coletiva de trabalho e que receberam formação adequada e suficiente no domínio da segurança, higiene e saúde no trabalho tendo em conta as respetivas funções e o posto de trabalho.*

**CURSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL** - *Programa estruturado de formação que visa proporcionar a aquisição de conhecimentos, capacidades práticas, atitudes e formas de comportamento necessários para o exercício de uma profissão ou grupo de profissões, com objetivos, metodologia, duração e conteúdos programáticos bem definidos.*

**CURSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL EXTERNO** - *Curso planeado e organizado por entidades externas à própria empresa.*

**CURSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL INTERNO** - *Curso planeado e organizado pela própria empresa.*

**CUSTOS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL** - *Despesas suportadas com a formação. Inclui nomeadamente as remunerações pagas pela entidade empregadora aos trabalhadores em formação (como se estivessem em trabalho efetivo), pagamento a monitores ou a organismos encarregados de formação profissional, material técnico-pedagógico, bolsas de formação, despesas de transportes inerentes a deslocações para formação, depreciação e/ou reparação de imóveis e equipamento ligado à formação.*



**DOENÇA PROFISSIONAL** - Resulta diretamente das condições de trabalho, consta da Lista de Doenças Profissionais (Decreto Regulamentar n.º 76/2007, de 17 de julho) e causa incapacidade para o exercício da profissão ou morte.

**ENCARGOS SOBRE REMUNERAÇÕES** - Todos os encargos a cargo da entidade patronal estabelecidos em regime geral para a Segurança Social ou outros regimes obrigatórios e, se os houver, os estabelecidos em regimes complementares de reforma, regimes complementares de seguro de doença, outros regimes complementares e prestações sociais pagas diretamente aos trabalhadores.

**ENTIDADE FORMADORA** - Entidade do setor público, privado, social ou cooperativo que realiza ações de formação profissional.

**EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO** - Meios de proteção postos à disposição do trabalhador pela empresa durante o desempenho da sua atividade profissional, no sentido de evitar ou minimizar os acidentes de trabalho ou as doenças profissionais. Estes equipamentos podem ser de proteção coletiva (por ex.: redes protetoras, sistema de alarme contra incêndios, aparelhos de purificação do ar, pavimentos antiderrapantes, andaimes etc.) ou de proteção individual (por ex.: botas, máscaras, viseiras, luvas, etc.).

**FORMAÇÃO PROFISSIONAL** - Conjunto de atividades através das quais as pessoas adquirem ou aprofundam conhecimentos ou competências profissionais e relacionais, com vista ao exercício de uma ou mais atividades profissionais, a uma melhor adaptação às mudanças tecnológicas e organizacionais e ao reforço da sua empregabilidade.

**FORMANDO EXTERNO** - Indivíduo que, não estando ligado à entidade empregadora por qualquer tipo de vínculo, frequenta, no período de referência, cursos de formação profissional proporcionados pela mesma.

**FORMANDO INTERNO** - Indivíduo que, estando ligado à entidade empregadora por um vínculo de trabalho no período de referência, frequenta cursos ou ações de formação profissional proporcionados pela mesma.

**GREVE** - Abstenção ou perturbação temporária e concertada dos termos normais de prestação de trabalho por parte de um grupo de trabalhadores, tendo em vista impor às entidades empregadoras ou aos poderes públicos, a aceitação das suas reivindicações.

**GREVE GERAL** - Greve que é desencadeada com um âmbito generalizado, abrangendo todas as empresas e a Administração Pública.

**HIGIENE NO TRABALHO** - Conjunto de metodologias não médicas necessárias à prevenção das doenças profissionais tendo como principal campo de ação o controlo dos agentes físicos, químicos, e biológicos presentes nos componentes materiais do trabalho.

**HORÁRIO DE TRABALHO** - Horas do início e do termo do período normal de trabalho diário, fixadas por lei ou Instrumento de Regulamentação Coletiva de Trabalho ou ainda, por norma da empresa/instituição.

**HORÁRIO DE TRABALHO COM TURNOS (FIXOS/ROTATIVOS)** - Horário de trabalho em que a prestação de trabalho se realiza mediante uma sucessão de equipas e que resulta de um período de funcionamento da empresa/estabelecimento superior ao período normal de trabalho nela(e) estabelecido. Os turnos consideram-se "fixos" ou "rotativos" consoante sejam praticados sempre no mesmo período do dia (ou da noite) ou em períodos alternados do dia (ou da noite) respetivamente.

**HORÁRIO DE TRABALHO FIXO (RÍGIDO)** - Aquele que é definido sem possibilidade de alteração, em geral em termos idênticos para todos os trabalhadores do estabelecimento, com hora de entrada e saída fixa.

**HORÁRIO DE TRABALHO FLEXÍVEL** - Horário definido apenas com limites para o início e termo da prestação de trabalho e fixação do período de permanência obrigatória e simultânea do conjunto de trabalhadores abrangidos, quer exista ou não a possibilidade de disposição por estes do número de horas de trabalho a prestar em cada dia.

**INCAPACIDADE PARA O TRABALHO** - Impossibilidade temporária ou permanente para o exercício de atividade por motivo de doença, acidente de trabalho, doença profissional ou invalidez.

**INCAPACIDADE PARA TRABALHAR** - Incapacidade da pessoa lesionada para executar as tarefas normais correspondentes, no emprego ou posto de trabalho que ocupava no momento em que se produziu o acidente de trabalho.

**INCAPACIDADE PERMANENTE** - Impossibilidade permanente de um trabalhador auferir rendimentos de trabalho devido a situações de invalidez, doença profissional ou acidente de trabalho.





**INCAPACIDADE PERMANENTE ABSOLUTA** - Redução total na capacidade de trabalho ou ganho de um beneficiário, devido à situação de invalidez, doença profissional ou acidente de trabalho, de caráter permanente podendo verificar-se para o trabalho habitual ou para todo e qualquer trabalho.

**INCAPACIDADE TEMPORÁRIA** - Impossibilidade temporária de um trabalhador auferir rendimentos de trabalho devido a situações de doença, doença profissional, acidente de trabalho e maternidade.

**ISENÇÃO DE HORÁRIO** - Situação em que o trabalhador não se encontra sujeito aos limites máximos dos períodos normais de trabalho em dia normal de trabalho tendo direito, nessa situação, a uma retribuição especial e não a acréscimos de remuneração por trabalho suplementar.

**MEDICINA DO TRABALHO** - Ramo da medicina que visa o tratamento e prevenção de doenças profissionais.

**PLANO DE FORMAÇÃO** - Conjunto estruturado das atividades formativas que devem ser realizadas num dado período de tempo, com o fim de alcançar os objetivos propostos, tendo por base um diagnóstico de necessidades de formação.

**PONTO PERCENTUAL (PP)** - É o nome da unidade que indica o valor absoluto da diferença entre percentagens.

**POSTO DE TRABALHO** - Conjunto de tarefas destinadas à concretização de um objetivo pré-determinado, com aptidões, exigências e responsabilidades específicas e inseridas numa dada unidade organizacional, as quais, em determinado momento, não podem ser exercidas por mais de uma pessoa.

**RÁCIO** - Relação, geralmente expressa em percentagem, entre duas grandezas.

**REABILITAÇÃO PROFISSIONAL** - Modalidade de formação profissional destinada a pessoas portadoras de deficiência a fim de as preparar para uma profissão ajustada às suas aptidões e capacidades.

**RECONVERSÃO PROFISSIONAL** - Modalidade de formação profissional contínua que visa dotar ativos em risco de desemprego ou desempregados, de uma qualificação diferente da já possuída para o exercício de uma nova atividade profissional.

**REFORMADO** - Indivíduo que, tendo cessado o exercício de uma profissão, por decurso de tempo regulamentar, por limite de idade, por incapacidade ou por razões disciplinares, beneficia de uma pensão de reforma.

**REGIME GERAL DA SEGURANÇA SOCIAL** - Conjunto dos regimes de segurança social de caráter contributivo. Inclui o regime dos trabalhadores por conta de outrem, regime dos trabalhadores independentes e o regime do seguro social voluntário.

**REGIMES DE SEGURANÇA SOCIAL** - Instrumentos jurídicos do Sistema de Segurança Social para efetivação do direito à Segurança Social previsto na Constituição da República. Atualmente existem, o regime dos trabalhadores por conta de outrem, o regime dos trabalhadores independentes, o regime de seguro social voluntário, todos eles fazendo parte do regime geral da Segurança Social, e ainda os regimes não contributivos. Cobrem as eventualidades de doença, maternidade, doenças profissionais, desemprego, encargos familiares, invalidez, velhice e morte. A amplitude da proteção varia conforme o regime de que se trata.

**REINGRESSOS** - Entradas de trabalhadores que regressam ao serviço após uma ausência de longa duração de que são exemplo o cumprimento do serviço militar obrigatório, a licença sem vencimento, a ausência prolongada por doença ou acidente de trabalho e o desempenho de funções públicas ou sindicais.

**REMUNERAÇÃO BRUTA** - Refere-se ao montante líquido, em dinheiro ou em géneros, pago aos trabalhadores que se incluem no conceito de "pessoal ao serviço", pelas horas de trabalho efetuadas ou pelo trabalho realizado no período normal e no extraordinário. Inclui ainda o pagamento de horas remuneradas, mas não efetuadas (férias, feriados e outras ausências pagas) e os subsídios que se revistam de caráter regular como sejam os subsídios de alimentação, de função, alojamento ou transportes, diuturnidades ou prémios de antiguidade, produtividade, de assiduidade, isenções de horário, subsídio por trabalhos penosos, perigosos ou sujos e subsídios por trabalhos de turnos e noturnos.

**REMUNERAÇÃO DE BASE** - Montante líquido (antes da dedução de quaisquer descontos) em dinheiro e/ou géneros, pago com caráter regular e garantido ao trabalhador no período de referência e correspondente ao período normal de trabalho.

**RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO** - Cessação do contrato de trabalho por iniciativa do trabalhador.





**RESCISÃO NO PERÍODO EXPERIMENTAL** - Cessação do contrato de trabalho por iniciativa de qualquer das partes durante o período experimental.

**REVOGAÇÃO POR ACORDO DAS PARTES** - Cessação do contrato de trabalho promovida por acordo entre empregador e trabalhador.

**RISCO PROFISSIONAL** - Possibilidade de um trabalhador sofrer um dano (doença, patologia ou outra lesão) provocado pelo trabalho.

**ROTATIVIDADE** - Movimento de entradas e saídas de pessoal durante o período de referência.

**SAÍDAS DE PESSOAL POR CESSAÇÃO DO CONTRATO A TERMO INCERTO** - Saídas de trabalhadores resultantes da extinção do objeto do contrato.

**SAÍDAS DE PESSOAL POR EXTINÇÃO DE EMPREGOS** - Saídas que correspondem a uma redução do número de trabalhadores ao serviço da empresa / estabelecimento.

**SAÍDAS DE PESSOAL POR MÚTUO ACORDO** - Saídas de trabalhadores por rescisão do contrato por iniciativa do trabalhador ou por iniciativa da entidade empregadora, resultante de um acordo entre ambas as partes.

**SAÍDAS DE PESSOAL POR REFORMA, REFORMA ANTECIPADA, PRÉ-REFORMA** - Saídas de trabalhadores de acordo com o princípio de proteção garantido aos beneficiários, desde que tenham atingido a idade legalmente presumida como normal para a cessação do exercício para a atividade profissional; as saídas antes de terem atingido a idade normal de reforma por velhice, atentas às particularidades das diversas atividades profissionais e ainda as saídas resultantes da situação contratual garantida pela entidade empregadora aos seus trabalhadores antes do acesso destes às prestações de reforma garantidas pelo sistema de segurança social.

**SAÍDAS DE PESSOAL POR SUBSTITUIÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO** - Saídas de pessoal que não impliquem a extinção dos postos de trabalho respetivos. Estão neste caso: a) saídas voluntárias: saídas por rescisão do contrato, quer a pedido do trabalhador, com ou sem justa causa, quer por acordo das partes; b) saídas por outros motivos como sejam as saídas de pessoal para outros estabelecimentos da mesma empresa, para efetuar trabalho noutras empresas onde são diretamente remunerados, embora mantendo o vínculo à empresa de origem; por caducidade do contrato, por morte e reforma do trabalhador, podendo esta derivar de velhice ou invalidez e por despedimento com justa causa, mas que não implique extinção do posto de trabalho.

**SAÍDAS DE PESSOAL POR SUBSTITUIÇÃO DE TRABALHADORES** - Saídas de trabalhadores que não impliquem uma redução do número de pessoas ao serviço do estabelecimento.

**SAÍDAS POR INICIATIVA DA EMPRESA** - Saídas de trabalhadores do efetivo permanente por motivo de despedimento individual por iniciativa da entidade empregadora.

**SAÍDAS POR INICIATIVA DO TRABALHADOR** - Saídas voluntárias de trabalhadores do efetivo permanente por rescisão do contrato de trabalho por sua iniciativa unilateral.

**SEGURANÇA NO TRABALHO** - Conjunto de metodologias adequadas à prevenção de acidentes de trabalho, tendo como principal campo de ação o controlo dos agentes físicos químicos e biológicos presentes nos componentes materiais do trabalho.

**SEGURANÇA SOCIAL** - Conjunto de sistemas e subsistemas de direito exercido nos termos estabelecidos na Constituição, nos instrumentos internacionais aplicáveis e na Lei de Bases da Segurança Social.

**TRABALHADOR A TEMPO COMPLETO** - Trabalhador cujo período de trabalho tem uma duração igual ou superior à duração normal de trabalho em vigor na empresa/instituição, para a respetiva categoria profissional ou na respetiva profissão.

**TRABALHADOR A TEMPO PARCIAL** - Trabalhador cujo período de trabalho tem uma duração inferior à duração normal de trabalho em vigor na empresa/instituição, para a respetiva categoria profissional ou na respetiva profissão.

**TRABALHADOR COM CONTRATO A TERMO** - "Indivíduo ligado à empresa/instituição por um contrato reduzido a escrito com fixação do seu termo e com menção concretizada de modo justificativo:

**a termo certo:** quando no contrato escrito conste expressamente a estipulação do prazo de duração do contrato e a indicação do seu termo;

**a termo incerto:** quando o contrato de trabalho dure por todo o tempo necessário à substituição do trabalhador ausente ou à conclusão da atividade, tarefa ou obra cuja execução justifica a sua celebração."





**TRABALHADOR COM CONTRATO PERMANENTE** - *Indivíduo ligado à empresa/instituição por um contrato de trabalho sem termo ou de duração indeterminada.*

**TRABALHADOR ESTUDANTE** - *Todo o trabalhador por conta de outrem, independentemente do vínculo laboral, ao serviço de uma entidade pública ou privada, que frequente qualquer nível de ensino ou equivalente, incluindo cursos de pós-graduação em instituição pública, particular ou cooperativa, todo o trabalhador por conta própria que frequente um curso de formação profissional ou um programa de ocupação temporária de jovem com duração igual ou superior a seis meses ou ainda aquele que, tendo essa qualidade, seja colocado em situação de desemprego involuntário.*

**TRABALHADOR POR CONTA DE OUTREM** - *Indivíduo que exerce uma atividade sob a autoridade e direção de outrem, nos termos de um contrato de trabalho, sujeito ou não a forma escrita, e que lhe confere o direito a uma remuneração, a qual não depende dos resultados da unidade económica para a qual trabalha.*

**TRABALHADOR POR CONTA PRÓPRIA** - *Indivíduo que exerce uma atividade independente, com associados ou não, obtendo uma remuneração que está diretamente dependente dos lucros (realizados ou potenciais) provenientes de bens ou serviços produzidos. Os associados podem ser, ou não, membros do agregado familiar. Um trabalhador por conta própria pode ser classificado como trabalhador por conta própria como isolado ou como empregador.*

**TRABALHO SUPLEMENTAR** - *Horas efetuadas para além da duração normal de trabalho. As horas extraordinárias são contadas em função das horas efetivamente trabalhadas e não em função das somas por elas pagas. Exclui o tempo de trabalho para além do período normal prestado por trabalhadores com isenção de horário em dia normal de trabalho e o trabalho prestado para compensar suspensões de atividade de duração não superior a 48 horas seguidas ou interpoladas por um dia de descanso ou feriado, quando haja acordo entre a entidade empregadora e os trabalhadores.*







*CAPÍTULO XVI*  
*FONTES, BIBLIOGRAFIA*  
*E LEGISLAÇÃO*



## XVI. Fontes, bibliografia e legislação

### 1. Fontes de dados

Para a elaboração do BS, os dados apresentados foram obtidos através das plataformas eletrónicas:

- ✓ “Sistema Integrado de Gestão dos Recursos Internos” (SIGRI);
- ✓ “Sistema Integrado de Gestão de Pessoal” (SIGPES);
- ✓ “Sistema Integrado de Gestão de Vencimentos” (SIGVC);
- ✓ “Sistema Integrado de Gestão da Formação” (SIGFORM);
- ✓ Informações solicitadas às Unidades e disponibilizadas pelos órgãos superiores de comando e direção.

### 2. Obras de referência

- ✓ IGAJ, Inspeção-Geral da Administração Interna, Balanço Social 2017;
- ✓ DGO, Direção Geral do Orçamento, Balanço Social 2017;
- ✓ PCM, Presidência do Conselho de Ministros – Secretaria-Geral, Balanço Social, 2017;
- ✓ INE, Instituto Nacional de Estatística, Balanço Social 2017;
- ✓ IGFSS, Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, Balanço Social 2017.

### 3. Legislação

- ✓ Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de julho, com as alterações introduzidas até ao Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro - Estabelece o regime da administração financeira do Estado;
- ✓ Decreto-Lei n.º 190/96, de 09 de outubro - Regulamenta a elaboração do BS na AP;
- ✓ Decreto-Lei n.º 183/96, de 27 de setembro - Define os princípios a que deve obedecer a elaboração obrigatória do plano e relatório anual de atividades dos serviços e organismos da Administração central, dos institutos públicos que revistam a natureza de serviços personalizados e dos fundos públicos. Publica em anexo o esquema tipo dos referidos planos e relatórios anuais de atividades;
- ✓ Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro com as alterações introduzidas até à Lei n.º 128/2015, de 03 de setembro - Estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da AP;
- ✓ Lei n.º 35/2014, de 20 de junho com as alterações introduzidas até à Lei n.º 6/2019, de 14 de janeiro - LTFP;
- ✓ Lei n.º 84/2015, de 7 de agosto - Primeira alteração à LTFP, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, consagrando a meia jornada como nova modalidade de horário de trabalho;
- ✓ Lei n.º 18/2016, de 20 de junho - Estabelece as 35 horas como período normal de trabalho dos trabalhadores em funções públicas, procedendo à segunda alteração à LTFP, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho;
- ✓ Lei n.º 25/2017, de 30 de maio - Aprova o regime da valorização profissional dos trabalhadores com vínculo de emprego público, procede à segunda alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e à quarta alteração à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, e revoga a Lei n.º 80/2013, de 28 de novembro
- ✓ Lei n.º 70/2017, de 14 de agosto - Quinta alteração à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, excluindo a Polícia Judiciária e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras do respetivo âmbito de aplicação;



- ✓ Lei n.º 73/2017, de 16 de agosto - Sexta alteração à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho;
- ✓ Portaria n.º 150/2017, de 3 de maio - Estabelece os procedimentos da avaliação de situações a submeter ao PREVAP, no âmbito da estratégia plurianual de combate à precariedade;
- ✓ Portaria n.º 331/2017, de 3 de novembro - Portaria que altera a Portaria n.º 150/2017, de 3 de maio, relativa ao PREVPAP;
- ✓ Resolução do Conselho de Ministros n.º 32/2017, de 28 de fevereiro - Cria as Comissões de Avaliação Bipartida (CAB), constituídas por representantes ministeriais, dos serviços e das associações sindicais;
- ✓ Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro - Estabelece o programa de regularização extraordinária dos vínculos precários;
- ✓ Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro com as alterações introduzidas até à Retificação n.º 28/2017, de 02 de outubro - Código do Trabalho (CT);
- ✓ Decreto-Regulamentar n.º 6/2001, de 05 de maio com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 76/2007, de 17 de julho - Aprova a lista das doenças profissionais;
- ✓ Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro com as alterações introduzidas até à Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro - Funcionários públicos - acidentes em serviço;
- ✓ Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro - Estabelece o sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na Administração Pública (SIADAP);
- ✓ Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro - Orçamento do Estado para 2011 (LOE 2011) altera Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro (SIADAP);
- ✓ Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro - Orçamento do Estado para 2013 (LOE 2013) altera Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro (SIADAP);
- ✓ Portaria n.º 359/2013, de 13 de dezembro - Aprova os modelos de fichas de autoavaliação e avaliação do desempenho, que contam dos anexos I (Dirigentes intermédios - SIADAP 2), II (Trabalhadores - SIADAP 3) e III (Avaliação com base nas competências), bem como os modelos de ficha de monitorização do desempenho (anexo IV) e ficha de reformulação de objetivos (anexo V), as listas de competências (anexo VI) e as instruções de preenchimento das fichas (anexo VII);
- ✓ Despacho Normativo n.º 4-A/10, de 08 de fevereiro - Estabelece os critérios a aplicar na realização da ponderação curricular prevista no artigo 43.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, bem como os procedimentos a que a mesma deve obedecer;
- ✓ Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro com as alterações introduzidas até à Lei n.º 98/2017, de 24 de agosto - Orçamento de Estado 2015 (LOE 15);
- ✓ Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março - Orçamento do Estado para 2016 (LOE 16);
- ✓ Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro - Orçamento de Estado 2017 (LOE 17);
- ✓ Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro - Orçamento do Estado para 2018 (LOE2018);
- ✓ Decreto-Lei n.º 89/2009, de 9 de abril - Regime da maternidade, paternidade e adoção, parentalidade do Regime de Proteção Social convergente;
- ✓ Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de abril com as alterações introduzidas até ao Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16 de junho - Regime da maternidade, paternidade e adoção, parentalidade do Regime Geral da Segurança Social;
- ✓ Decreto-Lei n.º 181/2007, de 09 de maio - Altera o regime de justificação de faltas por doença;
- ✓ Decreto-Lei n.º 121/2008, de 11 de julho com as alterações introduzidas até ao Decreto-Lei n.º 72-A/2010, de 17 de junho - Extingue carreiras e categorias cujos trabalhadores transitam para as carreiras gerais;
- ✓ Lei n.º 57/2011, de 28 de novembro com as alterações introduzidas pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro - Sistema de Informação da organização do Estado (SIOE);





- ✓ *Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro - Orçamento do Estado para 2013 (LOE 2013), alteração à Lei n.º 57/2011, de 28 de novembro (SIOE);*
- ✓ *Lei 67/1998, de 26 de outubro - Lei da Proteção Dados Pessoais (transpõe para a ordem jurídica portuguesa a Dir. n.º 95/46/CE, do PE e do Conselho, 24/10/95, relativa à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento dados pessoais e à livre circulação desses dados);*
- ✓ *Lei n.º 103/2015, de 24 de agosto - Primeira alteração à Lei n.º 67/98, de 26 de outubro, Lei da Proteção Dados Pessoais;*
- ✓ *Despacho n.º 3876/2012, de 12 de novembro, do SEAP - Com o objetivo de garantir o rigor e a transparência no processo de apuramento dos dados de adesão às greves no âmbito da administração central do Estado, bem como a sua adequada divulgação pública;*
- ✓ *Circular, n.º 1387 de 3 de agosto de 2017 - Instruções para preparação do Orçamento do Estado para 2018 aprovadas por despacho de Sua Excelência o Secretário de Estado do Orçamento;*
- ✓ *Despacho de sua Ex.ª. a Secretária de Estado Adjunta da Administração Interna em 22 de agosto de 2017 - Mapa de Pessoal da GNR, Orçamento 2018;*
- ✓ *Despacho n.º 8.372/2010, de 05 de maio, por Sua Excelência o Ministro da Administração Interna e publicado na 2ª série do Diário da República, de 18 de maio de 2010 - MGPM GNR;*
- ✓ *Decreto-Lei n.º 177/2009, de 04 de agosto - Estabelece o regime da carreira especial médica, bem como os respetivos requisitos de habilitação profissional;*
- ✓ *Decreto-Lei n.º 266-D/12, de 31 de dezembro - Procede à primeira alteração aos Decretos-Leis n.os 176/2009, de 4 de agosto, e 177/2009, de 4 de agosto, estabelecendo regras de organização do tempo de trabalho médico e de transição dos trabalhadores médicos já integrados na carreira especial médica para o regime de trabalho que corresponde a 40 horas semanais e definido as áreas de exercício profissional da carreira especial médica;*
- ✓ *Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de abril - Aprova e publica em anexo o estatuto da carreira dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário;*
- ✓ *Decreto-Lei n.º 146/2013, de 22 de outubro - Procede à 12.ª alteração do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de abril, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho;*
- ✓ *Lei n.º 12/2016, de 28 de abril - Elimina a requalificação de docentes, procedendo à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho, à décima quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de abril, e à primeira alteração à Lei n.º 80/2013, de 28 de novembro;*
- ✓ *Decreto-Lei n.º 248/2009, de 22 de setembro - Define o regime da carreira especial de enfermagem, bem como os respetivos requisitos de habilitação profissional;*
- ✓ *Decreto-Lei n.º 564/1999, de 21 de dezembro - Estabelece o estatuto legal da carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica;*
- ✓ *Decreto-Lei n.º 111/2017, de 31 de agosto - Estabelece o regime legal da carreira especial de técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica;*
- ✓ *Decreto-Lei n.º 25/2019, de 11 de fevereiro - identifica as posições remuneratórias e respetivos níveis remuneratórios da TRU e define as regras de transição para a carreira especial de técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica;*
- ✓ *Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de março - Estabelece o estatuto das carreiras, categorias e funções do pessoal de informática, bem como as condições específicas de prestação de trabalho;*
- ✓ *Portaria n.º 358/2002, de 03 de abril - Definição das áreas e conteúdos funcionais das carreiras do pessoal de informática da Administração Pública e a regulamentação do sistema de formação profissional que lhes é aplicável, nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de março;*





- ✓ Decreto-Lei n.º 247/2015, de 23 de outubro - *Procede à alteração da denominação da carreira florestal, do quadro de pessoal civil da Guarda Nacional Republicana, que passa a designar-se carreira de guarda-florestal e aprova o respetivo estatuto;*
- ✓ Decreto-Lei n.º 114/2018, de 18 de dezembro - *Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 22/2006, de 2 de fevereiro e procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 247/2015, de 23 de outubro que aprova o estatuto da carreira florestal;*
- ✓ Decreto-Lei n.º 247/1997, de 19 de setembro - *Aprova o regime de contratação de pessoal para as ações de vigilância da floresta contra os incêndios florestais;*
- ✓ Despacho n.º 10/15, de 27 de abril - *Aprova as regras de funcionamento dos postos de vigia da GNR (RFPVGNR);*
- ✓ Portaria n.º 222/2016, de 08 de julho de 2016 - *Estabelece e regula o horário de referência semanal dos militares da GNR;*
- ✓ Despacho n.º 255/17 - OG, de 28 de dezembro - *Funções e o regime de serviço para os militares na situação de reserva na efetividade de serviço;*
- ✓ Despacho de S. Exas. o Ministro das Finanças e o Ministro da Administração Interna n.º 2839/2018, de 14 de março - *Promoções remanescentes relativas ao ano de 2016 de militares da GNR (número máximo de 581 militares a promover);*
- ✓ Despacho de S. Exas. o Ministro da Administração Interna e a Secretária de Estado da Administração e do Emprego Público n.º 4298-B/2018, de 26 de abril - *Promoções remanescentes relativas ao ano de 2016 de militares da GNR, (número máximo de 543 militares a promover);*
- ✓ Despacho de S. Exas. o Ministro da Administração Interna e a Secretária de Estado da Administração e do Emprego Público n.º 4298-A/2018, de 26 de abril - *Promoções relativas ao ano de 2017 de militares da GNR, (número máximo de 722 militares a promover);*
- ✓ Aviso n.º 8048/2018, de 4 de junho - *Concurso de admissão à Academia Militar para o ano letivo de 2018 -2019;*
- ✓ Despacho n.º 9276/2018, 20 de setembro - *Fixa em 30 o número de oficiais para admissão ao Curso de Formação de Oficiais 2018/2023, para ingresso nos quadros da GNR;*
- ✓ Aviso n.º 12499/2018, de 20 de agosto - *Abertura de procedimento concursal para a constituição de reserva de recrutamento para admissão ao CFG GNR das armas;*
- ✓ Aviso n.º 12125/2018, de 13 de agosto - *Procedimento concursal de regularização no âmbito do PREVPAP;*
- ✓ Portaria n.º 189/18, de 29 de junho - *Regula a admissão ao CFG;*
- ✓ Resolução do Conselho de Ministros n.º 11-A/2018, de 25 de janeiro - *Autoriza a GNR aos seguintes procedimentos: recrutamento interno 500 efetivos para reforço do GIPS; recrutamento interno 100 efetivos para reforço do SEPNA; recrutamento externo 200 efetivos para reforço das equipas florestais e recrutamento externo 600 efetivos para reforço do dispositivo.*





*2018*  
*BALANÇO SOCIAL*





***MATRIZ***  
***BALANÇO SOCIAL 2018 -***  
***FORMULÁRIO***



*Matriz BS 2018 - Formulário DGAEF (quadros adaptados)*







# BALANÇO SOCIAL

Decreto-Lei n.º 190/96, de 9 de outubro

**2018**

## IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO / ENTIDADE

Código SIOE: 20050000

Ministério: da Administração Interna

Serviço / Entidade: Guarda Nacional Republicana

## NÚMERO DE PESSOAS EM EXERCÍCIO DE FUNÇÕES NO SERVIÇO

(Não incluir Prestações de Serviços)

Em 1 de janeiro de 2018 23118

Em 31 de dezembro de 2018 23022

*Nota: Em caso de processo de fusão/reestruturação da entidade existente a 31/12/2018, indicar o critério adotado para o registo dos dados do Balanço Social 2018 na folha "Critério"*

Contato(s) do(s) responsável(eis) pelo preenchimento

Nome António Alfredo Rodrigues Pereira

Tel: 2188112131

E-mail: cari.drh.dporh@gnr.pt

Data 31 de março de 2019





Notas Explicativas:

*Em caso de processo de fusão/reestruturação da entidade existente a 31/12/2018 deverá ser indicado o critério adotado para o registo dos dados do Balanço Social 2018.*

*Por exemplo: caso de uma entidade que resulta da fusão de 2 entidades, em que a nova entidade iniciou o seu funcionamento a 1 de junho 2018:*

*Deverá registar os dados da entidade nova referente ao período de 1 junho a 31 dezembro, especificando em baixo na descrição da entidade a data de início da nova entidade e o número de trabalhadores em exercício de funções nessa data, em substituição do n.º de trabalhadores a 1 de janeiro 2018 na folha de identificação.*

*Caso este critério não seja aplicável para algum dos quadros, deverá também ser descrita neste campo de descrição o critério adotado.*

Critério adotado (descrição da entidade):



## ÍNDICE DE QUADROS

### CAPÍTULO 1 - RECURSOS HUMANOS - 143

*Quadro 1: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de vinculação e gênero, em 31 de dezembro*

*Quadro 2: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o escalão etário e gênero, em 31 de dezembro*

*Quadro 3: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o nível de antiguidade e gênero, em 31 de dezembro*

*Quadro 4: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o nível de escolaridade e gênero, em 31 de dezembro*

*Quadro 5: Contagem dos trabalhadores estrangeiros por grupo/cargo/carreira, segundo a nacionalidade e gênero, em 31 de dezembro*

*Quadro 6: Contagem de trabalhadores portadores de deficiência por grupo/cargo/carreira, segundo o escalão etário e gênero, em 31 de dezembro*

*Quadro 7: Contagem dos trabalhadores admitidos e regressados durante o ano, por grupo/cargo/carreira e gênero, segundo o modo de ocupação do posto de trabalho ou modalidade de vinculação*

*Quadro 8: Contagem das saídas de trabalhadores nomeados ou em comissão de serviço, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de saída e gênero*

*Quadro 9: Contagem das saídas de trabalhadores contratados, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de saída e gênero*

*Quadro 10: Contagem dos postos de trabalho previstos e não ocupados durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo a dificuldade de recrutamento*

*Quadro 11: Contagem das mudanças de situação dos trabalhadores, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo e gênero*

*Quadro 12: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de horário de trabalho e gênero, em 31 de dezembro*

*Quadro 13: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o período normal de trabalho (PNT) e gênero, em 31 de dezembro*

*Quadro 14: Contagem das horas de trabalho suplementar durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de prestação do trabalho e gênero*

*Quadro 14.1: Contagem das horas de trabalho noturno, normal e suplementar durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o gênero*

*Quadro 15: Contagem dos dias de ausências ao trabalho durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de ausência e gênero*

*Quadro 16: Contagem dos trabalhadores em greve durante o ano, por escalão de PNT e tempo de paralisação*

### CAPÍTULO 2 - REMUNERAÇÕES E ENCARGOS - 161

*Quadro 17: Estrutura remuneratória, por gênero*

*Quadro 18: Total dos encargos anuais com pessoal*

*Quadro 18.1: Suplementos remuneratórios*

*Quadro 18.2: Encargos com prestações sociais*

*Quadro 18.3: Encargos com benefícios sociais*



## ÍNDICE DE QUADROS

### **CAPÍTULO 3 - HIGIENE E SEGURANÇA - 165**

*Quadro 19: Número de acidentes de trabalho e de dias de trabalho perdidos com baixa durante o ano, por género*

*Quadro 20: Número de casos de incapacidade declarados durante o ano, relativamente aos trabalhadores vítimas de acidente de trabalho*

*Quadro 21: Número de situações participadas e confirmadas de doença profissional e de dias de trabalho perdidos durante o ano*

*Quadro 22: Número e encargos das atividades de medicina no trabalho ocorridas durante o ano*

*Quadro 23: Número de intervenções das comissões de segurança e saúde no trabalho ocorridas durante o ano, por tipo*

*Quadro 24: Número de trabalhadores sujeitos a ações de reintegração profissional em resultado de acidentes de trabalho ou doença profissional durante o ano*

*Quadro 25: Número de ações de formação e sensibilização em matéria de segurança e saúde no trabalho*

*Quadro 26: Custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais durante o ano*

### **CAPÍTULO 4 - FORMAÇÃO PROFISSIONAL - 169**

*Quadro 27: Contagem relativa a participações em ações de formação profissional durante o ano, por tipo de ação, segundo a duração*

*Quadro 28: Contagem relativa a participações em ações de formação durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o tipo de ação*

*Quadro 29: Contagem das horas despendidas em formação durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o tipo de ação*

*Quadro 30: Despesas anuais com formação*

### **CAPÍTULO 5 - RELAÇÕES PROFISSIONAIS - 173**

*Quadro 31: Relações profissionais*

*Quadro 32: Disciplina*



*CAPÍTULO I*  
*RECURSOS*  
*HUMANOS*



**Quadro 1: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de vinculação e género, em 31 de dezembro**

Grupo/cargo/carreira/ Modalidades de vinculação	Nomeação definitiva		Nomeação Transitória por tempo determinado		CT em Funções Públicas por tempo indeterminado		CT em Funções Públicas a termo resolutivo certo		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Técnico Superior					5	26			5	26	31
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo					12	60			12	60	72
Assistente operacional, operário, auxiliar					6	247			6	247	253
Informático					3	2			3	2	5
Educadores de Infância e Docentes do Ensino Básico e Secundário					1	9			1	9	10
Médico					6	7			6	7	13
Enfermeiro						1			0	1	1
Técnico Diagnóstico e Terapêutica						6			0	6	6
Forças Armadas - Oficial b)	20								20	0	20
Guarda Nacional Republicana - Oficial	756	70							756	70	826
Guarda Nacional Republicana - Sargento	2 295	142							2 295	142	2 437
Guarda Nacional Republicana - Guarda	17 733	1 321	8						17 741	1 321	19 062
Outro Pessoal de Segurança c)	280	6							280	6	286
<b>Total</b>	<b>21 084</b>	<b>1 539</b>	<b>8</b>	<b>0</b>	<b>33</b>	<b>358</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>21 125</b>	<b>1 897</b>	<b>23 022</b>

Prestações de Serviços	M	F	Total
Tarefa			0
Avença	28	15	43
<b>Total</b>	<b>28</b>	<b>15</b>	<b>43</b>

#### NOTAS:

Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.

- Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis n.º 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 de agosto e republicado pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro);
- Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);
- Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreiras ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);
- Não considerar os trabalhadores ausentes há mais de 6 meses e os trabalhadores que estão em licença sem vencimento a 31 de dezembro.





## BALANÇO SOCIAL 2018 - RELATÓRIO



Quadro 2: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o escalão etário e género, em 31 de dezembro

Grupo/cargo/carreira / Escalão etário e género	Menos que 20 anos		20-24		25-29		30-34		35-39		40-44		45-49		50-54		55-59		60-64		65-69		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Técnico Superior									1	2	1	3	1	9		6		3	1	2	1	1	5	26	31
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo									1	3	5		6	4	12	3	20	2	11		5	12	60	72	
Assistente operacional, operário, auxiliar									5		9		32		43	4	65	1	68	1	25	6	247	253	
Informático									1				1		1				1	1		3	2	5	
Educadores de Infância e Docentes do Ensino Básico e Secundário											1		6				1	1			1	1	9	10	
Médico													1			1	3	1	4	3		6	7	13	
Enfermeiro															1							0	1	1	
Técnico Diagnóstico e Terapêutica														2		1		2		1		0	6	6	
Forças Armadas - Oficial b)										1		1		6		10		2				20	0	20	
Guarda Nacional Republicana - Oficial			35	3	130	20	168	26	162	18	72	3	48		106		33		2			756	70	826	
Guarda Nacional Republicana - Sargento					3		165	28	395	51	724	46	574	17	361		73					2 295	142	2 437	
Guarda Nacional Republicana - Guarda	12	1	542	52	1 815	241	2 826	359	3 635	396	4 006	208	2 328	64	2 428		144		5			17 741	1 321	19 062	
Outro Pessoal de Segurança c)									2		40	2	27	2	27		143	2	39		2	280	6	286	
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>1</b>	<b>577</b>	<b>55</b>	<b>1 948</b>	<b>261</b>	<b>3 159</b>	<b>413</b>	<b>4 196</b>	<b>473</b>	<b>4 847</b>	<b>277</b>	<b>2 981</b>	<b>138</b>	<b>2 932</b>	<b>64</b>	<b>411</b>	<b>96</b>	<b>54</b>	<b>87</b>	<b>8</b>	<b>32</b>	<b>21 125</b>	<b>1 897</b>	<b>23 022</b>
Prestações de Serviços	Menos que 20 anos		20-24		25-29		30-34		35-39		40-44		45-49		50-54		55-59		60-64		65-69		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Tarefa																							0	0	0
Avença									2	1		1	3	1	2	8	2	13	5	4	1	28	15	43	
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>8</b>	<b>2</b>	<b>13</b>	<b>5</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>28</b>	<b>15</b>	<b>43</b>

### NOTAS:

Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 de agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreiras ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

d) Não considerar os trabalhadores ausentes há mais de 6 meses e os trabalhadores que estão em licença sem vencimento a 31 de dezembro.



## BALANÇO SOCIAL 2018 - RELATÓRIO



Quadro 3: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o nível de antiguidade e género, em 31 de dezembro

Grupo/cargo/carreira/ Tempo de serviço	Até 5 anos		5 - 9		10 - 14		15 - 19		20 - 24		25 - 29		30 - 34		35 - 39		40 ou mais anos		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Técnico Superior		5	1			2	2	7	1	7		1		1		2	1	1	5	26	31
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo					1		2	6	1	12	4	13	2	11		12	2	6	12	60	72
Assistente operacional, operário, auxiliar				2		28		167		11		14	2	18	3	5	1	2	6	247	253
Informático			1				1							1			1	1	3	2	5
Educadores de Infância e Docentes do Ensino Básico e Secundário							1	6		3									1	9	10
Médico		1					1		1			1	3	2	1	2			6	7	13
Enfermeiro										1									0	1	1
Técnico Diagnóstico e Terapêutica								1		5									0	6	6
Forças Armadas - Oficial b)			1						1		2				4		12		20	0	20
Guarda Nacional Republicana - Oficial		1	109	9	152	33	97	11	130	12	78	4	52		82		56		756	70	826
Guarda Nacional Republicana - Sargento			4		155	30	282	41	394	32	699	22	384	17	293		84		2 295	142	2 437
Guarda Nacional Republicana - Guarda	1 298	169	1 413	155	2 509	337	2 970	315	3 002	180	2 663	101	2 068	64	1 647		171		17 741	1 321	19 062
Outro Pessoal de Segurança c)							4	1	48	2	20	1	6		174	2	28		280	6	286
<b>Total</b>	<b>1 298</b>	<b>176</b>	<b>1 529</b>	<b>166</b>	<b>2 817</b>	<b>430</b>	<b>3 360</b>	<b>555</b>	<b>3 578</b>	<b>266</b>	<b>3 466</b>	<b>157</b>	<b>2 517</b>	<b>114</b>	<b>2 204</b>	<b>23</b>	<b>356</b>	<b>10</b>	<b>21 125</b>	<b>1 897</b>	<b>23 022</b>

### NOTAS:

Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.

A antiguidade reporta-se ao tempo de serviço na Administração Pública.

- Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis n.º 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 de agosto e republicado pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro);
- Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);
- Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreiras ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);
- Não considerar os trabalhadores ausentes há mais de 6 meses e os trabalhadores que estão em licença sem vencimento a 31 de dezembro.





## BALANÇO SOCIAL 2018 - RELATÓRIO



Quadro 4: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o nível de escolaridade e género, em 31 de dezembro

Grupo/cargo/carreira / Habilitação Literária	Menos de 4 anos de escolaridade		4 anos de escolaridade		6 anos de escolaridade		9.º ano ou equivalente		11.º ano		12.º ano ou equivalente		Bacharelato		Licenciatura		Mestrado		Doutoramento		TOTAL		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Técnico Superior														1	3	20	2	4		1	5	26	31
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo					2	4	1	6	3	7	5	41	1	1				1			12	60	72
Assistente operacional, operário, auxiliar		12	4	125		64	1	39			1	6						1		6	247	253	
Informático									1		1	2	1								3	2	5
Educadores de Infância e Docentes do Ensino Básico e Secundário															1	8		1			1	9	10
Médico															6	6			1		6	7	13
Enfermeiro																1					0	1	1
Técnico Diagnóstico e Terapêutica																6					0	6	6
Forças Armadas - Oficial b)													1		12		7				20	0	20
Guarda Nacional Republicana - Oficial									2		93	4	13		298	26	342	40	8		756	70	826
Guarda Nacional Republicana - Sargento					4		447	10	198	5	1 378	80	8	2	227	39	31	6	2		2 295	142	2 437
Guarda Nacional Republicana - Guarda			52		1 237	1	6 022	184	1 547	140	8 128	777	39	8	616	192	99	19	1		17 741	1 321	19 062
Outro Pessoal de Segurança c)			17		58		84		16	1	93	4	1	1	9		2				280	6	286
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>12</b>	<b>73</b>	<b>125</b>	<b>1 301</b>	<b>69</b>	<b>6 555</b>	<b>239</b>	<b>1 767</b>	<b>153</b>	<b>9 699</b>	<b>914</b>	<b>64</b>	<b>13</b>	<b>1 172</b>	<b>298</b>	<b>483</b>	<b>72</b>	<b>11</b>	<b>2</b>	<b>21 125</b>	<b>1 897</b>	<b>23 022</b>

Grupo/cargo/carreira / Habilitação Literária	Menos de 4 anos de escolaridade		4 anos de escolaridade		6 anos de escolaridade		9.º ano ou equivalente		11.º ano		12.º ano ou equivalente		Bacharelato		Licenciatura		Mestrado		Doutoramento		TOTAL		Total	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
Tarefa																						0	0	0
Avença														1	27	14	1					28	15	43
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>27</b>	<b>14</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>28</b>	<b>15</b>	<b>43</b>	

**NOTAS:**

Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.

- a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis n.º 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 de agosto e republicado pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro);
- b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);
- c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreiras ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);
- d) Não considerar os trabalhadores ausentes há mais de 6 meses e os trabalhadores que estão em licença sem vencimento a 31 de dezembro.



Quadro 5: Contagem dos trabalhadores estrangeiros por grupo/cargo/carreira, segundo a nacionalidade e género, em 31 de dezembro

Grupo/cargo/carreira Proveniência do trabalhador	União Europeia		CPLP		Outros países		TOTAL		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	
Técnico Superior							0	0	0
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo							0	0	0
Assistente operacional, operário, auxiliar							0	0	0
Informático							0	0	0
Educadores de Infância e Docentes do Ensino Básico e Secundário							0	0	0
Médico							0	0	0
Enfermeiro							0	0	0
Técnico Diagnóstico e Terapêutica							0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)							0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial							0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento							0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda							0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)							0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Prestações de Serviços / Proveniência do trabalhador	União Europeia		CPLP		Outros países		TOTAL		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	
Tarefa							0	0	0
Avença							0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

## NOTAS:

CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Considerar o total de trabalhadores estrangeiros, não naturalizados, em efetividade de funções no serviço em 31 de dezembro, de acordo com a naturalidade;

- Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis n.º 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 de agosto e republicado pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro);
- Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);
- Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreiras ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);
- Não considerar os trabalhadores ausentes há mais de 6 meses e os trabalhadores que estão em licença sem vencimento a 31 de dezembro.





## BALANÇO SOCIAL 2018 - RELATÓRIO



Quadro 6: Contagem de trabalhadores portadores de deficiência por grupo/cargo/carreira, segundo o escalão etário e género, em 31 de dezembro

Grupo/cargo/carreira	menor que 20 anos		20 - 24		25 - 29		30 - 34		35 - 39		40 - 44		45 - 49		50 - 54		55 - 59		60 - 64		65 - 69		maior ou igual a 70 anos		TOTAL		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
	Técnico Superior															1										0	
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo															1				1		1				0	3	3
Assistente operacional, operário, auxiliar																		2							0	2	2
Informático																									0	0	0
Educadores de Infância e Docentes do Ensino Básico e Secundário																									0	0	0
Médico																				1					0	1	1
Enfermeiro															1										0	1	1
Técnico Diagnóstico e Terapêutica																		1		1					0	2	2
Forças Armadas - Oficial b)																									0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial															2		1		1						4	0	4
Guarda Nacional Republicana - Segurança							1		1	1	6	1	1		3		3								15	2	17
Guarda Nacional Republicana - Guarda							7		18	5	18	4	21	2	49		1								114	11	125
Outro Pessoal de Segurança c)														1		2		2							5	0	5
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>8</b>	<b>0</b>	<b>19</b>	<b>6</b>	<b>24</b>	<b>5</b>	<b>22</b>	<b>2</b>	<b>55</b>	<b>3</b>	<b>7</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>138</b>	<b>23</b>	<b>161</b>
Prestações de Serviços	menos de 20 anos		20 - 24		25 - 29		30 - 34		35 - 39		40 - 44		45 - 49		50 - 54		55 - 59		60 - 64		65 - 69		maior ou igual a 70 anos		TOTAL		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
	Tarefa																									0	
Avença																									0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

**NOTAS:**

Considere o total de trabalhadores que beneficiem de redução fiscal por motivo da sua deficiência;

- Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 de agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de dezembro);
- Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);
- Registar outro pessoal de segurança não considerado nas carreiras ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);
- Não considerar os trabalhadores ausentes há mais de 6 meses e os trabalhadores que estão em licença sem vencimento a 31 de dezembro.



Quadro 7: Contagem dos trabalhadores admitidos e regressados durante o ano, por grupo/cargo/carreira e género, segundo o modo de ocupação do posto de trabalho ou modalidade de vinculação

Grupo/cargo/carreira/ Modos de ocupação do posto de trabalho	Procedimento concursal		Cedência		Mobilidade		Regresso de licença sem vencimento ou de período experimental		Comissão de serviço		CEAGP*		Outras situações		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Técnico Superior													1	13	1	13	14
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo	1	1											1		2	1	3
Assistente operacional, operário, auxiliar													831	112	831	112	943
Informático															0	0	0
Educadores de Infância e Docentes do Ensino Básico e Secundário															0	0	0
Médico						1									0	1	1
Enfermeiro															0	0	0
Técnico Diagnóstico e Terapêutica															0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)									2						2	0	2
Guarda Nacional Republicana - Oficial	34	4							5	1					39	5	44
Guarda Nacional Republicana - Sargento								1	5	1					6	1	7
Guarda Nacional Republicana - Guarda	563	47						21	3				4		591	47	638
Outro Pessoal de Segurança c)								1							1	0	1
<b>Total</b>	<b>598</b>	<b>52</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>23</b>	<b>0</b>	<b>15</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>837</b>	<b>125</b>	<b>1 473</b>	<b>180</b>	<b>1 653</b>

Prestações de Serviços (Modalidades de vinculação)	M	F	Total
Tarefa			0
Avença	28	15	43
<b>Total</b>	<b>28</b>	<b>15</b>	<b>43</b>

NOTAS:

Considerar o total de efetivos admitidos pela 1ª vez ou regressados ao serviço entre 1 de janeiro e 31 de dezembro inclusive;

\* Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública. No caso de órgãos autárquicos considere, ainda, os formandos do CEAGPA;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 de agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreiras ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);



## BALANÇO SOCIAL 2018 - RELATÓRIO



Quadro 8: Contagem das saídas de trabalhadores nomeados ou em comissão de serviço, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de saída e género

Grupo/cargo/carreira/ Motivos de saída (durante o ano)	Morte		Reforma/ Aposentação		Limite de idade		Conclusão sem Sucesso do período experimental		Cessação por mútuo acordo		Exoneração a pedido do trabalhador		Aplicação de pena disciplinar expulsiva		Mobilidade		Cedência		Comissão de serviço		Outras situações		TOTAL		Total			
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F				
Técnico Superior																									0	0	0	
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo																										0	0	0
Assistente operacional, operário, auxiliar																										0	0	0
Informático																										0	0	0
Educadores de Infância e Docentes do Ensino Básico e Secundário																										0	0	0
Médico																										0	0	0
Enfermeiro																										0	0	0
Técnico Diagnóstico e Terapêutica																										0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)																				4						4	0	4
Guarda Nacional Republicana - Oficial	1		16																14	1	3				34	1	35	
Guarda Nacional Republicana - Sargento	2		108																2	1	4				116	1	117	
Guarda Nacional Republicana - Guarda	11	1	514				18	3											8	2	53	3			604	9	613	
Outro Pessoal de Segurança c)			15																			1			16	0	16	
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>1</b>	<b>653</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>18</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>28</b>	<b>4</b>	<b>61</b>	<b>3</b>	<b>774</b>	<b>11</b>	<b>785</b>	

### NOTAS:

Incluir todos os trabalhadores em regime de Nomeação ao abrigo do artigo 8º e em Comissão de Serviço ao abrigo do artigo 9º da LTFP, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho

- Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 de agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de dezembro);
- Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);
- Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreiras ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);



## BALANÇO SOCIAL 2018 - RELATÓRIO



Quadro 9: Contagem das saídas de trabalhadores contratados, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de saída e género

Grupo/cargo/carreira/ Motivos de saída (durante o ano)	Morte		Caducidade (termo)		Reforma/ Aposentação		Limite de idade		Conclusão sem sucesso do período experimental		Revogação (cessação por mútuo acordo)		Resolução (por iniciativa do trabalhador)		Denúncia (por iniciativa do trabalhador)		Despedimento por inadaptação		Despedimento coletivo		Despedimento por extinção do posto de trabalho		Mobilidade		Cedência		Outras situações		TOTAL		Total			
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F				
Técnico Superior		1																											1	0	2	2		
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, bessol administrativo																														0	3	3		
Assistente operacional, operário, auxiliar	1		790	112		13																					41	2	832	127	959			
Informático																													0	0	0			
Educadores de Infância e Docentes do Ensino Básico e Secundário																													0	0	0			
Médico																													0	0	0			
Enfermeiro																													0	0	0			
Técnico Diagnóstico e Terapêutica																													0	0	0			
Forças Armadas - Oficial b)																													0	0	0			
Guarda Nacional Republicana - Oficial																													0	0	0			
Guarda Nacional Republicana - Sargento																													0	0	0			
Guarda Nacional Republicana - Guarda																													0	0	0			
Outro Pessoal de Segurança c)																													0	0	0			
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>790</b>	<b>112</b>	<b>0</b>	<b>16</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>41</b>	<b>3</b>	<b>832</b>	<b>132</b>	<b>964</b>

### NOTAS:

Incluir todos os trabalhadores em Contrato de Trabalho em Funções Públicas, e com Contrato de Trabalho no âmbito do Código do Trabalho;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 de agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreiras ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);



**Quadro 10: Contagem dos postos de trabalho previstos e não ocupados durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo a dificuldade de recrutamento**

Grupo/cargo/carreira/ Dificuldades de recrutamento	Não abertura de procedimento concursal	Impugnação do procedimento concursal	Falta de autorização da entidade competente	Procedimento concursal improcedente	Procedimento concursal em desenvolvimento	Total
Técnico Superior	36					36
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo	103					103
Assistente operacional, operário, auxiliar	102					102
Informático						0
Educadores de Infância e Docentes do Ensino Básico e Secundário	4					4
Médico	42					42
Enfermeiro						0
Técnico Diagnóstico e Terapêutica	8					8
Forças Armadas - Oficial b)						0
Guarda Nacional Republicana - Oficial						0
Guarda Nacional Republicana - Sargento						0
Guarda Nacional Republicana - Guarda						0
Outro Pessoal de Segurança c)	19					19
<b>Total</b>	<b>314</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>314</b>

**Notas:**

Para cada grupo, cargo ou carreira, indique o número de postos de trabalho previstos no mapa de pessoal, mas não ocupados durante o ano, por motivo de:

- Não abertura de procedimento concursal, por razões imputáveis ao serviço;
- Impugnação do procedimento concursal, devido a recurso com efeitos suspensivos ou anulação do procedimento;
- Recrutamento não autorizado por não satisfação do pedido formulado à entidade competente;
- Procedimento concursal improcedente, deserto, inexistência ou desistência dos candidatos aprovados;
- Procedimento concursal em desenvolvimento.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis n.º 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 de agosto e republicado pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreiras ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);





Quadro 11: Contagem das mudanças de situação dos trabalhadores, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo e género

Grupo/cargo/carreira/ Tipo de mudança	Promoções (carreiras não revisitas e carreiras subsistentes)		Alteração obrigatória do posicionamento remuneratório (1)		Alteração do posicionamento remuneratório por opção gestionária (2)		Procedimento concursal		Consolidação da mobilidade na categoria (3)		TOTAL		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Técnico Superior			3	11							3	11	14
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal			8	48							8	48	56
Assistente operacional, operário, auxiliar			7	45							7	45	52
Informático			2								2	0	2
Educadores de Infância e Docentes do Ensino Básico e											0	0	0
Médico				2							0	2	2
Enfermeiro				1							0	1	1
Técnico Diagnóstico e Terapêutica				6							0	6	6
Forças Armadas - Oficial b)	1										1	0	1
Guarda Nacional Republicana - Oficial	185	16	35	6							220	22	242
Guarda Nacional Republicana - Sargento	466	28	37								503	28	531
Guarda Nacional Republicana - Guarda	1 088	55	1 924	96							3 012	151	3 163
Outro Pessoal de Segurança c)											0	0	0
<b>Total</b>	<b>1 740</b>	<b>99</b>	<b>2 016</b>	<b>215</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>3 756</b>	<b>314</b>	<b>4 070</b>

NOTAS:

(1) e (2) - Artigos 156º, 157º e 158 da LTFP, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho

(3) - Artigo 99º da LTFP, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho

- a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 de agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de dezembro);
- b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);
- c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreiras ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);





## BALANÇO SOCIAL 2018 - RELATÓRIO



Quadro 12: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de horário de trabalho e género, em 31 de dezembro

Grupo/cargo/carreira	Rígido		Flexível		Desfasado		Jornada contínua		Trabalho por turnos		Específico (*)		Isenção de horário		TOTAL		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Técnico Superior	5	24						2							5	26	31
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo	11	57					1	3							12	60	72
Assistente operacional, operário, auxiliar	6	50						1				196			6	247	253
Informático	3	2													3	2	5
Educadores de Infância e Docentes do Ensino Básico e Secundário												1	9		1	9	10
Médico	3	6										3	1		6	7	13
Enfermeiro		1													0	1	1
Técnico Diagnóstico e Terapêutica		5						1							0	6	6
Forças Armadas - Oficial b)												20			20	0	20
Guarda Nacional Republicana - Oficial				2								756	68		756	70	826
Guarda Nacional Republicana - Sargento			4	20								2 291	122		2 295	142	2 437
Guarda Nacional Republicana - Guarda	1		123	250								17 617	1 071		17 741	1 321	19 062
Outro Pessoal de Segurança c)	1	2					279	4							280	6	286
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>147</b>	<b>127</b>	<b>272</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>280</b>	<b>11</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>20 688</b>	<b>1 467</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>21 125</b>	<b>1 897</b>	<b>23 022</b>

### Notas:

Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.

(\*) Artigo 110º da LTFP, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho

- Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de dezembro);
- Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);
- Registar outro pessoal de segurança não considerado nas carreiras ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);
- Considerar a meia jornada (Lei 84/2013, de 7/08)



## BALANÇO SOCIAL 2018 - RELATÓRIO



Quadro 13: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o período normal de trabalho (PNT) e género, em 31 de dezembro

Grupo/cargo/carreira	Tempo completo						PNT inferior ao praticado a tempo completo								TOTAL		Total	
							Tempo parcial ou outro regime		Tempo parcial ou outro regime		Tempo parcial ou outro regime		Tempo parcial ou outro regime		M	F		
	35 horas		40 horas		Horário de referência		9H - 12H		13H - 17H		18H - 23H		24H - 33H					
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
Técnico Superior	5	24												2	5	26	31	
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo	11	57												1	3	12	60	72
Assistente operacional, operário, auxiliar	6	50						2		8			186		1	6	247	253
Informático	3	2														3	2	5
Educadores de Infância e Docentes do Ensino Básico e Secundário												1	9			1	9	10
Médico	1	3	2	3			3	1								6	7	13
Enfermeiro		1														0	1	1
Técnico Diagnóstico e Terapêutica		5														0	6	6
Forças Armadas - Oficial b)					20											20	0	20
Guarda Nacional Republicana - Oficial					756	70										756	70	826
Guarda Nacional Republicana - Sargento					2 295	142										2 295	142	2 437
Guarda Nacional Republicana - Guarda					17 741	1 321										17 741	1 321	19 062
Outro Pessoal de Segurança c)	280	6														280	6	286
<b>Total</b>	<b>306</b>	<b>148</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>20 812</b>	<b>1 533</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>8</b>	<b>1</b>	<b>195</b>	<b>1</b>	<b>7</b>	<b>21 125</b>	<b>1 897</b>	<b>23 022</b>	

### NOTAS:

Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.

Indique para cada um dos horários de trabalho semanal, assinalados ou a assinalar, o número de trabalhadores que o praticam;

PNT - Número de horas de trabalho semanal em vigor no serviço, fixado ou autorizado por lei. No mesmo serviço pode haver diferentes períodos normais de trabalho;

(\* - Trabalho a tempo parcial, meia jornada ou outro regime: indicar o número de horas de trabalho semanais, se inferior ao praticado a tempo completo;

Quando existirem mais do que 3 horários a tempo parcial (incompletos) deve optar por estabelecer escalões em cada uma das células abertas de modo a contemplar todos os horários incompletos.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 de agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreiras ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

d) Não considerar os trabalhadores ausentes há mais de 6 meses e os trabalhadores que estão em licença sem vencimento a 31 de dezembro.



Quadro 14: Contagem das horas de trabalho suplementar durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de prestação do trabalho e género

Grupo/cargo/carreira/ Modalidade de prestação do trabalho suplementar	Trabalho suplementar diurno		Trabalho suplementar noturno		Trabalho em dias de descanso semanal obrigatório		Trabalho em dias de descanso semanal complementar		Trabalho em dias feriados		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Técnico Superior											0:00	0:00	0:00
Assistente técnico, técnico de nível											0:00	0:00	0:00
Assistente operacional, operário, auxiliar											0:00	0:00	0:00
Informático											0:00	0:00	0:00
Educadores de Infância e Docentes do Ensino											0:00	0:00	0:00
Médico											0:00	0:00	0:00
Enfermeiro											0:00	0:00	0:00
Técnico Diagnóstico e Terapêutica											0:00	0:00	0:00
Forças Armadas - Oficial b)											0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana - Oficial											0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana - Sargento											0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana - Guarda											0:00	0:00	0:00
Outro Pessoal de Segurança c)	69642:45	9286:00	9331:30	180:00					9279:00	126:00	88253:15	9592:00	97845:15
<b>Total</b>	<b>69642:45</b>	<b>9286:00</b>	<b>9331:30</b>	<b>180:00</b>	<b>0:00</b>	<b>0:00</b>	<b>0:00</b>	<b>0:00</b>	<b>9279:00</b>	<b>126:00</b>	<b>88253:15</b>	<b>9592:00</b>	<b>97845:15</b>

**NOTAS:**

Considerar o total de horas suplementares/extraordinárias efetuadas pelos trabalhadores do serviço entre 1 de janeiro e 31 de dezembro, nas situações identificadas; O trabalho suplementar diurno e noturno só contempla o trabalho suplementar efetuado em dias normais de trabalho (primeiras 2 colunas).

As 3 colunas seguintes são específicas para o trabalho suplementar em dias de descanso semanal obrigatório, complementar e feriados.

- a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 de agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de dezembro);
- b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);
- c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreiras ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);



**Quadro 14.1:** Contagem das horas de trabalho noturno, normal e suplementar durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o género

Grupo/cargo/carreira/ Horas de trabalho noturno	Trabalho noturno normal		Trabalho Noturno suplementar		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	
Técnico Superior					0:00	0:00	0:00
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo					0:00	0:00	0:00
Assistente operacional, operário, auxiliar					0:00	0:00	0:00
Informático					0:00	0:00	0:00
Educadores de Infância e Docentes do Ensino Básico e Secundário					0:00	0:00	0:00
Médico					0:00	0:00	0:00
Enfermeiro					0:00	0:00	0:00
Técnico Diagnóstico e Terapêutica					0:00	0:00	0:00
Forças Armadas - Oficial b)					0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana - Oficial					0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana - Sargento					0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana - Guarda					0:00	0:00	0:00
Outro Pessoal de Segurança c)					0:00	0:00	0:00
<b>Total</b>	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00

**NOTAS:**

Considerar o total de horas efetuadas pelos trabalhadores do serviço entre 1 de janeiro e 31 de dezembro, nas situações identificadas;

Este quadro refere-se apenas a trabalho noturno. Para o preenchimento da coluna "trabalho noturno suplementar" neste quadro deve-se considerar o trabalho suplementar efetuado em dias normais e em dias de descanso semanal obrigatório, complementar e feriados.

- a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 de agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de dezembro);
- b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);
- c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreiras ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);





## BALANÇO SOCIAL 2018 - RELATÓRIO



Quadro 15: Contagem dos dias de ausências ao trabalho durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de ausência e género

Grupo/cargo/carreira/ Motivos de ausência	Casamento		Proteção na parentalidade		Falecimento de familiar		Doença		Por acidente em serviço ou doença profissional		Assistência a familiares		Trabalhador-estudante		Com perda de vencimento		Cumprimento de pena disciplinar		Greve		Outros		Total		TOTAL	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
Técnico Superior								58,0				13,0											0,0	71,0	71,0	
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo					2,0	25,0	206,0	1 298,0			18,0	25,0								1,0			226,0	1 349,0	1 575,0	
Assistente operacional, operário, auxiliar					2,0	55,0		6 309,0	287,0	509,0	30,0	58,0											319,0	6 931,0	7 250,0	
Informático							22,0	42,0			5,0												27,0	42,0	69,0	
Educadores de Infância e Docentes do Ensino Básico e Secundário e				89,0				21,0															0,0	110,0	110,0	
Médico								183,0			2,0	5,0											2,0	188,0	190,0	
Enfermeiro																							0,0	0,0	0,0	
Técnico Diagnóstico e Terapêutica								42,0															0,0	42,0	42,0	
Forças Armadas - Oficial b)																							0,0	0,0	0,0	
Guarda Nacional Republicana - Oficial	231,0	41,0	2 576,0	2 205,0	93,0		3 196,0	131,0	404,0		150,0	75,0	128,0	30,0	30,0							762,0	53,0	7 585,0	2 535,0	10 120,0
Guarda Nacional Republicana - Sargento	322,0	15,0	5 514,0	4 150,0	442,0	22,0	17 080,0	1 438,0	1 616,0	29,0	1 499,0	440,0	683,0	93,0	330,0	66,0	333,0					2 192,0	97,0	30 011,0	6 350,0	36 361,0
Guarda Nacional Republicana - Guarda	3 435,0	223,0	53 356,0	27 739,0	3 016,0	182,0	159 441,0	15 834,0	39 046,0	1 579,0	14 148,0	2 135,0	1 262,0	221,0	3 354,0	175,0	617,0	6,0				12 885,0	875,0	290 560,0	48 969,0	339 529,0
Outro Pessoal de Segurança c)				97,0		117,0	6 033,0	35,0	65,0		246,0								58,0	1,0	85,0	5,0	6 701,0	41,0	6 742,0	
<b>Total</b>	<b>3 988,0</b>	<b>279,0</b>	<b>61 543,0</b>	<b>34 183,0</b>	<b>3 672,0</b>	<b>284,0</b>	<b>185 978,0</b>	<b>25 391,0</b>	<b>41 418,0</b>	<b>2 117,0</b>	<b>16 098,0</b>	<b>2 751,0</b>	<b>2 073,0</b>	<b>344,0</b>	<b>3 714,0</b>	<b>241,0</b>	<b>965,0</b>	<b>6,0</b>	<b>58,0</b>	<b>2,0</b>	<b>15 924,0</b>	<b>1 030,0</b>	<b>335 431,0</b>	<b>66 628,0</b>	<b>402 059,0</b>	

### NOTAS:

Considerar o total de dias completos de ausência ou períodos de meio dia;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreiras ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);



Quadro 16: Contagem dos trabalhadores em greve durante o ano, por escalão de PNT e tempo de paralisação

Identificação da greve			
Data	Âmbito (escolher da lista em baixo)		Motivo(s) da greve
20/07/2018 a 22/07/2018	Administração Pública-Sectorial		
PNT (*)	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)	
35 horas	56	8:00	101_AUMENTOS SALARIAIS
40 horas			102_AUMENTO E/OU CRIAÇÃO DE PRESTAÇÕES COMPLEMENTARES
42 horas			106_CLASSIFICAÇÃO, ENQUADRAMENTO E CARREIRAS
Trabalho a tempo parcial (**)			
Outros			
Total	62	8:00	

Identificação da greve			
Data	Âmbito (escolher da lista em baixo)		Motivo(s) da greve
26/10/2018	Administração Pública-Geral		
PNT (*)	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)	
35 horas	4	8:00	101_AUMENTOS SALARIAIS
40 horas			107_DATA DA PRODUÇÃO DE EFEITOS
42 horas			
Trabalho a tempo parcial (**)			
Outros			
Total	4	8:00	

**NOTAS:**

(\*) Período Normal de Trabalho

(\*\*) Artigo 68º da LTFP, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho; Lei n.º 84/2015, de 7 de agosto





*CAPÍTULO II*  
*REMUNERAÇÕES E*  
*ENCARGOS*

**Quadro 17: Estrutura remuneratória, por género****A - Remunerações mensais ilíquidas (brutas)**

Mês de referência: Dezembro

(Indicar o N.º de trabalhadores de acordo com a respectiva posição remuneratória, independentemente de terem ou não recebido a remuneração ou outros abonos no mês de Dezembro)

(Excluindo prestações de serviço)

Género / Escalão de remunerações	Número de trabalhadores		Total
	Masculino	Feminino	
Até 500 €	4	195	199
501-1000 €	4379	632	5011
1001-1250 €	5408	513	5921
1251-1500 €	3039	219	3258
1501-1750 €	6151	236	6387
1751-2000€	1043	45	1088
2001-2250 €	422	4	426
2251-2500 €	329	41	370
2501-2750 €	129	6	135
2751-3000 €			0
3001-3250 €	119	4	123
3251-3500 €	1	2	3
3501-3750 €	91		91
3751-4000 €			0
4001-4250 €	1		1
4251-4500 €	6		6
4501-4750 €			0
4751-5000 €	1		1
5001-5250 €	1		1
5251-5500 €			0
5501-5750 €			0
5751-6000 €	1		1
Mais de 6000 €			0
<b>Total</b>	<b>21125</b>	<b>1897</b>	<b>23022</b>

**NOTAS:**

- Deve indicar o número de trabalhadores em cada escalão por género;
- O total do quadro 17 deve ser igual ao total dos quadros 1, 2, 3, 4, 12 e 13, por género;
- Não considerar os trabalhadores ausentes há mais de 6 meses e os trabalhadores que estão em licença sem vencimento a 31 de dezembro;
- Remunerações mensais ilíquidas (brutas): Considerar remuneração mensal base ilíquida mais suplementos regulares e/ou adicionais/diferenciais remuneratórios de natureza permanente;
- Não incluir prestações sociais, subsídio de refeição e outros benefícios sociais;
- Não considerar o duodécimo do subsídio de natal.

**B - Remunerações máximas e mínimas dos trabalhadores a tempo completo**

Período de referência: mês de Dezembro

Remuneração (€)	Euros	
	Masculino	Feminino
Mínima (€)	583,58 €	580,00 €
Máxima (€)	5 859,93 €	3 415,64 €

**NOTA:**

Na remuneração deve incluir o valor (euros) das remunerações, mínima e máxima;  
Reportar a remuneração mensal base ilíquida mais os suplementos regulares e/ou adicionais/ referenciais remuneratórios de natureza permanente.





**Quadro 18: Total dos encargos anuais com pessoal**

Encargos com pessoal	Valor (Euros)
Remuneração base (*)	485 097 012,86 €
Suplementos remuneratórios	54 679 599,18 €
Prémios de desempenho	0,00 €
Prestações sociais	28 893 108,95 €
Benefícios sociais	15 802 568,57 €
Outros encargos com pessoal (**)	155 649 186,82 €
<b>Total</b>	<b>740 121 476,38 €</b>

**NOTA:**

Não incluir prestadores de serviços.

(\*) - incluindo o subsídio de férias e o subsídio de Natal.

(\*\*) registar:

As indemnizações por férias não gozadas;

As compensações por caducidade dos contratos dos trabalhadores saídos;

Os encargos da entidade patronal com a CGA e a Segurança Social;

Os abonos pagos ao trabalhador a aguardar aposentação até que a pensão passe a ser paga pela entidade competente.

**Quadro 18.1: Suplementos remuneratórios**

Suplementos remuneratórios	Valor (Euros)
Trabalho suplementar (diurno e noturno)	379 636,87 €
Trabalho normal noturno	17 778,93 €
Trabalho em dias de descanso semanal, complementar e feriados (*)	72 459,87 €
Isonção de horário de trabalho	
Disponibilidade permanente	29 376 651,01 €
Outros regimes especiais de prestação de trabalho (**)	795 626,82 €
Risco, penosidade e insalubridade	18 595 047,84 €
Fixação na periferia	
Trabalho por turnos	566 274,77 €
Abono para falhas	
Participação em reuniões	
Ajudas de custo	3 233 249,50 €
Representação	987 522,82 €
Secretariado	
Outros suplementos remuneratórios (***)	655 350,75 €
<b>Total</b>	<b>54 679 599,18 €</b>

**NOTA:**

(\*) - caso não tenha sido incluído em trabalho suplementar (diurno e noturno);

(\*\*) - incluir também tempo prolongado na carreira médica e suplemento de comando;

(\*\*\*) - incluir também o subsídio de residência.



**Quadro 18.2: Encargos com prestações sociais**

<i>Prestações sociais</i>	<i>Valor (Euros)</i>
<i>Subsídios no âmbito da proteção da parentalidade (maternidade, paternidade e adoção)</i>	<i>2 587 332,47 €</i>
<i>Abono de família</i>	<i>684 045,12 €</i>
<i>Subsídio de educação especial</i>	<i>358 275,30 €</i>
<i>Subsídio mensal vitalício</i>	<i>32 531,92 €</i>
<i>Subsídio para assistência de 3ª pessoa</i>	<i>78 514,42 €</i>
<i>Subsídio de funeral</i>	<i>5 156,03 €</i>
<i>Subsídio por morte</i>	<i>31 940,10 €</i>
<i>Acidente de trabalho e doença profissional</i>	
<i>Subsídio de desemprego</i>	
<i>Subsídio de refeição</i>	<i>25 090 846,37 €</i>
<i>Outras prestações sociais</i>	<i>24 467,22 €</i>
<i>Total</i>	<i>28 893 108,95 €</i>

**Quadro 18.3: Encargos com benefícios sociais**

<i>Benefícios de apoio social</i>	<i>Valor (Euros)</i>
<i>Grupos desportivos/casa do pessoal</i>	
<i>Refeitórios</i>	
<i>Subsídio de frequência de creche e de educação pré-escolar</i>	
<i>Colónias de férias</i>	
<i>Subsídio de estudos</i>	<i>6 119,27 €</i>
<i>Apoio socioeconómico</i>	
<i>Outros benefícios sociais</i>	<i>15 796 449,30 €</i>
<i>Total</i>	<i>15 802 568,57 €</i>





***CAPÍTULO III***  
***HIGIENE E***  
***SEGURANÇA***



*Quadro 19: Número de acidentes de trabalho e de dias de trabalho perdidos com baixa durante o ano, por género*

Acidentes de trabalho		No local de trabalho						In itinere					
		Total	Inferior a 1 dia (sem dar lugar a baixa)	1 a 3 dias de baixa	4 a 30 dias de baixa	Superior a 30 dias de baixa	Mortal	Total	Inferior a 1 dia (sem dar lugar a baixa)	1 a 3 dias de baixa	4 a 30 dias de baixa	Superior a 30 dias de baixa	Mortal
Nº total de acidentes de trabalho (AT) ocorridos no ano de referência	M	821	535	18	190	78	0	59	28	0	23	8	0
	F	68	53	2	11	2	0	4	1	0	2	1	0
Nº de acidentes de trabalho (AT) com baixa ocorridos no ano de referência	M	286		18	190	78		31		0	23	8	
	F	15		2	11	2		3		0	2	1	
Nº de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos no ano	M	7 424		44	2 888	4 492		674		0	281	393	
	F	241		4	108	129		61		0	30	31	
Nº de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos em anos anteriores	M	25 200		406	24 743	51		7 385		33	2 272	5 080	
	F	515		4	278	233		1 300		8	193	1 099	

**Notas:**

Considerar os acidentes de trabalho registados num auto de notícia.

O "Nº total de acidentes" refere-se ao total de ocorrências, com baixa, sem baixa e mortais.

O "Nº de acidentes com baixa" exclui os mortais.

Excluir os acidentes mortais no cálculo dos dias de trabalho perdidos na sequência de acidentes de trabalho.



**Quadro 20:** Número de casos de incapacidade declarados durante o ano, relativamente aos trabalhadores vítimas de acidente de trabalho

Casos de incapacidade	Nº de casos
Casos de incapacidade permanente:	160
- absoluta	0
- parcial	147
- absoluta para o trabalho habitual	13
Casos de incapacidade temporária e absoluta	66
Casos de incapacidade temporária e parcial	112
<b>Total</b>	<b>338</b>

**Quadro 21:** Número de situações participadas e confirmadas de doença profissional e de dias de trabalho perdidos durante o ano

Código(*)	Doenças profissionais Designação	Nº de casos	Nº de dias de ausência
23.01	Asma Profissional	1	0,00
41.03	Oftalmologia - Cataratas	3	0,00
42.01	Hipoacusia	4	120,00
43.01	Pressão superior ou inferior à atmosférica, ou variação de pressões	1	0,00
44.02	Doenças da Coluna Vertebral	99	510,00
45.02	Epicondilites	4	105,00
45.03	Pressão sobre nervos ou ple.ros nervosos devido à força aplicada, posição, ritmo, atitude de trabalho ou à utilização de	1	0,00
46.01	Laringite crónica	1	0,00
55.07	Outras Doenças Tropicais	2	0,00

Nota:

(\*) - Conforme lista constante do DR nº 6/2001, de 3 de maio, atualizado pelo DR nº 76/2007, de 17 de julho.

**Quadro 22:** Número e encargos das atividades de medicina no trabalho ocorridas durante o ano

Atividades de medicina no trabalho	Número	Valor (Euros)
Total dos exames médicos efetuados:	6 057	128 717,67 €
Exames de admissão	771	52 713,27 €
Exames periódicos	3 195	40 352,85 €
Exames ocasionais e complementares	2 091	35 651,55 €
Exames de cessação de funções	0	0,00 €
Despesas com a medicina no trabalho (*)		23 400,00 €
Visitas aos postos de trabalho	49	

Nota:

(\*) incluir os montantes pagos aos médicos, enfermeiros, outros técnicos de saúde e técnicos de higiene e segurança no trabalho que prestaram serviço durante o ano, desde que não tenham sido contabilizados no quadro 1. ("pessoas ao serviço em 31 de dezembro"), as despesas efetuadas com a aquisição de medicamentos, meios auxiliares de diagnóstico, exames médicos e todo e qualquer gasto relacionado com a medicina do trabalho, à exceção dos montantes investidos em infraestruturas.

**Quadro 23:** Número de intervenções das comissões de segurança e saúde no trabalho ocorridas durante o ano, por tipo

Segurança e saúde no trabalho Intervenções das comissões	Número
Reuniões da Comissão	
Visitas aos locais de trabalho	49
Outras	





**Quadro 24:** Número de trabalhadores sujeitos a ações de reintegração profissional em resultado de acidentes de trabalho ou doença profissional durante o ano

Segurança e saúde no trabalho Ações de reintegração profissional	Número
Alteração das funções exercidas	
Formação profissional	
Adaptação do posto de trabalho	
Alteração do regime de duração do trabalho	1
Mobilidade interna	5

**Nota:**

Artigo 23º do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 50-C/2007, de 6 de março e pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro.

**Quadro 25:** Número de ações de formação e sensibilização em matéria de segurança e saúde no trabalho

Segurança e saúde no trabalho Ações de formação	Número
Ações realizadas durante o ano	3
Trabalhadores abrangidos pelas ações realizadas	6

**Quadro 26:** Custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais durante o ano

Segurança e saúde no trabalho Custos	Valor (Euros)
Encargos de estrutura de medicina e segurança no trabalho (a)	
Equipamento de proteção (b)	
Formação em prevenção de riscos (c)	
Outros custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais (d)	

**Nota:**

- Encargos na organização dos serviços de segurança e saúde no trabalho e encargos na organização / modificação dos espaços de trabalho;
- Encargos na aquisição de bens ou equipamentos;
- Encargos na formação, informação e consulta;
- Incluir única e exclusivamente os encargos com a criação e manutenção de estruturas destinadas à medicina do trabalho e à segurança do trabalhador no exercício da sua profissão.





*CAPÍTULO IV*  
*FORMAÇÃO*  
*PROFISSIONAL*



**Quadro 27:** Contagem relativa a participações em ações de formação profissional durante o ano, por tipo de ação, segundo a duração

Tipo de ação/duração	Menos de 30 horas	De 30 a 59 horas	de 60 a 119 horas	120 horas ou mais	Total
Internas	81 574	3 524	601	2 412	88 111
Externas	163	89	12	363	627
<b>Total</b>	<b>81 737</b>	<b>3 613</b>	<b>613</b>	<b>2 775</b>	<b>88 738</b>

**Notas:**

Relativamente às ações de formação profissional realizadas durante o ano e em que tenham participado os efetivos do serviço, considerar como:

- ação interna, organizada pela entidade;
  - ação externa, organizada por outras entidades;
- N.º de participações = n.º trabalhadores na ação 1 + n.º trabalhadores na ação 2 + ... + n.º trabalhadores na ação n (exemplo: se o mesmo trabalhador participou em 2 ações diferentes ou iguais com datas diferentes, conta como 2 participações);

**Quadro 28:** Contagem relativa a participações em ações de formação durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o tipo de ação

Grupo/cargo/carreira/ N.º de participações e de participantes	Ações internas	Ações externas	TOTAL	
	N.º de participações	N.º de participações	N.º de participações (*)	N.º de participantes (**)
Técnico Superior	1	3	4	3
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo	3		3	3
Assistente operacional, operário, auxiliar			0	
Informático	1		1	1
Educadores Infância e Doc. do Ensino Básico e Secundário			0	
Médico	7		7	7
Enfermeiro			0	
Técnico Diagnóstico e Terapêutica			0	
Forças Armadas - Oficial b)			0	
Guarda Nacional Republicana - Oficial	2 022	448	2 470	714
Guarda Nacional Republicana - Sargento	13 058	102	13 160	1 913
Guarda Nacional Republicana - Guarda	72 129	74	72 203	15 899
Outro Pessoal de Segurança c)	890		890	248
<b>Total</b>	<b>88 111</b>	<b>627</b>	<b>88 738</b>	<b>18 788</b>

**Notas:**

- (\*) - N.º de participações = n.º trabalhadores na ação 1 + n.º trabalhadores na ação 2 + ... + n.º trabalhadores na ação n (exemplo: se o mesmo trabalhador participou em 2 ações diferentes ou iguais com datas diferentes, conta como 2 participações);
- (\*\*) - Considerar o total de trabalhadores que, em cada grupo/cargo/carreira, participou em pelo menos 1 ação de formação (exemplo: se o mesmo trabalhador participou em 2 ações diferentes ou iguais com datas diferentes, conta apenas como 1 participante);
- Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis n.º 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 de agosto e republicado pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro);
  - Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);
  - Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreiras ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa).





**Quadro 29: Contagem das horas despendidas em formação durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o tipo de ação**

Grupo/cargo/carreira/	Horas despendidas	Horas despendidas	Total de horas
Técnico Superior	30,00	558,50	588,50
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo	21,00		21,00
Assistente operacional, operário, auxiliar			0,00
Informático	1,50		1,50
Educadores Infância e Doc. do Ensino Básico e Secundário			0,00
Médico	42,00		42,00
Enfermeiro			0,00
Técnico Diagnóstico e Terapêutica			0,00
Forças Armadas - Oficial b)			0,00
Guarda Nacional Republicana - Oficial	94744,25	2000199,50	294843,75
Guarda Nacional Republicana - Sargento	178603,60	6319,50	184923,10
Guarda Nacional Republicana - Guarda	2023403,80	8189,00	2031592,80
Outro Pessoal de Segurança c)	3790,30		3790,30

### Notas:

Considerar as horas despendidas por todos os efetivos do serviço em cada um dos tipos de ações de formação realizadas durante o ano;

- Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis n.º 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 de agosto e republicado pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro);
- Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);
- Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreiras ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

**Quadro 30: Despesas anuais com formação**

Tipo de ação/valor	Valor (Euros)
Despesa com ações internas	3 660 306,65 €
Despesa com ações externas	1 118 834,71 €
Total	4 779 141,36 €

### Notas:

- Considerar as despesas efetuadas durante ano em atividades de formação e suportadas pelo orçamento da entidade;
- Considerar também as despesas de deslocação relacionadas com a formação.





*2018*  
*BALANÇO SOCIAL*



*RELATÓRIO*



*CAPÍTULO V*  
*RELAÇÕES*  
*PROFISSIONAIS*

**Quadro 31: Relações profissionais**

<i>Relações profissionais</i>	<i>Número</i>
<i>Trabalhadores sindicalizados</i>	<i>138</i>
<i>Elementos pertencentes a comissões de trabalhadores</i>	
<i>Total de votantes para comissões de trabalhadores</i>	

**Quadro 32: Disciplina**

<i>Disciplina</i>	<i>Número</i>
<i>Processos transitados do ano anterior</i>	<i>1 418</i>
<i>Processos instaurados durante o ano</i>	<i>884</i>
<i>Processos transitados para o ano seguinte</i>	<i>1 763</i>
<i>Processos decididos - total:</i>	<i>539</i>
<i>* Arquivados</i>	<i>355</i>
<i>* Repreensão escrita</i>	<i>59</i>
<i>* Multa</i>	<i>2</i>
<i>* Suspensão</i>	<i>116</i>
<i>* Demissão (1)</i>	<i>7</i>
<i>* Despedimento por facto imputável ao trabalhador (2)</i>	
<i>* Cessação da comissão de serviço</i>	

**Notas:**

(1) - para trabalhadores Nomeados

(2) - para trabalhadores em Contratos de Trabalho em Funções Públicas





*2018*

*BALANÇO SOCIAL*



## Índice

Nota prévia .....	8
I. Sumário executivo .....	12
II. Introdução .....	16
1. Enquadramento .....	16
2. Metodologia .....	17
3. Análise qualitativa e interpretativa .....	18
4. Calendarização .....	19
5. Competência.....	19
III. Caracterização da GNR .....	22
1. Definição .....	22
2. Dependência .....	22
3. Atribuições.....	22
4. Enquadramento legal.....	23
IV. Organograma.....	26
V. Análise evolutiva dos recursos humanos (1997/2017).....	28
1. Efetivos globais.....	28
2. Efetivos militares.....	29
3. Efetivos civis .....	30
VI. Recursos humanos.....	34
1. Efetivos segundo o vínculo jurídico.....	34
2. Efetivos segundo os grupos profissionais.....	37
3. Efetivos segundo a unidade orgânica .....	39
4. Efetivos na situação de reserva na efetividade de serviço.....	42
5. Efetivos por género.....	44
6. Efetivos por escalão etário .....	45
7. Efetivos por antiguidade.....	49
8. Efetivos por nível de escolaridade.....	50





9. Efetivos portadores de deficiência .....	53
10. Movimentos de pessoal .....	54
10.1 Entradas/regressos.....	54
10.2 Saídas .....	55
11. Mapa de pessoal militar.....	59
12. Mapa de pessoal.....	61
13. Mudanças de situação profissional.....	62
14. Prestação de trabalho.....	64
14.1 Modalidade de horário .....	64
14.2 Período normal de trabalho.....	65
14.3 Trabalho suplementar .....	67
15. Prestação de trabalho.....	67
16. Efetivos em greve.....	71
VII. Remuneração e encargos .....	74
1. Estrutura remuneratória por género .....	74
2. Leque salarial .....	75
3. Total dos encargos com o pessoal .....	76
4. Suplementos remuneratórios.....	77
5. Encargos com prestações sociais .....	77
6. Encargos com benefícios sociais.....	78
VIII. Higiene e segurança.....	80
1. Acidentes de trabalho.....	80
2. Segurança e saúde no trabalho.....	80
3. Doenças profissionais .....	81
IX. Formação profissional.....	84
1. Plano Anual de Formação (PAF).....	84
2. Formação realizada (interna e externa).....	84
3. Carga horária e tempo despendido em formação.....	86
4. Encargos com a formação.....	86





X. Relações profissionais .....	90
1. Relações profissionais .....	90
2. Disciplina .....	90
XI. Responsabilidade social.....	92
1. Enquadramento .....	92
2. Visão.....	92
3. Contratos emprego-inserção.....	93
4. Igualdade de género.....	93
5. Medidas adotadas.....	94
XII. Notas finais .....	106
XIII.Síntese .....	110
1. Indicadores de desempenho.....	110
2. Com tendência de crescimento.....	112
3. Em destaque .....	112
4. Com tendência de diminuição.....	113
5. Em destaque .....	113
XIV. Indicadores de gestão.....	116
1. Painel indicadores (2016/2018).....	116
2. Painel de indicadores (1997-2018).....	120
3. Perfil do(a) trabalhador(a) .....	122
4. Caraterização do(a) trabalhador(a).....	123
5. Dashboard.....	124
XV. Conceitos e definições.....	126
XVI. Fontes, bibliografia e legislação .....	132
1. Fontes de dados.....	132
2. Obras de referência .....	132
3. Legislação.....	132
Matriz BS 2018 - Formulário DGAEP (quadros adaptados).....	138





## Índice de quadros

Quadro 1 – Efetivos globais/taxa de variação anual (2011/2017).....	29
Quadro 2 – Efetivos militares/taxa de variação anual (2011/2017).....	30
Quadro 3 – Efetivos civis/taxa de variação anual (2011/2017).....	31
Quadro 4 – Efetivos segundo a modalidade de vinculação e género (Quadro 1 DGAEP).....	35
Quadro 5 – Efetivos (cargos dirigentes).....	36
Quadro 6 – Efetivos segundo a unidade orgânica.....	39
Quadro 7 – Efetivos por estrutura orgânica e género.....	41
Quadro 8 – Efetivos na reserva na efetividade de serviço segundo a unidade orgânica.....	42
Quadro 9 – Efetivos por escalão etário segundo o género (Quadro 2 DGAEP).....	45
Quadro 10 – Efetivos por escalão etário segundo o grupo profissional (Quadro 2 DGAEP).....	48
Quadro 11 – Efetivos em função da antiguidade (Quadro 3 DGAEP).....	49
Quadro 12 – Efetivos por nível de escolaridade e género (Quadro 4 DGAEP).....	51
Quadro 13 – Entradas/Regressos de efetivos por motivo e género (Quadro 7 DGAEP).....	54
Quadro 14 – Saídas de efetivos nomeados/comissão de serviço por motivo e género (Quadro 8 DGAEP).....	55
Quadro 15 – Saídas de efetivos contratados por motivo e género (Quadro 9 DGAEP).....	56
Quadro 16 – Movimentações de efetivos (2013/2018).....	57
Quadro 17 – Mapa geral de pessoal militar.....	60
Quadro 18 – Mapa de pessoal 2018 (Quadro 10 DGAEP).....	62
Quadro 19 – Mudanças de situação profissional (Quadro 11 DGAEP).....	63
Quadro 20 – Modalidades de horário de trabalho por género (Quadro 12 DGAEP).....	65
Quadro 21 – Efetivos por Período Normal de Trabalho (PNT) – (Quadro 13 DGAEP).....	66
Quadro 22 – Absentismo/Causas em dias (Quadro 15 DGAEP).....	68
Quadro 23 – Absentismo por doença (em dias).....	69
Quadro 24 – Estrutura remuneratória, por género (Quadro 17-A DGAEP).....	74
Quadro 25 – Remunerações máximas e mínimas (Quadro 17-B DGAEP).....	75
Quadro 26 – Acidentes de trabalho (Quadro 19 DGAEP).....	80
Quadro 27 – Número de ações de formação profissional (Quadro 27 DGAEP).....	84
Quadro 28 – Número de participações em ações de formação profissional (Quadro 28 DGAEP).....	85
Quadro 29 – Número de horas em ações de formação profissional (Quadro 29 DGAEP).....	86



## Índice de gráficos

Gráfico 1 – Efetivos globais (1997/2017).....	28
Gráfico 2 – Efetivos militares (1997/2017) .....	29
Gráfico 3 – Efetivos militares por categoria (1997/2017).....	30
Gráfico 4 – Efetivos civis (1997/2017).....	31
Gráfico 5 – Efetivos segundo a relação jurídica de emprego.....	34
Gráfico 6 – Efetivos por relação jurídica de emprego (2017/2018).....	35
Gráfico 7 – Efetivos segundo a relação jurídica de emprego .....	36
Gráfico 8 – Taxa de enquadramento (2016/2018).....	36
Gráfico 9 – Taxa de feminização dirigente (2016/2018).....	37
Gráfico 10 – Efetivos dirigentes.....	37
Gráfico 11 – Efetivos civis por grupo profissional (2017/2018).....	37
Gráfico 12 – Efetivos militares por grupo profissional (2017/2018) .....	38
Gráfico 13 – Efetivos por grupo profissional (2017/2018).....	38
Gráfico 14 – Efetivos segundo a unidade orgânica.....	40
Gráfico 15 – Efetivos militares segundo a unidade orgânica (2017/2018) .....	40
Gráfico 16 – Efetivos civis segundo a unidade orgânica (2017/2018).....	41
Gráfico 17 – Efetivos na reserva na efetividade de serviço segundo a unidade orgânica .....	43
Gráfico 18 – Efetivos na reserva na efetividade de serviço segundo a unidade orgânica (2017/2018).....	44
Gráfico 19 – Efetivos por carreira e género.....	44
Gráfico 20 – Taxa de feminização (2016/2018).....	45
Gráfico 21 – Efetivos por escalão etário e género (pirâmide etária) .....	46
Gráfico 22 – Efetivos por escalão etário.....	46
Gráfico 23 – Nível etário (2016/2018).....	46
Gráfico 24 – Leque etário (2016/2018).....	47
Gráfico 25 – Taxa de envelhecimento (2016/2018) .....	47
Gráfico 26 – Taxa de emprego jovem (2016/2018) .....	48
Gráfico 27 – Média etária por grupo profissional .....	48
Gráfico 28 – Efetivos em função da antiguidade .....	49
Gráfico 29 – Nível médio de antiguidade na AP (2016/2018) .....	50
Gráfico 30 – Efetivos segundo antiguidade e género (pirâmide de antiguidades).....	50
Gráfico 31 – Efetivos por nível de escolaridade .....	51
Gráfico 32 – Efetivos por nível de escolaridade e género.....	52
Gráfico 33 – Efetivos por nível habilitacional (2017-2018).....	52
Gráfico 34 – Taxa de habilitação superior (2016/2018).....	53
Gráfico 35 – Taxa de habilitação secundária (2016/2018) .....	53



Gráfico 36 – Taxa de habilitação básica (2016/2018).....	53
Gráfico 37 – Efetivos portadores de deficiência por escalão etário e género.....	54
Gráfico 38 – Entradas/regressos dos efetivos.....	55
Gráfico 39 – Saídas de efetivos nomeados ou em comissão de serviço.....	56
Gráfico 40 – Saídas de efetivos contratados.....	57
Gráfico 41 – Índice de rotação (2016/2018).....	57
Gráfico 42 – Taxa de reposição de efetivos (2016/2018).....	58
Gráfico 43 – Evolução do turnover (2016/2018).....	58
Gráfico 44 – Taxa de admissão (2016/2018).....	58
Gráfico 45 – Taxa de saídas (2016/2018).....	59
Gráfico 46 – Efetivos autorizados, existentes e lugares não ocupados (MGPM GNR).....	60
Gráfico 47 – Efetivos militares em exercício de funções (2016/2018).....	60
Gráfico 48 – PT previstos e não ocupados por carreiras (MP 2018).....	62
Gráfico 49 – Taxa de promoções (2016/2018).....	64
Gráfico 50 – Modalidades de horário de trabalho.....	65
Gráfico 51 – Distribuição de efetivo por PNT.....	67
Gráfico 52 – Motivos de ausência.....	69
Gráfico 53 – Absentismo por grupo profissional.....	69
Gráfico 54 – Taxa de absentismo (2016/2018).....	70
Gráfico 55 – Absentismo por grupo profissional (2017/2018).....	70
Gráfico 56 – Estrutura remuneratória (pirâmide remuneratória).....	75
Gráfico 57 – Leque salarial ilícido (2016/2018).....	75
Gráfico 58 – Remuneração base média anual (2016/2018).....	76
Gráfico 59 – Encargos anuais com pessoal.....	77
Gráfico 60 – Encargos com suplementos remuneratórios.....	77
Gráfico 61 – Encargos com prestações sociais.....	78
Gráfico 62 – Taxa de encargos sociais (2016/2018).....	78
Gráfico 63 – Encargos com benefícios sociais.....	78
Gráfico 64 – Taxa de incidência de acidentes no local de trabalho (2016/2018).....	80
Gráfico 65 – Taxa de incidência de doenças profissionais (2016/2018).....	81
Gráfico 66 – Número de ações de formação (2016/2018).....	85
Gráfico 67 – Taxa de participação em ações de formação (2016/2018).....	86
Gráfico 68 – Taxa de investimento em formação (2016/2018).....	87
Gráfico 69 – Taxa de gravidade disciplinar (2016/2018).....	90
Gráfico 70 – Taxa de celeridade da ação disciplinar (2016/2018).....	90



## Índice de figuras

Figura 1 – Estrutura do relatório do BS 2018.....	18
Figura 2 – Objetivos e perguntas de partida para elaboração do relatório do BS.....	19
Figura 3 – Estrutura orgânica da GNR.....	26
Figura 4 – Perfil do(a) trabalhador(a).....	122
Figura 5 – Caracterização do(a) trabalhador(a).....	123



*2018*  
*BALANÇO SOCIAL*





*GUARDA NACIONAL REPUBLICANA*

*COMANDO DA ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS INTERNOS*

*DIREÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS*

*DIVISÃO DE PLANEAMENTO, OBTENÇÃO E NOMEAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS*



*Rua Cruz de Santa Apolónia, 1149-064 Lisboa, Portugal*

*Telef: + (351) 21 811 21 34*

*Ext: 212030*

*Email: [cari.drh.dporh@gnr.pt](mailto:cari.drh.dporh@gnr.pt)*





# GUARDA NACIONAL

---

*Mais e melhor segurança  
para a prossecução do  
Interesse Público*



# REPUBLICANA

Humana, Próxima e de Confiança





## GUARDA NACIONAL REPUBLICANA

DIVISÃO DE PLANEAMENTO ESTRATÉGICO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Largo do Carmo, 1200-092 LISBOA - PORTUGAL

Email: [dperi@gnr.pt](mailto:dperi@gnr.pt)

[www.gnr.pt](http://www.gnr.pt)



[#GuardaNacionalRepublicana](https://www.instagram.com/GuardaNacionalRepublicana)